



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1387

Quinta-feira - 12 de Dezembro de 2013

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce	12
Alto Bela Vista	13
Antônio Carlos	73
Ascurra	73
Bom Retiro	73
Braço do Trombudo	74
Brunópolis	83
Caçador	83
Camboriú	84
Campo Alegre	91
Campos Novos	107
Canoinhas	118
Capinzal	122
Catanduvas	124
Chapadão do Lageado	125
Cocal do Sul	125
Concórdia	125
Cordilheira Alta	139
Coronel Freitas	142
Corupá	142
Curitibanos	143
Ermo	146
Erval Velho	146
Forquilha	154
Fraiburgo	157
Garopaba	160
Garuva	195
Gaspar	201
Grão Pará	203
Herval d'Oeste	203
Ilhota	204
Imbituba	205
Ipumirim	208
Irineópolis	208
Itaiópolis	211
Itapiranga	211
Itapoá	231
Joaçaba	234
Lages	245
Lebon Régis	245
Leoberto Leal	246
Lindóia do Sul	248
Luzerna	248
Mafra	268
Marema	268
Massaranduba	271
Meleiro	272
Modelo	272
Monte Carlo	273

Navegantes	287
Orleans	289
Palhoça	301
Palmitos	301
Passo de Torres	302
Passos Maia	302
Paulo Lopes	303
Peritiba	316
Pescaria Brava	316
Pinheiro Preto	321
Pomerode	322
Porto Belo	324
Porto União	324
Rio do Sul	325
Salto Veloso	331
Santa Terezinha do Progresso	332
São Bento do Sul	338
São Domingos	348
São João do Sul	348
São José	356
São Lourenço do Oeste	372
São Pedro de Alcântara	374
Schroeder	414
Serra Alta	569
Sombrio	574
Timbó	575
Tunápolis	594
Vargem Bonita	597
Vidal Ramos	602
Videira	603
Vitor Meireles	607
Xavantina	612

Associações

AMERIOS	617
AMOSC	674
EGEM	674

Consórcios

AGIR	677
CIGA	680
CISAMA	681

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br



12 DE DEZEMBRO

Parabéns, Águas Frias, por seus 22 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





12 DE DEZEMBRO

Parabéns, Guatambu, por seus 22 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.

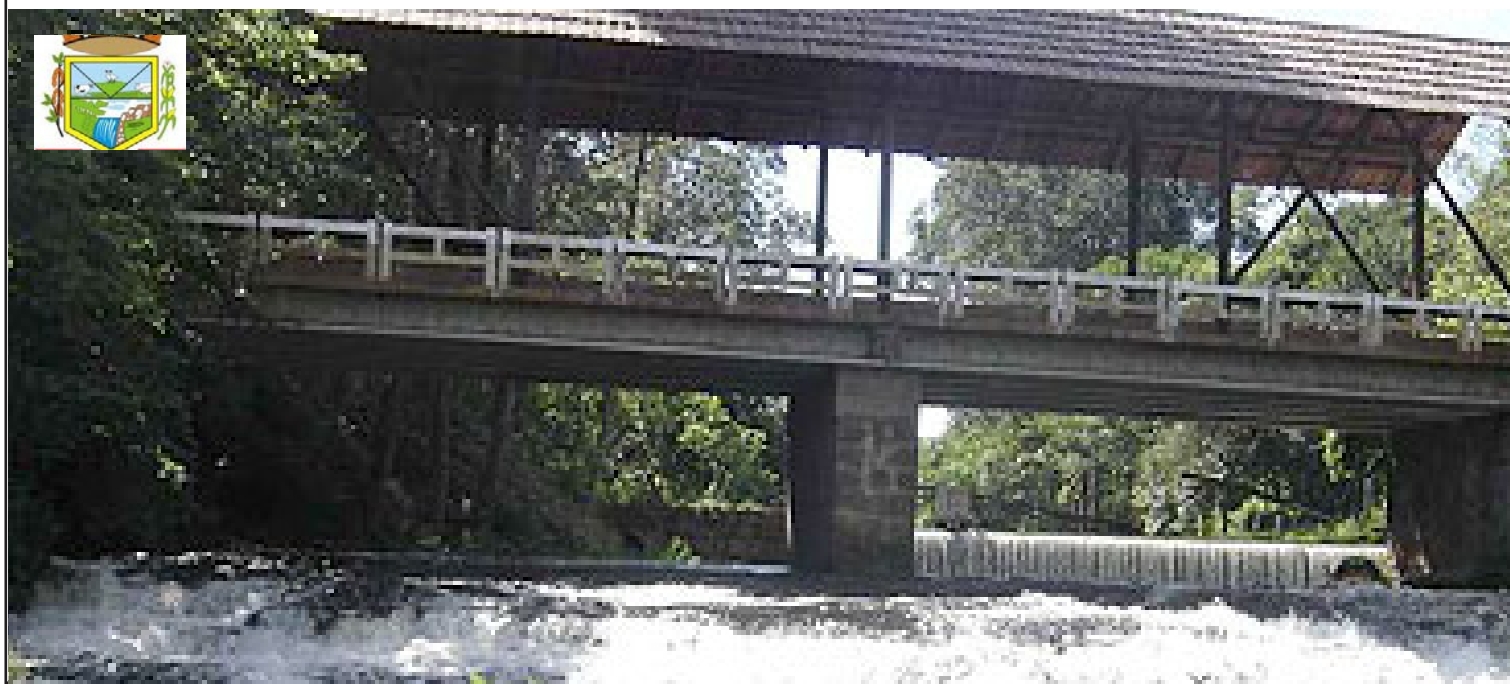




12 DE DEZEMBRO

Parabéns, Lajeado Grande, por seus 22 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





12 DE DEZEMBRO

Parabéns, Leoberto Leal,
por seus 51 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





12 DE DEZEMBRO

Parabéns, Passos Maia, por seus 22 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





12 DE DEZEMBRO

Parabéns, Planalto Alegre, por seus 22 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





12 DE DEZEMBRO

Parabéns, Rio Rufino, por seus 22 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





12 DE DEZEMBRO

Parabéns, Riqueza,
por seus 22 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





12 DE DEZEMBRO

Parabéns, São João do Oeste,
por seus 22 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





12 DE DEZEMBRO

Parabéns, Vargem, por seus 21 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.



Água Doce

PREFEITURA

Balancete Financeiro - Prefeitura - Novembro de 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Novembro/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	1.548.402,52	Despesa Orçamentária	1.177.154,38
RECEITA TRIBUTÁRIA	97.215,18	Despesas exceto Intra-orçamentárias	1.169.856,40
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	16.550,69	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	563.869,22
RECEITA PATRIMONIAL	8.739,10	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	6.696,22
RECEITA AGROPECUÁRIA	7.106,38	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	460.690,61
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.407.636,63	INVESTIMENTOS	108.857,80
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.999,50	AMORTIZACAO DA DIVIDA	29.742,55
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.155,04		
		Despesas Intra-orçamentárias	7.297,98
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.297,98
Receita Extra - Orçamentária	1.307.955,06	Despesa Extra - Orçamentária	1.530.748,12
DEPÓSITOS	121.252,60	DEPÓSITOS	121.251,05
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	121.252,60	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	121.251,05
DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	121.252,60	DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	121.251,05
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	1.186.702,46	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	1.168.280,07
OBRIGAÇÕES A PAGAR	1.149.186,69	OBRIGAÇÕES A PAGAR	1.130.764,30
FORNECEDORES	556.949,39	FORNECEDORES	535.980,74
PESSOAL A PAGAR	410.462,93	PESSOAL A PAGAR	410.605,47
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	114.538,89	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	114.554,41
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	583,40	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	583,40
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	2.388,20	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	4.776,40
DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	64.263,88	DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	64.263,88
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	37.515,77	CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	37.515,77
ENTIDADES CREDORAS	1.077,00	ENTIDADES CREDORAS	1.077,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO	36.438,77	OPERAÇÕES DE CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO	36.438,77
		INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	241.217,00
		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	241.217,00
		REPASSE CONCEDIDO	241.217,00
Saldos anteriores	2.504.699,25	Saldos atuais	2.653.154,33
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	532.504,01	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.448.086,41
BANCO C/ MOVIMENTO	1.294.900,47	BANCO C/ MOVIMENTO	859.449,98
BANCOS C/ VINCULADAS	609.748,25	BANCOS C/ VINCULADAS	277.691,14
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	67.546,52	POUPANÇA	67.926,80
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	5.361.056,83	Total	5.361.056,83

AGUA DOCE , 10/12/2013

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito MunicipalJOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contador CRC 022069/0-8

Alto Bela Vista

PREFEITURA

Altera a Composição dos Anexos I, II e III, da Lei Complementar Nº 12, de 10 de Janeiro de 2005, Que “Dispõe Sobre o Plano de Carreiras, Cargos e Venc

ALTERA A COMPOSIÇÃO DOS ANEXOS I, II E III, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 12, DE 10 DE JANEIRO DE 2005, QUE “DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRAS, CARGOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Os Anexos I, II e III, da Lei Complementar nº 12, de 10 de janeiro de 2005, passam a vigorar com a composição estrutural dos Anexos desta Lei Complementar.

Art. 2º Os cargos em extinção, conforme indicado nos Anexos desta Lei, serão automaticamente extintos na ocorrência de vacância, quando esta ocorrer na forma estabelecida no art. 38, da Lei Complementar nº 11, de 10 de janeiro de 2005.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do primeiro dia do mês subsequente ao de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 01 de novembro de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável Pelas Publicações



2
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

Lei Complementar nº 053, de 01 de Novembro de 2013.

ANEXO I

QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

CATEGORIA FUNCIONAL/CARREIRA/CARGOS	NÍVEL	REFERÊNCIA	CARGA HORÁRIA SEMANAL MÍNIMA	Nº DE VAGAS
I. AGENTES DE SERVIÇOS GERAIS				
a) Agente de Limpeza e Copa	01 a 05	A a F	40,00 horas	09
b) Merendeira				07
c) Agente Comunitário de Saúde				05
d) Auxiliar de Serviços Gerais			44,00 horas	11
e) Auxiliar de Creche	11 a 15		40,00 horas	04
f) Auxiliar de Consultório Dentário				01
g) Auxiliar Administrativo	36 a 40		37,50 horas	02
II. AGENTES DE SERVIÇOS DE APOIO E OPERACIONAIS				
a) Inseminador	06 a 10	A a F	44,00 horas	02
b) Telefonista			37,50 horas	02
c) Recepcionista				02
d) Operador de Máquinas Agrícolas	16 a 20	A a F	44,00 horas	08
e) Operador de Pá Carregadeira				01
f) Operador de Retroescavadeira				04
g) Operador de Balsa				06
h) Motorista				13
i) Agente de Construção e Manutenção	21 a 25	A a F	44,00 horas	02
j) Agente de Vigilância Sanitária	26 a 30	A a F	37,50 horas	02
k) Operador de Escavadeira Hidráulica	31 a 35	A a F	44,00 horas	01
l) Operador de Motoniveladora				02
m) Operador de Trator de Esteiras				02
n) Agente Administrativo	36 a 40	A a F	37,50 horas	04
o) Tesoureiro				01
p) Fiscal				01
q) Mecânico	56 a 60	A a F	44,00 horas	02



3
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

Lei Complementar nº 053, de 01 de Novembro de 2013.

ANEXO I

QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Continuação

CATEGORIA FUNCIONAL/CARREIRA/CARGOS	NÍVEL	REFERÊNCIA	CARGA HORÁRIA SEMANAL MÍNIMA	Nº DE VAGAS
III. SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO				
a) Auxiliar de Enfermagem – Cargo em Extinção	41 a 45	A a F	40,00 horas	01
b) Técnico em Agropecuária	46 a 50		37,50 horas	01
c) Técnico em Enfermagem	51 a 55		40,00 horas	04
IV. SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR				
a) Fonoaudiólogo	56 a 60	A a F	20,00 horas	02
b) Psicólogo				02
c) Farmacêutico				02
d) Fisioterapeuta				02
e) Auxiliar de Contabilidade	61 a 65	A a F	37,50 horas	01
f) Assistente Social	66 a 70	A a F	40,00 horas	01
g) Coordenador do Centro de Referência da Assistência Social			40,00 horas	01
h) Engenheiro Civil	71 a 75	A a F	20,00 horas	01
i) Enfermeiro	76 a 80	A a F	40,00 horas	02
j) Médico Veterinário	81 a 85	A a F	37,50 horas	02
k) Psicólogo			40,00 horas	01
l) Contador	86 a 90	A a F	37,50 horas	01
m) Agente de Controle Interno				01
n) Biólogo				01
o) Advogado				01
p) Odontólogo	96 a 100	A a F	40,00 horas	01
q) Médico – Clínica Geral	101 a 105	A a F	20,00 horas	02
r) Médico - Ginecologista				01
s) Médico – Clínica Geral	106 a 110	A a F	40,00 horas	01



4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

Lei Complementar nº 053, de 01 de Novembro de 2013.

A N E X O II

DESCRIÇÃO DE HABILITAÇÃO E ATRIBUIÇÕES GERAIS DOS CARGOS, POR CARREIRAS.

CARREIRAS	Nº DE VAGAS	HABILITAÇÃO		ATRIBUIÇÕES	
		Cargos	Descrição da Habilitação	Genéricas	Específicas
I AGENTES DE SERVIÇOS GERAIS	39	Agente de Copa e Limpeza	Alfabetização	Cargos existentes para executar serviços auxiliares, de menor complexidade, nos diversos setores da Administração, como no funcionamento de escolas, unidades de saúde, na execução de limpeza e higienização de ambientes, no preparo e fornecimento de merenda e refeições e outros afins; nos serviços de vigia e proteção de bens públicos; na execução de serviços de limpeza e manutenção de bens, inclusive prediais e de logradouros públicos urbanos e rodovias municipais, de bens públicos e de estradas municipais, limpeza e manutenção de máquinas rodoviárias e veículos; serviços diversos, não qualificados junto à escolas e unidades de saúde; serviços auxiliares e de suporte às ações de saúde, inclusive em ações preventivas e orientativas.	Executar serviços de limpeza predial, higienização de ambientes de trabalho, de estar, circulação e sanitários; serviços de copa em repartições municipais, inclusive em repartições de serviços sociais e de saúde; serviços de limpeza e manutenção interna e externa; participar de serviços em equipe, especialmente na ocorrência de eventos coletivos, comunitários, cívicos e festivos, organizados pela Administração Municipal; auxiliar outros servidores da repartição, observadas as competências e habilitação; atender designações legais.
		Merendeira			Serviços de preparo e fornecimento de refeições nas escolas municipais, com obediência às regras mínimas de higiene e limpeza, regras de nutrição e do programa nacional de alimentação escolar; preparar refeições segundo cardápio previamente elaborado por profissional em Nutrição; servir as refeições aos alunos, com urbanidade e respeito; executar limpeza de ambientes escolares, limpeza e higienização de utensílios e equipamentos de cozinha, cultivo de legumes e hortaliças em hortas escolares; e outros serviços afins junto às escolas municipais; atender designações legais.
		Agente Comunitário de Saúde	Ensino Fundamental, curso introdutório de formação inicial e continuada e residir na microárea de atuação.		Executar atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor municipal, mediante: I - a utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sócio-cultural da comunidade; II - a promoção de ações de educação para a saúde individual e coletiva; III - o registro, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde; IV - o estímulo à participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde; V - a realização de visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família; e VI - a participação em ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida; Realizar outros serviços junto às Unidades Básicas de Saúde, após executadas as atribuições antes elencadas; atender designações legais.

Continuação



5
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

Lei Complementar nº 053, de 01 de Novembro de 2013.

AGENTES DE SERVIÇOS GERAIS	-	Auxiliar de Serviços Gerais	Alfabetização	Cargos existentes para executar serviços auxiliares, de menor complexidade, nos diversos setores da Administração, como no funcionamento de escolas, unidades de saúde, na execução de limpeza e higienização de ambientes, no preparo e fornecimento de merenda e refeições e outros afins; nos serviços de vigia e proteção de bens públicos; na execução de serviços de limpeza e manutenção de bens, inclusive prediais e de logradouros públicos urbanos e rodovias municipais, de bens públicos e de estradas municipais, limpeza e manutenção de máquinas rodoviárias e veículos; serviços diversos, não qualificados junto à escolas e unidades de saúde; serviços auxiliares e de suporte às ações de saúde, inclusive em ações preventivas e orientativas.	Executar serviços de pouca complexidade na manutenção de bens públicos, compreendendo a limpeza, pequenas reformas, restaurações, pinturas e outros, inclusive auxiliar na construção ou montagem, em prédios públicos, praças, ruas, estradas, pontes, pontilhões e bueiros; serviços braçais de capinagem, abertura e manutenção de sarjetas, desaguedouros, "bocas de bueiros" e "bocas de lobo"; retirada e mareteamento de pedras em vias públicas; serviços de limpeza e de lavagem de veículos, caminhões e máquinas, inclusive no conserto de pneus e auxílio nos serviços de mecânica, além de outras atribuições, segundo as necessidades da repartição; participar de eventos coletivos e públicos promovidos pela Administração; atender designações, quando legais.
		Auxiliar de Creche	Ensino Médio		Serviços auxiliares em creches e em escolas de Educação Infantil, como a limpeza e higienização de ambientes, móveis e utensílios, preparo de alimentação, atenção com as crianças, lavagem e limpeza de roupas e outros afins; auxiliar professores e outros profissionais na execução dos serviços próprios das escolas (de educação infantil) e das creches; receber e atender as crianças, até o início das atividades e acompanhá-las, ao final do expediente, até a saída do estabelecimento; executar outros serviços auxiliares, para o pleno funcionamento das creches e escolas de Educação Infantil; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; participar de eventos públicos e coletivos promovidos pelo órgão municipal de educação, e o de assistência social; atender designações, quando legais.

Continuação



6
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

Lei Complementar nº 053, de 01 de Novembro de 2013.

I AGENTES DE SERVIÇOS GERAIS	-	<i>Auxiliar de Consultório Dentário</i>	Ensino Médio	Cargos existentes para executar serviços auxiliares, de menor complexidade, nos diversos setores da Administração, como no funcionamento de escolas, unidades de saúde, na execução de limpeza e higienização de ambientes, no preparo e fornecimento de merenda e refeições e outros afins; nos serviços de vigia e proteção de bens públicos; na execução de serviços de limpeza e manutenção de bens, inclusive prediais e de logradouros públicos urbanos e rodovias municipais, de bens públicos e de estradas municipais, limpeza e manutenção de máquinas rodoviárias e veículos; serviços diversos, não qualificados junto à escolas e unidades de saúde; serviços auxiliares e de suporte às ações de saúde, inclusive em ações preventivas e orientativas.	I - realizar ações de promoção e prevenção em saúde bucal para as famílias, grupos e indivíduos, mediante planejamento local e protocolos de atenção à saúde; II - proceder à desinfecção e à esterilização de materiais e instrumentos utilizados; III - preparar e organizar instrumental e materiais necessários; IV - instrumentalizar e auxiliar o cirurgião dentista procedimentos clínicos; V - cuidar da manutenção e conservação dos equipamentos odontológicos; VI - organizar a agenda clínica; VII - acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da equipe de saúde da família, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar; VIII - participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF; executar outras atribuições para o bom desempenho dos programas de saúde bucal; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; tratar as pessoas com urbanidade e respeito; atender designações, quando legais.
		<i>Auxiliar Administrativo</i>		Executar serviços de auxiliar em serviços e atividades administrativas e burocráticas, como digitação de documentos, arquivamento, protocolo, recepção e encaminhamento de pessoas nas repartições públicas, operação de máquinas fotocopadoras; auxiliar nas atividades contábeis, financeiras, administrativas, fazendárias, de recursos humanos, em compras e licitações; controle patrimonial; auxiliar na execução de atividades burocráticas nos diversos setores da Administração; redação oficial; participar em comissões e equipes de trabalho; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; e outras atividades administrativas junto aos diversos órgãos da Administração.	

Continuação



7
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

Lei Complementar nº 053, de 01 de Novembro de 2013.

<p>II</p> <p>AGENTES DE SERVIÇOS DE APOIO E OPERACIONAIS.</p>	<p>54</p>	<p>Recepcionista</p>	<p>Ensino Médio</p>	<p>Cargos existentes para desenvolver, em área de maior complexidade, tais como: serviços não técnicos de saúde; operação de máquinas agrícolas e rodoviárias, em serviços de infra-estrutura agrícola, rodoviária e urbana; operação e direção de veículos, ambulâncias e caminhões, nos serviços específicos; de execução direta de obras e serviços de construção, reforma e manutenção de bens públicos, inclusive de obras e serviços de manutenção do sistema viário municipal; serviços de manutenção e recuperação de máquinas agrícolas, rodoviárias e veículos; serviços administrativos diversos, segundo as necessidades dos órgãos administrativos; serviços de fiscalização sanitária, na produção e comercialização de alimentos e medicamentos e serviços de saúde; serviços e atividades sociais; serviços de operacionalização e fiscalização tributária, de obras e posturas, compreendendo cadastramento mobiliária e de contribuintes; serviços de organização e atendimento de bibliotecas; serviços de tesouraria e pagadoria.</p>	<p>Serviços de recepção e encaminhamento de pessoas às diversas repartições na Prefeitura Municipal ou em outras dependências administrativas; controle de agenda de seus superiores; digitação de correspondência oficial e outros documentos; operação de computadores, para melhor desempenho das atribuições do cargo; operação de máquinas fotocopadoras, centrais telefônicas e fax; correspondência eletrônica do interesse da Administração; controle de correspondências expedidas e recebidas; protocolo de documentos; auxiliar em outras atividades administrativas; participar de eventos públicos e coletivos promovidos pela Administração Municipal; participar de comissões e de trabalhos em equipe; atender designações, quando legais.</p>
		<p>Telefonista</p>		<p>Serviços de operação de centrais telefônicas, execução e recepção e destinação de ligações telefônicas, controle de listas e agendas telefônicas, conforme determinar o interesse e os serviços públicos; operação de equipamentos de fax; prover correspondência eletrônica de interesse da Administração; controle de correspondências recebidas e expedidas; protocolo de documentos; recepção e encaminhamento de pessoas e documentos; auxiliar em outras atividades administrativas; digitação de correspondência oficial e outros documentos; operação de computadores, para melhor desempenho das atribuições do cargo participar de eventos públicos e coletivos promovidos pela Administração Municipal; participar de comissões e de trabalhos em equipe; atender designações, quando legais.</p>	<p>Realizar serviços de inseminação em gado bovino, nas propriedades rurais; manutenção dos equipamentos e guarda dos materiais próprios; dirigir o veículo que lhe for colocado à disposição, bem como prover sua limpeza e manutenção básica; executar os serviços sob orientação da medicina veterinária; orientar os proprietários rurais, acerca de conhecimentos técnicos sobre inseminação e sanidade animal; elaborar relatórios, mapas e estatísticas de atendimento e de resultados efetivos do trabalho; participar da formulação das políticas pertinentes à agropecuária; participar em comissões e em trabalhos em equipe; participar em eventos públicos e coletivos promovidos pela Administração e de interesse da agropecuária; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender à designações, quando legais; outras atribuições pertinentes ao cargo.</p>
		<p>Inseminador</p>	<p>Alfabetização e curso específico</p>		

Continuação



8

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 053, de 01 de Novembro de 2013.

<p>II</p> <p>AGENTES DE SERVIÇOS DE APOIO E OPERACIONAIS.</p>	-	Fiscal	Ensino Médio	Cargos existentes para desenvolver, em área de maior complexidade, tais como: serviços não técnicos de saúde; operação de máquinas agrícolas e rodoviárias, em serviços de infra-estrutura agrícola, rodoviária e urbana; operação e direção de veículos, ambulâncias e caminhões, nos serviços específicos; de execução direta de obras e serviços de construção, reforma e manutenção de bens públicos, inclusive de obras e serviços de manutenção do sistema viário municipal; serviços de manutenção e recuperação de máquinas agrícolas, rodoviárias e veículos; serviços administrativos diversos, segundo as necessidades dos órgãos administrativos; serviços de fiscalização sanitária, na produção e comercialização de alimentos e medicamentos e serviços de saúde; serviços e atividades sociais; serviços de operacionalização e fiscalização tributária, de obras e posturas, compreendendo cadastramento mobiliária e de contribuintes; serviços de organização e atendimento de bibliotecas; serviços de tesouraria e pagadoria.	Executar os serviços de fiscalização tributária, fazendária, de obras e de posturas, segundo determinar e legislação pertinente; proceder ao controle do cadastro de contribuintes e do cadastro imobiliário; controle do lançamento e da cobrança tributária, bem como da dívida ativa não tributária; proceder autuações e notificações, quando necessário; solicitar ao setor jurídico quando necessário a execução fiscal de créditos do Município; expedir avisos de cobrança; participar de comissões e de equipes de trabalho; participar em eventos públicos e coletivos, quando promovidos pela Administração; atender designações, quando legais; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; executar outras atribuições, para o pleno atendimento das normas que deva conhecer e aplicar.
		Operador de Máquinas Agrícolas Operador de Motoniveladora Operador de Trator de Esteiras Operador de Pá Carregadeira Operador de Retroescavadeira Operador de Escavadeira Hidráulica	Alfabetização e habilitação mínima prevista no art. 143, III a art. 144, do CTB.		Operar máquinas nos serviços de infra-estrutura rodoviária, agrícola, e urbana; promover a manutenção e recuperação preventiva das máquinas e de seus componentes; executar outros serviços na respectiva repartição, sempre que a máquina estiver fora de ação, por motivo de recuperação, ou quando não houver a necessidade de sua utilização (inclusive trabalhos braçais); auxiliar outros operadores, motoristas e outros agentes da repartição nos serviços correlatos, inclusive de carga e descarga; auxiliar mecânicos na manutenção da respectiva máquina; participar de equipes de trabalho e em comissões; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação.
		Operador de Balsa	Alfabetização		Executar serviços de operação de balsa, na travessia de veículos, máquinas e pessoas em rios, no sistema rodoviário municipal, bem como manter preventivamente os equipamentos; executar outros serviços decorrentes da operação, como preparo e manutenção dos locais de atracação; orientar os usuários do serviço, acerca das normas de segurança; zelar pela segurança própria, de terceiros e do patrimônio público ou particular, na operação de balsas; participar de equipes de trabalho e em comissões; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação.

Continuação



9

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 053, de 01 de Novembro de 2013.

<p>II</p> <p>AGENTES DE SERVIÇOS DE APOIO E OPERACIONAIS.</p>	-	Motorista	Alfabetização e habilitação mínima prevista no art. 143, c/c art. 146, do CTB, conforme o caso.	Cargos existentes para desenvolver, em área de maior complexidade, tais como: serviços não técnicos de saúde; operação de máquinas agrícolas e rodoviárias, em serviços de infra-estrutura agrícola, rodoviária e urbana; operação e direção de veículos, ambulâncias e caminhões, nos serviços específicos; de execução direta de obras e serviços de construção, reforma e manutenção de bens públicos, inclusive de obras e serviços de manutenção do sistema viário municipal; serviços de manutenção e recuperação de máquinas agrícolas, rodoviárias e veículos; serviços administrativos diversos, segundo as necessidades dos órgãos administrativos; serviços de fiscalização sanitária, na produção e comercialização de alimentos e medicamentos e serviços de saúde; serviços e atividades sociais; serviços de operacionalização e fiscalização tributária, de obras e posturas, compreendendo cadastramento mobiliária e de contribuintes; serviços de organização e atendimento de bibliotecas; serviços de tesouraria e pagadoria.	Exercer a direção de automóveis, utilitários, ônibus e caminhões da municipalidade, para o transporte de materiais, especialmente nos serviços de infra-estrutura rodoviária e urbana; transporte de pessoas, inclusive de urgência e emergência e de transporte escolar; estar disponível para outros serviços na repartição sempre que necessário, ou quando o veículo estiver fora de operação (inclusive trabalhos braçais); cooperar com os demais agentes em suas funções, inclusive nos serviços de mecânica; executar os serviços de carga e descarga; promover a manutenção preventiva e limpeza do veículo e de seus componentes; participar de equipes de trabalho e em comissões; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; atender designações, quando legais; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação.
		Agente de Construção e Manutenção	Alfabetização	Cargos existentes para desenvolver, em área de maior complexidade, tais como: serviços não técnicos de saúde; operação de máquinas agrícolas e rodoviárias, em serviços de infra-estrutura agrícola, rodoviária e urbana; operação e direção de veículos, ambulâncias e caminhões, nos serviços específicos; de execução direta de obras e serviços de construção, reforma e manutenção de bens públicos, inclusive de obras e serviços de manutenção do sistema viário municipal; serviços de manutenção e recuperação de máquinas agrícolas, rodoviárias e veículos; serviços administrativos diversos, segundo as necessidades dos órgãos administrativos; serviços de fiscalização sanitária, na produção e comercialização de alimentos e medicamentos e serviços de saúde; serviços e atividades sociais; serviços de operacionalização e fiscalização tributária, de obras e posturas, compreendendo cadastramento mobiliária e de contribuintes; serviços de organização e atendimento de bibliotecas; serviços de tesouraria e pagadoria.	Execução dos serviços de manutenção e reparação e reforma predial e na execução de obras e serviços em prédios e logradouros públicos; execução de obras, de menor porte, como bueiros, sarjetas e outras formas de esgotamento de águas pluviais ou de pequenos córregos e vertentes; manutenção e recuperação de pontes, pontilhões e bueiros, bem como a sua construção, quando de menor complexidade; executar outros serviços pertinentes à especialidade de pedreiro e carpinteiro; estar sempre disponível para trabalhos externos e para auxiliar em outras atividades e serviços do órgão, inclusive para a preparação e montagem de estruturas para eventos públicos, como festivais, feiras, exposições e outros; além de serviços elementares em instalações elétricas e hidrossanitárias.
		Mecânico			Executar serviços nas atividades e ações de manutenção preventiva e de recuperação de máquinas, veículos e implementos pertencentes ao patrimônio público municipal; executar serviços de lavagem e lubrificação, montagem e desmontagem mecânica e de componentes de máquinas e veículos; promover a troca de óleos, verificação de sistemas elétricos, de refrigeração, hidráulicos e outros; serviços de montagem, desmontagem e troca de pneus; orientação operacional a motoristas e operadores; outros serviços e manutenção e recuperação mecânica, inclusive de acessórios e equipamentos, sempre com o objetivo de prevenção e de manutenção da segurança operacional; participar de equipes de trabalho e em comissões; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; atender designações, quando legais; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento.



10

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 053, de 01 de Novembro de 2013.

Continuação

<p>II</p> <p>AGENTES DE SERVIÇOS DE APOIO E OPERACIONAIS.</p>	-	Agente de Vigilância Sanitária	Ensino Médio	<p>Cargos existentes para desenvolver, em área de maior complexidade, tais como: serviços não técnicos de saúde; operação de máquinas agrícolas e rodoviárias, em serviços de infra-estrutura agrícola, rodoviária e urbana; operação e direção de veículos, ambulâncias e caminhões, nos serviços específicos; de execução direta de obras e serviços de construção, reforma e manutenção de bens públicos, inclusive de obras e serviços de manutenção do sistema viário municipal; serviços de manutenção e recuperação de máquinas agrícolas, rodoviárias e veículos; serviços administrativos diversos, segundo as necessidades dos órgãos administrativos; serviços de fiscalização sanitária, na produção e comercialização de alimentos e medicamentos e serviços de saúde; serviços e atividades sociais; serviços de operacionalização e fiscalização tributária, de obras e posturas, compreendendo cadastramento mobiliária e de contribuintes; serviços de organização e atendimento de bibliotecas; serviços de tesouraria e pagadoria.</p>	<p>Executar os serviços de vigilância sanitária e de vigilância em saúde, inclusive ambiental, de média e alta complexidade, segundo as normas de saúde pública, especialmente às emanadas pelos gestores do SUS, do órgão estadual de saúde e da ANVISA; coordenar as ações de fiscalização, autuação e notificação; cumprir e executar o conjunto normativo relativo à vigilância sanitária de produtos e serviços, da vigilância ambiental e de saúde; auxiliar a estrutura municipal e o órgão municipal de saúde, na execução das atribuições e competências próprias do Município, em saúde pública; utilizar sistemas e equipamentos (inclusive automóveis), para a cabal consecução de suas atribuições; participar de equipes de trabalho e em comissões; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; participar de cursos de capacitação e aperfeiçoamento; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação.</p>
		Agente Administrativo		<p>Executar serviços e atividades administrativas, em todos os setores da Administração Municipal, digitação e controle de documentos e de atos oficiais; auxiliar nos serviços burocráticos, especialmente nas áreas de recursos humanos, compras e licitações, redação oficial, inclusive de correspondências e de técnica legislativa; controlar a publicação de atos administrativos e legais e no cumprimento das disposições legais pertinentes à Administração Pública; execução de controle patrimonial; auxiliar e executar serviços das áreas contábeis, administrativas, legislativas, sempre sob coordenação técnica, quando exigida; participar de equipes de trabalho e em comissões; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; participar de cursos de capacitação e aperfeiçoamento; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação.</p>	<p>Executar os serviços e as atividades de tesouraria e de pagadoria da Administração Municipal; controlar o fluxo e a aplicação das disponibilidades financeiras; executar pagamentos; emitir ordens de pagamento; gerenciar a aplicação e o controle de saldos bancários; controlar o fluxo e emitir boletins de caixa; cumprir todas as normas inerentes ao controle financeiro da Administração Municipal, inclusive de seus fundos; sugerir medidas de contenção de gastos; participar de equipes de trabalho e em comissões; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; participar de cursos de capacitação e aperfeiçoamento; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; executar outros serviços de finanças, arrecadação e aplicação de recursos financeiros outros serviços afins.</p>
		Tesoureiro			



11
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

Lei Complementar nº 053, de 01 de Novembro de 2013.

Continuação

III SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO.	06	<i>Auxiliar de Enfermagem (Cargo em Extinção)</i>	<i>Ensino médio técnico ou com complementação específica e inscrição no respectivo Conselho Federal ou Regional que fiscaliza e regulamenta a profissão.</i>	<i>Cargos existentes para desempenhar funções inerentes às atividades técnico profissionais, relacionadas à área de apoio às atividades de saúde pública, atividades de assistência técnica à agropecuária; execução de serviços relacionados à contabilidade pública.</i>	<i>Exercer atividades auxiliares nos serviços de enfermagem, junto às unidades de saúde e no desenvolvimento dos programas, serviços e ações de saúde pública; atividades auxiliares aos demais profissionais de saúde, como instrumentistas; exercer atividades em campanhas de saúde pública, especialmente as de imunização e no controle epidemiológico, participar de equipes de trabalho e em comissões; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; executar outros serviços afins, além de outras atribuições inerentes à especialidade.</i>
		<i>Técnico em Agropecuária</i>			<i>Exercer as atividades de planejamento e de execução de planos, projetos, programas e atividades de expansão e de melhoria das atividades agropecuárias; assistência técnica às propriedades agropecuárias no Município; inserção de alternativas econômicas nas atividades agropecuárias; participar de equipes de trabalho e em comissões; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo.</i>
		<i>Técnico em Enfermagem</i>			<i>Exercer as atividades técnicas de enfermagem, além de participar dos serviços e das ações de saúde pública, junto às unidades de saúde e na operacionalização dos programas de saúde em que o Município seja participante ou os desenvolva especialmente os de saúde preventiva e das campanhas de saúde pública e de controle epidemiológico; participar de equipes de trabalho e em comissões; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; atender designações, quando legais; participar de cursos de capacitação e aperfeiçoamento; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo.</i>



12

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

Lei Complementar nº 053, de 01 de Novembro de 2013.

Continuação

<p>IV</p> <p>SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR.</p>	26	Farmacêutico	<p>Nível superior, segundo a especialidade do cargo e registro junto ao respectivo Conselho Profissional, quando legalmente exigido.</p>	<p>Cargos existentes para executar tarefas inerentes à sua capacitação profissional e científica, no que concerne à prestação de serviços de direito, de saúde em enfermagem, medicina (clínica geral e Ginecologista), e odontologia, assistência social, de assistência técnica e veterinária, voltadas ao desenvolvimento da agropecuária; execução e responsabilidade técnica nas áreas de contabilidade, finanças, planejamento governamental e de controle interno, administração, engenharia; execução e elaboração de projetos, programas e atividades relacionadas às respectivas áreas, sempre objetivando a transparência e a boa gestão administrativa, além de propiciar melhores condições de vida à população inerentes à cada área, conforme previamente estabelecido no planejamento municipal; serviços de controle interno, de biologia (voltada especialmente às atividades agropecuárias) e de direito administrativo. O Coordenador</p>	<p>Execução de serviços inerentes à especialidade profissional, especialmente nos serviços de farmacologia, manipulação, controle e entrega de medicamentos e outras atividades e ações de saúde pública, junto à unidades de saúde; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo e à formação profissional.</p>
		Auxiliar de Contabilidade		<p>Execução de serviços de contabilidade pública, segundo as normas legais pertinentes; auxiliar nas atividades e serviços de gestão fiscal e de planejamento orçamentário; controle orçamentário da receita e da despesa, através de lançamentos próprios; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo e à formação profissional.</p>	<p>Execução de serviços de contabilidade pública, segundo as normas legais pertinentes; auxiliar nas atividades e serviços de gestão fiscal e de planejamento orçamentário; controle orçamentário da receita e da despesa, através de lançamentos próprios; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo e à formação profissional.</p>
		Assistente Social		<p>Exercer as atribuições inerentes à formação técnica-profissional; especialmente no planejamento e na execução de planos, programas, ações e serviços de assistência social, com presença junto ao Conselho Municipal de Assistência Social, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo e à formação profissional.</p>	<p>Exercer as atribuições inerentes à formação técnica-profissional; especialmente no planejamento e na execução de planos, programas, ações e serviços de assistência social, com presença junto ao Conselho Municipal de Assistência Social, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo e à formação profissional.</p>



13

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 053, de 01 de Novembro de 2013.

		Coordenador do Centro de Referência da Assistência Social	do Centro de Referência da Assistência Social deverá ainda ter domínio da legislação referente a política nacional de assistência social e direitos sociais.	Articular, acompanhar e avaliar o processo de implantação do CRAS e a implementação dos programas, serviços, projetos da proteção social básica operacionalizadas nessa unidade; Coordenar a execução, o monitoramento, o registro e a avaliação das ações; Acompanhar e avaliar os procedimentos para a garantia da referência e contra-referência do CRAS; Coordenar a execução das ações de forma a manter o diálogo e a participação dos profissionais e das famílias, inseridas nos serviços ofertados pelo CRAS e pela rede prestadora de serviços no território; Definir com a equipe de profissionais critérios de inclusão, acompanhamento e desligamento das famílias; Definir com a equipe de profissionais o fluxo de entrada, acompanhamento, monitoramento, avaliação e desligamento das famílias; Definir com a equipe técnica os meios e os ferramentas teórico-metodológicos de trabalho social com famílias e os serviços socioeducativos de convívio; Avaliar sistematicamente, com a equipe de referência dos CRAS, a eficácia, eficiência e os impactos dos programas, serviços e projetos na qualidade de vida dos usuários; Efetuar ações de mapeamento, articulação e potencialização da rede socioassistencial e das demais políticas públicas no território de abrangência do CRAS.
--	--	---	--	---



14

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 053, de 01 de Novembro de 2013.

<i>Continuação</i>					
IV SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR.	-	Enfermeiro	<i>Nível superior, segundo a especialidade do cargo e registro junto ao respectivo Conselho Profissional, quando legalmente exigido.</i>	<p>Cargos existentes para executar tarefas inerentes à sua capacitação profissional e científica, no que concerne à prestação de serviços de direito, de saúde em enfermagem, medicina (clínica geral e Ginecologista), e odontologia, assistência social, de assistência técnica e veterinária, voltadas ao desenvolvimento da agropecuária; execução e responsabilidade técnica nas áreas de contabilidade, finanças, planejamento governamental e de controle interno, administração, engenharia; execução e elaboração de projetos, programas e atividades relacionadas às respectivas áreas, sempre objetivando a transparência e a boa gestão administrativa, além de propiciar melhores condições de vida à população inerentes à cada área, conforme previamente estabelecido no planejamento municipal; serviços de controle interno, de biologia (voltada especialmente às atividades agropecuárias) e de direito administrativo. O Coordenador do Centro de Referência da Assistência Social deverá ainda ter domínio da legislação referente a política nacional de assistência social e direitos sociais.</p>	<p>Exercer as atribuições inerentes à formação técnica-profissional, junto às unidades de saúde do Município, com atuação fundamentada nas ações preventivas; participar efetivamente na elaboração e na execução dos planos, programas, ações e serviços de saúde pública em que o Município seja participe ou que os desenvolva; atuar em todas as ações de controle epidemiológico, além de outras atribuições inerentes à enfermagem em saúde pública; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo e à formação profissional.</p>
		Fonoaudiólogo		<p>Exercer as atribuições inerentes à formação técnica-profissional, junto às unidades de saúde e escolas do Município, com atuação fundamentada nas ações preventivas; participar efetivamente na elaboração e na execução dos planos, programas, ações e serviços de saúde pública em que o Município seja participe ou que os desenvolva; implementar programas e ações de educação e de prevenção aos problemas decorrentes do mau uso da voz e, principalmente, para inibir problemas auditivos, além de outras atribuições inerentes à enfermagem em saúde pública; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo e à formação profissional.</p>	<p>Exercer as atribuições inerentes à formação técnica-profissional, junto às unidades de saúde e junto ao CRAS do Município, com atuação fundamentada nas ações preventivas e de assistência social; participar efetivamente na elaboração e na execução dos planos, programas, ações e serviços de saúde pública em que o Município seja participe ou que os desenvolva; atuar em todas as ações em que haja a necessidade de intervenção do Psicólogo; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo e à formação profissional.</p>
		Psicólogo			



15

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 053, de 01 de Novembro de 2013.

Continuação

<p>IV</p> <p>SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR.</p>	-	Fisioterapeuta	<p>Nível superior, segundo a especialidade do cargo e registro junto ao respectivo Conselho Profissional, quando legalmente exigido.</p>	<p>Cargos existentes para executar tarefas inerentes à sua capacitação profissional e científica, no que concerne à prestação de serviços de direito, de saúde em enfermagem, medicina (clínica geral e Ginecologista), e odontologia, assistência social, de assistência técnica e veterinária, voltadas ao desenvolvimento da agropecuária; execução e responsabilidade técnica nas áreas de contabilidade, finanças, planejamento governamental e de controle interno, administração, engenharia; execução e elaboração de projetos, programas e atividades relacionadas às respectivas áreas, sempre objetivando a transparência e a boa gestão administrativa, além de propiciar melhores condições de vida à população inerentes à cada área, conforme previamente estabelecido no planejamento municipal; serviços de controle interno, de biologia (voltada especialmente às atividades agropecuárias) e de direito administrativo. O Coordenador do Centro de Referência da Assistência Social deverá ainda ter domínio da legislação referente a política nacional de assistência social e direitos sociais.</p>	<p>Exercer as atribuições inerentes à formação técnico-profissional junto às unidades municipais de saúde e nas ações e serviços públicos de saúde; integrar equipe multidisciplinar de profissionais de saúde, especialmente nos programas de saúde preventiva e de atenção básica, como o Programa de Atenção Básica e de Saúde da Família; promover, organizar e participar de eventos próprios para orientação de pessoas ou de grupos de pessoas; prestar assistência e atendimento, de forma especial às pessoas da terceira idade; exercitar outras atribuições próprias e específicas da profissão, notadamente, quando de cunho preventivo; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo e à formação profissional.</p>
		Engenheiro Civil		<p>Execução de serviços segundo a especialidade profissional, elaborar projetos de obras novas, de restauração, manutenção e recuperação de prédios públicos e bens de uso comum, inclusive de logradouros públicos, rodovias e suas obras de arte; orientar os serviços e obras em todos os setores da Administração; exercer fiscalização em obras contratadas pelo Município; emitir pareceres para a aprovação de projetos de obras e de parcelamento do solo urbano executados por particulares; orientar acerca do tombamento de prédios históricos e da conservação predial de propriedade particular que ofereçam riscos à segurança das pessoas; elaborar planilhas de orçamento de custos; participar da elaboração do planejamento de ações da Administração; participar da elaboração e fiscalização das normas urbanísticas; executar outros serviços, segundo às especialidades profissionais; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo e à formação profissional.</p>	<p>Exercer as atribuições inerentes à formação técnica-profissional, elaborar e participar da elaboração de projetos de do planejamento, bem como em sua execução, voltados ao fomento e desenvolvimento da pecuária; prestar assistência médica veterinária junto às propriedades rurais no Município; promover ações preventivas no combate e erradicação de epidemias nos rebanhos pecuários no Município; participar da equipe de profissionais em agricultura e interagir em equipes multidisciplinares extensão rural e de assistência para a melhoria das condições de vida dos agricultores e seus familiares, inclusive, em conjunto com profissionais de organismos estaduais, federais ou de empresas que atuação no Município; responsabilizar-se pela supervisão e execução dos serviços de inspeção animal;; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo e à formação profissional.</p>
		Médico Veterinário			



16

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 053, de 01 de Novembro de 2013.

Continuação

<p>IV</p> <p>SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR.</p>	-	Contador	<p><i>Nível superior, segundo a especialidade do cargo e registro junto ao respectivo Conselho Profissional, quando legalmente exigido.</i></p>	<p><i>Cargos existentes para executar tarefas inerentes à sua capacitação profissional e científica, no que concerne à prestação de serviços de direito, de saúde em enfermagem, medicina (clínica geral e Ginecologista), e odontologia, assistência social, de assistência técnica e veterinária, voltadas ao desenvolvimento da agropecuária; execução e responsabilidade técnica nas áreas de contabilidade, finanças, planejamento governamental e de controle interno, administração, engenharia; execução e elaboração de projetos, programas e atividades relacionadas às respectivas áreas, sempre objetivando a transparência e a boa gestão administrativa, além de propiciar melhores condições de vida à população inerentes à cada área, conforme previamente estabelecido no planejamento municipal; serviços de controle interno, e de direito administrativo. O Coordenador do Centro de Referência da Assistência Social deverá ainda ter domínio da legislação referente a política nacional de assistência social e direitos sociais.</i></p>	<p><i>Exercer as atribuições inerentes à formação técnica-profissional, operacionalizar os serviços contábeis e de gestão fiscal, segundo as orientações legais e técnicas aplicáveis; supervisionar a execução orçamentária, contábil, financeira e patrimonial; participar da elaboração da legislação orçamentária; participar na elaboração do planejamento orçamentário; acompanhar e comunicar a necessidade de adoção de medidas fiscais, orçamentárias e financeiras, nos termos das normas de Direito Financeiro; cumprir as determinações do Tribunal de Contas do Estado; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo e à formação profissional.</i></p>
		Agente de Controle Interno		<p><i>Participar na coordenação e na execução das atribuições do Sistema de Controle Interno do Governo Municipal, conforme determina o art. 74, da C.F., nos arts. 54 parágrafo único e 59, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, nos arts. 60 e 61, da Lei Complementar Estadual nº 202/2000, além das finalidades e atribuições estabelecidas na Lei Orgânica do Município e em outra legislação Municipal; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento;</i></p>	

Continuação



17

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 053, de 01 de Novembro de 2013.

<p>IV</p> <p>SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR.</p>	-	Odontólogo	<p>Nível superior, segundo a especialidade do cargo e registro junto ao respectivo Conselho Profissional, quando legalmente exigido.</p>	<p>Cargos existentes para executar tarefas inerentes à sua capacitação profissional e científica, no que concerne à prestação de serviços de direito, de saúde em enfermagem, medicina (clínica geral e Ginecologista), e odontologia, assistência social, de assistência técnica e veterinária, voltadas ao desenvolvimento da agropecuária; execução e responsabilidade técnica nas áreas de contabilidade, finanças, planejamento governamental e de controle interno, administração, engenharia; execução e elaboração de projetos, programas e atividades relacionadas às respectivas áreas, sempre objetivando a transparência e a boa gestão administrativa, além de propiciar melhores condições de vida à população inerentes à cada área, conforme previamente estabelecido no planejamento municipal; serviços de controle interno, de biologia (voltada especialmente às atividades agropecuárias) e de direito administrativo. O Coordenador do Centro de Referência da Assistência Social deverá ainda ter domínio da legislação referente a política nacional de assistência social e direitos sociais.</p>	<p>Exercer as atribuições inerentes à formação técnica-profissional, junto às unidades de saúde do Município, com atuação fundamentada nas ações preventivas; participar efetivamente na execução dos planos, programas, ações e serviços de saúde pública em que o Município seja participante ou que os desenvolva, dando preferência às ações preventivas; participar em programas, ações e serviços de saúde pública e interagir com os demais profissionais de saúde; participar de equipes multidisciplinares que objetivem a melhoria das condições de vida da população local; além de outras atribuições inerentes à odontologia em saúde pública; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo e à formação profissional.</p>
		Advogado		<p>Exercer as atribuições inerentes à formação técnico-profissional, especialmente nas questões diretamente relacionadas ao direito administrativo e nas intervenções exigidas pela legislação específica, especialmente nos processos administrativos relacionados às compras, licitações, contratações, permissões, concessões, cessões; nos processos administrativos relativos aos recursos humanos; e em outros processos administrativos que requeiram a intervenção de profissional do Direito; prestar assessoramento e orientação jurídica aos titulares dos órgãos da Administração Municipal e aos servidores, sempre que necessário e de interesse da Administração; representar o Município, através de instrumento legal próprio, junto ao Poder Judiciário, sempre que necessária a defesa de interesses públicos do Município; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo e à formação profissional.</p>	<p>Exercer as atribuições inerentes à formação técnica-profissional, nas unidades de saúde do Município, com atuação fundamentada nas ações preventivas; participar efetivamente na elaboração e na execução de planos, programas, ações e serviços de saúde pública em que o Município seja participante ou que os desenvolva; atuar em todas as ações de controle epidemiológico; participar de programas de conscientização e de implementação de projetos de saneamento; participar em programas, ações e serviços de saúde pública e interagir com os demais profissionais de saúde; participar de equipes multidisciplinares que objetivem a melhoria das condições de vida da população local; promover a orientação da população para a promoção de ações preventivas; e outras atribuições inerentes à medicina em saúde pública; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo e à formação profissional.</p>
		Médico – Clínico Geral, e Médico – Ginecologista.			
TOTAL	125				



18
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

Lei Complementar nº 053, de 01 de Novembro de 2013.

ANEXO III

TABELA DE VENCIMENTOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

I – AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

NÍVEL	REFERÊNCIAS						CARGOS
	A	B	C	D	E	F	
01	807,10	815,17	823,24	831,31	839,38	847,46	- Agente de Limpeza e Copa; - Merendeira; - Agente Comunitário de Saúde; e - Auxiliar de Serviços Gerais.
02	855,53	863,60	871,67	879,74	887,81	895,88	
03	903,95	912,02	920,09	928,17	936,24	944,31	
04	952,38	960,45	968,52	976,59	984,66	992,73	
05	1.000,80	1.008,88	1.016,95	1.025,02	1.033,09	1.041,16	
06	897,28	906,25	915,23	924,20	933,17	942,14	- Recepcionista; - Telefonista; e - Inseminador.
07	951,12	960,09	969,06	978,04	987,01	995,98	
08	1.004,95	1.013,93	1.022,90	1.031,87	1.040,84	1.049,82	
09	1.058,79	1.067,76	1.076,74	1.085,71	1.094,68	1.103,65	
10	1.112,63	1.121,60	1.130,57	1.139,55	1.148,52	1.157,49	
11	945,24	954,69	964,14	973,60	983,05	992,50	- Auxiliar de Consultório Dentário; - Auxiliar de Creche;
12	1.001,95	1.011,41	1.020,86	1.030,31	1.039,76	1.049,22	
13	1.058,67	1.068,12	1.077,57	1.087,03	1.096,48	1.105,93	
14	1.115,38	1.124,84	1.134,29	1.143,74	1.153,19	1.162,65	
15	1.172,10	1.181,55	1.191,00	1.200,45	1.209,91	1.219,36	



19
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

Lei Complementar nº 053, de 01 de Novembro de 2013.

ANEXO III

TABELA DE VENCIMENTOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

II – AGENTES DE SERVIÇOS DE APOIO E OPERACIONAIS

Continuação

NÍVEL	REFERÊNCIAS						CARGOS
	A	B	C	D	E	F	
16	1.134,29	1.145,63	1.156,98	1.168,32	1.179,66	1.191,00	- Operador de Máquina Agrícolas – Operador de Rolo Compactador – Operador de Pá Carregadeira – Operador de Retroescavadeira – Operador de Balsa – Motorista.
17	1.202,35	1.213,69	1.225,03	1.236,38	1.247,72	1.259,06	
18	1.270,40	1.281,75	1.293,09	1.304,43	1.315,78	1.327,12	
19	1.338,46	1.349,81	1.361,15	1.372,49	1.383,83	1.395,18	
20	1.406,52	1.417,86	1.429,21	1.440,55	1.451,89	1.463,23	
21	1.221,06	1.233,27	1.245,48	1.257,69	1.269,90	1.282,11	- Agente de Construção e Manutenção.
22	1.294,32	1.306,53	1.318,74	1.330,96	1.343,17	1.355,38	
23	1.367,59	1.379,80	1.392,01	1.404,22	1.416,43	1.428,64	
24	1.440,85	1.453,06	1.465,27	1.477,48	1.489,69	1.501,90	
25	1.514,11	1.526,33	1.538,54	1.550,75	1.562,96	1.575,17	



20
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

Lei Complementar nº 053, de 01 de Novembro de 2013.

ANEXO III

TABELA DE VENCIMENTOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

II – AGENTES DE SERVIÇOS DE APOIO E OPERACIONAIS

NÍVEL	REFERÊNCIAS						CARGOS
	A	B	C	D	E	F	
26	1.236,08	1.248,44	1.260,80	1.273,16	1.285,52	1.297,88	- Agente de Vigilância Sanitária.
27	1.310,24	1.322,61	1.334,97	1.347,33	1.359,69	1.372,05	
28	1.384,41	1.396,77	1.409,13	1.421,49	1.433,85	1.446,21	
29	1.458,57	1.470,94	1.483,30	1.495,66	1.508,02	1.520,38	
30	1.532,74	1.545,10	1.557,46	1.569,82	1.582,18	1.594,54	
31	1.352,41	1.365,93	1.379,46	1.392,98	1.406,51	1.420,03	- Operador de Escavadeira Hidráulica; - Operador de Motoniveladora; - Operador de Trator de Esteiras.
32	1.433,55	1.447,08	1.460,60	1.474,13	1.487,65	1.501,18	
33	1.514,70	1.528,22	1.541,75	1.555,27	1.568,80	1.582,32	
34	1.595,84	1.609,37	1.622,89	1.636,42	1.649,94	1.663,46	
35	1.676,99	1.690,51	1.704,04	1.717,56	1.731,08	1.744,61	
36	1.413,47	1.427,60	1.441,74	1.455,87	1.470,01	1.484,14	- Agente Administrativo; - Auxiliar Administrativo; - Tesoureiro; - Fiscal.
37	1.498,28	1.512,41	1.526,55	1.540,68	1.554,82	1.568,95	
38	1.583,09	1.597,22	1.611,36	1.625,49	1.639,63	1.653,76	
39	1.667,89	1.682,03	1.696,16	1.710,30	1.724,43	1.738,57	
40	1.752,70	1.766,84	1.780,97	1.795,11	1.809,24	1.823,38	
56	2.164,62	2.186,27	2.207,91	2.229,56	2.251,20	2.272,85	- Mecânico.
57	2.294,50	2.316,14	2.337,79	2.359,44	2.381,08	2.402,73	
58	2.424,37	2.446,02	2.467,67	2.489,31	2.510,96	2.532,61	
59	2.554,25	2.575,90	2.597,54	2.619,19	2.640,84	2.662,48	
60	2.684,13	2.705,78	2.727,42	2.749,07	2.770,71	2.792,36	



21
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

Lei Complementar nº 053, de 01 de Novembro de 2013.

ANEXO III

TABELA DE VENCIMENTOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

III – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO

Continuação

NÍVEL	REFERÊNCIAS						CARGOS
	A	B	C	D	E	F	
41	1.457,64	1.472,22	1.486,79	1.501,37	1.515,95	1.530,52	- Auxiliar de Enfermagem – Cargo em extinção.
42	1.545,10	1.559,67	1.574,25	1.588,83	1.603,40	1.617,98	
43	1.632,56	1.647,13	1.661,71	1.676,29	1.690,86	1.705,44	
44	1.720,02	1.734,59	1.749,17	1.763,74	1.778,32	1.792,90	
45	1.807,47	1.822,05	1.836,63	1.851,20	1.865,78	1.880,36	
46	1.498,55	1.513,54	1.528,52	1.543,51	1.558,49	1.573,48	Técnico Agrícola
47	1.588,46	1.603,45	1.618,43	1.633,42	1.648,41	1.663,39	
48	1.678,38	1.693,36	1.708,35	1.723,33	1.738,32	1.753,30	
49	1.768,29	1.783,27	1.798,26	1.813,25	1.828,23	1.843,22	
50	1.858,20	1.873,19	1.888,17	1.903,16	1.918,14	1.933,13	
51	1.599,46	1.615,45	1.631,45	1.647,44	1.663,44	1.679,43	Técnico em Enfermagem
52	1.695,43	1.711,42	1.727,42	1.743,41	1.759,41	1.775,40	
53	1.791,40	1.807,39	1.823,38	1.839,38	1.855,37	1.871,37	
54	1.887,36	1.903,36	1.919,35	1.935,35	1.951,34	1.967,34	
55	1.983,33	1.999,33	2.015,32	2.031,31	2.047,31	2.063,30	



22
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

Lei Complementar nº 053, de 01 de Novembro de 2013.

ANEXO III

TABELA DE VENCIMENTOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO IV – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR

NÍVEL	REFERÊNCIAS						CARGOS
	A	B	C	D	E	F	
56	2.164,62	2.186,27	2.207,91	2.229,56	2.251,20	2.272,85	- Farmacêutico (20h/s); - Fisioterapeuta (20h/s); - Psicólogo (20h/s); e - Fonoaudiólogo (20 h/s)
57	2.294,50	2.316,14	2.337,79	2.359,44	2.381,08	2.402,73	
58	2.424,37	2.446,02	2.467,67	2.489,31	2.510,96	2.532,61	
59	2.554,25	2.575,90	2.597,54	2.619,19	2.640,84	2.662,48	
60	2.684,13	2.705,78	2.727,42	2.749,07	2.770,71	2.792,36	
61	2.220,14	2.242,34	2.264,54	2.286,74	2.308,95	2.331,15	- Auxiliar de Contabilidade.
62	2.353,35	2.375,55	2.397,75	2.419,95	2.442,15	2.464,36	
63	2.486,56	2.508,76	2.530,96	2.553,16	2.575,36	2.597,56	
64	2.619,77	2.641,97	2.664,17	2.686,37	2.708,57	2.730,77	
65	2.752,97	2.775,18	2.797,38	2.819,58	2.841,78	2.863,98	
66	2.727,06	2.754,33	2.781,60	2.808,87	2.836,14	2.863,41	Coordenador do Centro de Referência da Assistência Social Assistente Social
67	2.890,68	2.917,95	2.945,22	2.972,50	2.999,77	3.027,04	
68	3.054,31	3.081,58	3.108,85	3.136,12	3.163,39	3.190,66	
69	3.217,93	3.245,20	3.272,47	3.299,74	3.327,01	3.354,28	
70	3.381,55	3.408,83	3.436,10	3.463,37	3.490,64	3.517,91	



23

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

Lei Complementar nº 053, de 01 de Novembro de 2013.

ANEXO III
TABELA DE VENCIMENTOS
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO
IV – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR

NÍVEL	REFERÊNCIAS						CARGOS
	A	B	C	D	E	F	
71	2.981,13	3.010,94	3.040,75	3.070,56	3.100,38	3.130,19	- Engenheiro Civil (20h/s).
72	3.160,00	3.189,81	3.219,62	3.249,43	3.279,24	3.309,05	
73	3.338,87	3.368,68	3.398,49	3.428,30	3.458,11	3.487,92	
74	3.517,73	3.547,54	3.577,36	3.607,17	3.636,98	3.666,79	
75	3.696,60	3.726,41	3.756,22	3.786,04	3.815,85	3.845,66	
76	3.496,67	3.531,64	3.566,60	3.601,57	3.636,54	3.671,50	- Enfermeiro.
77	3.706,47	3.741,44	3.776,40	3.811,37	3.846,34	3.881,30	
78	3.916,27	3.951,24	3.986,20	4.021,17	4.056,14	4.091,10	
79	4.126,07	4.161,04	4.196,00	4.230,97	4.265,94	4.300,90	
80	4.335,87	4.370,84	4.405,80	4.440,77	4.475,74	4.510,70	
81	4.001,77	4.041,79	4.081,81	4.121,82	4.161,84	4.201,86	- Médico Veterinário; - Psicólogo (40 h/s).
82	4.241,88	4.281,89	4.321,91	4.361,93	4.401,95	4.441,96	
83	4.481,98	4.522,00	4.562,02	4.602,04	4.642,05	4.682,07	
84	4.722,09	4.762,11	4.802,12	4.842,14	4.882,16	4.922,18	
85	4.962,19	5.002,21	5.042,23	5.082,25	5.122,27	5.162,28	
86	4.255,23	4.297,78	4.340,33	4.382,89	4.425,44	4.467,99	- Agente de Controle Interno; - Biólogo; e - Contador.
87	4.510,54	4.553,10	4.595,65	4.638,20	4.680,75	4.723,31	
88	4.765,86	4.808,41	4.850,96	4.893,51	4.936,07	4.978,62	
89	5.021,17	5.063,72	5.106,28	5.148,83	5.191,38	5.233,93	
90	5.276,49	5.319,04	5.361,59	5.404,14	5.446,69	5.489,25	



24

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

Lei Complementar nº 053, de 01 de Novembro de 2013.

ANEXO III

TABELA DE VENCIMENTOS
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

IV – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR

NÍVEL	REFERÊNCIAS						CARGOS
	A	B	C	D	E	F	
91	4.497,61	4.542,59	4.587,56	4.632,54	4.677,51	4.722,49	- Advogado (16 h/s).
92	4.767,47	4.812,44	4.857,42	4.902,39	4.947,37	4.992,35	
93	5.037,32	5.082,30	5.127,28	5.172,25	5.217,23	5.262,20	
94	5.307,18	5.352,16	5.397,13	5.442,11	5.487,08	5.532,06	
95	5.577,04	5.622,01	5.666,99	5.711,96	5.756,94	5.801,92	
96	4.798,38	4.846,36	4.894,35	4.942,33	4.990,32	5.038,30	- Odontólogo.
97	5.086,28	5.134,27	5.182,25	5.230,23	5.278,22	5.326,20	
98	5.374,19	5.422,17	5.470,15	5.518,14	5.566,12	5.614,10	
99	5.662,09	5.710,07	5.758,06	5.806,04	5.854,02	5.902,01	
100	5.949,99	5.997,98	6.045,96	6.093,94	6.141,93	6.189,91	
101	7.526,24	7.601,50	7.676,76	7.752,03	7.827,29	7.902,55	- Médico – Clínica Geral (20 h/s); - Médico – Ginecologista (20 h/s).
102	7.977,81	8.053,08	8.128,34	8.203,60	8.278,86	8.354,13	
103	8.429,39	8.504,65	8.579,91	8.655,18	8.730,44	8.805,70	
104	8.880,96	8.956,23	9.031,49	9.106,75	9.182,01	9.257,28	
105	9.332,54	9.407,80	9.483,06	9.558,32	9.633,59	9.708,85	
106	8.944,66	9.034,11	9.123,55	9.213,00	9.302,45	9.391,89	- Médico – Clínica Geral (40 h/s).
107	9.481,34	9.570,79	9.660,23	9.749,68	9.839,13	9.928,57	
108	10.018,02	10.107,47	10.196,91	10.286,36	10.375,81	10.465,25	
109	10.554,70	10.644,15	10.733,59	10.823,04	10.912,49	11.001,93	
110	11.091,38	11.180,83	11.270,27	11.359,72	11.449,16	11.538,61	

Autoriza o Município, Adquirir e Repassar Materiais À Associação Comercial e Industrial de Marcelino Ramos - Rs.

Autoriza o Município, adquirir e repassar materiais à Associação Comercial e Industrial de Marcelino Ramos - RS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1.º - Fica o Município de Alto Bela Vista, autorizado a adquirir e repassar materiais à Associação Comercial e Industrial de Marcelino Ramos - RS - ACIMAR, visando, exclusivamente, efetivar melhorias na Ponte Rodo Ferroviária de Marcelino Ramos, no valor de até R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

Parágrafo Único - O repasse de materiais, de que trata o "caput" deste artigo, dar-se-á na forma de termo de Convênio, mediante a prestação de contas da utilização dos materiais recebidos conforme Plano de Trabalho previamente aprovado.

Art. 2º - As despesas resultantes da execução da presente Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria nº 0501-26.782.0019.2.035-3.3.90.00.00.00.00-0000. (Cód. 83)

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 30 de Outubro de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável Pelas Publicações

Dispõe Sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar No Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal, e Dá Outras Providências.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 580.800,00 (Quinhentos e oitenta mil e oitocentos reais) para atender as seguintes ações orçamentárias:

01.00	GABINETE DO PREFEITO E VICE
01.02	Controle Interno
04	Administração
04.124	Controle Interno
04.124.0002	Sistema de Controle Interno
04.124.0002.2.003	Atividades do Sistema de Controle Interno
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 12.000,00
02.00	GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
02.01	Gerência de Administração e Finanças
04	ADMINISTRAÇÃO

04.122	Administração Geral
04.122.0003	Ações de Administração Geral
04.122.0003.2.007	Atividades Administrativas e Burocráticas
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 10.000,00
04.122.0003.2.008	Manutenção do Prédio do Centro Administrativo
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS
28.846	Outros Encargos Especiais
28.846.0000	Operações Especiais
28.846.0000.0.001	Cumprimento das Obrig. Contrib. e Tributárias - PASEP
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 21.000,00
02.02	Administração Tributária
04	ADMINISTRAÇÃO
04.123	Administração Financeira
04.123.0008	Ação Tributária e Administração Financeira
	Atividades de Tributação e Administração Financeira
04.123.0008.2.013	
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 5.300,00

04.00	GERÊNCIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
04.01	Gerência de Agricultura e Meio Ambiente
20	AGRICULTURA
20.601	Promoção da Produção Vegetal
20.601.0011	Mecanização Agrícola
20.601.0011.1.007	Aquisição de Máquinas e Implementos Agrícolas
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.1.0344.0	Aplicações Diretas
	R\$ 60.000,00
04.601.0011.2.017	Atividades de Mecanização Agrícola - Pessoal
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 36.000,00
20.602	Promoção da Produção Animal
20.602.0013	Ações de Promoção da Pecuária
20.602.0013.2.019	Assistência Técnica/Médico Veterinária - Pessoal
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 20.000,00
20.606	Extensão Rural
20.606.0014	Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural
20.606.0014.2.018	Assistência e Desenvolvimento Rural - Pessoal
3	DESPESAS CORRENTES

3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 37.000,00
04.02	Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUNDEAGRO
20	AGRICULTURA
20.601	Promoção da Produção Vegetal
20.601.0011	Mecanização Agrícola
20.601.0011.2.022	Atividades e Serviços de Mecanização Agrícola
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0344.0	Aplicações Diretas
	R\$ 40.000,00
20.606	Extensão Rural
20.606.0014	Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural
20.606.0014.2.030	Atividades Escritório Agricultura
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 2.000,00
05	GERÊNCIA DE TRANSPORTES
05.01	Gerência de Transportes
26	Transporte
26.782	Transporte Rodoviário
26.782.0019	Rodovias Municipais Adequadas
26.782.0019.2.034	Atividades Gerais de Transportes
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 60.000,00
06.00	COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
06.01	Coordenadoria de Assistência Social
08	Assistência Social
08.244	Assistência Comunitária
08.244.0023	Assistência Social e Comunitária
08.244.0023.2.038	Atividades de Assistência Social Geral
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 36.000,00
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 1.500,00
07.00	GERÊNCIA DE URBANISMO, HABITAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO.
07.01	Urbanismo – Serviços de Infraestrutura Urbana
15	URBANISMO
15.452.0026	Manutenção das Áreas Urbanas
15.452.0026.2.046	Atividades Gerais de Urbanismo
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 16.000,00
09.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
09.03	Ensino Fundamental
12	Educação

12.361	Ensino Fundamental
12.361.0044	Promoção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
12.361.0044.2.079	Atividades Gerais do Ensino Fundamental
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0106.0	Aplicações Diretas
	R\$ 105.000,00
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0106.0	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
12.361.0044.2.080	Atividades Gerais do Ensino Fundamental - FUNDEB
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0106.0	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
12.361.0044.2.083	Manutenção de Veículos da Educação
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0106.0	Aplicações Diretas
	R\$ 12.000,00
09.04	Ensino Médio
12	EDUCAÇÃO
12.362	Ensino Médio
12.362.0046	Apoio ao Ensino Médio
12.362.0046.2.087	Serviços de Transporte Escolar – Ensino Médio
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 57.000,00
10.00	GERÊNCIA DE ESPORTES, CULTURA E TURISMO.
10.01	Ações e Atividades de Cultura
13	CULTURA
13.392	Difusão Cultural
13.392.0050	Resgate, Preservação e Difusão Cultural.
13.392.0050.2.090	Atividades Gerais da Cultura
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
10.02	Esportes e Lazer
27	DESPORTO E LAZER
27.812	Desporto Comunitário
	Esportes como Ação de Integração e de Formação
27.812.0051	
27.812.0051.2.092	Atividades Gerais de Esportes
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
27.813	Lazer
27.813.0052	Lazer e Integração Comunitária
27.813.0052.2.094	Atividades de Integração e Lazer
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas

	R\$ 25.000,00

Art. 2º A abertura do crédito adicional suplementar, nos termos do artigo anterior, é suportada pela redução de saldos nas seguintes ações orçamentárias:

01.00	GABINETE DO PREFEITO E VICE
01.02	Controle Interno
04	ADMINISTRAÇÃO
04.124	Controle Interno
04.124.0002	Sistema de Controle Interno
04.124.0002.2.003	Atividades do Sistema de Controle Interno
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 4.000,00
01.03	Assessoria de Comunicação e Informação
04	ADMINISTRAÇÃO
04.131	Comunicação Social
04.131.0004	Publicações Oficiais e Publicidade Institucional
04.131.0004.2.004	Atividades Gerais de Comunicação e Informação
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 25.368,69
04.131.0004.2.005	Publicidade Administrativa e Legal
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
04.131.0004.2.006	Publicidade Institucional
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 7.000,00
02.00	GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
02.01	Gerência de Administração e Finanças
14	DIREITOS DA CIDADANIA
14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos
14.422.0007	Defesa dos Direitos do Consumidor
14.422.0007.2.012	Ações de Defesa dos Direitos do Consumidor
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.70.00.0.1.0000.0	Transf. a Instituições Multigovernamentais Nacionais
	R\$ 630,00
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 1.067,87
02.02	Administração Tributária
04	ADMINISTRAÇÃO
04.123	Administração Financeira
04.123.0008	Ação Tributária e Financeira
	Atividades de Tributação e Administração Financeira
04.123.0008.2.013	
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas

	R\$ 16.300,00
03.00	GERÊNCIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
03.02	Contabilidade e Gestão Financeira
04	ADMINISTRAÇÃO
04.121	Planejamento e Orçamento
04.121.0009	Contabilidade e Gestão Fiscal
04.121.0009.2.014	Atividades de Contabilidade e Gestão Fiscal
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 8.000,00
04	GERÊNCIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
04.01	Gerência de Agricultura e Meio Ambiente
18	GESTÃO AMBIENTAL
18.544	Recursos Hídricos
18.544.0012	Ações Ambientais
18.544.0012.2.016	Ações de Gestão Ambiental
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 2.061,00
4.5	Inversões Financeiras
4.5.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 3.307,00
20.602	Promoção da Produção Animal
20.602.0013	Ações de Promoção da Pecuária
20.602.0013.1.008	Estruturação da Assistência Médico Veterinária
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 20.000,00
4.4.90.00.0.1.0344.0	Aplicações Diretas
	R\$ 13.000,00
	Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária
04.02	Agricultura
20	
20.601	Promoção da Produção Vegetal
20.601.0016	Adubo e Sementes de Cereais
20.601.0016.2.024	Disponibilização de SEMENTES DE CEREAIS
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.5	Inversões Financeiras
4.5.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 12.700,00
20.601.0011	Mecanização Agrícola
20.601.0011.2.023	Serviços de Infraestrutura Agrícola
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0344.0	Aplicações Diretas
	R\$ 5.820,00
20.601.0016	Adubo e Sementes de Cereais
20.601.0016.2.025	Disponibilização de ADUBOS
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 40.768,86

4.5	Inversões Financeiras
4.5.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 3.261,24
20.602	Promoção da Produção Animal
20.602.0013	Ações de Promoção da Pecuária
	Manutenção Veículos da Assistência Técnica/ Veterinária
20.602.0013.2.028	
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
05.00	GERÊNCIA DE TRANSPORTES
05.01	Gerência de Transportes
26	TRANSPORTES
26.782	Transporte Rodoviário
26.782.0018	Obras de Infraestrutura Rodoviária
26.782.0018.1.010	Construção de Obras Rodoviárias Diversas
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.1.0344.0	Aplicações Diretas
	R\$ 12.000,00
26.782.0018.1.014	Participação no CONSÓRCIO INTEGRAR
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.71.00.0.1.0344.0	Transferências a Consórcios Públicos
	R\$ 1.000,00
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.71.00.0.1.0344.0	Transferências a Consórcios Públicos
	R\$ 1.000,00
26.782.0019	Rodovias Municipais Adequadas
26.782.0019.1.012	Maquinas e Equipamentos para Garagem
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.1.0344.0	Aplicações Diretas
	R\$ 10.000,00
26.782.0019.1.013	Construção de Garagem para Máquinas
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.1.0344.0	Aplicações Diretas
	R\$ 50.000,00
06.00	COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
06.01	Coordenadoria de Assistência Social
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244	Assistência Comunitária
08.244.0023	Assistência Social e Comunitária
08.244.0023.1.016	Aquisição de Bens de Uso Social
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 1.300,00
08.244.0023.2.036	Participação em Projetos Comunitários
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
	Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos
3.3.50.00.0.1.0000.0	
	R\$ 10.000,00

06.02	Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.241	Assistência ao Idoso
08.241.0020	Vida Melhor aos de Melhor Idade
08.241.0020.2.039	Atenção e Assistência às Pessoas Idosas
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
	Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos
3.3.50.00.0.1.0000.0	
	R\$ 1.100,00
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 3.000,00
06.03	Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA
08	Assistência Social
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente
	Preservação dos Direitos da Criança e do Ado- lescente
08.243.0022	
08.243.0022.2.044	Atividades do Conselho Tutelar e CMDCA
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 36.000,00
07.00	GERÊNCIA DE URBANISMO, HABITAÇÃO, IN- DÚSTRIA E COMÉRCIO.
07.01	Urbanismo – Serviços de Infraestrutura Urbana
15	URBANISMO
15.452	Serviços Urbanos
15.452.0024	PLANO DIRETOR – Desenvolvimento Sustentável
15.452.0024.2.045	Implantação do PLANO DIRETOR
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 500,00
17.512	Saneamento Básico Urbano
17.512.0032	Serviços de Saneamento Básico Urbano
17.512.0032.2.053	Serviços de Coleta e Destino Final do Lixo
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
09.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
09.01	Alimentação Escolar
12	EDUCAÇÃO
12.306	Alimentação e Nutrição
12.306.0042	Alimentação Escolar de Qualidade
12.306.0042.1.031	Estruturas para Programa Alimentação Escolar
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
09.02	Educação Infantil
12	EDUCAÇÃO
12.365	Educação Infantil
	Promoção e Desenvolvimento da Educação Infantil
12.365.0043	
12.365.0043.2.074	Atividades Gerais da Educação Infantil

3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0106.0	Aplicações Diretas
	R\$ 15.000,00
12.365.0043.2.078	Serviços de Transporte Escolar
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0106.0	Aplicações Diretas
	R\$ 15.000,00
09.03	Ensino Fundamental
12	EDUCAÇÃO
12.361	Ensino Fundamental
12.361.0044	Promoção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
12.361.0044.2.080	Atividades do Ensino Fundamental - FUNDEB
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0106.0	Aplicações Diretas
	R\$ 50.000,00
10.00	GERÊNCIA DE ESPORTES, CULTURA E TURISMO.
10.01	Ações e Atividades de Cultura
13	CULTURA
13.392	Difusão Cultural
13.392.0050	Resgate, Preservação e Difusão da Cultura.
13.392.0050.1.037	Aquisição de Mobiliário e Equipamentos
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 2.000,00
13.392.0050.1.038	Aquisição de Acervo Bibliográfico
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 508,30
13.392.0050.2.090	Atividades Gerais da Cultura
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 98.918,25
13.392.0050.2.091	Concessão Subvenções à Entidades Culturais
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.50.00.0.1.0000.0	Transferências a Instituições privadas sem fins lucrativos
	R\$ 21.500,00
10.02	Esportes e Lazer
27	DEPORTO E LAZER
27.812	Desporto Comunitário
27.812.0051	Esportes como Ação de Integração e de Formação
27.812.0051.2.093	Atividades Gerais de Esportes
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.50.00.0.1.0000.0	Transferências a Instituições privadas sem fins lucrativos
	R\$ 10.000,00

Parágrafo Único - serão utilizados ainda, recursos decorrentes do superávit financeiro do exercício anterior, seguindo a seguinte ordem de vinculação:

Vínculo	Valor em R\$
0.1.0000	4.508,79
0.1.0344	7.180,00
0.1.0106	47.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 30 de Outubro de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável Pelas Publicações

Dispõe Sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar No Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde - FMS, e Dá Outras Providências.
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde – FMS, no valor de R\$ 148.000,00 (Cento e quarenta e oito mil reais), nas seguintes ações orçamentárias:

08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS
08.01	Fundo Municipal de Saúde – FMS
10	SAÚDE
10.301	Atenção Básica
10.301.0034	Atendimento Equitativo e Universalizado
10.301.0034.2.057	Atividades Gerais da Atenção Básica
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos
3.1.90.00.0.1.0301	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
3.1.90.00.0.1.0305	Aplicações Diretas
	R\$ 3.000,00
10.301.0034.2.061	Assistência em Saúde – AUXÍLIOS E PASSAGENS
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0301	Aplicações Diretas
	R\$ 18.000,00
10.301.0035	Estratégia de Saúde da Família - SF

10.301.0035.2.063	Atividades, Ações e Serviços da SF
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos
3.1.90.00.0.1.0301	Aplicações Diretas
	R\$ 120.000,00
10.301.0037.2.066	Atividades de Saúde Odontológica
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos
3.1.90.00.0.1.0301	Aplicações Diretas
	R\$ 2.000,00

Art. 2º A abertura do crédito adicional suplementar, nos termos do artigo anterior, é suportada pela redução de saldos nas seguintes ações orçamentárias:

08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS
08.01	Fundo Municipal de Saúde – FMS
10	SAÚDE
10.301	Atenção Básica
10.301.0034	Atendimento Equitativo e Universalizado
10.301.0034.2.100	Atividades e Serviços do NASF
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos
3.1.90.00.0.1.0301	Aplicações Diretas
	R\$ 10.000,00
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0301	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
10.301.0035	Estratégia de Saúde da Família - SF
10.301.0035.2.063	Atividades, Ações e Serviços da SF
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0301	Aplicações Diretas
	R\$ 1.000,00
10.301.0036	Agentes Comunitários de Saúde
10.301.0036.2.065	Atividades dos Agentes Comunitários de Saúde
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos
3.1.90.00.0.1.0301	Aplicações Diretas
	R\$ 10.000,00
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0301	Aplicações Diretas
	R\$ 4.000,00
10.301.0037	Saúde Odontológica
10.301.0037.1.028	Estruturas para a Saúde Odontológica
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.1.0301	Aplicações Diretas

	R\$ 7.000,00
10.304	Vigilância Sanitária
10.304.0039	Ações de Vigilância Sanitária
10.304.0039.2.068	Serviços de Vigilância Sanitária
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos
3.1.90.00.0.1.0301	Aplicações Diretas
	R\$ 26.000,00

Parágrafo Único - serão utilizados ainda, recursos decorrentes do superávit financeiro do exercício anterior, seguindo a seguinte ordem de vinculação:

Vínculo	Valor em R\$
0.1.0301	82.000,00
0.1.0305	3.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 30 de Outubro de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável Pelas Publicações

Dispõe Sobre a Organização, Modernização e Atualização da Estrutura Administrativa do Governo Municipal, e Dá Outras Providências.

DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO GOVERNO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do inciso IV, do parágrafo único do art. 60, incisos I, IV e V, do art. 65 e incisos III e XI do art. 99, todos da lei Orgânica do Município;

Faz Saber a todos os habitantes do Município de Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

TÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO GERAL

Art. 1º O Governo do Município de Alto Bela Vista tem como objetivos o desenvolvimento integrado, ordenado e, ambientalmente sustentado, bem como, o aprimoramento, agilização e modernização dos serviços públicos prestados mediante o planejamento e a transparência de suas atividades, ações administrativas e de seus atos de gestão.

§ 1º A elaboração e execução do planejamento das atividades e ações governamentais obedecerão ao estrito cumprimento das disposições legais pertinentes e guardará, sempre que possível harmonia e consonância com os planos e programas do Governo da União, do Estado e de seus respectivos órgãos.

§ 2º A transparência das atividades, das ações administrativas e dos atos de gestão, obedecerá, entre outras, as disposições do art. 48, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, ou de outra legislação que trate da responsabilidade na gestão fiscal.

§ 3º A Administração Municipal obedecerá, em todas as suas ações e atos, dentre outros aplicáveis à Administração Pública, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

§ 4º O servidor público será profissionalizado e valorizado, por meio de amplo programa de capacitação, que o habilite para desenvolver várias atividades inerentes às funções e atribuições do cargo e o qualifique para o atendimento ao cidadão, tornando-o capaz de encontrar novas soluções e de modernizar o fluxo de decisões, bem como de congregar seu grupo de trabalho na busca destes objetivos.

§ 5º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe ação planejada e transparente, para a prevenção de riscos e correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange à renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar, além da obediência aos limites constitucionais mínimos de aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.

Art. 2º O Governo Municipal promoverá a integração das comunidades e das entidades representativas da sociedade na vida político-administrativa do Município, através de órgãos coletivos de assessoramento e deliberação, constituídos por servidores públicos municipais, representantes de entidades classistas, clubes de serviço, associações comunitárias e de outras formas de associativismo social, econômico, cultural ou esportivo e de munícipes com destacada atuação na coletividade, ou com conhecimentos específicos de problemas locais.

Parágrafo único. O disposto neste artigo será atingido, também, com a observância e aplicação das disposições previstas nos arts. 9º, § 4º e 48, parágrafo único, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 3º O Município recorrerá, sempre que conveniente e oportuno à execução indireta de obras e serviços, obedecidos os ditames da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ou de outra legislação que a suceder, de forma a propiciar agilidade no atendimento aos interesses públicos e aos munícipes, evitando encargos permanentes e a ampliação desnecessária do quadro de pessoal.

Art. 4º Os serviços públicos de competência municipal, conforme definido na Lei Orgânica do Município, poderão ser prestados e executados sob a forma de concessão ou permissão, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, ou de outra legislação que a suceder.

Art. 5º Todas as atividades, ações e serviços, o planejamento municipal e sua execução, a execução orçamentária, o controle orçamentário, financeiro, patrimonial e operacional da Administração Municipal estão sujeitos ao sistema de controle interno, que atuará na forma estabelecida em legislação específica, observadas as disposições previstas na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município e em outra legislação aplicável.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Seção I Da Administração Direta

Art. 6º O Município de Alto Bela Vista passa a ter a seguinte organização geral:

I - órgãos de direção;

II - órgãos de chefia e assessoramento; e

III - órgãos de apoio específico.

Art. 7º Integram a estrutura administrativa do Município:

I - nos órgãos de direção, o Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito.

II - nos órgãos de chefia e assessoramento:

a) a Gerência de Administração e Finanças;

b) a Gerência de Agricultura e Meio Ambiente;

c) a Gerência de Transportes;

d) a Gerência de Urbanismo e Habitação;

e) a Gerência de Saúde;

f) a Gerência de Educação e Esportes; e

g) a Gerência de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico.

III - nos órgãos de apoio específico:

a) a Junta de Serviço Militar; e

b) os Conselhos Municipais legalmente instituídos.

Seção II Da Administração Direta Descentralizada

Art. 8º Faz parte da Administração Direta Descentralizada a gestão dos fundos municipais legalmente instituídos.

CAPÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS DE DIREÇÃO

Art. 9º O Prefeito e o Vice-Prefeito do Município têm suas atribuições e competências definidas na Lei Orgânica do Município, na Constituição do Estado de Santa Catarina e na Constituição Federal.

Art. 10. Ao Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito compete a execução das atribuições e competências inerentes aos respectivos cargos, conforme delineado no artigo anterior e tem em sua estrutura as unidades de chefia e assessoramento constantes dos parágrafos seguintes.

§ 1º - Contadoria Geral do Município - ao titular desta pasta competem as seguintes atribuições:

I - orientar e expedir atos normativos concernentes à ação do Sistema;

II - supervisionar tecnicamente e fiscalizar as atividades e o cumprimento das atribuições do Sistema;

III - programar, coordenar, acompanhar e avaliar as ações setoriais;

IV - determinar e avaliar a execução do acompanhamento contábil,

orçamentário, financeiros e patrimonial;
V - Acompanhar os registros contábeis, balancetes, saldos mensais e a correta escrituração contábil;

VI - emitir instruções normativas, de observância obrigatória no Município, com a finalidade de estabelecer a padronização procedimental e operacional, sobre a forma de controle interno, esclarecer dúvidas e sugerir regulamentações;

VII - a execução da política da gestão municipal, especialmente: a superintendência de todas as atividades e atribuições relativas à contabilidade pública municipal, à gestão fiscal, orçamentária e financeira, nos termos das normas próprias do Direto Financeiro;

VIII - participar do planejamento orçamentário, coordenando todas as atividades precedentes e necessárias à elaboração das propostas legislativas do Plano Plurianual - PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária anual - LOA;

VIX - superintender e coordenar todas as atividades, serviços e ações necessárias à gestão e ao controle do cumprimento de índices e limites constitucionais e legais;

IX - orientar o Prefeito Municipal, os titulares dos demais órgãos municipais e os gestores de fundos municipais, quanto ao cumprimento das disposições legais, pertinentes à contabilidade pública e à gestão fiscal, financeira e orçamentária;

X - Elaborar, em conjunto com o Prefeito Municipal o cronograma mensal de Desembolso e a programação orçamentária e financeira do município;

XI - cumprir e fazer cumprir a programação orçamentária e o cronograma mensal de desembolso; coordenar formas participativas da sociedade na elaboração da legislação orçamentária e no estabelecimento de prioridades programáticas e na promoção do controle social pertinente à execução orçamentária e à gestão transparente da Administração Municipal;

XII - interagir com todos os demais órgãos e unidades administrativas, na elaboração e na execução da programação orçamentária.

§ 2º À Assessoria de Comunicação e Informação, dentre outras compete:

I - assessorar o Prefeito e o Vice-Prefeito do Município e os titulares dos órgãos da estrutura administrativa, objetivando a perfeita comunicação interna, sob qualquer forma, e externa para a divulgação institucional do planejamento, dos programas, atividades, ações e serviços da Administração Municipal a cargo do Poder Executivo;

II - coletar, redigir e transmitir aos meios de comunicação as informações de interesse público, da Administração e dos municípios;

III - coletar e promover a disseminação interna e externa de informações de interesse administrativo;

IV - manter relacionamento com os organismos de imprensa local, regional, estadual ou nacional, para a perfeita execução de suas atribuições e para a promoção do Município e das ações do Governo local;

V - acompanhar e reportar os eventos promovidos pela Administração ou do seu interesse, ou do interesse da comunidade;

VI - coletar, arquivar e divulgar as informações de interesse do Governo ou do Município; observar a legislação pertinente à publicidade institucional do Governo Municipal; executar as atividades

de relações públicas, de propaganda e publicidade administrativa; VII - promover a publicação, nos termos da lei, dos atos administrativos e legais.

§ 3º À Assessoria de Gabinete, dentre outras compete:

I - a organização e controle da agenda oficial do Prefeito Municipal;

II - controle da agenda telefônica e a realização e encaminhamento de ligações telefônicas de interesse do Prefeito Municipal;

III - a recepção, triagem e encaminhamento de pessoas a serem atendidas pelo prefeito Municipal, sempre que possível, com a indicação prévia do assunto a ser tratado;

IV - coordenar a interação entre os órgãos e unidades da Administração Municipal e o prefeito;

V - controlar a recepção, encaminhamento, arquivamento e acompanhamento da correspondência recebida e expedida pelo Prefeito Municipal;

VI - executar outras atribuições para a perfeita funcionabilidade no atendimento, pelo Gabinete do Prefeito, com agilidade e eficiência.

§ 4º À Coordenadoria de Assistência Social, dentre outras, compete:

I - as atribuições de executar as políticas sociais, especialmente daquelas voltadas à atenção e amparo ao idoso, à criança, ao adolescente e às entidades civis com fins sociais estabelecidas no Município, conforme preceitua a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS e demais legislações aplicáveis;

II - implementar ações e serviços de assistência social, em consonância e conformidade com as normas do Sistema Único de Assistência Social - SUAS;

III - gerenciar a atuação dos conselhos municipais cujas atividades estejam voltadas à área social;

IV - atuar de forma integrada com os demais órgãos de governo, para atingir as metas e executar as prioridades da assistência social, de forma universalizada à toda a população;

V - estabelecer diretrizes e cumprir metas relativas à educação e à assistência social;

VI - acompanhar as atividades e prover as necessidades do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Conselho Tutelar e de outros conselhos ligados às respectivas atribuições;

VII - coordenar e participar da execução de todos os programas sociais do Governo Federal e Estadual implantados no Município ou que a Administração Municipal tenha aderido;

VIII - promover a assistência comunitária, com o envolvimento dos jovens, dos clubes de mães, associações comunitárias e outros entes da sociedade, cujo fim seja o desenvolvimento de ações sociais e comunitárias;

IX - integrar suas ações, sempre que possível, com as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria Municipal da Educação e da Diretoria de Agricultura e Meio Ambiente e com os demais órgãos da Administração Municipal;

X - promover e executar políticas destinadas a melhorar as condições habitacionais e para debelar as carências habitacionais no

âmbito municipal;

XI - coordenar as atividades do Conselho Municipal de Assistência Social, executando suas deliberações;

XII - prover a gestão financeira e fiscal do Fundo Municipal de Assistência Social e do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência, nos termos estabelecidos em lei;

XIII - executar outras atividades, serviços e ações de assistência social comunitária e geral, segundo as diretrizes sociais estabelecidas e o planejamento orçamentário próprio.

Art. 11. Todos os órgãos de Gerência da Administração Direta, instituídos nesta Lei, ficam diretamente supervisionados e subordinados ao Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito.

CAPÍTULO IV

DOS ÓRGÃOS DE CHEFIA E ASSESSORAMENTO

Art. 12. À Gerência de Administração e Finanças, dentre outras compete:

I - administrar e executar a política de pessoal e recursos humanos, promovendo treinamentos e cursos de capacitação e qualificação, objetivando a efficientização dos serviços e ações administrativas e burocráticas, com respostas rápidas e eficazes aos administrados;

II - organizar e controlar a administração patrimonial, de materiais e dos serviços gerais da Administração;

III - elaborar o processo legislativo de competência do Poder Executivo, inclusive promovendo a sua publicação;

IV - redigir mensagens e responder requerimentos e pedidos de informações do Poder Legislativo Municipal;

V - gerenciar o sistema de compras, licitações, contratações e convênios, na forma da legislação que regulamente o disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal, mantendo atualizado o cadastro de fornecedores municipais;

VI - executar a política de pessoal, obedecendo e aplicando as disposições na Lei do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e gerenciar a implantação e operacionalização dos planos de carreiras e vencimentos dos servidores do Poder Executivo Municipal; sugerir e supervisionar a realização de concursos públicos e processos seletivos para o provimento de vagas permanentes ou temporárias, conforme quadros de pessoal do Poder Executivo;

VII - elaborar e submeter à apreciação do Prefeito Municipal planos, programas e projetos de treinamento, capacitação e qualificação dos servidores públicos municipais;

VIII - submeter aos profissionais de direito do quadro de pessoal do Município, ou contratados, os documentos que a Lei exija sua intervenção ou para que emita pareceres inerentes à legalidade, legitimidade e aplicabilidade, ou, ainda a conveniência e oportunidade de atos e decisões administrativas, inclusive, para que todos os princípios aplicáveis à Administração Pública sejam contemplados ou obedecidos, conforme o caso;

IX - promover o controle patrimonial e sua permanente atualização;

X - executar medidas administrativas e legislativas necessárias à aquisição e alienação de bens;

XI - executar os processos relativos à concessão de serviços

públicos e promover a efetiva fiscalização;

XII - requerer ao Prefeito Municipal a instauração de sindicâncias e processos administrativos para apuração de fatos e responsabilidades;

XIII - executar outros serviços e ações relacionadas às atividades e procedimentos estritamente administrativos de incumbência do Governo Municipal;

XIV - supervisionar e coordenar as atribuições e competências dos organismos à ela subordinados.

XV - compete, também, as atribuições de controle dos serviços gerais da Administração Municipal, especialmente no controle de materiais e de almoxarifados;

XVI - prover as necessidades de materiais diversos e indispensáveis às atividades administrativas; supervisionar os serviços internos de limpeza, de copa e cozinha; coordenar o controle, a adequada utilização de materiais e serviços.

XVII - promover a elaboração de convênios, conforme disposto na legislação;

XVIII - observar e executar todos os demais atos requeridos pela legislação e aplicáveis às compras, às licitações e às concessões de bens e serviços.

§ 1º À Coordenadoria de Recursos Humanos, sob a coordenação e supervisão da Gerência de Administração e Finanças, compete:

I - a execução da política de pessoal, com observância estrita às disposições constitucionais e legais, especialmente do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, dos planos de carreira, cargos e vencimentos dos mesmos e de outra legislação aplicável ao pessoal do Poder Executivo Municipal;

II - manter o cadastro e a ordem de matrícula dos servidores, promover o controle de férias, licenças e outras vantagens estatutárias aos servidores municipais; manter o controle de ponto e do serviço extraordinário;

III - colher informações e pareceres junto à aos profissionais de Direito do quadro de Pessoal da Administração Municipal, para a perfeita promoção da política de pessoal, para a observância dos princípios legais e constitucionais pertinentes;

IV - operacionalizar e emitir as folhas de pagamento, observadas as disposições dos cronogramas de pagamento;

V - fiscalizar e sugerir medidas no controle de preenchimento de vagas nos cargos e empregos públicos e no desvio de atribuições funcionais;

VI - sugerir medidas processuais administrativas para apuração de irregularidades;

VII - exercer todos os demais atos e procedimentos aplicáveis ao pessoal, independente de sua condição jurídica, vinculado ao Poder Executivo Municipal;

VIII - fiscalizar a obediência e a prática determinadas pelas normas de posturas, obras e edificações, uso e parcelamento do solo urbano.

§ 2º. À Coordenadoria de Controle Patrimonial e Tributação, sob a coordenação e supervisão da Gerência de Administração e Finanças, compete:

I - a promoção do controle patrimonial, compreendendo: a

localização e identificação de todos os bens móveis e imóveis; operacionalizar sistemas informatizados de controle patrimonial;

II - setorizar a localização e a responsabilização pelo uso guarda e conservação de bens patrimoniais; sugerir medidas administrativas para a apuração de responsabilidades quando verificado o desvio, o extravio, a perda e a inadequada utilização dos bens patrimoniais;

III - as atribuições de execução da política tributária e fiscal do Município; controlar e adotar medidas para a efetivação da receita municipal decorrente dos impostos, taxas e serviços prestados;

IV - manter cadastros atualizados dos contribuintes municipais; manter atualizado o cadastro imobiliário para fins tributários;

V - promover a fiscalização tributária; controlar a emissão de certidões negativas, positivas, ou positivas com efeitos de negativas;

VI - controlar o parcelamento de créditos tributários; administrar a dívida ativa e de outros créditos patrimoniais; sugerir e executar medidas efetivas de cobrança dos créditos tributários ou não tributários;

VII - emitir relatórios de contribuintes inadimplentes, com créditos inscritos em dívida ativa e remetê-los aos profissionais de Direito pertencentes ao quadro de pessoal da Administração Municipal para a promoção da competente ação;

VIII - cumprir e fazer cumprir toda a legislação tributária municipal e propor alterações para adequação de situações específicas, ou para atender à alterações constitucionais em matéria tributária;

Art. 13. À Gerência de Agricultura e Meio ambiente, compete entre outras:

I - a execução da política de desenvolvimento sustentável das atividades agropecuárias do Município, especialmente no que tange as diretrizes estabelecidas pelo respectivo conselho municipal, o qual atuará sob sua coordenação;

II - fomentar o desenvolvimento de atividades alternativas de renda, buscando melhor qualidade de vida dos agricultores e seus familiares;

III - coordenar e prover as necessidades e executar obras e serviços de infraestrutura agrícola, especialmente para a expansão das atividades agropecuárias, na execução e obras necessárias à inibição de possibilidades de agressão ao meio ambiente e na execução de serviços para abertura de fontes e reservas de água potável, ou para a instalação de infraestrutura hídrica, de modo a garantir água para consumo humano e nas atividades agropecuárias;

IV - promover serviços e ações de extensão rural, de assistência agrotécnica especializada e de promoção do associativismo rural;

V - desenvolver atividades, ações, projetos e programas em parcerias com organismos estaduais e federais oficiais ou privados e, juntamente com cooperativas agrícolas e empresas de fomento a produção agropecuária através da integração;

VI - promover e executar a política de preservação, recuperação e de educação ambiental;

VII - participar na elaboração de projetos e programas ambientais e na sua execução;

VIII - promover a execução e a conscientização para a preservação,

recuperação e manutenção do meio ambiente, promovendo o desenvolvimento agroeconômico sustentável;

IX - promover, executar e possibilitar a participação em cursos, seminários, palestras de capacitação e de profissionalização dos agricultores, especialmente, voltados para a prática da administração da propriedade rural e à agregação de atividades econômicas alternativas junto às propriedades rurais, especialmente a produção de produtos agroecológicos;

X - atuar em conjunto com os demais órgãos do Governo Municipal, com destaque na execução das políticas educacionais, de saúde e de assistência social;

XI - erradicar a insuficiência estrutural de saneamento junto às propriedades rurais e promover ações e atividades voltadas à proteção, preservação e recuperação do meio ambiente;

XII - supervisionar e coordenar as ações, serviços, atividades e atribuições das unidades administrativas subordinadas.

§ 1º. À Coordenadoria Administrativa e de Assistência Técnica, sob a coordenação e supervisão do titular da Gerência de Agricultura e Meio Ambiente, compete:

I - o assessoramento ao titular da pasta nas questões relativas à gestão do Fundo Municipal de Agricultura e à execução da política de assistência técnica e na difusão de tecnologias, objetivando o desenvolvimento integrado das atividades agropecuárias, com atenção especial às propriedades rurais de menor potencialidades;

II - executar políticas e programas de forma integrada com as empresas de tecnologia agropecuária da Administração Federal e Estadual e com instituições de ensino que mantenham cursos técnicos de interesse da agropecuária, do meio ambiente e do saneamento básico rural;

III - promover programas de profissionalização e de capacitação de agricultores;

IV - coordenar e promover eventos programas e ações do agrobusiness;

V - coordenar, incentivar e executar políticas, atividades e ações voltadas à geração de emprego e renda no meio rural;

VI - difundir tecnologias agropecuárias;

VII - assistir aos proprietários rurais no desenvolvimento de suas atividades;

VIII - participar e executar programas voltados aos agricultores organizados em grupos ou associações;

IX - promover, desenvolver outras atividades, programas e ações estabelecidas pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural ou daqueles previstos no planejamento orçamentário do Município.

§ 2º À Coordenadoria Operacional de Agricultura, sob a coordenação e supervisão do titular da Gerência de Agricultura e Meio Ambiente, compete:

I - as atribuições de controle e coordenação da utilização da frota de máquinas agrícolas e da execução dos serviços de infraestrutura agrícola, junto às propriedades rurais e às respectivas atividades agropecuárias;

II - administrar a utilização do pessoal ocupado nas atividades

operacionais da pasta, especialmente no atendimento às demandas solicitadas pelos agricultores; além de exercer outras atribuições previstas no planejamento orçamentário ou definidas pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural;

III - as atribuições de participar na elaboração de projetos e programas ambientais e na sua execução;

IV - promover a execução e a conscientização para a preservação, recuperação e manutenção do meio ambiente, promovendo o desenvolvimento agroeconômico sustentável;

V - executar programas e ações para o saneamento rural e urbano; promover ações conjuntas com a Gerência de Saúde, especialmente voltadas a saneamento; incentivar o desenvolvimento de alternativas econômicas através da recuperação e da preservação do meio ambiente, especialmente na área do reflorestamento; atuar de forma conjunta com organismos ambientais de outras esferas de governo ou com organizações não governamentais.

§ 3º Ao Encarregado de Agricultura, sob a coordenação e orientação do titular da Gerência de Agricultura e Meio Ambiente, compete:

I - organizar as atividades administrativas da Gerência de Agricultura e Meio Ambiente;

II - organizar e manter o controle de estoque de materiais e produtos de distribuição gratuita da Gerência de Agricultura e Meio Ambiente;

III - atender o escritório de Agricultura dando maior ênfase ao atendimento ao público mantendo controle atualizado da agenda de serviços solicitados;

IV - fiscalizar a execução dos contratos junto à terceiros pela Administração Municipal, exclusivamente no fornecimento de produtos para entrega aos agricultores beneficiários de programas instituídos;

V - manter e organizar controle das horas máquina realizadas junto as propriedades rurais de acordo com a legislação municipal específica;

VI - exercer outras atribuições de assessoramento ou determinadas pelo titular da pasta.

Art. 14. À Gerência de Transportes dentre outras compete:

I - as atribuições de planejar e gerenciar a execução de obras e serviços de infra-estrutura rodoviária;

II - a execução da política de execução sustentável das atividades de infraestrutura rodoviária;

III - coordenar, superintender, acompanhar e fiscalizar a execução de obras rodoviárias e de outras obras públicas;

IV - superintender a manutenção e a utilização da frota de máquinas e veículos do Governo Municipal;

V - outras competências e atribuições inerentes à infraestrutura rodoviária existente e aquela decorrente de sua expansão;

VI - coordenar e superintender as atividades, serviços e execução das atribuições das unidades administrativas subordinadas.

§ 1º. À Coordenadoria Administrativa de Transportes, sob a coordenação e supervisão do titular da Gerência de Transportes,

compete:

I - o assessoramento ao titular da pasta nas questões relativas à gestão dos estoques e almoxarifado do setor;

II - operacionalizar o sistema informatizado de gestão da frota;

III - promover programas de profissionalização e de capacitação de operadores de máquinas e demais servidores do setor;

IV - coordenar e promover serviços da oficina mecânica;

V - atender o escritório de Transportes dando maior ênfase ao atendimento ao público mantendo controle atualizado da agenda de serviços solicitados;

VI - promover e desenvolver outras atividades, programas e ações estabelecidas pelo chefe do executivo municipal;

VII - administrar a utilização e a manutenção das máquinas rodoviárias, veículos automotores e equipamentos utilizados nas ações de infra-estrutura rodoviária.

§ 2º À Coordenadoria Operacional de Transportes, sob a coordenação e supervisão do titular da Gerência de Transportes, cabem as atribuições:

I - de execução, manutenção, conservação e restauração das obras e serviços de infra-estrutura rodoviária municipal, compreendendo a conservação, restauração das rodovias municipais, e de sua expansão, incluídas suas obras estruturais, como pontes, pontilhões e bueiros;

II - abertura de novas rodovias e a construção de obras estruturais;

III - dotar as rodovias de equipamentos de sinalização e segurança para seus usuários;

IV - chefiar as equipes de servidores que atuam a campo, na realização das obras e serviços de infra-estrutura rodoviária;

V - acompanhar a execução dos serviços com máquinas rodoviárias, especialmente no interior do Município;

VI - manter contatos com os proprietários de imóveis quando necessário a construção de estradas nas respectivas propriedades e quando necessária a extração de cascalho, para a manutenção e recuperação das rodovias vicinais;

VII - controlar o transporte, de ida e retorno, dos servidores em serviço nas comunidades rurais, além de outras atribuições determinadas pelo titular da Gerência de Transportes.

§ 3º Ao Encarregado de Transportes e Obras, sob a coordenação e orientação do titular da Gerência de Transportes, compete:

I - assessorar na coordenação das equipes de trabalho de infraestrutura rodoviária, especialmente na execução dos serviços nas rodovias municipais;

II - a coordenação da execução das obras municipais, sejam patrimoniais ou de domínio público;

III - manter o controle das obras, sua utilização, conservação e restauração;

IV - prover o controle de materiais de construção e sua utilização nas obras executadas pelo Município;

V - fiscalizar a execução de obras contratadas à terceiros pelo regime de empreitada global ou não e agir diretamente nas obras executadas diretamente pela Administração Municipal;

VI - exercer outras atribuições de assessoramento ou determinadas pelo titular da pasta.

Art. 15. À Gerência de Urbanismo e Habitação, dentre outras compete:

I - planejar e coordenar a execução das obras e serviços de infraestrutura urbana;

II - a manutenção e conservação dos logradouros urbanos e da rede de iluminação pública;

III - coordenar a coleta de lixo e a limpeza pública urbana;

IV - executar obras de ampliação e serviços de manutenção da rede de iluminação pública;

V - dotar os logradouros urbanos de equipamentos de sinalização e de segurança;

VI - executar obras e realizar serviços de manutenção e preservação de praças, jardins e outros logradouros públicos, inclusive dos equipamentos urbanos e comunitários instalados;

VII - fiscalizar o cumprimento da legislação relativa à edificações, ao uso e ao parcelamento do solo urbano;

VIII - promover campanhas públicas para manutenção da limpeza e do ordenamento da coleta de lixo;

IX - coordenar a execução dos serviços funerais e da manutenção dos cemitérios pertencentes ao Município;

X - atuar em consonância com atividades, projetos e ações de saneamento básico urbano e de vigilância sanitária, coordenadas pela Gerência de Saúde;

XI - coordenar o planejamento e a execução da política de saneamento básico urbano;

XII - coordenar a implantação do Plano Diretor;

XIII - planejar, coordenar e executar a política de habitação, tanto na área urbana, quanto no meio rural, guardando conformidade com a política habitacional do Governo Federal e do Governo do Estado, bem como, executar as diretrizes e objetivos estabelecidos pelo Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social;

§ 1º - À Coordenadoria de Ambiente Urbano, sob a coordenação e supervisão do titular da Gerência de Urbanismo e Habitação, dentre outras, compete:

I - assessorar ao titular da pasta, na execução da política de desenvolvimento e infraestrutura urbana;

II - coordenar a necessidade de implantação e manutenção da sinalização urbana, inclusive a de orientação turística;

III - promover a manutenção dos equipamentos comunitários e urbanos instalados ou construídos em logradouros públicos;

IV - fiscalizar a execução das obras particulares, para que respeitem a legislação municipal aplicável;

V - fiscalizar o cumprimento das normas da legislação relativa às

posturas urbanas;

VI - executar outras atribuições de assessoramento ao titular da Gerência de Urbanismo e Habitação.

§ 2º - À Coordenadoria do Serviço de Saneamento Básico, sob a coordenação e supervisão do titular da Gerência de Urbanismo e Habitação, dentre outras, compete:

I - planejar, projetar, executar, operar, manter e fiscalizar os serviços de saneamento básico, incluídas as obras relativas à construção, ampliação ou remodelação dos sistemas públicos de saneamento básico;

II - conservar redes, instalações, prédios e equipamentos utilizados nos serviços de saneamento básico;

III - promover levantamentos necessários ao planejamento e elaboração de projetos para execução de obras e serviços de saneamento básico;

IV - acompanhar a execução obras de sistemas esgotamento sanitário na sede do Município, sempre interagindo com os órgãos da administração direta, especialmente com o órgão municipal de saúde;

V - promover a leitura mensal dos hidrômetros dos usuários do sistema de abastecimento de água municipal;

VI - entregar mensalmente as faturas do consumo de água aos usuários do sistema de abastecimento de água municipal;

VII - entregar as notificações aos usuários do sistema de abastecimento de água municipal, que estejam em débito, além de proceder o corte no fornecimento aos inadimplentes, nos termos da lei municipal nº 491 de 23 de março de 2010;

VIII - fiscalizar e fazer cumprir o determinado na lei municipal nº 491 de 23 de março de 2010, no que tange aos usuários do sistema de abastecimento de água municipal, para o correto uso dos hidrômetros e a sua instalação junto as unidades consumidoras;

IX - exercer quaisquer outras atividades relacionadas com os sistemas públicos de saneamento básico, compatíveis com as leis gerais e especiais.

Art. 16. À Gerência de Saúde, dentre outras, compete:

I - executar as políticas, programas, ações e serviços de saúde, de forma universalizada e igualitária;

II - cumprir a legislação vigente e pertinente, de modo especial as disposições constitucionais, inclusive aquelas previstas nos arts. 196 a 200 da Constituição Federal; executar todas atribuições e competências do Município, nos termos da Lei Maior e da legislação federal que institui o Sistema Único de Saúde;

III - gerenciar as atividades e executar as deliberações do Conselho Municipal de Saúde;

IV - coordenar e executar as metas, diretrizes e prioridades estabelecidas no Plano Municipal de Saúde;

V - elaborar e apresentar programas de saneamento básico e ações de saúde preventiva; executar, no âmbito municipal, a política, ações e serviços de vigilância sanitária e epidemiológica; promover, participar e executar programas e campanhas de saúde pública;

VI - supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços técnico-profissionais contratados na área da saúde;

VII - gerenciar os programas de saúde da família, de agentes comunitários de saúde, de saúde da mulher, de aleitamento materno, de alimentação e nutrição, de prevenção, controle e assistência aos portadores de doenças sexualmente transmissíveis e da AIDS, além de outros;

VIII - representar o Município em conselhos e consórcios intermunicipais, regionais e microrregionais de saúde;

IX - manter quadro de pessoal com formação profissional, permanentemente qualificado para o atendimento das demandas de saúde;

X - prover a gestão do Fundo Municipal de Saúde;

XI - acompanhar e executar as normas reguladoras emanadas pelas autoridades de saúde do Governo Federal e Estadual;

XII - atuar com perfeita integração com os demais órgãos da estrutura orgânica da Administração Municipal, para a eficácia da implementação e execução de planos, ações e projetos de saúde e de saneamento básico urbano ou rural;

XIII - superintender e coordenar outras atividades, ações e serviços demandados ao atendimento em saúde pública, à população local;

XIV - coordenar participar efetivamente na elaboração e na execução do Plano Municipal de Saúde e nas ações e atividades do Conselho Municipal de Saúde;

XV - promover a atuação preferencial nos programas de saúde preventiva, como a estratégia de Saúde da Família - PSF e a Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde - PACS, além de outros de iniciativa e de financiamento do Município, ou de outros instituídos e co-financiados pela União ou pelo Estado;

XVI - promover campanhas de saúde preventiva, especialmente de educação em saneamento domiciliar, educação alimentar e outros;

XVII - participar e supervisionar a elaboração e execução de programas, projetos, ações de saúde alternativa, especialmente através da utilização de terapias oriundas da utilização de ervas e de medicamentos;

XVIII - elaborar manuais e disseminar orientações sobre as propriedades medicinais de ervas, seu cultivo, manuseio artesanal e utilização, observadas as normas de saúde pública;

XIX - demonstrar a correlação das ervas e das endemias a que se destinam ou que possam ser utilizadas, segundo a cultura e os costumes da população local, as propriedades terapêuticas;

XX - orientar sobre a utilização da medicação alternativa, seus efeitos, indicações e contra-indicações, sempre que possível, sob a orientação médica e observadas as normas relativas à vigilância sanitária e epidemiológica, com o objetivo de que a população tenha acesso à medicação;

XXI - promover a orientação sobre a utilização de alimentos organicamente cultivados, sua conservação, preparo e ingestão;

XXII - coordenar e superintender o exercício das atribuições das unidades administrativas subordinadas.

§ 1º À Coordenadoria de Controle Operacional, sob a supervisão e coordenação do titular da Gerência de Saúde, compete:

I - a direção operacional das atividades, ações e serviços públicos de atendimento básico à população, especialmente junto às unidades municipais de saúde;

II - gerenciar a presença dos profissionais de saúde e a demanda de serviços e de comparecimento de pessoas em busca de atenção nas diversas especialidades ofertadas;

III - o controle do encaminhamento, traslado e transporte de pacientes para atendimento especializado;

IV - o controle de utilização das viaturas próprios ao transporte de pacientes, bem como da escala de motoristas e outros agentes necessários;

V - coordenar e executar os serviços de manutenção predial das unidades de saúde, do mobiliário e equipamentos, inclusive das viaturas a serviço das ações de saúde pública;

VI - executar outras atribuições, com o fim de assessorar o titular da pasta, para que as ações e serviços públicos de saúde, sejam efetivamente universalizados no atendimento e ampliados em benefício da população local;

VII - o assessoramento ao titular da pasta, especialmente na formulação de programas de saúde preventiva e na coordenação da execução dos programas implantados sob as diretrizes do Sistema Único de Saúde - SUS e com participação financeira deste sistema;

§ 2º À Coordenadoria Administrativa de Saúde, sob a coordenação e a supervisão do titular da Gerência de Saúde, compete:

I - as atividades e ações administrativas, especialmente, para auxiliar o titular da pasta na gestão dos recursos destinados à saúde e gerido através do Fundo Municipal de Saúde - FMS;

II - gerenciar o cumprimento de contratos administrativos, convênios e outros ajustes cujo objeto seja o provimento de ações e serviços públicos de saúde;

III - gerenciar e executar controles e sistemas próprios para a coleta e envio de informações aos órgãos superiores da hierarquia do Sistema Único de Saúde - SUS;

IV - atuar interagindo com a Gerência Municipal de Administração e Finanças e suas respectivas unidades subordinadas, e, ainda, com o sistema de controle interno, na gestão financeira e na administração de materiais, compras, licitações e contratação de serviços de saúde pública e na verificação do cumprimento dos limites constitucionais e legais aplicáveis à saúde;

V - controlar os gastos com saúde pública, observadas as vinculações de recursos ao Sistema Único de Saúde, tanto aqueles de origem da União, do Estado e daqueles do Município, por vinculação determinada pela Constituição Federal;

VI - assessorar o titular da pasta na execução das atribuições e competências da Gerência de Saúde, para a efetividade na execução das ações e serviços de saúde pública a cargo da Administração Municipal.

Art. 17. À Gerência de Educação e Esportes, dentre outras compete:

I - promover o planejamento e a execução dos programas, projetos e atividades relacionadas à educação, prioritariamente na educação infantil e no ensino fundamental, nos termos das disposições estabelecidas no sistema Municipal de ensino;

II - cumprir as disposições da legislação pertinente, especialmente do art. 205 e seguintes da Constituição Federal, da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério - FUNDEB e da Lei Federal nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, que estatui o Plano Nacional de Educação e de outras normas legais que venham em substituição às citadas ou daquelas que venham a ser inseridas no ordenamento jurídico de interesse da educação;

III - promover e gerenciar a instituição do sistema municipal de ensino e do plano de carreira e remuneração do magistério público municipal, responsabilizando-se por sua execução e fiscalização; manter programas permanentes de profissionalização, capacitação e aperfeiçoamento dos profissionais do Magistério municipal;

IV - coordenar a atuação dos conselhos municipais ligados à educação;

V - coordenar a formulação e a permanente atualização e adequação do Plano Municipal de Educação, em consonância com o Plano Nacional de Educação, bem como prover sua implantação e execução;

VI - atuar em consonância com o sistema estadual de ensino; elaborar planos de aplicação dos recursos vinculados à educação, especialmente aqueles decorrentes do FUNDEB e do Salário Educação;

VII - operacionalizar os programas próprios do Município, para o desenvolvimento do ensino e os programas dos governos de esferas superiores, dos quais o Município seja partícipe ou a ele tenha, de qualquer forma, aderido;

VIII - participar dos programas oficiais de assistência aos educandos e às suas famílias;

IX - participar e promover o efetivo funcionamento do Conselho Municipal de Educação, do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB e do Conselho de Alimentação Escolar;

X - Coordenar e superintender a execução das atribuições das unidades administrativas subordinadas.

XI - a promoção e execução da política esportiva e desportiva do Governo Municipal;

XII - incentivar a prática de atividades esportivas e o desenvolvimento das aptidões físicas das pessoas e da implantação e manutenção da infra-estrutura destinada à prática de desportos amadores comunitários, bem como de parques recreativos e desportivos que possam ser usufruídos pela população em geral;

XIII - incentivar o desporto praticado por equipes de bairros, ou de comunidades rurais, principalmente com a iniciação de crianças e adolescentes, nas modalidades que possam desenvolver a estrutura física, a cidadania e a integração com a educação;

XIV - promover e coordenar competições esportivas nas mais diversas modalidades, privilegiando aquelas ligadas aos costumes e à cultura das comunidades;

XV - superintender a participação de equipes esportivas do Município em competições oficiais promovidas e organizadas pelo Governo do Estado;

XVI - promover a integração das comunidades rurais e urbanas,

através de atividades esportivas, recreativas e de lazer, além de outras atribuições voltadas ao desenvolvimento de atividades desportivas comunitárias;

§ 1º À Coordenadoria Pedagógica, sob a coordenação e superintendência do titular da Gerência de Educação e Esportes, dentre outras, compete:

I - as atribuições e funções da coordenação do planejamento pedagógico junto ao órgão municipal de Educação, junto às unidades escolares da educação básica, junto aos profissionais do magistério, em perfeita interação com as diretrizes da administração e com os interesses da comunidade;

II - coordenar as atividades de formulação, implantação e execução do Plano Municipal de Educação;

III - coordenar a execução do planejamento pedagógico, sempre com observância às normas constitucionais, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, do Plano Nacional e Estadual de Educação e do Plano Municipal de Educação

IV - coordenar a execução e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas no Sistema Municipal de Ensino

V - participar efetivamente das atividades e ações do Conselho Municipal de Educação, notadamente nas deliberações de interesse pedagógico;

VI - assessorar o titular da pasta na coordenação, acompanhamento e execução das atividades pedagógicas em todas as unidades de ensino da rede de Educação Básica municipal.

§ 2º À Coordenadoria Administrativa Educacional, sob a coordenação e superintendência do titular da Gerência de Educação e Esportes, dentre outras, compete:

I - coordenar o planejamento, divulgação, execução e avaliação das atividades pedagógicas no âmbito de sua competência e de acordo com o projeto pedagógico da escola, viabilizando desta forma a melhoria do processo de ensino aprendizagem;

II - articulação da elaboração participativa do Projeto Pedagógico da Escola; assessoramento em todas as ações pedagógicas; promoção da articulação e integração das ações pedagógicas desenvolvidas nas unidades escolares, de acordo com a política educacional e respeitada a legislação em vigor;

III - coordenação da consecução e avaliação do Projeto Pedagógico das unidades escolares;

IV - proposição e execução de ações junto ao corpo docente que possam garantir a execução do Projeto Pedagógico das unidades escolar;

V - organização e condução das reuniões do Conselho de Classe, em parceria com o corpo docente, propondo alternativas para a melhoria do processo educacional, numa perspectiva inovadora de instância avaliativa do desempenho dos alunos;

VI - articulação de reuniões pedagógicas, oferecendo subsídios para um trabalho pedagógico mais dinâmico e significativo;

VII - coordenação e acompanhamento das atividades dos horários de Atividades Pedagógicas dos professores em unidades escolares, viabilizando a atualização pedagógica em serviço;

VIII - assessoramento dos professores no planejamento da recuperação da aprendizagem, considerados os índices de avaliação

interna e externa;

IX - organização de estratégias que garantam o apoio suplementar àqueles alunos que necessitam de maior tempo para elaborar seu conhecimento;

X - promoção da integração e a articulação entre os professores, buscando a consecução de um currículo interdisciplinar;

XI - promoção, junto ao corpo docente, de atividades de formação continuada, tendo em vista o aperfeiçoamento do processo pedagógico;

XII - coordenação da escolha de livros e outros suportes didáticos, garantindo a participação dos professores e alunos, quando couber;

XIII - concepção, estimulação e implantação de inovações pedagógicas e divulgar as experiências de sucesso, promovendo o intercâmbio entre Unidades escolares;

XIV - promoção e incentivo à realização de palestras, encontros e similares, com grupos de alunos e professores sobre temas relevantes para a cidadania e qualidade de vida;

XV - promoção de reuniões e encontros com os pais, visando à integração escola/família para promoção do sucesso escolar dos alunos.

§ 3º Às Coordenadorias de Unidades Escolares, sob a supervisão e coordenação do titular da Gerência de Educação e Esportes, com a autonomia que lhe for determinada por deliberação do Conselho Municipal de Educação, compete:

I - a execução da administração escolar, tanto nas atividades operacionais, quanto nas atividades pedagógicas, envolvendo docentes e discentes da escola;

II - participar da formulação do projeto político-pedagógico e sua efetiva execução;

III - a administração das escolas com a participação da comunidade escolar, com a participação de associações de pais e de professores;

IV - desenvolver a administração de materiais, patrimonial e pedagógica, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Gerência de Educação e de acordo com a legislação aplicável, inclusive no que concerne à aplicação da grade curricular e do perfeito desenvolvimento do ensino aos educandos, em todos os níveis de atuação;

V - executar as demais atribuições que lhe forem determinadas para o perfeito funcionamento das unidades escolares.

§ 4º A Coordenadoria de Transporte Escolar, sob a supervisão e coordenação do titular da Gerência de Educação e Esportes, com a autonomia que lhe for determinada por deliberação do Conselho Municipal de Educação, compete:

I - Atender as exigências e solicitações pertinentes aos programas e convênios voltados para o transporte escolar;

II - Manter o controle atualizado e analisar sistematicamente a organização do transporte escolar, roteiros, alunos atendidos, custos e situação dos veículos disponibilizados;

III - Promover a manutenção preventiva e corretiva dos veículos próprios;

IV - Acompanhar as licitações e gerenciar os contratos dos

prestadores de serviços de transporte escolar;

V - realizar periodicamente vistorias nos veículos colocados à disposição pelas empresas licitantes ou pelas empresas contratadas para a execução dos serviços de transporte escolar contratado pelo Município, verificando suas condições de segurança e trafegabilidade;

§ 5º - A Coordenadoria de Esportes, sob a supervisão e coordenação do titular da Gerência de Educação e Esportes compete o assessoramento ao titular da pasta, especialmente:

I - na execução de programas de inserção e execução de atividades esportivas;

II - na inserção das comunidades do interior e da cidade em eventos esportivos de interesse local;

III - na promoção de eventos esportivos e de lazer;

IV - na formulação e execução das políticas de esporte, com amplo envolvimento da comunidade;

V - organizar e coordenar os campeonatos municipais nas mais diversas modalidades e categorias;

VI - coordenar e supervisionar o desenvolvimento dos trabalhos nas escolinhas esportivas, com o objetivo de envolver as crianças e adolescentes em atividades sadias.

VII - executar outras atribuições que lhe forem determinadas pelo Titular da Gerência de Educação e Esportes.

§ 6º Aos Encarregados de Unidades Escolares, sob a coordenação e supervisão do respectivo Coordenador, compete:

I - a execução do controle administrativo, educacional e pedagógico dos Professores e dos Alunos da respectiva Escola;

II - controlar a frequência e atividades dos docentes;

III - lançar o controle de frequência dos alunos, inclusive do desempenho dos mesmos no processo de aprendizagem;

IV - controlar a execução de programas, que for determinada certa autonomia financeira à escola, para a realização de pequenas reformas ou na aquisição de materiais e equipamentos necessários à operacionalização das atividades escolares;

V - executar outras atribuições que lhe forem determinadas pelo Coordenador da Unidade Escolar ou pelo Titular da Gerência de Educação.

Art. 18. À Gerência de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico, dentre outras, compete:

I - atuar na elaboração e execução da política municipal de desenvolvimento econômico e de geração de emprego e renda;

II - desenvolver políticas de concessão de incentivos econômicos e operacionais a implantação de empreendimentos industriais, comerciais e de serviços;

III - atuar e interagir com organismos representativos da iniciativa privada, envolvidos em atividades da indústria, do comércio e de serviços, possibilitando-lhe incentivos, inclusive de logística, orientação e assistência, para a expansão das respectivas atividades econômicas;

IV - controlar a concessão de incentivos econômicos e fiscalizar a

correta aplicação;

V - promover e coordenar eventos de promoção do desenvolvimento econômico;

VI - fomentar as iniciativas empreendedoras e buscar linhas de crédito para investimentos;

VII - promover missões empresariais e a participação em eventos promocionais e em feiras e exposições;

VIII - controlar a participação do Município no Movimento Econômico e no estabelecimento dos índices de participação na receita tributária;

IX - Coordenar e supervisionar as atividades da unidade administrativa subordinada.

X - executar a política cultural do Município;

XI - a direção das atividades pela promoção e pelo fomento das atividades culturais, especialmente as voltadas ao resgate e a preservação da cultura pertinente à história do Município e à formação étnica e cultural da população local;

XII - promover e incentivar práticas de resgate da cultura local, especialmente, na preservação de patrimônio e marcos históricos e no resgate da história da imigração alemã e o folclore dela decorrente;

XIII - fomentar o desenvolvimento cultural em suas diversas formas de expressão e apresentação, através da promoção de cursos e eventos, com o envolvimento da população, independentemente de faixa etária;

XIV - cadastrar e constituir acervos culturais;

XV - manter bibliotecas e acervos bibliográficos, gerenciando sua utilização e guarda;

XVI - promover feiras, exposições, ciclos e outros eventos que objetivem a divulgação de livros e obras literárias, com ênfase à despertar o interesse pela leitura, especialmente a literatura infantil;

XVII - coordenar e promover ações de exploração viável e sustentável das potencialidades turísticas, bem como sua integração às ações culturais, especialmente através de eventos de abrangência regional e estadual, sempre com o objetivo da promoção do Município e de suas potencialidades gerais, possibilitando, através do turismo, a geração de oportunidades de emprego e renda;

XVIII - as atribuições de execução das políticas de aproveitamento e desenvolvimento das potencialidades turísticas do Município;

XIX - incentivar a instalação de empreendimentos turísticos, com a exploração de todas as possibilidades econômicas naturais e do turismo rural;

XX - atuar de forma integrada com os Municípios da região e com os organismos de turismo do Governo Federal e Estadual e na captação de recursos através de programas específicos de geração de emprego e renda nos serviços de turismo;

XXI - promover a divulgação turística do Município junto a eventos regionais, estaduais, nacionais e internacionais.

CAPÍTULO V DOS ÓRGÃOS DE APOIO ESPECÍFICO

Art. 19. Os órgãos de apoio específico terão sua estrutura fixada na Lei da respectiva instituição, exceto quanto a Junta do Serviço Militar, que será presidida pelo Prefeito Municipal e suas atribuições exercidas por servidor público municipal integrante do quadro permanente de pessoal.

Parágrafo único. São órgãos de apoio específico:

I - a Junta de Serviço Militar;

II - os conselhos municipais legalmente instituídos;

III - as comissões específicas ou especiais.

TÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL-HIERÁRQUICA DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO GOVERNO MUNICIPAL

CAPÍTULO I DOS ÓRGÃOS DE CHEFIA, DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO

Art. 20. Os órgãos de chefia, direção e assessoramento terão sua organização e estruturação funcional-hierárquica, na forma estabelecida no ANEXO I e no ANEXO II, desta LEI.

CAPÍTULO III DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA

Art. 21. As funções de confiança são providas exclusivamente por servidores do quadro permanente do Poder Executivo Municipal e destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

§ 1º As funções de confiança com atribuições de direção, chefia e assessoramento, abrangem:

I - a coordenação de atividades, ações e serviços;

II - a direção de programas especiais ou específicos;

III - assistência e assessoramento à titulares de órgãos da estrutura orgânica que consta dos anexos I e II desta lei;

IV - a chefia, por responsabilização, de setores específicos da Administração Municipal.

§ 2º A quantificação das funções de confiança e a respectiva remuneração estão estabelecidas no ANEXO IV, desta LEI.

TÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 22. As funções de cargos de provimento em comissão serão exercidas por brasileiros maiores de 18 (dezoito) anos, no exercício de seus direitos políticos, podendo ser exercidos por servidores do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, mediante nomeação por ato do Prefeito Municipal.

§ 1º Aqueles que forem investidos em cargos e funções estabelecidas nesta Lei complementar, responderão solidária e subsidiariamente por suas ações e atos, sem prejuízo da responsabilidade administrativa, civil e penal.

§ 2º Na investidura e na exoneração nos cargos e funções instituídas por esta Lei apresentarão declaração de bens, informando, inclusive, todas as fontes de renda.

§ 3º Os investidos nos cargos e nas funções estabelecidas nesta Lei são responsáveis diretos pela guarda e conservação dos bens que lhes são confiados ou que sejam necessários ao cumprimento das respectivas atribuições e competências.

§ 4º Os investidos em cargos de provimento em comissão em órgãos que tenham sob sua responsabilidade fundos municipais, destes serão responsáveis pela gestão e pela prestação das respectivas contas aos órgãos de controle externo da Administração Municipal.

Art. 23. Durante o período do exercício de cargo de provimento em comissão, por servidor público municipal integrante do quadro permanente de pessoal, este poderá optar pelos vencimentos do cargo efetivo ou daqueles do cargo empossado.

Art. 24. Fica estabelecido no Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, o Quadro de Cargos de Provimento em Comissão, com as respectivas tabelas de vencimentos, requisitos para investidura e as respectivas atribuições, conforme o ANEXO III, desta LEI.

Parágrafo único. Os servidores ocupantes dos cargos de provimento em comissão instituídos nesta Lei ficam, no que couber, sujeitos às normas estabelecidas na Lei que instituir o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 25. Fica estabelecido no Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, o Quadro de Funções de Confiança, com as correspondentes tabelas de remuneração e atribuições, nos termos do ANEXO IV, desta LEI.

Art. 26. O Prefeito Municipal regulamentará, no que couber e conforme a necessidade, por Decreto, a presente LEI.

Art. 27. Fica revogada a legislação que trata de matéria organizacional e estrutural da Administração Municipal, especialmente a Lei Complementar nº 21 de 16 de Fevereiro de 2009 e as demais disposições em contrário.

Art. 28. Esta Lei entra em vigor no primeiro dia do mês subsequente ao da sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 01 de novembro de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável Pelas Publicações



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

31

Lei Complementar nº 054, de 01 de Novembro de 2013.

ANEXO I

ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO FUNCIONAL-HIERÁRQUICA DOS ÓRGÃOS DE DIREÇÃO, CHEFIA E ASSESSORAMENTO

ÓRGÃOS DE DIREÇÃO, CHEFIA E ASSESSORAMENTO	ÓRGÃOS SUBORDINADOS	IDENTIFICAÇÃO HIERÁRQUICA DOS CARGOS
GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO	Contadoria Geral do Município	Contador Geral do Município
	Assessoria de Comunicação e Informação	Assessor de Comunicação e Informação
	Coordenadoria de Assistente Social	Coordenador de Assistente Social
	Assessoria de Gabinete	Assessor de Gabinete
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		Gerente de Administração e Finanças
	Coordenadoria de Recursos Humanos	Coordenador de Recursos humanos
	Coordenadoria de Controle Patrimonial e Tributação	Coordenador de Controle Patrimonial e Tributação
GERÊNCIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		Gerente de Agricultura e Meio ambiente
	Coordenadoria Administrativa e de Assistência Técnica	Coordenador Administrativo e de Assistência Técnica
	Coordenadoria Operacional de Agricultura	Coordenador Operacional de Agricultura
		Encarregado de Agricultura
GERÊNCIA DE TRANSPORTES		Gerente de Infra-Estrutura
	Coordenadoria Operacional de Transportes	Coordenador Operacional de Transportes
	Coordenadoria Administrativa de Transportes	Coordenador Administrativo de Transportes
		Encarregado de Transportes e Obras
GERÊNCIA DE URBANISMO E HABITAÇÃO		Gerente de Urbanismo, Habitação, Ind. e Comércio
	Coordenadoria de Ambiente Urbano	Coordenador de Transportes
	Coordenadoria do Serviço de Saneamento Básico	Coordenador do Serviço de Saneamento Básico
GERÊNCIA DE SAÚDE		Gerente de Saúde e Assistência Social
	Coordenadoria Administrativa de Saúde	Coordenador Administrativo de Saúde
	Coordenadoria de Controle Operacional	Coordenador de Controle Operacional

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (049) 3455-9022 - E-mail: prefeitura@altobelavista.sc.gov.br – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

32

Lei Complementar nº 054, de 01 de Novembro de 2013.

GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES		Gerente de Educação e Esportes
	Coordenadoria Pedagógica	Coordenador Pedagógico
	Coordenadoria Administrativa Educacional	Coordenador Administrativo Educacional
	Coordenadoria de Unidade Escolar	Coordenador de Unidade Escolar
	Coordenadoria de Transporte Escolar	Coordenador de Transporte Escolar
	Coordenadoria de Esportes	Coordenador de Esportes
		Encarregado de Unidade Escolar
GERÊNCIA DE CULTURA, TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.		Gerente de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico.



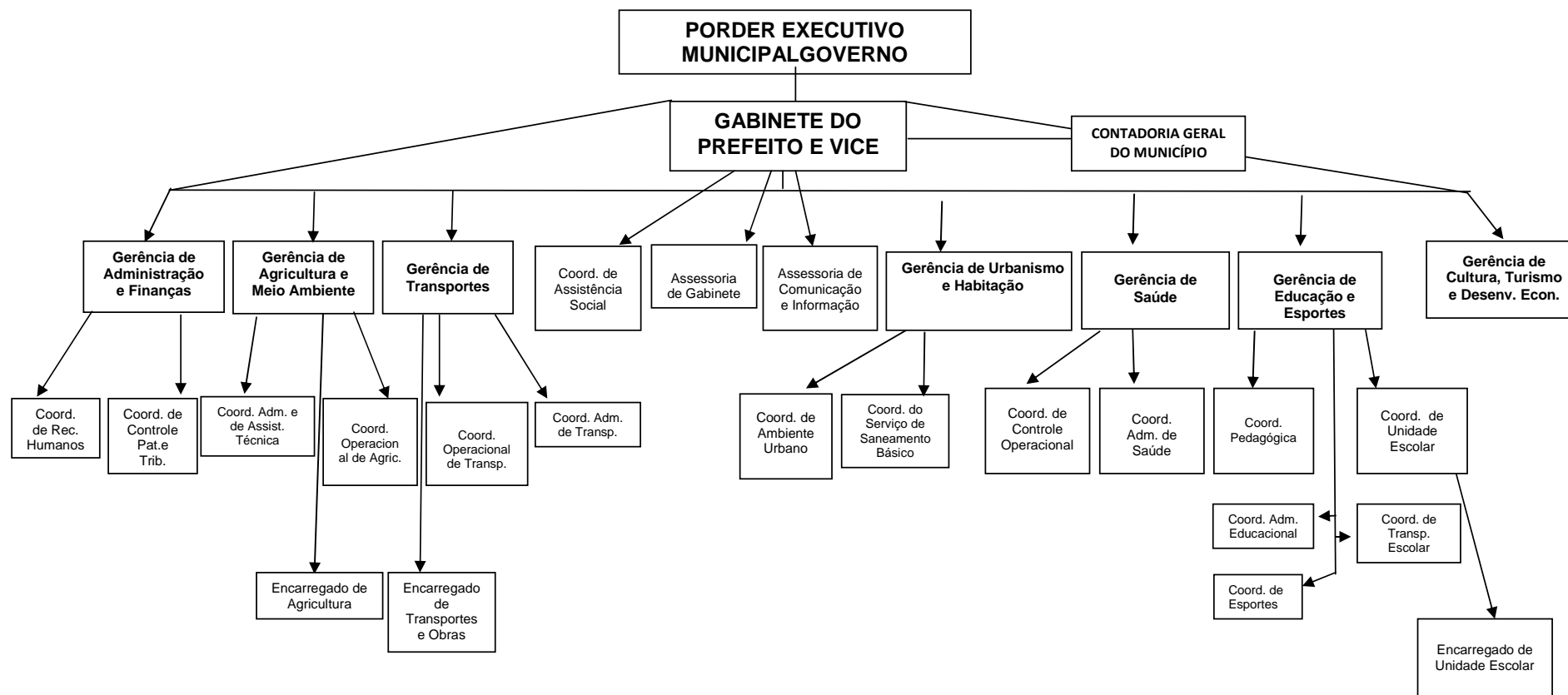
ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

33

Lei Complementar nº 054, de 01 de Novembro de 2013.

ANEXO II

ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO FUNCIONAL-HIERÁRQUICA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (049) 3455-9022 - E-mail: prefeitura@altobelavista.sc.gov.br – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

34

Lei Complementar nº 054, de 01 de Novembro de 2013.

ANEXO III

QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

IDENTIFICAÇÃO DO CARGO	ATRIBUIÇÕES	Nº DE VAGAS	PADRÃO	NÍVEL	VALOR R\$
CONTADOR GERAL	Contador Geral do Município , responsável pelas atribuições e competências estabelecidas no art. 11, desta Lei.	01	C.C.	01	R\$ 4.255,43
GERENTE	Gerente de Administração e Finanças , responsável pelas atribuições e competências estabelecidas no art. 12, desta lei.	07	C.C.	02	3.315,34
	Gerente de Agricultura e Meio Ambiente , responsável pelas atribuições e competências estabelecidas no art. 14, desta lei.				
	Gerente de Transportes , responsável pelas atribuições e competências estabelecidas no art. 15, desta lei.				
	Gerência de Urbanismo e Habitação , responsável pelas atribuições e competências estabelecidas no art. 16, desta lei.				
	Gerente de Saúde , responsável pelas atribuições e competências estabelecidas no art. 17, desta lei.				
	Gerente de Educação e Esportes , responsável pelas atribuições e competências estabelecidas no art. 18, desta lei.				
	Gerente de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico , responsável pelas atribuições e competências estabelecidas no art. 19, desta lei.				
ASSESSOR	Assessor de Comunicação e Informação , responsável pelo exercício das atribuições e competências previstas no art. 21, desta lei.	01	C.C.	03	2.215,06
	Assessor de Gabinete , responsável pelo exercício das atribuições e competências previstas no art. 21, desta lei.	01			

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (049) 3455-9022 - E-mail: prefeitura@altobelavista.sc.gov.br – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

35

Lei Complementar nº 054, de 01 de Novembro de 2013.

ANEXO III

QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO (Continuação)

IDENTIFICAÇÃO DO CARGO	ATRIBUIÇÕES	Nº DE VAGAS	PADRÃO	NÍVEL	VALOR R\$
COORDENADOR	Coordenador de Recursos Humanos , atribuições previstas no art. 12, § 1º, desta lei.	18	C.C.	03	2.215,06
	Coordenador de Controle Patrimonial e Tributação , atribuições previstas no art. 12, § 2º, desta lei.				
	Coordenador Administrativo e de Assistência Técnica , atribuições previstas no art. 14, § 1º, desta lei.				
	Coordenador Operacional de Agricultura , atribuições previstas no art. 14, § 2º, desta lei.				
	Coordenador Operacional de Transportes , atribuições previstas no art. 15, § 1º, desta lei.				
	Coordenador Administrativo de Transportes , atribuições previstas no art. 15, § 1º, desta lei.				
	Coordenador de Assistência Social , atribuições previstas no art. 22, desta lei.				
	Coordenador Ambiente Urbano , atribuições previstas no art. 16, Par. Único, desta lei.				
	Coordenador do Serviço de Saneamento Básico , atribuições previstas no art. 16, Par. Único, desta lei.				
	Coordenador de Controle Operacional , atribuições previstas no art. 17, § 1º desta lei.				
	Coordenador Administrativo de Saúde , atribuições previstas no art. 17, § 2º desta lei.				

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (049) 3455-9022 - E-mail: prefeitura@altobelavista.sc.gov.br – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

36

Lei Complementar nº 054, de 01 de Novembro de 2013.

	Coordenador Pedagógico , atribuições previstas no art. 18, § 1º desta lei.				
	Coordenador de Unidade Escolar , atribuições previstas no art. 18, § 2º desta lei – 3 (três) vagas.				
	Coordenador Administrativo Educacional , atribuições previstas no art. 18, § 1º desta lei.				
	Coordenador de Transporte Escolar , atribuições previstas no art. 18, § 1º desta lei.				
	Coordenador de Esportes , atribuições previstas no art. 18, § 1º desta lei.				

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

37

Lei Complementar nº 054, de 01 de Novembro de 2013.**ANEXO III****QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO** (Continuação)

IDENTIFICAÇÃO DO CARGO	ATRIBUIÇÕES	Nº DE VAGAS	PADRÃO	NÍVEL	VALOR R\$
ENCARREGADO	Encarregado de Transportes e Obras , responsável pelas atribuições estabelecidas no art. 15, § 2º desta lei.	04	C.C.	04	1.453,63
	Encarregado de Unidade Escolar , responsável pelas atribuições estabelecidas no art. 18, § 3º desta lei – 2 (duas) vagas.				
	Encarregado de Agricultura , responsável pelas atribuições estabelecidas no parágrafo único do art. 19, desta Lei.				
TOTAL		32			



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

38

Lei Complementar nº 054, de 01 de Novembro de 2013.

A N E X O IV

FUNÇÕES DE CONFIANÇA Vinculação, Identificação, Atribuições e Remuneração

ÓRGÃO DE VINCULAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA	ATRIBUIÇÕES	PADRÃO	Nº DE VAGAS	NÍVEL	VALOR R\$
GABINETE DO PREFEITO E VICE	Secretário da Junta do Serviço Militar	Responsável pelo exercício das atribuições da Junta do Serviço Militar, presidida pelo Prefeito Municipal, nos termos da legislação específica.	FG	01	03	553,76
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	Membro da Comissão de Licitações	Nomeado para integrar a comissão Permanente de Licitações, sendo responsável pela redação das atas das licitações, observação dos prazos legais para recursos e posterior controle para homologação dos processos licitatórios.	FG	01	06	350,00
GERÊNCIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Responsável pela Coordenação dos Serviços de Inseminação Artificial	Responsável pela coordenação e assessoramento das ações e serviços de inseminação artificial; organizar, planejar e coordenar os serviços, especialmente no atendimento aos chamados e na melhoria genética, notadamente do gado leiteiro.	FG	01	05	373,78
GERÊNCIA DE TRANSPORTES	Operador de Máquinas Especiais	Responsável pela operação de máquinas especiais – para fins desta lei, máquinas especiais são aquelas de maior valor patrimonial e de maior complexidade operacional.	FG	02	04	387,63
GERÊNCIA DE URBANISMO E HABITAÇÃO	Diretor do Serviço de Saneamento Básico – SSB	Responsável pela direção geral dos serviços de saneamento básico, especialmente do sistema de abastecimento de água.	FG	01	01	740,65
	Responsável pela Manutenção Operacional do Serviço de Saneamento Básico – SSB	Responsável pela manutenção operacional e fiscalização dos serviços de Saneamento Básico – SSB, notadamente os relacionados ao abastecimento de água.		01	05	373,78
GERÊNCIA DE SAÚDE	Direção de Programas de Saúde	Dirigir os programas de saúde pública, especialmente aqueles voltados à ações e serviços preventivos e de saneamento básico.	FG	01	01	740,65
	Responsável pela Vigilância Sanitária	Responsável pelo exercício precípuo da vigilância sanitária, conforme as normas pertinentes.		01	02	661,12

Dispõe Sobre o Plano Plurianual de Governo do Município, Para o Quadriênio 2014-2017, e Dá Outras Providências.

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DE GOVERNO DO MUNICÍPIO, PARA O QUADRIÊNIO 2014-2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessman Reichert, Prefeita do Município de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual do Município, para o período de 2014 a 2017, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 1º, da Constituição Federal, na forma dos anexos integrantes desta Lei, que será executado nos termos das respectivas Leis de Diretrizes Orçamentárias e das Leis Orçamentárias Anuais.

Art. 2º O Plano Plurianual tem como diretrizes:

I - a promoção do desenvolvimento sustentável, equilibrado e solidário;

II - a realização das políticas públicas para a cidadania, a afirmação dos direitos e da justiça social ao arrimo dos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública Municipal;

III - a efetivação das políticas públicas de forma democrática e igualitária, através da qualidade da gestão pública.

Art. 3º O Plano Plurianual de Governo foi elaborado observando as seguintes diretrizes e objetivos estratégicos para a ação do Governo Municipal:

I - Criar condições para o desenvolvimento sócio-econômico do Município, tendo como metas:

a) a geração de renda e sua melhor distribuição, em todos os setores de atividades econômicas no Município;

b) garantir o desenvolvimento integrado das atividades agropecuárias e agroindustriais;

c) aumentar o nível de emprego, preferentemente, com mão-de-obra capacitada e qualificada;

II - garantir acesso às escolas de todos os alunos com idade própria à educação Básica, com prioridade aos níveis da educação infantil e do ensino fundamental, em condições de qualificar o processo de ensino e de reduzir o absenteísmo, erradicar o analfabetismo e:

a) oferecer ensino em período integral;

b) oferecer condições de facilitação de acesso ao ensino médio, técnico-profissionalizante e de graduação;

III - garantir o direito e o acesso a programas de saúde pública à toda a população, oferecendo serviços básicos, com ênfase às atividades, ações e serviços preventivos;

IV - realizar campanhas para a solução de problemas sociais de natureza temporária, cíclica ou intermitente, que possam ser debelados ou erradicados por esse meio;

V - realizar campanhas e promover ações para a solução dos problemas ambientais, específicos ou gerais, para debelá-los e erradicá-los;

VI - integrar a área rural e áreas periféricas, ainda à margem de estrutura e serviços de saneamento básico;

VII - integrar os programas e ações municipais com os do Estado e os do Governo Federal e com Municípios da microrregião;

VIII - intensificar as relações com os Municípios vizinhos, especialmente os da associação microrregional, a fim de se dar solução conjunta a problemas comuns;

IX - elaborar, propor e executar efetiva política municipal de saneamento básico;

X - promover, estimular e incentivar o comprometimento de agentes públicos e privados com a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais através de estratégias de desenvolvimento sustentável;

XI - estimular o desenvolvimento científico e tecnológico, especialmente para fomentar atividades econômicas;

XIII - garantir o direito à acessibilidade e à mobilidade através de atividades, ações e serviços adequados e que promovam a integração entre as pessoas, as comunidades interioranas e os espaços urbanos;

XIV - elaborar, propor, implantar, fiscalizar, atualizar e adequar o Plano Diretor do Município, com prioridade às áreas urbanizadas, urbanizáveis, ou de expansão urbana;

XV - garantir o direito à cidade de qualidade através de mecanismos de participação da população nas definições acerca do planejamento estratégico, de sua execução, fiscalização e atualização;

XVI - promover acesso amplo e transparente à informação pública, como forma moderna de gestão e para atrair os habitantes a parcerias de interesse público;

VVII - oferecer aos administrados serviços de qualidade, com eficiência, através da qualificação e capacitação continuada dos quadros de pessoal da Administração Municipal.

Art. 4º Os programas constantes dos anexos desta Lei, constituem-se nos instrumentos de organização das ações a serem desenvolvidas e executadas pelo Governo Municipal no período de vigência do Plano Plurianual.

Art. 5º Para que haja equilíbrio das contas públicas em cada exercício financeiro, os valores constantes do Plano Plurianual, serão atualizados por iniciativa do Prefeito Municipal, em cada exercício de vigência, quando da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Parágrafo único. Os valores consignados nas ações dos programas do Plano Plurianual são referenciais e não constituem limites de estimativas de receitas ou de programação de despesas, sendo flexíveis e alteráveis em cada Lei de Diretrizes Orçamentárias em cada Lei Orçamentária, assim como em propositura de créditos adicionais, observadas as disposições da legislação vigente, especialmente da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 6º A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias no Plano Plurianual poderão ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações consequentes, guardada, em qualquer caso, a compatibilidade com a Lei de Diretrizes orçamentárias.

Parágrafo único. De acordo com o disposto no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias ou na Lei Orçamentária Anual.

Art. 7º Durante o período de vigência do presente Plano Plurianual, as alterações ou inclusões de projetos e atividades somente poderão ser propostas pelo Poder Executivo, por meio de projeto de lei específico.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a introduzir modificações no Plano Plurianual, no que respeitar aos objetivos, às ações e às metas previstas para o período abrangido, nos casos de:

I - alteração de indicadores de programas;

II - inclusão, exclusão ou alteração de ações e respectivas metas, exclusivamente nos casos em que tais modificações não envolvam aumento nos recursos orçamentários.

Art. 8º O levantamento das necessidades foi feito em audiências públicas com a participação popular dando sugestões para a elaboração das ações do Plano Plurianual, em atendimento ao art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e as prioridades de cada exercício serão discutidas, também, em audiências públicas, para serem incluídas na Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício e na Lei Orçamentária Anual.

Art. 9º Os investimentos em Obras e Instalações, constantes do Plano Plurianual, somente poderão ser iniciados com prévia inclusão na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na respectiva Lei Orçamentária Anual, ou com lei específica que autorize a sua inclusão.

Art. 10. Os Projetos de Obras em andamento terão sempre prioridade sobre os demais.

Parágrafo único. Excetuam-se da disposição estabelecida no caput deste artigo os programas:

I - de educação básica;

II - de ações e serviços públicos de saúde;

III - de garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

Art. 11. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 12 de Novembro de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável Pelas Publicações

Dispõe Sobre o Plano Plurianual de Governo do Município, Para o Quadriênio 2014-2017, e Dá Outras Providências.

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DE GOVERNO DO MUNICÍPIO, PARA O QUADRIÊNIO 2014-2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessman Reichert, Prefeita do Município de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual do Município, para o período de 2014 a 2017, em cumprimento ao disposto no art. 165,

§ 1º, da Constituição Federal, na forma dos anexos integrantes desta Lei, que será executado nos termos das respectivas Leis de Diretrizes Orçamentárias e das Leis Orçamentárias Anuais.

Art. 2º O Plano Plurianual tem como diretrizes:

I - a promoção do desenvolvimento sustentável, equilibrado e solidário;

II - a realização das políticas públicas para a cidadania, a afirmação dos direitos e da justiça social ao arrimo dos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública Municipal;

III - a efetivação das políticas públicas de forma democrática e igualitária, através da qualidade da gestão pública.

Art. 3º O Plano Plurianual de Governo foi elaborado observando as seguintes diretrizes e objetivos estratégicos para a ação do Governo Municipal:

I - Criar condições para o desenvolvimento sócio-econômico do Município, tendo como metas:

a) a geração de renda e sua melhor distribuição, em todos os setores de atividades econômicas no Município;

b) garantir o desenvolvimento integrado das atividades agropecuárias e agroindustriais;

c) aumentar o nível de emprego, preferentemente, com mão-de-obra capacitada e qualificada;

II - garantir acesso às escolas de todos os alunos com idade própria à educação Básica, com prioridade aos níveis da educação infantil e do ensino fundamental, em condições de qualificar o processo de ensino e de reduzir o absenteísmo, erradicar o analfabetismo e:

a) oferecer ensino em período integral;

b) oferecer condições de facilitação de acesso ao ensino médio, técnico-profissionalizante e de graduação;

III - garantir o direito e o acesso a programas de saúde pública à toda a população, oferecendo serviços básicos, com ênfase às atividades, ações e serviços preventivos;

IV - realizar campanhas para a solução de problemas sociais de natureza temporária, cíclica ou intermitente, que possam ser debelados ou erradicados por esse meio;

V - realizar campanhas e promover ações para a solução dos problemas ambientais, específicos ou gerais, para debelá-los e erradicá-los;

VI - integrar a área rural e áreas periféricas, ainda à margem de estrutura e serviços de saneamento básico;

VII - integrar os programas e ações municipais com os do Estado e os do Governo Federal e com Municípios da microrregião;

VIII - intensificar as relações com os Municípios vizinhos, especialmente os da associação microrregional, a fim de se dar solução conjunta a problemas comuns;

IX - elaborar, propor e executar efetiva política municipal de saneamento básico;

X - promover, estimular e incentivar o comprometimento de agentes públicos e privados com a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais através de estratégias de desenvolvimento sustentável;

XI - estimular o desenvolvimento científico e tecnológico,

especialmente para fomentar atividades econômicas;

XIII - garantir o direito à acessibilidade e à mobilidade através de atividades, ações e serviços adequados e que promovam a integração entre as pessoas, as comunidades interioranas e os espaços urbanos;

XIV - elaborar, propor, implantar, fiscalizar, atualizar e adequar o Plano Diretor do Município, com prioridade às áreas urbanizadas, urbanizáveis, ou de expansão urbana;

XV - garantir o direito à cidade de qualidade através de mecanismos de participação da população nas definições acerca do planejamento estratégico, de sua execução, fiscalização e atualização;

XVI - promover acesso amplo e transparente à informação pública, como forma moderna de gestão e para atrair os habitantes a parcerias de interesse público;

VII - oferecer aos administrados serviços de qualidade, com eficiência, através da qualificação e capacitação continuada dos quadros de pessoal da Administração Municipal.

Art. 4º Os programas constantes dos anexos desta Lei, constituem-se nos instrumentos de organização das ações a serem desenvolvidas e executadas pelo Governo Municipal no período de vigência do Plano Plurianual.

Art. 5º Para que haja equilíbrio das contas públicas em cada exercício financeiro, os valores constantes do Plano Plurianual, serão atualizados por iniciativa do Prefeito Municipal, em cada exercício de vigência, quando da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Parágrafo único. Os valores consignados nas ações dos programas do Plano Plurianual são referenciais e não constituem limites de estimativas de receitas ou de programação de despesas, sendo flexíveis e alteráveis em cada Lei de Diretrizes Orçamentárias em cada Lei Orçamentária, assim como em propositura de créditos adicionais, observadas as disposições da legislação vigente, especialmente da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 6º A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias no Plano Plurianual poderão ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações conseqüentes, guardada, em qualquer caso, a compatibilidade com a Lei de Diretrizes orçamentárias.

Parágrafo único. De acordo com o disposto no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias ou na Lei Orçamentária Anual.

Art. 7º Durante o período de vigência do presente Plano Plurianual, as alterações ou inclusões de projetos e atividades somente poderão ser propostas pelo Poder Executivo, por meio de projeto de lei específico.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a introduzir modificações no Plano Plurianual, no que respeitar aos objetivos, às ações e às metas previstas para o período abrangido, nos casos de:

I - alteração de indicadores de programas;

II - inclusão, exclusão ou alteração de ações e respectivas metas,

exclusivamente nos casos em que tais modificações não envolvam aumento nos recursos orçamentários.

Art. 8º O levantamento das necessidades foi feito em audiências públicas com a participação popular dando sugestões para a elaboração das ações do Plano Plurianual, em atendimento ao art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e as prioridades de cada exercício serão discutidas, também, em audiências públicas, para serem incluídas na Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício e na Lei Orçamentária Anual.

Art. 9º Os investimentos em Obras e Instalações, constantes do Plano Plurianual, somente poderão ser iniciados com prévia inclusão na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na respectiva Lei Orçamentária Anual, ou com lei específica que autorize a sua inclusão.

Art. 10. Os Projetos de Obras em andamento terão sempre prioridade sobre os demais.

Parágrafo único. Excetuam-se da disposição estabelecida no caput deste artigo os programas:

I - de educação básica;

II - de ações e serviços públicos de saúde;

III - de garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

Art. 11. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 12 de Novembro de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável Pelas Publicações

Dispõe Sobre o Plano Plurianual de Governo do Município, Para o Quadriênio 2014-2017, e Dá Outras Providências.

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DE GOVERNO DO MUNICÍPIO, PARA O QUADRIÊNIO 2014-2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessman Reichert, Prefeita do Município de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual do Município, para o período de 2014 a 2017, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 1º, da Constituição Federal, na forma dos anexos integrantes desta Lei, que será executado nos termos das respectivas Leis de Diretrizes Orçamentárias e das Leis Orçamentárias Anuais.

Art. 2º O Plano Plurianual tem como diretrizes:

I - a promoção do desenvolvimento sustentável, equilibrado e solidário;

II - a realização das políticas públicas para a cidadania, a afirmação dos direitos e da justiça social ao arrimo dos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública Municipal;

III - a efetivação das políticas públicas de forma democrática e igualitária, através da qualidade da gestão pública.

Art. 3º O Plano Plurianual de Governo foi elaborado observando as seguintes diretrizes e objetivos estratégicos para a ação do Governo Municipal:

I - Criar condições para o desenvolvimento sócio-econômico do Município, tendo como metas:

a) a geração de renda e sua melhor distribuição, em todos os setores de atividades econômicas no Município;

b) garantir o desenvolvimento integrado das atividades agropecuárias e agroindustriais;

c) aumentar o nível de emprego, preferentemente, com mão-de-obra capacitada e qualificada;

II - garantir acesso às escolas de todos os alunos com idade própria à educação Básica, com prioridade aos níveis da educação infantil e do ensino fundamental, em condições de qualificar o processo de ensino e de reduzir o absenteísmo, erradicar o analfabetismo e:

a) oferecer ensino em período integral;

b) oferecer condições de facilitação de acesso ao ensino médio, técnico-profissionalizante e de graduação;

III - garantir o direito e o acesso a programas de saúde pública à toda a população, oferecendo serviços básicos, com ênfase às atividades, ações e serviços preventivos;

IV - realizar campanhas para a solução de problemas sociais de natureza temporária, cíclica ou intermitente, que possam ser debelados ou erradicados por esse meio;

V - realizar campanhas e promover ações para a solução dos problemas ambientais, específicos ou gerais, para debelá-los e erradicá-los;

VI - integrar a área rural e áreas periféricas, ainda à margem de estrutura e serviços de saneamento básico;

VII - integrar os programas e ações municipais com os do Estado e os do Governo Federal e com Municípios da microrregião;

VIII - intensificar as relações com os Municípios vizinhos, especialmente os da associação microrregional, a fim de se dar solução conjunta a problemas comuns;

IX - elaborar, propor e executar efetiva política municipal de saneamento básico;

X - promover, estimular e incentivar o comprometimento de agentes públicos e privados com a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais através de estratégias de desenvolvimento sustentável;

XI - estimular o desenvolvimento científico e tecnológico, especialmente para fomentar atividades econômicas;

XIII - garantir o direito à acessibilidade e à mobilidade através de atividades, ações e serviços adequados e que promovam a integração entre as pessoas, as comunidades interioranas e os espaços urbanos;

XIV - elaborar, propor, implantar, fiscalizar, atualizar e adequar o Plano Diretor do Município, com prioridade às áreas urbanizadas, urbanizáveis, ou de expansão urbana;

XV - garantir o direito à cidade de qualidade através de mecanismos de participação da população nas definições acerca do

planejamento estratégico, de sua execução, fiscalização e atualização;

XVI - promover acesso amplo e transparente à informação pública, como forma moderna de gestão e para atrair os habitantes a parcerias de interesse público;

VII - oferecer aos administrados serviços de qualidade, com eficiência, através da qualificação e capacitação continuada dos quadros de pessoal da Administração Municipal.

Art. 4º Os programas constantes dos anexos desta Lei, constituem-se nos instrumentos de organização das ações a serem desenvolvidas e executadas pelo Governo Municipal no período de vigência do Plano Plurianual.

Art. 5º Para que haja equilíbrio das contas públicas em cada exercício financeiro, os valores constantes do Plano Plurianual, serão atualizados por iniciativa do Prefeito Municipal, em cada exercício de vigência, quando da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Parágrafo único. Os valores consignados nas ações dos programas do Plano Plurianual são referenciais e não constituem limites de estimativas de receitas ou de programação de despesas, sendo flexíveis e alteráveis em cada Lei de Diretrizes Orçamentárias em cada Lei Orçamentária, assim como em proposição de créditos adicionais, observadas as disposições da legislação vigente, especialmente da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 6º A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias no Plano Plurianual poderão ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações consequentes, guardada, em qualquer caso, a compatibilidade com a Lei de Diretrizes orçamentárias.

Parágrafo único. De acordo com o disposto no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias ou na Lei Orçamentária Anual.

Art. 7º Durante o período de vigência do presente Plano Plurianual, as alterações ou inclusões de projetos e atividades somente poderão ser propostas pelo Poder Executivo, por meio de projeto de lei específico.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a introduzir modificações no Plano Plurianual, no que respeitar aos objetivos, às ações e às metas previstas para o período abrangido, nos casos de:

I - alteração de indicadores de programas;

II - inclusão, exclusão ou alteração de ações e respectivas metas, exclusivamente nos casos em que tais modificações não envolvam aumento nos recursos orçamentários.

Art. 8º O levantamento das necessidades foi feito em audiências públicas com a participação popular dando sugestões para a elaboração das ações do Plano Plurianual, em atendimento ao art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e as prioridades de cada exercício serão discutidas, também, em audiências públicas, para serem incluídas na Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício e na Lei Orçamentária Anual.

Art. 9º Os investimentos em Obras e Instalações, constantes do

Plano Plurianual, somente poderão ser iniciados com prévia inclusão na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na respectiva Lei Orçamentária Anual, ou com lei específica que autorize a sua inclusão.

Art. 10. Os Projetos de Obras em andamento terão sempre prioridade sobre os demais.

Parágrafo único. Excetua-se da disposição estabelecida no caput deste artigo os programas:

I - de educação básica;

II - de ações e serviços públicos de saúde;

III - de garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

Art. 11. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 12 de Novembro de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável Pelas Publicações

Exonera Servidor Público Municipal de Cargo de Admissão de Caráter Temporário e Dá Outras Providências

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE CARGO DE ADMISSÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC no uso das atribuições conferidas por LEI;

DECRETA:

Artigo 1º: Fica exonerada a Servidora Pública Municipal ALECSANDRA BARP do cargo de PROFESSOR I - 20 HORAS, Cargo de Admissão de Caráter Temporário do quadro de Pessoal do Poder Executivo, a partir de 12 de Novembro de 2013.

Artigo 2º: As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 3º: Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto 1722 de 15 de maio de 2013, e as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista/SC, 12 de Novembro de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas Publicações

Homologa o Resultado Final, com a Respectiva Classificação, do Concurso Público Nº 001/2009, e Dá Outras Providências.

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL, COM A RESPECTIVA CLASSIFICAÇÃO, DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2009, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; e

Considerando, a conclusão de todas as fases relativas ao Concurso Público nº 001/2009, nos termos do respectivo Edital de publicação;

Considerando a ampla publicidade dada aos resultados e aos atos, em todas as fases do Concurso público, inclusive, garantindo aos concorrentes o direito ao contraditório e a ampla defesa;

Considerando a regularidade de todos os atos e a observância às normas editalícias e aos princípios administrativos aplicáveis à matéria, especialmente daqueles expressos no caput do art. 37 da Constituição Federal;

Considerando, por fim, a conclusão do processo judicial que determinou a suspensão judicial do Edital de Reratificação nº 04 do Concurso Público Municipal nº 001/2009, relativamente a classificação atualmente existente para o cargo de professor II - Séries Iniciais do Ensino Fundamental;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado, o resultado final, com a respectiva classificação, do Concurso Público nº 001/2009, nos termos dos quadros em anexo ao presente Decreto, especificamente no que tange ao cargo de professor II - Séries Iniciais do Ensino Fundamental;

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 27 de novembro de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas Publicações

Suplementar No Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde- FMS, e Dá Outras Providências. SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE- FMS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos das disposições da Lei Municipal nº 624, de 30 de outubro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde – FMS, no valor de R\$ 148.000,00 (Cento e quarenta e oito mil reais), nas seguintes ações orçamentárias:

08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS
08.01	Fundo Municipal de Saúde – FMS
10	SAÚDE
10.301	Atenção Básica
10.301.0034	Atendimento Equitativo e Universalizado
10.301.0034.2.057	Atividades Gerais da Atenção Básica
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos

3.1.90.00.0.1.0301	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
3.1.90.00.0.1.0305	Aplicações Diretas
	R\$ 3.000,00
10.301.0034.2.061	Assistência em Saúde – AUXÍLIOS E PASSAGENS
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0301	Aplicações Diretas
	R\$ 18.000,00
10.301.0035	Estratégia de Saúde da Família - SF
10.301.0035.2.063	Atividades, Ações e Serviços da SF
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos
3.1.90.00.0.1.0301	Aplicações Diretas
	R\$ 120.000,00
10.301.0037.2.066	Atividades de Saúde Odontológica
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos
3.1.90.00.0.1.0301	Aplicações Diretas
	R\$ 2.000,00

Art. 2º A abertura do crédito adicional suplementar, nos termos do artigo anterior, é suportada pela redução de saldos nas seguintes ações orçamentárias:

08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS
08.01	Fundo Municipal de Saúde – FMS
10	SAÚDE
10.301	Atenção Básica
10.301.0034	Atendimento Equitativo e Universalizado
10.301.0034.2.100	Atividades e Serviços do NASF
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos
3.1.90.00.0.1.0301	Aplicações Diretas
	R\$ 10.000,00
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0301	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
10.301.0035	Estratégia de Saúde da Família - SF
10.301.0035.2.063	Atividades, Ações e Serviços da SF
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0301	Aplicações Diretas
	R\$ 1.000,00
10.301.0036	Agentes Comunitários de Saúde
10.301.0036.2.065	Atividades dos Agentes Comunitários de Saúde
3	DESPESAS CORRENTES

3.1	Pessoal e Encargos
3.1.90.00.0.1.0301	Aplicações Diretas
	R\$ 10.000,00
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0301	Aplicações Diretas
	R\$ 4.000,00
10.301.0037	Saúde Odontológica
10.301.0037.1.028	Estruturas para a Saúde Odontológica
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.1.0301	Aplicações Diretas
	R\$ 7.000,00
10.304	Vigilância Sanitária
10.304.0039	Ações de Vigilância Sanitária
10.304.0039.2.068	Serviços de Vigilância Sanitária
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos
3.1.90.00.0.1.0301	Aplicações Diretas
	R\$ 26.000,00

Parágrafo Único - serão utilizados ainda, recursos decorrentes do superávit financeiro do exercício anterior, seguindo a seguinte ordem de vinculação:

Vínculo	Valor em R\$
0.1.0301	82.000,00
0.1.0305	3.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 30 de Outubro de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável Pelas Publicações

Suplementar No Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde- FMS, e Dá Outras Providências.
SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE- FMS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos das disposições inciso III e § 3º, do art. 7º da Lei Municipal nº 603, de 05 de dezembro de 2012;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde – FMS, no valor de R\$ 70.734,00 (Setenta mil, setecentos e trinta e quatro reais), nas seguintes ações orçamentárias:

08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS
08.01	Fundo Municipal de Saúde – FMS
10	SAÚDE
10.301	Atenção Básica
10.301.0034	Atendimento Equitativo e Universalizado
10.301.0034.1.025	Atividades Gerais da Atenção Básica
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.2.0382	Aplicações Diretas
	R\$ 28.000,00
10.301.0034.1.026.	Assistência em Saúde – AUXÍLIOS E PASSAGENS
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.2.0382	Aplicações Diretas
	R\$ 42.734,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar aberto nos termos do artigo anterior serão utilizados recursos decorrentes do excesso de arrecadação, na vinculação 02.0382.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 30 de Outubro de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável Pelas Publicações

Suplementar No Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde- FMS, e Dá Outras Providências.
SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE- FMS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos das disposições inciso III e § 3º, do art. 7º da Lei Municipal nº 603, de 05 de dezembro de 2012;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde – FMS, no valor de R\$ 70.734,00 (Setenta mil, setecentos e trinta e quatro reais), nas seguintes ações orçamentárias:

08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS
08.01	Fundo Municipal de Saúde – FMS
10	SAÚDE
10.301	Atenção Básica
10.301.0034	Atendimento Equitativo e Universalizado
10.301.0034.1.025	Atividades Gerais da Atenção Básica

4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.2.0382	Aplicações Diretas
	R\$ 28.000,00
10.301.0034.1.026.	Assistência em Saúde – AUXÍLIOS E PASSAGENS
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.2.0382	Aplicações Diretas
	R\$ 42.734,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar aberto nos termos do artigo anterior serão utilizados recursos decorrentes do excesso de arrecadação, na vinculação 02.0382.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 30 de Outubro de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável Pelas Publicações

Suplementar No Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde- FMS, e Dá Outras Providências.
SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE- FMS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos das disposições da Lei Municipal nº 623, de 30 de outubro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 580.800,00 (Quinhentos e oitenta mil e oitocentos reais) para atender as seguintes ações orçamentárias:

01.00	GABINETE DO PREFEITO E VICE
01.02	Controle Interno
04	Administração
04.124	Controle Interno
04.124.0002	Sistema de Controle Interno
04.124.0002.2.003	Atividades do Sistema de Controle Interno
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 12.000,00
02.00	GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
02.01	Gerência de Administração e Finanças
04	ADMINISTRAÇÃO
04.122	Administração Geral
04.122.0003	Ações de Administração Geral
04.122.0003.2.007	Atividades Administrativas e Burocráticas
3	DESPESAS CORRENTES

3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 10.000,00
04.122.0003.2.008	Manutenção do Prédio do Centro Administrativo
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS
28.846	Outros Encargos Especiais
28.846.0000	Operações Especiais
	Cumprimento das Obrig. Contrib. e Tributárias - PASEP
28.846.0000.0.001	
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 21.000,00
02.02	Administração Tributária
04	ADMINISTRAÇÃO
04.123	Administração Financeira
04.123.0008	Ação Tributária e Administração Financeira
	Atividades de Tributação e Administração Financeira
04.123.0008.2.013	
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 5.300,00

04.00	GERÊNCIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
04.01	Gerência de Agricultura e Meio Ambiente
20	AGRICULTURA
20.601	Promoção da Produção Vegetal
20.601.0011	Mecanização Agrícola
20.601.0011.1.007	Aquisição de Máquinas e Implementos Agrícolas
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.1.0344.0	Aplicações Diretas
	R\$ 60.000,00
04.601.0011.2.017	Atividades de Mecanização Agrícola - Pessoal
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 36.000,00
20.602	Promoção da Produção Animal
20.602.0013	Ações de Promoção da Pecuária
20.602.0013.2.019	Assistência Técnica/Médico Veterinária - Pessoal
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 20.000,00
20.606	Extensão Rural
20.606.0014	Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural
20.606.0014.2.018	Assistência e Desenvolvimento Rural - Pessoal
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 37.000,00

04.02	Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUNDEAGRO
20	AGRICULTURA
20.601	Promoção da Produção Vegetal
20.601.0011	Mecanização Agrícola
20.601.0011.2.022	Atividades e Serviços de Mecanização Agrícola
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0344.0	Aplicações Diretas
	R\$ 40.000,00
20.606	Extensão Rural
20.606.0014	Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural
20.606.0014.2.030	Atividades Escritório Agricultura
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 2.000,00
05.00	GERÊNCIA DE TRANSPORTES
05.01	Gerência de Transportes
26	Transporte
26.782	Transporte Rodoviário
26.782.0019	Rodovias Municipais Adequadas
26.782.0019.2.034	Atividades Gerais de Transportes
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 60.000,00
06.00	COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
06.01	Coordenadoria de Assistência Social
08	Assistência Social
08.244	Assistência Comunitária
08.244.0023	Assistência Social e Comunitária
08.244.0023.2.038	Atividades de Assistência Social Geral
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 36.000,00
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 1.500,00
07.00	GERÊNCIA DE URBANISMO, HABITAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO.
07.01	Urbanismo – Serviços de Infraestrutura Urbana
15	URBANISMO
15.452.0026	Manutenção das Áreas Urbanas
15.452.0026.2.046	Atividades Gerais de Urbanismo
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 16.000,00
09.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
09.03	Ensino Fundamental
12	Educação
12.361	Ensino Fundamental
	Promoção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
12.361.0044	
12.361.0044.2.079	Atividades Gerais do Ensino Fundamental

3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0106.0	Aplicações Diretas
	R\$ 105.000,00
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0106.0	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
12.361.0044.2.080	Atividades Gerais do Ensino Fundamental - FUNDEB
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0106.0	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
12.361.0044.2.083	Manutenção de Veículos da Educação
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0106.0	Aplicações Diretas
	R\$ 12.000,00
09.04	Ensino Médio
12	EDUCAÇÃO
12.362	Ensino Médio
12.362.0046	Apoio ao Ensino Médio
12.362.0046.2.087	Serviços de Transporte Escolar – Ensino Médio
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 57.000,00
10.00	GERÊNCIA DE ESPORTES, CULTURA E TURISMO.
10.01	Ações e Atividades de Cultura
13	CULTURA
13.392	Difusão Cultural
13.392.0050	Resgate, Preservação e Difusão Cultural.
13.392.0050.2.090	Atividades Gerais da Cultura
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
10.02	Esportes e Lazer
27	DESPORTO E LAZER
27.812	Desporto Comunitário
27.812.0051	Esportes como Ação de Integração e de Formação
27.812.0051.2.092	Atividades Gerais de Esportes
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
27.813	Lazer
27.813.0052	Lazer e Integração Comunitária
27.813.0052.2.094	Atividades de Integração e Lazer
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 25.000,00

Art. 2º A abertura do crédito adicional suplementar, nos termos do artigo anterior, é suportada pela redução de saldos nas seguintes ações orçamentárias:

01.00	GABINETE DO PREFEITO E VICE
01.02	Controle Interno
04	ADMINISTRAÇÃO
04.124	Controle Interno
04.124.0002	Sistema de Controle Interno
04.124.0002.2.003	Atividades do Sistema de Controle Interno
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 4.000,00
01.03	Assessoria de Comunicação e Informação
04	ADMINISTRAÇÃO
04.131	Comunicação Social
04.131.0004	Publicações Oficiais e Publicidade Institucional
04.131.0004.2.004	Atividades Gerais de Comunicação e Informação
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 25.368,69
04.131.0004.2.005	Publicidade Administrativa e Legal
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
04.131.0004.2.006	Publicidade Institucional
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 7.000,00
02.00	GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
02.01	Gerência de Administração e Finanças
14	DIREITOS DA CIDADANIA
14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos
14.422.0007	Defesa dos Direitos do Consumidor
14.422.0007.2.012	Ações de Defesa dos Direitos do Consumidor
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.70.00.0.1.0000.0	Transf. a Instituições Multigovernamentais Nacionais
	R\$ 630,00
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 1.067,87
02.02	Administração Tributária
04	ADMINISTRAÇÃO
04.123	Administração Financeira
04.123.0008	Ação Tributária e Financeira
04.123.0008.2.013	Atividades de Tributação e Administração Financeira
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 16.300,00
03.00	GERÊNCIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
03.02	Contabilidade e Gestão Financeira

04	ADMINISTRAÇÃO
04.121	Planejamento e Orçamento
04.121.0009	Contabilidade e Gestão Fiscal
04.121.0009.2.014	Atividades de Contabilidade e Gestão Fiscal
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 8.000,00
04.00	GERÊNCIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
04.01	Gerência de Agricultura e Meio Ambiente
18	GESTÃO AMBIENTAL
18.544	Recursos Hídricos
18.544.0012	Ações Ambientais
18.544.0012. 2.016	Ações de Gestão Ambiental
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 2.061,00
4.5	Inversões Financeiras
4.5.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 3.307,00
20.602	Promoção da Produção Animal
20.602.0013	Ações de Promoção da Pecuária
20.602.0013.1.008	Estruturação da Assistência Médico Veterinária
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 20.000,00
4.4.90.00.0.1.0344.0	Aplicações Diretas
	R\$ 13.000,00
04.02	Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária
20	Agricultura
20.601	Promoção da Produção Vegetal
20.601.0016	Adubo e Sementes de Cereais
20.601.0016.2.024	Disponibilização de SEMENTES DE CEREAIS
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.5	Inversões Financeiras
4.5.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 12.700,00
20.601.0011	Mecanização Agrícola
20.601.0011.2.023	Serviços de Infraestrutura Agrícola
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0344.0	Aplicações Diretas
	R\$ 5.820,00
20.601.0016	Adubo e Sementes de Cereais
20.601.0016.2.025	Disponibilização de ADUBOS
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 40.768,86
4.5	Inversões Financeiras
4.5.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 3.261,24

20.602	Promoção da Produção Animal
20.602.0013	Ações de Promoção da Pecuária
	Manutenção Veículos da Assistência Técnica/Veterinária
20.602.0013.2.028	
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
05.00	GERÊNCIA DE TRANSPORTES
05.01	Gerência de Transportes
26	TRANSPORTES
26.782	Transporte Rodoviário
26.782.0018	Obras de Infraestrutura Rodoviária
26.782.0018.1.010	Construção de Obras Rodoviárias Diversas
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.1.0344.0	Aplicações Diretas
	R\$ 12.000,00
26.782.0018.1.014	Participação no CONSÓRCIO INTEGRAR
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.71.00.0.1.0344.0	Transferências a Consórcios Públicos
	R\$ 1.000,00
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.71.00.0.1.0344.0	Transferências a Consórcios Públicos
	R\$ 1.000,00
26.782.0019	Rodovias Municipais Adequadas
26.782.0019.1.012	Maquinas e Equipamentos para Garagem
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.1.0344.0	Aplicações Diretas
	R\$ 10.000,00
26.782.0019.1.013	Construção de Garagem para Máquinas
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.1.0344.0	Aplicações Diretas
	R\$ 50.000,00
06.00	COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
06.01	Coordenadoria de Assistência Social
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244	Assistência Comunitária
08.244.0023	Assistência Social e Comunitária
08.244.0023.1.016	Aquisição de Bens de Uso Social
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 1.300,00
08.244.0023.2.036	Participação em Projetos Comunitários
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.50.00.0.1.0000.0	Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos
	R\$ 10.000,00
06.02	Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.241	Assistência ao Idoso

08.241.0020	Vida Melhor aos de Melhor Idade
08.241.0020.2.039	Atenção e Assistência às Pessoas Idosas
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.50.00.0.1.0000.0	Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos
	R\$ 1.100,00
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 3.000,00
06.03	Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA
08	Assistência Social
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente
08.243.0022	Preservação dos Direitos da Criança e do Adolescente
08.243.0022.2.044	Atividades do Conselho Tutelar e CMDCA
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 36.000,00
07.00	GERÊNCIA DE URBANISMO, HABITAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO.
07.01	Urbanismo – Serviços de Infraestrutura Urbana
15	URBANISMO
15.452	Serviços Urbanos
15.452.0024	PLANO DIRETOR – Desenvolvimento Sustentável
15.452.0024.2.045	Implantação do PLANO DIRETOR
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 500,00
17.512	Saneamento Básico Urbano
17.512.0032	Serviços de Saneamento Básico Urbano
17.512.0032.2.053	Serviços de Coleta e Destino Final do Lixo
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
09.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
09.01	Alimentação Escolar
12	EDUCAÇÃO
12.306	Alimentação e Nutrição
12.306.0042	Alimentação Escolar de Qualidade
12.306.0042.1.031	Estruturas para Programa Alimentação Escolar
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
09.02	Educação Infantil
12	EDUCAÇÃO
12.365	Educação Infantil
12.365.0043	Promoção e Desenvolvimento da Educação Infantil
12.365.0043.2.074	Atividades Gerais da Educação Infantil
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0106.0	Aplicações Diretas
	R\$ 15.000,00

12.365.0043.2.078	Serviços de Transporte Escolar
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0106.0	Aplicações Diretas
	R\$ 15.000,00
09.03	Ensino Fundamental
12	EDUCAÇÃO
12.361	Ensino Fundamental
12.361.0044	Promoção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
12.361.0044.2.080	Atividades do Ensino Fundamental - FUNDEB
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0106.0	Aplicações Diretas
	R\$ 50.000,00
10.00	GERÊNCIA DE ESPORTES, CULTURA E TURISMO.
10.01	Ações e Atividades de Cultura
13	CULTURA
13.392	Difusão Cultural
13.392.0050	Resgate, Preservação e Difusão da Cultura.
13.392.0050.1.037	Aquisição de Mobiliário e Equipamentos
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 2.000,00
13.392.0050.1.038	Aquisição de Acervo Bibliográfico
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 508,30
13.392.0050.2.090	Atividades Gerais da Cultura
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 98.918,25
13.392.0050.2.091	Concessão Subvenções à Entidades Culturais
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.50.00.0.1.0000.0	Transferências a Instituições privadas sem fins lucrativos
	R\$ 21.500,00
10.02	Esportes e Lazer
27	DEPORTO E LAZER
27.812	Desporto Comunitário
27.812.0051	Esportes como Ação de Integração e de Formação
27.812.0051.2.093	Atividades Gerais de Esportes
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.50.00.0.1.0000.0	Transferências a Instituições privadas sem fins lucrativos
	R\$ 10.000,00

Parágrafo Único - serão utilizados ainda, recursos decorrentes do superávit financeiro do exercício anterior, seguindo a seguinte ordem de vinculação:

Vínculo	Valor em R\$
0.1.0000	4.508,79
0.1.0344	7.180,00
0.1.0106	47.000,00

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 30 de outubro de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável Pelas Publicações

Antônio Carlos

PREFEITURA

Decreto Nº 135/2013

DECRETO Nº 135/2013

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superávit Financeiro no Orçamento programa de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001416/12 de 11 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 7.500,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 -SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

03.01 -SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

03.01.04.122.0001.2.003-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 7.500,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair Superávit Financeiro de Outras Fonte 7.500,00

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 11 de Dezembro de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Ascurra

PREFEITURA

Edital de Tomada de Preço 01/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 01/2014

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 14 de janeiro de 2014, CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas do ramo de atividade pertinente para, PAVIMENTAÇÃO DE PARTE DE RUA CENTRAL DE ASCURRA, conforme Edital. Maiores informações e cópia do Edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente ou no site www.ascurra.sc.gov.br

Ascurra, 12 de dezembro de 2013.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

1065.12.13 - P. Lic. Trat. Saude Ana M. a. Hinckel

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1065/13 de 10.12.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 15 (quinze) dias de licença para realizar tratamento de saúde a partir do dia 25 de novembro com término no dia 09 de dezembro de 2013, a funcionária Ana Maria Alexandre Hinckel, Ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde - Nível 1, do Quadro de Pessoal Contratado do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde - Programa Agente Comunitário de Saúde - PACS - Bairro São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 10 de dezembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Portaria 239/2013

PORTARIA Nº 239/2013

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, artigo 30, inciso I, etc

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, o servidor Nilvo da Silva, ocupante do cargo de Professor I, Educação Física Habilitado (ACT), do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, que foi nomeado pela Portaria nº 091/2012 e prorrogado pela Portaria 196/2013, a partir de 03.12.2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 03.12.2013.

Braço do Trombudo, em 06 de dezembro de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal

Extrato de Convênio 2/2013

EXTRATO DE CONVENIO 2/2013

Concedente: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Conveniente: Lar Recanto do Sossego, CNPJ 83.781.807.0001-37, sito a Rodovia SC 426 KM 49,5 Divisa. Cidade de Braço do Trombudo - SC

Objeto: Constitui objeto deste convênio, o co-financiamento de recursos estaduais para a melhoria da gestão de prestação de serviços de proteção social especial de alta complexidade.

Valor: R\$ 6.930,00 (seis mil e novecentos e trinta reais).

Data da assinatura: 10.12.2013

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal

Extrato de Convênio 3/2013

EXTRATO DE CONVENIO 3/2013

Concedente: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Conveniente: Lar João 3:16, CNPJ 00.663.923/0001-23, sito a Localidade de Ribeirão Concórdia, Cidade de Braço do Trombudo - SC

Objeto: Constitui objeto deste convênio, o co-financiamento de recursos estaduais para a melhoria da gestão de prestação de serviços de proteção social especial de alta complexidade.

Valor: R\$ 6.930,00 (seis mil e novecentos e trinta reais).

Data da assinatura: 10.12.2013

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Ata de Registro de Preços Nº 3 2013**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/5

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013****Número do Registro de Preços: 2/2013****Data do Registro: 11/06/2013****Válido até: 11/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para Aquisição de gêneros de panificação para o grupo da Assistência Social/Psicológica, grupo de gestantes, grupo de Hipertensos e Diabéticos. Reuniões diversas da Secretaria da Saúde e Assistência Social.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Bolo de Boleira tipo Wafler, polvilhado no açúcar e canela, fresco, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. (3019)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	1,2000	1
2	Bolo seco tipo Inglês, tamanho grande, no sabor laranja, sem sujidades. Macio e fresco. (3020)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	10,7300	1
3	Bolo seco tipo inglês, tamaho grande no sabor chocolate, sem sujidades. Macio e Fresco. (3021)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	10,7300	1
4	Sanduíche natural, com 2 fatias de pão tipo pullmann fresco, alface, frango desfiado e tomate. Feitos no dia da entrega. (3022)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	2,0800	1
5	Pão caseiro fatiado, unidades com peso aproximado de 500gr, fresco, macio. Com queijo, presunto e maionese. Sem presença de sujidades (3023)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	17,3300	1
6	Pão tipo pulmann, unidade com peso aproximado de 500gr, fresco, macio. Com pickles (presunto, queijo, maionese, pepino e cenoura). Sem presença de sujidades. (3044)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	13,8300	1
7	Sanduíches de mini pão francês fresco, com queijo, presunto, tomate, alface. Feitos no dia da entrega e embalados individualmente. (3045)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	1,2300	1
8	Pastel assado, grande, recheado de frango, massa sequinha, sem sujidade. Feitos 1 hora antes da entrega. (3046)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	2,5000	1
9	Pastel assado, grande, recheado de carne, massa sequinha, sem sujidade. Feitos 1 hora antes da entrega. (3047)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	2,5000	1
10	Pastel frito, grande, sem acumulo de gordura, recheio de frango. Sem Sujidade. Feitos 1 hora antes da entrega. (3048)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	2,5000	1
11	Pastel frito, grande, sem acumulo de gordura, recheio de carne. Sem Sujidade. Feitos 1 hora antes da entrega. (3049)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	2,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013**Número do Registro de Preços: 2/2013****Data do Registro: 11/06/2013****Válido até: 11/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para Aquisição de gêneros de panificação para o grupo da Assistência Social/Psicológica, grupo de gestantes, grupo de Hipertensos e Diabéticos. Reuniões diversas da Secretaria da Saúde e Assistência Social.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	Cuca caseira de farofa, macia, fresca, sem sujidade, peso aproximado de 1 Kg. (3050)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	7,5000	1
13	Cuca caseira de banana, macia, fresca, sem sujidade, peso aproximado de 1 Kg. (3051)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	9,0000	1
14	Cuca caseira de côco, farofa, macia, fresca, sem sujidade, peso aproximado de 1 Kg. (3052)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	9,0000	1
15	Cuca caseira de amendoim, macia, fresca, sem sujidade, peso aproximado de 1Kg. (3053)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	9,0000	1
16	Pão de queijo, tamanho médio, fresco, sem presença de sujidade, feitos no dia da entrega. (3054)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	14,0000	1
17	Bolacha tipo caseira, no sabor de côco polvilho, sendo frescos e feitos de forma artesanal e utilizando produtos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos biscoitos industrializados. (3055)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	14,8300	1
18	Bolacha de Natal pintada, tipo caseira, sendo fresco e feito de forma artesanal. utilizando produtos naturais, sem conservantes, cobertas com glacê de ovos e açúcar confeito. (3056)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	18,0000	1
19	Risoles de massa caseira, tamanho médio, recheio de frango, sem sujidade. (3057)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	1,5100	1
20	Orelha de gato, tamanho médio, polvilhado no açúcar e canela, sem sujidade, fresco, feito no dia da entrega. (3058)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	13,0000	1
21	Rosca de polvilho, tamanho grande, fresca, sem presença de sujidade. Feito no dia da entrega. (3059)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	3,4800	1
22	Bolo de cenoura, fresco, com cobertura de chocolate, sem presença de sujidade. (3060)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	12,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013**Número do Registro de Preços: 2/2013****Data do Registro: 11/06/2013****Válido até: 11/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para Aquisição de gêneros de panificação para o grupo da Assistência Social/Psicológica, grupo de gestantes, grupo de Hipertensos e Diabéticos. Reuniões diversas da Secretaria da Saúde e Assistência Social.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
23	Mini pão francês, recheado com molho e salsicha, fresco, sem presença de sujidade. (3061)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	1,4000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013**Número do Registro de Preços: 2/2013****Data do Registro: 11/06/2013****Válido até: 11/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para Aquisição de gêneros de panificação para o grupo da Assistência Social/Psicológica, grupo de gestantes, grupo de Hipertensos e Diabéticos. Reuniões diversas da Secretaria da Saúde e Assistência Social.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
24	Bolo recheado com frutas frescas, cremes de recheio e cobertura com nata, frescos e sem presença de sujidades. (3062)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	19,6600	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 5/5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Número do Registro de Preços: 2/2013**Data do Registro: 11/06/2013****Válido até: 11/06/2014**

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de gêneros de panificação para o grupo da Assistência Social/Psicológica, grupo de gestantes, grupo de Hipertensos e Diabéticos. Reuniões diversas da Secretaria da Saúde e Assistência Social.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2013

PROCESSO Nº 5/2013

(6687) - PANIFICADORA KI SABOR

Braço do Trombudo, 11 de Junho de 2013.

Ata de Registro de Preços Nº 45 2013**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 45/2013****Número do Registro de Preços: 45/2013****Data do Registro: 11/12/2013****Válido até: 11/12/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de Implementos agrícolas para efetuar melhorias no Setor de agricultura do município de Braço do Trombudo e melhor atender seus agricultores.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Carreta agrícola hidráulica 4.000 Kg, rodado tanden com carroceria de madeira 3,20x1,85x0,60+0,40 com sobre caixa e freio pneus novos 650x16,8 lonas. (12458)	UND	VANDERLEI DE FREITAS EPP (9212)	MetalFreitas	0	7.900,0000	1
			MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	TADEU	0	7.950,0000	2
			Fatima Representações Comerciais Ltda (9162)	TADEU	0	9.990,0000	3
2	Arado fixo 3 x 28" modelo AFL (12459)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	BALDAN	0	5.630,0000	1
			Fatima Representações Comerciais Ltda (9162)	KOHLER	0	5.640,0000	2
3	Grade niveladora modelo SP 28 disco 20" recortados mancais rolamento espaçamento 200 mm. (12460)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	BALDAN	0	8.900,0000	1
			Fatima Representações Comerciais Ltda (9162)	CERVO	0	8.930,0000	2
4	Distribuidor de calcário e semeadeira modelo Sembra 400 de polietileno capacidade 600 Kg. (12461)	UND	Fatima Representações Comerciais Ltda (9162)	TRITON	0	2.279,0000	1
			MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	INCOMAGRI	0	2.400,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 45/2013**Número do Registro de Preços: 45/2013****Data do Registro: 11/12/2013****Válido até: 11/12/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de Implementos agrícolas para efetuar melhorias no Setor de agricultura do município de Braço do Trombudo e melhor atender seus agricultores.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			VANDERLEI DE FREITAS EPP (9212)	Cremasco	0	2.540,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 45/2013**Número do Registro de Preços: 45/2013****Data do Registro: 11/12/2013****Válido até: 11/12/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de Implementos agrícolas para efetuar melhorias no Setor de agricultura do município de Braço do Trombudo e melhor atender seus agricultores.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2013****PROCESSO Nº 84/2013**

(7379) - MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS

(9162) - Fatima Representações Comerciais Ltda

(9212) - VANDERLEI DE FREITAS EPP

Braço do Trombudo, 11 de Dezembro de 2013.

Brunópolis

PREFEITURA

Lei Mun 769

LEI 769, de 09 de dezembro de 2013.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2013.

O Prefeito Municipal de Brunópolis no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 698/12 de 28 de Novembro de 2012, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Especial no valor de R\$ 129.500,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

02 - Gabinete do Prefeito

02.01 - Gabinete do Prefeito

02.01.04.122.0012.2.006- MANUT. DOS GABINETES DO PREFEITO E VICE

3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 40.000,00

02.01.04.122.0012.2.005- CONTROLE INTERNO

3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 1.500,00

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ E FAZENDA

03.01 - Secretaria de Administração, Planej. e Fazenda

03.01.04.122.0002.2.002- MANUT DA SECRETARIA DE ADM PLANEJ E FAZENDA

3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 18.000,00

04 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

04.01 - Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo

04.01.15.451.0009.2.017-MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS

3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 20.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPORTO

05.01 - Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Desporto

05.01.12.361.0003.2.010-FUNDEB - VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 30.000,00

10 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

10.01.08.244.0005.2.019-MANUT DA SECR. DE DESENV SOCIAL E HABITAÇÃO

3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 20.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação da seguinte dotação orçamentária:

04 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

04.01 - Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo

04.01.15.451.0009.2.017-MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS

3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 99.500,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPORTO

05.01 - Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Desporto

05.01.12.365.0003.2.011-EDUCAÇÃO INFANTIL

3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 30.000,00

Art. 3º - Estalei entrará em vigor na data de sua publicação,

revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 09 de dezembro de 2013.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publica a Presente Lei no DOM

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FAZENDA

Lei Mun 770

LEI 770, de 09 de dezembro de 2013

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2013.

O Prefeito Municipal de Brunópolis no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 698/12 de 28 de Novembro de 2012, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Especial no valor de R\$ 100.000,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

09.01 - Fundo Municipal de Saúde

09.01.10.301.0004.2.020-ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE

3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 100.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação da seguinte dotação orçamentária:

04 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

04.01 - Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo

04.01.15.451.0009.2.017-MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS

3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 100.000,00

Art. 3º - Estalei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 09 de dezembro de 2013.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a Presente Lei no DOM

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FAZENDA

Caçador

PREFEITURA

Aviso Inexigibilidade 10-2013 Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

INEXIGIBILIDADE 10/2013

A Prefeitura Municipal de Caçador, SC, torna público a INEXIGIBILIDADE de licitação nº 10/2013 para aquisição de 12.000,00 (doze mil) unidades de vales transportes destinados aos alunos da rede municipal e estadual da Educação Básica, residentes no interior do

Município, que necessitem de transporte para se deslocarem às escolas, mediante autorização e controle do Setor responsável da Secretaria Municipal de Educação, realizado pela AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA CNPJ nº 83.060.327/0001-86, com sede neste Município de Caçador, SC, pelo valor total de R\$ 39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais), nos termos do artigo 25, Inciso I, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, devidamente justificado no processo.

Maiores Informações poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Sito Av. Santa Catarina, 195, e-mail:licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 10 de dezembro de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal

IPASC

Portaria N.º 651, de 18 de Novembro de 2013

PORTARIA n.º 651, de 18 de novembro de 2013.

Designa Servidora para auxiliar nos serviços seccionais da Coordenadoria do Sistema de Controle Interno Municipal.

O Diretor Presidente e a Diretora Administrativa do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/06, e tendo em vista o disposto no artigo 3º do Decreto n.º 3.035, de 13 de agosto de 2013,

RESOLVEM:

Art. 1º. Designar a Servidora do IPASC, KAREN FERNANDA RIBEIRO, ocupante do cargo de Contadora, para auxiliar nos serviços seccionais da Coordenadoria do Sistema de Controle Interno Municipal, ficando responsável pela coleta e repasse de informações, verificação e emissão de pareceres referentes aos atos de pessoal, de aposentadorias e pensões do IPASC, sem prejuízo de suas funções, podendo solicitar auxílio de Servidores efetivos e à disposição do IPASC, com efeitos a contar desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 18 de novembro de 2013.

ALCEDIR FERLIN
DIRETOR PRESIDENTE.

ELIETE CATARINA D'AGOSTINI
DIRETORA ADMINISTRATIVA.

Portaria N.º 655, de 04 de Dezembro de 2013.

PORTARIA n.º 655, de 04 de dezembro de 2013.

Aposenta Servidora ELSA LUZZI FERNANDES.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006, em conformidade à Constituição Federal/1988, com a redação do art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19/12/2003, mais o previsto no art. 48, incisos I, II, III e IV e Parágrafo Único, da lei Complementar n.º 93/2006,

RESOLVEM:

Art. 1º. Conceder aposentadoria à Servidora ELSA LUZZI FERNANDES, a partir de 02 de dezembro de 2013, Matrícula 227 na atividade, ocupante do cargo efetivo de Atendente de Enfermagem, Referência 01, carga horária de 44 hs, lotada na Secretaria de Saúde, passando à Matrícula nº 3308, no IPASC.

Art. 2º. Autorizar o pagamento do benefício de aposentadoria por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais, correspondentes a 100% (cem por cento) de sua remuneração de contribuição do mês de novembro de 2013, na espécie com paridade, compreendendo o valor dos vencimentos básicos de R\$ 1.054,22, adicional de triênio de R\$ 253,02, Adicional de 25 anos 6ª parte de R\$ 267,51 e Complementação Reg. Jur. CF/88, de R\$ 297,50, totalizando o benefício de aposentadoria em R\$ 1.872,25 (hum mil, oitocentos e setenta e dois reais e vinte e cinco centavos), a serem pagos pelo IPASC, a contar de 02 de dezembro de 2013.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 04 de dezembro de 2013.

ALCEDIR FERLIN
DIRETOR PRESIDENTE.

ELIETE CATARINA D'AGOSTINI
DIRETORA ADMINISTRATIVA.

Camboriú

PREFEITURA

DI 2/13 - Fmdca

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 002/2013 - FMDCA
Data: 10/12/2013

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE TIVERAM SEUS DIREITOS VIOLADOS E/OU VINCULOS FAMILIARES ROMPIDOS CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL.

Valor total: R\$ 25.086,00 (Vinte e Cinco Mil e Oitenta e Seis Reais).
Secretaria: Fundo Municipal da Criança e do Adolescente
Contratada: ESTRELA DE ISABEL
Embasamento legal: artigo 24, inciso "IV", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú SC, 10 de Dezembro de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
PREFEITA MUNICIPAL

Resultado do PR 4/13 - FUMREBOM

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2013-FUMREBOM

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi "DESERTA".
Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 11 de Dezembro de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
PREFEITA MUNICIPAL

Cotização Termo de Errata Edital de Contribuição de Melhoria 013/2011

RUA - IMBUIA																		
QUANTITATIVO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA - DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA																		
								DRENAGEM								PAVIMENTAÇÃO		
L O T E	INSCRIÇÃO CADASTRAL PMC	PROPRIETÁRIO	RUA S	TESTADA DOLOTE (m)	ÁREAUAE M²	FATOR DE CONTRIBUIÇÃO	ACONSTRUIR	ESCAVAÇÃO DRENAGEM M³	REATORO DRENAGEM M³	BS TC Ø3 0 UNIDADE	BS TC Ø4 0 UNIDADE	BS TC Ø6 0 UNIDADE	CL UNIDADE	BL UNIDADE	PV UNIDADE	PREPARO CANALHAM²	MEIO FIOSARJETAM	PAVIMENTAÇÃO M²
						1	FATOR	943,60	784,14	140	220	200	11	25	1	4,40,10	890,00	4.440,10
1	01.03.011.0411.001	Edson Gutz	IMBUIA	12,00	60,00	0,01382	1,00	13,04	10,84	1,94	3,04	2,76	0,15	0,35	0,01	61,38	12,30	61,38
2	01.03.011.0399.001	Edson Gutz	IMBUIA	12,00	60,00	0,01382	1,00	13,04	10,84	1,94	3,04	2,76	0,15	0,35	0,01	61,38	12,30	61,38
3	01.03.011.0387.001	T.Z.T. Engenharia e Planejamento Ltda	IMBUIA	252,00	1260	0,29032	1,00	273,94	227,65	40,64	63,87	58,06	3,19	7,26	0,29	1289,03	258,38	1289,03
4	01.03.011.0135.001	Orlando Dalmo lin	IMBUIA	12,00	60,00	0,01382	1,00	13,04	10,84	1,94	3,04	2,76	0,15	0,35	0,01	61,38	12,30	61,38
5	01.03.011.0123.001	Orlando Dalmo lin	IMBUIA	12,00	60,00	0,01382	1,00	13,04	10,84	1,94	3,04	2,76	0,15	0,35	0,01	61,38	12,30	61,38
6	01.03.011.0111.001	Orlando Dalmo lin	IMBUIA	12,00	60,00	0,01382	1,00	13,04	10,84	1,94	3,04	2,76	0,15	0,35	0,01	61,38	12,30	61,38
7	01.03.011.0099.001	Adriana Celia Silverio Forcatto	IMBUIA	118,01	590,05	0,13595	1,00	128,29	106,61	19,03	29,91	27,19	1,50	3,40	0,14	603,65	121,00	603,65
8	01.03.012.0540.001	Administradora e empreendimentos I.Fonseca	IMBUIA	219,01	1095,05	0,25231	1,00	238,08	197,85	35,32	55,51	50,46	2,78	6,31	0,25	1120,28	224,56	1120,28
9	01.03.067.0614.001	Administradora e empreendimentos I.Fonseca	IMBUIA	219,00	1095,00	0,25230	1,00	238,07	197,84	35,32	55,51	50,46	2,78	6,31	0,25	1120,23	224,55	1120,23

		ÁREA COM UM ESQU INAS	T O D A S		10 0,0 0													
	TOTAL			868 ,02	4.4 40, 10	1,00	1,00	943, 60	784, 14	14 0,0 0	22 0,0 0	20 0,0 0	11, 00	25, 00	1,0 0	4.4 40, 10	890 ,00	4.440, 10
	VALO R UNITÁ RIO	VALO R UNIT ÁRIO (R\$)						8,76	13,4 9	31, 50	45, 62	10 8,6 2	35 4,3 6	54 2,5 1	66 7,6 0	0,8 9	19, 90	53,33
	VALO R SUBT OTAL	VALO R SUB- TOTA L (R\$)						8.26 5,93	10.5 78,0 4	4.4 10, 00	10. 03 6,4 0	21. 72 4,0 0	3.8 97, 96	13. 56 2,7 5	66 7,6 0	3.9 51, 68	17. 711 ,00	236.7 90,53
	VALO R TOTAL	VALO R TOTA L (R\$)																331.5 95.89

Termo de Errata do Edital de Contribuição de Melhoria 013/2011

TERMO DE ERRATA

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº013/2011

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar que o edital de CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº013/2011, tendo como objeto a demonstração dos custos da obra, para ressarcimento ao erário, dos valores parciais despendidos na obra de pavimentação e drenagem pluvial, compreendendo a Rua Imbuia, sofreu as seguintes alterações:

Foi alterada a cotização do anexo 1 do edital, estando seu conteúdo na íntegra na mural pública no Paço Municipal ou pode ser retirado no Departamento de Compras situada na rua Getúlio Vargas nº 77, Centro de Camboriú/SC.

Camboriú, 10 de Dezembro de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

PREFEITA MUNICIPAL



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Metas de Arrecadação

1-DEMONSTRATIVO DO DESDOBRAMENTO DA RECEITA EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO - 2014 (LRF ART. 13)

2-DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - 2014 (LRF - ARTIGO 8º.)

3-DEMONSTRATIVO DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO - 2014 (LRF ART. 8º)



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

DEMONSTRATIVO DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO - 2014 (LRF ART. 8º)

Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho
RECEITAS	8.809.116,25	12.835.474,53	10.812.801,33	10.876.720,87	9.958.550,81	9.924.943,96	10.097.841,29
- Metas de Receita	8.809.116,25	12.835.474,53	10.812.801,33	10.876.720,87	9.958.550,81	9.924.943,96	10.097.841,29
DESPESAS	8.809.116,25	12.835.474,53	10.812.801,33	10.876.720,87	9.958.550,81	9.924.943,96	10.097.841,29
DESPESAS CORRENTES	7.943.775,72	11.574.615,21	9.750.634,03	9.808.274,60	8.980.298,58	8.949.993,00	9.105.906,22
- Pessoal e Encargos Sociais	4.798.999,68	6.992.465,13	5.890.560,26	5.925.382,13	5.425.184,64	5.406.876,41	5.501.066,82
- Juros e Encargos da Dívida	35.664,44	51.965,48	43.776,52	44.035,31	40.318,02	40.181,96	40.881,95
- Outras Despesas Correntes	3.109.111,60	4.530.184,60	3.816.297,24	3.838.857,17	3.514.795,92	3.502.934,63	3.563.957,45
DESPESAS DE CAPITAL	715.549,89	1.042.604,29	878.305,90	883.497,98	808.916,55	806.186,72	820.230,89
- Investimentos	594.290,80	865.921,65	729.465,72	733.777,94	671.835,29	669.568,06	681.232,26
- Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Amortização da Dívida	121.259,09	176.682,65	148.840,18	149.720,04	137.081,27	136.618,66	138.998,62
Reserva de Contingência	149.790,64	218.255,03	183.861,40	184.948,29	169.335,68	168.764,23	171.704,18
Especificação	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL GERAL	
RECEITAS	9.067.137,55	9.408.059,99	9.574.384,07	10.153.061,85	11.981.907,50	123.500.000,00	
- Metas de Receita	9.067.137,55	9.408.059,99	9.574.384,07	10.153.061,85	11.981.907,50	123.500.000,00	
DESPESAS	9.067.137,55	9.408.059,99	9.574.384,07	10.153.061,85	11.981.907,50	123.500.000,00	
DESPESAS CORRENTES	8.176.450,97	8.483.883,79	8.633.869,46	9.155.702,33	10.804.896,10	111.368.300,00	
- Pessoal e Encargos Sociais	4.939.563,63	5.125.290,17	5.215.899,62	5.531.149,68	6.527.461,85	67.279.900,00	
- Juros e Encargos da Dívida	36.709,06	38.089,31	38.762,69	41.105,51	48.509,75	500.000,00	
- Outras Despesas Correntes	3.200.178,29	3.320.504,31	3.379.207,15	3.583.447,13	4.228.924,51	43.588.400,00	
DESPESAS DE CAPITAL	736.508,53	764.201,10	777.711,33	824.716,36	973.270,46	10.031.700,00	
- Investimentos	611.697,73	634.697,44	645.918,18	684.957,61	808.337,32	8.331.700,00	
- Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
- Amortização da Dívida	124.810,80	129.503,66	131.793,14	139.758,75	164.933,14	1.700.000,00	
Reserva de Contingência	154.178,05	159.975,11	162.803,29	172.643,16	203.740,94	2.100.000,00	

Prefeitura Municipal de Camboriú, 12 de Dezembro de 2013

Luzia Lourdes Coppi Mathias
 Prefeita Municipal

Renata Pereira
 Contadora

Sérgio Luiz Venâncio
 Secretário da Fazenda

Kaita Helen Testoni
 Responsável Controle Interno

CRC/SC 028070/O-6



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

DEMONSTRATIVO DO DESDOBRAMENTO DA RECEITA EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO - 2014 (LRF ART. 13)

Especificação da Receita	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		TOTAL
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	
REC. CORRENTES	8.612.536,91	12.648.051,46	10.567.845,03	10.689.297,80	9.701.486,82	9.574.821,54	9.877.073,18	8.872.030,76	9.186.828,56	9.312.879,20	9.953.344,82	11.544.303,93	120.540.500,00
Receita Tributária	1.591.962,81	5.637.148,19	2.852.260,96	2.384.287,54	1.563.922,82	1.130.727,74	1.013.586,79	1.250.487,26	1.200.242,16	1.363.630,72	1.247.696,26	1.760.046,76	22.996.000,00
Rec. de Contribuição	205.085,58	269.546,60	235.094,36	380.463,91	222.525,72	181.284,98	567.867,64	288.525,65	474.193,34	398.504,30	304.428,57	210.979,35	3.738.500,00
Receita Patrimonial	70.359,37	57.563,74	91.929,45	95.822,79	102.983,81	104.924,14	87.108,94	71.961,19	64.783,98	57.746,39	58.059,10	58.757,10	922.000,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	761.644,39	718.075,94	860.787,11	805.919,06	857.548,04	822.083,20	840.422,18	827.062,14	792.169,16	830.632,22	796.736,24	810.920,34	9.726.000,00
Transf. Correntes	5.671.051,22	5.690.331,84	6.264.926,92	6.748.566,30	6.569.031,10	7.043.451,50	6.130.385,98	6.144.213,29	6.350.991,68	6.310.760,55	7.179.741,09	8.222.548,53	78.326.000,00
Outras Rec. Correntes	312.433,55	275.385,14	262.846,23	274.238,20	385.475,34	292.349,98	1.237.701,65	289.781,23	304.448,24	351.605,03	364.683,56	481.051,85	4.832.000,00
REC. DE CAPITAL	196.579,34	187.423,08	244.956,30	187.423,08	257.063,99	350.122,42	220.768,11	195.106,79	221.231,43	261.504,87	199.717,03	437.603,56	2.959.500,00
Oper. de Créditos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
Transf. de Capital	9.156,26	0,00	57.533,22	0,00	69.640,91	162.699,34	33.345,03	7.683,72	33.808,36	74.081,80	12.293,95	60.757,41	521.000,00
Outras Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC. INTRA ORÇAMENTARIAS	187.423,08	187.423,08	187.423,08	187.423,08	187.423,08	187.423,08	187.423,08	187.423,08	187.423,08	187.423,08	187.423,08	374.846,15	2.436.500,00
TOTAL	8.809.116,25	12.835.474,53	10.812.801,33	10.876.720,87	9.958.550,81	9.924.943,96	10.097.841,29	9.067.137,55	9.408.059,99	9.574.384,07	10.153.061,85	11.981.907,50	123.500.000,00
BIMESTRE	21.644.590,79		21.689.522,20		19.883.494,77		19.164.978,84		18.982.444,07		22.134.969,34		123.500.000,00

Prefeitura Municipal de Camboriú, 12 de Dezembro de 2013

Luzia Lourdes Coppi Mathias

Prefeita Municipal

Renata Pereira

Contadora

CRC/SC 028070/O-6

Sérgio Luiz Venâncio

Secretário da Fazenda

Kaita Helen Testoni

Responsável Controle Interno



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - 2014 (LRF - ARTIGO 8º.)

Unidades Gestoras	Meses												TOTAL
	Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Camãra Municipal de Vereadores	291.666,67	291.666,67	291.666,67	291.666,67	291.666,67	291.666,67	291.666,67	291.666,67	291.666,67	291.666,67	291.666,67	291.666,67	3.500.000,00
Fundo Municipal de Saúde	1.037.500,00	1.037.500,00	1.037.500,00	1.037.500,00	1.037.500,00	1.037.500,00	1.037.500,00	1.037.500,00	1.037.500,00	1.037.500,00	1.037.500,00	1.037.500,00	12.450.000,00
Fundo Municipal de Educação	628.416,67	628.416,67	628.416,67	628.416,67	628.416,67	628.416,67	628.416,67	628.416,67	628.416,67	628.416,67	628.416,67	628.416,67	7.541.000,00
Fundo Municipal de Assistência Social	230.875,00	230.875,00	230.875,00	230.875,00	230.875,00	230.875,00	230.875,00	230.875,00	230.875,00	230.875,00	230.875,00	230.875,00	2.770.500,00
Fundo da Criança e Adolescente	93.583,33	93.583,33	93.583,33	93.583,33	93.583,33	93.583,33	93.583,33	93.583,33	93.583,33	93.583,33	93.583,33	93.583,33	1.123.000,00
Fundo Municipal Agropecuario	96.416,67	96.416,67	96.416,67	96.416,67	96.416,67	96.416,67	96.416,67	96.416,67	96.416,67	96.416,67	96.416,67	96.416,67	1.157.000,00
Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros	15.416,67	15.416,67	15.416,67	15.416,67	15.416,67	15.416,67	15.416,67	15.416,67	15.416,67	15.416,67	15.416,67	15.416,67	185.000,00
Fundo de Melhoria da Policia Militar.	20.083,33	20.083,33	20.083,33	20.083,33	20.083,33	20.083,33	20.083,33	20.083,33	20.083,33	20.083,33	20.083,33	20.083,33	241.000,00
Fundação Municipal de Esportes	121.375,00	121.375,00	121.375,00	121.375,00	121.375,00	121.375,00	121.375,00	121.375,00	121.375,00	121.375,00	121.375,00	121.375,00	1.456.500,00
Fundação Municipal de Cultuta	69.375,00	69.375,00	69.375,00	69.375,00	69.375,00	69.375,00	69.375,00	69.375,00	69.375,00	69.375,00	69.375,00	69.375,00	832.500,00
Fundação Municipal do Meio Ambiente	44.291,67	44.291,67	44.291,67	44.291,67	44.291,67	44.291,67	44.291,67	44.291,67	44.291,67	44.291,67	44.291,67	44.291,67	531.500,00
TOTAL	2.649.000,00	2.649.000,00	2.649.000,00	2.649.000,00	2.649.000,00	2.649.000,00	2.649.000,00	2.649.000,00	2.649.000,00	2.649.000,00	2.649.000,00	2.649.000,00	31.788.000,00

Prefeitura Municipal de Camboriú, 12 de Dezembro de 2013

Luzia Lourdes Coppi Mathias

Prefeita Municipal

Renata Pereira

Contadora

CRC/SC 028070/O-6

Sérgio Luiz Venâncio

Secretário da Fazenda

Kaita Helen Testoni

Responsável Controle Interno

Campo Alegre

PREFEITURA

Lei Nº 4.044 de 10 de Dezembro de 2013

LEI Nº 4.044 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º) Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, e na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, as Diretrizes Orçamentárias do Município para o exercício de 2014, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da administração pública municipal;
- II - a estrutura e organização dos orçamentos;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;
- VII - as disposições gerais.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art.2º) A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2014 e a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

Parágrafo único. Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais de que trata o art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000:

- I - Demonstrativo I - Metas Anuais;
- II - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- III - Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- IV - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- V - Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- VI - Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
- VII - Demonstrativo VI.a - Projeção Atuarial do RPPS;
- VIII - Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- IX - Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas

Obrigatórias de Caráter Continuado;

- X - Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas;
- XI - Anexo I.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receitas;
- XII - Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas;
- XIII - Anexo II.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas;
- XIV - Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;
- XV - Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;
- XVI - Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida;
- XVII - Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;
- XVIII - Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;
- XIX - Anexo VIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos;
- XX - Anexo IX - Relatório sobre Projetos em Execução e Despesas com Conservação do Patrimônio Público;
- XXI - Anexo X - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações; e

XXII - Anexo XI - Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas.

Art.3º) As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2014, são as constantes do Anexo de Prioridades e Metas desta Lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos e na Lei Orçamentária Anual de 2014 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa. Parágrafo único. Fica vedada a adoção pelo Poder Executivo, durante a execução orçamentária, de categorias de prioridades que não estejam contempladas nesta Lei.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art.4º) Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
- II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
- IV - Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;
- V - Subtítulo, o menor nível de categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação;
- VI - Unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
- VII - Concedente, o órgão ou a Entidade da Administração Pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;
- VIII - Conveniente, o órgão ou a Entidade da Administração Pública direta ou indireta dos governos Federal, Estaduais, Municipais, e as Entidades Privadas, com os quais a Administração Municipal pactue a transferência de recursos financeiros, inclusive quando

decorrentes de descentralização de créditos orçamentários entre órgãos e Entidades Federais constantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social;

IX - Descentralização de créditos orçamentários, a transferência de créditos constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade ou entre estes;

X - Receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

XI - Execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

XII - Execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar; e

XIII - Execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a Subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§3º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária e na respectiva Lei por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais, com indicação do produto, da unidade de medida e da meta física.

§4º - O produto e a unidade de medida a que se refere o § 3º deverão ser os mesmos especificados para cada ação constante do Plano Plurianual 2014/ 2017.

§5º - As metas físicas serão indicadas em nível de subtítulo e agregadas segundo os respectivos projetos, atividades ou operações especiais.

§6º - As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§7º - Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

§8º - A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação governamental, ainda que esta seja viabilizada com a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

Art.5º) Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Municipal.

Art.6º) Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, em consonância com os dispositivos da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e suas alterações, a discriminação da despesa será apresentada por unidade orçamentária, detalhada por categoria da programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa, o identificador de uso, o grupo

de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

§1º - A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é fiscal (F), da Seguridade Social.

§2º - Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

I - pessoal e encargos sociais - 1;

II - juros e encargos da dívida - 2;

III - outras despesas correntes - 3;

IV - investimentos - 4;

V - inversões financeiras - 5;

VI - amortização da dívida - 6.

§3º - A Reserva de Contingência, prevista no art. 20 desta Lei, será identificada pelo dígito "9", no que se refere ao grupo de natureza de despesa.

§4º - Nenhuma ação poderá conter, simultaneamente, dotações destinadas a despesas financeiras e primárias.

§5º - A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - mediante transferência financeira:

a) a outras esferas de Governo, seus órgãos, fundos ou entidades; ou

b) diretamente a entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições; ou

II - diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo.

§6º - O Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de investimentos discriminarão a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme art. 15 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

§7º - É vedada a execução orçamentária com modalidade de aplicação indefinida.

§8º - As receitas serão escrituradas de forma que se identifique a arrecadação segundo as naturezas de receita e o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

Art.7º) O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal, será composto de:

I - Texto da Lei;

II - Quadros orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados nos artigos 2º e 22, incisos III, IV e parágrafo único da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

III - Anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV - Discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; e

V - Anexo do Orçamento de Investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição, na forma definida nesta Lei. Parágrafo único. Integrarão a consolidação dos quadros orçamentária a que se refere o inciso II deste artigo, os seguintes demonstrativos:

I - Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas, conforme o Anexo 1, da Lei Federal nº 4.320 de 1964;

II - Receita por Categorias Econômicas, conforme o Anexo 2, da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

III - Natureza da Despesa por Categorias Econômicas, conforme o Anexo 2, da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

IV - Funções e Subfunções de Governo, conforme o Anexo 5, da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

V - Programa de Trabalho de Governo, conforme o Anexo 6, da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

VI - Programa de Trabalho de Governo Demonstrativo de Funções, Sub funções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais, conforme o Anexo 7, da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub funções e

Programas conforme o Vínculo com os Recursos, conforme o Anexo 8, da Lei Federal nº 4.320, de 1964;
VIII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções, conforme o Anexo 9, da Lei Federal nº 4.320, de 1964;
IX - Demonstrativo da Evolução da Receita, conforme art. 22, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 1964 e art. 12, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

X - Demonstrativo da Evolução da Despesa, conforme art. 22, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 1964;
XI - Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;
XII - Da descrição sucinta, para cada unidade administrativa, de suas principais finalidades com a respectiva legislação;
XIII - Demonstrativo da aplicação dos recursos na manutenção e Desenvolvimento do ensino nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394, de 1996;
XIV - Demonstrativo da aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB;
XV - Demonstrativo da receita corrente líquida com base no art. 2º, inciso IV, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000;
XVI - Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar Federal nº 101, de 2000;
XVII - Demonstrativo da aplicação dos recursos reservados à saúde de que trata a Emenda Constitucional nº 29.

CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art.8º) A estimativa da receita e a fixação da despesa, constante do Projeto de Lei Orçamentária, serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere.

Art.9º) A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será precedida de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Art.10) Na programação da despesa, não poderão ser fixadas despesas, sem que estejam definidas as fontes de recursos.

Art.11) A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

SEÇÃO II

DO EQUILÍBRIO ENTRE RECEITAS E DESPESAS

Art.12) A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira da Administração Municipal.

Seção III

Do Incentivo à Participação Popular

Art.13) O projeto de Lei Orçamentária Anual, relativo ao exercício de 2014, deverá assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento:

I – O princípio do controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;

II – O princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art.14) Será assegurada aos cidadãos à participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimentos de interesse local, mediante regular processo de consulta.

SEÇÃO IV

DOS CRITÉRIOS E FORMAS DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO

Art.15) Na ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do art. 9º, e no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira.

§1º - O montante da limitação a ser procedida por cada Poder referido no caput deste artigo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um na base contingenciável.

§2º - Excluem-se do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§3º - No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

I - com pessoal e encargos patronais; e

II - com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no art. 45, da Lei Complementar nº 101 de 2000.

§4º - Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Seção V

Da Inclusão de Novos Projetos e Conservação do Patrimônio Público

Art.16) Observadas as prioridades a que se refere o art. 3º desta Lei, a Lei Orçamentária ou as de créditos adicionais, somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada, a cargo da Administração Direta, e dos Fundos Municipais se:

I - houverem sido adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento;

II - estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

III - estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio; e

IV - os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito, com objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

Seção VI

Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art.17) Para os efeitos do art. 16, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

V

Seção VII

Da Destinação de Recursos para Entidades Públicas e Privadas

Art.18) É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de quaisquer recursos do Município, para clubes, associações de servidores e de dotações a título de subvenções

sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura ou que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

§1º - Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no caput, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos emitida no exercício de 2013 e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§2º - As entidades privadas beneficiadas com Recursos Públicos Municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§3º - Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda de:

I - publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

II - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

§4º - A concessão de benefício de que trata o caput deste artigo deverá estar definida em lei específica.

Seção VIII

Da Autorização para Custeio de Despesas de Competência da União e do Estado

Art.19) A inclusão, na Lei Orçamentária Anual, de transferências de recursos para o custeio de despesa de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do art. 62, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Seção IX

Da Destinação de Reserva de Contingência

Art.20) A Lei Orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor até 0,77% (zero virgula setenta e sete por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2014, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Seção X

Das Normas para Controle de Custos e Avaliação de Resultado

Art.21) O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

Parágrafo único. A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art.22) A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a previdência social.

Art.23) O Projeto de Lei Orçamentária Anual poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações a nível de projeto e atividades financiados por estes recursos.

Art.24) A Lei Orçamentária Anual poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Vv

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art.25) No exercício financeiro de 2014, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo observarão as disposições contidas nos art. 18, 19 e 20, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art.26) Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, a adoção das medidas de que tratam os §§ 3º e 4º, do art. 169, da Constituição Federal, preservará servidores das áreas de saúde, educação e assistência social.

Art.27) Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a contratação de hora extra fica restrita a necessidades emergenciais das áreas de saúde e de saneamento.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art.28) A estimativa de receita que constará do Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2014 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e conseqüente aumento das receitas próprias.

Art.29) O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (Artigo 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 – LRF).

Art.30) Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 14, Parágrafo 3º da LRF).

Art.31) O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Artigo 14, Parágrafo 2º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 – LRF).

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.32) É vedado consignar na Lei Orçamentária Anual crédito com finalidade imprecisa ou com dotação limitada.

Art.33) Até trinta dias após a publicação dos Orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá, através de decreto, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, nos termos do disposto no art. 8º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art.34) A reabertura dos créditos especiais extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada mediante Decreto do Poder Executivo, utilizando os recursos previstos no art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Art.35) A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 1964 e da Constituição Federal.

F d

§1º - A Lei Orçamentária Anual conterà autorização e disporá sobre o limite para abertura de créditos adicionais suplementares.

§2º - Acompanharão os projetos de Lei relativos a créditos adicionais exposição dos motivos circunstanciados que os justifique e que indiquem as conseqüências, dos cancelamentos de dotações propostos.

Art.36) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 4.045 de 10 de Dezembro de 2013

LEI Nº 4.045 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

I – Do Orçamento do Município

Art.1º) O Orçamento Geral do Município de Campo Alegre para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ R\$ 41.443.098,13 (quarenta e um milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, noventa e oito reais e treze centavos) e fixa a Despesa em R\$ R\$ 41.443.098,13 (quarenta e um milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, noventa e oito reais e treze centavos) sendo R\$ 37.881.566,50 (trinta e sete milhões, oitocentos e oitenta e um mil, quinhentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos) do Orçamento Fiscal, R\$ 3.561.531,63 (três milhões, quinhentos e sessenta e um mil, quinhentos e trinta e um reais e sessenta e três centavos) do Orçamento da Seguridade Social.

II – Dos Orçamentos das Unidades Gestoras, Poder Executivo e Câmara Municipal.

Art.2º) O Orçamento do Poder Executivo para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 41.443.098,13 (quarenta e um milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, noventa e oito reais e treze centavos) e fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R\$ 705.000,00 (setecentos e cinco mil reais) e em R\$ 40.738.098,13 (quarenta milhões, setecentos e trinta e oito mil, noventa e oito reais e treze centavos) para as Unidades Gestoras e Prefeitura.

§1º) A Receita do Poder Executivo será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros

anexos, com o seguinte desdobramento:

§2º) A Despesa dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

01 - PROCESSO LEGISLATIVO	705.000,00
02 - PESSOAL DO GABINETE DO PREFEITO	670.000,00
03 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO E CASA DA CIDADANIA	159.400,00
04 - PESSOAL DA SECRET. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	794.000,00
05 - COORDENAÇÃO E MANUT. DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	439.500,00
06 - PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	309.600,00
07 - COORDENÇÃO E MANUT. DAS ATIVIDADES FINANCEIRAS	6.234.231,58
08 - APOIO ADMINISTRATIVO A EDUCAÇÃO	535.900,00
09 - TRANSPORTE ESCOLAR	1.162.626,66
10 - ENSINO FUNDAMENTAL	3.475.422,08
11 - ENSINO INFANTIL	3.215.172,98
12 - MERENDA ESCOLAR	338.037,80
13 - SALÁRIO EDUCAÇÃO	381.003,54
14 - NÚCLEO DE APOIO PEDAGÓGICO	8.000,00
23 - PESSOAL DO SERVIÇO DE BEM ESTAR SOCIAL	429.600,00
24 - CONSELHO TUTELAR	112.148,00
25 - PESSOAL DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	332.500,00
26 - DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO ECONÔMICO	25.500,00
28 - AGREGAÇÃO DE RENDA AO PRODUTOR RURAL	168.545,83
30 - PROFISSIONALIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DO JOVEM RURAL	3.000,00
33 - PORTEIRA ADENTRO	100,00
36 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL	41.975,00
38 - SOS NASCENTES E RECUPERAÇÃO DA MATA CILIAR	10.200,00
41 - INCENTIVO ÀS INDÚSTRIAS	39.000,00
43 - PESSOAL DA SEC. MUNIC. DE PLANEJAM., TRANSPORTE E OBRAS	1.478.437,00
44 - MANUT. DAS ATIV. DA SEC. MUNIC. DE PLANEJAM., TRANSP. E OBRAS	697.000,00
45 - MANUT. DE VIAS PÚBLICAS E CONSERVAÇÃO DE LOGRADOUROS	2.651.596,34
47 - FROTA MUNICIPAL	896.065,00
48 - SERVIÇOS PÚBLICOS	620.825,52
50 - CONVÊNIO COM POLÍCIA CIVIL E MILITAR	61.008,89
51 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	204.777,40
52 - MANUTENÇÃO DAS ATIV. ADMINISTRATIVAS DA SEC. MUNIC. DE SAÚDE	4.486.750,00
53 - ESTRATÉGIA SAÚDE NA FAMÍLIA - ESF	157.320,00
54 - SAÚDE BUCAL	97.731,41
55 - ASSISTÊNCIA E PLANTÃO HOSPITALAR	857.167,31
56 - SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE DIAGNÓSTICO E TERAPIA	1.227.098,69

57 – ASSISTÊNCIA BÁSICA FARMACÊUTICA	455.859,22
58 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	55.293,92
59 – ASSISTÊNCIA BÁSICA A SAÚDE	32.000,00
60 - SISTEMA DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR NUTRICIONAL - SISVAN	56.000,00
61 - MANUT. DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	36.321,78
63 - MANUTENÇÃO DA REDE SÓCIO-ASSISTENCIAL DO MUNICÍPIO	40.650,00
64 - SERVIÇOS DE AÇÃO CONTINUADA - SAC	2.480,64
66 - INSTITUTO DE PREV. SOCIAL DOS SERV. PÚBLICOS DO MUNIC. DE CAMPO ALEGRE	3.561.531,63
67 - ATENDIMENTO AOS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO	21.000,00
71 – FUNREBOM	165.407,83
75 - PESSOAL DA SEC MUN DE CULT, TURISMO, ESPORTE E LAZER	333.792,00
76 - GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	20.740,22
77 - ÁGUAS DE CAMPO ALEGRE	1.346.485,86
78 - VALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR	275.000,00
79 - INCREMENTO DA AGROPECUÁRIA	30.000,00
80 - INCENTIVO AO COMÉRCIO	11.250,00
81 - HABITAÇÃO: VIABILIZANDO MORADIA DIGNA	18.200,00
82 - CULTURA DESCENTRALIZADA E DEMOCRATIZADA	769.720,00
83 - DESTINO: CAMPO ALEGRE	425.200,00
84 - ESPORTE E LAZER - INTEGRAR PARA SOCIALIZAR	566.124,00
85 – PROGRAMA ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA – PAIF	2.600,00
86 – PROGRAMA MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS	100,00
87 – PROGRAMA FAMILIAS INFANTO ACOLEDORAS	16.200,00
89 – APOIO A PROJETOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS	15.500,00
90 – CONTROLE DO BORRACHUDO (SIMULIUM PERTINAX)	25.500,00
93 – REINTEGRAÇÃO DE MENORES A SOCIEDADE	30.000,00
95 – SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA IDOSOS	4.500,00
96 – SERV. DE CONVIVÊNCIA E FORTAL. DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS ATÉ 6 ANOS	4.500,00
97 – SERV. DE CONVIVÊNCIA E FORTAL. DE VÍNCULOS – CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 6 A 15 ANOS	12.000,00
98 – SERV. DE CONVIVÊNCIA E FORTAL. DE VÍNCULOS – ADOLESCENTES E JOVENS DE 15 A 17 ANOS	16.000,00
99 – SERV. DE PROTEÇÃO SOCIAL NO DOMICÍLIO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E IDOSA	2.000,00
100 – PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA – PAIF	6.000,00
101 – MEU TRABALHO, MINHA RENDA – PROJETOS DE GERAÇÃO DE RENDA	10.100,00
102 – BENEFÍCIOS EVENTUAIS	27.100,00
103 – ACOlhIMENTO INSTITUCIONAL	5.000,00
105 – GESTÃO DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA	700,00
106 – COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES DA DEFESA CIVIL - FUNMDE	16.000,00
TOTAL	41.443.098,13

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

III – Do Orçamento do Poder Executivo

Art.3º) O Orçamento da Entidade Poder Executivo = PREFEITURA para o exercício de 2014 Estima a Receita em R\$ 36.002.471,27 (Trinta e seis milhões, dois mil quatrocentos e setenta e um reais e vinte e sete centavos) e fixa a Despesa em R\$ 29.523.353,31 (vinte nove milhões, quinhentos e vinte e três mil trezentos e cinquenta e três reais e um centavos).

§1º) A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas, transferências de outras esferas de governo e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

§2º) A Despesa da Entidade Poder Executivo = PREFEITURA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

IV – Do Orçamento do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Campo Alegre – IPRECAL

Art.4º) O Orçamento da Entidade IPRECAL para o exercício de 2014 Estima a Receita em R\$ 3.561.531,63 (três milhões,quinhentos e sessenta e um mil quinhentos e trinta e um reais sessenta e três centavos) e fixa a Despesa em R\$ 3.561.531,63 (três milhões,quinhentos e sessenta e um mil quinhentos e trinta e um reais sessenta e três centavos).

§1º A Receita será realizada mediante transferências financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de rendas, transferências de outras esferas de governo e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

§2º) A Despesa da Entidade IPRECAL será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

V – Do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde

Art.5º) O Orçamento da Entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE para o exercício de 2014 Estima a Receita em R\$ 1.751.245,29 (um milhão, setecentos e cinquenta e um mil duzentos e quarenta e cinco reais e vinte e nove centavos) e fixa a Despesa em R\$ 7.425.220,55 (sete milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil duzentos e vinte reais e cinquenta e cinco centavos).

§1º) A Receita será realizada mediante transferências financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de rendas, transferências de outras esferas de governo e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

§2º) A Despesa da Entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

VI – Do Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social

Art.6º) O Orçamento da Entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL para o exercício de 2014 Estima a Receita em R\$ 111.849,94 (cento e onze mil, oitocentos e quarenta e nove reais, noventa e quatro centavos) e fixa a Despesa em R\$ 206.992,64 (duzentos e seis mil, novecentos e noventa e dois reais e sessenta e quatro centavos).

§1º) A Receita será realizada mediante transferências financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de rendas, transferências de outras esferas de governo e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas no quadro anexo.

§2º) A Despesa da Entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

VII – Do Orçamento do Fundo da Infância e Adolescência

Art.7º) O Orçamento da Entidade FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCÊNCIA para o exercício de 2014 Estima a Receita em R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais).

§1º) A Receita será realizada mediante transferências financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de rendas, transferências de outras esferas de governo e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminada no quadro anexo.

§2º) A Despesa da Entidade FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCÊNCIA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

VIII – Do Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores

Art.8º) O Orçamento da Entidade CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES para o exercício de 2014 fixa a Despesa em R\$ 705.000,00 (setecentos e cinco mil reais)

§1º) A Receita será realizada mediante transferências financeiras do Tesouro Municipal, na forma da legislação em vigor.

§2º) A Despesa da Entidade CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Art.9º) Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de riscos fiscais representados por passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor e Superávit Orçamentário do Regime Próprio de Previdência, conforme abaixo:

§1º) A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§2º) Para efeito desta Lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§3º) Não se efetivando até o dia 10/12/2014 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2013 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art.10) Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar Dotações de um elemento de despesa para outro dentro de cada unidade orçamentária ou operações especiais.

Art.11) O Executivo está autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% (cincoenta por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fonte de recursos:

I – O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II – A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III – Superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único – Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares autorizados por Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art.12) As despesas por conta das dotações vinculadas a Convênios, Operações de Créditos e outras Receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

§1º) A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º da Lei Federal nº 4.320/64 será realizado em cada fonte de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos arts. 8º, Parágrafo único e 50, Inciso I da LRF.

§2º) O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos, conforme disposto nos arts. 8º, 42 e 50, Inciso I da LRF.

Art.13) Os recursos oriundos de Convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais de projetos, atividades ou operações especiais.

Art.14) Durante o exercício de 2014 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas prioritizados nesta Lei.

Art.15) Comprovado o interesse público municipal e mediante Convênio, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art.16) Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art.17) A presente Lei vigorará durante o exercício de 2014, a partir de 1º de janeiro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 4.046 de 10 de Dezembro de 2013

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.046 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.688,00 (um mil, seiscentos e oitenta e oito reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
04.122.0107.2.010 -	Contribuição a CNM, FECAM e Manutenção do CIGA.	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
335000.00.136 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
335041.00.136 -	Contribuições	R\$ 1.688,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0108.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449052.00.136 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 315,42

04.128.0109.2.600 -	Bolsa de Estudo a Servidor	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339018.00.136 -	Auxílio Financeiro a Estudantes	1.372,58
	TOTAL	R\$ 1.688,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 4.047 de 10 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.047 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013

ALTERA DISPOSIÇÕES DO ARTIGO 2º DA LEI MUNICIPAL Nº 3.962 DE 30 DE ABRIL DE 2013.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI: Art.1º) Altera disposições do Art.2º da Lei Municipal nº 3.962 de 30 de abril de 2013, a qual passa a ter a seguinte redação:

"Art.2º - A adesão ao Programa BADESC CIDADES II propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de pavimentação, construção de pontes, aquisição de máquinas, caminhões e imóvel".

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 4.048 de 10 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.048 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013
AUTORIZA AQUISIÇÃO DE IMÓVEL ATRAVÉS DE DESAPROPRIAÇÃO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O Município de Campo Alegre/SC fica autorizado a adquirir imóvel através de desapropriação por utilidade pública área de terra com 2.058,98m² (dois mil, cincoenta e oito vírgula noventa e oito decímetros quadrados), parte de uma área maior com 4.000,14m² (quatro mil vírgula quatorze decímetros quadrados), matriculado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 22.893, de propriedade de Darcy Luiz Buchmann.

Art. 2º. A área de 1.627,23m² (um mil, seiscentos e vinte e sete vírgula vinte e três decímetros quadrados) se destina ao fim específico de construção de um Centro de Educação Infantil, segundo a alínea "m" do art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e será pago o valor de R\$ 124.630,00 (cento e vinte e quatro mil, seiscentos e trinta reais).

Art. 3º. A área de 431,75m² (quatrocentos e trinta vírgula setenta e cinco decímetros quadrados) se destina ao fim específico de abertura de rua, segundo a alínea "i" do art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e será doada pelo proprietário ao Município.

Art. 4º. O futuro CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil a ser construído será denominado de "ANNA GORNIACK BUCHMANN".

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 4.049 de 10 de Novembro de 2013

LEI Nº 4.049 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2013

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADADO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 62.159,97 (sessenta e dois mil, cento e cinquenta e nove reais, noventa e sete centavos), a fim de suplementar os respectivos Elementos de Despesas do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0013.2.108 -	Manter Coordenar Atividades Específicas do Ensino Fundamental	
300000.00.140 -	Despesas Correntes	
330000.00.140 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.140 -	Aplicações Diretas	
339030.00.140 -	Material de Consumo	R\$ 50.000,00
339039.00.140 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 10.000,00
400000.00.140 -	Despesas de Capital	
440000.00.140 -	Investimentos	
449000.00.140 -	Aplicações Diretas	

449052.00.140 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 2.159,97
	TOTAL	R\$ 62.159,697

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 8.070 de 10 de Dezembro de 2013

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.070 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.046 de 10 de dezembro de 2013; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.688,00 (um mil, seiscentos e oitenta e oito reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
04.122.0107.2.010 -	Contribuição a CNM, FECAM e Manutenção do CIGA.	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
335000.00.136 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
335041.00.136 -	Contribuições	R\$ 1.688,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0108.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449052.00.136 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 315,42
04.128.0109.2.600 -	Bolsa de Estudo a Servidor	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	

339018.00.136 -	Auxílio Financeiro a Estudantes	1.372,58
	TOTAL	R\$ 1.688,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 8.071 de 10 de Novembro de 2013

DECRETO Nº 8.071 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2013

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal 4.049 de 10 de dezembro de 2013; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 62.159,97 (sessenta e dois mil, cento e cinquenta e nove reais, noventa e sete centavos), a fim de suplementar os respectivos Elementos de Despesas do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
	Manter Coordenar Atividades Específicas do Ensino Fundamental	
12.361.0013.2.108 -		
300000.00.140 -	Despesas Correntes	
330000.00.140 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.140 -	Aplicações Diretas	
339030.00.140 -	Material de Consumo	R\$ 50.000,00
	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
339039.00.140 -		R\$ 10.000,00
400000.00.140 -	Despesas de Capital	
440000.00.140 -	Investimentos	
449000.00.140 -	Aplicações Diretas	
	Equipamentos e Material Permanente	
449052.00.140 -		R\$ 2.159,97
	TOTAL	R\$ 62.159,697

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.437 de 10 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.437 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, na função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, BERNADETE TERESINHA SCHUTA ODIA, Matrícula Funcional nº 000427, Registro no Sistema sob nº 954287, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 à 31 de dezembro de 2013, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 03 de fevereiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.438 de 10 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.438 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, na função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, BERTINA BAHR, Matrícula Funcional nº 0230, Registro no Sistema sob nº 237202, referente ao período aquisitivo 02 de fevereiro de 2013 à 01 de fevereiro de 2014, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 á 03 de fevereiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.439 de 10 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.439 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor IV, na função de Professor de Inglês, BRIGITTE SUELI VAN DEN AKKER STEUERNAGEL, Matrícula Funcional nº 000475, Registro no Sistema sob nº 954481, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 à 31 de dezembro de 2013, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 á 03 de fevereiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.440 de 10 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.440 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, na função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, CÉLIA REGINA DRANCKA COELHO QUEIROZ, Matrícula Funcional nº 000013, Registro no Sistema sob nº 367000, referente ao período aquisitivo 03 de julho de 2012 à 03 de julho de 2013, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 á 03 de fevereiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.441 de 10 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.441 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, na função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, CIRILA TELMA DRANKA, Matrícula Funcional nº 0152, Registro no Sistema sob nº 180501, referente ao período aquisitivo 19 de fevereiro de 2013 à 18 de fevereiro de 2014, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 á 03 de fevereiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.442 de 10 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.442 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, na função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, CLAUDIA ROBERTA KARVAT DRANKA, Matrícula Funcional nº 000396, Registro no Sistema sob nº 954248, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 à 31 de dezembro de 2013, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 03 de fevereiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.443 de 10 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.443 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Professor II, na função de Professor da Educação Física, EDUARDO DE CARVALHO, Matrícula Funcional nº 000644, Registro no Sistema sob nº 955073, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 à 31 de dezembro de 2013, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 03 de fevereiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.444 de 10 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.444 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, na função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, ELIANE BAUM, Matrícula Funcional nº 000090, Registro no Sistema sob nº 272000, referente ao período aquisitivo 18 de fevereiro de 2013 à 17 de fevereiro de 2014, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 03 de fevereiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.445 de 10 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.445 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, na função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, ELISABET SCHINDLER, Matrícula Funcional nº 000129, Registro no Sistema sob nº 297420, referente ao período aquisitivo 02 de maio de 2013 à 01 de maio de 2014, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 03 de fevereiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.446 de 10 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.446 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 12 (doze) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Professor IX, na função de Professor de História, ERNANI DOS SANTOS, Matrícula Funcional nº 000741, Registro no Sistema sob nº 955270, referente ao período aquisitivo 12 de agosto de 2013 à 31 de dezembro de 2013, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 06 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.447 de 10 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.447 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 12 (doze) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Professor II, na função de Professor de Educação Física, FERNANDO LUIS RANK, Matrícula Funcional nº 000677, Registro no Sistema sob nº 955108, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 à 31 de dezembro de 2013, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 03 de fevereiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.448 de 10 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.448 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19

de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, na função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, GLÁDIS CONCEIÇÃO BENEKENDORF, Matrícula Funcional nº 000194, Registro no Sistema sob nº 306000, referente ao período aquisitivo 15 de fevereiro de 2013 à 14 de fevereiro de 2014, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 03 de fevereiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.449 de 10 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.449 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 12 (doze) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Professor II, na função de Professor de Educação Física, JAIRO AFONSO BELLE, Matrícula Funcional nº 000464, Registro no Sistema sob nº 954471, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 à 31 de dezembro de 2013, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 03 de fevereiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e

3.386 em: 10/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.450 de 10 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.450 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, na função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, JANETE DRANKA, Matrícula Funcional nº 000234, Registro no Sistema sob nº 612201, referente ao período aquisitivo 21 de fevereiro de 2013 à 20 de fevereiro de 2014, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 03 de fevereiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.451 de 10 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.451 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, na função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, JEANE IENSEN CLEMENTE, Matrícula Funcional nº 000658, Registro no Sistema sob nº 955084, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 à 31 de dezembro de 2013, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro

de 2013 á 03 de fevereiro de 2014, segundo opção sua já requeri-da junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezem-bro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.452 de 10 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.452 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉ-RIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, na função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, JOELISE IEN-SEN, Matrícula Funcional nº 000659, Registro no Sistema sob nº 955085, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 à 31 de dezembro de 2013, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 á 03 de fevereiro de 2014, segundo opção sua já requeri-da junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezem-bro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.453 de 10 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.453 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉ-RIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, na função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, JOICE LINZ-MEYER, Matrícula Funcional nº 000469, Registro no Sistema sob nº 954475, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 à 31 de dezembro de 2013, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 á 03 de fevereiro de 2014, segundo opção sua já requeri-da junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezem-bro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.454 de 10 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.454 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉ-RIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 33 (trinta e três) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor VII, na função de Professor de Ciências, JOSIANE VALÉRIA FRITZEN RO-ELL, Matrícula Funcional nº 000715, Registro no Sistema sob nº 955213, referente ao período aquisitivo 25 de fevereiro de 2013 à 31 de dezembro de 2013, pagamento de um Terço de férias refe-rente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 á 27 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezem-bro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.455 de 10 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.454 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor VII, na função de Professor de Ciências, JULIANA CRISTINE HUBL, Matrícula Funcional nº 000632, Registro no Sistema sob nº 955059, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 à 31 de dezembro de 2013, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 à 03 de fevereiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Ata Convite 107/2013

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 107/2013)

Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, na cidade de Campo Alegre, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se às quatorze horas em sessão pública, Irineu Woitskovski Junior, Maria Cristina Marciniak Munhoz e Gustavo Machado do Amaral, integrantes da Comissão de Licitações, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 107/2013, modalidade Convite, para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objetivo a mão de obra mecânica para consiste na aquisição de peças e contratação de mão de obra para recondicionar motor 355 da motoniveladora n.03. Empresas convidadas: Comércio de Pneus e Assessorios Itália Ltda, Recuper Recuperadora de Virabrequins Ltda ME, Pauli Oficina Mecânica Diesel Ltda ME, Masterdil Técnica Diesel Ltda EPP, Vandiesel Ltda Epp. Inicialmente o Presidente declarou aberta a sessão, nominando

os presentes: sendo: Sr. Carlos Alberto Zulauf, representante da empresa Pauli Oficina Mecânica Diesel Ltda ME. Passou-se ao recebimento dos envelopes nº 01 (documentos) e nº 02 (proposta) das empresas proponentes: Comércio de Pneus e Assessorios Itália Ltda, Recuper Recuperadora de Virabrequins Ltda ME, Pauli Oficina Mecânica Diesel Ltda ME, Masterdil Técnica Diesel Ltda EPP. Passou-se a abertura do envelope contendo a documentação das empresas proponentes, sendo declaradas HABILITADAS as empresas Oficina Mecânica Diesel Ltda ME e Masterdil Técnica Diesel Ltda EPP a empresa Comércio de Pneus e Assessorios Itália Ltda apresentou CND INSS com validade vencida em 09/07/2013 sendo declarada INABILITADA e a empresa Recuper Recuperadora de Virabrequins Ltda ME apresentou apenas a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas sendo que não apresentou CND INSS E Certidão Regularidade do FGTS sendo declarada INABILITADA. AS licitantes Pauli Oficina Mecânica Diesel Ltda ME e Masterdil Técnica Diesel Ltda EPP estão enquadradas como empresa de pequeno porte. Considerando que nem todas as empresas apresentaram Declaração de Desistência quanto ao julgamento dos Documentos e em cumprimento ao prazo estabelecido na Lei de Licitação, suspende-se a sessão, as empresas licitantes serão intimadas da data de prosseguimento da sessão para abertura e julgamento das propostas. Nada mais a tratar encerrou-se a sessão com a lavratura da presente ata, que vai assinada por todos os presentes:

Ata Convite 107/2013 2

ATA CIRCUNSTANCIADA 2

(Processo Licitatório nº CV/107/2013)

Aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, na cidade de Campo Alegre, às quatorze horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Gustavo Machado do Amaral, Irineu Woitskovski Junior e Maria Cristina Marciniak Munhoz, membros da Comissão Permanente de Licitações (nomeados através do Decreto Municipal nº 7. 845 de 05 de julho de 2013) responsáveis pelo Processo Licitatório nº 107/2013, modalidade CONVITE, se reuniram para procederem a continuação do julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto aquisição de peças e contratação de mão de obra para recondicionar motor 355 da motoniveladora n.03. Inicialmente o Presidente declarou aberta a sessão, nominando os presentes. Nenhuma empresa credenciou representante na sessão. Procedeu-se a abertura do envelope "proposta" das empresas proponentes Pauli Oficina Mecânica Diesel Ltda ME, Masterdil Técnica Diesel Ltda EPP. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO POR LOTE (Total geral do lote). A proposta foi analisada e rubricada pelos membros da Comissão. A Comissão julgou a empresa Pauli Oficina Mecânica Diesel Ltda ME vencedora do LOTE 01 com o valor de R\$ 16.500,00 e vencedora do LOTE 02 com o valor de R\$ 4.395,00 a empresa Masterdil Técnica Diesel Ltda EPP apresentou proposta apenas para o LOTE 03 sendo considerada vencedora do LOTE 03 com o valor de R\$ 945,00, a empresa Pauli Oficina Mecânica Diesel Ltda ME apresentou o valor de 1.722,50 para o LOTE 03. Está aberto prazo recursal que trata a Lei de Licitações, quanto o julgamento das propostas. Nada mais a tratar, encerra-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

IRINEU WOITSKOVSKI JÚNIOR

Presidente Comissão Permanente de Licitação

GUSTAVO MACHADO DO AMARAL

Secretário Comissão Permanente de Licitação

MARIA CRISTINA M. MUNHOZ

Membro Comissão Permanente de Licitação

Ata Tomada de Preços 26/2013 - Saúde
ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório TP nº 26/2013)

Aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Gustavo Machado do Amaral, Irineu Woitskovski Junior e Maria Cristina Marciniak Munhoz, membros da Comissão Permanente de Licitações (nomeados através do Decreto Municipal nº 7. 845 de 05 de julho de 2013) responsáveis pelo Processo Licitatório nº 26/2013, modalidade Tomada de Preços, para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto fornecimento de material e mão de obra para execução de Reforma e Ampliação da Unidade de Saúde de Bateias de Cima "Pedro Maciel de Souza", à Estrada Principal, Bateias de Cima, neste Município. Os recursos são provenientes do Convênio N. 4.503/2012-9 firmado com o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Mafra contrapartida Municipal. Inicialmente o Presidente declarou aberta a sessão, nominando os presentes, recebendo os envelopes (documentos e proposta) das empresas proponentes: LN CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ: 10.834.999/0001-28, MINETTO CONSTRUÇÕES LTDA ME - CNPJ: 14.734.546/0001-80, PRK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ 05.015.251/0001-63. A empresa BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES protocolizou os envelopes depois do prazo estabelecido no Edital, sendo desclassificada. Nenhuma empresa credenciou representante na sessão. Flavia Garcia Minetto acompanhou a sessão como ouvinte e deu vista nos documentos. Após, procedeu-se a abertura dos envelopes "documentos" das empresas proponentes, sendo todas consideradas HABILITADAS. Conforme desistência de recurso quanto o julgamento dos documentos de habilitação, passou-se à abertura do envelope da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito menor preço GLOBAL, com fixação de valor máximo unitário. As propostas foram analisadas e rubricadas pelos membros da Comissão e sendo assim, a Comissão julgou a empresa LN CONSTRUÇÕES LTDA vencedora da presente licitação com o valor global de R\$ 138.669,92, sendo que empresa MINETTO CONSTRUÇÕES LTDA ME apresentou proposta no valor de R\$ 139.000,01 e a empresa PRK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA apresentou proposta com o valor global de R\$ 143.560,80. Está aberto prazo recursal que trata a Lei de Licitações, quanto o julgamento das propostas. Nada mais a tratar, encerra-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

IRINEU WOITSKOVSKI JUNIOR,
Presidente da Comissão de Licitação

GUSTAVO MACHADO DO AMARAL
Secretário

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Membro

FLAVIA GARCIA MINETTO
Participante

Ata Tomada de Preços 98/2013 2
ATA CIRCUNSTANCIADA 2

(Processo Licitatório nº TP 98/2013)

Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, na cidade de Campo Alegre, às quatorze horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Gustavo Machado do Amaral, Irineu Woitskovski Junior e Maria Cristina Marciniak Munhoz, membros da Comissão Permanente de Licitações (nomeados através do Decreto Municipal nº 7. 845 de 05 de julho de 2013) responsáveis pelo Processo Licitatório nº 98/2013, modalidade Tomada de Preços, se reuniram para procederem a

continuação do julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto fornecimento de material e mão de obra para cobertura da Quadra Poliesportiva da Escola Maria José Duarte Silva Bernardes, situada a Rua Benjamin Constant, nº 500, Centro, neste Município. Os recursos são provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC, no âmbito do PAC 2 - Termo de Compromisso PAC 204797/2013. Inicialmente o Presidente declarou aberta a sessão, nominando os presentes. Nenhuma empresa credenciou representante na sessão. Procedeu-se a abertura do envelope "proposta" da empresa proponente A.R.G Automação Ltda CNPJ: 04.415.095/0001-65. O critério de julgamento é pelo requisito menor preço GLOBAL, com fixação de valor máximo unitário. A proposta foi analisada e rubricada pelos membros da Comissão. A Comissão julgou a empresa A.R.G Automação Ltda CNPJ: 04.415.095/0001-65, vencedora com o valor global de R\$ 184.914,14. Está aberto prazo recursal que trata a Lei de Licitações, quanto o julgamento das propostas. Nada mais a tratar, encerra-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

IRINEU WOITSKOVSKI JÚNIOR

Presidente Comissão Permanente de Licitação

GUSTAVO MACHADO DO AMARAL

Secretário Comissão Permanente de Licitação

MARIA CRISTINA M. MUNHOZ

Membro Comissão Permanente de Licitação

Campos Novos

PREFEITURA

Lei Nº 3.985/13 Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Campos Novos Para o Exercício de 2014

LEI Nº 3.985/2013 DE 04/12/2013

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º. O Orçamento Geral do Município de CAMPOS NOVOS para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 97.331.205,58 (noventa e sete milhões, trezentos e trinta e um mil duzentos e cinco reais e cinquenta e oito centavos) e fixa a Despesa em R\$ 97.331.205,58 (noventa e sete milhões, trezentos e trinta e um mil duzentos e cinco reais e cinquenta e oito centavos), sendo R\$ 95.231.205,58 (noventa e cinco milhões, duzentos e trinta e um mil duzentos e cinco reais e cinquenta e oito centavos) do Orçamento Fiscal, R\$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais) do Orçamento da Seguridade Social.

DOS ORÇAMENTOS DAS UNIDADES GESTORAS PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL

Art. 2º. O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 97.331.205,58 (noventa e sete milhões, trezentos e trinta e um mil duzentos e cinco reais e cinquenta e oito centavos) e fixa a Despesa para a Câmara Municipal em (0,00), em (0,00) a Despesa da Prefeitura Municipal.

§ 1º. A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento.

4.RECEITAS

97.331.205,58

4.1.RECEITAS CORRENTES 87.204.075,41

4.2.RECEITAS DE CAPITAL 10.127.130,17

Total: 97.331.205,58

Total geral: 97.331.205,58

§ 2º. A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira.

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

40.00 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁSIO
6.850.000,00

01.00 - GABINETE DO PREFEITO 2.320.000,00

02.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO G
755.000,00

03.00 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
8.895.000,00

04.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
29.149.441,77

05.00 - SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALH
2.150.000,00

06.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
650.000,00

07.00 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
2.050.000,00

08.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISM
20.016.940,22

09.00 - SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER 1.050.000,00

10.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 100.000,00

42.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEM
165.000,00

20.00 - PODER LEGISLATIVO 2.900.000,00

37.00 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL 410.000,00

36.00 - FUNREBON - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMB
295.000,00

35.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
2.190.000,00

19.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10.391.193,95

17.00 - SAMAE - SERV. AUTÔNOMO MUN DE AGUA E ESGOTO
6.221.629,64

33.00 - FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE 260.000,00

34.00 - FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA
31.000,00

32.00 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA
481.000,00

Total: 97.331.205,58

Total geral: 97.331.205,58

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa

2.900.000,00

04 - Administração 6.549.831,04

06 - Segurança Pública 325.000,00

08 - Assistência Social 3.400.168,96

10 - Saúde 17.241.193,95

11 - Trabalho 700.000,00

12 - Educação 29.149.441,77

13 - Cultura 870.000,00

14 - Direitos da Cidadania 31.000,00

15 - Urbanismo 7.526.845,02

16 - Habitação 1.060.000,00

17 - Saneamento 6.151.104,64

18 - Gestão Ambiental 290.000,00

19 - Ciência e Tecnologia 160.000,00

20 - Agricultura 1.096.000,00

22 - Indústria 450.000,00

23 - Comércio e Serviços 100.000,00

25 - Energia 1.580.095,20

26 - Transporte 10.380.000,00

27 - Desporto e Lazer 1.500.000,00

28 - Encargos Especiais 5.770.525,00

99 - Reserva de Contingência 100.000,00

Total: 97.331.205,58

Total geral: 97.331.205,58

III- CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÃO

31 - Ação Legislativa

2.900.000,00

122 - Administração Geral 5.345.000,00

123 - Administração Financeira 410.000,00

126 - Tecnologia da Informatização 450.000,00

182 - Defesa Civil 390.000,00

243 - Assistência à Criança e ao Adolescente 210.400,00

244 - Assistência Comunitária 3.310.600,00

272 - Previdência do Regime Estatutário 1.600.000,00

301 - Atenção Básica 10.391.193,95

302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial 6.850.000,00

333 - Empregabilidade 100.000,00

334 - Fomento ao Trabalho 750.000,00

361 - Ensino Fundamental 23.736.441,25

365 - Educação Infantil 5.226.000,52

367 - Educação Especial 187.000,00

391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico 255.000,00

392 - Difusão Cultural 5.000,00

451 - Infra-Estrutura Urbana 6.075.000,00

452 - Serviços Urbanos 1.250.000,00

453 - Transportes Coletivos Urbanos 201.845,02

482 - Habitação Urbana 1.060.000,00

512 - Saneamento Básico Urbano 6.151.104,64

541 - Preservação e Conservação Ambiental 240.000,00

542 - Controle Ambiental 165.000,00

543 - Recuperação de Áreas Degradadas 30.000,00

572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia 150.000,00

601 - Promoção da Produção Vegetal 450.000,00

602 - Promoção da Produção Animal 1.000,00

606 - Extensão Rural 500.000,00

661 - Promoção Industrial 500.000,00

695 - Turismo 710.000,00

752 - Energia Elétrica 1.580.095,20

782 - Transporte Rodoviário 10.380.000,00

811 - Desporto de Rendimento 450.000,00

812 - Desporto Comunitário 465.000,00

813 - Lazer 585.000,00

841 - Refinanciamento da Dívida Interna 2.700.000,00

843 - Serviço da Dívida Interna 300.000,00

846 - Outros Encargos Especiais 1.170.525,00

999 - Reserva de Contingência 100.000,00

Total: 97.331.205,58

Total geral: 97.331.205,58



IV - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

1 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	
2.320.000,00	
10 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DO DESENV. AGROPECUÁRIO	
481.000,00	
11 - MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL	260.000,00
12 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
31.000,00	
13 - MANUTENÇÃO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL	
410.000,00	
14 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
2.190.000,00	
15 - MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATANASIO	
6.850.000,00	
16 - MANUTENÇÃO DO FUNREBON	295.000,00
17 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
2.664.578,97	
18 - MANUTENÇÃO DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES E EVENTOS E	
1.060.000,00	
19 - PAVIMENTAÇÃO E ASFALTAMENTO DE RUAS	
10.210.000,00	
2 - MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES	
2.900.000,00	
20 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS SEC.	
1.910.000,00	
21 - MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
1.580.095,20	
22 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E INFANTIL	
15.722.366,53	
23 - MANUTENÇÃO DO ENSINO - RECURSOS FUNDEB 60%	
8.497.305,21	
24 - MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	231.845,02
25 - MANUTENÇÃO DO ENSINO COM RECURSOS FUNDEB 40%	
937.763,16	
26 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO - OUTROS RECURSOS DE	
1.140.427,90	
27 - MANUTENÇÃO DPTO MUNICIPAL DE ESTRADAS E RODAGEM	
1.215.000,00	
28 - PROMOÇÃO AO TURISMO	190.000,00
29 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
1.500.000,00	
3 - MANUTENÇÃO DPTO DE ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO	
690.000,00	
30 - IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS HABITACIONAIS	650.000,00
31 - CONSTRUÇÕES E REFORMAS NA SEC. TRANSPORTES	
3.620.000,00	
32 - MANUTENÇÃO DO ESPORTE E LAZER	915.000,00
33 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE SAÚDE	10.391.193,95
34 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS	135.000,00
35 - OPERAÇÕES ESPECIAIS - PREFEITURA MUNICIPAL	
5.700.000,00	
36 - SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E E	
6.221.629,64	
37 - MANUTENÇÃO DA SEC. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
815.000,00	
38 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	
800.000,00	
39 - MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS EDUCATIVOS ESPECIAIS	
187.000,00	
4 - MANUTENÇÃO DPTO MODERNIZAÇÃO ADMIN E INFORMÁTICA	
1.900.000,00	
40 - MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA	1.250.000,00
41 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00
42 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE DEFESA	
65.000,00	
5 - MANUTENÇÃO DPTO TRIBUTAÇÃO ARRECADAÇÃO E FISCAL	
240.000,00	
6 - MANUTENÇÃO DPTO CONTABILIDADE E PATRIMÔNIO DO	

440.000,00	
7 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO PESSOAL	195.000,00
8 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS	250.000,00
9 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS	170.000,00
Total:	97.331.205,58
Total geral:	97.331.205,58

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESA	
97.331.205,58	
3.3.0.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES	
69.384.542,42	
3.4.0.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	
27.846.663,16	
3.9.0.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA	
100.000,00	
Total:	97.331.205,58
Total geral:	97.331.205,58
DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS	

Art. 3º. O Orçamento da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 83.945.341,35 (oitenta e três milhões, novecentos e quarenta e cinco mil trezentos e quarenta e um reais e trinta e cinco centavos) e fixa as Despesas em R\$ 67.136.381,99 (sessenta e sete milhões, cento e trinta e seis mil trezentos e oitenta e um reais e noventa e nove centavos).

§ 1º. A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4.RECEITAS	
83.945.341,35	
4.1.RECEITAS CORRENTES	73.910.146,58
4.2.RECEITAS DE CAPITAL	10.035.194,77
Total:	83.945.341,35
Total geral:	83.945.341,35

§ 2º. A Despesa da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

04 - Administração	
6.260.000,00	
06 - Segurança Pública	30.000,00
08 - Assistência Social	1.500.000,00
11 - Trabalho	700.000,00
12 - Educação	29.149.441,77
13 - Cultura	610.000,00
15 - Urbanismo	7.526.845,02
16 - Habitação	650.000,00
18 - Gestão Ambiental	95.000,00
19 - Ciência e Tecnologia	160.000,00
20 - Agricultura	645.000,00
22 - Indústria	450.000,00
23 - Comércio e Serviços	100.000,00
25 - Energia	1.580.095,20
26 - Transporte	10.380.000,00
27 - Desporto e Lazer	1.500.000,00
28 - Encargos Especiais	5.700.000,00

99 - Reserva de Contingência	100.000,00
Total:	67.136.381,99
Total geral:	67.136.381,99

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESA

67.136.381,99	
3.3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES	
44.348.618,83	
3.4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	
22.687.763,16	
3.9.0.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA	
100.000,00	
Total:	67.136.381,99
Total geral:	67.136.381,99

Art. 4º. O Orçamento da entidade FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 48.693,31 (quarenta e oito mil seiscentos e noventa e três reais e trinta e um centavos) e fixa as Despesas em R\$ 481.000,00 (quatrocentos e oitenta e um mil reais).

§1º. A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4.RECEITAS

48.693,31	
4.1.RECEITAS CORRENTES	8.848,31
4.2.RECEITAS DE CAPITAL	39.845,00
Total:	48.693,31
Total geral:	48.693,31

§2º. A Despesa da entidade FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

18 - Gestão Ambiental	30.000,00
20 - Agricultura	451.000,00
Total:	481.000,00
Total geral:	481.000,00

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESA	481.000,00
3.3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES	211.000,00
3.4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	270.000,00
Total:	481.000,00
Total geral:	481.000,00

DO ORÇAMENTO DA FUNDACAO CULTURAL DE CAMPOS NOVOS

Art. 5º. O Orçamento da entidade FUNDACAO CULTURAL DE CAMPOS NOVOS para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 1.000,19 (mil reais e dezenove centavos) e fixa as Despesas em R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais).

§1º. A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros

anexos, com o seguinte desdobramento.

4.RECEITAS

1.000,19	
4.1.RECEITAS CORRENTES	1.000,19
Total:	1.000,19
Total geral:	1.000,19

§2º. A Despesa da entidade FUNDACAO CULTURAL DE CAMPOS NOVOS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

13 - Cultura	260.000,00
Total:	260.000,00
Total geral:	260.000,00

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESA	260.000,00
3.3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES	210.000,00
3.4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	50.000,00
Total :	260.000,00
Total geral:	260.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

Art. 6º. O Orçamento da entidade FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 309.956,04 (trezentos e nove mil novecentos e cinquenta e seis reais e quatro centavos) e fixa as Despesas em R\$ 2.190.000,00 (dois milhões e cento e noventa mil reais).

§ 1º. A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4.RECEITAS

309.956,04	
4.1.RECEITAS CORRENTES	309.956,04
Total:	309.956,04
Total geral:	309.956,04

§2º. A Despesa da entidade FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

04 - Administração	289.831,04
08 - Assistência Social	1.900.168,96
Total:	2.190.000,00
Total geral:	2.190.000,00

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESA	2.190.000,00
3.3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES	
3.4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	
1.914.000,00	

276.000,00
 Total: 2.190.000,00
 Total geral: 2.190.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUMREBOM DE CAMPOS NOVOS

Art. 7º. O Orçamento da entidade FUMREBOM DE CAMPOS NOVOS para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 295.000,00 (duzentos e noventa e cinco mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 295.000,00 (duzentos e noventa e cinco mil reais).

§ 1º. A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4.RECEITAS
 295.000,00
 4.1.RECEITAS CORRENTES 295.000,00
 Total: 295.000,00
 Total geral: 295.000,00

§ 2º. A Despesa da entidade FUMREBOM DE CAMPOS NOVOS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

06 - Segurança Pública 295.000,00
 Total: 295.000,00
 Total geral: 295.000,00

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESA 295.000,00
 3.3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES
 3.4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL
 200.000,00
 95.000,00
 Total: 295.000,00
 Total geral: 295.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS

Art. 8º. O Orçamento da entidade FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 66.034,52 (sessenta e seis mil trinta e quatro reais e cinquenta e dois centavos) e fixa as Despesas em R\$ 410.000,00 (quatrocentos e dez mil reais).

§1º. A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4.RECEITAS
 66.034,52
 4.1.RECEITAS CORRENTES 33.944,12
 4.2.RECEITAS DE CAPITAL 32.090,40
 Total: 66.034,52
 Total geral: 66.034,52

§2º. A Despesa da entidade FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação

institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

16 - Habitação 410.000,00
 Total: 410.000,00
 Total geral: 410.000,00

Total geral: 410.000,00

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESA 410.000,00
 3.3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES
 3.4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL
 15.000,00
 395.000,00
 Total: 410.000,00
 Total geral: 410.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESCENCIA DE CAMPOS NOVOS

Art. 9º. O Orçamento da entidade FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESCENCIA CAMPOS NOVOS para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais).

§1º. A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4.RECEITAS
 31.000,00
 4.1.RECEITAS CORRENTES 31.000,00
 Total: 31.000,00
 Total geral: 31.000,00

§2º. A Despesa da entidade FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESCENCIA CAMPOS NOVOS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

14 - Direitos da Cidadania 31.000,00
 Total: 31.000,00
 Total geral: 31.000,00

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESA 31.000,00
 3.3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES
 3.4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL
 30.000,00
 1.000,00
 Total: 31.000,00
 Total geral: 31.000,00

Art. 10. O Orçamento da entidade SAMAE CAMPOS NOVOS para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 6.221.629,64 (seis milhões, duzentos e vinte e um mil seiscentos e vinte e nove reais e sessenta e quatro centavos) e fixa as Despesas em R\$ 6.221.629,64 (seis milhões, duzentos e vinte e um mil seiscentos e vinte e nove reais e sessenta e quatro centavos).

§ 1º. A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4.RECEITAS

6.221.629,64

4.1.RECEITAS CORRENTES 6.221.629,64

Total: 6.221.629,64

Total geral: 6.221.629,64

§2º. A Despesa da entidade SAMAE CAMPOS NOVOS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

17 - Saneamento 6.151.104,64

28 - Encargos Especiais 70.525,00

Total: 6.221.629,64

Total geral: 6.221.629,64

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESA 6.221.629,64

3.3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL

4.744.729,64

1.476.900,00

Total: 6.221.629,64

Total geral: 6.221.629,64

DO ORÇAMENTO DA FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANASIO

Art. 11. O Orçamento da entidade FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANASIO para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 2.447.515,73 (dois milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil quinhentos e quinze reais e setenta e três centavos) e fixa as Despesas em R\$ 6.850.000,00 (seis milhões e oitocentos e cinquenta mil reais).

§1º. A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4.RECEITAS

2.447.515,73

4.1.RECEITAS CORRENTES 2.437.515,73

4.2.RECEITAS DE CAPITAL 10.000,00

Total: 2.447.515,73

Total geral: 2.447.515,73

§2º. A Despesa da entidade FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANASIO será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 - Saúde 6.850.000,00

Total: 6.850.000,00

Total geral: 6.850.000,00

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESA 6.850.000,00

3.3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL

6.010.000,00

840.000,00

Total: 6.850.000,00

Total geral: 6.850.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

Art. 12. O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 3.965.034,80 (três milhões, novecentos e sessenta e cinco mil trinta e quatro reais e oitenta centavos) e fixa as Despesas em R\$ 10.391.193,95 (dez milhões, trezentos e noventa e um mil cento e noventa e três reais e noventa e cinco centavos).

§1º. A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4.RECEITAS

3.965.034,80

4.1.RECEITAS CORRENTES 3.955.034,80

4.2.RECEITAS DE CAPITAL 10.000,00

Total: 3.965.034,80

Total geral: 3.965.034,80

§ 2º. A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 - Saúde

10.391.193,95

Total:

Total Geral:

10.391.193,95

10.391.193,95

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESA 10.391.193,95

3.3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL

9.511.193,95

880.000,00

Total: 10.391.193,95

Total geral: 10.391.193,95

DO ORÇAMENTO DA CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Art. 13. O Orçamento da entidade CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ () e fixa as Despesas em R\$ 2.900.000,00 (dois milhões e novecentos mil reais).

§1º. A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

§2º. A Despesa da entidade CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa
2.900.000,00

Total:
Total geral: 2.900.000,00
2.900.000,00

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESA 2.900.000,00
3.3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES
3.4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL
2.100.000,00
800.000,00
Total: 2.900.000,00
Total geral: 2.900.000,00

ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE CAMPOS NOVOS

Art. 14º. O Orçamento da entidade FUNDACAO DO MEIO AMBIENTE DE CAMPOS NOVOS para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ () e fixa as Despesas em R\$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais).

§1º. A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

§2º. A Despesa da entidade FUNDACAO DO MEIO AMBIENTE DE CAMPOS NOVOS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

18 - Gestão Ambiental
165.000,00

Total:
Total geral: 165.000,00
165.000,00

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESA 165.000,00
3.3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES
3.4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL
90.000,00
75.000,00
Total: 165.000,00
Total geral: 165.000,00

Art. 15. Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS

NOVOS

DESPESA
100.000,00
3.9.0.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA
100.000,00
Total: 100.000,00

§1º. A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§2º. Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§3º. Não se efetivando até o dia 10/12/2014 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2015 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 16. Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 17º. O Executivo está autorizado, nos termos do Artigo 7º da Lei Federal nº 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite não informado da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

- I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.
- II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.
- III - superávit financeiro do exercício anterior.

Paragrafo único. Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 18. As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 19. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 20. As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 21. Durante o exercício de 2014 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 22. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 23. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio

com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 24. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2014, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 14 de novembro de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

MENSAGEM/JUSTIFICATIVA: Projeto de Lei nº 3.609/13

Senhor Presidente, Senhores Vereadores:

Cumprimentando-os cordialmente, encaminhamos anexo, Projeto de Lei que estima a receita e fixa a despesa do município de campos novos para o exercício de 2014.

Conforme estabelecido por normas Constitucionais expressas, o orçamento do município deve ser planejado e fixado através de lei ordinária, no exercício anterior ao da sua vigência.

Diante disso, segue o presente projeto, no intuito de estabelecer o orçamento anual para o exercício de 2014.

Tanto a previsão da receita quanto a distribuição das dotações orçamentárias foram estabelecidas levando-se em consideração a tendência evolutiva visualizada nos últimos anos em termos de arrecadação, e as necessidades orçamentárias que as unidades gestoras demonstraram nos últimos exercícios.

Portanto, a lei orçamentária foi elaborada de maneira a buscar atender as necessidades visualizadas nos diversos órgãos, bem como suportar os investimentos pretendidos pela atual administração, sempre em busca da satisfação dos interesses públicos.

Ante o exposto, solicitamos a aprovação do projeto nos termos propostos.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.863/13 Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento Geral do Município

DECRETO Nº 6.863/13 DE 28/11/2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.749/12 de 22/05/2012 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.803 de 13/12/2012 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 245.111,23 (duzentos e quarenta e cinco mil, cento e onze reais e vinte e três centavos) nos projetos e atividades abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE: 08 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROJETO/ATIVIDADE: 2.002 - Manutenção da Secretaria de Administração
Elementos de despesa: 161 - 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0089.000000 - Aplicações Diretas R\$ 13,00

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 12 - DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2.013 - Manutenção do Departamento do Ensino Fundamental

Elementos de despesa: 154 - 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0059.000000 - Aplicações Diretas R\$ 98,23

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E URBANISMO
UNIDADE: 25 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2.078 - Recolhimento e Destinação dos Resíduos Sólidos
Elementos de despesa: 109 - 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 210.000,00

ÓRGÃO: 01 - Gabinete do Prefeito
UNIDADE: 01 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2.000 - Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal
Elementos de despesa: 3 - 3.3.50.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Transferências a instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 35.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação de Recursos de Alienação de Bens no valor de R\$ 13,00 (treze reais); Recursos do FNDE - PDDE no valor de R\$ 98,23 (noventa e oito reais e vinte e três centavos) e de Excesso de Arrecadação de Recursos Próprios no valor de R\$ 245.000,00 (duzentos e quarenta e cinco mil reais), totalizando o valor de R\$ 245.111,23 (duzentos e quarenta e cinco mil, cento e onze reais e vinte e três centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 28 de novembro de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.864/13 Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento Geral do Município

DECRETO Nº 6.864/13 DE 28/11/2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.749/12 de 22/05/2012 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.803 de 13/12/2012 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 4.944,84 (quatro mil novecentos e quarenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos) no projeto e atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 02 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
UNIDADE: 02 - DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2.001 - Manutenção do Departamento de Planejamento, Organização e Coordenação Geral
Elementos de despesa: 157 - 3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0024.000000 - Aplicações Diretas R\$ 4.944,84

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro Recursos de Convênios com a União no valor de R\$ 4.944,84 (quatro mil,

novecentos e quarenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 28 de novembro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.869/13 Aprova Desmembramento de Imóvel Urbano e Dá Outras Providências

DECRETO Nº 6.869 /2013 DE 10/12/2013

APROVA DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica;

Considerando despacho nos autos do Processo Administrativo nº 45.244;

Considerando as disposições da lei federal nº 6.766/79, lei estadual nº 6.063/82 c/c artigos 55,§2º, 57, III E §4º da Lei Complementar Nº 03 de 28 de maio de 2007- Plano Diretor;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o desmembramento do terreno urbano localizado na cidade de Campos Novos com a área de 34.345,00 m² (trinta e quatro mil trezentos e quarenta e cinco metros quadrados), matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 25.899, de propriedade de Romeo Loeff, aposentado, brasileiro, portador do CPF sob nº 031.716.719-72 e portador da cédula de identidade nº 11/C 46.323 - SSP/SC; e sua esposa Dilecta Loeff, inscrita no CPF sob nº 981.168.359-04, cujo imóvel possui as seguintes confrontações:

Norte: 81,18m com Marilda Valter Pereira;
Sul: 112,00m com a Rua Cel Lucidoro + 15,00m com Romeo Loeff mat. nº 25.894 + 15,00m com Romeo Loeff mat. nº 25.895 + 30,00m com Romeo Loeff mat. nº 25.896 + 15,00m com Romeo Loeff mat. nº 25.897 + 15,00m com Romeo Loeff mat. nº 25.898 + 12,00m com a Rua Sebastião José Granzotto + 8,78m com Romeo Loeff;
Leste: 234,30m com Sucessores de Zeferino Bittencourt + 25,00m com Romeo Loeff mat. nº 25.894;
Oeste: 191,08m com Herdeiros de Pedro Bortoli.

Art. 2º. O desmembramento do imóvel mencionado no art. 1º dará origem a 8 (oito) unidades imobiliárias autônomas, com as seguintes confrontações:

LOTE 01

Área : 569,70 m²

Confrontações:

Norte: 15,00m com a área remanescente;
Sul: 16,00m com a Rua Cel. Lucidoro;
Leste: 38,91m com o lote 02;
Oeste: 40,00m com Herdeiros de Pedro Bortoli

LOTE 02

Área : 575,39 m²

Confrontações:

Norte: 15,00m com a área remanescente;

Sul: 16,00m com a Rua Cel. Lucidoro;

Leste: 38,78 com o lote 03;

Oeste: 38,91m com o lote 01.

LOTE 03

Área : 568,51 m²

Confrontações:

Norte: 15,00m com a área remanescente;

Sul: 16,00m com a Rua Cel. Lucidoro;

Leste: 38,60 com o lote 04;

Oeste: 38,78m com o lote 02;

LOTE 04

Área : 557,55 m²

Confrontações:

Norte: 15,00m com a área remanescente;

Sul: 16,00m com a Rua Cel. Lucidoro;

Leste: 37,47 com o lote 05;

Oeste: 38,60m com o lote 03.

LOTE 05

Área : 525,61 m²

Confrontações:

Norte: 15,00m com a área remanescente;

Sul: 16,00m com a Rua Cel. Lucidoro;

Leste: 33,94 com o lote 06;

Oeste: 37,47m com o lote 04.

LOTE 06

Área : 457,05 m²

Confrontações:

Norte: 15,00m com a área remanescente;

Sul: 16,00m com a Rua Cel. Lucidoro;

Leste: 29,00m com o lote 07;

Oeste: 33,94m com o lote 05.

LOTE 07

Área : 375,58 m²

Confrontações:

Norte: 15,00m com a área remanescente;

Sul: 16,00m com a Rua Cel. Lucidoro;

Leste: 25,00m com Romeo Loeff mat. nº 25.894;

Oeste: 29,00m com o lote 06.

ÁREA REMANESCENTE

Área : 30.715,61 m²

Confrontações:

Norte: 81,18m com Marilda Valter Pereira;

Sul: 15,00m com o lote 01 + 15,00m com o lote 02 + 15,00m com o lote 03 + 15,00m com o lote 04 + 15,00m com o lote 05 + 15,00m com o lote 06 + 15,00m com o lote 07 + 15,00m com Romeo Loeff mat. nº 25.894 + 15,00m com Romeo Loeff mat. nº 25.895 + 30,00m com Romeo Loeff mat. nº 25.896 + 15,00m com Romeo Loeff mat. nº 25.897 + 15,00m com Romeo Loeff mat. nº 25.898 + 12,00m com a Rua Sebastião José Granzotto + 8,78m com Romeo Loeff;

Leste: 234,30m com Sucessores de Zeferino Bittencourt ;

Oeste: 151,08m com Herdeiros de Pedro Bortoli.

Art. 3º. Ficam aprovadas as plantas e memorial descritivo das unidades imobiliárias descritas, e caracterizadas no artigo anterior.

Art. 4º. Ficam os Tabelionatos, Cartório de Registro de Imóveis da Comarca autorizados a promover a escritura e averbação que se fazem necessárias à transferência de domínio e registro do imóvel, objeto do presente desmembramento.

Art.5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 10 de dezembro de 2013

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Moção Nº 87/2013

MOÇÃO Nº 87/2013

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

O Vereador que a presente subscreve, componente do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO

A pedido do vereador Ricardo Damásio, o Poder Legislativo de Campos Novos / SC, vem por meio de um dos seus representantes legais manifestar integral e irrestrita Parabenização a

“OAB Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção de Campos Novos”.

Pelo belíssimo trabalho que vem realizando em nossa comunidade, em especial pela passagem dos seus 25 anos, ocorrida neste dia 08 de dezembro, e também pelos Projetos implantados e executados atualmente “OAB Cidadã” e “OAB vai à Escola”.

A OAB/SUBSEÇÃO DE CAMPOS NOVOS - 34ª SUBSEÇÃO, foi criada em 08/12/1988, teve sua instalação definitiva da Subseção de Campos Novos em 30/03/1990.

Esta sendo desenvolvido o Projetos OAB Cidadã e OAB vai à Escola, palestras proferidas pelos Advogados vinculados a OAB, é um trabalho voluntário, que leva aos alunos e a população em geral várias informações de diversos temas, que busca trazer mais conhecimento e informação aos nossos jovens e adultos.

Para nós é de grande valia esse trabalho, pois somos sabedores do empenho e comprometimento de todos que colaboram pelo sucesso obtido a cada dia.

Outrossim, desejo sucesso na continuidade dos trabalhos de todos os advogados vinculados a OAB subseção de Campos Novos, que agradam e trabalham em prol da população, que continuem com esse trabalho que beneficia todos os camponovenses.

Sala das Sessões, em 03/12/2013.

RICARDO DAMÁSIO

Vereador PP

Moção Nº 88/2013

MOÇÃO Nº 88/2013

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado e encaminhado ao órgão competente a seguinte

“MOÇÃO DE APOIO”

A Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos - SC, através de seus representantes legais, manifesta irrestrito e total apoio à

“A CRIAÇÃO DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO URUGUAI”

Pois considera de fundamental importância à instituição, no âmbito federal, tendo em vista que esse Colegiado Deliberativo terá como um de seus objetivos, articular e propor ações para o compartilhamento dos diversos usos de água na Bacia Hidrográfica.

Desta forma, vem perante esse Conselho Nacional de Recursos Hídricos, manifestar apoio à proposta de instituição do referido Comitê, de acordo com o que prescreve a Resolução n. 05, de 10.04.2000, modificada pela Resolução n. 18, de 20.12.2001 e pela Resolução n. 24, de 24.05.2002, deste CNRH.

Sendo o que se apresentava para a ocasião, solicitamos a este Conselho que sejam tomadas as providências cabíveis para a implantação, o mais breve possível, deste comitê.

Sala das Sessões, em 03/12/2013.

DIRCEU JOSÉ KAIPER

Presidente da Mesa

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI

Vice-Presidente

NELSON CARAFA

1º Secretário

ANTÔNIO ROSA

2º Secretário

ADAVILSON TELLES

Vereador

IRINEU ARMANDO OSÓRIO JUNIOR

Vereador

JOSÉ TADEU GUZATTI

Vereador

RICARDO DAMÁSIO

Vereador

RUI JORGE TOMAZONI

Vereador

Moção Nº 89/2013

MOÇÃO Nº 89/2013

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado a seguinte

"MOÇÃO DE APELO"

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC, por seus representantes legais, a pedido do vereador Maurilio Castro Campagnoni (Cássio) solicitam as seguintes autoridades:

Excelentíssimo Senhor Luiz Henrique da Silveira, Excelentíssimo Senhor Cassildo Maldaner e Excelentíssimo Senhor Paulo Bauer - Senadores da República,

"A INSTALAÇÃO DE UM POSTO DE ATENDIMENTO DA RECEITA FEDERAL NO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS"

Considerando que a Receita Federal sediada na cidade de Joaçaba atende aos municípios de Abdon Batista, Água Doce, Brunópolis, Campos Novos, Capinzal, Catanduvas, Erval Velho, Erval D' Oeste, Ibicaré, Ipira, Irani, Jaborá, Lacerdópolis, Luzerna, Monte Carlo, Ouro, Piratuba, Presidente Castelo Branco, Treze Tílias e Vargem, acreditamos que a instalação da mesma no município de Campos Novos irá desafogar os serviços acumulados, beneficiando tanto os moradores dos municípios vizinhos, quanto aos funcionários da Receita Federal de Joaçaba que, por acúmulo de serviços, acabam por entregar as solicitações em longo prazo, o que seria desnecessário caso houvesse desafogamento de funções e melhor distribuição de tarefas.

Considerando que Campos Novos além de ser o Celeiro Catarinense, e município sede da Associação dos Municípios do Planalto Sul de Santa Catarina, é também o maior município da região, atualmente com 33.313 habitantes e está localizado no centro da microrregião da AMPLASC.

Apelamos e reforçamos a solicitação da instalação deste Posto de Atendimento da Receita Federal em nosso município, pois os municípios vizinhos citados acima e outros municípios próximos também seriam beneficiados, diminuindo assim os transtornos e as despesas geradas no deslocamento até a unidade da Receita Federal de Joaçaba.

Sendo o que se apresenta à ocasião, solicitamos encarecidamente aos Excelentíssimos Senhores Senadores seu apoio para que a instalação de um Posto de Atendimento da Receita Federal no município de Campos Novos possa se concretizar.

Sala das Sessões, em 03/12/2013.

DIRCEU JOSÉ KAIPER

Presidente da Mesa

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI

Vice-Presidente

NELSON CARAFA

1º Secretário

ANTÔNIO ROSA

2º Secretário

ADAVILSON TELLES

Vereador

IRINEU ARMANDO OSÓRIO JUNIOR

Vereador

JOSÉ TADEU GUZATTI

Vereador

RICARDO DAMÁSIO

Vereador

RUI JORGE TOMAZONI

Vereador

Moção Nº 90/2013

MOÇÃO Nº 90/2013

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"

A pedido do Vereador Maurílio Castro Campagnoni (Cássio), o Poder Legislativo de Campos Novos/ SC vem por meio de seus representante legais manifesta integral e irrestrita Parabenação a

"DIREÇÃO E FUNCIONÁRIOS DA E.E.B. CORONEL GASPARINO ZORZI"

É com grande satisfação que vimos por meio deste Parabenizar a Ilustríssima Senhora Marilza Dall'Oglio diretora da E.E.B Coronel Gasparino Zorzi e toda sua equipe pelo brilhante trabalho desenvolvido por esta escola durante este ano de 2013.

Temos orgulho de ter pessoas assim que trabalharam em prol do desenvolvimento social e intelectual de nossas crianças e jovens, sem medir esforços, contribuindo para a formação de cidadãos que são o futuro de nosso município.

Outrossim parabenizamos funcionários professores e todos os envolvidos que efetivamente se preocupam em construir pessoas mais solidárias, autênticas e felizes.

Sendo o que se apresenta a ocasião, reiteramos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Sala das Sessões, em 03/12/2013.

DIRCEU JOSÉ KAIPER

Presidente da Mesa

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI

Vice-Presidente

NELSON CARAFA

1º Secretário

ANTÔNIO ROSA

2º Secretário

ADAVILSON TELLES

Vereador

IRINEU ARMANDO OSÓRIO JUNIOR

Vereador

JOSÉ TADEU GUZATTI

Vereador

RICARDO DAMÁSIO
Vereador

RUI JORGE TOMAZONI
Vereador

Moção Nº 91/2013
MOÇÃO Nº 91/2013

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

“MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO”

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC, por meio de seus representantes Legais, a pedido do Vereador Nelson Carafa, manifesta integral e irrestrita Parabenização ao Professor

“NEREU SUTIL”

É com grande satisfação que viemos através desta parabenizá-lo pela conquista do 2º Lugar no Campeonato Sul Brasileiro de Seleções, a frente da Seleção Catarinense Sub 13 de Basquetebol, na cidade de Londrina-PR. Equipe esta que conseguiu este feito devido a sua dedicação e de sua equipe durante 4 dias de treinos na cidade de Campos Novos.

Sabemos ainda do seu trabalho como Diretor Técnico da ACAMB em nossa cidade, sempre com muito empenho em prol do esporte, incentivando e acompanhando nossos atletas representantes do nosso município em todo o Estado.

Assim sendo, reiteramos nossos agradecimentos e congratulações, desejando-lhe sucesso em sua caminhada e nos colocando sempre a disposição.

Sala das Sessões, em 03/12/2013.
DIRCEU JOSÉ KAIPER
Presidente da Mesa

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI
Vice-Presidente

NELSON CARAFA
1º Secretário

ANTÔNIO ROSA
2º Secretário

ADAVILSON TELLES
Vereador

IRINEU ARMANDO OSÓRIO JUNIOR
Vereador

JOSÉ TADEU GUZATTI
Vereador

RICARDO DAMÁSIO
Vereador

RUI JORGE TOMAZONI
Vereador

Canoinhas

PREFEITURA

Publicação de Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 1-146/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 1-146/2013
ACRESCIMO DE VALOR
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 152/2013
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 30/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-146/2013 referente ao contrato n.º PMC 146/2013. Data do Aditivo: 29/11/2013. Objeto Contratado: SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO NATALINA NA PRAÇA OSWALDO DE OLIVEIRA. Contratada: SICOL INSTALADORA ELÉTRICA LTDA EPP, CNPJ: 83.189.084/0001-80. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica através do presente termo aditivo, em virtude do acréscimo de serviço, ACRESCIDO ao contrato o valor de R\$ 364,00 (trezentos e sessenta e quatro reais).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 1-60/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 1-60/2013
ALTERAÇÃO DE PRAZO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 65/2013
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º PMC 03/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-60/2013 referente ao contrato n.º PMC 60/2013. Data do Aditivo: 05/12/2013. Objeto Contratado: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS. Contratada: Wagner Haroldo Pelagio, CPF: 275.595.569-49. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. A vigência do contrato que era até 31/12/2013 passará a ser até 31/12/2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 1-78/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 1-78/2013
ALTERAÇÃO DE PRAZO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 86/2013
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 17/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-78/2013 referente ao contrato n.º PMC 78/2013. Data do Aditivo: 26/11/2013. Objeto Contratado: CONSTRUÇÃO DE 04 (QUATRO) UNIDADES HABITACIONAIS EM CONCRETO. Contratada: JOSE HACK DE SOUZA - ME, CNPJ: 77.892.925/0001-19.

Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. A vigência do presente contrato que era até 26/11/2013 passará a ser até 24/01/2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 11-19/2011

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 11-19/2011
ALTERAÇÃO DE PRAZO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 12/2011
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 02/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 11-19/2011 referente ao contrato n.º PMC 19/2011. Data do Aditivo: 05/12/2013. Objeto Contratado: ESTUDO DE CONCEPÇÃO E PROJETO BÁSICO DO SISTEMA DE COLETA E TRANSPORTE DOS ESGOTOS SANITÁRIOS DA CIDADE. Contratada: HABITARK ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 05.269.823/0001-30. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. A vigência do presente contrato que era até 27/12/2013 passará a ser até 27/03/2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 12-94/2009

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 12-94/2009
SUPRESSÃO DE VALOR
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 89/2009
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 06/2009

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 12-94/2009 referente ao contrato n.º PMC 94/2009. Data do Aditivo: 10/11/2013. Objeto Contratado: VIGILÂNCIA DESARMADA NO PRÉDIO DA PREFEITURA E PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES OURO VERDE E OUTROS SERVIÇOS EVENTUAIS, TAIS COMO, SEGURANÇA EM FESTAS MUNICIPAIS, VIGILÂNCIA TEMPORÁRIA DE PRÉDIOS PÚBLICOS E OUTROS. Contratada: INVIOSAT SEGURANÇA LTDA, CNPJ: 07.168.167/0001-05. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica através do presente termo aditivo, em virtude da supressão de serviço de um Posto de Vigilância, SUPRIMIDO ao contrato, o valor de R\$ 9.844,73 (nove mil oitocentos e quarenta e quatro reais e setenta e três centavos).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 14-63/2009

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 14-63/2009
ACRESCIMO DE VALOR E ALTERAÇÃO DE PRAZO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 24/2009
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 03/2009

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 14-63/2009 referente ao contrato n.º PMC 63/2009. Data do Aditivo: 05/12/2013. Objeto Contratado: LIMPEZA URBANA DE PRAÇAS, RUAS PAVIMENTADAS E SEUS RESPECTIVOS PASSEIOS E TAMBÉM OUTROS ESPAÇOS PÚBLICOS. Contratada: BLAS-CZYK LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, CNPJ: 04.914.825/0001-72. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. A vigência do contrato que era até 27/12/2013 passará a ser até 31/12/2013. Fica acrescido ao contrato, em virtude do prazo descrito, o valor de R\$ 650.299,92 (seiscentos e cinquenta mil duzentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 2-146/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 2-146/2013
ACRESCIMO DE VALOR
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 152/2013
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 30/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 2-146/2013 referente ao contrato n.º PMC 146/2013. Data do Aditivo: 03/12/2013. Objeto Contratado: SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO NATALINA NA PRAÇA OSWALDO DE OLIVEIRA. Contratada: SICOL INSTALADORA ELÉTRICA LTDA EPP, CNPJ: 83.189.084/0001-80. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica através do presente termo aditivo, em virtude do acréscimo de serviço, ACRESCIDO ao contrato o valor de R\$ 358,50 (trezentos e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 2-91/2012

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 2-91/2012
ALTERAÇÃO DE PRAZO E ACRESCIMO DE VALOR
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 129/2012
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 09/2012

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 2-91/2012 referente ao contrato n.º PMC 91/2012. Data do Aditivo: 05/12/2013. Objeto Contratado: COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU) COMPACTÁVEIS, RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) DE ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS (DESTINAÇÃO FINAL EM ATERRO DISPONIBILIZADO PELA CONTRATADA, DEVIDAMENTE LICENCIADO PELO ÓRGÃO AMBIENTAL RESPONSÁVEL), COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO AO PROJETO RECICLA CANOINHAS DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS (COLETA SELETIVA) GERADOS DENTRO DOS LIMITES DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, ZONAS DE EXPANSÃO URBANA E NO DISTRITO DE MARCÍLIO DIAS E COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS DENTRO DOS LIMITES DO PERÍMETRO RURAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Contratada: SERRANA ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 83.073.536/0001-64.

Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. A vigência do presente Contrato que era até 31/12/2013, passará a ser até 31/12/2014. Fica através do presente termo aditivo, e em virtude da prorrogação de prazo abaixo descrita, acrescido ao contrato o valor de R\$ 2.664.226,68 (dois milhões seiscentos e sessenta e quatro mil duzentos e vinte e seis reais e sessenta e oito centavos).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 3-146/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 3-146/2013
ACRESCIMO DE VALOR
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 152/2013
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 30/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 3-146/2013 referente ao contrato n.º PMC 146/2013. Data do Aditivo: 09/12/2013. Objeto Contratado: SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO NATALINA NA PRAÇA OSWALDO DE OLIVEIRA. Contratada: SICOL INSTALADORA ELÉTRICA LTDA EPP, CNPJ: 83.189.084/0001-80. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica através do presente termo aditivo, em virtude do acréscimo de serviço, ACRESCIDO ao contrato o valor de R\$ 1.029,50 (mil e vinte e nove reais e cinquenta centavos).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 3-72/2010

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 3-72/2010
ACRESCIMO DE VALOR
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 110/2010
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 21/2010

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 3-72/2010 referente ao contrato n.º PMC 72/2010. Data do Aditivo: 05/12/2013. Objeto Contratado: CONSULTORIA NO RAMO DE ASSESSORIA TÉCNICA NA ÁREA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS JUNTO AO GOVERNO FEDERAL E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS. Contratada: LOGOS ASSESSORIA E PROJETOS LTDA, CNPJ: 07.292.316/0001-43. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica, através do presente termo aditivo, em virtude da prorrogação do prazo acrescido ao contrato, o valor de R\$ 67.596,00 (sessenta e sete mil quinhentos e noventa e seis reais).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 6-39/2012

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 6-39/2012
ALTERAÇÃO DE PRAZO E ACRESCIMO DE VALOR
MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 42/2012
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 18/2012

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 6-39/2012 referente ao contrato n.º PMC 39/2012. Data do Aditivo: 05/12/2013. Objeto Contratado: LOCAÇÃO DE SISTEMAS E SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO DO PESSOAL. Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA, CNPJ: 00.456.865/0001-67. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O prazo de vigência do presente contrato será de 31/12/2013, passará a ser até 31/12/2014. Fica, através do presente termo aditivo, acrescido ao contrato o valor de R\$ 337.115,38 (trezentos e trinta e sete mil cento e quinze reais e trinta e oito centavos) referente à totalidade dos serviços e conforme a prorrogação de prazo descrita.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 7-04/2011

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 7-04/2011
ACRESCIMO DE VALOR
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 146/2010
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 25/2010

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 7-04/2011 referente ao contrato n.º PMC 04/2011. Data do Aditivo: 05/12/2013. Objeto Contratado: VIGILÂNCIA PATRIMONIAL PRIVADA ATRAVÉS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO EM ESCOLAS E OUTRAS INSTALAÇÕES DA PREFEITURA. Contratada: INVIO LÁVEL SEGURANÇA 24 HORAS LTDA, CNPJ: 95.832.986/001-72. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. A vigência do presente Contrato que era até 31/12/2013, passará a ser até 31/12/2014. Fica, através do presente termo aditivo, em virtude da prorrogação do prazo descrita, acrescido ao contrato, o valor de R\$ 48.262,56 (quarenta e oito mil duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta e seis centavos).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Termop Aditivo do Contrato N.º PMC 3-59/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 3-59/2013
ACRESCIMO DE VALOR
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 54/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 34/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 3-59/2013 referente ao contrato n.º PMC 59/2013. Data do Aditivo: 11/12/2013. Objeto Contratado: LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS. Contratada: MULLER INFORMÁTICA LTDA - ME, CNPJ: 07.569.095/0001-08. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica acrescido ao contrato o valor de R\$ 261,00 (duzentos e sessenta e um reais).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Edital Nº. 056/2013

EDITAL Nº. 056/2013

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2013.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 245 de 08 de novembro 2013; Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2013, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br;
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Número de inscrição no PIS/PASEP;
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 04 de dezembro de 2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 056/2013

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

SILVIA MARIA DE MATTOS PEREIRA

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

KARINA DUBENA MELNECENKO

CARGO: EDUCADOR SOCIAL

FABIO SCHITZ

Edital 14/Fcc/2013

EDITAL 14/FCC/2013

HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO – EDITAL 13/FCC/2013 - PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES DE ARTES EM CARÁTER TEMPORÁRIO

A Fundação Cultural “Helmy Wendt Mayer” de Canoinhas, através de sua Direção, no uso de suas atribuições legais, Resolve:

HOMOLOGAR as inscrições deferidas, referente ao Edital nº 13/FCC/2013 – Processo Seletivo para Contratação de Professores de Artes em Caráter Temporário, para atuarem no ano de 2014. A relação das inscrições homologadas é apresentada no Anexo I, deste Edital, na seguinte estrutura: número da inscrição, função, nome do candidato e CPF.

Canoinhas, 05 de dezembro de 2013.

VIVIANE MARIA BUENO BORGES DE SOUZA

Gestora Cultural

ALFREDO EIKE BACH
Presidente

EDITAL 14/FCC/2013
A N E X O I

Nº	Função	Nome do Candidato	CPF
01	Prof.I-Acordeon	ANTÔNIO ENGEL	472.157.559-91
02	Prof.I-Desenho	ANA CAROLINA ALLAGE	032.260.199-10
03	Prof.I-Teclado	JOSIELI ALVES PAREIRA	057.435.269-40
04	Prof.I-Desenho	WILLIAN GODOY FERREIRA DE SOUZA	085.184.899-03
05	Prof.I-Pint.Tela e T	MIRIAM APARECIDA RAABE	055.879.699-08
06	Prof.I-Violão	TIAGO SCHERMAK	058.413.619-61
07	Prof.I-Teclado	SÍLVIO MIRANDA JÚNIOR	089.400.789-00
08	Prof.I-Violão	CAINÃ GRESCZESCHEN	098.498.679-06
09	Prof.I-Pint.Tela e T	SUZANA YARENHUK CARDOSO	032.142.669-00
10	Prof.I-Banda 40h.	EVANDRO NOVAK	064.556.789-23
11	Prof.I-Banda 20h.	PAULO CÉSAR PADILHA	637.326.379-72
12	Prof.I-Violão	WILLIAN RODRIGUES DE CARVALHO	010.144.769-84
13	Prof.I-Banda 20h.	ADILSON HELENO IENDRAS	083.788.269-96
14	Prof.I-Violão	BRUNO MUSSOLINE FERNANDES	060.137.719-28
15	Prof.I-Canto	ALINE MARCELA LOURENÇO	069.183.389-35
16	Prof.I-Teatro	MARIANE MORESCHI MARCINICHEN	047.977.589-37
17	Prof.I-Violino	LEANDRO DE OLIVEIRA IZÍDIO	049.204.059-10

Canoinhas, 05 de dezembro de 2013.
VIVIANE MARIA BUENO BORGES DE SOUZA
Gestora Cultural

ALFREDO EIKE BACH
Presidente

Capinzal

PREFEITURA

Decreto 152/2013

DECRETO Nº 152, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013.
Aprova desmembramento na forma que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, em consonância com a Lei Complementar nº 140, de 1º de junho de 2011, que dispõe sobre o Código de Parcelamento de Solo Urbano do Município de Capinzal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento em que são requerentes José Airton Dall'Oglio, inscrito no CPF sob nº 065.692.009-25, Sandra Dambros Dall'Oglio inscrita no CPF nº 613.252.879-20 relativo ao imóvel com área documental de 868,00 m² (oitocentos e sessenta e oito metros quadrados), situado na Rua Ernesto Hachmann, lote nº 02 e 03, quadra nº B atual quadra nº 34 B, registrado no Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob o nº 4.074 Livro nº 2 P, Fls. 145, de propriedade dos requerentes.

Art. 2º O imóvel citado no caput do art. 1º, fica desmembrado nos termos da Planta Topográfica, Memorial Descritivo e demais documentos anexos, que fazem parte integrante do presente Decreto, mantidos os ônus eventualmente existentes e/ou constantes nas certidões representadas, na forma a seguir especificada:

I - Área Total. . . . 868,00m²:

- a) Área do Lote nº 02 da Quadra nº 34 A. . . . 503,63 m²
b) Área do Lote nº 03 da Quadra nº 34 A. . . . 364,37 m²

Art.3º Toda a área, dividida em lotes, após a publicação do presente Decreto, será computada no Cadastro de Contribuintes do Município e o recolhimento de tributos, será de inteira responsabilidade dos proprietários, enquanto não se proceder a baixa e a transferência em nome do comprador, mediante a apresentação da Escritura Pública, mantidos os ônus que eventualmente incidirem sobre o imóvel desmembrado.

Art. 4º Dentro do prazo de cento e oitenta (180) dias, a contar desta data, os requerentes/proprietários, pela via legal, submeterão o desmembramento para registro no Ofício de Registro de Imóveis de Capinzal, na forma da legislação vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal - SC, 11 de dezembro de 2013.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMMAN
Secretário da Administração e Finanças

Decreto 153/2013

DECRETO Nº 153, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 102.000,00 (cento e dois mil reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal nº 3.046, de 28 de novembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 102.000,00 (cento e dois mil reais), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificadas:

	MANUT OPERAÇÃO SISTEMA DE ABAST DE ÁGUA	FTE	DR		
1301.17.512.0165.2148					0,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	00		R\$	1.000,00
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis – Pessoal civil	00		R\$	1.000,00
	Sub-total				2.000,00
	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA NA CAPTAÇÃO DE ÁGUA BRUTA JUNTO AO RIO DO PEIXE	FTE	DR		
1301.17.512.0165.1153					0,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	00		R\$	100.000,00
	Sub-total				100.000,00
	Total				102.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso II, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, o excesso de arrecadação apurado no mês de novembro de 2013, do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, no valor de R\$ 102.000,00 (cento e dois mil reais), conforme demonstrativo anexo e quadro a seguir.

Demonstrativo do Excesso de Arrecadação

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Excesso de Arrecadação	00	00	R\$	102.000,00
Total	00	00	R\$	102.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 11 de dezembro de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

MARCO ANTONIO HACHMANN

Secretário de Administração e Finanças

PMC Contrato 0228/2013

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0228/2013

Pregão Eletrônico Nº 31/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 140/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: DOLMORA & MASSON LTDA

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para o ano letivo de 2013, para a manutenção das atividades nas creches, escolas e pré-escolas municipais, convênio 4087/94-FNDE (PNAE/PNAP/PNAC) e recursos próprios.

VALOR R\$: 16.878,50

VIGÊNCIA: 10/12/2013 ate 31/12/2013

Termo Aditivo 001/2013

Termo Aditivo TA 01-13/54-13

Processo Licitatório Nº 0014/2013

Pregão Presencial Nº 005/2013

CONTRATO 0054/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: RENATO PNEUS E ACESSORIOS LTDA - ME

OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO é o aumento das quantidades de acordo com o Artigo 65 do § 1º, da lei 8.666/93; acrescentando o valor do contrato original em R\$ 5.665,00 (cinco mil seiscentos e sessenta e cinco reais).

VALOR R\$: 5.665,00

VIGÊNCIA: 09/12/2013 até 31/12/2013

Termo Aditivo 001/2013

Termo Aditivo TA 01-13/18613

Processo Licitatório Nº 107/2013

Pregão Eletrônico Nº 0025/2013

CONTRATO 0186/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: LUIZ ADRIANI DE ANDRADE EPP

OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO é o aumento das quantidades de acordo com o Artigo 65 do § 1º, da lei 8.666/93; acrescentando o valor do contrato original em R\$ 737,07 (setecentos

e trinta e sete reais e sete centavos).

VALOR R\$: 737,07

VIGÊNCIA: 05/12/2013 até 31/12/2013

Convênio 007/2013

CONVÊNIO Nº 007, DE 2 DE OUTUBRO DE 2013

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAPINZAL E O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, CO INTERVENIÊNCIA DO COMANDO GERAL DA POLÍCIA MILITAR E DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL.

Aos dois dias do mês de outubro de 2013, o Município de Capinzal, com sede na Rua Carmelo Zóccoli, nº 155, Centro, em Capinzal - SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.406/0001-07, representado pelo seu Prefeito o Senhor ANDEVIR ISGANZELLA, inscrito no CPF sob o nº 564.375.609-91, RG nº 11/R-1.888.707, residente e domiciliado à Rua Presidente Nereu Ramos, Apto. nº 404, Centro, Capinzal (SC) e o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com sede na Rua Artista Bitencourt, nº 30, Florianópolis-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.951.294/0001-00, doravante denominada SSP, representada por seu Secretário CESAR AUGUSTO GRUBBA, residente e domiciliado em Florianópolis-SC, representado por seu Comandante Geral NAZARENO MARCINEIRO, residente e domiciliado em Florianópolis-SC, portador da Carteira de Identidade nº 539318, expedida pela SSP/SC, e do CPF nº 376.568.999-87, doravante denominada PMSC, com interveniência da Polícia Civil do Estado, estabelecida à Rua Álvaro de Carvalho, nº 220, centro, em Florianópolis-SC, representado por seu Delegado Geral ALDO PINHEIRO D'ÁVILA, residente e domiciliado em Florianópolis-SC, portador da Carteira de Identidade nº 372.513, SSP/SC, e do CPF nº 548.933.059-72, doravante PCSC, resolvem celebrar o presente termo, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a cooperação entre o MUNICÍPIO e a SSP, para a instalação e manutenção de um sistema de videomonitoramento urbano composto de 01 (uma) central de videomonitoramento com 10 (dez) câmeras de segurança no Município de Capinzal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMNETO LEGAL

Este Convênio está fundamentado pelo disposto no artigo 116 da Lei nº 8.666/93, de 21 de julho de 1993, no que couber, no artigo 62 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000, Lei Complementar nº 284, de 28 de fevereiro de 2005, na IN 14/12 TCE e no artigo 8º, item IX, da Constituição Estadual e na Lei Municipal nº 3.089, de 9 de outubro de 2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO

As despesas decorrentes da execução do presente Termo correrão à conta dos orçamentos do MUNICÍPIO e da SSP, vigentes em cada exercício financeiro.

I. O MUNICÍPIO fará repasse do montante que deve ser depositado na c/c específica nº 851745-2, Ag. 3582-3, Banco do Brasil (001), tendo como titular: Fundos para Melhoria da Segurança Pública, inscrito no CNPJ nº 85.280.147/0001-35.

II. A SSP manterá os recursos da contra-partida oriundos do BN-DES em conta específica.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- I. Opinar sobre o projeto desenvolvido pela SSP/PMSC, com vistas à instalação de um sistema de videomonitoramento urbano no Município de Capinzal/SC;
- II. Repassar o montante de até R\$ 108.322,50 (cento e oito mil trezentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos), à SSP-SC, conforme planilha de custos anexa;
- III. Responsabilizar-se pelos custos com manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos que fazem parte do sistema de videomonitoramento urbano do Município de Capinzal/SC, após o período de garantia;
- IV. Responsabilizar-se pela futuras ampliações do número de pontos de videomonitoramento e pelos custos decorrentes da ampliação;
- V. Responsabiliza-se pela obras necessárias para adequação de um ambiente no Quartel da Polícia Militar, onde será instalada a central de videomonitoramento;
- VI. Responsabilizar-se pela contratação e instalação de energia elétrica, junto a concessionária local, para alimentação dos pontos de videomonitoramento;
- VII. Auxiliar no serviço de monitoramento das imagens, com disponibilização de operadores de CFTV na sala de videomonitoramento, de acordo com a disponibilidade de servidores.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA SSP / PMSC

- I. Providenciar estudo e elaborar projeto para instalação de videomonitoramento urbano através de câmeras de vídeo e submetê-lo à apreciação do Município de Capinzal/SC;
- II. Responsabiliza-se pela aquisição, coordenação e instalação do sistema de videomonitoramento urbano de acordo com a CLÁUSULA PRIMEIRA;
- III. Responsabilizar-se pela contratação de rede multimídia, em fibra óptica, para transmissão das imagens do sistema de videomonitoramento urbano e pelos custos mensais decorrentes;
- IV. Responsabilizar-se pela operacionalização do sistema de videomonitoramento urbano e realizar o serviço de monitoramento das imagens diuturnamente com pessoal da Polícia Militar e nas delegacias de Polícia Civil de Santa Catarina.

Parágrafo único. Para o cumprimento do presente instrumento, o relacionamento entre as partes dar-se-á entre o Comando da Organização Policial Militar de Capinzal/SC, em nome da SSP/PMSC e o Prefeito Municipal, em nome do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

A execução do projeto objeto do presente convênio pela SSP/PMSC, deverá ocorrer no prazo de 18 (dezoito) meses a contar da assinatura deste instrumento, sob pena de devolver a totalidade dos recursos repassados pelo MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Prestação de Contas do repasse previsto na CLÁUSULA QUARTA, se dará na forma da Instrução Normativa N.TC-14/2012.

CLÁUSULA OITAVA - DA DENÚNCIA

O MUNICÍPIO e a SSP/PMSC poderão propor, a qualquer tempo, a denúncia do presente Convênio, se não for cumpria qualquer de suas Cláusulas, por mútuo acordo ou por interesse unilateral do poder cedente.

CLÁUSULA NONA - DO PRAZO

O prazo de vigência do presente Convênio é de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por

interesse das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Os participantes elegem o Foro da Comarca de Capinzal/SC, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste Termo.

E por estarem assim de pleno acordo, assinam o presente Convênio com as testemunhas a seguir relacionadas.

Capinzal, 2 de outubro de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

CÉSAR AUGUSTO GRUBBA

Secretário de Estado da Segurança Pública

NAZARENO MARCINEIRO

Comandante Geral da Polícia Militar

ALDO PINHEIRO D'ÁVILA

Delegado Geral da Polícia Civil

Catanduvás

PREFEITURA

Decreto Nº 1.953, de 10 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº 1.953, de 10 de dezembro de 2013.

"ESTABELECE PONTO FACULTATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvás-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, que neste ano de 2013, o Natal de Jesus Cristo (25 de dezembro), bem como a Confraternização Universal de 2014 (1º de Janeiro), situam-se em quartas-feiras, exatamente no meio da semana;

CONSIDERANDO, que tradicionalmente a demanda de serviços públicos é reduzida nestas semanas;

CONSIDERANDO, que o Município vem enfrentando dificuldades financeiras e que a paralisação das atividades da Prefeitura, traduz-se em significativa economia para os cofres públicos municipais;

CONSIDERANDO, que o ícone do consumismo vem substituindo a cultura do encontro e da presença das pessoas em família, situação que enseja a necessidade de proporcionar condições para que o servidor público municipal possa reavivar a espiritualidade natalina junto a seus familiares;

CONSIDERANDO, a intenção de valorizar o servidor público municipal, proporcionando-lhe quatorze (14) dias de descanso entre o dia 23 de dezembro de 2013, a 5 de janeiro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO, em todos os órgãos da estrutura administrativa municipal os dias 23 e 24; 26 e 27; 30 e 31 de dezembro de 2013; 2 e 3 de janeiro de 2014, sem prejuízo da manutenção das atividades públicas essenciais, retornando ao expediente normal no dia 6 de janeiro de 2014.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social deverá orientar os usuários quanto à forma de funcionamento e atividades no período.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas(SC), 10 de dezembro de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado por esta Secretaria nesta data.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Extrato do Terceiro Termo Aditivo do Contrato Nº 07/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 07/2013

Nº. do Contrato: 07/2013.

Processo Licitatório nº 02/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COM. LTDA

Fundamento Legal: art. 37, inciso XXI da Constituição Federal/88 c/c o art. 65, inciso II, alínea d da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a revisão do valor do contrato, com o objetivo de manter as condições efetivas da proposta.

Valor: Os acréscimos decorrentes do presente termo aditivo tem impacto financeiro sobre o valor contratual de R\$ 8.091,90 (oito mil e noventa e um reais e noventa centavos).

DATA DA ASSINATURA: 11 de dezembro de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº. 221/13

EXTRATO DO CONTRATO Nº 221/13 DA PMCS. Processo de Licitação n. 43/2013. Pregão Presencial nº. 28/2013. CONTRATANTE: Município de Cocal do Sul - Fundo Municipal de Saúde/FMS. CONTRATADA: ILHATEC COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS-HOSPITALARES LTDA. ASSINATURA: 06/12/2013. VIGÊNCIA: até 31/12/2013. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 4.4.90.52.08(6). OBJETO: aquisição de (1)um monitor de sinais vitais multiparamétrico e 01(um) desfibrilador externo automático, para as Unidades de Referência em Saúde do Município. VALOR: R\$ 12.000,00(doze mil reais).

Termo Aditivo Nº. 15/2013

TERMO ADITIVO Nº 15/2013, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2013.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 174/13, DE 03 DE JULHO DE 2013 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 48/2013, PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2013.

Pelo Primeiro Termo Aditivo do Contrato de locação, para uso temporário e não exclusivo, em favor do Contratante, de softwares e sistemas, nós abaixo assinados, de um lado como CONTRATANTE, o MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, estabelecido na Av. Dr. Polidoro Santiago, 519 - C.P. 01, inscrito no CNPJ sob o número 95.778.056/0001-88, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal ADEMIR MAGAGNIN, e de outro lado, como CONTRATADA, a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua João Pessoa, nº. 134, Centro, Criciúma/SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.456.865/0001-67, temos justo e contratado o que a seguir se descreve.

CLÁUSULA PRIMEIRA - ACRESCIMO DE VALORES

Fica acrescido mais R\$ 561,24(quinhetos e sessenta e um reais e vinte e quatro centavos ao valor constante na cláusula terceira - dos valores e condições de pagamento, do Contrato nº. 174/13, de 03 de julho de 2013, haja vista a necessidade de mais 03(três) acessos a ser acrescidos ao sistema Betha Tributos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas do Contrato Nº. 174/13, de 03 de julho de 2013, permanecem inalteradas.

E, por estarem de acordo, assinam o presente Contrato para que produza os efeitos do direito, em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas idôneas.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 27 de novembro de 2013.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas: _____;

Concórdia

PREFEITURA

Adendo 01 ao Edital Pregão Eletrônico Nº 4/2013 FMAS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

ADENDO 01 AO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2013 FMAS

O Fundo Municipal de Assistência Social, por intermédio de sua gestora a Senhora Cristiane Fernanda Werlang, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é: Aquisição de cortinas, toldo e itens diversos de jardinagem para atender às necessidades das instalações do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Bairro Industriários, a serem adquiridos com recursos do repasse fundo a fundo do convênio CREAS/FEAS, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital teve alterações.

Os prazos para inserir a proposta de preços fica alterado para dia 03 de Janeiro de 2014, até as 08h15 min. Sendo que a sessão de abertura da licitação fica marcada para o dia 03 de Janeiro de 2014 às 08h30min. no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão,

em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª à 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 11 de Dezembro de 2013.
CRISTIANE FERNANDA WERLANG
Gestora do FMAS

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Eletrônico Nº. 22/2013- PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 22/2013- PMC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para possível aquisição de materiais de higiene e limpeza a serem utilizados pelo Fundo Municipal de Assistência Social e por Secretarias do Município, durante o exercício de 2014, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço item

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 15/01/2014, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br

Abertura: dia 15/01/2014 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 11 de dezembro de 2013.
SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Eletrônico Nº. 26/2013- PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 26/2013- PMC

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição durante o ano de 2014 de material didático e material para artesanato conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço item

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 07/01/2014, as 08h30min no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br

Abertura: dia 07/01/2014 as 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 10 de Dezembro de 2013.
SAMIRA ABU EL HAGE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

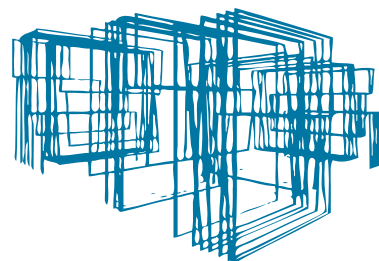
Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação Nº 3/2013 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE
LICITAÇÃO Nº 3/2013 - PMC
Obras e Serviços de Engenharia

O Secretário Municipal de Urbanismo e Obras, torna público que ratificou o ato do Senhor Santo Herminio de Lucca, Diretor de Urbanismo, que declarou Dispensável a licitação, nos termos do Inciso XXII do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 09 de dezembro de 2013, para Adequação da rede de energia elétrica para ligação do padrão de entrada de energia do CMEI Imigrantes, conforme estudo nº 65445 elaborado pela CELESC Distribuidora S.A, em favor da empresa CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A. no valor total de R\$ 12.635,45 (doze mil, seiscentos e trinta e cinco reais e quarenta e cinco centavos).

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras



Programa de Gestão de Obras



**Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil**

www.ciga.sc.gov.br

Balancetes PMC, Fundações e Fundos - Novembro 2013

- Balancete Financeiro Fundação Mun de Cultura
- Balancete Financeiro Fundação Mun de Defesa do Meio Ambiente
- Balancete Financeiro Fundação Mun de Esportes
- Balancete Financeiro Fundo Mun de Assistência ao Servidor
- Balancete Financeiro Fundo Mun de Assistência Social
- Balancete Financeiro Fundo Mun de Desenv Agropecuario
- Balancete Financeiro Fundo Mun de Habitação de Interesse Social
- Balancete Financeiro Fundo Mun de Infância e Adolescência
- Balancete Financeiro Fundo Mun de Saúde
- Balancete Financeiro Prefeitura

FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA**Balanco Financeiro**

: Não Período de Referência: Novembro / 2013

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	2.780,01	ORÇAMENTÁRIA	121.886,42
Receitas Orçamentárias	2.780,01	Despesas Correntes	114.907,94
Receitas Correntes	2.780,01	Pessoal e Encargos Sociais	43.857,38
Receita Patrimonial	631,00	Outras Despesas Correntes	71.050,56
Receita de Serviços	31,85	Despesas de Capital	1.445,00
Outras Receitas Correntes	2.117,16	Investimentos	1.445,00
		Despesas IntraOrçamentárias	5.533,48
		Despesas Intraorçamentárias Correntes	5.533,48
EXTRAORÇAMENTÁRIA	133.773,68	EXTRAORÇAMENTÁRIA	139.773,68
Depósitos	11.885,23	Depósitos	11.885,23
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	11.885,23	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	11.885,23
Obrigações em Circulação	121.888,45	Obrigações em Circulação	127.888,45
Obrigações a Pagar	116.099,56	Obrigações a Pagar	127.888,45
Fornecedores	72.035,46	Fornecedores	78.035,46
Pessoal a Pagar	44.064,10	Pessoal a Pagar	44.064,10
Encargos Sociais a Recolher	5.389,22	Encargos Sociais a Recolher	5.389,22
Obrigações Tributárias	399,67	Obrigações Tributárias	399,67
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	960.283,20	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	835.176,79
Bancos Conta Movimento	14.783,20	Bancos Conta Movimento	18.676,79
Aplicação Financeira de Recursos Próprios	945.500,00	Aplicação Financeira de Recursos Próprios	816.500,00
TOTAL	1.096.836,89	TOTAL	1.096.836,89
Notas:			

SANDRA MARA ROMAN
Ordenador de despesa

SINEIDA TEREZINHA SCHMIDT
Contadora
CRC/SC 15097/O-2

FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE**Balanco Financeiro**

: Não Período de Referência: Novembro / 2013

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	5.354,71	ORÇAMENTÁRIA	68.838,42
Receitas Orçamentárias	5.354,71	Despesas Correntes	67.310,43
Receitas Correntes	5.354,71	Pessoal e Encargos Sociais	37.763,24
Receita Patrimonial	937,17	Outras Despesas Correntes	29.547,19
Outras Receitas Correntes	4.417,54	Despesas de Capital	45,08
		Investimentos	45,08
		Despesas IntraOrçamentárias	1.482,91
		Despesas Intraorçamentárias Correntes	1.482,91
EXTRAORÇAMENTÁRIA	75.865,40	EXTRAORÇAMENTÁRIA	75.865,40
Depósitos	7.026,95	Depósitos	7.026,95
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	7.026,95	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	7.026,95
Obrigações em Circulação	68.838,45	Obrigações em Circulação	68.838,45
Obrigações a Pagar	64.695,73	Obrigações a Pagar	68.838,45
Fornecedores	28.937,84	Fornecedores	28.937,84
Pessoal a Pagar	35.757,89	Pessoal a Pagar	35.757,89
Encargos Sociais a Recolher	3.756,81	Encargos Sociais a Recolher	3.756,81
Obrigações Tributárias	385,91	Obrigações Tributárias	385,91
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	264.603,01	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	201.119,30
Bancos Conta Movimento	8.600,00	Bancos Conta Movimento	8.632,18
Aplicação Financeira de Recursos Próprios	256.003,01	Aplicação Financeira de Recursos Próprios	192.487,12
TOTAL	345.823,12	TOTAL	345.823,12

Notas:

ARGEU ALBIERO
Contador
CRC/SC 027453/O-2

EDSON LUIS GONCALVES
Ordenador de Despesa

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES**Balanco Financeiro**

: Não Período de Referência: Novembro / 2013

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	3.716,39	ORÇAMENTÁRIA	318.380,55
Receitas Orçamentárias	3.716,39	Despesas Correntes	309.464,48
Receitas Correntes	3.716,39	Pessoal e Encargos Sociais	72.801,69
Receita Patrimonial	718,20	Outras Despesas Correntes	236.662,79
Receita de Serviços	2.174,00	Despesas IntraOrçamentárias	8.916,07
Outras Receitas Correntes	824,19	Despesas Intraorçamentárias Correntes	8.916,07
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	308.000,00		
Transferências Financeiras Recebidas	308.000,00		
EXTRAORÇAMENTÁRIA	332.479,17	EXTRAORÇAMENTÁRIA	331.288,85
Depósitos	14.098,58	Depósitos	14.098,58
Consignações	69,36	Consignações	69,36
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	14.029,22	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	14.029,22
Obrigações em Circulação	318.380,59	Obrigações em Circulação	317.190,27
Obrigações a Pagar	195.768,93	Obrigações a Pagar	317.190,27
Fornecedores	117.208,76	Fornecedores	116.618,24
Pessoal a Pagar	78.560,17	Pessoal a Pagar	78.560,17
Encargos Sociais a Recolher	7.792,16	Encargos Sociais a Recolher	7.192,36
Obrigações Tributárias	678,50	Obrigações Tributárias	678,50
Débitos Diversos a Pagar	114.141,00	Débitos Diversos a Pagar	114.141,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	149.546,28	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	144.072,44
Bancos Conta Movimento	149.546,28	Bancos Conta Movimento	144.072,44
TOTAL	793.741,84	TOTAL	793.741,84

Notas:

VILMAR ANTONIO BENTZ
Ordenador da Despesa

SINEIDA TEREZINHA SCHMIDT
Contadora
CRC/SC 15097/O-2

FUNDO DE ASSISTENCIA AO SERVIDOR - FUMAS**Balanco Financeiro**

: Não Período de Referência: Novembro / 2013

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	341.046,86	ORÇAMENTÁRIA	281.618,97
Receitas Orçamentárias	341.046,86	Despesas Correntes	281.538,02
Receitas Correntes	197.064,03	Outras Despesas Correntes	281.538,02
Receita de Contribuições	155.032,33	Despesas de Capital	80,95
Receita Patrimonial	767,11	Investimentos	80,95
Receita de Serviços	214,90		
Outras Receitas Correntes	41.049,69		
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	143.982,83		
EXTRAORÇAMENTÁRIA	283.413,95	EXTRAORÇAMENTÁRIA	283.413,95
Depósitos	1.794,98	Depósitos	1.794,98
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	1.794,98	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	1.794,98
Obrigações em Circulação	281.618,97	Obrigações em Circulação	281.618,97
Obrigações a Pagar	277.632,57	Obrigações a Pagar	281.618,97
Fornecedores	277.632,57	Fornecedores	277.632,57
Débitos Diversos a Pagar	3.986,40	Débitos Diversos a Pagar	3.986,40
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	238.610,06	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	298.037,95
Bancos Conta Movimento	3.110,06	Bancos Conta Movimento	537,95
Aplicação Financeira de Recursos Próprios	235.500,00	Aplicação Financeira de Recursos Próprios	297.500,00
TOTAL	863.070,87	TOTAL	863.070,87

Notas:

BEATRIZ F. C. DA SILVA ROSA
Ordenadora de Despesa

SINEIDA TEREZINHA SCHMIDT
Contadora
CRC/SC 15097/O-2

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**Balanco Financeiro**

: Não Período de Referência: Novembro / 2013

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	85.393,75	ORÇAMENTÁRIA	136.143,06
Receitas Orçamentárias	85.393,75	Despesas Correntes	137.718,06
Receitas Correntes	85.393,75	Outras Despesas Correntes	137.718,06
Receita Patrimonial	1.611,69	Despesas de Capital	(1.575,00)
Transferencias Correntes	83.782,06	Investimentos	(1.575,00)
EXTRAORÇAMENTÁRIA	143.054,09	EXTRAORÇAMENTÁRIA	142.919,09
Depósitos	1.025,23	Depósitos	1.025,23
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	1.025,23	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	1.025,23
Obrigações em Circulação	141.409,06	Obrigações em Circulação	141.893,86
Obrigações a Pagar	139.340,02	Obrigações a Pagar	141.893,86
Fornecedores	139.340,02	Fornecedores	139.205,02
Débitos Diversos a Pagar	2.069,04	Recursos Especiais a Liberar	619,80
Acréscimos Patrimoniais	619,80	Débitos Diversos a Pagar	2.069,04
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	477.036,27	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	426.421,96
Bancos Conta Movimento	214.657,67	Bancos Conta Movimento	110.491,11
Bancos Conta Vinculada	262.378,60	Bancos Conta Vinculada	315.930,85
TOTAL	705.484,11	TOTAL	705.484,11

Notas:

CRISTIANE FERNANDA WERLANG
Ordenadora de Despesa

HILDA CAMINI
Contadora
CRC/SC 029632/O-2

FUMDEAGRO - FUNDO MUNIC. DE DESENV.AGROPECUARIO**Balanco Financeiro**

: Não Período de Referência: Novembro / 2013

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	5.732,11	ORÇAMENTÁRIA	15.519,86
Receitas Orçamentárias	5.732,11	Despesas Correntes	20.519,86
Receitas Correntes	5.732,11	Outras Despesas Correntes	20.519,86
Receita Patrimonial	270,10	Despesas de Capital	(5.000,00)
Receita Agropecuária	622,50	Investimentos	(5.000,00)
Receita de Serviços	3.315,57		
Outras Receitas Correntes	1.523,94		
EXTRAORÇAMENTÁRIA	25.526,15	EXTRAORÇAMENTÁRIA	25.526,15
Depósitos	6,29	Depósitos	6,29
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	6,29	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	6,29
Obrigações em Circulação	25.519,86	Obrigações em Circulação	25.519,86
Obrigações a Pagar	25.519,86	Obrigações a Pagar	25.519,86
Fornecedores	25.519,86	Fornecedores	25.519,86
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	79.931,56	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	70.143,81
Bancos Conta Movimento	79.931,56	Bancos Conta Movimento	70.143,81
TOTAL	111.189,82	TOTAL	111.189,82

Notas:

 RUIMAR SCORTEGAGNA
 Ordenador da Despesa

 HILDA CAMINI
 Contadora
 CRC/SC 029632/O-2

FUNDO MUN. DE HABITACAO DE INTER.SOCIAL DE CDIA.**Balanco Financeiro**

: Não Período de Referência: Novembro / 2013

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	168,94	ORÇAMENTÁRIA	4.034,01
Receitas Orçamentárias	168,94	Despesas Correntes	4.034,01
Receitas Correntes	168,94	Outras Despesas Correntes	4.034,01
Receita Patrimonial	168,94		
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	504,33		
Transferências Financeiras Recebidas	504,33		
EXTRAORÇAMENTÁRIA	4.460,30	EXTRAORÇAMENTÁRIA	4.460,30
Depósitos	6,29	Depósitos	6,29
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	6,29	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	6,29
Obrigações em Circulação	4.034,01	Obrigações em Circulação	4.454,01
Obrigações a Pagar	4.034,01	Obrigações a Pagar	4.454,01
Fornecedores	4.034,01	Fornecedores	4.034,01
Acréscimos Patrimoniais	420,00	Recursos Especiais a Liberar	420,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	92.563,55	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	89.202,81
Bancos Conta Movimento	92.563,55	Bancos Conta Movimento	44.553,86
		Aplicação Financeira de Recursos Próprios	44.648,95
TOTAL	97.697,12	TOTAL	97.697,12

Notas:

CRISTIANE FERNANDA WERLANG
Ordenadora de Despesa

HILDA CAMINI
Contadora
CRC/SC 029632/O-2

FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA**Balanco Financeiro**

: Não Período de Referência: Novembro / 2013

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	670,82	ORÇAMENTÁRIA	7.242,29
Receitas Orçamentárias	670,82	Despesas Correntes	8.982,29
Receitas Correntes	670,82	Outras Despesas Correntes	8.982,29
Receita Patrimonial	620,82	Despesas de Capital	(1.740,00)
Outras Receitas Correntes	50,00	Investimentos	(1.740,00)
EXTRAORÇAMENTÁRIA	11.879,29	EXTRAORÇAMENTÁRIA	11.879,29
Obrigações em Circulação	10.722,29	Obrigações em Circulação	11.879,29
Obrigações a Pagar	10.722,29	Obrigações a Pagar	11.879,29
Fornecedores	10.722,29	Fornecedores	11.879,29
Acréscimos Patrimoniais	1.157,00		
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	173.255,45	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	166.683,98
Bancos Conta Movimento	173.255,45	Bancos Conta Movimento	166.683,98
TOTAL	185.805,56	TOTAL	185.805,56
Notas:			

CRISTIANE FERNANDA WERLANG
Ordenadora de Despesa

ELIZA TEBALDI BORSATTI
Contadora
CRC/SC 028226/O-9

FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA**Balanco Financeiro**

: Não Período de Referência: Novembro / 2013

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	2.420.126,90	ORÇAMENTÁRIA	2.689.002,17
Receitas Orçamentárias	2.420.126,90	Despesas Correntes	2.321.773,21
Receitas Correntes	2.420.126,90	Pessoal e Encargos Sociais	1.142.866,81
Receita Tributária	28.718,98	Outras Despesas Correntes	1.178.906,40
Receita Patrimonial	12.374,61	Despesas de Capital	238.020,72
Transferências Correntes	2.377.892,80	Investimentos	238.020,72
Outras Receitas Correntes	1.140,51	Despesas IntraOrçamentárias	129.208,24
		Despesas Intraorçamentárias Correntes	129.208,24
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	1.390.000,00		
Transferências Financeiras Recebidas	1.390.000,00		
EXTRAORÇAMENTÁRIA	2.943.273,12	EXTRAORÇAMENTÁRIA	2.942.819,40
Realizável	5.177,09	Realizável	5.177,09
Créditos em Circulação	5.177,09	Créditos em Circulação	5.177,09
Depósitos	237.085,14	Depósitos	237.085,14
Consignações	1.140,51	Consignações	1.140,51
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	235.944,63	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	235.944,63
Obrigações em Circulação	2.701.010,89	Obrigações em Circulação	2.700.557,17
Obrigações a Pagar	2.509.441,32	Obrigações a Pagar	2.700.557,17
Fornecedores	1.396.658,82	Fornecedores	1.396.205,10
Pessoal a Pagar	1.112.782,50	Pessoal a Pagar	1.112.782,50
Encargos Sociais a Recolher	191.569,57	Encargos Sociais a Recolher	191.569,57
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	2.200.658,54	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	3.322.236,99
Bancos Conta Movimento	2.083.740,97	Bancos Conta Movimento	3.197.628,90
Bancos Conta Vinculada	116.917,57	Bancos Conta Vinculada	124.608,09
TOTAL	8.954.058,56	TOTAL	8.954.058,56

Notas:

ALESSANDRO VERNIZE
Ordenador de Despesa

ROSA MARIA SELA SGARABOTTO
Tec. Contábil
CRC/SC 17.218

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Balanco Financeiro
: Não Período de Referência: Novembro / 2013

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	12.010.859,16	ORÇAMENTÁRIA	7.467.312,10
Receitas Orçamentárias	12.010.859,16	Despesas Correntes	6.094.181,06
Receitas Correntes	11.979.727,03	Pessoal e Encargos Sociais	3.308.051,38
Receita Tributária	1.354.747,55	Juros e Encargos da Dívida	3.000,00
Receita de Contribuições	177.890,54	Outras Despesas Correntes	2.783.129,68
Receita Patrimonial	1.863.711,61	Despesas de Capital	713.709,45
Receita de Serviços	12.893,41	Investimentos	713.709,45
Transferências Correntes	9.302.053,03	Despesas IntraOrçamentárias	659.421,59
Outras Receitas Correntes	450.921,83	Despesas Intraorçamentárias Correntes	659.421,59
(-)Deduções das Receitas Correntes	1.182.490,94		
Receitas de Capital	31.132,13		
Alienação de Bens	1.633,78		
Transferências de Capital	29.498,35		
		INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	1.945.704,33
		Transferências Financeiras Concedidas	1.945.704,33
EXTRAORÇAMENTÁRIA	8.572.949,05	EXTRAORÇAMENTÁRIA	8.495.466,14
Realizável	10.650,44	Realizável	10.650,44
Créditos em Circulação	10.650,44	Créditos em Circulação	10.650,44
Depósitos	994.351,51	Depósitos	994.351,51
Consignações	69.109,58	Consignações	69.109,58
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	925.241,93	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	925.241,93
Obrigações em Circulação	7.564.923,96	Obrigações em Circulação	7.487.464,19
Obrigações a Pagar	6.856.283,87	Obrigações a Pagar	7.487.464,19
Fornecedores	3.361.121,66	Fornecedores	3.308.551,91
Pessoal a Pagar	3.495.162,21	Pessoal a Pagar	3.495.162,21
Encargos Sociais a Recolher	474.733,85	Encargos Sociais a Recolher	385.420,69
Obrigações Tributárias	114.732,12	Obrigações Tributárias	114.732,12
Recursos Especiais a Liberar	64.400,00	Recursos Especiais a Liberar	128.823,14
Precatórios de Pessoal a Pagar	54.774,12	Precatórios de Pessoal a Pagar	54.774,12
Serviços da Dívida a Pagar	3.000,00	Serviços da Dívida a Pagar	3.000,00
Operações de Crédito em Liquidação	3.000,00	Operações de Crédito em Liquidação	3.000,00
Acréscimos Patrimoniais	23,14		
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	15.895.771,14	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	18.571.096,78
Bancos Conta Movimento	1.480.608,09	Bancos Conta Movimento	1.208.851,42
Bancos Conta Vinculada	377.187,21	Bancos Conta Vinculada	407.576,99
Aplicação Financeira de Recursos Próprios	7.848.694,81	Aplicação Financeira de Recursos Próprios	9.735.733,04
Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	6.189.281,03	Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	7.218.935,33
TOTAL	36.479.579,35	TOTAL	36.479.579,35

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

HILDA CAMINI
Contadora
CRC/SC 029632/O-2

Editais de Notificação Fiscal Nº 010/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA / MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Rua Leonel Mosele, 62, Centro - CEP 89700-000 Concórdia - SC
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 010/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS, em conformidade com o que dispõe o §2º, do Art. 154 c/c Art. 1292, III, ambos da Lei municipal nº 1766 de 1981 (Código Tributário Municipal - CTM), depois de esgotadas as tentativas de ciência por outros meios, NOTIFICA aos contribuintes abaixo citados, a comparecer na Seção de Tributação deste município para efetuar o pagamento do valor abaixo ou impetrar recurso administrativo para impugnar o lançamento dos tributos, no prazo de 20 dias contados da publicação deste Edital, conforme prevê o Art. 155 da Lei Municipal nº 1766/81.

STEPHANIE CAROLINE DASSI - CPF 047.884.269-43 - Rua Isidoro Maito, 71 - Centro - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 1753/2013, referente IPTU e taxas relativos ao imóvel cadastrado sob o nº 680397 - inscrição imobiliária 01.04.019.0564.006 - Exercícios: 2009, 2010 e 2011 - Valor: R\$ 2.516,34.

SOLUÇÃO COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA. - ME - CNPJ 09.477.610/0001-55 - Rua Romano Ancelmo Fontana, 224 - Centro - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Notificação de Dívida Ativa nº 1748/2013, referente à TLLF - Taxa de Licença e Localização do exercício 2011 - Valor R\$ 341,93; 2) Notificação de Dívida Ativa nº 1749/2013, referente ao ISSQN do Simples Nacional - Exercícios: 2009 e 2010 - Valor: R\$ 69,15.

SOLANGE DE ARAÚJO - CPF 749.837.179-00 - Rua Antunes Pereira, 85 - Bairro Nova Brasília - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 1742/2013, referente IPTU e taxas relativos ao imóvel cadastrado sob o nº 7485980 - inscrição imobiliária 02.01.012.0155.001 - Exercícios: 2009, 2010, 2011 e 2012 - Valor: R\$ 646,88.

SOLANGE BORGES - CPF 044.059.419-71 - Rua Mendes Castanha, 37 - Bairro Nova Brasília - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 1741/2013, referente IPTU e taxas relativos ao imóvel cadastrado sob o nº 74855190 - inscrição imobiliária 02.01.010.0155.001 - Exercícios: 2009, 2010, 2011 e 2012 - Valor: R\$ 457,36.

SIRLEI LUIZA ZANATTA - CPF 649.767.509-49 - Rua das Nogueiras, s/nº - Bairro Petrópolis - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 1727/2013, referente IPTU e taxas relativos ao imóvel cadastrado sob o nº 1251996 - inscrição imobiliária 01.06.039.0036 - Exercícios: 2009, 2010, 2011 e 2012 - Valor: R\$ 646,88.

SILVIO ROSSI JUNIOR - CPF 758.440.289-53 - Rua Anita Gracioli Fontana, 247 - Bairro Guilherme Reich - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Notificação de Dívida Ativa nº 1720/2013, referente IPTU e taxas relativos ao imóvel cadastrado sob o nº 769100 - inscrição imobiliária 01.04.056.0067.001 - Exercício: 2009 - Valor: R\$ 369,54; 2) Notificação de Dívida Ativa nº 1721/2013, referente IPTU e taxas relativos ao imóvel cadastrado sob o nº 1787802 - inscrição imobiliária 01.04.056.0067.002 - Exercícios: 2009, 2010, 2011 e 2012 - Valor: R\$ 897,92.

SILVANA ANGÉLICA METZGER - CPF 758.443.549-15 - Rua Ferreira, 275 - Bairro Nova Brasília - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 1708/2013, referente IPTU e taxas relativos ao imóvel cadastrado sob o nº 7477031 - inscrição imobiliária 02.01.005.0033.001 - Exercícios: 2009, 2010, 2011 e 2012 - Valor: R\$ 1.014,34.

SHIRELY DA SILVA FERRÃO MINOSSO - CPF 017.409.249-08 - Rua Gabriel Miorança, 66 - Bairro Sintrial - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 1701/2013, referente IPTU e taxas relativos ao imóvel cadastrado sob o nº 7506627 - inscrição imobiliária 17.01.012.0140.001 - Exercícios: 2009, 2010, 2011 e 2012 - Valor: R\$ 1.093,80.

SERGIO ARTAIQUE DO NASCIMENTO - CPF 099.959.519-91 - Rua das Matas, 478.BI. A, Ap. 2 - Bairro Natureza - Concórdia - SC.

DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 1680/2013, referente IPTU e taxas relativos ao imóvel cadastrado sob o nº 1670026 - inscrição imobiliária 01.01.158.0320.002 - Exercícios: 2009, 2010, 2011 e 2012 - Valor: R\$ 1.170,94.

SERGIO ANTUNES - CPF 436.921.769-53 - Rua Fonseca, 75 - Bairro Nova Brasília - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 1679/2013, referente IPTU e taxas relativos ao imóvel cadastrado sob o nº 7485999 - inscrição imobiliária 02.01.012.0165.001 - Exercícios: 2009, 2010, 2011 e 2012 - Valor: R\$ 749,11.

SELART - CASA DA CONSTRUÇÃO LTDA EPP - CNPJ 05.508.117/0002-85 - Rua 25 de Julho, 22 - Bairro São Miguel - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 1670/2013, referente a TLLF - Taxa de Licença e Localização do exercício 2009 - Valor R\$ 689,20.

SALETE RAMOS - CPF 043.809.289-93 - Rua De Agostini, 8 - Bairro Nova Brasília - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 1655/2013, referente IPTU e taxas relativos ao imóvel cadastrado sob o nº 7485760 - inscrição imobiliária 02.01.014.0026.001 - Exercícios: 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012 - Valor: R\$ 800,52.

TRANSPORTES PROVIN LTDA. - ME - CNPJ 07.143.791/0001-58 - Rua Nelson Arend, 317 - Bairro da Gruta - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 1784/2013, referente ao ISSQN do Simples Nacional - Exercícios: 2007, 2008, 2009 e 2010 - Valor: R\$ 6.129,85.

TRANSPORTES E.L. LEIDOW LTDA. - ME - CNPJ 02.274.068/0001-94 - Distrito de Santo Antônio - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 1791/2013, referente ao ISSQN do Simples Nacional - Exercícios: 2009, 2010 e 2011 - Valor: R\$ 16.642,52.

TORMEN & TORMEN LTDA. - CNPJ 08.600.122/0001-20 - Rua Dr. Maruri, 420 - Centro - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 1783/2013, referente a TLLF - Taxa de Licença e Localização do exercício 2009 - Valor R\$ 1.117,64.

TIAGO SIDNEY VOGT - CPF 051.747.449-21 - Rua do Comércio, 141, sala 32 - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 1780/2013, referente ao ISSQN do exercício de 2009 - Valor: R\$ 761,72.

THEYSOM SONOROZIZAÇÃO LTDA. - ME - CNPJ 10.427.690/0001-13 - Rua Tucuruís, 605 - Bairro Itaíba - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 1773/2013, referente ao ISSQN do Simples Nacional - Exercícios: 2009, 2010 e 2011 - Valor: R\$ 1.991,11.

THAMIRES MILENA FRANZEN SIEVERT - CPF 082.801.729-80 - Travessa Marrocos, 35 - Bairro Nações - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 1771/2013, referente IPTU e taxas relativos ao imóvel cadastrado sob o nº 1049305 - inscrição imobiliária 01.05.111.0024.001 - Exercícios: 2009, 2010, 2011 e 2012 - Valor: R\$ 2.711,87.

TEREZINHA SALETE MENDES CASTANHA - CPF 020.058.279-83 - Rua Mendes Castanha, 49 - Bairro Nova Brasília - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 1655/2013, referente IPTU e taxas relativos ao imóvel cadastrado sob o nº 7485204 - inscrição imobiliária 02.01.010.0167.001 - Exercícios: 2009, 2010, 2011 e 2012 - Valor: R\$ 725,72.

TEOVALDO LANGER - CPF 381.454.999-68 - Rua das Matas, 431, Bloco E, Ap. 101 - Bairro Natureza - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 1763/2013, referente IPTU e taxas relativos ao imóvel cadastrado sob o nº 1676733 - inscrição imobiliária 01.01.154.0459.021 - Exercícios: 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012 - Valor: R\$ 1.198,25.

JOÃO PAULO CARBONELL BOESCHENSTEIN - NEXTPAINTBALL - CNPJ 10.940.562/0001-79 - Rua 25 de Julho, 22 - Bairro São Miguel - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Notificação de Dívida Ativa nº 1026/2013, referente IPTU e taxas relativos a Receitas Diversas - Exercício: 2009 - Valor: R\$ 1.028,79; 2) Notificação de Dívida Ativa nº 1024/2013, referente

referente à TLLF - Taxa de Licença e Localização dos exercícios: 2010, 2011 e 2012 - Valor R\$ 5.761,93; 3) Notificação de Dívida Ativa nº 1025/2013, referente ao ISSQN do Simples Nacional - Exercício: 2010 - Valor: R\$ 100,24.

ZULMIRA MARIA DE ALMEIDA - CPF 047.105.329-58 - Rua Madre Justina Ines, 10 - Loteamento Frei Lency - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 1939/2013, referente IPTU e taxas relativos ao imóvel cadastrado sob o nº 7497172 - inscrição imobiliária 16.03.008.0092.001 - Exercícios: 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012 - Valor: R\$ 696,08.

ZELIA GENOVEVA TOMAZI & CIA LTDA. - ME - CNPJ 04.321.902/0001-80 - Rua Prefeito Segundo Dalla Costa, 37 - Bairro Imperial - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Notificação de Dívida Ativa nº 1932/2013, referente ao ISSQN - Exercícios: 2010 e 2011 - Valor: R\$ 950,99; 2) Notificação de Dívida Ativa nº 1933/2013, referente ao ISSQN do Simples Nacional - Exercício: 2007 - Valor: R\$ 49,57.

YESHUA INFORMÁTICA LTDA. - ME - CNPJ 07.806.988/0001-20 - Rua Dr. Maruri, 843, Sala 01 - Centro - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Notificação de Dívida Ativa nº 1926/2013, referente à TLLF - Taxa de Licença e Localização do exercício 2009 - Valor R\$ 771,63; 2) Notificação de Dívida Ativa nº 1927/2013, referente ao ISSQN do Simples Nacional - Exercício: 2009 - Valor: R\$ 196,30.

WURZIUS, WURZIUS & CIA LTDA. - CNPJ 08.815.99/0001-99 - Rua Mal. Deodoro, 826 - Centro - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 1924/2013, referente à TLLF - Taxa de Licença e Localização do exercício 2009 - Valor R\$ 623,31.

VOLMIR ANTONIO FRACASSO FRIZON - CPF 844.837.259-04 - Rua Albino Vito, 88 - Bairro Sintrial - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 1902/2013, referente IPTU e taxas relativos ao imóvel cadastrado sob o nº 7506309 - inscrição imobiliária 17.01.011.0050.001 - Exercícios: 2009, 2010, 2011 e 2012 - Valor: R\$ 1.086,60.

VILMAR RONEI MALTAURO - CPF 614.663.369-00 - Rua Richelmo Tormen, 19 - Bairro Arvoredo - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 1894/2013, referente IPTU e taxas relativos ao imóvel cadastrado sob o nº 1882988 - inscrição imobiliária 01.01.178.0110.001 - Exercícios: 2008 e 2011 - Valor: R\$ 717,66.

WILSON ROBERTO MARCONZONI - CPF 775.431.069-49 - Rua Maria Brandalise Paese, 362, Vila União - Bairro Vista Alegre - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 1921/2013, referente IPTU e taxas relativos ao imóvel cadastrado sob o nº 136689 - inscrição imobiliária 01.01.040.05002.001 - Exercícios: 2009, 2010, 2011 e 2012 - Valor: R\$ 803,01.

VILMA GODIN - CPF 057.355.699-70 - Rua Zainer Godin, 121 - Bairro Nova Brasília - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 1884/2013, referente IPTU e taxas relativos ao imóvel cadastrado sob o nº 7485549 - inscrição imobiliária 02.01.007.0308.001 - Exercícios: 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012 - Valor: R\$ 788,06.

VILDOMAR COLOMBO - CPF 492.339.399-87 - Rua Pico da Neblina, s/nº - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 1883/2013, referente IPTU e taxas relativos ao imóvel cadastrado sob o nº 7500246 - inscrição imobiliária 01.08.002.2700 - Exercícios: 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012 - Valor: R\$ 549,37.

VILMA LOURDES REHFELD - CNPJ 11.199.977/0001-04 - Rua Silvino Ciarini, 428 - Bairro Indusitriários - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 1885/2013, referente à TLLF - Taxa de Licença e Localização do exercícios 2010 e 2011 - Valor R\$ 779,19.

VIDRACON COMÉRCIO DE VIDRO LTDA - CNPJ 09.545.200/0001-02 - Rua Julio Moritz, 362, sl. 01 - Bairro Sunti - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Notificação de Dívida Ativa nº 1881/2013, referente à TLLF - Taxa de Licença e

Localização dos exercícios 2010, 2011 e 2012 - Valor R\$ 2.136,79; 2) Notificação de Dívida Ativa nº 1882/2013, referente ao ISSQN do Simples Nacional - Exercício: 2009 - Valor: R\$ 11,93.

VETMOR AGROVETERINÁRIA LTDA. - CNPJ 03.215.710/0001-27 - Rua Deputado Carlos Buchele, 131, Loja - Centro - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Notificação de Dívida Ativa nº 1875/2013, referente à TLLF - Taxa de Licença e Localização do exercício 2009 - Valor R\$ 821,03; 2) Notificação de Dívida Ativa nº 1876/2013, referente ao ISSQN do Simples Nacional - Exercícios: 2008 e 2009 - Valor: R\$ 80,65.

VANIA MARIA COLLA - CPF 587.969.910-20 - Rua 29 de Julho, 141, Sala 13 - Centro - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Notificação de Dívida Ativa nº 1864/2013, referente à TLLF - Taxa de Licença e Localização do exercício 2009 - Valor R\$ 689,20; 2) Notificação de Dívida Ativa nº 1865/2013, referente ao ISSQN - Exercício: 2009 - Valor: R\$ 2.466,76.

VILMA GODIN - CPF 057.355.699-70 - Rua Zainer Godin, 121 - Bairro Nova Brasília - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 1884/2013, referente IPTU e taxas relativos ao imóvel cadastrado sob o nº 7485549 - inscrição imobiliária 02.01.007.0308.001 - Exercícios: 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012 - Valor: R\$ 788,06.

VANDERLEI PASINATTO - CPF 831.810.409-91 - Rua Guilherme Munaretto, 34 - Bairro da Gruta - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Notificação de Dívida Ativa nº 1859/2013, referente IPTU e taxas relativos ao imóvel cadastrado sob o nº 7495820 - inscrição imobiliária 01.06.157.0058.001 - Exercícios: 2011 e 2012 - Valor: R\$ 1.289,39; 2) Notificação de Dívida Ativa nº 1860/2013, referente Contribuição de Melhoria correspondente ao imóvel cadastrado sob o nº 7495820 - inscrição imobiliária 01.06.157.0058.001 - Exercício: 2009, com vencimentos em 2010, 2011 e 2012 - Valor: R\$ 967,92.

VALDIR NEREU SIEVERT - CPF 460.211.169-68 - Rua José Albiero, 710 - Bairro Santa Rita - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 1834/2013, referente IPTU e taxas relativos ao imóvel cadastrado sob o nº 1361074 - inscrição imobiliária 01.06.137.0122.001 - Exercícios: 2009, 2010, 2011 e 2012 - Valor: R\$ 1.035,24.

WERNER HOLL - CPF 304.629.089-68 - Rua João Menegat Filho, 72 - Bairro São Cristóvão - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 1918/2013, referente IPTU e taxas relativos ao imóvel cadastrado sob o nº 1403419 - inscrição imobiliária 01.07.019.0100.001 - Exercícios: 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012 - Valor: R\$ 3.665,96.

WALMOR SCHERER - CNPJ 86.724.218/0001-04 - Rua João Suzin Marini, 1224 - Bairro Na. Sra. Salete - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 1913/2013, referente ao ISSQN do Simples Nacional - Exercício: 2008 - Valor: R\$ 219,36.

VALMOR RIBEIRO - CPF 601.630.209-06 - Rua Jurunas, 279, Unidade 1 - Bairro Itaíba - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 1851/2013, referente IPTU e taxas relativos ao imóvel cadastrado sob o nº 7488890 - inscrição imobiliária 01.05.190.0102.001 - Exercícios: 2009 e 2011 - Valor: R\$ 637,23.

VALMIR GASPERINI - CPF 469.213.709-58 - Rua Leônidas Favero, s/nº - Bairro Jardim - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Notificação de Dívida Ativa nº 1842/2013, referente IPTU e taxas relativos ao imóvel cadastrado sob o nº 235156 - inscrição imobiliária 01.01.105.0176.001 - Exercícios: 2010, 2011 e 2012 - Valor: R\$ 1.126,91; 2) Notificação de Dívida Ativa nº 1843/2013, referente IPTU e taxas relativos ao imóvel cadastrado sob o nº 235237 - inscrição imobiliária 01.01.105.0176.002 - Exercícios: 2009, 2011 e 2012 - Valor: R\$ 1.908,32.

VALFRIDO VEIGA - CPF 400.654.809-53 - Escadaria da Conquista, Vila União - Bairro Vista Alegre - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Notificação de Dívida Ativa nº 1839/2013, referente IPTU e taxas relativos ao imóvel cadastrado sob o nº 256900 - inscrição imobiliária 01.01.136.0044 - Exercícios: 2008,

2009, 2010, 2011 e 2012 - Valor: R\$ 290,38.

Concórdia, 05 de dezembro de 2013
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA N. SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

GREICE KELLEN MORCHE
Fiscal de Tributos

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Lei 1079/2013 - Dispõe Sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar e Especial

LEI Nº 1079, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar e especial no valor de até R\$ 55.679,00 (cinquenta e cinco mil, seiscentos e setenta e nove reais), os quais serão utilizados para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 13.392.2507.2.005 - Manutenção Das Ações da Secretaria da Cultura e Esportes.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 40

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 1.611,00

Projeto/Atividade: 13.392.2507.2.021 - Manutenção Das Ações do Esporte do Município.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 43

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 4.068,00

Projeto/Atividade: 20.606.2510.2.009 - Manutenção Das Ações e Projetos da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 46

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 25.000,00

Projeto/Atividade: 17.512.2512.2.032 - Manutenção do Sistema Municipal de Água.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 53

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 25.000,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, será anulada parte das seguintes dotações orçamentárias.

Projeto/Atividade: 13.392.2507.2.005 - Manutenção Das Ações da Secretaria da Cultura e Esportes.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 41

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 1.611,00

Projeto/Atividade: 13.392.2507.2.021 - Manutenção Das Ações do Esporte do Município.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 44

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 2.068,00

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.033 - Manutenção do Centro de Referência e Assistência Social.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 63

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 2.000,00

Projeto/Atividade: 28.843.0000.0.002 - Pagamento do PASEP.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 77

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 4.000,00

Projeto/Atividade: 28.843.0000.0.004 - Precatórios e Ações de Pequeno Valor.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 79

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 46.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 10 de dezembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Lei 1080/2013 - Autoriza Desmembramento de Área de Lote Urbano de Edson Getúlio Cella

Lei Nº 1080/2013

"AUTORIZA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE LOTE URBANO DE PROPRIEDADE DE EDSON GETÚLIO CELLA E MARY LUCIA TECCHIO CELLA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei: Art. 1º. Fica autorizado o desmembramento do lote urbano nº 55, da quadra nº. 11, localizada no distrito de Fernando Machado, no município de Cordilheira Alta, com área total de 12.000,00 m² (metros quadrados) com as especificações e confrontações constantes da matrícula nº. 99.220 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó e do memorial descritivo anexo, de propriedade de EDSON GETÚLIO CELLA E MARY LUCIA TECCHIO CELLA, sendo a situação atual a saber:

NORDESTE: com a Rua Comercial na extensão de 120,00 metros; SULESTE: com a Chácara nº 22 matrícula nº 26.322 de propriedade de Edson Getúlio Cella e Mary Lucia Tecchio Cella, na extensão de 100,00 metros;

SUDOESTE: com a Rua Chapecó na extensão de 120,00 metros; NOROESTE: com a Rua sem nome na extensão de 100,00 metros.

Art. 2.º Após a unificação a situação do imóvel será a que segue: Quadra nº 11

Lote nº55, com área de 8.000,00 m2, confronta:

NORDESTE: com parte dos Lotes Urbanos nº 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63 e 64 na extensão de 100,00 metros e com parte do lote urbano nº 56 na extensão de 20,00 metros;

SULESTE: com parte do lote urbano nº 56 na extensão de 20,00 metros e com parte da Chácara nº 22 matrícula nº 26.322 de propriedade de Edson Getúlio Cella e Mary Lucia Tecchio Cella, na extensão de 50,00 metros;

SUDOESTE: com a Rua Chapecó na extensão de na extensão de 120,00 metros;

NOROESTE: com a Rua Sem Nome na extensão de 70,00 metros. Lote nº56, com área de 1.000,00 m2, confronta:

NORDESTE: com a Rua Comercial na extensão de 20,00 metros; SULESTE: com parte da Chácara nº 22 matrícula nº 26.322 de propriedade de Edson Getúlio Cella e Mary Lucia Tecchio Cella, na extensão de 50,00 metros;

SUDOESTE: com parte do Lote Urbano nº 55 na extensão de 20,00 metros;

NOROESTE: com o Lote Urbano nº 57 e parte do Lote Urbanos nº 55 na extensão de 50,00 metros.

Lote nº 57, com área de 375,00 m2, confronta:

NORDESTE: com a Rua Comercial na extensão de 12,50 metros;
SULESTE: com o Lote Urbano nº 56, na extensão de 30,00 metros;
SUDOESTE: com parte do Lote Urbano nº 55 na extensão de 12,50 metros;
NOROESTE: com o Lote Urbano nº 58 na extensão de 30,00 metros.

Lote nº 58, com área de 375,00 m2, confronta:

NORDESTE: com a Rua Comercial na extensão de 12,50 metros;
SULESTE: com o Lote Urbano nº 57, na extensão de 30,00 metros;
SUDOESTE: com parte do Lote Urbano nº 55 na extensão de 12,50 metros;
NOROESTE: com o Lote Urbano nº 59 na extensão de 30,00 metros.

Lote nº 59, com área de 375,00 m2, confronta:

NORDESTE: com a Rua Comercial na extensão de 12,50 metros;
SULESTE: com o Lote Urbano nº 58, na extensão de 30,00 metros;
SUDOESTE: com parte do Lote Urbano nº 55 na extensão de 12,50 metros;
NOROESTE: com o Lote Urbano nº 60 na extensão de 30,00 metros.

Lote nº 60, com área de 375,00 m2, confronta:

NORDESTE: com a Rua Comercial na extensão de 12,50 metros;
SULESTE: com o Lote Urbano nº 59, na extensão de 30,00 metros;
SUDOESTE: com parte do Lote Urbano nº 55 na extensão de 12,50 metros;
NOROESTE: com o Lote Urbano nº 61 na extensão de 30,00 metros.

Lote nº 61, com área de 375,00 m2, confronta:

NORDESTE: com a Rua Comercial na extensão de 12,50 metros;
SULESTE: com o Lote Urbano nº 60, na extensão de 30,00 metros;
SUDOESTE: com parte do Lote Urbano nº 55 na extensão de 12,50 metros;
NOROESTE: com o Lote Urbano nº 62 na extensão de 30,00 metros.

Lote nº 62, com área de 375,00 m2, confronta:

NORDESTE: com a Rua Comercial na extensão de 12,50 metros;
SULESTE: com o Lote Urbano nº 61, na extensão de 30,00 metros;
SUDOESTE: com parte do Lote Urbano nº 55 na extensão de 12,50 metros;
NOROESTE: com o Lote Urbano nº 63 na extensão de 30,00 metros.

Lote nº 63, com área de 375,00 m2, confronta:

NORDESTE: com a Rua Comercial na extensão de 12,50 metros;
SULESTE: com o Lote Urbano nº 62, na extensão de 30,00 metros;
SUDOESTE: com parte do Lote Urbano nº 55 na extensão de 12,50 metros;
NOROESTE: com o Lote Urbano nº 64 na extensão de 30,00 metros.

Lote nº 64, com área de 375,00 m2, confronta:

NORDESTE: com a Rua Comercial na extensão de 12,50 metros;
SULESTE: com o Lote Urbano nº 63, na extensão de 30,00 metros;
SUDOESTE: com parte do Lote Urbano nº 55 na extensão de 12,50 metros;
NOROESTE: com a Rua Sem Nome na extensão de 30,00 metros.
Art. 3º. Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação da presente lei, serão utilizados recursos orçamentários próprios.
Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 10 de dezembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Decreto N. 790/2013

DECRETO Nº790/2013, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2013

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 067/2010,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde, ao Servidor Municipal, Sr. RAFAEL BOTTEGA ocupante do cargo de Médico Clínico Geral, 40 horas, lotado na Secretaria da Saúde e Assistência Social, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 06 de dezembro de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 791/2013

DECRETO Nº791/2013, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013.

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e o Decreto Nº 067/2010,

DECRETA

Art. 1º Conceder 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, à Servidora Municipal, Sra. JUSTINA GRACIANI VILANI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 09 de Dezembro de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 791/2013

DECRETO Nº791/2013, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013.

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial

o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e o Decreto Nº 067/2010,

DECRETA

Art. 1º Conceder 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, à Servidora Municipal, Sra. JUSTINA GRACIANI VILANI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 09 de Dezembro de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 792/2013

DECRETO Nº 792/2013, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1079/2013,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no corrente exercício abertura de Crédito Adicional Suplementar e especial no valor de até R\$ 55.679,00 (cinquenta e cinco mil, seiscentos e setenta e nove reais), os quais serão utilizados para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 13.392.2507.2.005 - Manutenção Das Ações da Secretaria da Cultura e Esportes.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 40

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 1.611,00

Projeto/Atividade: 13.392.2507.2.021 - Manutenção Das Ações do Esporte do Município.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 43

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 4.068,00

Projeto/Atividade: 20.606.2510.2.009 - Manutenção Das Ações e Projetos da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 46

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 25.000,00

Projeto/Atividade: 17.512.2512.2.032 - Manutenção do Sistema Municipal de Água.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 53

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 25.000,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, será anulada parte das seguintes dotações orçamentárias.

Projeto/Atividade: 13.392.2507.2.005 - Manutenção Das Ações da Secretaria da Cultura e Esportes.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 41

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 1.611,00

Projeto/Atividade: 13.392.2507.2.021 - Manutenção Das Ações do Esporte do Município.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 44

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 2.068,00

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.033 - Manutenção do Centro de Referência e Assistência Social.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 63

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 2.000,00

Projeto/Atividade: 28.843.0000.0.002 - Pagamento do PASEP.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 77

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 4.000,00

Projeto/Atividade: 28.843.0000.0.004 - Precatórios e Ações de Pequeno Valor.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 79

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 46.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 10 de dezembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Decreto N. 792/2013

DECRETO Nº 792/2013, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1079/2013,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no corrente exercício abertura de Crédito Adicional Suplementar e especial no valor de até R\$ 55.679,00 (cinquenta e cinco mil, seiscentos e setenta e nove reais), os quais serão utilizados para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 13.392.2507.2.005 - Manutenção Das Ações da Secretaria da Cultura e Esportes.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 40

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 1.611,00

Projeto/Atividade: 13.392.2507.2.021 - Manutenção Das Ações do Esporte do Município.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 43

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 4.068,00

Projeto/Atividade: 20.606.2510.2.009 - Manutenção Das Ações e Projetos da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 46

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 25.000,00

Projeto/Atividade: 17.512.2512.2.032 - Manutenção do Sistema Municipal de Água.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 53

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 25.000,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, será anulada parte das seguintes dotações orçamentárias.

Projeto/Atividade: 13.392.2507.2.005 - Manutenção Das Ações da

Secretaria da Cultura e Esportes.
Modalidade de Aplicação: 339000 - 41
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 1.611,00

Projeto/Atividade: 13.392.2507.2.021 - Manutenção Das Ações do Esporte do Município.
Modalidade de Aplicação: 339000 - 44
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 2.068,00

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.033 - Manutenção do Centro de Referência e Assistência Social.
Modalidade de Aplicação: 339000 - 63
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 2.000,00

Projeto/Atividade: 28.843.0000.0.002 - Pagamento do PASEP.
Modalidade de Aplicação: 339000 - 77
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 4.000,00

Projeto/Atividade: 28.843.0000.0.004 - Precatórios e Ações de Pequeno Valor.
Modalidade de Aplicação: 339000 - 79
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 46.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º . Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 10 de dezembro de 2013.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Decreto N. 793/2013

DECRETO Nº793/2013, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013.
"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA ACOMPANHAMENTO DE TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, em especial o Art. 70 e 71 da Lei Complementar Nº 018/2001,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para acompanhamento de tratamento de saúde do filho, à Servidora Municipal, Sra .ANE CRISTINA BREANCINI , ocupante do cargo de Professora de Educação Física, lotada na Secretaria Municipal de Educação , de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 06 de dezembro de 2013.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 10 de dezembro de 2013
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Coronel Freitas

PREFEITURA

Alteração Ata de Registro de Preços Nº 01/2013

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL FREITAS
Ata de Registro de Preços Nº 01/2013

Objeto: Registro de Preços - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS

Validade da Ata: 12 meses

EMPRESA: DIMERIOS COMÉRCIO DE MATERIAIS CIRÚRGICOS LTDA.

A PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO DO MUNICÍPIO COMUNICA QUE O PEDIDO DE DESISTÊNCIA DOS ITENS: 33 CEFALOXINA 500 MG, ITEM 94 DICLOFENACO SÓDICO IM 25 MG/ML 3 ML, ITEM 199 ENALAPRIL 5 MG, PELA JUSTIFICATIVA EXPOSTA, FOI ACATADO PELA COMISSÃO, E A PARTIR DESSA DATA PASSA A SER EX-VENCEDOR DOS ITENS CITADOS.

Coronel Freitas - SC, 09 de Dezembro de 2013
FLAVIA ROLIM DE MOURA
Pregoeira

Alteração Ata de Registro de Preços Nº 13/2013

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS
Ata de Registro de Preços Nº 13/2013

Objeto: Registro de Preços - AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL

Validade da Ata: 12 meses

EMPRESA: ANTÔNIO VITÓRIO PELIZZA ME.

FICA ALTERADO O VALOR POR LITRO DA GASOLINA COMUM, DE: 2,65 PARA 2,73, A PARTIR DA DATA DA PUBLICAÇÃO

Coronel Freitas - SC, 10 de Dezembro de 2013
MAURI JOSÉ ZUCCO
Prefeito Municipal

Corupá

PREFEITURA

Decreto Nº. 661/2013

DECRETO Nº. 661/2013

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.086/2012 de 13 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 19.000,00(dezenove mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2009		Manutenção da Divisão de Saúde	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.23	Aplicações Diretas	19.000,00
		TOTAL	19.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2009		Manutenção da Divisão de Saúde	
3.3.50.00.00.00.00	0.1.00.23	Aplicações Diretas	19.000,00
		TOTAL	19.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 03 de dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada o presente Decreto, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos três dias do mês de dezembro de 2013.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Curitibanos

PREFEITURA

Errata Justificativa de Inexigibilidade de Licitação Nº 77/2013

ERRATA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 77/2013

REFERENTE: Contrato de prestação de serviço firmado entre Fundo Municipal de Educação e Marilene Kuster Neves, com o valor total de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais).

RESUMO: INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE OFICINEIRO NA MODALIDADE DE TEATRO PARA REALIZAR JUNTO AOS NUCLEOS MUNICIPAIS, NOS DIAS 05 E 06 DE DEZEMBRO DE 2013, CONFORME ART. 25 INCISO III E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

"Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública."

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 25 inciso III da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 04 de Dezembro de 2013.

DIEGO SEBEM WORDELL

Presidente da Comissão

CRISTINA MELO MENEGOTTO PEREIRA

Membro

MÁRCIA DOMINSKI PENTEADO

Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências Legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 25 o inciso III dou como aprovada.

Curitibanos, 04 de Dezembro de 2013.

CLAUDIO VIEIRA FRANÇA

Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 04 de Dezembro de 2013.

KLEBERSON LUCIANO LIMA

Presidente do Fundo

Justificativa de Dispensa de Licitação Nº 302/2013

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 302/2013

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Município de Curitibanos e a empresa Casa Global Materiais de Construção Ltda no valor total de R\$ 18.755,70; Madesonda Industria Comércio de Madeiras Ltda com o valor total de R\$ 588,30; NetDonil Informática e Materiais Elétricos Ltda Me com o valor total de R\$ 974,00.

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA A REFORMA DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, TENDO EM VISTA O VENDEVAL QUE OCORREU NO DIA 05/12/2013 CONFORME OFICIO DA DEFESA CIVIL, NA FORMA DO ART. 24 INCISO IV DA LEI 8.666/93.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 - É dispensável a licitação de:

- IV - "nos casos de emergência ou de calamidade pública quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 dias (cento e oitenta) consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos";"



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24 inciso IV da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 09 de Dezembro de 2013.
DIEGO SEBEM WORDELL
Presidente da Comissão

CRISTINA MELO MENEGOTTO PEREIRA
Membro

MÁRCIA DOMINSKI PENTEADO
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24 o inciso IV dou como aprovada.

Curitiba, 09 de Dezembro de 2013.
CLAUDIO VIEIRA FRANÇA
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:
Autorizo a contratação do equipamento mencionado e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 09 de Dezembro de 2013.
JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preço N.º 50/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 50/2013

Aos nove dias do mês de Dezembro do ano de 2013, no MUNICÍPIO DE Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitiba SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo seu Presidente do Fundo Sr. João Carlos Martins dos Santos, do FUNDO, RESOLVE, tendo em vista o resultado da licitação promovida pelo Edital nº 50/2013, registrar os preços dos participantes do certame, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório, na minuta de contrato e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas do Regulamento de Licitações e de Contratos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente Ata é AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA, INSTRUMENTOS MUSICAIS E ELETROELETRONICOS, A SEREM UTILIZADOS NO CREA E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, CONFORME ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA CONSTANTE NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Parágrafo único - Esta Ata não obriga o FUNDO a firmar contratação com o fornecedor cujo preço tenha sido registrado, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência da aquisição do objeto junto ao detentor do registro, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados dos materiais da pessoa jurídica são os seguintes:

(relação de itens e fornecedores detentores dos preços registrados)

§ 1º Os preços poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, devendo ser promovidas negociações

com os fornecedores.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-lo à média apurada.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, o MUNICÍPIO poderá atualizar os valores registrados ou se de maior interesse público liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

§ 4º Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR

Sem prejuízo das disposições contidas no Processo licitatório e seus anexos, o FORNECEDOR se obriga a assinar esta Ata e Instrumento de contrato, no prazo máximo fixado pelo Edital do Certame.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 3 (três) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O gerenciamento deste instrumento, nos aspectos operacionais e contratuais, caberá ao Departamento responsável pela Gestão do Contrato, que se obriga a:

- I. Efetuar controle do fornecedor, dos preços, dos serviços registrados;
- II. Notificar o fornecedor para assinatura dos contratos;
- III. Rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados;
- IV. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
- V. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.
- VI. Coordenar, com apoio da Comissão Especial de Licitação, as formalidades de adesão a Ata por outros Órgãos ou entidades.
- VII. Providenciar a publicação trimestral dos preços registrados durante o período de vigência da ATA.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO

Os preços registrados na presente Ata poderão ser cancelados de pleno direito, conforme a seguir:

I. Por iniciativa do MUNICÍPIO:

a) Quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato de fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas no Edital de Licitação e dispositivos Legais que lhe deram causa.

b) Quando o fornecedor não assinar o contrato de fornecimento, no prazo estabelecido pelo Fundo de Saúde, sem justificativa aceitável.

II. Por iniciativa do fornecedor:

a) mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Preços.

§ 1º Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

§ 2º A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços

registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Instrumento convocatório, respeitado o direito de defesa prévia.

§ 3º Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, o MUNICÍPIO poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes contratantes assinam o presente instrumento.

Curitiba, 09 de Dezembro de 2013.

JOÃO CARLOS MARTINS DOS SANTOS

Presidente do Fundo

Representante Empresa detentora dos preços registrados

Ata de Registro de Preço N.º 51/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 51/2013

Aos dez dias do mês de dezembro de 2013, no MUNICÍPIO DE Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitiba, SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo seu Presidente do Fundo Sr. João Carlos Martins dos Santos, do FUNDO, RESOLVE, tendo em vista o resultado da licitação promovida pelo Edital nº 51/2013, registrar os preços dos participantes do certame, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório, na minuta de contrato e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas do Regulamento de Licitações e de Contratos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente Ata é AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ATIVIDADES DE FINAL DE ANO, OFICINAS, DO CREAS, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL

Parágrafo único - Esta Ata não obriga o FUNDO a firmar contratação com o fornecedor cujo preço tenha sido registrado, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência da aquisição do objeto junto ao detentor do registro, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados dos materiais da pessoa jurídica são os seguintes:

(relação de itens e fornecedores detentores dos preços registrados)

§ 1º Os preços poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-lo à média apurada.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, o MUNICÍPIO poderá atualizar os valores registrados ou se de maior interesse público liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

§ 4º Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR

Sem prejuízo das disposições contidas no Processo licitatório e seus anexos, o FORNECEDOR se obriga a assinar esta Ata e Instrumento de contrato, no prazo máximo fixado pelo Edital do Certame.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 3 (três) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O gerenciamento deste instrumento, nos aspectos operacionais e contratuais, caberá ao Departamento responsável pela Gestão do Contrato, que se obriga a:

I. Efetuar controle do fornecedor, dos preços, dos serviços registrados;

II. Notificar o fornecedor para assinatura dos contratos;

III. Rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados;

IV. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

V. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.

VI. Coordenar, com apoio da Comissão Especial de Licitação, as formalidades de adesão a Ata por outros Órgãos ou entidades.

VII. Providenciar a publicação trimestral dos preços registrados durante o período de vigência da ATA.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO

Os preços registrados na presente Ata poderão ser cancelados de pleno direito, conforme a seguir:

I. Por iniciativa do MUNICÍPIO:

a) Quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato de fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas no Edital de Licitação e dispositivos Legais que lhe deram causa.

b) Quando o fornecedor não assinar o contrato de fornecimento, no prazo estabelecido pelo Fundo de Saúde, sem justificativa aceitável.

II. Por iniciativa do fornecedor:

a) mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Preços.

§ 1º Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

§ 2º A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Instrumento convocatório, respeitado o direito de defesa prévia.

§ 3º Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, o MUNICÍPIO poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes contratantes assinam o presente instrumento.

Curitiba, 10 de Dezembro de 2013.
JOÃO CARLOS MARTINS DOS SANTOS
Presidente do Fundo

Representante Empresa detentora dos preços registrados

Ermo

PREFEITURA

Decreto N.º 078, de 05 de Dezembro de 2013.

DECRETO N.º 078, de 05 de dezembro de 2013.
Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 307, de 21/11/2012 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência e Previdência de Ermo no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a saber:

10.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA
10.302.0040.2.052 - Manutenção do Fundo de Assistência
3.3.90.00.00.00.00.0080 (1) - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos recebidos da fonte 0080.0 (recursos próprios).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 05 de dezembro de 2013.
ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LUCIA R. MARCON BORGES
Secretária de Administração e Finanças Interina

Decreto N.º 079, de 06 de Dezembro de 2013.

DECRETO N.º 079, de 06 de dezembro de 2013.
Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 307, de 21/11/2012 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), a saber:

07.01 - SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL
08.244.0039.2.020 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
3.3.90.00.00.00.00.0110 (62) - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos recebidos da fonte 0110 (Outras trans. de Rec. do Fundo Nac de Assist. Social).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 06 de dezembro de 2013.
ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LUCIA R. MARCON BORGES
Secretária de Administração e Finanças Interina

Erval Velho

PREFEITURA

Decreto 1790/2013

DECRETO 1790, de 29 de outubro de 2013
Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso de suas atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e art. 4º da Lei Municipal n. 1318, de 05 de dezembro de 2012, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica suplementada as seguintes dotações no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho:

ÓRGÃO 09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Ativ. 2.037 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Elemento - 11 - 33.90.00.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas
R\$ 41.000,00

Art. 2º. Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrá à conta da anulação parcial das dotações abaixo discriminadas:

ÓRGÃO 09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Ativ. 2.037 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Elemento - 09 - 31.90.00.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas
R\$ 41.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 29 de outubro de 2013.
WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1791/2013

DECRETO 1791, de 04 de novembro de 2013

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso de suas atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e art. 4º da Lei Municipal n. 1318, de 05 de dezembro de 2012, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica suplementada as seguintes dotações no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho:

ÓRGÃO 07 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj./Ativ. 2.033 MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS DE ATENÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Elemento - 124 - 33.50.00.00.00.00.00.0052 - Aplicações Diretas R\$ 3.800,00

Art. 2º. Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrá à conta da anulação parcial das dotações abaixo discriminadas:

ÓRGÃO 07 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj./Ativ. 2.033 MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS DE ATENÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Elemento - 127 - 33.50.00.00.00.00.00.0052 - Aplicações Diretas R\$ 3.800,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 04 de novembro de 2013.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1792/2013

DECRETO 1792, de 04 de novembro de 2013

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso de suas atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e art. 4º da Lei Municipal n. 1318, de 05 de dezembro de 2012, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica suplementada as seguintes dotações no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho:

ÓRGÃO 06 SECRETARIA DE AGRICULTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL

UNIDADE 01 SECRETARIA DE AGRICULTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL

Proj./Ativ. 2.029 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA

Elemento - 118 - 33.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º. Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrá à conta da anulação parcial das dotações abaixo discriminadas:

ÓRGÃO 06 SECRETARIA DE AGRICULTURA E SANEAMENTO

AMBIENTAL

UNIDADE 01 SECRETARIA DE AGRICULTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL

Proj./Ativ. 2.029 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA
Elemento - 119 - 44.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 04 de novembro de 2013.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1793/2013

DECRETO 1793, de 04 de novembro de 2013

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso de suas atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e art. 4º da Lei Municipal n. 1318, de 05 de dezembro de 2012, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica suplementada as seguintes dotações no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho:

ÓRGÃO 03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

UNIDADE 01 DEPARTAMENTO DE FAZENDA

Proj./Ativ. 2.011 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FAZENDA
Elemento - 34 - 33.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

Art. 2º. Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrá à conta da anulação parcial das dotações abaixo discriminadas:

ÓRGÃO 03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

UNIDADE 01 DEPARTAMENTO DE FAZENDA

Proj./Ativ. 2.011 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FAZENDA
Elemento - 33 - 31.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Elemento - 35 - 44.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 04 de novembro de 2013.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN

Secretário de Administração e Finanças

ALDUIR ANTONIO MOCELIN

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1794/2013

DECRETO 1794, de 08 de novembro de 2013.

Declara de Utilidade Pública Área de Terras que especifica e dá outras providências.

Walter kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, no

uso de suas atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica Declarado de Utilidade Pública uma Área de Terras situada na Granja Faria localidade do Salto do Leão, neste Município com as dimensões de 759,96 (setecentos e cinquenta nove metros e noventa seis centímetros) de extensão por 12,00 (doze metros) de largura.

Artigo 2º - A área referida no artigo primeiro destina-se a implantação da alteração do traçado da Rodovia EVO 315, autorizada pela Lei Municipal nº 1347, de 08 de novembro de 2013.

Artigo 3º - As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta do orçamento vigente do Município.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 08 de novembro de 2013.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 08 de novembro de 2013.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1796/2013

DECRETO nº 1796, de 11 de novembro de 2013.

Atualiza a Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM, fixa prazos para o recolhimento de imposto e taxas do Calendário Anual de Tributos Municipais – CATRIM e dá outras providências.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI, do artigo 85 da Lei Orgânica; em conformidade com os artigos 33 e 205 da Lei Complementar Municipal n. 027, de 03 de dezembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º. Fica atualizado o valor da Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE acumulado nos últimos doze meses, no percentual de 5,5836%, cujo valor a partir desta data fixado em R\$ 78,96 (setenta e oito reais e noventa seis centavos).

Art. 2º. Ficam fixados os prazos para o recolhimento de Impostos e Taxas do Calendário Anual de Tributos Municipais – CATRIM a vigorar para o exercício de 2014, conforme consta:

CALENDÁRIO ANUAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS – CATRIM.

IMPOSTO/TAXA	PARCELA	VENCIMENTO
IPTU/TSU		
PAGAMENTO ANTECIPADO ATÉ 31/03/2014 - DESCONTO DE 10%	COTA ÚNICA	31/03/2014
PAGAMENTO ANTECIPADO ATÉ 30/04/2014 – DESCONTO DE 6%	COTA ÚNICA	30/04/2014
	PARCELA 1º	30/04/2014
	PARCELA 2º	30/05/2014
	PARCELA 3º	30/06/2014

IMPOSTO/TAXA	PARCELA
RENOVAÇÃO ALVARÁ DE LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO, 30 (trinta) DIAS APÓS VISTORIA IN LOCO.	COTA ÚNICA

IMPOSTO/TAXA	PARCELA	VENCIMENTO
ISS – AUTÔNOMOS E PROFISSIONAIS LIBERAIS		
PAGAMENTO ANTECIPADO ATÉ 31/03/2014 - DESCONTO DE 6%	COTA ÚNICA	31/03/2014
	PARCELA 1º	30/04/2014
	PARCELA 2º	31/07/2014
	PARCELA 3º	31/10/2014

IMPOSTO/TAXA	VENCIMENTOS
ISS – HOMOLOGADO	O recolhimento deverá ser mensal, sempre até o dia 15 do mês subsequente à prestação do serviço.

Art. 3º. As parcelas pagas fora do prazo fixado no CATRIM, estarão sujeitas a aplicação de multas e juros, conforme o disposto na Lei Complementar n. 027, de 03 de dezembro de 2009 e suas alterações.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 11 de novembro de 2013.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 11 de novembro de 2013.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1797/2013

DECRETO nº 1797, de 14 de novembro de 2013.

Reajusta o Valor da Cesta Básica e dá outras providências.

Walter Kleber kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que lhe confere o inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o art. 2º da Lei nº 1243 de 09 de setembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º. Fica estipulado em R\$ 113,37 (Cento e treze reais e trinta sete centavos) o valor da Cesta Básica descrita no art. 1º da Lei nº 1243 de 09 de setembro de 2010.

Parágrafo único - O reajuste aplicado de 11,4420% corresponde ao índice do IPCA acumulado no período de outubro de 2011 a setembro de 2013.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 14 de novembro de 2013.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 14 de novembro

de 2013.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1798/2013

DECRETO 1798, de 21 de novembro de 2013.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso de suas atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e Parágrafo I do art. 6º da Lei Municipal n. 1318, de 05 de dezembro de 2012, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho, no valor de R\$ 6.077,53 para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
UNIDADE 01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROJ/ATIV - 2.016 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
Elemento - 63 - 33.90.00.00.00.00.0022-55 - Aplicações Diretas R\$ 3.132,23
Elemento - 65 - 33.90.00.00.00.00.0061-00 - Aplicações Diretas R\$ 2.945,30

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta do provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício, na fonte de recurso 0022 - 55 - Conv. Estado Transporte Escolar, conforme § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 21 de novembro de 2013.
WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1799/2013

DECRETO 1799, de 21 de novembro de 2013.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso de suas atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica e de conformidade com a Lei n. 1349 de 21 de novembro de 2013, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal, no valor de R\$ 94.500,00 (Noventa e quatro mil e quinhentos reais) para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROJ/ATIV. 2012 - MANUTENÇÃO DO DEP. DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

Modalidade 319000000000000001.000.0000 - Aplicações diretas R\$ 22.000,00

ÓRGÃO 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
PROJ/ATIV. 2015 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
Modalidade 3.1.90.00.00.00.00.00 0001 - Aplicações diretas R\$ 7.000,00

PROJ/ATIV. 2019 - APOIO AO ENSINO SUPERIOR
Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.00 0000 - Aplicações diretas R\$ 16.000,00
PROJ/ATIV. 2023 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CULTURA
Modalidade 3.1.90.00.00.00.00.00 0000 - Aplicações diretas R\$ 3.500,00
PROJ/ATIV. 2025 - MANUTENÇÃO DO ESPORTE AMADOR
Modalidade 3.1.90.00.00.00.00.00 0000 - Aplicações diretas R\$ 6.000,00

ÓRGÃO 06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL
PROJ/ATIV. 2029 - MANUTENÇÃO DA SEC. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Modalidade 3.1.90.00.00.00.00.00 0000 - Aplicações diretas R\$ 30.000,00

ÓRGÃO 07 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJ/ATIV. 2032 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.00 0000 - Aplicações diretas R\$ 10.000,00

Total das Suplementações R\$ 94.500,00

Art. 2º- Os recursos orçamentários para fazer face à presente abertura de crédito suplementar, correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
PROJ/ATIV. 2020 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
Modalidade 3.1.90.00.00.00.00.00 0001 - Aplicações diretas R\$ 7.000,00

ÓRGÃO 05 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
PROJ/ATIV. 2026 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS
Modalidade 3.1.90.00.00.00.00.00 0000 - Aplicações diretas R\$ 57.500,00

ÓRGÃO 06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL
PROJ/ATIV. 1020 - CONSTRUÇÃO E REFORMAS DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES
Modalidade 4.4.90.00.00.00.00.00 0000 - Aplicações diretas R\$ 30.000,00

Total das anulações R\$ 94.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 21 de novembro de 2013.
WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1800/2013

DECRETO 1800, de 21 de novembro de 2013.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal n. 1318, de 05 de dezembro de 2012 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 28.000,00 (Vinte e oito mil reais) para suplementar a seguinte dotação orçamentária:
 ÓRGÃO 07 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 UNIDADE 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 PROJ/ATIV - 2.032 - MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS
 3.1.90.00.00.00.00.03.0352.00 - Aplicações Diretas
 R\$ 28.000,00

Total de Suplementações R\$ 28.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2012 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 21 de novembro de 2013.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
 Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
 Secretário de Administração e Finanças

Anexo I - DECRETO N.º 1800/2013, de 21 de novembro de 2013

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO
 Exercício de 2012

Fonte de Recurso 0352.00 - Outras Transferências FMAS

Ativo Financeiro	149.533,64
(-) Passivo Financeiro	(0,00)
Superávit Financeiro	149.533,64

Deduções	
Decreto n.º 1748/2013	71.000,00
Decreto n.º 1800/2013	28.000,00

Saldo 50.533,64
 Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2012- Anexo 14

DJALMO DE ANDRADE
 Técnico Contábil

Decreto 1801/2013

DECRETO 1801, de 06 de dezembro de 2013.

Homologa inscrições do Processo Seletivo n. 005/2013, de que trata o Edital n. 005, de 04 de novembro de 2013 e dá outras providências.

REGINALDO ALBERTO LISOT, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal em especial no Edital n. 005, de 04 de novembro de 2013, homologa as inscrições para o respectivo teste seletivo,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologadas as inscrições para o Processo Seletivo n. 005/2013, originado pelo Edital n. 005, de 04 de novembro de 2013, conforme abaixo:

Inscrição	Nome Candidato	Cargo
0001	Cristiane de Fátima Giaretta	Agente de Serviços Gerais II
0002	Juarez Garcia dos Anjos	Operador de Máquina
0003	Larisa Dias de Oliveira	Agente de Serviços Gerais II
0004	Marta Recalcatti	Prof. Séries Ini. e Educ. Infantil
0005	Pâmela Fagundes Serena	Professor de Educação Física
0006	Roseli Padilha Vettori	Agente de Serviços Gerais II
0007	Noemi Vettori de Oliveira	Professor de Artes
0008	Naiana P. Doarte Soares	Agente de Serviços Gerais II
0009	Jane de Lurdes Fracaro	Prof. Séries Ini. e Educ. Infantil
0010	Edison Ferrari	Operador de Máquina
0011	Suzana Varela	Agente de Serviços Gerais II
0012	Rosangela Ferreira Mendes	Agente de Serviços Gerais II
0013	Kezi de Oliveira	Prof. Séries Ini. e Educ. Infantil
0014	Fernando Poggere	Professor de Artes
0015	Atair Rissotto	Motorista
0016	Carlos André Burnier	Motorista
0017	Marisa G. Albert Lorenzetti	Prof. Séries Ini. e Educ. Infantil
0018	Alan Carlos Marcon	Motorista
0019	Delina Macan	Psicólogo
0020	Ademir de Jesus Lima	Agente de Serviços Gerais I
0021	Marcia A. Dadalt Fedrigo	Prof. Séries Ini. e Educ. Infantil
0022	Francieli Cristina Vazim	Técnico em Enfermagem
0023	Solange Prezotto	Agente Comunitário de Saúde
0024	Daniela T. de Mattos	Prof. Séries Ini. e Educ. Infantil
0025	Dionilce A. de Oliveira	Agente de Serviços Gerais II
0026	Cláudia Mônica Formighieri	Prof. Séries Ini. e Educ. Infantil
0027	Marivana dos S. Melotti	Professor de Artes
0028	Gizele Cristina de Mattos	Agente Comunitário de Saúde
0029	Pamela Camila Conte	Agente Comunitário de Saúde
0030	Rejane Ribeiro Rodrigues	Agente Comunitário de Saúde
0031	Giezi Luiz Palavro	Motorista
0032	Rubia Mara Davoglio	Psicólogo
0033	Dionilde Sutil	Prof. Séries Ini. e Educ. Infantil
0034	Sandra Aparecida Scudella	Assistente Social
0035	Zenir A. da S. Scarton	Prof. Séries Ini. e Educ. Infantil
0036	Sandra Regina M. Fattori	Professor de Artes
0037	Ozair Marcon	Mecânico
0038	Maria Celia Ferreira da Silva	Assistente Social
0039	Maiara Zambiazzi	Prof. Séries Ini. e Educ. Infantil
0040	Hetiene Neves dos Santos	Prof. Séries Ini. e Educ. Infantil
0041	Bonie Neves dos Santos	Prof. Séries Ini. e Educ. Infantil
0042	Noemi Ferreira da S. da Cruz	Técnico em Enfermagem
0043	Laís Zancanaro	Farmacêutico
0044	Ezael de Souza	Motorista
0045	Cledir Poletti	Operador de Máquinas
0046	Carla Cristina Triques Denti	Prof. Séries Ini. e Educ. Infantil

0047	Sheila Bulla Girardi	Professor de Ed. Física
0048	Ana Paula Serena	Agente Comunitário de Saúde
0049	Sandra Andréia Recalcatti	Prof. Séries Ini. e Educ. Infantil
0050	Francieli Carabolante	Prof. Séries Ini. e Educ. Infantil
0051	Aline Alves Bedin	Prof. Séries Ini. e Educ. Infantil
0052	Sandra Maria Bertelli	Prof. Séries Ini. e Educ. Infantil
0053	Pâmela Rodrigues Olivo	Prof. Séries Ini. e Educ. Infantil
0054	Jonathan Stallone Duarte	Técnico em Enfermagem
0055	Laura Taiza Vettori	Prof. Séries Ini. e Educ. Infantil
0056	Leonardo Lucas Filippini	Agente de Serviços Gerais I
0057	Caroline Studene da Rosa	Prof. Séries Ini. e Educ. Infantil
0058	Odair José de Moraes	Agente de Serviços Gerais I
0059	Jaqueline Stort Cassaniga	Prof. Séries Ini. e Educ. Infantil
0060	Anelise Provensi	Prof. Séries Ini. e Educ. Infantil
0061	Sirlei Andreoni	Psicólogo
0062	Verônica de Almeida	Farmacêutico
0063	Camila dos Santos	Agente de Serviços Gerais II
0064	Paulo Roberto de Matos	Professor de Educação Física
0065	Gesiel da Cruz	Mecânico
0066	Rute Cardoso da Rocha	Prof. Séries Ini. e Educ. Infantil
0067	Jessica Kangenski da Silva	Prof. Séries Ini. e Educ. Infantil
0068	Juliana Carla G. Amaral	Psicólogo
0069	Fernanda Spironelo	Assistente Social
0070	Antonio de Lima	Motorista
0071	Vilmar Thibes Scheleder	Motorista
0072	Durcilei Cardozo de Aguiar	Agente Comunitário de Saúde
0073	Elisiane de Lima de Oliveira	Professor de Informática
0074	Vanessa Maria de Col	Assistente Social
0075	Kênia Munaretti Frozza	Assistente Social
0076	Valdir Francisco Dondel	Agente de Serviços Gerais I
0077	Diego Cassaniga	Motorista
0078	Marcos Elias de Moraes	Motorista
0079	Mayara Odiles Scarpini	Prof. Séries Ini. e Educ. Infantil
0080	Raqueline Cordeiro	Agente Comunitário de Saúde
0081	Camila Firmino da Silva	Farmacêutico
0082	Saete Nardi	Técnico em Enfermagem
0083	Jorlei Piaia	Motorista
0084	Ana Paula B. da Silva	Agente Comunitário de Saúde
0085	Jurema Caricimi	Prof. Séries Ini. e Educ. Infantil
0086	Maria Elizabete Alves	Prof. Séries Ini. e Educ. Infantil
0087	Fernando Luiz Conte	Motorista
0088	Giovanva Soraia P. Diehl	Farmacêutico
0089	Josmar Fernando Filippini	Mecânico
0090	Josiane Filippini	Auxiliar de Saúde Bucal
0091	Josielli Tania Cancelli	Prof. Séries Ini. e Educ. Infantil
0092	Thaiane Cristina Bonatto	Prof. Séries Ini. e Educ. Infantil
0093	Solange da Luz	Agente de Serviços Gerais II
0094	Lenita Lavratti Pereira	Professor de Artes
0095	Precila L. Alexandre Varela	Agente Comunitário de Saúde
0096	Samuél Izomar de Almeida	Motorista
0097	Marta Ana Schimidt	Prof. Séries Ini. e Educ. Infantil
0098	André Luiz Mocelin	Professor de Inglês
0099	Ronaldo Dalla Costa	Professor de Informática
0100	Bruna Primo	Professor de Inglês
0101	Fabio Junior Raffo	Motorista
0102	Deise Lange Rosa	Farmacêutico
0103	Gelso Camassola	Agente de Serviços Gerais I
0104	Cleide Aparecida Antunes	Psicólogo
0105	Taina B. Ramos da Cunha	Agente Comunitário de Saúde
0106	Ana Maria Rodrigues Paiano	Prof. Séries Ini. e Educ. Infantil
0107	Monica Alexandre	Agente Comunitário de Saúde
0108	Mabel Falavinha Baran	Psicólogo
0109	Daiani Cristina Samara Hoff	Assistente Social
0110	Daiana Bertotti	Assistente Social

0111	Josiane Regina Rabech	Prof. Séries Ini. e Educ. Infantil
0112	Raquel de Souza	Técnico de Enfermagem
0113	Raul Girardi	Motorista
0114	Fabio Gemelli	Operador de Máquinas
0115	Lais Masson	Psicólogo
0116	Suzana Cassia Martinazzo	Prof. Séries Ini. e Educ. Infantil
0117	Paula Andressa Lopes Miri	Psicólogo
0118	Lucimar Rodrigues da Silva	Prof. Séries Ini. e Educ. Infantil
0119	Liane Tonial Boff	Agente de Serviços Gerais II
0120	Andréia Teixeira	Prof. Séries Ini. e Educ. Infantil
0121	Verônica Arruda Wolff	Psicólogo
0122	Ivan Lucas Dadalt	Prof. Séries Ini. e Educ. Infantil
0123	Susana Maria Pereira	Assistente Social
0124	José Mario Piovesan	Professor de Informática
0125	Luciana Gomes de Campos	Psicólogo
0126	Ivonete Marcon	Prof. Séries Ini. e Educ. Infantil
0127	Jucemar Camilo Tesser	Motorista
0128	Jucilei Lauschner Schneider	Psicólogo
0129	Cícera Aparecida Moraes	Técnico em Enfermagem
0130	Fabiano Moraes	Professor de Educação Física
0131	Hinayan Crestani	Médico
0132	Marinez de Oliveira Tozatti	Técnico em Enfermagem
0133	Ines Cleonice S. Schneider	Assistente Social
0134	Andreia de Cassia Hibner	Psicólogo
0135	Maria Saete Pigatto	Prof. Séries Ini. e Educ. Infantil
0136	Doinete Ferrari Fabrin	Assistente Social
0137	Mariana Cristina Spolti	Agente Comunitário de Saúde
0138	Otávio Ricardo Lamin	Professor de Educação Física
0139	Rafaela Santini de Oliveira	Médico
0140	Carla Teodoro	Técnico em Enfermagem
0141	Bruno Fracaro	Operador de Máquinas

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 06 de dezembro de 2013.

REGINALDO ALBERTO LISOT
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, em 06 de dezembro de 2013.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças.

Dexreto 1795/2013

DECRETO 1795, de 08 de novembro de 2013.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso de suas atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e Parágrafo I do art. 6º da Lei Municipal n. 1318, de 05 de dezembro de 2012, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA E DESPORTO
UNIDADE 01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO



PROJ/ATIV - 2.013 - PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR
Elemento - 41 - 33.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 4.500,00

PROJ/ATIV - 2.022 - MANUTENÇÃO DO ENSINO ESPECIAL
Elemento - 77 - 33.50.00.00.00.00.0000 - Transf.a Instituições
Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 2.500,00

PROJ/ATIV - 2.041 - PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR
Elemento - 43 - 33.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 3.000,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta do provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício, na fonte de recurso 0100 - Ordinários, conforme § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 08 de novembro de 2013.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN

Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2847/2013

PORTARIA 2847, de 18 de novembro de 2013.

Concede licença maternidade à servidora que menciona e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença Maternidade à Senhora ANA CLAUDIA NOGUEIRA DA SILVA, ocupante do cargo temporário de Agente Comunitário de Saúde - Programa PACS, ESF, pelo período de 120 (cento e vinte) dias a contar de 17 de novembro de 2013, com término previsto para 16 de março de 2014, sem prejuízos no seu vencimento.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de novembro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 18 de novembro de 2013.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN

Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2848/2013

PORTARIA 2848, de 26 de novembro de 2013.

Exonera Servidor, declara vacância do cargo e dá outras providências.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. EXONERAR a pedido a Senhora KELI REGINA MALESKI, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, nível 05-A, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho, nomeada pela Portaria 2474, de 11 de maio de 2011, e em consequência disso declarar vacância do referido cargo.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 26 de novembro de 2013.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN

Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2849/2013

PORTARIA 2849, de 02 de dezembro de 2013.

Concede férias a servidores que especifica e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no artigo 64, da Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder férias aos servidores abaixo relacionados pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 02 de dezembro à 31 de dezembro de 2013, conforme respectivos períodos aquisitivos:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo		
Altair dos Santos Camargo	Agente de Serviços Gerais I	18/02/2012	A	17/02/2013
Cristian Tonial Anacleto	Técnico em Informática	10/04/2012	A	09/04/2013
Dulci Salete Filipiacki	Auxiliar Administrativo	01/06/2012	A	31/05/2013
Edeunilse Fiorese Pratto	Técnico em Tesouraria	08/08/2012	A	07/08/2013
Lurdes Maria Rissotto	Agente Administrativo	04/11/2012	A	03/11/2013
Nilmar Bilibio	Motorista	12/02/2012	A	11/02/2013
Reny Angelo Filipiacki	Agente de Serviços Gerais I	05/10/2012	A	04/10/2013

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 02 de dezembro de 2013.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN

Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2850/2013

PORTARIA 2850, de 04 de dezembro de 2013.

Exonera Servidores Contratados em Caráter Temporário e dá outras providências.

Reginaldo Alberto Lisot, Prefeito Municipal em Exercício de Erval

Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. Exonerar os servidores ocupantes de cargos temporários abaixo relacionados:

Nome	Cargo	Portaria de contratação
Luiz Antonio Dadalt	Agente de Serviços Gerais I	Portaria n. 2792, de 08/04/2013
Odair Jose de Moraes	Agente de Serviços Gerais I	Portaria n. 2789, de 01/04/2013

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de dezembro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, em 04 de dezembro de 2013.

REGINALDO ALBERTO LISOT

Prefeito Municipal em Exercício

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN

Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2851/2013

PORTARIA 2851, de 04 de dezembro de 2013.

Exonera Servidores Contratados em Caráter Temporário e dá outras providências.

Reginaldo Alberto Lisot, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar os servidores contratados em caráter temporários abaixo relacionados:

Nome	Cargo	Portaria de contratação
Alan Carlos Marcon	Motorista	Portaria n. 2794, de 08/04/2013
Aline Alves Bedin	Professor ACT	Portaria n. 2759, de 22/02/2013
Bruna Primo	Professor ACT	Portaria n. 2808, de 03/06/2013
Carlos Andre Burnier	Motorista	Portaria n. 2788, de 01/04/2013
Dionillde Sutil	Professor ACT	Portaria n. 2775, de 04/03/2013
Francieli Carabolante	Professor ACT	Portaria n. 2743, de 05/02/2013
Josiane Regina Habeck	Professor ACT	Portaria n. 2743, de 05/02/2013
Kezi de Oliveira	Professor ACT	Portaria n. 2800, de 22/04/2013
Laura Taiza Vettori	Professor ACT	Portaria n. 2743, de 05/02/2013
Michelli Novello	Monitor Social -PETI	Portaria n. 2805, de 06/05/2013

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23 de dezembro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, em 04 de dezembro de 2013.

REGINALDO ALBERTO LISOT

Prefeito Municipal em Exercício

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN

Secretário de Administração e Finanças.

Portaria 2852/2013

PORTARIA 2852, de 04 de dezembro de 2013.

Exonera Servidores Contratados em Caráter Temporário e dá outras providências.

Reginaldo Alberto Lisot, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. Exonerar os servidores ocupantes de cargos temporários abaixo relacionados:

Nome	Cargo	Portaria contratação
Ademir de Jesus Lima	Agente de Serviços Gerais I	Portaria n. 2793, de 08/04/2013
Cristiane de Fátima Giaretta	Agente de Serviços Gerais II	Portaria n. 2578, de 13/02/2012
Fernanda Spironelo	Assistente Social	Portaria n. 2790, de 01/04/2013
Larisa Dias de Oliveira	Agente de Serviços Gerais II	Portaria n. 2590, de 05/03/2012
Naiana Piovezan Doarte Soares	Agente de Serviços Gerais II	Portaria n. 2806, de 06/05/2013
Paulo Roberto de Mattos	Professor de Educação Física - ACT	Portaria n. 2817, de 22/07/2013
Rosângela Ferreira Mendes	Agente de Serviços Gerais II	Portaria n. 2159, de 02/03/2009
Roseli Padilha	Agente de Serviços Gerais II	Portaria n. 2609, de 23/04/2012
Sandra Regina Marcon Fattori	Monitor Social - PETI	Portaria n. 1786, de 16/07/2007
Taína Bianca Ramos da Cunha	Agente de Serviços Gerais II	Portaria n. 2795, de 08/04/2013

Art.2º. Esta Portaria n. 2852 entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31 de dezembro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, em 04 de dezembro de 2013.

REGINALDO ALBERTO LISOT

Prefeito Municipal em Exercício

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN

Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2853/2013

PORTARIA 2853, de 09 de dezembro de 2013.

Exonera Servidor e dá outras providências.

REGINALDO ALBERTO LISOT, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85,

da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. EXONERAR a pedido a Senhora SANDRA MASSON, do cargo de provimento comissionado de Diretor de Escolas, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho, nomeado pela Portaria nº 2729, de 16 de janeiro de 2013.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31 de dezembro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, em 09 de dezembro de 2013.

REGINALDO ALBERTO LISOT

Prefeito Municipal em Exercício

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN

Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2854/2013

PORTARIA 2854, de 10 de dezembro de 2013.

Designa Servidor para Atendimento de Convênio e dá outras providências.

Reginaldo Alberto Lisot, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, e considerando a Lei Municipal nº 1351/2013 de 09 de dezembro de 2013 e Convênio de Cooperação Técnica, firmado entre o Município de Erval Velho e a CIDASC,

RESOLVE:

Art.1º. Designar o servidor JOSÉ ANGELO BORDIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Veterinário, do quadro de servidores públicos efetivos do Município de Erval Velho, para finalidade de proceder à inspeção de produtos de origem animal nos frigoríficos com inspeção estadual, instalados no território do Município de Erval Velho.

Art.2º. Para as finalidades descritas no artigo 1º o servidor designado desempenhará a carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos por conta do Município.

Art.3º. O prazo de permanência do servidor nessa atividade será enquanto persistir a necessidade que motivou o ato de convênio de cooperação técnica.

Art.4º. Quando no desempenho dos objetivos definidos no artigo 1º, o servidor público municipal designado cumprirá normas técnicas e disciplinares da CIDASC e do Estado de Santa Catarina, submetendo-se também a coordenação funcional através da CIDASC.

Art.5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.6º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 1792, de 02 de agosto de 2007 e Portaria n. 2815, de 05 de julho de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, em 10 de dezembro de 2013.

REGINALDO ALBERTO LISOT

Prefeito Municipal em Exercício

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN

Secretário de Administração e Finanças

Extrato de Edital de Pregão 027/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO

PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 048/2013

Edital de Pregão Presencial nº 027/2013

Objeto: Recuperação Parcial da Escavadeira Hidráulica PC138 US-8. Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 27/12/2013.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

REGINALDO ALBERTO LISOT

Prefeito Municipal em Exercício.

Forquilha

PREFEITURA

Decreto Nº 118, de 25 de Novembro de 2013.

DECRETO Nº 118, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2013.

CONCEDE PREMIAÇÃO ÀS EQUIPES VENCEDORAS DO CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL DE CAMPO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 502, de 15 de março de 1999,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida premiação em dinheiro às equipes participantes do Campeonato Municipal de Futebol de Campo de 2013, nos termos do regulamento, como incentivo à prática do esporte amador:

I - Para as equipes que disputaram na modalidade de Titulares:

a) Primeiro lugar, R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) à equipe da Associação de Moradores Bairro Saturno, fundada em 03 de março de 1989, com sede no Bairro Saturno, Município de Forquilha, Estado de Santa Catarina, registrada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 80.165.913/0001-05, declarada de utilidade pública pela Lei nº 450, de 10 de março de 1998;

b) Segundo lugar, R\$ 800,00 (oitocentos reais) à equipe da Associação dos Moradores do Bairro Santa Cruz, localizada à Rua Geral, s/nº no Bairro Santa Cruz, Município de Forquilha, Estado de Santa Catarina, fundada em 02 de julho de 2005 com a sigla A.M.B.S.C., registrada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 07.655.658/0001-80, declarada de utilidade pública pela Lei nº 1.204, de 05 de julho de 2006;

c) Terceiro lugar, R\$ 500,00 (quinhentos reais) à equipe da Associação de Moradores de Santa Terezinha, fundada em 16 de novembro de 1983, com sede à Rua Geral, s/nº no Bairro Santa Terezinha, Município de Forquilha, Estado de Santa Catarina, registrada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 79.314.811/0001-17, declarada de utilidade pública pela Lei nº 1355, de 25 de março de 2008.

II - Para as equipes que disputaram na modalidade de Sub-18:

a) Primeiro lugar, R\$ 1.000,00 (um mil reais) à equipe da Associação de Moradores Bairro Saturno, fundada em 03 de março de 1989, com sede no Bairro Saturno, Município de Forquilha, Estado de Santa Catarina, registrada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 80.165.913/0001-05, declarada de utilidade pública pela Lei nº 450, de 10 de março de 1998;

b) Segundo lugar, R\$ 500,00 (quinhentos reais) à equipe da ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO CIDADE ALTA, fundada em 04 de setembro de 1994, com sede no Bairro Cidade Alta, Município de Forquilha, Estado de Santa Catarina, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 05.091.702/0001-41;

c) Terceiro lugar, R\$ 300,00 (trezentos reais) à equipe da Associação de Moradores do Bairro Clarissas, fundada em 29 de novembro de 2008, com sede no Bairro Cidade Alta, Município de Forquilha, Estado de Santa Catarina, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 10.698.158/0001-30, declarada de utilidade pública pela Lei nº 894, de 15 de agosto de 2002.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 25 de novembro de 2013.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 25 de novembro de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Terceira Ata do Edital de Tomada de Preços Nº. 33/FMS/2013

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 33/FMS/2013
TERCEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ABERTURA, PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 33/FMS/2013, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A AMPLIAÇÃO DE 50,77 M² E ADAPTAÇÃO E REFORMA GERAL DE 143,78 M² DA UNIDADE DE SAÚDE DE CIDADE ALTA NA RUA SANTA BÁRBARA - BAIRRO CIDADE ALTA, CONFORME PROPOSTA Nº. 10540697000113002 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE JUNTO AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORQUILHINHA/SC, COMPREENDENDO MATERIAL, MÃO-DE-OBRA, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS NORMAIS E ESPECIAIS NECESSÁRIAS.

Às oito horas do dia onze do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município para abertura, processamento e julgamento do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 33/FMS/2013. Abertos os trabalhos pelo Sr. Presidente, Ademir Brandielli Pedro, o mesmo informou que não houve recurso quanto à decisão proferida pela comissão quanto à fase de habilitação (envelope nº. 01), ata nº. 02 estando autorizado, assim, o prosseguimento do processo, abertura do envelope nº. 02 (proposta de preços). Desta forma, decide esta Comissão, por unanimidade, dar prosseguimento ao presente processo licitatório, com abertura dos envelopes de nº. 02 - Da Proposta de Preço das licitantes CONSTRUTORA NELGUI LTDA, MELCON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, PONTO CERTO

CONSTRUÇÕES LTDA, FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, conforme habilitação estabelecida na Ata nº. 02, para as 10:00 horas do dia 13 de dezembro de 2013, na Sala de reuniões desta Municipalidade. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). As empresas habilitadas serão comunicadas por FAX ou via e-mail desta decisão. Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão. Forquilha, 11 de dezembro de 2013.

ADEMIR BRANDIELLI PEDRO
Presidente da Comissão de Licitação

LUCAS COLONETTI
Membro da Comissão

ANDRESSA WESTRUP WERNKE
Membro da Comissão

ADEMAR JOÃO BACK
Gerente de Obras

Terceira Ata do Edital de Tomada de Preços Nº. 34/FMS/2013

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 34/FMS/2013
TERCEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ABERTURA, PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 34/FMS/2013, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A AMPLIAÇÃO DE 89,63 M² E ADAPTAÇÃO E REFORMA GERAL DE 105,05 M² DA UNIDADE DE SAÚDE DE SANGA DO CAFÉ, NA RODOVIA DOS IMIGRANTES ITALIANOS, SANGA DO CAFÉ, CONFORME PROPOSTA Nº. 10540697000113003 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE JUNTO AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORQUILHINHA/SC, COMPREENDENDO MATERIAL, MÃO-DE-OBRA, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS NORMAIS E ESPECIAIS NECESSÁRIAS.

Às nove horas do dia onze do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município para abertura, processamento e julgamento do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 34/FMS/2013. Abertos os trabalhos pelo Sr. Presidente, Ademir Brandielli Pedro, o mesmo informou que não houve recurso quanto à decisão proferida pela comissão quanto à fase de habilitação (envelope nº. 01), ata nº. 02 estando autorizado, assim, o prosseguimento do processo, abertura do envelope nº. 02 (proposta de preços). Desta forma, decide esta Comissão, por unanimidade, dar prosseguimento ao presente processo licitatório, com abertura dos envelopes de nº. 02 - Da Proposta de Preço das licitantes CONSTRUTORA NELGUI LTDA, MELCON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, PONTO CERTO CONSTRUÇÕES LTDA, FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, conforme habilitação estabelecida na Ata nº. 02, para as 11:00 horas do dia 13 de dezembro de 2013, na Sala de reuniões desta Municipalidade. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). As empresas habilitadas serão comunicadas por FAX ou via e-mail desta decisão. Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão. Forquilha, 11 de dezembro de 2013.

ADEMIR BRANDIELLI PEDRO
Presidente da Comissão de Licitação

LUCAS COLONETTI
Membro da Comissão

ANDRESSA WESTRUP WERNKE
Membro da Comissão

ADEMAR JOÃO BACK
Gerente de Obras

Terceira Ata do Edital de Tomada de Preços Nº. 35/FMS/2013

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 35/FMS/2013

TERCEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ABERTURA, PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 35/FMS/2013, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA VILA LOURDES NA RUA HERCÍLIO MINATTO, BAIRRO VILA LOURDES, COM ÁREA DE 268,09 M², CONFORME PROPOSTA Nº. 10540697000113001 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE JUNTO AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORQUILHINHA/SC, COMPREENDENDO MATERIAL, MÃO-DE-OBRA, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS NORMAIS E ESPECIAIS NECESSÁRIAS.

Às dez horas do dia onze do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município para abertura, processamento e julgamento do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 35/FMS/2013. Abertos os trabalhos pelo Sr. Presidente, Ademir Brandielli Pedro, o mesmo informou que não houve recurso quanto à decisão proferida pela comissão quanto à fase de habilitação (envelope nº. 01), ata nº. 02 estando autorizado, assim, o prosseguimento do processo, abertura do envelope nº. 02 (proposta de preços). Desta forma, decide esta Comissão, por unanimidade, dar prosseguimento ao presente processo licitatório, com abertura dos envelopes de nº. 02 - Da Proposta de Preço das licitantes CONSTRUTORA NELGUI LTDA, MELCON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, PONTO CERTO CONSTRUÇÕES LTDA, FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, VC CONSTRUÇÕES LTDA, CREMA CONSTRUÇÕES LTDA, conforme habilitação estabelecida na Ata nº. 02, para as 12:00 horas do dia 13 de dezembro de 2013, na Sala de reuniões desta Municipalidade. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). As empresas habilitadas serão comunicadas por FAX ou via e-mail desta decisão. Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão. Forquilha, 11 de dezembro de 2013.

ADEMIR BRANDIELLI PEDRO
Presidente da Comissão de Licitação

LUCAS COLONETTI
Membro da Comissão

ANDRESSA WESTRUP WERNKE
Membro da Comissão

ADEMAR JOÃO BACK
Gerente de Obras

Extrato de Contrato Fma Nº. 21/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMA Nº. 21/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - CARLOS VANDERLEI ROCHA - ME

OBJETO - O objeto do presente contrato compreende a aquisição de peças diversas para reposição e manutenção da frota de veículos do Fundo Municipal de Agricultura.

VALOR - R\$ 71.000,00 (setenta e um mil reais).

VIGÊNCIA - 30/06/2014

DOTAÇÃO - 1802.2070.3390 (12).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 17/FMA/2013.

DATA DA ASSINATURA - 26 de novembro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato FMS Nº. 94/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 94/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto, a aquisição de equipamentos, material permanente e veículo para estruturação da rede de serviços de Atenção Básica de Saúde, conforme Ofício nº. 1123/2013 e Proposta nº. 81531.16200/1120-20 do Ministério da Saúde junto ao Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 4.173,00 (quatro mil cento e setenta e três reais).

VIGÊNCIA - 31/01/2014

DOTAÇÃO - 0101.2050.4490 (21).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 32/FMS/2013

DATA DA ASSINATURA - 19 de novembro de 2013

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 266/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 266/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - DIDÁTICA LIVRARIA E BRINQUEDOS LTDA. ME.

OBJETO - O presente Instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de livros didáticos para atendimento aos Centros de Educação Infantil e Escolas de Educação Básica da rede de ensino do Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 82.200,00 (oitenta e dois mil e duzentos reais).

VIGÊNCIA - 31/03/2014.

DOTAÇÃO - 0501.2014.3390 (47), 0501.2011.3390 (69).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 161/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 03 de dezembro de 2013

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 71/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 71/2013

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 178/2009

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - SANTECH SANEAMENTO & TECNOLOGIA

DO OBJETO - Fica acrescido no objeto do contrato 178/PMF/2009



o valor de R\$ 34.920,00 (trinta e quatro mil novecentos e vinte reais) conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e suas alterações, relativo ao pregão 104/PMF/2009.
DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 29/11/2013
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Resolução Cms 022 DELIBERAÇÃO 022/CMS/13

O Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal 1.971/2008, em reunião ordinária realizada no dia 04 de dezembro de 2013, no auditório da Unidade de Saúde Vila Salete, deliberou, por unanimidade, pela HOMOLOGAÇÃO da Decisão Administrativa de 2ª Instância do Processo Administrativo Nº 006/2013 da Vigilância Sanitária de Fraiburgo, conforme ATA do CMS Nº 015/2013.

Fraiburgo (SC), 04 de dezembro de 2013.
NILCE PINZ
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

SALIMARA CLAIR MOLIM
Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde

Resolução Cms 023 DELIBERAÇÃO 023/CMS/13

O Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal 1.971/2008, em reunião ordinária realizada no dia 04 de dezembro de 2013, no auditório da Unidade de Saúde Vila Salete, APROVOU, por unanimidade, o PROJETO SAÚDE DO HOMEM FRAIBURGUENSE, em conformidade com a Portaria Nº 2.773, de 19 de novembro de 2013, conforme ATA do CMS Nº 015/2013.

Fraiburgo (SC), 04 de dezembro de 2013.
NILCE PINZ
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

SALIMARA CLAIR MOLIM
Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde

Resolução Cms 024 DELIBERAÇÃO 024/CMS/13

O Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal 1.971/2008, em reunião ordinária realizada no dia 04 de dezembro de 2013, no auditório da Unidade de Saúde Vila Salete, APROVOU, por unanimidade, o convênio com a Comunidade Terapêutica São Francisco de Videira, com repasse financeiro de 12 parcelas no valor de R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), totalizando o montante de R\$ 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais) para o ano 2014, conforme ATA do CMS Nº 015/2013.

Fraiburgo (SC), 04 de dezembro de 2013.
NILCE PINZ
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

SALIMARA CLAIR MOLIM
Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde

Resolução Cms 025 DELIBERAÇÃO 025/CMS/13

O Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal 1.971/2008, em reunião ordinária realizada no dia 04 de dezembro de 2013, no auditório da Unidade de Saúde Vila Salete, APROVOU, por unanimidade, o convênio com a AÇÃO SOCIAL DIOCESANA - ASDI de Chapecó, com repasse financeiro de 12 parcelas no valor de R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais), totalizando o montante de R\$ 19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais) para o ano 2014, conforme ATA do CMS Nº 015/2013.

Fraiburgo (SC), 04 de dezembro de 2013.
NILCE PINZ
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

SALIMARA CLAIR MOLIM
Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde

Resolução Cms 026 DELIBERAÇÃO 026/CMS/13

O Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal 1.971/2008, em reunião ordinária realizada no dia 04 de dezembro de 2013, no auditório da Unidade de Saúde Vila Salete, APROVOU, por unanimidade, o convênio com a ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE FRAIBURGO, com repasse financeiro mensal, sendo as parcelas 1ª, 2ª, 3ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª e 10ª no valor de R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais), as parcelas 4ª e 5ª no valor de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais) e as parcelas 11ª e 12ª no valor de R\$ 9.400,00 (nove mil e quatrocentos reais), totalizando o montante de R\$ 86.800,00 (oitenta e seis mil e oitocentos reais) para o ano 2014, conforme ATA do CMS Nº 015/2013.

Fraiburgo (SC), 04 de dezembro de 2013.
NILCE PINZ
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

SALIMARA CLAIR MOLIM
Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde

Resolução Cms 026 DELIBERAÇÃO 026/CMS/13

O Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal 1.971/2008, em reunião ordinária realizada no dia 04 de dezembro de 2013, no auditório da Unidade de Saúde Vila Salete, APROVOU, por unanimidade, o convênio com a ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE FRAIBURGO, com repasse financeiro mensal, sendo as parcelas 1ª, 2ª, 3ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª e 10ª no valor de R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais), as parcelas 4ª e 5ª no valor de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais) e as parcelas 11ª e 12ª no valor de R\$ 9.400,00 (nove mil e quatrocentos reais), totalizando o montante de R\$ 86.800,00 (oitenta e seis mil e oitocentos reais) para o ano 2014, conforme ATA do CMS Nº 015/2013.

Fraiburgo (SC), 04 de dezembro de 2013.

NILCE PINZ

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

SALIMARA CLAIR MOLIM

Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde

Resolução Cms 027

DELIBERAÇÃO 027/CMS/13

O Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal 1.971/2008, em reunião ordinária realizada no dia 04 de dezembro de 2013, no auditório da Unidade de Saúde Vila Salete, APROVOU, por unanimidade, o convênio com a ASSOCIAÇÃO FRAIBURGUENSE DE SAÚDE COLETIVA - AFSC, com repasse financeiro de R\$ 3.596.000,00 (três milhões quinhentos e noventa e seis mil reais) para o ano 2014, conforme ATA do CMS Nº 015/2013.

Fraiburgo (SC), 04 de dezembro de 2013.

NILCE PINZ

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

SALIMARA CLAIR MOLIM

Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde

Resolução Cms 028

DELIBERAÇÃO 028/CMS/13

O Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal 1.971/2008, em reunião ordinária realizada no dia 04 de dezembro de 2013, no auditório da Unidade de Saúde Vila Salete, APROVOU, por unanimidade, a prorrogação do contrato nº 0009/2010 de prestação de serviços de assistência à saúde para atendimento ambulatorial em Reabilitação Física aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS da REABILITAR CLINICA DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO S/C LTDA, até 31 de dezembro de 2014, mantendo o teto físico e financeiro vigente, no valor de R\$ 2.730,20 (dois mil setecentos e trinta reais e vinte centavos) mensais, totalizando o montante de R\$ 32.762,40 (trinta e dois mil setecentos e sessenta e dois reais e quarenta centavos) para o ano 2014, conforme ATA do CMS Nº 015/2013.

Fraiburgo (SC), 04 de dezembro de 2013.

NILCE PINZ

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

SALIMARA CLAIR MOLIM

Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde

Resolução Cms 029

DELIBERAÇÃO 029/CMS/13

O Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal 1.971/2008, em reunião ordinária realizada no dia 04 de dezembro de 2013, no auditório da Unidade de Saúde Vila Salete, APROVOU, por unanimidade, a prorrogação do contrato nº 0019/2010 de prestação de serviços de assistência à saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE de Fraiburgo, até 31 de dezembro de 2014, mantendo o teto físico e financeiro vigente, no valor de R\$ 13.668,42 (treze mil seiscentos e sessenta e oito reais e quarenta e dois centavos) mensais, totalizando o montante de R\$ 164.021,04 (cento

e sessenta e quatro mil vinte e um reais e quatro centavos) para o ano 2014, conforme ATA do CMS Nº 015/2013.

Fraiburgo (SC), 04 de dezembro de 2013.

NILCE PINZ

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

SALIMARA CLAIR MOLIM

Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde

Resolução Cms 030

DELIBERAÇÃO 030/CMS/13

O Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal 1.971/2008, em reunião ordinária realizada no dia 04 de dezembro de 2013, no auditório da Unidade de Saúde Vila Salete, APROVOU, por unanimidade, a prorrogação do contrato de credenciamento Nº CT12FMS13 - REDMANN & REDMANN CLÍNICA MÉDICA S/S para o ano 2014, conforme ATA do CMS Nº 015/2013.

Fraiburgo (SC), 04 de dezembro de 2013.

NILCE PINZ

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

SALIMARA CLAIR MOLIM

Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde

Resolução Cms 031

DELIBERAÇÃO 031/CMS/13

O Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal 1.971/2008, em reunião ordinária realizada no dia 04 de dezembro de 2013, no auditório da Unidade de Saúde Vila Salete, APROVOU, por unanimidade, a prorrogação do contrato de credenciamento Nº CT12FMS12 - LUCENA SERVIÇOS S/S LTDA para o ano 2014, conforme ATA do CMS Nº 015/2013.

Fraiburgo (SC), 04 de dezembro de 2013.

NILCE PINZ

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

SALIMARA CLAIR MOLIM

Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde

Resolução Cms 032

DELIBERAÇÃO 032/CMS/13

O Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal 1.971/2008, em reunião ordinária realizada no dia 04 de dezembro de 2013, no auditório da Unidade de Saúde Vila Salete, APROVOU, por unanimidade, a prorrogação do contrato de credenciamento Nº CT12FMS09 - MASTER CLINIC SERVIÇOS MÉDICOS S/S para o ano 2014, conforme ATA do CMS Nº 015/2013.

Fraiburgo (SC), 04 de dezembro de 2013.

NILCE PINZ

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

SALIMARA CLAIR MOLIM

Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde

Resolução Cms 033
DELIBERAÇÃO 033/CMS/13

O Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal 1.971/2008, em reunião ordinária realizada no dia 04 de dezembro de 2013, no auditório da Unidade de Saúde Vila Salette, APROVOU, por unanimidade, a prorrogação do contrato de credenciamento Nº CT13FMS04 - GAYA ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA EIRILI - ME para o ano 2014, conforme ATA do CMS Nº 015/2013.

Fraiburgo (SC), 04 de dezembro de 2013.
NILCE PINZ
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

SALIMARA CLAIR MOLIM
Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde

Resolução Cms 034
DELIBERAÇÃO 034/CMS/13

O Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal 1.971/2008, em reunião ordinária realizada no dia 04 de dezembro de 2013, no auditório da Unidade de Saúde Vila Salette, APROVOU, por unanimidade, a prorrogação do contrato de credenciamento Nº CT13FMS19 - ASSOCIAÇÃO FRAIBURGUENSE DE SAÚDE COLETIVA - ASFC para o ano 2014, conforme ATA do CMS Nº 015/2013.

Fraiburgo (SC), 04 de dezembro de 2013.
NILCE PINZ
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

SALIMARA CLAIR MOLIM
Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde

Portaria Nº 2549/2013
PORTARIA N.º 2.549, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037, de 10 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CLAUDIO RODRIGUES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 072.439.559-83, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 12 de dezembro de 2013 até 28 de fevereiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de dezembro de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2550/2013

PORTARIA Nº 2.550, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013.
Retifica e Ratifica a Portaria n.º 2.397/2013.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com o Processo Administrativo nº 4.848, de 14 de novembro de 2013;

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o art. 1º da portaria n.º 2.397, de 27 de novembro de 2013, que concedeu licença sem remuneração para tratar de assuntos particulares para a servidora JULIANE TERESINHA CORDEIRO, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o nº 781.789.679-87, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, com carga horária de 20 horas semanais, alterando o período para 01 de fevereiro de 2014 até 31 de janeiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fraiburgo, 11 de dezembro de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso do Pregão Presencial Nº 0158/2013-PMF Rp 0092

Aviso do Pregão Presencial nº 0158/2013 - PMF
Registro de Preços Nº 0092/2013
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de materiais de higiene, limpeza e outros, para uso nos Centros de Educação Municipais, Infantis, Departamento de Cultura, Proeduca, Educação de Jovens e Adultos e Secretaria de Educação Cultura e Esportes, durante os meses de dezembro de 2013 a abril de 2014. Validade da Ata de Registro de Preços: dezembro de 2013 a abril de 2014. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até às 14:15 horas do dia 26.12.2013. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 11 de dezembro de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

DI0003-Publicação No Dom -SC

Aviso da Dispensa de Licitação nº 0003/2013 - SANEFRAI
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0037/2013 - SF
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0003/2013 - SF

A Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, neste ato representado pelo Presidente, torna público a Dispensa de Licitação nº 0003/2013-SF, nos termos seguintes: Objeto: Aquisição de peças para reposição e serviços de mão-de-obra para conserto do caminhão tanque MB/L1113 de placas MBI 3619, nº 74 da frota veículos do Município - Autarquia Municipal de Saneamento - SANEFRAI, Contratadas: LUPEA IND. E COM. DE PEÇAS LTDA inscrita no CNPJ sob nº 00.134.893/0001-68 Valor: R\$ 3.680,67 (três mil, seiscentos e oitenta reais e sessenta e sete centavos) referente ao material e ROSANE DE FÁTIMA SOUZA ME, inscrita no CNPJ sob nº 07.514.999/0001-36 Valor: R\$ 750,00 (setecentos e

cinquenta reais) referente à mão de obra. Fundamento Legal: Art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Valor total: R\$ 4.430,67 (quatro mil, quatrocentos e trinta reais e sessenta e sete centavos). Justificativa: Aquisição pela dispensa uma vez que o veículo a ser recuperado é utilizado pela SANEFRAI para prestação de serviços à população Fraiburguense na limpeza de fossas sépticas, filtros anaeróbicos e sumidouros aos demais bairros que não são atendidos pelo sistema de esgotamento sanitário através do caminhão auto-vácuo para a Estação de Tratamento de Esgoto do Aterro Sanitário.

Fraiburgo(SC), 10 de dezembro de 2013.
ELOI REGALIN
Presidente da SANEFRAI

Garopaba

PREFEITURA

Portaria N.º 972/2013.

PORTARIA N.º 972, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013.
REVOGA A PORTARIA N.º 953, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Revogar, a partir de 10/12/2013, a Portaria nº. 953 de 05 de dezembro de 2013, que constitui a COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DÉBITOS MUNICIPAIS, formada pelos servidores municipais: EDINEI JOSÉ VIEIRA, FERNANDO DA SILVA FERREIRA E RUTH MIQUELETO HONORATO BAPTISTA.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de dezembro de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 12/12/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Portaria N.º 973/2013.

PORTARIA N.º 973, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) FLÁVIA GONÇALVES DE LIMA

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), de APROVAR o (a) servidor (a) FLÁVIA GONÇALVES DE LIMA, matrícula funcional n.º 3646, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de dezembro de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 12/12/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Portaria N.º 974/2013.

PORTARIA N.º 974, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) JACIRA CONCEIÇÃO MARTINS LOPES

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), de APROVAR o (a) servidor (a) JACIRA CONCEIÇÃO MARTINS LOPES, matrícula funcional n.º 3763, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de dezembro de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 12/12/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Portaria N.º 975/2013.

PORTARIA N.º 975, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) JONAS CABRAL

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), de APROVAR o (a) servidor (a) JONAS CABRAL, matrícula funcional n.º 3752, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de dezembro de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 12/12/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Portaria N.º 976/2013.

PORTARIA N.º 976, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) LUCIANE ADELINO MONTEIRO

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), de APROVAR o (a) servidor (a) LUCIANE ADELINO MONTEIRO, matrícula funcional n.º 3695, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de dezembro de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 12/12/2013, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

Portaria N.º 977/2013.

PORTARIA N.º 977, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) NELSON DE SOUZA CLEMENTINO

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), de APROVAR o (a) servidor (a) NELSON DE SOUZA CLEMENTINO, matrícula funcional n.º 3751, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de dezembro de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 12/12/2013, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

Portaria N.º 978/2013.

PORTARIA N.º 978, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) SIMONE CRISTIANE DE SOUZA

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), de APROVAR o (a) servidor (a) SIMONE CRISTIANE DE SOUZA, matrícula funcional n.º 3678, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de dezembro de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 12/12/2013, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

Extrato de Contrato Nº67/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 67/2013 Processo nº 180/2013; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA CONTRATADO: DIMAS COMERCIO DE AUTOMOVEIS LTDA; CNPJ: 083.262.923/0001-49; Objeto: O presente contrato tem como objeto a aquisição de veículos para uso das Secretarias da Prefeitura Municipal de Garopaba, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 082/2013. Valor: O valor total estimado deste contrato é de R\$ 129.700,00 (cento e vinte e nove mil e setecentos reais). Data da Assinatura: 10/12/2013.

Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.



www.ciga.sc.gov.br

Editais de Multa

Editais de Notificação de Multas nº 799, 826 a 832, 836 e 837/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.440 000798/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
JGR4538	54279602E	30/11/2012	54522	181 * VIII	127.69
MAU8191	55653747B	15/01/2010	51851	167	127.69
MER6904	55654804B	13/02/2010	51851	167	127.69
MER6904	55654804B	13/02/2010	51852	167	127.69
MGP8290	55654820B	13/02/2010	51851	167	127.69
MGP8290	55654820B	13/02/2010	51930	168	191.53
MHO3011	54279606E	05/12/2012	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 27 DE NOVEMBRO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8440 000826/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infração Valor Multa

AFK7479	54050873D	65992	26/01/2012	191.53
ARB0810	54050888D	69200	03/01/2012	127.69
AZA9200	54051284D	65640	18/02/2012	191.53
BUK9382	54281216E	53800	17/01/2013	85.12
BUW6111	55655101B	69200	29/03/2010	127.69
BXL0040	54280591E	65992	04/01/2013	191.53
CGC3745	54280043E	69200	28/01/2013	127.69
CHH2560	54051568D	65992	27/04/2012	191.53
CRE7705	55617507D	50100	27/04/2012	574.61
DBO4154	55617511D	66450	24/05/2012	127.69
DBO4154	55617512D	66372	24/05/2012	127.69
DLR7043	55617812D	55411	08/06/2012	53.20
DRU9966	55617255D	53800	23/02/2012	85.12
DTY1634	54051393D	69200	05/03/2012	127.69
GUV1697	55617589D	69200	11/05/2012	127.69
HCY1781	55617406D	69120	29/03/2012	53.20
HGR0920	55617263D	51851	26/03/2012	127.69
HGR0920	55617264D	65992	26/03/2012	191.53
IAT6770	54050017D	50100	29/03/2012	574.61
IAT6770	54050017D	65565	29/03/2012	191.53
IAT6770	54050017D	65992	29/03/2012	191.53
IAT6770	54050017D	69120	29/03/2012	53.20
ICZ6383	54280011E	69200	29/11/2012	127.69
IJJ5591	54280256E	55250	30/12/2012	85.12
IJJ7420	54280590E	51851	04/01/2013	127.69
IIX6892	55617378D	54521	24/03/2012	127.69
IJJ1686	55617096D	50100	31/03/2012	574.61
IKT0686	54280326E	55411	31/12/2012	53.20
IKT4625	54280003E	69200	19/11/2012	127.69
ILS0270	55617443D	50100	27/05/2012	574.61
IQS4498	55619005D	54522	13/01/2013	127.69

file:///Z:/Edições_DOM/fontes/Edição%201387/arquivos/unrar_427848/Edital%20826-13.txt[11/12/2013 15:30:13]

IRA6012	54279938E	69120	06/01/2013	53.20
IRA6012	55619498D	50100	06/01/2013	574.61
IRL5537	55617703D	70301	18/05/2012	191.53
JPD5453	54279548E	65482	31/12/2012	85.12
JPP0216	55617523D	50292	02/06/2012	957.69
JPP0216	55617524D	51851	02/06/2012	127.69
JPP0216	55617525D	65564	02/06/2012	191.53
JPP0216	55617566D	69120	26/05/2012	53.20
JPP0216	55617567D	50291	26/05/2012	957.69
KCY0064	55654730B	65992	20/03/2010	191.53
KMQ6495	55617487D	51851	19/05/2012	127.69
KWG2590	55617499D	66102	01/06/2012	127.69
LWX3023	55617630D	50100	20/04/2012	574.61
LWX3023	55617631D	50610	20/04/2012	574.61
LWX3023	55617632D	66372	20/04/2012	127.69
LWX3023	55617655D	50100	14/05/2012	574.61
LWX3023	55617655D	66531	14/05/2012	127.69
LWZ3934	54279728E	55250	31/12/2012	85.12
LXA5475	55617095D	65992	31/03/2012	191.53
LXF2400	55654836B	50100	18/03/2010	574.61
LXM9077	55617568D	69120	28/05/2012	53.20
LYV1307	55656135B	67002	21/05/2012	127.69
LZK1702	55617432D	51851	24/04/2012	127.69
LZK5311	54280984E	65992	07/01/2013	191.53
MAL4779	55617453D	65992	04/04/2012	191.53
MAR5884	54280473E	55411	13/01/2013	53.20
MBC2635	54051303D	65992	03/04/2012	191.53
MBC2635	54051650D	50100	19/03/2012	574.61
MBD2496	55617686D	55250	19/05/2012	85.12
MBD8685	55617626D	50100	20/04/2012	574.61
MBD8685	55617627D	66531	20/04/2012	127.69
MBD8685	55617628D	50610	20/04/2012	574.61
MBE1998	54280385E	53800	30/12/2012	85.12
MBE1998	54280406E	51851	24/12/2012	127.69
MBG7272	54050902D	50100	03/01/2012	574.61
MBG7272	54050902D	65992	03/01/2012	191.53
MBG7272	54050903D	50610	03/01/2012	574.61
MBG7272	54050903D	69120	03/01/2012	53.20
MBG7272	54050904D	58350	03/01/2012	127.69
MBI1535	55617629D	65992	20/04/2012	191.53
MBI2422	55617565D	65800	25/05/2012	191.53
MBL2977	55617420D	52741	14/04/2012	191.53
MBM6837	54279845E	54521	31/12/2012	127.69
MBM8706	55617430D	70302	29/03/2012	191.53
MBM8706	55617431D	66531	29/03/2012	127.69
MBN3086	54050595D	54600	24/06/2011	85.12
MBO2323	54279590E	73400	04/01/2013	85.12
MBO2323	54280190E	50100	04/01/2013	574.61
MBO2323	54280191E	50610	04/01/2013	574.61
MBO2323	55617315D	51851	23/07/2012	127.69
MBS6784	54050009D	65992	29/03/2012	191.53
MBS7069	55617585D	69200	29/04/2012	127.69
MBT8345	55617514D	65992	26/05/2012	191.53
MBT8345	55617515D	65561	26/05/2012	191.53

file:///Z:/Edições_DOM/fontes/Edição%201387/arquivos/unrar_427848/Edital%20826-13.txt[11/12/2013 15:30:13]

MBT8345	55617516D	66020	26/05/2012	191.53
MBW5452	55617689D	66102	24/05/2012	127.69
MCI8216	54280161E	51851	24/12/2012	127.69
MCN8862	54051378D	69200	07/02/2012	127.69
MCO2171	55653846B	65992	26/01/2010	191.53
MCR2480	55617357D	65992	03/04/2012	191.53
MCR2480	55617358D	65564	03/04/2012	191.53
MCT4425	55617345D	69120	29/03/2012	53.20
MCT4425	55617347D	65564	29/03/2012	191.53
MCX8258	54280090E	55414	15/01/2013	53.20
MCZ2004	54280964E	51851	05/01/2013	127.69
MCZ2004	54280965E	52070	05/01/2013	53.20
MDD1271	55653824B	69200	22/03/2010	127.69
MDE5823	55617393D	50450	25/04/2012	191.53
MDQ5933	54280594E	55250	04/01/2013	85.12
MEC1765	55619125D	73400	28/11/2012	85.12
MEE6489	55617513D	50450	24/05/2012	191.53
MEI5722	54050010D	70301	29/03/2012	191.53
MEI5722	54050011D	52742	29/03/2012	191.53
MEI5722	54050012D	69120	29/03/2012	53.20
MEI5722	55617428D	58350	29/03/2012	127.69
MEM1315	54051137D	50100	21/01/2012	574.61
MEM1315	54051138D	73662	21/01/2012	85.12
MEM8746	54280272E	55250	03/01/2013	85.12
MEQ4110	54050149D	51851	31/03/2012	127.69
MES1644	55618966D	51851	06/10/2012	127.69
MET9843	55618002D	54522	20/06/2012	127.69
MEU5049	55617606D	54522	26/04/2012	127.69
MFA7273	54279662E	69120	16/12/2012	53.20
MFH3755	55617426D	73400	29/03/2012	85.12
MFO2279	54281210E	65992	15/01/2013	191.53
MFO7773	55656138B	50450	24/05/2012	191.53
MFO8412	55617896D	50100	15/07/2012	574.61
MFT0896	54050013D	73400	29/03/2012	85.12
MGR1128	54050270D	55411	22/12/2011	53.20
MGT6779	55617586D	69200	29/04/2012	127.69
MHE2993	54281202E	65561	15/01/2013	191.53
MHF6027	55617170D	73662	05/04/2012	85.12
MHH3875	54280543E	55411	04/01/2013	53.20
MHO7266	54279562E	51851	12/12/2012	127.69
MHS5695	54280814E	51851	19/01/2013	127.69
MHW3398	54051314D	54522	23/05/2012	127.69
MIB1335	54281219E	51851	17/01/2013	127.69
MIE2436	55617046D	55411	18/02/2012	53.20
MIE4867	54280966E	65561	05/01/2013	191.53
MIG2547	55617163D	69120	02/04/2012	53.20
MIG8789	54280530E	54522	03/01/2013	127.69
MIO8080	55617473D	73662	29/04/2012	85.12
MIR0097	55617705D	70301	18/05/2012	191.53
MIT1901	54280682E	73662	30/01/2013	85.12
MIW9755	54280991E	67002	10/01/2013	127.69
MJA6345	55617479D	70301	09/05/2012	191.53
MJC1063	55617637D	50100	24/05/2012	574.61
MJG3230	54280422E	55500	25/12/2012	85.12

file:///Z:/Edições_DOM/fontes/Edição%201387/arquivos/unrar_427848/Edital%20826-13.txt[11/12/2013 15:30:13]

MJG9657	55617468D	51851	19/04/2012	127.69
MJO0698	54281182E	53800	12/01/2013	85.12
MJS5100	54279881E	55411	02/01/2013	53.20
MKN1176	54280341E	51852	04/01/2013	127.69
MMD9988	55617864D	55411	17/06/2012	53.20

Infr. Desd. Enquadramento:

5010 0 162 * I
5029 1 162 * II
5029 2 162 * II
5045 0 162 * V
5061 0 163 c/c 162 * I
5185 1 167
5185 2 167
5207 0 169
5274 1 175
5274 2 175
5380 0 181 * I
5452 1 181 * VIII
5452 2 181 * VIII
5460 0 181 * IX
5525 0 181 * XV
5541 1 181 * XVII
5541 4 181 * XVII
5550 0 181 * XVIII
5835 0 195
6548 2 229
6556 1 230 * I
6556 4 230 * I
6556 5 230 * I
6564 0 230 * II
6580 0 230 * IV
6599 2 230 * V
6602 0 230 * VI
6610 2 230 * VII
6637 2 230 * IX
6645 0 230 * X
6653 1 230 * XI
6700 2 230 * XVI
6912 0 232
6920 0 233
7030 1 244 * I
7030 2 244 * I
7340 0 252 * IV
7366 2 252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTA-
CAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFE-
RIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA
IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282
DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E
5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SES-
SENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACI-

file:///Z:/Edições_DOM/fontes/Edição%201387/arquivos/unrar_427848/Edital%20826-13.txt[11/12/2013 15:30:13]

MA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLÍCIA

file:///Z:/Edições_DOM/fontes/Edição%201387/arquivos/unrar_427848/Edital%20826-13.txt[11/12/2013 15:30:13]

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8440 000827/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao

AOD9314	54283653E	69200	26/04/2013
ASB7384	54282660E	54600	11/03/2013
CRV8778	54282870E	53800	21/04/2013
LXI6189	54283375E	50100	04/05/2013
LXI6189	54283376E	65992	04/05/2013
LXT7428	54283652E	69200	26/04/2013
LYU5657	54283667E	69200	09/05/2013
LZY2544	54282710E	50450	01/05/2013
MAB5624	54283114E	69120	17/04/2013
MBI2991	54283125E	65992	07/05/2013
MBI2991	54283126E	50100	07/05/2013
MBN8695	54283554E	51691	20/05/2013
MBN8695	54283555E	50100	20/05/2013
MBN8695	54283556E	65564	20/05/2013
MBP9303	54283671E	69200	15/05/2013
MBX6000	54283559E	54522	29/05/2013
MCG2428	54283334E	51851	28/04/2013
MCG2428	54283335E	69120	28/04/2013
MCN0127	54280747E	65992	17/04/2013
MDC5625	54282876E	65992	02/06/2013
MDD1685	54282612E	51851	22/04/2013
MDH6081	54282757E	69120	26/04/2013
MDH6081	54283122E	50450	26/04/2013
MDS5917	54283668E	69200	14/05/2013
MDY0905	54283267E	65992	06/05/2013
MEP4251	54280797E	65992	02/05/2013
MER1582	54283337E	50100	30/04/2013

file:///Z:/Edições_DOM/fontes/Edição%201387/arquivos/unrar_427848/Edital%20827-13.txt[11/12/2013 15:30:14]

MER1582	54283338E	51180	30/04/2013
MFG1087	54283112E	69120	11/04/2013
MFJ0125	54282875E	51851	24/05/2013
MFP2475	54282395E	69200	15/04/2013
MFR1598	54283258E	69120	27/04/2013
MFR1598	54283259E	65561	27/04/2013
MFR1598	54283260E	66371	27/04/2013
MFR1598	54283261E	52741	27/04/2013
MFR1598	54283262E	66020	27/04/2013
MFR1598	54283263E	73400	27/04/2013
MFR1598	54283264E	58350	27/04/2013
MFV1804	54282393E	69200	11/04/2013
MGM1069	54282866E	50100	09/04/2013
MGO3926	54283362E	51851	25/04/2013
MGO8359	54283123E	55415	26/04/2013
MGV9319	54283203E	69120	06/04/2013
MGV9319	54283204E	67000	06/04/2013
MHJ4819	54282391E	69200	08/04/2013
MHR7147	54283360E	65992	25/04/2013
MHZ9747	54282682E	59080	25/05/2013
MHZ9747	54282683E	65992	25/05/2013
MIB2770	54282392E	69200	09/04/2013
MII4604	54283363E	51851	25/04/2013
MJB5275	54283672E	69200	15/05/2013
MLC3541	54283361E	51851	25/04/2013
MUW6881	54283071E	69120	08/04/2013

Infr. Desd. Enquadramento:

5010 0 162 * I
5045 0 162 * V
5118 0 164 c/c 162 * I
5169 1 165
5185 1 167
5274 1 175
5380 0 181 * I
5452 2 181 * VIII
5460 0 181 * IX
5541 5 181 * XVII
5835 0 195
5908 0 202 * I
6556 1 230 * I
6556 4 230 * I
6599 2 230 * V
6602 0 230 * VI
6637 1 230 * IX
6700 0 230 * XVI
6912 0 232
6920 0 233
7340 0 252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTA-
CAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFE-
RIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA

file:///Z:/Edições_DOM/fontes/Edição%201387/arquivos/unrar_427848/Edital%20827-13.txt[11/12/2013 15:30:14]

IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

file:///Z:/Edições_DOM/fontes/Edição%201387/arquivos/unrar_427848/Edital%20827-13.txt[11/12/2013 15:30:14]

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8440 000828/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infração Valor Multa

AAW0461	55618398D	51851	20/08/2012	127.69
AAW0461	55618399D	51852	10/08/2012	127.69
ADV7805	55617883D	55411	09/06/2012	53.20
AIT2464	54050841D	55411	04/01/2012	53.20
AJI7060	54049983D	51851	30/06/2011	127.69
AKT9138	54049951D	51851	14/06/2011	127.69
AKT9138	54049951D	51852	14/06/2011	127.69
ALD7051	54050540D	69200	22/03/2011	127.69
ALG5283	55618006D	65992	29/06/2012	191.53
ANN7310	55617856D	51851	14/06/2012	127.69
AOH9465	55618835D	69200	13/09/2012	127.69
BOP3996	55655435B	51851	21/10/2010	127.69
BOR9855	55617736D	54522	09/06/2012	127.69
BXL0040	55618271D	67001	13/08/2012	127.69
CKW4220	55655560B	69200	15/12/2010	127.69
COL7956	55655557B	69200	08/12/2010	127.69
CRA8311	55653661B	51851	10/01/2010	127.69
CRA8311	55653662B	55250	10/01/2010	85.12
DAM3522	55617519D	50100	02/06/2012	574.61
DCH1737	54049806D	51851	25/05/2011	127.69
DMS4153	54280503E	55411	29/12/2012	53.20
EIY0188	55618226D	73070	26/07/2012	85.12
EJS0735	55617673D	51851	07/06/2012	127.69
FGX0905	55617987D	69200	06/07/2012	127.69
FTA0070	55618152D	67001	11/07/2012	127.69
HCV1014	55617876D	51851	06/06/2012	127.69
HHX3868	55618289D	69120	26/07/2012	53.20
HMI5469	55617619D	55415	11/12/2012	53.20
IAS4936	54051394D	69200	19/03/2012	127.69
IBW2096	55617825D	54521	09/06/2012	127.69
ICS9415	55617683D	54521	18/05/2012	127.69

file:///Z:/Edições_DOM/fontes/Edição%201387/arquivos/unrar_427848/Edital%20828-13.txt[11/12/2013 15:30:14]

IEO5871	55655046B	51851	26/08/2010	127.69
IFG7591	55618469D	69120	22/08/2012	53.20
IFO5393	55618022D	65992	11/07/2012	191.53
IGR4756	55618381D	51851	05/08/2012	127.69
IHO6514	54049722D	51851	13/05/2011	127.69
IHW8760	55617670D	66102	02/06/2012	127.69
IHW8760	55617735D	54522	09/06/2012	127.69
IJJ8369	55618396D	51851	20/08/2012	127.69
IJP3084	55618751D	69120	19/09/2012	53.20
IJR5585	55618068D	69120	03/08/2012	53.20
IJS5915	55654772B	66372	05/06/2010	127.69
IJS8169	55618879D	51851	27/09/2012	127.69
IKF3655	54049449D	51851	28/05/2011	127.69
IKL4038	55617550D	65992	24/07/2012	191.53
IKL4038	55618279D	66102	24/07/2012	127.69
ILC9017	55617300D	55250	16/03/2012	85.12
IMZ6327	54050880D	69200	22/12/2011	127.69
INK1288	54050809D	69120	28/12/2011	53.20
INK1288	55617601D	55415	20/04/2012	53.20
IPQ9332	55618165D	69120	23/07/2012	53.20
IPY5600	54050183D	73662	16/11/2011	85.12
ISM7830	55618334D	54600	19/09/2012	85.12
JEB2401	54050266D	55411	22/12/2011	53.20
JPP0216	55618042D	50291	02/07/2012	957.69
JPP0216	55618043D	52820	02/07/2012	957.69
KLB2302	54050071D	54522	01/10/2011	127.69
KNI8857	55656694B	51851	05/02/2011	127.69
LCS9939	55617449D	50450	08/06/2012	191.53
LHG4759	54051735D	55411	17/02/2012	53.20
LWV0950	54050877D	69200	22/12/2011	127.69
LWW6705	55619218D	69200	30/10/2012	127.69
LWY5412	55617354D	69120	29/03/2012	53.20
LXB8007	54050886D	69200	28/12/2011	127.69
LXD9510	54050564D	69200	06/06/2011	127.69
LXF2400	54049815D	51851	28/05/2011	127.69
LXL4660	55655116B	69200	30/05/2010	127.69
LXV1286	55617927D	50100	30/06/2012	574.61
LXV1286	55617928D	69120	30/06/2012	53.20
LXV1286	55617929D	58350	30/06/2012	127.69
LXV1286	55617930D	51851	30/06/2012	127.69
LXV1286	55617931D	66102	30/06/2012	127.69
LXV3105	54050878D	69200	22/12/2011	127.69
LXW1265	54051109D	50100	20/01/2012	574.61
LXW1265	54051110D	65992	20/01/2012	191.53
LXW1265	54051110D	69120	20/01/2012	53.20
LXW1265	54051111D	66371	20/01/2012	127.69
LXX2222	55617532D	69120	21/06/2012	53.20
LXX2222	55617533D	50100	21/06/2012	574.61
LXX2222	55617534D	65564	21/06/2012	191.53
LXX2222	55618502D	50100	20/08/2012	574.61
LXX2222	55618504D	66372	20/08/2012	127.69
LXY2466	55618287D	50100	24/07/2012	574.61
LYA6458	55655414B	69200	19/10/2010	127.69
LYG3252	55618455D	69120	16/08/2012	53.20

file:///Z:/Edições_DOM/fontes/Edição%201387/arquivos/unrar_427848/Edital%20828-13.txt[11/12/2013 15:30:14]

LYG4370	55655107B	69200	30/05/2010	127.69
LYK3202	55655156B	50100	26/07/2010	574.61
LYK3202	55655156B	65992	26/07/2010	191.53
LYO0844	55618159D	65992	20/07/2012	191.53
LYY0178	54050689D	69200	23/11/2011	127.69
LZC3826	54051397D	69200	26/03/2012	127.69
LZK4362	54279618E	51851	09/12/2012	127.69
LZM0214	55618140D	65992	30/07/2012	191.53
LZM8412	54049338D	58350	07/02/2011	127.69
LZM8412	54049340D	52070	07/02/2011	53.20
LZS2671	55617395D	58191	12/06/2012	574.61
LZS2671	55617396D	57200	12/06/2012	127.69
LZS2671	55617397D	52070	12/06/2012	53.20
LZS2671	55617398D	70302	12/06/2012	191.53
LZS2671	55617573D	65992	12/06/2012	191.53
LZS2671	55617575D	58350	12/06/2012	127.69
LZU1771	55618501D	65992	17/08/2012	191.53
LZY3013	55618704D	52070	12/09/2012	53.20
LZZ5465	55618776D	65992	10/09/2012	191.53
LZZ8792	55618290D	69120	27/07/2012	53.20
MAD6782	55618132D	50100	12/07/2012	574.61
MAD6782	55618133D	69120	12/07/2012	53.20
MAD6782	55618134D	65992	12/07/2012	191.53
MAF7901	54282383E	69200	22/03/2013	127.69
MAI1003	54280251E	69120	28/12/2012	53.20
MAJ9094	55617997D	69200	24/08/2012	127.69
MAJ9094	55618051D	65992	25/06/2012	191.53
MAJ9094	55618052D	69120	25/06/2012	53.20
MAL2432	54050700D	69200	13/12/2011	127.69
MAM5902	55617721D	51851	05/07/2012	127.69
MAM5902	55617976D	69200	05/06/2012	127.69
MAN7073	55617322D	50100	30/07/2012	574.61
MAN7073	55618565D	51852	04/09/2012	127.69
MAN7073	55618578D	69120	02/09/2012	53.20
MAN7073	55618841D	69200	21/09/2012	127.69
MAO4635	55617989D	69200	07/08/2012	127.69
MAP0277	55619206D	69200	16/10/2012	127.69
MAP4581	55617546D	66102	12/07/2012	127.69
MAR7526	54051380D	69200	09/02/2012	127.69
MAR7831	55617450D	50100	08/06/2012	574.61
MAV5963	55656358B	51851	17/01/2011	127.69
MAW9470	55656399B	65992	08/04/2011	191.53
MAW9470	55656399B	69120	08/04/2011	53.20
MAX3332	55617914D	65992	02/07/2012	191.53
MBE2802	54050683D	69200	31/10/2011	127.69
MBH9151	55618836D	69200	13/09/2012	127.69
MBI1854	55618202D	55415	11/07/2012	53.20
MBI7400	55617974D	50100	06/07/2012	574.61
MBI7400	55617975D	65992	06/07/2012	191.53
MBI7400	55618079D	67261	06/07/2012	127.69
MBJ9924	55655404B	69200	04/10/2010	127.69
MBK4916	54049267D	51851	21/03/2011	127.69
MBL9153	55618755D	65992	19/09/2012	191.53
MBM8759	54049819D	51851	28/05/2011	127.69

file:///Z:/Edições_DOM/fontes/Edição%201387/arquivos/unrar_427848/Edital%20828-13.txt[11/12/2013 15:30:14]

MBM8759	54049819D	51852	28/05/2011	127.69
MBM8759	54050519D	69200	09/02/2011	127.69
MBN8258	55617993D	69200	17/08/2012	127.69
MBO1443	55652724B	59750	28/01/2009	127.69
MBP6606	55656167B	65992	16/01/2011	191.53
MBQ5575	55617309D	69120	23/07/2012	53.20
MBS5017	54280352E	69200	22/12/2012	127.69
MBS5017	54280353E	69120	22/12/2012	53.20
MBT9312	55653507B	57380	03/01/2010	191.53
MBT9843	55618003D	53800	20/06/2012	85.12
MBU6291	55655546B	51851	07/12/2010	127.69
MCB9101	55618115D	69120	18/08/2012	53.20
MCE1448	55618778D	50100	13/09/2012	574.61
MCE8847	54050558D	69200	19/05/2011	127.69
MCF8017	55655574B	69200	17/01/2011	127.69
MCJ2022	54049622D	51851	06/04/2011	127.69
MCJ2022	55655237B	51851	20/09/2010	127.69
MCJ2022	55655237B	51852	20/09/2010	127.69
MCL0095	55618172D	70301	29/07/2012	191.53
MCL0095	55618175D	69120	29/07/2012	53.20
MCN5290	55655126B	51851	02/09/2010	127.69
MCO4392	55617778D	65992	28/06/2012	191.53
MCP2821	54282083E	69120	09/03/2013	53.20
MCP2821	54282084E	66700	09/03/2013	127.69
MCP8898	55618902D	64830	29/09/2012	53.20
MDC4164	55618274D	55411	13/08/2012	53.20
MDE2442	55618390D	50100	13/08/2012	574.61
MDE2442	55618391D	65992	13/08/2012	191.53
MDE4625	55618235D	55415	28/07/2012	53.20
MDG5957	55617446D	50100	02/06/2012	574.61
MDG5957	55617447D	65992	02/06/2012	191.53
MDH1466	54051316D	63944	20/07/2012	191.53
MDH1466	54051317D	50100	23/07/2012	574.61
MDH1466	54051318D	66371	23/07/2012	127.69
MDH1466	54051319D	69120	23/07/2012	53.20
MDH1466	55617526D	50100	15/06/2012	574.61
MDH1466	55618080D	50100	07/07/2012	574.61
MDH1466	55618081D	52741	07/07/2012	191.53
MDH1466	55618221D	57380	20/07/2012	191.53
MDH1466	55618222D	57380	20/07/2012	191.53
MDH1466	55618223D	52152	20/07/2012	191.53
MDH1466	55618224D	57970	20/07/2012	191.53
MDH1466	55618225D	58350	20/07/2012	127.69
MDH7946	55618392D	65992	13/08/2012	191.53
MDI7649	55617561D	69120	28/05/2012	53.20
MDO4583	55655040B	51851	26/08/2010	127.69
MDO4583	55655530B	51851	03/12/2010	127.69
MDP4946	55618470D	51851	24/08/2012	127.69
MDR4530	55617478D	54522	04/05/2012	127.69
MDR5794	55618301D	65992	24/07/2012	191.53
MDR6040	55618020D	51851	08/07/2012	127.69
MDU7227	54280616E	51851	01/01/2013	127.69
MEA6959	55618328D	50100	11/08/2012	574.61
MEA7605	55617536D	52741	24/06/2012	191.53

file:///Z:/Edições_DOM/fontes/Edição%201387/arquivos/unrar_427848/Edital%20828-13.txt[11/12/2013 15:30:14]

MED5102	55618220D	69120	20/07/2012	53.20
MEE0801	54051395D	69200	19/03/2012	127.69
MEE3894	55617067D	55680	13/02/2012	127.69
MEG1648	55618310D	51851	16/10/2012	127.69
MEG1648	55619140D	51851	25/10/2012	127.69
MEH0653	55617717D	50450	04/07/2012	191.53
MEH3441	54050170D	66102	06/11/2011	127.69
MEI8355	55617842D	69120	16/06/2012	53.20
MEL3181	54050563D	69200	06/06/2011	127.69
MEL4234	55618405D	65561	02/08/2012	191.53
MEM4381	55618177D	66532	15/08/2012	127.69
MEN2514	55618552D	65992	26/08/2012	191.53
MEP4178	55618576D	50100	27/08/2012	574.61
MEP4178	55618577D	65561	27/08/2012	191.53
MER3654	55617780D	73662	04/07/2012	85.12
MER5321	55617998D	69200	27/08/2012	127.69
MEV0715	55618180D	65992	19/08/2012	191.53
MEV3213	55617796D	54521	08/09/2012	127.69
MEY4756	55619259D	50100	10/11/2012	574.61
MEY4756	55619260D	50610	10/11/2012	574.61
MEY4756	55619261D	65992	10/11/2012	191.53
MEY9291	54051383D	69200	23/02/2012	127.69
MEY9694	55619205D	69200	09/10/2012	127.69
MEZ0308	55618828D	69200	06/09/2012	127.69
MEZ1896	55618121D	51852	08/09/2012	127.69
MFA1686	55618708D	55250	18/09/2012	85.12
MFB6457	55617938D	50100	30/06/2012	574.61
MFB6457	55617939D	50610	30/06/2012	574.61
MFH0196	55618433D	66371	10/08/2012	127.69
MFH0196	55618434D	66531	10/08/2012	127.69
MFH2953	54049875D	65992	06/06/2011	191.53
MFI4152	54050022D	50450	30/04/2012	191.53
MFI4152	54050023D	65992	30/04/2012	191.53
MFL5013	55618005D	67001	23/06/2012	127.69
MFO6290	55617906D	66372	29/06/2012	127.69
MFP3999	55617714D	69120	23/06/2012	53.20
MFR4291	55617918D	65992	02/07/2012	191.53
MFR4291	55617919D	66372	02/07/2012	127.69
MFT0896	55617538D	52741	30/06/2012	191.53
MFW1058	54049318D	53800	07/02/2011	85.12
MGC4953	55617755D	55411	11/09/2012	53.20
MGC6517	54050456D	51851	03/06/2011	127.69
MGI5382	55618774D	55411	30/09/2012	53.20
MGJ1942	54051048D	51851	01/02/2012	127.69
MGP2530	55617830D	54522	10/06/2012	127.69
MGQ5165	55617553D	50100	25/04/2012	574.61
MGS5226	54051088D	69120	22/01/2012	53.20
MGS5226	54051089D	65992	22/01/2012	191.53
MGU7743	55618722D	69120	24/09/2012	53.20
MGU7743	55618723D	65992	24/09/2012	191.53
MGV1027	55618726D	51851	13/09/2012	127.69
MGZ3097	55617316D	55250	27/07/2012	85.12
MGZ7304	54280462E	55411	13/01/2013	53.20
MHC2562	54049857D	65992	10/06/2011	191.53

file:///Z:/Edições_DOM/fontes/Edição%201387/arquivos/unrar_427848/Edital%20828-13.txt[11/12/2013 15:30:14]

MHC2562	54049858D	50100	10/06/2011	574.61
MHC2562	54049859D	50610	10/06/2011	574.61
MHF2984	55617148D	65992	25/03/2012	191.53
MHF2984	55617149D	69120	25/03/2012	53.20
MHG8662	55618788D	73400	28/09/2012	85.12
MHI5172	55618272D	54522	13/08/2012	127.69
MHJ3088	55617401D	73662	26/03/2012	85.12
MHJ4430	54050614D	51851	11/08/2011	127.69
MHJ4430	55655549B	51851	07/12/2010	127.69
MHK8183	55617724D	65992	10/07/2012	191.53
MHL9686	55617921D	50100	02/07/2012	574.61
MHL9686	55617922D	50610	02/07/2012	574.61
MHL9686	55617923D	70302	02/07/2012	191.53
MHL9686	55618013D	69120	02/07/2012	53.20
MHL9686	55618014D	58350	02/07/2012	127.69
MHN2582	54050515D	69200	01/02/2011	127.69
MHN4926	54050008D	50100	29/03/2012	574.61
MHN5883	55617580D	69200	12/04/2012	127.69
MHR8365	55618205D	50100	14/07/2012	574.61
MHU1334	55618101D	55250	07/07/2012	85.12
MHU5559	54280262E	55411	01/01/2013	53.20
MHU6549	55617813D	55411	09/06/2012	53.20
MHV0960	55655105B	69200	27/04/2010	127.69
MHW7285	54282838E	68661	19/03/2013	85.12
MIA3072	55617600D	69200	05/06/2012	127.69
MIA5941	55617888D	66531	12/06/2012	127.69
MIC4912	55618067D	65992	03/08/2012	191.53
MIE7766	55618661D	54521	07/09/2012	127.69
MIH0460	55617858D	51851	14/06/2012	127.69
MIQ3322	54049726D	56141	07/05/2011	127.69
MIS9407	55617529D	69120	18/06/2012	53.20
MIT5893	55617934D	50100	30/06/2012	574.61
MIT5893	55617935D	69120	30/06/2012	53.20
MIT5893	55617936D	66372	30/06/2012	127.69
MIV4778	54280357E	69120	26/12/2012	53.20
MIV4778	54280358E	67001	26/12/2012	127.69
MIV8257	55618055D	54521	28/06/2012	127.69
MIY3449	54049709D	51851	07/05/2011	127.69
MIY8845	54280658E	51851	12/01/2013	127.69
MJA6008	55617493D	50450	31/05/2012	191.53
MJA8281	55617483D	65992	07/05/2012	191.53
MJB5530	55618833D	69200	13/09/2012	127.69
MJC7324	55617528D	69120	15/06/2012	53.20
MJF0058	55617784D	69120	03/08/2012	53.20
MJH0597	55617782D	51851	19/07/2012	127.69
MJV7215	55618327D	50100	11/08/2012	574.61
MJV7215	55618496D	50100	12/09/2012	574.61
MJV7215	55618787D	50100	28/09/2012	574.61
MJY7658	55617448D	69120	02/06/2012	53.20
MJZ2429	54282840E	51851	21/03/2013	127.69
MMH1740	54050853D	50100	17/01/2012	574.61
MMH1740	55617559D	50100	07/05/2012	574.61
MVM8552	55655561B	69200	17/12/2010	127.69
MZY9210	54049715D	51851	07/05/2011	127.69

file:///Z:/Edições_DOM/fontes/Edição%201387/arquivos/unrar_427848/Edital%20828-13.txt[11/12/2013 15:30:14]

Infr. Desd. Enquadramento:

5010 0 162 * I
5029 1 162 * II
5045 0 162 * V
5061 0 163 c/c 162 * I
5185 1 167
5185 2 167
5207 0 169
5215 2 170
5274 1 175
5282 0 176 * I
5380 0 181 * I
5452 1 181 * VIII
5452 2 181 * VIII
5460 0 181 * IX
5525 0 181 * XV
5541 1 181 * XVII
5541 5 181 * XVII
5568 0 181 * XIX
5614 1 182 * V
5720 0 186 * I
5738 0 186 * II
5797 0 191
5819 1 193
5835 0 195
5975 0 204
6394 4 220 * XIV
6483 0 227 * I
6556 1 230 * I
6556 4 230 * I
6599 2 230 * V
6610 2 230 * VII
6637 1 230 * IX
6637 2 230 * IX
6653 1 230 * XI
6653 2 230 * XI
6670 0 230 * XIII
6700 1 230 * XVI
6726 1 230 * XVIII
6866 1 231 * VIII
6912 0 232
6920 0 233
7030 1 244 * I
7030 2 244 * I
7307 0 251 * II
7340 0 252 * IV
7366 2 252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTA-
CAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFE-
RIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA
IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282

file:///Z:/Edições_DOM/fontes/Edição%201387/arquivos/unrar_427848/Edital%20828-13.txt[11/12/2013 15:30:14]

DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

GAROPABA/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

file:///Z:/Edições_DOM/fontes/Edição%201387/arquivos/unrar_427848/Edital%20828-13.txt[11/12/2013 15:30:14]

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8440 000829/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao

ARK7369	54283603E	65561	10/05/2013
DSV0866	54283130E	65992	20/05/2013
DSY2846	54282764E	51851	11/05/2013
ILH4366	54283271E	54521	12/05/2013
IMK5774	54282716E	65992	10/05/2013
IMK5774	54282726E	65561	10/05/2013
LXZ1825	54281717E	51851	07/05/2013
LYS9842	54283287E	65992	27/05/2013
LZI6189	54282714E	65992	10/05/2013
LZI6189	54282715E	50100	10/05/2013
MAX2075	54283236E	50100	30/05/2013
MAX2075	54283237E	51180	30/05/2013
MCW6123	54283279E	50450	15/05/2013
MCW6123	54283280E	70562	15/05/2013
MEG9038	54282347E	65992	03/05/2013
MFJ4757	54282720E	65992	10/05/2013
MFP9284	54282492E	50100	10/05/2013
MFP9284	54282493E	65992	10/05/2013
MGI4149	54283276E	50100	12/05/2013
MGK4002	54283347E	58350	19/05/2013
MGK4002	54283348E	70302	19/05/2013
MGK4002	54283349E	73400	19/05/2013
MGK4002	54283350E	66371	19/05/2013
MHF2816	54283378E	50100	04/05/2013
MHL2464	54283606E	65992	10/05/2013
MHV8196	54283602E	69120	10/05/2013
MIP2891	54282731E	64080	22/05/2013

file:///Z:/Edicoes_DOM/fontes/Edicao%201387/arquivos/unrar_427848/Edital%20829-13.txt[11/12/2013 15:30:15]

MIP2891 54282732E 69120 22/05/2013
MIT5893 54283605E 50100 10/05/2013

Infr. Desd. Enquadramento:

5010 0 162 * I
5045 0 162 * V
5118 0 164 c/c 162 * I
5185 1 167
5452 1 181 * VIII
5835 0 195
6408 0 221
6556 1 230 * I
6599 2 230 * V
6637 1 230 * IX
6912 0 232
7030 2 244 * I
7056 2 244 * III c/c 1§
7340 0 252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTA-
CAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFE-
RIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA
IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282
DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E
5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRIN-
TA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AIN-
DA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA
REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO
DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8440 000830/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infração Valor Multa

AGQ0106	54280007E	69200	23/11/2012	127.69
AHA7161	55619174D	51851	06/11/2012	127.69
AKP2503	55618590D	51851	17/10/2012	127.69
BEC0468	55619060D	54522	12/10/2012	127.69
DIO1081	55618904D	51851	03/10/2012	127.69
DSZ4090	55619478D	54521	25/11/2012	127.69
DWL0800	55619222D	69200	08/11/2012	127.69
EDI2662	55618584D	50450	14/10/2012	191.53
EES9394	54279712E	53800	14/12/2012	85.12
FTA0070	55618956D	51851	05/10/2012	127.69
GSP4433	55619077D	51851	17/10/2012	127.69
HBU0357	55618963D	51851	06/10/2012	127.69
HPQ9873	54280432E	55500	25/12/2012	85.12
IAR3593	55618765D	51852	28/09/2012	127.69
IAR3593	55618767D	58350	28/09/2012	127.69
IFS3571	55619195D	51851	03/11/2012	127.69
IJK5530	55619301D	57380	03/11/2012	191.53
IKY5518	55618596D	51851	20/10/2012	127.69
IKY8167	55619156D	50100	22/10/2012	574.61
IKY8167	55619157D	65992	22/10/2012	191.53
IUK1010	55619208D	69200	24/10/2012	127.69
JEU8816	55619167D	51851	18/11/2012	127.69
JFV6644	54279558E	55250	12/12/2012	85.12
JFV6644	55619069D	55250	05/12/2012	85.12
JNQ6924	55618987D	51851	27/10/2012	127.69
JPP0216	54279604E	50100	03/12/2012	574.61
JQG8897	55619203D	69200	08/10/2012	127.69
KKX0477	55619323D	59670	09/11/2012	191.53
LXA4833	55618633D	70301	02/09/2012	191.53
LXA4833	55618634D	70561	02/09/2012	191.53
LXZ1510	55619378D	51851	14/11/2012	127.69

file:///Z:/Edições_DOM/fontes/Edição%201387/arquivos/unrar_427848/Edital%20830-13.txt[11/12/2013 15:30:15]

LYC7907	55618952D	51851	05/10/2012	127.69
LYI5124	55618641D	65800	12/09/2012	191.53
LYI5124	55618642D	65992	12/09/2012	191.53
LYN7588	55619480D	65992	28/11/2012	191.53
LYR7239	54280017E	69200	07/12/2012	127.69
LYS4593	55618731D	50100	04/11/2012	574.61
LYS4593	55618732D	69120	04/11/2012	53.20
LYS4593	55618733D	52741	04/11/2012	191.53
LYW6609	55618593D	69120	17/10/2012	53.20
LZA0816	55619051D	54522	12/10/2012	127.69
LZC2387	55619467D	50100	23/11/2012	574.61
LZH3011	55618516D	65992	23/08/2012	191.53
LZR4646	54279632E	51851	13/12/2012	127.69
LZV3732	55619224D	69200	14/11/2012	127.69
LZZ9695	55618276D	50100	24/07/2012	574.61
LZZ9695	55618277D	65992	24/07/2012	191.53
LZZ9695	55618278D	66531	24/07/2012	127.69
MAI0451	55617804D	55411	05/06/2012	53.20
MAN7073	55619240D	51851	05/11/2012	127.69
MAR4489	55618628D	51851	31/08/2012	127.69
MAR8542	54279603E	50100	03/12/2012	574.61
MAS5460	55618530D	51851	30/10/2012	127.69
MAS5460	55619105D	51851	02/11/2012	127.69
MAV2139	55619340D	50100	24/11/2012	574.61
MAV2139	55619341D	65992	24/11/2012	191.53
MAV2139	55619343D	52741	24/11/2012	191.53
MAZ1707	55619026D	54522	20/10/2012	127.69
MBA2637	55618950D	65992	16/10/2012	191.53
MBD9077	55619199D	65992	06/11/2012	191.53
MBG2741	54279901E	51851	12/12/2012	127.69
MBJ9088	54279509E	65992	08/12/2012	191.53
MBL7403	55619141D	51851	25/10/2012	127.69
MBL9153	55618847D	69200	02/10/2012	127.69
MBQ5657	54279657E	65992	16/12/2012	191.53
MBQ5657	54279658E	58350	16/12/2012	127.69
MBQ5657	54279659E	52741	16/12/2012	191.53
MCF1048	55619306D	50100	02/11/2012	574.61
MCF1048	55619307D	65992	02/11/2012	191.53
MCH4957	55618314D	55250	16/10/2012	85.12
MCK2201	55619236D	65992	02/11/2012	191.53
MCM5004	55619001D	65992	06/10/2012	191.53
MCM5004	55619002D	69120	06/10/2012	53.20
MCM5004	55619003D	66531	06/10/2012	127.69
MCN9738	55619464D	54521	21/11/2012	127.69
MCQ5987	55619401D	65992	08/11/2012	191.53
MCX5372	55619402D	50100	09/11/2012	574.61
MCX5372	55619403D	65992	09/11/2012	191.53
MCX5372	55619404D	65561	09/11/2012	191.53
MDC4164	55619329D	67001	05/11/2012	127.69
MDD5422	55619209D	69200	25/10/2012	127.69
MDH3116	55619262D	50100	10/11/2012	574.61
MDH3116	55619263D	65992	10/11/2012	191.53
MDH3116	55619264D	50610	10/11/2012	574.61
MDL4146	55618315D	55411	16/10/2012	53.20

file:///Z:/Edições_DOM/fontes/Edição%201387/arquivos/unrar_427848/Edital%20830-13.txt[11/12/2013 15:30:15]

MDO1743	54280022E	69200	14/12/2012	127.69
MEA6959	55618948D	50100	13/10/2012	574.61
MEA6959	55618949D	65992	13/10/2012	191.53
MEE1618	55617789D	55415	30/08/2012	53.20
MEG2662	55617843D	65992	16/06/2012	191.53
MEH0653	55619135D	50100	19/10/2012	574.61
MEP4251	55619147D	54521	25/10/2012	127.69
MER4800	54280006E	69200	22/11/2012	127.69
MFA3611	55619214D	69200	29/10/2012	127.69
MFB6400	54280178E	51851	30/12/2012	127.69
MFE6079	55619197D	50100	06/11/2012	574.61
MFE6079	55619198D	65992	06/11/2012	191.53
MFM5837	55617622D	65992	13/12/2012	191.53
MFN8285	55618198D	50100	03/09/2012	574.61
MFN8285	55618199D	68580	03/09/2012	85.12
MFN8285	55618200D	51852	03/09/2012	127.69
MFT2767	55618348D	51851	18/10/2012	127.69
MFT9622	55619296D	57380	07/11/2012	191.53
MFW7303	55619080D	50100	19/10/2012	574.61
MFZ2184	54279810E	54521	15/12/2012	127.69
MGF6902	55618669D	51851	30/09/2012	127.69
MGG8388	55619242D	51851	05/11/2012	127.69
MGH2366	55618124D	65992	20/09/2012	191.53
MGH2366	55618125D	50450	20/09/2012	191.53
MGR6416	55618216D	55411	17/07/2012	53.20
MHC1030	55618036D	55250	26/06/2012	85.12
MHG1774	55618312D	55250	16/10/2012	85.12
MHG8662	54279704E	73400	04/12/2012	85.12
MHH7217	55618758D	64910	22/09/2012	53.20
MHH7217	55618759D	58350	22/09/2012	127.69
MHI9915	55618821D	54521	18/10/2012	127.69
MHJ6359	55618773D	55411	30/09/2012	53.20
MHL9030	54280002E	69200	19/11/2012	127.69
MHL9030	55619268D	65992	14/11/2012	191.53
MHN5888	55618144D	69120	14/09/2012	53.20
MHR2701	54283152E	73662	29/03/2013	85.12
MHT9272	55619239D	65992	24/11/2012	191.53
MHT9272	55619338D	50450	24/11/2012	191.53
MHU3052	54282755E	51851	23/04/2013	127.69
MHX2191	55619101D	65992	18/10/2012	191.53
MIB5444	55619056D	60681	12/10/2012	127.69
MIC4912	55618665D	55411	30/09/2012	53.20
MIK5354	55619388D	65800	03/12/2012	191.53
MIK5354	55619389D	66371	03/12/2012	127.69
MIM4981	55619175D	54523	06/11/2012	127.69
MIN1875	54279711E	53800	14/12/2012	85.12
MIN1875	55618880D	73662	09/10/2012	85.12
MIR4313	55619265D	51851	14/11/2012	127.69
MIS6460	55617318D	51851	27/07/2012	127.69
MIU2179	55618918D	73662	26/11/2012	85.12
MIU4701	55618985D	51851	27/10/2012	127.69
MIY0228	54279653E	65992	08/12/2012	191.53
MIZ0059	55619190D	57380	28/10/2012	191.53
MIZ9593	55618651D	51851	31/08/2012	127.69

file:///Z:/Edições_DOM/fontes/Edição%201387/arquivos/unrar_427848/Edital%20830-13.txt[11/12/2013 15:30:15]



MJA2329	55617765D	52070	06/10/2012	53.20
MJB4820	55618929D	50100	04/10/2012	574.61
MJD4582	55618655D	55411	07/09/2012	53.20
MJF3649	55619176D	55250	19/10/2012	85.12
MJH9086	55617773D	55411	03/11/2012	53.20
MJM5145	55618894D	51851	21/10/2012	127.69
MJM7055	55618813D	51851	03/10/2012	127.69
MJO2693	55618984D	55411	27/10/2012	53.20
MJT2257	55619452D	73662	15/11/2012	85.12
MJU7821	55617893D	57380	15/07/2012	191.53
MJV7215	55618897D	50100	21/10/2012	574.61
MJV7215	55618898D	50610	21/10/2012	574.61
MJW8997	54279706E	53800	06/12/2012	85.12
MJZ1948	55619390D	65992	05/12/2012	191.53

Infr. Desd. Enquadramento:

5010 0 162 * I
5045 0 162 * V
5061 0 163 c/c 162 * I
5185 1 167
5185 2 167
5207 0 169
5274 1 175
5380 0 181 * I
5452 1 181 * VIII
5452 2 181 * VIII
5452 3 181 * VIII
5525 0 181 * XV
5541 1 181 * XVII
5541 5 181 * XVII
5550 0 181 * XVIII
5738 0 186 * II
5835 0 195
5967 0 203 * V
6068 1 209
6491 0 227 * II
6556 1 230 * I
6580 0 230 * IV
6599 2 230 * V
6637 1 230 * IX
6653 1 230 * XI
6700 1 230 * XVI
6858 0 231 * VII
6912 0 232
6920 0 233
7030 1 244 * I
7056 1 244 * III
7340 0 252 * IV
7366 2 252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTA-
CAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFE-
RIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA

IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA
MKN0649 55619061D 73662 20/11/2012 85.12

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8440 000831/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Infr./Desd.	Data Infracao
AAX8053	54283026E	69471	31/03/2013
AAX8053	54283027E	51851	31/03/2013
ANP9404	54283277E	50100	12/05/2013
ATE0481	54283506E	51851	10/06/2013
CRM3799	54283675E	69200	29/05/2013
DNS2638	54282089E	51851	15/03/2013
DNS2638	54282090E	64910	15/03/2013
LZT1701	54282767E	70301	18/05/2013
MAW5381	54283563E	65992	04/06/2013
MAZ7815	54283131E	55250	23/05/2013
MBT6273	54283082E	50100	10/05/2013
MBT6273	54283083E	50610	10/05/2013
MBT6273	54283085E	65564	10/05/2013
MBT6273	54283604E	63944	10/05/2013
MBT6273	54283607E	60681	10/05/2013
MCG8083	54283133E	69120	12/06/2013
MCG8083	54283511E	65992	12/06/2013
MCN7749	54283663E	69200	30/04/2013
MCO7032	54283022E	51851	31/03/2013
MFQ3761	54283512E	69120	13/06/2013
MFT9370	54283293E	73662	14/06/2013
MHU3660	54282768E	70301	18/05/2013
MHU3660	54282769E	70481	18/05/2013
MJU7928	54283128E	66102	08/05/2013
MKC0636	54282673E	69120	18/05/2013
MKC0636	54282675E	58350	18/05/2013
MKC0636	54283088E	70301	18/05/2013

file:///Z:/Edições_DOM/fontes/Edição%201387/arquivos/unrar_427848/Edital%20831-13.txt[11/12/2013 15:30:16]

Infr. Desd. Enquadramento:

5010 0 162 * I
5061 0 163 c/c 162 * I
5185 1 167
5525 0 181 * XV
5835 0 195
6068 1 209
6394 4 220 * XIV
6491 0 227 * II
6556 4 230 * I
6599 2 230 * V
6610 2 230 * VII
6912 0 232
6920 0 233
6947 1 235
7030 1 244 * I
7048 1 244 * II
7366 2 252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTA-
CAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFE-
RIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA
IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282
DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E
5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRIN-
TA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AIN-
DA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA
REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO
DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8440 000832/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infração Valor Multa

ACB8148	55619423D	65992	21/12/2012	191.53
ACB8148	55619424D	65564	21/12/2012	191.53
APV8970	54280026E	69200	26/12/2012	127.69
ASC3600	54280202E	65992	24/12/2012	191.53
AUM5500	54280215E	55250	30/12/2012	85.12
CBS0012	55618844D	69200	26/09/2012	127.69
CPP5390	55618461D	73662	22/08/2012	85.12
DYI0384	54279720E	69120	19/12/2012	53.20
IBU0134	54279513E	73662	17/12/2012	85.12
ICC3888	54279760E	55250	24/12/2012	85.12
IDV3952	55618531D	51851	30/10/2012	127.69
IGK6638	54281408E	69120	18/01/2013	53.20
IHV4810	55618830D	69200	11/09/2012	127.69
IJX4422	55619031D	69120	23/10/2012	53.20
INI4449	54279665E	54521	16/12/2012	127.69
INK1288	55618802D	69120	18/09/2012	53.20
INK2953	55617388D	55415	07/04/2012	53.20
LCS9939	54280429E	55250	25/12/2012	85.12
LYK9864	54282093E	69120	18/03/2013	53.20
LZN4208	55619482D	65992	04/12/2012	191.53
MAS5460	55618923D	65992	17/12/2012	191.53
MAS5460	55618924D	73662	17/12/2012	85.12
MAV5963	55618196D	54522	25/08/2012	127.69
MAW9437	55619215D	69200	29/10/2012	127.69
MAX3030	54279723E	55250	22/12/2012	85.12
MBK4015	55618541D	69120	11/11/2012	53.20
MBK4015	55619247D	66531	11/11/2012	127.69
MBK4015	55619248D	73400	11/11/2012	85.12
MBQ5657	55619486D	66531	16/12/2012	127.69
MBQ5657	55619487D	66371	16/12/2012	127.69
MBQ5657	55619488D	66372	16/12/2012	127.69

file:///Z:/Edições_DOM/fontes/Edição%201387/arquivos/unrar_427848/Edital%20832-13.txt[11/12/2013 15:30:16]

MBY7685	55618981D	51851	27/10/2012	127.69
MCA0177	55618911D	66371	12/10/2012	127.69
MCD0028	55618483D	50100	03/09/2012	574.61
MCD0028	55618485D	69631	03/09/2012	127.69
MCD0028	55618829D	69200	06/09/2012	127.69
MCH4980	55619223D	69200	12/11/2012	127.69
MCK8483	54279667E	60760	19/12/2012	191.53
MCK8483	54279668E	58350	19/12/2012	127.69
MCK8483	54279669E	52151	19/12/2012	191.53
MCM3979	54280008E	69200	26/11/2012	127.69
MCM6378	54280060E	65992	26/12/2012	191.53
MCM7070	54279564E	55250	21/12/2012	85.12
MCR2201	55619235D	50450	02/11/2012	191.53
MCS6705	54280204E	54522	24/12/2012	127.69
MCZ0622	55618709D	69120	18/09/2012	53.20
MDH3752	55619036D	55411	04/11/2012	53.20
MDS1839	54280024E	69200	17/12/2012	127.69
MDU0588	55619290D	54521	04/11/2012	127.69
MER5352	54280005E	69200	21/11/2012	127.69
MEW4595	55619221D	69200	06/11/2012	127.69
MFM8628	54280181E	51851	30/12/2012	127.69
MFO0527	55653970B	55680	12/02/2010	127.69
MFZ4520	55618538D	51851	05/11/2012	127.69
MGJ3160	55618343D	58350	28/09/2012	127.69
MGK5864	55619413D	51851	22/11/2012	127.69
MGM1069	55618191D	50100	24/08/2012	574.61
MHB0544	55619044D	54521	15/11/2012	127.69
MHF3995	54280410E	58350	24/12/2012	127.69
MHJ3088	55618319D	51851	06/11/2012	127.69
MHR9665	55619049D	55411	17/11/2012	53.20
MIP4143	54049742D	51851	18/12/2012	127.69
MJH2978	54279651E	65992	04/12/2012	191.53
MJM7055	54280201E	51851	24/12/2012	127.69
MJO9754	55618914D	50100	14/11/2012	574.61
MJO9754	55618915D	50610	14/11/2012	574.61
MJQ5075	54279719E	51851	19/12/2012	127.69
MKK0343	55618905D	51851	06/10/2012	127.69
MMM4377	54280051E	51851	23/12/2012	127.69

Infr. Desd. Enquadramento:

5010 0 162 * I
5045 0 162 * V
5061 0 163 c/c 162 * I
5185 1 167
5215 1 170
5452 1 181 * VIII
5452 2 181 * VIII
5525 0 181 * XV
5541 1 181 * XVII
5541 5 181 * XVII
5568 0 181 * XIX
5835 0 195
6076 0 210
6556 4 230 * I

6599 2 230 * V
6637 1 230 * IX
6637 2 230 * IX
6653 1 230 * XI
6912 0 232
6920 0 233
6963 1 237
7340 0 252 * IV
7366 2 252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTA-
CAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFE-
RIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA
IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282
DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E
5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SES-
SENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACI-
MA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLI-
CACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8440 000836/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Infr./Desd.	Data Infracao
CRV1260	54283669E	69200	14/05/2013
HRN8841	54283372E	65992	01/05/2013
IGG5178	54283656E	69200	26/04/2013
MAA0342	54282490E	61220	07/05/2013
MAQ8725	54283854E	52741	18/05/2013
MAR2344	54280796E	58350	26/04/2013
MDZ0475	54282614E	50100	04/05/2013
MHI2406	54283127E	55415	07/05/2013
MKL5761	54283664E	69200	06/05/2013

Infr. Desd. Enquadramento:

5010	0	162 * I
5274	1	175
5541	5	181 * XVII
5835	0	195
6122	0	214 * I
6599	2	230 * V
6920	0	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AIN-

DA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

file:///Z:/Edições_DOM/fontes/Edição%201387/arquivos/unrar_427848/Edital%20836-13.txt[11/12/2013 15:30:17]

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8440 000837/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infração Valor Multa

BFM6208	55617978D	69200	11/06/2012	127.69
DEJ1515	55618178D	65992	16/08/2012	191.53
DEJ1515	55618179D	50100	16/08/2012	574.61
DKZ2692	55618615D	51851	31/08/2012	127.69
INA7942	55618452D	51851	16/08/2012	127.69
INA7942	55618453D	56143	16/08/2012	127.69
INJ4274	55617985D	69200	29/06/2012	127.69
LWY0521	55617907D	65992	29/06/2012	191.53
LWY0521	55617908D	51851	29/06/2012	127.69
LWY0521	55617909D	66372	29/06/2012	127.69
MAJ0253	55617541D	51851	05/07/2012	127.69
MAV5411	54279566E	51851	21/12/2012	127.69
MBK9626	55617445D	50450	02/06/2012	191.53
MBO1443	55617924D	55415	05/07/2012	53.20
MDJ5944	55617859D	59670	14/06/2012	191.53
MEJ5196	55618375D	69120	13/08/2012	53.20
MGB1606	55617520D	67692	02/06/2012	85.12
MGN8366	55618083D	50100	12/07/2012	574.61
MGN8366	55618086D	65992	12/07/2012	191.53
MGN8366	55618087D	65564	12/07/2012	191.53
MGN8366	55618088D	65561	12/07/2012	191.53
MIB3137	55617313D	50100	23/07/2012	574.61
MIB3137	55617323D	50450	23/07/2012	191.53
MIB3137	55617324D	69120	23/07/2012	53.20
MIE5511	55617988D	69200	09/07/2012	127.69
MIK7672	55656149B	57380	02/06/2012	191.53
MIO9823	54280157E	58350	24/12/2012	127.69

Infr. Desd. Enquadramento:

5010 0 162 * I
5045 0 162 * V

5185 1 167
5541 5 181 * XVII
5614 3 182 * V
5738 0 186 * II
5835 0 195
5967 0 203 * V
6556 1 230 * I
6556 4 230 * I
6599 2 230 * V
6637 2 230 * IX
6769 2 230 * XXII
6912 0 232
6920 0 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTA-
CAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFE-
RIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA
IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282
DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E
5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SES-
SENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACI-
MA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLI-
CACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

CÂMARA MUNICIPAL**Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº. 004/2013**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2013

A Câmara Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição de Combustível de acordo com as necessidades da Câmara Municipal.

Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no Protocolo Geral da Câmara Municipal de Garopaba, sito a Rua Professor Antônio José Botelho, nº. 113, Centro, Garopaba/SC, até às 14h55min do dia 27/12/2013.

A sessão se dará a partir das 15h00min do dia 27/12/2013, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site www.camaragaropaba.sc.gov.br

Garopaba, 12 de dezembro de 2013.

ROGÉRIO LINHARES

Presidente

Câmara Municipal de Garopaba

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº. 005/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2013

A Câmara Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, através de sistema de registro de preços, objetivando a locação de veículos para atender as necessidades da Câmara Municipal.

Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no Protocolo Geral da Câmara Municipal de Garopaba, sito a Rua Professor Antônio José Botelho, nº. 113, Centro, Garopaba/SC, até às 16h55min do dia 27/12/2013.

A sessão se dará a partir das 17h00min do dia 27/12/2013, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site www.camaragaropaba.sc.gov.br

Garopaba, 12 de dezembro de 2013.

ROGÉRIO LINHARES

Presidente

Câmara Municipal de Garopaba

Garuva**PREFEITURA****Lei Nº 1754/2013**

LEI Nº 1754, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

"Autoriza o Chefe do Executivo Municipal a conceder abono salarial de natal aos servidores e empregados públicos municipais e dá outras providências".

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder aos servidores e empregados públicos, cargos comissionados, contratados em caráter temporário, e conselheiros tutelares, abono salarial de natal no valor de R\$ 500,00 (Quinhentos reais) que será pago em cota única, no mês de dezembro de 2013.

§ 1º- O abono salarial que trata o "caput" não se incorpora aos vencimentos para quaisquer fins de direito, e será pago na integralidade para carga horária de 40h semanais, obedecendo a proporcionalidade nas demais jornadas de trabalho.

§ 2º- Fará jus ao presente benefício todo o servidor cujo contrato de trabalho esteja vigente até a data da publicação desta lei.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações específicas do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Lei Nº 1755/2013

LEI Nº 1755, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

"Dispõe sobre a concessão de subvenção a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Garuva e dá outras providências".

O povo do município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção, no exercício de 2013, no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), para APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Garuva, declarada de Utilidade Pública através da Lei nº 810/94 de 11 de agosto de 1994.

Parágrafo único - O valor acima será repassado em 01 parcela no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) no mês de dezembro/2013.

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta do orçamento em vigor na dotação orçamentária 02.001 - Gabinete do Prefeito, 04.122.1003.2005 - Contribuições a Entidades e Associações - 3335000000000000 - Transferências a Inst. Priv.s/ fins lucrativos.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Lei Nº 1756/2013

LEI Nº 1756, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

"Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar".

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 766.400,00 (setecentos e sessenta e seis mil e quatrocentos reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

02.001.004.122.1001.2002-Man. e Investimentos do Gabinete	3190	01.00.00	R\$	13.800,00
02.001.004.122.1001.2002-Man. e Investimentos do Gabinete	3390	01.00.00	R\$	10.000,00
02.001.004.122.1003.2005-Contribuição à Entidades e Associações	3350	01.00.00	R\$	26.000,00
02.002.004.131.1001.2003-Man. e Invest.do Dep de Comunicação	3190	01.00.00	R\$	500,00
02.003.004.122.1001.2004-Man. e Invest.do Dep. de Controladoria Geral	3190	01.00.00	R\$	1.400,00
03.001.002.062.1001.2006-Man. e Investimentos da Procuradoria Geral	3190	01.00.00	R\$	18.300,00
04.001.004.121.1010.2016-Man. do Setor de Planejamento	3190	01.00.00	R\$	11.800,00
04.001.008.243.1008.2014-Man. do Conselho Tutelar	3190	01.00.00	R\$	1.700,00
04.001.004.122.1003.2007-Manutenção do Dep. de Administração	3390	01.00.00	R\$	44.600,00
04.003.004.122.1004.2008-Man.do Dpto. de Recursos Humanos	3190	01.00.00	R\$	400,00
04.004.004.123.1007.2011-Man. dos Dep. de Contabilidade e Finanças	3190	01.00.00	R\$	11.900,00
05.001.027.812.1031.2019-Man. do Setor de Esportes	3190	01.00.00	R\$	20.000,00
07.001.012.361.1028.2028-Man. do Setor de Educação	3190	01.01.00	R\$	84.300,00
07.001.012.365.1030.2031-Serviço de Ensino Infantil - Creche	3190	01.01.00	R\$	53.500,00
07.001.012.365.1030.2032-Serviço de Ensino Infantil – Pré-Escola	3190	01.01.00	R\$	25.900,00
09.001.008.244.1023.2089-Man. do Dep. de Desenv. Social e Hab	3190	01.00.00	R\$	127.500,00
10.003.015.452.1033.2065-Man. do Setor de Obras e Serviços Públicos	3190	01.00.00	R\$	148.200,00
11.001.020.605.1036.2066-Man. do Setor de Estratégias Rurais	3190	01.00.00	R\$	5.000,00
12.001.015.452.1042.2075-Coleta E Disposição Final do Lixo Domiciliar	3390	01.00.00	R\$	95.000,00
12.001.017.512.1042.2091-Man. do Sistema de Abast. de Água e esg	3190	01.00.00	R\$	8.300,00
12.001.018.451.1042.2081-Man. do Setor de Meio-Ambiente	3190	01.00.00	R\$	58.300,00

Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 553.000,00 (quinhentos e cinquenta e três mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

14.001.010.301.1012.2041-Man. do Programa Saúde da Família	3190	01.02.00	R\$	553.000,00

Art. 3º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º. e 2º. serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

04.005.028.843.1007.2012-Amort.do Principal e Enc. da Dívida Pública	4690	01.00.00	R\$	137.000,00
10.001.015.451.1033.2060-Sinalização/Urbanização de Vias Urbanas	4490	01.00.00	R\$	14.700,00
10.001.015.453.1033.1020-Constr. e Recuperação de Abrigos de Ônibus	3390	01.00.00	R\$	7.400,00
10.001.015.453.1033.1020-Constr. e Recuperação de Abrigos de Ônibus	4490	01.00.00	R\$	10.000,00
10.001.016.482.1033.1022-Impl. de Loteamentos Urbanizados e Reg.	4490	01.00.00	R\$	9.900,00
10.001.027.813.1033.1017-Constr. Ampl.de Praças Parques e Jardins	3390	01.00.00	R\$	2.200,00
10.001.027.813.1033.1023-Constr. de Parques Inf.e Praças de Esporte	4490	01.00.00	R\$	38.900,00
10.003.015.451.1033.1019-Aquisição de Maquinários e Veículos	4490	01.00.00	R\$	12.000,00
10.003.015.451.1033.2058-Abertura/Retificação de Estradas Urbanas	4490	01.00.00	R\$	173.400,00
10.003.015.451.1033.2059-Drenagem e Macrodren. Urbana e Rural	4490	01.00.00	R\$	50.000,00
10.003.015.452.1033.1021-Constr. Amp.Capelas Mortuárias e Cemitérios	4490	01.00.00	R\$	50.000,00
10.003.015.452.1033.2065-Man. do Setor de Obras e Serviços Públicos	3390	01.00.00	R\$	50.000,00
11.001.026.782.1033.1016-Constr. Ampl. de Estradas Munic. Rurais	3390	01.00.00	R\$	9.900,00
12.001.015.451.1042.1026-Implantação e Ampliação da Rede de Água	3390	01.00.00	R\$	130.000,00
12.001.015.451.1042.1026-Implantação e Ampliação da Rede de Água	4490	01.00.00	R\$	200.000,00
12.001.015.452.1042.1027-Ampliação e Reforma do CENTRAG	4490	03.00.00	R\$	60.000,00
13.001.020.602.1038.2071-Man. da Pecuária	3390	01.00.00	R\$	9.000,00
13.001.020.604.1040.1029-Construção do Centro de Bem Estar Animal	4490	01.00.00	R\$	180.000,00
13.001.020.604.1040.2073-Man. Sanidade Animal	3390	01.00.00	R\$	30.000,00
13.001.020.604.1040.2073-Man. Sanidade Animal	4490	01.00.00	R\$	100.000,00
13.001.020.605.1036.2082-Man. do Fundo Municipal de Agricultura	4490	01.00.00	R\$	40.000,00
13.001.020.605.1039.2072-Man. Desenv. Agroindustrial	3390	01.00.00	R\$	5.000,00

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Lei Nº 1757/2013

LEI Nº 1757, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

"Inclui inciso VIII, altera parágrafo 3º, 4º e 5º do art. 15 da Lei 1322/2007 e dá outras providências".

O povo do município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova

e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Inclui inciso VIII, altera parágrafo 3º e 5º do art. 15 da Lei 1322/2007:

Art. 15 - São direitos do Conselheiro Tutelar no exercício de sua função:

VIII - Gratificação Indenizatória de R\$ 500,00 (quinhentos reais);

§3º - a gratificação prevista nos incisos VI e VIII não será incorporada ao vencimento;

§4º - a gratificação prevista no inciso VIII será concedida somente nos casos em que o conselheiro tutelar dirigir o veículo oficial do Conselho Tutelar, desde que o conselheiro possua carteira de habilitação exigida pela legislação específica.

§5º - a gratificação prevista no inciso VI e VIII não será concedida nos casos de afastamento previstos nesta Lei e quando o Conselheiro não participar da escala de plantão.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de dezembro de 2013.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Lei Nº 1758/2013

LEI Nº 1758, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

"Autoriza o Chefe do Legislativo Municipal a conceder abono salarial de natal aos servidores da Câmara Municipal de Garuva".

O povo do município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Legislativo autorizado a conceder aos servidores efetivos e cargos comissionados, abono salarial de natal no valor de R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais) que será pago em cota única, no mês de dezembro de 2013.

Parágrafo Único - Fará jus ao presente benefício todo o servidor cujo vínculo esteja vigente até a data da publicação desta LEI.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta das dotações específicas do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Decreto Nº 280/2013

DECRETO Nº 280 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e especialmente a Lei nº 1650/2012, de 17/12/2012.

DECRETA:

Art. 1o - A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais), no orçamento da Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

19.001.006.182.1033.2088	Manutenção do FUMRE-BOM	3390	01.00.00	R\$	5.400,00
--------------------------	-------------------------	------	----------	-----	----------

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o. serão utilizados recursos da anulação da seguinte dotação orçamentária:

19.001.006.182.1033.2088	Manutenção do FUMREBOM	4490	01.00.00	R\$	5.400,00
--------------------------	------------------------	------	----------	-----	----------

Art. 3o - Este decreto entra em vigor na data de 02 de dezembro de 2013.

JOSE CHAVES
Prefeito Municipal

Decreto Nº 281/2013

DECRETO MUNICIPAL Nº 281 de 11 de dezembro de 2013.

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar".

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Nº 1756, de 11 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1o – Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 766.400,00 (setecentos e sessenta e seis mil e quatrocentos reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

02.001.004.122.1001.2002-Man. e Investimentos do Gabinete	3190	01.00.00	R\$	13.800,00
02.001.004.122.1001.2002-Man. e Investimentos do Gabinete	3390	01.00.00	R\$	10.000,00
02.001.004.122.1003.2005-Contribuição à Entidades e Associações	3350	01.00.00	R\$	26.000,00
02.002.004.131.1001.2003-Man. e Invest.do Dep de Comunicação	3190	01.00.00	R\$	500,00
02.003.004.122.1001.2004-Man. e Invest.do Dep. de Controladoria Geral	3190	01.00.00	R\$	1.400,00
03.001.002.062.1001.2006-Man. e Investimentos da Procuradoria Geral	3190	01.00.00	R\$	18.300,00
04.001.004.121.1010.2016-Man. do Setor de Planejamento	3190	01.00.00	R\$	11.800,00
04.001.008.243.1008.2014-Man. do Conselho Tutelar	3190	01.00.00	R\$	1.700,00
04.001.004.122.1003.2007-Manutenção do Dep. de Administração	3390	01.00.00	R\$	44.600,00
04.003.004.122.1004.2008-Man.do Dpto. de Recursos Humanos	3190	01.00.00	R\$	400,00
04.004.004.123.1007.2011-Man. dos Dep. de Contabilidade e Finanças	3190	01.00.00	R\$	11.900,00
05.001.027.812.1031.2019-Man. do Setor de Esportes	3190	01.00.00	R\$	20.000,00
07.001.012.361.1028.2028-Man. do Setor de Educação	3190	01.01.00	R\$	84.300,00
07.001.012.365.1030.2031-Serviço de Ensino Infantil - Creche	3190	01.01.00	R\$	53.500,00
07.001.012.365.1030.2032-Serviço de Ensino Infantil – Pré-Escola	3190	01.01.00	R\$	25.900,00
09.001.008.244.1023.2089-Man. do Dep.de Desenv. Social e Hab	3190	01.00.00	R\$	127.500,00

10.003.015.452.1033.2065-Man. do Setor de Obras e Serviços Públicos	3190	01.00.00	R\$	148.200,00
11.001.020.605.1036.2066-Man. do Setor de Estratégias Rurais	3190	01.00.00	R\$	5.000,00
12.001.015.452.1042.2075-Coleta E Disposição Final do Lixo Domiciliar	3390	01.00.00	R\$	95.000,00
12.001.017.512.1042.2091-Man. do Sistema de Abast. de Água e esg	3190	01.00.00	R\$	8.300,00
12.001.018.451.1042.2081-Man. do Setor de Meio-Ambiente	3190	01.00.00	R\$	58.300,00

Art. 2o – Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 553.000,00 (quinhentos e cinquenta e três mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

14.001.010.301.1012.2041-Man. do Programa Saúde da Família	3190	01.02.00	R\$	553.000,00

Art. 3o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o. e 2o. serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

04.005.028.843.1007.2012-Amort.do Principal e Enc. da Dívida Pública	4690	01.00.00	R\$	137.000,00
10.001.015.451.1033.2060-Sinalização/Urbanização de Vias Urbanas	4490	01.00.00	R\$	14.700,00
10.001.015.453.1033.1020-Constr. e Recuperação de Abrigos de Ônibus	3390	01.00.00	R\$	7.400,00
10.001.015.453.1033.1020-Constr. e Recuperação de Abrigos de Ônibus	4490	01.00.00	R\$	10.000,00
10.001.016.482.1033.1022-Impl. de Loteamentos Urbanizados e Reg.	4490	01.00.00	R\$	9.900,00
10.001.027.813.1033.1017-Constr. Ampl.de Praças Parques e Jardins	3390	01.00.00	R\$	2.200,00
10.001.027.813.1033.1023-Constr. de Parques Inf.e Praças de Esporte	4490	01.00.00	R\$	38.900,00
10.003.015.451.1033.1019-Aquisição de Maquinários e Veículos	4490	01.00.00	R\$	12.000,00
10.003.015.451.1033.2058-Abertura/Retificação de Estradas Urbanas	4490	01.00.00	R\$	173.400,00
10.003.015.451.1033.2059-Drenagem e Macro dren. Urbana e Rural	4490	01.00.00	R\$	50.000,00
10.003.015.452.1033.1021-Constr. Amp.Capelas Mortuárias e Cemitérios	4490	01.00.00	R\$	50.000,00
10.003.015.452.1033.2065-Man. do Setor de Obras e Serviços Públicos	3390	01.00.00	R\$	50.000,00
11.001.026.782.1033.1016-Constr. Ampl. de Estradas Munic. Rurais	3390	01.00.00	R\$	9.900,00
12.001.015.451.1042.1026-Implantação e Ampliação da Rede de Água	3390	01.00.00	R\$	130.000,00
12.001.015.451.1042.1026-Implantação e Ampliação da Rede de Água	4490	01.00.00	R\$	200.000,00
12.001.015.452.1042.1027-Ampliação e Reforma do CENTRAG	4490	03.00.00	R\$	60.000,00
13.001.020.602.1038.2071-Man. da Pecuária	3390	01.00.00	R\$	9.000,00
13.001.020.604.1040.1029-Construção do Centro de Bem Estar Animal	4490	01.00.00	R\$	180.000,00
13.001.020.604.1040.2073-Man. Sanidade Animal	3390	01.00.00	R\$	30.000,00
13.001.020.604.1040.2073-Man. Sanidade Animal	4490	01.00.00	R\$	100.000,00

13.001.020.605.1036.2082-Man. do Fundo Municipal de Agricultura	4490	01.00.00	R\$	40.000,00
13.001.020.605.1039.2072-Man. Desenv. Agroindustrial	3390	01.00.00	R\$	5.000,00

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 607/2013

PORTARIA Nº 607 de 11 de dezembro de 2013.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a DA LEI ORGÂNICA.

CONSIDERANDO, o Concurso Público realizado pelo Município de Garuva, com resultado homologado pelo Decreto 86/2012 de 05 de julho de 2012;

CONSIDERANDO, a necessidade de preenchimento de vagas de provimento efetivo, nos quadros funcionais do Município de Garuva, conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal e a Carta Magna da República;

CONSIDERANDO a desistência de candidato.

RESOLVE:

ART. 1º Ficam Nomeados os Aprovados no Concurso Público constantes do Anexo I desta Portaria para os cargos públicos de provimento efetivo, submetidos ao Regime Estatutário e Lei Complementar Municipal nº. 45, de 15 de outubro de 2009.

ART. 2º Os nomeados constantes no Anexo I desta Portaria deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração Planejamento e Finanças, situado na Avenida Celso Ramos, nº 1614, Centro, no horário das 08:00 às 14:00 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir, e encaminhamento para a avaliação médica destinados à deflagração do processo de Posse.

Cópia da certidão de nascimento para solteiros;
Cópia da certidão de casamento;
Cópia do comprovante de residência atual (fatura de água, energia elétrica ou telefone);
Cópia AUTENTICADA do comprovante de grau de escolaridade – (para os cargos de nível superior: Diploma)
Cópia AUTENTICADA do certificado/diploma de curso de especialização (quando o cargo requerer);
Cópia AUTENTICADA do certificado/diploma de curso específico (quando o cargo requerer);
Cópia do RG e CPF;
Cópia do título de eleitor;
Cópia da Carteira de Trabalho onde consta o nº da carteira e a qualificação civil;
Cópia do PIS/PASEP;
Cópia do Certificado de Reservista (para os homens);
Cópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos;
Cópia do atestado de vacina dos filhos menores de 14 anos;
Cópia da Declaração Completa de Imposto de Renda (IRPF) ou Declaração de Bens (Preenchida no RH);
Cópia do registro no órgão de classe (quando o cargo requerer);

Cópia da carteira de habilitação (quando o cargo requerer);
 Certidão negativa de antecedentes criminais – Justiça Estadual dos lugares em que haja residido nos últimos 5 (cinco) anos (a ser solicitada no FÓRUM);
 Certidão de quitação eleitoral – Cartório Eleitoral (www.tse.gov.br);
 Certidão emitida pelo Conselho Nacional de Justiça – Cadastro Nacional de Condenados de Crime de Improbidade Administrativa no link: (www.cnj.jus.br);
 Declaração de não ter sofrido no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 da Lei nº 6.745/1985, e parágrafo único da Lei Federal 8.112/1990 e as correspondentes constantes dos Estados e Municípios (Preenchida no RH);
 Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela constituição (Preenchida no RH);
 Declaração do local de trabalho quando possuir outro vínculo empregatício com informação da carga horária semanal;
 Comprovante de abertura de conta corrente ou conta salário junto ao Banco do Brasil, contendo agência e o número da conta para o crédito de salário;
 01 foto 3 X 4 RECENTE.
 CTPS original

ART. 3º - Somente tomarão posse aqueles que cumprirem as exigências do artigo anterior.

ART. 4º Os nomeados constantes no Anexo I desta Portaria que não tomarem posse em até 30 dias a contar da publicação desta Portaria, estarão renunciando, tacitamente, à vaga para qual foram nomeados. A nomeação será considerada nula, ficando a cargo do Chefe do Executivo Municipal, convocar novo candidato, conforme a Lista de Classificação, para suprir as vagas não preenchidas.

ART. 5º Os nomeados constantes no Anexo I desta Portaria que não desejarem ser empossados nos cargos poderão formalizar a desistência mediante preenchimento de Termo próprio, disponível no site www.garuva.sc.gov.br, e encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Garuva.

ART. 6º Esta Portaria entra em vigor a contar de 11 de dezembro de 2013.

JOSÉ CHAVES
 Prefeito Municipal

ANEXO I - PORTARIA 607/2013 REGIME ESTATUTÁRIO - MAGISTÉRIO

Cargo: Professor - Educação Infantil

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
17300031	SOLANGE DA GRAÇA NOGUEIRA	31º
17300149	IVONIR TEREZINHA CARDOSO	32º
17300155	VIVIAN LOPES GONÇALVES	33º
17300184	CRISTIANE VIEIRA	34º

JOSÉ CHAVES
 Prefeito Municipal

Portaria Nº 608/2013

PORTARIA Nº 608 de 11 de dezembro de 2013.

“Dispõe sobre o processo de escolha de turma para o ano letivo de 2014, pelos professores efetivos, pertencentes aos quadros da rede municipal de ensino”.

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas Atribuições Legais, juntamente com a Secretaria Municipal de Educação, em obediência ao art. 11, § 2, II da Lei Complementar 44/09 e considerando a necessidade de normatização e regulamentação de critérios de escolha de turma pelos professores da rede municipal de ensino.

RESOLVE:

Art. 1º - O processo de escolha de turma para 2014, nas escolas e instituições da rede municipal de ensino, será realizado em conformidade com as normas estabelecidas na presente portaria.

Art. 2º - A Escolha de turma para 2014 deverá ocorrer no dia 13/12/2013, em reunião geral em cada instituição escolar designada especificamente para tal finalidade, assegurada a convocação de todos os professores efetivos lotados na unidade de ensino, mesmo que cumprindo sua função em outra unidade de ensino ou em outro órgão da administração municipal.

§ 1º - Da reunião a que se refere o caput deste artigo será lavrada ata em formulário em anexo contendo especificação da escolha realizada pelo professor, contendo nome, turma, série e turno.

§ 2º - Os documentos que registrarem a escolha deverão ser encaminhados à Secretária Municipal de Educação, impreterivelmente até as 17 horas do dia 13/12/2013.

§ 3º - As Instituições Escolares que não tiverem Diretor, a responsabilidade de coordenar o processo de escolha de turma caberá a Diretora de Ensino da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º - A escolha de turma para 2014 levará em consideração o desenvolvimento educacional do professor, obedecidos os seguintes critérios:

I - Tempo de serviço na escola, sucessivos ou não;

II - Tempo de serviço efetivo na rede municipal de ensino;

III - Maior idade.

§ 1º - Fica preservado o direito de escolha aos professores que atuam na função de diretor em qualquer unidade escolar da rede municipal de ensino.

§ 2º - A verificação dos incisos I e II será realizada através das Portarias do Professor.

Art. 4º - O gestor da instituição escolar em conformidade com o supervisor escolar poderá intervir na escolha de turma, sugerindo outra turma, mediante relatório escrito justificado, caso entendam que o professor não possui perfil para atuar na turma pleiteada.

Art. 5º - A escolha deverá ser iniciada, por prevalência com seus pares, pelo Professor que participou com êxito no Programa nacional de Alfabetização na Idade Certa - PNAIC para atuar no Ciclo de Alfabetização: 1º, 2º e 3º ano, mediante declaração expedida pela Coordenadora do Programa no município;

Art. 6º - O professor readaptado, mediante apresentação de documento comprobatório, expedido pelo órgão competente, não participará da escolha de turma;

Art. 7º - Não será permitida a alteração na escolha de turma, exceto nos casos autorizados pela Secretaria Municipal de Educação;

Art. 8º - Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 9º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
 Prefeito de Garuva

ADRIANE BEATRIZ MOECKE GALANDO
 Secretária de Educação

Aviso de Cancelamento de Item Pregão PMG Nº 070/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

CANCELAMENTO DE ITEM PREGÃO PMG Nº 070/2013

O Prefeito do Município de Garuva resolve CANCELAR O ITEM 01 (Veículo Utilitário, ano/modelo 2014, cor branca, conforme memorial descritivo), do Pregão presencial PMG nº 070/2013, cujo objeto é Aquisição 01 (um) veículo utilitário, 01 (um) equipamento para pintura e 01 (um) mini espargidor, conforme memorial descritivo, com recursos provenientes do programa BADESC CIDADES II. Os itens 02 e 03 do edital seguem inalterados, e a abertura dos envelopes ocorrerá em 19/12/2013 às 12:00h, conforme já previsto no edital acima mencionado.

GARUVA, 12 de dezembro de 2013.
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação PMG Nº 065/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº065/2013 - Pregão Presencial

Tipo de julgamento: Menor Preço por Lote

Objeto: Contratação de empresa para execução dos serviços de melhoria e modernização do sistema de iluminação pública da Avenida Celso Ramos e Avenida Paraná, contemplando a execução dos serviços com o fornecimento de materiais e a elaboração de documentos para aprovação da execução junto à concessionária de distribuição de energia CELESC S/A, conforme memorial descritivo, termo de referência, planilhas e projetos em anexo.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 26/12/2013 as 09:10 horas.
A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 11 de dezembro de 2013.
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Fma Nº 020/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO FMA Nº 004/2013
MODALIDADE: Pregão Presencial FMA nº 009/2013
CONTRATANTE: Município de Garuva/Prefeitura Municipal
CONTRATADA: Veterinária Sul Catarinense LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS, COM ENTREGA DE FORMA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SETOR DE BEM ESTAR ANIMAL.

PRAZO: 12(doze) meses
VALOR TOTAL: R\$ 1.058,30 (um mil e cinqüenta e oito reais e trinta centavos).
DATA DE ASSINATURA: 29/11/2013

JOSÉ CARLOS SCHUTZ
Secretário Municipal de Administração

Extrato de Contrato PMG Nº 051/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO PMG Nº 071/2013
MODALIDADE: Pregão Presencial PMG nº 051/2013
CONTRATANTE: Município de Garuva/Prefeitura Municipal
CONTRATADA: Vera Lucia Espindola Moreira EPP

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos, pelo período contratual, com a disponibilidade de pessoal técnico e operacional, dos equipamentos, estruturas e de serviços de sonorização, palco coberto, stands, banheiros químicos estrutura Q30, tendas 10 x 10, cama elástica, mesa aero hockey e gerador, para as comemorações do Cinquentenário da Cidade de Garuva.

VIGÊNCIA: 09/12/2013 A 08/02/2014

PRAZO: 60(sessenta) dias

VALOR TOTAL: R\$ 9.690,00 (nove mil e seiscentos e noventa reais).

DATA DE ASSINATURA: 28/11/2013

JOSÉ CARLOS SCHUTZ
Secretário Municipal de Administração

Extrato de Contrato PMG Nº 067/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO PMG Nº 067/2013
MODALIDADE: Pregão Presencial PMG nº 051/2013
CONTRATANTE: Município de Garuva/Prefeitura Municipal
CONTRATADA: Comercial Multisom LTDA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos, pelo período contratual, com a disponibilidade de pessoal técnico e operacional, dos equipamentos, estruturas e de serviços de sonorização, palco coberto, stands, banheiros químicos estrutura Q30, tendas 10 x 10, cama elástica, mesa aero hockey e gerador, para as comemorações do Cinquentenário da Cidade de Garuva.

VIGÊNCIA: 09/12/2013 A 08/02/2014

PRAZO: 60(sessenta) dias

VALOR TOTAL: R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 28/11/2013

JOSÉ CARLOS SCHUTZ
Secretário Municipal de Administração

Extrato de Contrato PMG Nº 069/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO PMG Nº 069/2013
MODALIDADE: Pregão Presencial PMG nº 051/2013
CONTRATANTE: Município de Garuva/Prefeitura Municipal
CONTRATADA: Drial Organização de Eventos Esportivos LTDA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos, pelo período contratual, com a disponibilidade de pessoal técnico e operacional, dos equipamentos, estruturas e de serviços de sonorização, palco coberto, stands, banheiros químicos estrutura Q30, tendas 10 x 10, cama elástica, mesa aero hockey e gerador, para as comemorações do Cinquentenário da Cidade de Garuva.
VIGÊNCIA: 09/12/2013 A 08/02/2014
PRAZO: 60(sessenta) dias
VALOR TOTAL: R\$ 24.940,00 (vinte e quatro mil e novecentos e quarenta reais).
DATA DE ASSINATURA: 28/11/2013

JOSÉ CARLOS SCHUTZ
Secretário Municipal de Administração

Extrato de Contrato PMG Nº 070/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO PMG Nº 070/2013
MODALIDADE: Pregão Presencial PMG nº 051/2013
CONTRATANTE: Município de Garuva/Prefeitura Municipal
CONTRATADA: JG Comércio e Locação de Equipamentos EIRELLI

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos, pelo período contratual, com a disponibilidade de pessoal técnico e operacional, dos equipamentos, estruturas e de serviços de sonorização, palco coberto, stands, banheiros químicos estrutura Q30, tendas 10 x 10, cama elástica, mesa aero hockey e gerador, para as comemorações do Cinquentenário da Cidade de Garuva.
VIGÊNCIA: 09/12/2013 A 08/02/2014
PRAZO: 60(sessenta) dias
VALOR TOTAL: R\$ 8.590,00 (oito mil e quinhentos e noventa reais).
DATA DE ASSINATURA: 28/11/2013

JOSÉ CARLOS SCHUTZ
Secretário Municipal de Administração

Extrato de Contrato PMG Nº 074/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO PMG Nº 74/2013
MODALIDADE: Pregão Presencial PMG nº 052/2013
CONTRATANTE: Município de Garuva/Prefeitura Municipal

CONTRATADA: MDJ Serviços LTDA ME

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de segurança e limpeza, para a festa em comemoração ao Cinquentenário de Garuva, conforme especificações, quantitativas e condições estabelecidas no anexo I e nas condições previstas o edital do Pregão Presencial nº. - 052/2013.
VIGÊNCIA: 09/12/2013 A 08/02/2014
PRAZO: 60(sessenta) dias
VALOR TOTAL: R\$ 6.742,40 (seis mil e setecentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos).
DATA DE ASSINATURA: 28/11/2013

JOSÉ CARLOS SCHUTZ
Secretário Municipal de Administração

Extrato de Contrato PMG Nº 075/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO PMG Nº 75/2013
MODALIDADE: Pregão Presencial PMG nº 052/2013
CONTRATANTE: Município de Garuva/Prefeitura Municipal
CONTRATADA: MDJ Segurança Privada e Vigilância LTDA ME

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de segurança e limpeza, para a festa em comemoração ao Cinquentenário de Garuva, conforme especificações, quantitativas e condições estabelecidas no anexo I e nas condições previstas o edital do Pregão Presencial nº. - 052/2013.
VIGÊNCIA: 09/12/2013 A 08/02/2014
PRAZO: 60(sessenta) dias
VALOR TOTAL: R\$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais).
DATA DE ASSINATURA: 28/11/2013

JOSÉ CARLOS SCHUTZ
Secretário Municipal de Administração

Gaspar

PREFEITURA

Dispensa de Licitação Nº 251/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
Dispensa de Licitação Nº 251/2013

OBJETO: Locação de bem imóvel, situado na Rua Cel. Aristiliano Ramos, 579, bairro Centro, Gaspar/SC, objetivando a disponibilização de três vagas de estacionamento para ônibus escolares do Município de Gaspar. CONTRATADO: ROSE MARY DA SILVEIRA ME (10.643.748/0001-66). Valor Total Julgado: R\$ 10.381,92 (dez mil, trezentos e oitenta e um reais, e noventa e dois centavos). BASE LEGAL: Art. 24, inciso X, da Lei 8.666/93.

Gaspar(SC), 6 de dezembro de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Processo Administrativo Nº 181/2013

Processo Administrativo nº 181/2013

Requerente: Transportes RSS Ltda ME

Endereço: Rua Lages, 90 - Centro

CNPJ: 04.453.281/0001-99

Assunto: Baixa Retroativa

Conclusão do Parecer: É notório que a empresa operou no ano de 2006 e como corolário disso, a Taxa de Licença para Localização e Funcionamento do exercício supracitado deve ser quitada. Salienta-se, ainda, que o pedido de baixa foi feito intempestivamente, infringindo desta forma o Artigo 20, Inciso II da Lei 1.330/91 - Código Tributário Municipal, devendo ser aplicada a penalidade prevista no Artigo 107, Inciso I alínea "b" da citada Lei.

Fica evidenciada a não existência de atividades na empresa, e assim que cumpridas as exigências acima, deve ser efetuada a baixa da mesma, e cancelados os débitos referentes à Taxa de Licença para Localização e Funcionamento dos exercícios de 2007 a 2013.

JOICE M. D. ROTTA

Fiscal de Tributos

Auto de Infração nº 526/2013

Contribuinte: Transportes RSS Ltda ME

Endereço: Rua Lages, 90 - Centro

CNPJ: 04.453.281/0001-99

Inscrição Municipal: 10189-0

Atividade: Transportes Rodoviários de Carga

Descrição da Infração: Deixar de comunicar à Fazenda Municipal, dentro de 15 (quinze) dias contados a partir da ocorrência, alteração que extinguiu a obrigação tributária.

Histórico: Aplicação de multa por não comunicar a cessação das atividades da empresa à Fazenda Municipal no prazo estabelecido pelo Código Tributário Municipal.

Fundamentação legal:

Infração: artigo 20, inciso II da Lei Municipal 1.330/91 (CTM)

Multa: artigo 107, inciso I, alínea "b" da Lei Municipal 1.330/91 (CTM)

Montante: 1,5000 UFM

JOICE M. D. ROTTA

Fiscal de Tributos

SAMAE**Resumo da Ata de Registro de Preços Oriunda do Pregão Presencial Nº 36/2013 - SAMAE**

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 21/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 36/2013

Aos dez dias do mês de dezembro do ano de 2013, no Departamento de Compras, localizado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº. 36/2013, conforme registradas na Ata de Sessão homologada em 10/12/2013, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de produtos químicos para tratamento de água., conforme especificações constantes no Anexo V do Edital de Pregão Presencial nº. 36/2013. As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

HIDROMAR INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA. (46.481.156/0004-85)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
6	kg CLORO GÁS	10.000	R\$ 7,15	R\$ 71.500,00

Valor total julgado do Licitante: R\$ 71.500,00 (Setenta e um mil e quinhentos reais)

PROJESAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA (80.696.479/0001-81)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
1	tn HIDRÓXIDO DE CÁLCIO EM SUSPENSÃO PARA TRATAMENTO DE ÁGUA POTÁVEL	150	R\$ 481,00	R\$ 72.150,00
2	kg SULFATO DE ALUMÍNIO LÍQUIDO ISENTO DE FERRO (A GRANEL), PARA TRATAMENTO DE ÁGUA	220.000	R\$ 0,37	R\$ 81.400,00

Valor total julgado do Licitante: R\$ 153.550,00 (Cento e cinquenta e três mil, quinhentos e cinquenta reais).

AVANEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. (78.668.969/0001-22)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
3	kg SULFATO DE ALUMÍNIO (GRANULADO-PÓ) PARA TRATAMENTO DE ÁGUA, ISENTO DE FERRO	22.000	R\$ 1,10	R\$ 24.200,00
7	kg CARBONATO DE SÓDIO (BARRILHA LEVE)	3.000	R\$ 1,26	R\$ 3.780,00

Valor total julgado do Licitante: R\$ 27.980,00 (Vinte e sete mil, novecentos e oitenta reais)

BUSCHLE E LEPPER S.A. (84.684.471/0001-56)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
4	lt HIPOCLORITO DE SÓDIO COMERCIAL	28.000	R\$ 0,93	R\$ 26.040,00
5	kg FLUOSSILICATO DE SÓDIO (NA2SIF6)	5.000	R\$ 2,04	R\$ 10.200,00

Valor total julgado do Licitante: R\$ 36.240,00 (Trinta e seis mil, duzentos e quarenta reais)

TECNIÁGUA - SOLUÇÕES EM TRATAMENTO DE ÁGUA LTDA. - ME (05.014.350/0001-20)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
8	qbs ORTOPOLIFOSFATO	6.000	R\$ 16,00	R\$ 96.000,00

Valor total julgado do Licitante: R\$ 96.000,00 (Noventa e seis mil)

Valor total julgado da Licitação: R\$ 385.270,00 (Trezentos e oitenta e cinco mil, duzentos e setenta reais).

Este instrumento não obriga o SAMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

VIGÊNCIA: A presente Ata vigorará a partir de 01 de janeiro de 2014, pelo período de 12 (doze) meses.

ENTREGA: Os produtos químicos licitados deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade do SAMAE, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação. Após efetuada sua solicitação, os produtos químicos licitados deverão ser entregues no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, nos seguintes locais: ETA I - Rua: São Pedro, s/nº - Bairro: Centro - Gaspar - SC

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento dos materiais, mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura devidamente atestada pela Gerente de ETA e Esgotamento Sanitário, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Gaspar (SC), em 10 de dezembro de 2013.

COMISSÃO:

ANA PAULA BECKER – Pregoeira

MARLENE CAMPOS DA SILVA – Equipe de Apoio

MARIA DE LURDES RAMOS PISETTA - Equipe de Apoio

MAYRA DOS SANTOS– Equipe de Apoio

GISELA MARIA LOBO MACHADO- Equipe de Apoio

Grão Pará

PREFEITURA

Decreto Nº 35/2013 de 10 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº 35/2013

DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013

“DISPÕE SOBRE O RECESSO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DE GRÃO-PARÁ/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os feriados nacionais dos dias 25 de dezembro (Natal) e 1º de janeiro (Confraternização Universal);

CONSIDERANDO a necessidade de cumprimento às normas contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal; e

CONSIDERANDO que recesso proporciona redução do custeio da Administração Pública Municipal;

DECRETA

Artigo 1º. Fica decretado o Recesso nas Repartições Públicas Municipais da Administração direta e indireta do Município de Grão-Pará/SC, a partir 24 de dezembro de 2013 a 05 de janeiro de 2014, em virtude do fechamento do exercício de 2013, excetuando-se os

serviços que, por sua natureza, não permitam paralisação.

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, 10 de dezembro de 2013.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 10 de dezembro de 2013.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº 3.220/2013

Decreto nº 3.220 de 02 de dezembro de 2013.

“Estabelece limitação de empenho no âmbito dos Órgãos do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências”.

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no disposto no artigo 1º e 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e considerando a necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira, com o objetivo de manter, na execução orçamentária, o equilíbrio das contas públicas para o exercício financeiro,

Decreta:

Art. 1º. - Para fins de limitação de empenhos, fica bloqueado o valor de

R\$ 1.266.651,62 (um milhão duzentos e sessenta e seis mil seiscentos e cinquenta e um reais e sessenta e dois centavos) do saldo atualizado da seguinte dotação orçamentária: 08.0802.26.782.0024.1006.44900000, Fonte de Recursos: 24 - Transferências de Convênios, Destinação de Recursos: 000000 Sem Detalhamento de Destinação de Recursos.

Parágrafo único - O valor definido poderá ser revisto, a critério da Secretaria de Administração e Finanças, se houver alteração significativa no ingresso das receitas dos referidos recursos em relação à projeção de arrecadação estabelecida para o Exercício.

Art. 2º. A Unidade Administrativa competente adotará as medidas e procedimentos, inclusive com relação aos contratos e às licitações, necessários à redução das despesas e à sua adequação aos limites fixados neste Decreto.

Art. 3º. - A Secretaria de Administração e Finanças poderá expedir instruções complementares que se fizerem necessárias ao cumprimento deste Decreto.

Art. 4º. - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Herval d'Oeste (SC), 02 de dezembro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito

Registre-se e Publique-se

Ilhota

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 049/2013

Lei Complementar nº 49/2013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO DE GESTÃO COMPARTILHADA COM O ESTADO DE SANTA CATARINA ATRAVÉS DA POLÍCIA MILITAR, OBJETIVANDO A COOPERAÇÃO DE ESFORÇOS NA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ILHOTA.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota (SC), no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Estado de Santa Catarina através da Polícia Militar, objetivando a cooperação de esforços na preservação da ordem pública no Município de Ilhota/SC.

Art. 2º O Convênio de que trata o artigo anterior tem por objeto a fiscalização do cumprimento das disposições da Lei Orgânica do Município de Ilhota, o Código de Posturas e o Código Tributário Municipal, notadamente a fiscalização do cumprimento das disposições da legislação municipal relativas aos bares, restaurantes e similares e comércio de ambulantes.

Art. 3º O Convênio poderá prever o rateio dos valores arrecadados com cobrança de alvarás e licenças emitidas pela Secretaria Municipal de Finanças, desde que previstos no orçamento municipal, observados os seguintes percentuais:

I - 60% (sessenta por cento) ao Município;

II - 40% (quarenta por cento) à Polícia Militar.

Parágrafo único. Os valores de que trata este artigo deverão ser aplicados exclusivamente no Município de Ilhota, em despesas destinadas a preservação da ordem pública, tais como equipamentos, veículos, serviços cursos ou atividades.

Art. 4º O Convênio terá vigência a partir do dia 1º de janeiro de 2014.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 09 de dezembro de 2013.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

Lei Ordinária Nº 1755/2013

Lei nº 1755/2013.

DENOMINA DE RUA VALTER FELICIANO VIA SITUADA NO MUNICÍPIO DE ILHOTA.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota (SC), no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei.

Art. 1º Fica denominada de Rua Valter Feliciano a via que tem início na Rua Estrada Geral do Alto Baú, bairro Alto Baú, Município de Ilhota:

Parágrafo Único - A via ora denominada possui:

I - Extensão de 1.100,00 (mil e cem) metros;

II - Largura de 12,00 (doze) metros na totalidade de sua extensão;

Art. 2º Fica autorizado o município a receber em doação a respectiva área de terras.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 09 de dezembro de 2013.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

Lei Ordinária Nº 1756/2013

Lei nº 1756/2013.

DENOMINA PONTE CLÁUDIO JEREMIAS CADORIN, O LOGRADOURO PÚBLICO SEM DENOMINAÇÃO, SITUADO NO MUNICÍPIO DE ILHOTA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota (SC), no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei.

Art. 1º. Fica denominado PONTE CLÁUDIO JEREMIAS CADORIN o logradouro público sem denominação que estabelece a transposição do Rio Itajaí-Açu no município de Ilhota.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições com contrário.

Ilhota, 09 de dezembro de 2013.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

Lei Ordinária Nº 1757/2013

Lei nº 1757/2013.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REGULAMENTAR A JORNADA DE 30 HORAS SEMANAIS PARA OS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota (SC), no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a regulamentar a jornada de trabalho dos profissionais de enfermagem ocupantes de cargos efetivos ou admitidos em caráter temporário, e em efetivo exercício, em todas as unidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ilhota.

§ 1º - A Jornada de Trabalho dos cargos de Auxiliar de Enfermagem, Técnico de Enfermagem e Enfermeiro integrantes da Administração Pública Direta e Indireta Municipal não excederá a 06 (seis) horas diárias e a 30 (trinta) horas semanais.

§ 2º - A Jornada de Trabalho de que trata o § 1º deste artigo, não implicará em redução do vencimento das respectivas categorias funcionais.

Art. 2º - A Administração Pública Direta e Indireta Municipal deverá observar a jornada de trabalho de que trata o artigo 1º desta Lei nas contratações de serviços terceirizados para as funções de Auxiliar de Enfermagem. Técnico de Enfermagem e Enfermeiro.

Parágrafo Único A aplicação do caput se dará aos contratos a serem firmados e/ ou renovados a partir da data da publicação desta LEI.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos remanejamentos orçamentários, permitidos pela legislação aplicável, que sejam necessários ao cumprimento desta LEI.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições em contrário.

Ilhota, 09 de dezembro de 2013.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

Lei Ordinária Nº 1758/2013

Lei nº 1758/2013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR SERVIÇOS DE DESLOCAMENTO, DEPOSITO E GUARDA PARA OS VEÍCULOS APREENDIDOS PELA POLICIA MILITAR.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota (SC), no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei.

Art. 1º Por meio de presente Lei fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar serviços com o intuito de viabilizar o transporte, o depósito e a guarda dos veículos apreendidos nos limites do território do Município.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 09 de dezembro de 2013.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

Lei Ordinária Nº 1759/2013

Lei nº 1759/2013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR ÁREA DE TERRENO A SECRETARIA DE SEGURANÇA PUBLICA DO ESTADO.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota (SC), no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei.

Art. 1º Por meio de presente Lei fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar área de 883,02m² (memorial descritivo anexo I) do terreno cuja descrição da matrícula tem a seguinte redação, a Secretaria de Segurança do Estado de Santa Catarina: Um terreno situado no município de Ilhota, no bairro Centro, à rua Leoberto Leal, designado sob área remanescente, do desmembramento sem denominação especial, contendo a área de 9.251,58m², limitando-se na frente ao norte numa linha sinuosa em 78,19 metros com o lado par da rua Leoberto Leal; fundos ao sul numa linha reta onde mede 57,62 metros com terras da parcela 05 do mesmo desmembramento; lado direito ao leste, em 109,58 metros com terras da parcela 04, do mesmo desmembramento; lado esquerdo ao oeste em três linhas, partindo da frente em direção aos fundos onde mede a primeira em uma linha sinuosa em 98,99 metros com terras da parcela 02, do mesmo desmembramento, a segunda em direção ao leste em 12,00 metros e a terceira linha segue em direção ao sul em 41,24 metros, ambas confrontando com terras da parcela 05, do mesmo desmembramento, sem benfeitorias, distando pelo lado esquerdo, cerca de 873,50 metros da esquina da rua 21 de junho. Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA.

Art. 2º A doação autorizada pela presente lei se condiciona a utilização da área e suas benfeitorias como quartel da Polícia Militar.

Parágrafo Único: As alterações necessárias ao desmembramento da área correrão por conta dos beneficiários da doação.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 09 de dezembro de 2013.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 934-2013

PORTARIA Nº 934/2013

DESIGNA MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ILHOTA - SC, EM SUBSTITUIÇÃO A ALMIR ANIBAL DE SOUZA.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, e na forma do art. 51 de Lei n. 8.666/93, resolve:

Art. 1º Designar ALYNE C. DEBRASSI SILVA, como membro da Comissão Permanente de Licitação do Município, em substituição a ALMIR ANIBAL DE SOUZA, ficando assim constituída:

RODRIGO TRUFFA DA COSTA - Presidente

ALEX MIRANDA - Membro

ALYNE C. DEBRASSI SILVA - Membro

ALVARILDA APARECIDA DE SOUZA - Membro

VALMOR BERTELLI JUNIOR - Membro

ANA PAULA KEMPNER - Equipe de Apoio

VANESSA CRISTINA PONTALDI - Equipe de Apoio

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota - SC, em 02 de dezembro de 2013.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

Decreto PMI Nº 202.2013

DECRETO PMI Nº 202, de 05 de dezembro de 2013.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.119, de 05 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para reforço do seguinte item orçamentário, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO - SETUR

Construção do Santuário Santa Paulina

23.695.0008-1.017

4.4.90.00.00.00.00.0080 (0106) Aplicações Diretas 50.000,00

SOMA 50.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Excesso de Arrecadação de Recursos Próprios apurado no exercício de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de dezembro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI Nº 203.2013

DECRETO PMI Nº 203, de 05 de dezembro de 2013.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Habitação de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.119, de 05 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 102.431,65 (cento e dois mil, quatrocentos e trinta e um reais e sessenta e cinco centavos), para reforço do seguinte item orçamentário, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Viver Bem

16.4820020-2.043

4.4.90.00.00.00.00.00.0087

Aplicações Diretas 102.431,65

SOMA 102.431,65

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior correrá por conta de Excesso de Arrecadação provenientes de recursos de Convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina através do Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina-FUNDHAB, na importância de R\$ 102.431,65 (cento e dois mil, quatrocentos e trinta e um reais e sessenta e cinco centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de dezembro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI Nº 204.2013

DECRETO PMI Nº 204, de 10 de dezembro de 2013.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.119, de 05 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), para reforço do seguinte item orçamentário, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE IMBITUBA - FUNREBOM

Manutenção das atividades do FUNREBOM

06.182.0012-2.086

4.4.90.00.00.00.00.00.0101 (0004) Aplicações Diretas 30.000,00

Total 30.000,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial do seguinte item orçamentário:

FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE IMBITUBA - FUNREBOM

Manutenção das atividades do FUNREBOM

06.182.0012-2.086

3.3.90.00.00.00.00.00.0101 (0003) Aplicações Diretas 30.000,00

Total 30.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 10 de dezembro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP Nº 696/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 696, de 10 de dezembro de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 06/2013, com carga horária de 20 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Tatiana Inácio Martins	Professora I - 20h	079.016.709-32	01/11/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de novembro de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 10 de dezembro de 2013.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 697/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 697, de 10 de dezembro de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Enfermeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 02/2011, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Janaina Castro de Souza	Enfermeira	041.031.949-01	06/12/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 06 de dezembro de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 10 de dezembro de 2013.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 698/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 698, de 10 de dezembro de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Biólogo, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital - 01/2010, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Frederico Trevisan Santos	Biólogo	040.835.539-52	09/12/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 09 de dezembro de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 10 de dezembro de 2013.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 699/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 699, de 10 de dezembro de 2013.

Dispõe sobre a nomeação de Assessora IV, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear PRISCILA DE AMORIM SILVA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 077.174.309-24, para exercer o cargo de Assessora IV junto a Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 02 de dezembro de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 10 de dezembro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Publicação de Extrato de Pregão Presencial Nº 87/2013 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 133/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2013

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 27 de dezembro de 2013, licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preço do tipo menor preço por lote, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para prestação de serviços de manutenção mecânica, elétrica, chapeação, pintura, reposição de peças e equipamentos obrigatórios exigidos, nos veículos das secretarias municipais de infraestrutura, gabinete, SEAGP, SEFAZ, PGM, SEASH, SDR Norte, SDR Sul, SEDURB, SEDETUR, do meio ambiente, SDR Oeste, SESPORTE, SEMUSA, SEDUCE, SEAP e Cultura da Prefeitura de Imbituba.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 12 de dezembro de 2013.

DILSON PETRASSEM JUNIOR

Pregoeiro Oficial

Extrato: SEAGP 2013/142 a/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEAGP 2013/142 A/00

Contratada: KOLINA ARARANGUAENSE VEÍCULOS LTDA

C.N.P.J: 03.903.881/0005-72

Objeto: AQUISIÇÃO DE 01(UM) VEÍCULO PARA USO DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA.

Valor: R\$ 52.700,00 Prazo: 31/12/2013

Fundamento: Processo nº. 127/2013 Pregão 81/2013

Imbituba, 03 de dezembro de 2013.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Contratante

KOLINA ARARANGUAENSE VEÍCULOS LTDA

Representante Legal

Contratada

Extrato: Seash 2013/15 a/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEASH 2013/15 A/00

Contratada: KOLINA ARARANGUAENSE VEÍCULOS LTDA

C.N.P.J: 03.903.881/0005-72

Objeto: AQUISIÇÃO DE 01(UM) VEÍCULO TIPO SEDAN, ZERO KM ANO 2013/ MODELO 2014 NA COR BRANCA, PARA USO PARA USO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

Valor: R\$ 47.965,00 Prazo: 31/12/2013

Fundamento: Processo nº. 22/2013 Pregão 14/2013

Imbituba, 03 de dezembro de 2013.

SELA ELIAS WESTPHAL

Secretária da Seash

Contratante

KOLINA ARARANGUAENSE VEÍCULOS LTDA

Representante Legal

Contratada

Ipumirim

PREFEITURA

Portaria Nº. 513/2013 de 09 de Dezembro de 2013.

CONCEDE FERIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A AMARILDO ANTONIO DE MARCO FILHO, matrícula 1707-8, férias de 10 dias, relativas ao período aquisitivo de 18/08/2011 a 17/08/2012 e 30 dias referente ao período aquisitivo de 18/08/2012 a 17/08/2013 totalizando um total de 40 dias e gozo de 09/12/2013 a 17/01/2014 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 09/12/2013.

Ipumirim - SC, 09 de dezembro de 2013.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

Prefeito em Exercício

Portaria Nº. 514/2013 de 11 de Dezembro de 2013.

EXONERA SERVIDORA NOMEADA POR CONCURSO PUBLICO NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ELIZABETE BORDIGNON, Matrícula 1838-4, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4334065 e do CPF 045.773.219-98, com nomeação para o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial Nível 20, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 231/2011, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 11 de dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 11 de dezembro de 2013.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

Prefeito em Exercício.

Portaria Nº. 514/2013 de 11 de Dezembro de 2013.

EXONERA SERVIDORA NOMEADA POR CONCURSO PUBLICO NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ELIZABETE BORDIGNON, Matrícula 1838-4, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4334065 e do CPF 045.773.219-98, com nomeação para o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial Nível 20, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 231/2011, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 11 de dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 11 de dezembro de 2013.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

Prefeito em Exercício.

Irineópolis

PREFEITURA

Declaração de Dispensa de Licitação 86/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 86/2013

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 08/2013

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, através da Comissão

Permanente de Licitações, declara que o Ex.mo Sr. Prefeito Municipal, nos termos do art. 24, incisos X, da Lei n.º 8.666/93, consolidada" para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 8.6.94)", com o objeto de locação de imóvel para funcionamento da Secretaria Municipal da Educação, declarou a dispensa de licitação, para a celebração de contrato com o Senhor JOSÉ ADILSON NEPPEL, com o objeto de locar o imóvel:

Um imóvel de propriedade do Senhor José Adilson Neppel, com a área total de 248 m2 (duzentos e quarenta e oito metros quadrados); sendo uma sala comercial com área de 152 m2 (cento e cinquenta e dois metros quadrados) e mais uma área com 96 m2 (noventa e seis metros quadrados) sito à Rua Paraná, n.º 768, em Irineópolis, Estado de Santa Catarina, e devidamente matriculado sob o n.º 19.079, no Ofício do Registro de Imóveis de Porto União – SC, valor mensal R\$ 800,00 (oitocentos reais), valor total para o período de 01/01/2014 a 31/12/2014 R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais).

A presente declaração encontra-se plenamente fundamentada, consoante se denota da justificativa elaborada pela Comissão de Licitações, bem como em razão dos documentos que instruíram o processo, sendo que em relação aos preços, os mesmos se apresentam compatíveis com os praticados no mercado.

Nos termos do art. 109, da Lei n.º 8.666/93, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso ou representação.

Irineópolis (SC), 10 de dezembro de 2013.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Extrato Despacho do Prefeito 86/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 86/2013
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2013
DESPACHO DO PREFEITO MUNICIPAL

Objeto: Locação de Imóvel para funcionamento da Secretaria Municipal da Educação.

Um imóvel de propriedade do Senhor José Adilson Neppel, com a área total de 248 m2 (duzentos e quarenta e oito metros quadrados); sendo uma sala comercial com área de 152 m2 (cento e cinquenta e dois metros quadrados) e mais uma área com 96 m2 (noventa e seis metros quadrados) sito à Rua Paraná, n.º 768, em Irineópolis, Estado de Santa Catarina, e devidamente matriculado sob o n.º 19.079, no Ofício do Registro de Imóveis de Porto União – SC.

Aprovo a justificativa da Comissão Permanente de Licitações, constante do procedimento administrativo em epígrafe, para nos termos do art. 24, X da Lei n.º 8.666/93, declarar a dispensa de licitação para a celebração do Contrato com o Senhor José Adilson Neppel, no valor total de R\$ 9.600,00 (Nove mil e seiscentos reais), conforme discriminados:

Um imóvel de propriedade do Senhor José Adilson Neppel, com a área total de 248 m2 (duzentos e quarenta e oito metros quadrados); sendo uma sala comercial com área de 152 m2 (cento e cinquenta e dois metros quadrados) e mais uma área com 96 m2 (noventa e seis metros quadrados) sito à Rua Paraná, n.º 768, em Irineópolis, Estado de Santa Catarina, e devidamente matriculado sob o n.º 19.079, no Ofício do Registro de Imóveis de Porto União – SC, valor mensal R\$ 800,00 (oitocentos reais), valor total para o período de 01/01/2014 a 31/12/2014 R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais).

Conforme consta dos autos, os preços se apresentam compatíveis com os praticados no mercado, conforme avaliações imobiliárias.

Cumpra-se.

Irineópolis (SC), 10 de dezembro de 2013.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Extrato Justificativa de Dispensa 86/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
PROCESSO LICITATORIO 86/2013
DISPENSA DE LICITAÇÃO 08/2013
JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Caracterização da Situação e objeto do contrato: O Município de Irineópolis necessita locar o seguinte imóvel:

Um imóvel de propriedade do Senhor José Adilson Neppel, com a área total de 248 m2 (duzentos e quarenta e oito metros quadrados); sendo uma sala comercial com área de 152 m2 (cento e cinquenta e dois metros quadrados) e mais uma área com 96 m2 (noventa e seis metros quadrados) sito à Rua Paraná, n.º 768, em Irineópolis, Estado de Santa Catarina, e devidamente matriculado sob o n.º 19.079, no Ofício do Registro de Imóveis de Porto União – SC, valor mensal R\$ 800,00 (oitocentos reais), valor total para o período de 01/01/2014 a 31/12/2014 R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais).

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre o imóvel de propriedade do Senhor José Adilson Neppel, em razão de serem considerados vários fatores favoráveis como: um local amplo, centralizado, de fácil acesso, arejado e que oferece certo nível de conforto e segurança, leva-nos a escolher este local como o mais apropriado para o desenvolvimento das atividades. Conforme justificativa da Senhora Lilian Eliane Batschauer Ferreira – Secretária Municipal da Educação, através do Ofício nº 445/2013/SME, de 28/11/2013, deferido pelo Exmo. Sr. Juliano Pozzi Pereira – DD. Prefeito Municipal em 03/12/2013, em anexo ao processo e apresentar valores compatíveis com os praticados no mercado, conforme avaliações das imobiliárias JULIANA JACUBOVSKI - CORRETORA DE IMOVEIS, IMOBILIARIA GIACOMINI e MARLON SIMÕES DE OLIVEIRA - MARLON IMÓVEIS, em anexo ao processo.

Do preço e sua justificativa: O preço a ser pago pelo objeto da presente dispensa são da ordem mensal de R\$ 800,00 (Oitocentos reais) e no total dos 12 (doze) meses de contrato de R\$ 9.600,00 (Nove mil e seiscentos reais), conforme indicado no Ofício nº 445/2013/SME.

Sendo que após consulta, constatou-se que referidos valores estão dentro dos parâmetros praticados pelo mercado, conforme avaliações imobiliárias, anexos ao processo.

Justificativa – Considerando vários fatores favoráveis como: um local amplo, centralizado, de fácil acesso, arejado e que oferece certo nível de conforto e segurança, leva-nos a escolher este local como o mais apropriado para o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal da Educação, e apresentar valores compatíveis com os praticados no mercado, conforme avaliações das imobiliárias MARLON SIMÕES DE OLIVEIRA - MARLON IMÓVEIS; JULIANA JACUBOVSKI - CORRETORA DE IMOVEIS E IMOBILIÁRIA GIACOMINI LTDA, em anexo.

Do fundamento Legal: A contratação encontra respaldo legal nos termos do art. 24, inciso X - "para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 8.6.94)".

Dotação orçamentária: As despesas decorrentes do presente processo contrato correrão à conta da Dotação Orçamentária: à Manutenção do Ensino Fundamental - Recursos Fundeb 40% e Recursos MDE 25% (Impostos Municipais e Transferências de Impostos Estaduais), do Orçamento vigente para o Exercício de

2014.

É a justificativa que submetemos à apreciação de Vossa Excelência.

Irineópolis, 10 de dezembro de 2013.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Extrato de Contrato 160/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

CONTRATO DE RATEIO Nº 160/2013

Contrato de Rateio relativo ao Programa de Gestão Tributária celebrado entre o Município de Irineópolis e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA).

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Cláusula primeira. Aplica-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, do Decreto Federal nº 6.017/07 e da Lei Municipal nº 1393/08, de 17/11/2008. Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida legislação, recorrendo-se aos princípios gerais do direito administrativo. Cláusula segunda. É dispensada a realização de licitação pública para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05.

DO OBJETO - Cláusula terceira. Este contrato tem por objeto a contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, envolvendo os seguintes acessos: I - Adesão ao Programa: acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), nos termos do Convênio de Cooperação Técnica e Delegação de Encargos ESTADO / FECAM Nº 001/2010; participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais informativos; II - REGIN: gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do MUNICÍPIO, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN), referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), em conformidade com o Termo de Cooperação Técnica JUCESC/FECAM nº 20.102/2010-2, celebrado pela JUCESC e Federação Catarinense de Municípios (FECAM), bem como os respectivos módulos adicionais; III - Simples Nacional: gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional. Cláusula quarta. A prestação dos serviços definidos na cláusula anterior envolve: I - Capacitação e orientações dos procedimentos a serem adotados em relação a cada um dos programas, inclusive quanto às adaptações legislativas e procedimentais necessárias à correta implantação dos programas; II - Definição e implementação de procedimentos para a operacionalização de tarefas relacionadas ao ambiente computacional, especificamente aqueles relacionados aos programas contratados; III - Prestação de suporte técnico e operacional, em especial o atendimento às dúvidas sobre as características e a utilização dos programas; IV - Intermediação entre o MUNICÍPIO e a(s) empresa(s) que prestem serviços ao CIGA em relação aos programas, no âmbito da solicitação de melhorias e evoluções tecnológicas;

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do MUNICÍPIO: I - garantir condições, informações e recursos necessários ao desenvolvimento normal dos trabalhos, repassando ao CONSÓRCIO as sugestões e críticas aos serviços objeto deste contrato; II

- transmitir os dados e informações necessárias ao funcionamento adequado dos aplicativos envolvidos, restando autorizado ao CONSÓRCIO a transmissão de tais dados e informações a terceiros, desde que preservado o sigilo fiscal; III - empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da mensalidade dos serviços prestados; IV - publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no órgão oficial de divulgação dos atos do MUNICÍPIO; V - acompanhar a execução do contrato.

Cláusula sexta. São obrigações e responsabilidades do CONSÓRCIO: I - executar os serviços nas condições estipuladas neste contrato; II - garantir a integridade e consistência do banco de dados em processos de atualização do sistema e ações executadas automaticamente pelo mesmo; III - manter equipe de profissionais especializados, capaz de prestar suporte ao MUNICÍPIO em prazo razoável; IV - preservar o sigilo fiscal de informações de contribuintes, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa; V - comunicar ao MUNICÍPIO, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação do mesmo. VI - disponibilizar as novas versões dos sistemas contratados pelo MUNICÍPIO sem custo adicional.

DO PREÇO E DO PAGAMENTO - Cláusula sétima. Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará mensalmente ao consórcio a importância de R\$ 385,00, sendo R\$ 130,00 referente à adesão ao Programa de Gestão Tributária com acesso ao sistema da NFe-conjugada, R\$ 180,00 referente ao programa de gestão do Registro Mercantil Integrado (REGIN) e R\$ 75,00 referente ao programa de gestão do Simples Nacional. Parágrafo primeiro. O pagamento relativo aos aplicativos contratados será efetuado proporcionalmente aos sistemas liberados para uso do MUNICÍPIO. Parágrafo segundo. Quando solicitado pelo MUNICÍPIO, o atendimento "in loco" poderá ser realizado mediante disponibilidade técnica e reembolso, por parte do MUNICÍPIO, dos gastos com deslocamento (R\$ 0,60/Km) e diárias (R\$ 148,00/diária) do(s) técnico(s). Parágrafo terceiro. A customização dos programas contratados pelo MUNICÍPIO, em aspectos não previstos na cláusula sexta do presente contrato e desde que haja comum acordo, poderá ser realizada mediante a cobrança de hora técnica no valor de R\$ 106,00 por hora. Cláusula oitava. O CIGA emitirá mensalmente, até o último dia de cada mês, boleto bancário relativo à cobrança do valor estabelecido na cláusula anterior. Cláusula nona. O CIGA deverá manter controle do pagamento das mensalidades e disponibilizar recibos de cada um dos pagamentos efetuados pelo MUNICÍPIO.

DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO - Cláusula décima. A despesa decorrente deste contrato de rateio correrá de acordo com as dotações orçamentárias nº 3.1.71.70 (transferência a consórcio público para suporte a despesas correntes com pessoal e encargos sociais), nº 3.3.71.70 (transferência a consórcio público para suporte a outras despesas correntes) e 4.4.71.70 (transferência a consórcio público para investimentos), previstas no orçamento do Município para o exercício de 2014, nos termos da Lei Municipal nº 1.758/2013 (Lei Orçamentária Anual). Parágrafo único. A despesa total deverá ser alocada nas dotações orçamentárias informadas no caput na seguinte razão:

Despesas correntes:

45% da despesa correrá sob a dotação orçamentária nº 3.1.71.70	R\$ 2.079,00
50% da despesa correrá sob a dotação orçamentária nº 3.3.71.70	R\$ 2.310,00
Despesas de capital:	
5% da despesa correrá sob a dotação orçamentária nº 4.4.71.70	R\$ 231,00

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO - Cláusula décima primeira. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em termo aditivo.

DA VIGÊNCIA - Cláusula décima segunda. Este contrato terá prazo de vigência até 31 de dezembro de 2014, sendo iniciado a partir de sua assinatura, admitida a prorrogação, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, mediante termo aditivo.

DO FORO - Cláusula décima terceira. Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS - Cláusula décima quarta. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Irineópolis, 10 de dezembro de 2013.

Município de Irineópolis	Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA)
JULIANO POZZI PEREIRA	GILSONI LUNARDI ALBINO
Contratante	Diretor Executivo do CIGA

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Resultado de Licitação

Resultado de Licitação

Processo Licitatório nº 36/2013 - Pregão Presencial nº 27/2013. Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de Serviços de Impressão em geral, para uso e consumo nas Unidades Sanitárias e ESF's da Secretaria Municipal da Saúde. Empresa vencedora: Gráfica Alta Definição Ltda-EPP, valor R\$ 2.023,70; Gráfica Guaramirim Ltda-EPP, valor R\$ 1.028,40; Liarte Vendas e Serviços Ltda-ME, valor R\$ 9.365,85 e Norte Industria Gráfica Ltda-ME, valor R\$ 1.555,00.

Itaiópolis, 11/12/2013.

JUCEMARA SCHMITZ

Secretária Municipal da Saúde.

Itapiranga

PREFEITURA

Lei Complementar Municipal Nº 63, de 10 de Dezembro de 2013

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 63, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013.

Institui o Código Sanitário Municipal de Itapiranga – SC e dá outras providências.

O Prefeito Municipal em exercício de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Os assuntos concernentes à saúde da população do Município de Itapiranga, regem-se pela presente Lei Complementar, atendida a legislação estadual e federal pertinente.

Art. 2º Toda pessoa que tenha domicílio, residência ou realize atividades no Município de Itapiranga, está sujeita às determinações da presente Lei Complementar, bem como às dos regulamentos, normas e instruções dela advindas.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, o termo pessoa refere-se à pessoa física ou jurídica de direito público ou privado.

§ 2º A pessoa deve colaborar com a autoridade de saúde, empenhando-se, ao máximo, no cumprimento das instruções, ordens e avisos emanados com o objetivo de proteger e conservar a saúde da população e manter ou recuperar as melhores condições do ambiente.

§ 3º A pessoa deve prestar, a tempo e veridicamente, as informações de saúde solicitadas pela autoridade de saúde, a fim de permitir a realização de estudos e pesquisas que, propiciando o conhecimento da realidade a respeito da saúde da população e das condições do ambiente, possibilitem a programação de ações para a solução dos problemas existentes.

§ 4º A pessoa tem a obrigação de facilitar e acatar as inspeções de saúde e as coletas de amostras ou apreensões realizadas pela autoridade de saúde, bem como outras providências definidas pela mesma autoridade, com fundamento na legislação em vigor.

§ 5º Todo estabelecimento deverá cumprir as normas técnicas de acesso ao público.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Saúde, em conjunto com outras secretarias e demais órgãos especializados, desenvolverá programas de educação sanitária.

Art. 4º Para os efeitos desta Lei considera-se:

água bruta: água de mananciais antes de receber qualquer tratamento;

água pluvial (água de chuva): proveniente de precipitações pluviométricas que poderão ser captadas (canalizada ou não), para o sistema público de drenagem de água pluvial (galeria ou sarjeta); água potável: água para consumo humano cujos parâmetros microbiológicos, físicos, químicos e radioativos atendam ao padrão de potabilidade e que não ofereçam riscos à saúde;

caixa de gordura: dispositivo projetado e instalado para separar e reter a gordura proveniente das instalações coletoras de esgoto das edificações, a fim de evitar o seu encaminhamento à rede coletora de esgotos sanitários;

caixa de inspeção: caixa destinada a permitir a inspeção, limpeza e desobstrução de canalizações;

consumo de água: é todo volume de água fornecido, utilizado em um imóvel, num determinado período;

despejo industrial: efluente líquido proveniente do uso de água para fins industriais ou serviços diversos similares;

esgoto ou despejo: efluente líquido gerado nos prédios, excluídas as águas pluviais, que deve ser conduzido a um destino adequado;

esgoto tratado: esgoto submetido a tratamento com técnicas normatizadas e/ou com legislação vigente, para a remoção de substâncias indesejáveis e a estabilização da matéria orgânica;

fossa séptica ou tanque séptico: tanque de sedimentação e digestão, no qual se deposita o lodo constituído pelas matérias insolúveis das águas residuais que por ele passam e se decompõem pela ação de bactérias anaeróbicas;

sumidouro: unidade de absorção no solo dos líquidos provenientes de tratamento preliminar;

instalação predial de água: conjunto de canalizações, aparelhos, equipamentos e dispositivos localizados a partir do cavalete, de responsabilidade do usuário, destinado ao abastecimento de água, quando conectado ao ponto de fornecimento de água;

instalação predial de esgoto: conjunto de tubulações, conexões, caixas, equipamentos e acessórios, localizados no prédio até o

ponto de ligação com o tubo de inspeção e limpeza (til), de responsabilidade do usuário, destinado ao seu esgotamento sanitário, quando conectado ao ponto de coleta de esgoto;
ligação: derivação para abastecimento de água e/ou coleta de esgoto de um imóvel desde a rede geral até a conexão com a instalação predial, registrada em nome do usuário;
manancial: corpo de água utilizado para captação de água para abastecimento público;
padrão de potabilidade: conjunto de valores máximos permissíveis das características da qualidade da água destinada ao consumo humano;
rede de coleta de esgoto: conjunto de tubulações e peças que compõem os subsistemas de coleta de esgotos;
rede de distribuição de água: conjunto de tubulações e peças que compõem os subsistemas de distribuição de água;
reservatório domiciliar (caixa d'água): depósito destinado ao armazenamento de água potável, com o objetivo de suprir a demanda da edificação por um período mínimo de vinte e quatro horas quando da supressão do abastecimento de água;
saneamento básico: conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:

- a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;
 - b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;
 - c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico, comercial e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;
 - d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas;
- sistema de abastecimento de água: conjunto de obras, instalações e equipamentos, que têm por finalidade captar, aduzir, tratar, reservar e distribuir água;
- XXVI- sistema de esgoto: conjunto de obras, instalações e equipamentos, que tem por finalidade coletar, transportar, tratar e dar destino final adequado às águas residuais ou servidas;
- XXVII- universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados aos serviços objeto do presente regulamento.

CAÍTULO II DA COMPETÊNCIA

Art. 5º Compete à Secretaria Municipal de Saúde formular a política municipal de saúde, manter o controle de sua execução, pesquisar, planejar, orientar, fiscalizar, coordenar e executar as medidas que visem à promoção, prevenção, preservação e recuperação da saúde, bem como promover e incentivar na esfera pública ou privada, estudos e programas sobre problemas médico-sanitários do Município.

§1º A Secretaria Municipal de Saúde estimulará, orientará e fiscalizará a ação da iniciativa privada na promoção, proteção e recuperação da saúde.

§2º A Secretaria Municipal da Saúde deverá garantir os meios necessários para a denúncia de infrações sanitárias pela população.

Art. 6º A Secretaria Municipal de Saúde, como órgão sanitário no

Município de Itapiranga, através da Vigilância Sanitária, quando for de sua competência manterá:

a concessão de licenciamento e respectivos alvarás sanitários para estabelecimento:

industrial, comercial (de qualquer espécie), de quaisquer estabelecimentos que fabriquem ou comercializem alimentos, aditivos para alimentos, bebidas, embalagens, saneantes e demais produtos que interessem à saúde pública;

estabelecimentos de dispensação de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, utensílios e aparelhos que interessem à saúde pública ou individual;

clínicas em geral, serviços ou unidades de saúde, salões de beleza, salas de massagem, saunas, estabelecimentos ou organizações afins, que se dediquem à promoção, proteção e recuperação da saúde;

consultórios médicos, odontológicos, de psicologia, e de quaisquer atividades paramédicas e de estabelecimentos de atividades afins; institutos de esteticismo, tatuagem e afins, ginástica, fisioterapia e de recuperação;

estabelecimentos de ensino público ou privado;

estabelecimento veterinário, estabelecimento agropecuário e afins;

veículos que transportam alimentos e produtos de interesse da saúde;

hotéis, motéis, pensões, clubes, locais de esporte e recreação;

estações de tratamento de água, estações de tratamento de esgoto e unidades de tratamento, destinação e disposição de resíduos sólidos;

Parágrafo único. A concessão do alvará sanitário se fará perante assinatura do Secretário Municipal da Saúde.

II – O registro de antecedentes relativos, às intimações, infrações e notificações sanitárias.

Art. 7º Os servidores de provimento efetivo lotados na Secretaria Municipal de Saúde, ou outro profissional eventualmente designado pelo órgão e credenciado pela Vigilância Sanitária Estadual, têm competência, no âmbito de suas atribuições, para exercer as funções de vigilância, orientação e fiscalização sanitárias, em caráter permanente, no Município de Itapiranga, de conformidade com as Leis, Decretos e Regulamentos sanitários federais, estaduais e municipais, podendo expedir para tanto, autos de infração, de intimação e aplicação de penalidades cabíveis, além da prática dos atos intrínsecos à função de vigilância e fiscalização sanitárias.

Parágrafo único. As autoridades de Vigilância Sanitária, no exercício de suas funções, deverão ter livre acesso a quaisquer locais, independentemente de dia ou horário, podendo requisitar força policial, quando necessário, e lançar mão de meios fotográficos ou de filmadora para o registro das infrações de saúde.

Art. 8º O Chefe da Vigilância Sanitária - VISA da Secretaria Municipal de Saúde é competente para processar e julgar a defesa ou impugnação do auto de infração, expedido pela autoridade de fiscalização sanitária.

Art. 9º O Secretário Municipal de Saúde é a autoridade competente para julgar os recursos interpostos contra as decisões do Chefe da Vigilância Sanitária - VISA da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 10. O Prefeito Municipal é a autoridade competente para julgar os recursos interpostos contra as decisões do Secretário Municipal de Saúde.

Art. 11. A autoridade de saúde cientificará o órgão do Ministério Público local, através de expediente circunstanciado, sempre que: constatar que a infração sanitária cometida constitui crime ou contravenção; ocorrer desacato à autoridade de saúde ou resistência às determinações e atos emanados da mesma.

Art. 12. Para as autoridades em Vigilância Sanitária fica assegurada proteção funcional jurídica para o exercício de suas funções.

CAPÍTULO III DO REGISTRO E DO CONTROLE

Art. 13. Todo alimento somente será exposto ao consumo ou entregue à venda depois de observado a legislação vigente.

TÍTULO II AÇÕES DE PROMOÇÃO E PRESERVAÇÃO DA SAÚDE

CAPÍTULO I DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 14. Toda pessoa física ou jurídica deve zelar no sentido de, por ação ou omissão, não causar dano à saúde de terceiros, cumprindo as normas ou regras habituais de sua profissão ou ofício, bem como as prescrições da autoridade de saúde.

Art. 15. As pessoas físicas ou jurídicas cujas ações ou atividades possam prejudicar, indiretamente, a saúde de terceiros quer pela natureza das ações ou atividades, quer pelas condições ou natureza de seu produto ou resultado deste, quer pelas condições do local onde habita, trabalha ou freqüenta, deve cumprir as exigências legais e regulamentares correspondentes e as restrições ou medidas que a autoridade de saúde fixar.

Art. 16. É vedado a pessoas físicas ou jurídicas, a colocação ou disposição de recipientes que possam acumular água e/ou produto ou substâncias que favoreçam a proliferação de vetores de doenças transmissíveis.

CAPÍTULO II DOS PROFISSIONAIS DE CIÊNCIA DA SAÚDE

Art. 17. O profissional de ciência da saúde atuará de conformidade com as normas legais regulamentares e as de ética.

§ 1º A pessoa, para exercer profissão de ciência da saúde deve possuir diploma, título, grau, certificado ou equivalente válido, devidamente registrado no órgão competente e em conformidade com as disposições legais e regulamentares correspondentes.

§ 2º Presumir-se-á no exercício ilegal da profissão a pessoa que, sem ter a respectiva habilitação, anunciar e/ou executar serviços por qualquer meio ou fizer uso de instrumentos relacionados com a ciência da saúde.

Art. 18. O profissional da saúde deve colaborar com o serviço de saúde ou com a autoridade de Vigilância Sanitária, quando solicitado e, especialmente, nos casos considerados de emergência ou calamidade pública.

Art. 19. O profissional da saúde deve zelar no sentido de por ação ou omissão, não causar danos à saúde de terceiros, cumprindo as normas ou regras habituais de sua profissão ou ofício, bem como as prescrições da autoridade de vigilância sanitária.

Parágrafo único. É proibida, ao profissional da saúde que atua no município de Itapiranga, a utilização de jalecos ou aventais fora do ambiente de trabalho.

CAPÍTULO III PRESTADORES DE SERVIÇOS E FORNECEDORES DE SUBSTÂNCIAS E PRODUTOS DE INTERESSE À SAÚDE

Art. 20. Os prestadores de serviços, produtores e fornecedores de substâncias e produtos de interesse à saúde, deverão manter em

local visível ao público o telefone e indicação do órgão de vigilância fiscalizadora.

Art. 21. Os prestadores de serviços à saúde deverão estar sempre prontos a informar à população sobre sua área de atuação e competência quando solicitados.

Art. 22. Os serviços de saúde considerados essenciais (hospitais, pronto-socorro, farmácias) deverão, sempre que necessário, divulgar através dos meios de comunicação, a ocorrência de eventuais alterações no atendimento à saúde.

Art. 23. De prestadores de serviços à fornecedores de substâncias e produtos de interesse à saúde deverão informar, através dos meios de comunicação, eventuais ocorrências que impliquem em riscos à saúde, bem como, a ação proposta para a sua resolução adequada.

Art. 24. Os prestadores de serviços de saúde deverão, sempre que solicitados, informar à população o seu direito ao acesso aos registros dos prontuários e laudos de apoio diagnóstico.

Art. 25. É assegurado à população o direito à informação sobre as etapas de seu tratamento de saúde, quer relacione-se aos métodos diagnósticos ou terapêuticos.

Art. 26. Os receituários médicos deverão conter informações legíveis a respeito dos cuidados do tratamento, condições de retorno e orientações necessárias para completar a prescrição médica.

Art. 27. Os prestadores de serviços e fornecedores de substâncias e produtos de interesse à saúde deverão notificar a vigilância à saúde, as doenças de notificação compulsória, os casos de infecção hospitalar, os índices de doenças transmitidas e eventuais surtos de doenças de veiculação alimentar e/ou hídrica.

Art. 28. O serviço de vigilância Sanitária deverá informar à população, as ações coletivas de sua competência.

CAPÍTULO IV ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Art. 29. Serão considerados para fins de aplicação deste código, estabelecimentos de serviços de saúde aqueles destinados a promover e proteger a saúde, prevenir e limitar os danos causados pelas doenças e reabilitar a capacidade física, psíquica ou social.

Art. 30. Os serviços de saúde deverão seguir o disposto neste código, em normas técnicas especiais e receberão as denominações genéricas a seguir:

serviços médicos de saúde: consultórios, ambulatórios, unidades básicas de saúde, unidade mista ou integrada de saúde, unidades de saúde especializadas, clínica especializada, pronto-socorro, pronto atendimento, hospital, SPA e afins;

serviços odontológicos de saúde: consultórios, unidades móveis, divisões dentárias, policlínicas odontológicas, pronto-socorro odontológico, centros médicos odontológicos e afins;

serviços de assistências complementares à saúde: clínicas de repouso, de emagrecimento, acupuntura, reabilitação física, asilos, institutos de podologia, fonoaudiologia, análises clínicas, ultrassonografia, terapia ocupacional, fisioterapia, psicologia, estabelecimentos de enfermagem, clínicas de nutrição, casa de massagem terapêutica, empresas de transportes de pacientes com a finalidade de remoção simples ou atendimento emergencial, farmácia, drogaria, posto de medicamentos e unidades volantes, dispensário de medicamentos; distribuidor, representante, importador e exportador de drogas, medicamentos e afins;

para fins de denominações, os estabelecimentos relacionados neste artigo, não poderão ser registrados como marca de fantasia,

sendo o uso de suas denominações restrito aos estabelecimentos que possuam requisitos mínimos de instalações, recursos materiais e humanos e afins.

Art. 31. Os estabelecimentos de saúde serão mantidos em rigorosas condições de higiene devendo obedecer normas de esterilização e controle de infecções estipulados na legislação sanitária.

Art. 32. Os estabelecimentos de interesse à saúde somente poderão funcionar mediante licença (Alvará Sanitário) e, observar a legislação vigente quanto a responsabilidade técnica.

Parágrafo único. O estabelecimento só poderá realizar as atividades que foram aprovadas pela vigilância sanitária.

Art. 33. Para o funcionamento dos serviços de saúde, estes deverão apresentar a programação e os serviços técnicos relativos à sua estrutura mediante memorial de atividades onde deve deverão constar:

instalações físicas que obedeçam ao disposto neste código;
medidas de higiene concernentes à legislação sanitária;
contrato junto ao serviço de coleta de resíduos sólidos;
especialidades referentes ao seu funcionamento;
responsáveis técnicos e relação das atividades específicas;
número de pessoal envolvido e carga horária de trabalho;
relação e calibração dos equipamentos destinados às suas atividades afins;
plano de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde;
comprovante de dedetização;
planilha de limpeza da caixa de água;
planilha de limpeza dos sistemas de ar/climatização.

Parágrafo único. O memorial de atividades do estabelecimento deverá ser de livre acesso à população e qualquer modificação na sua estrutura, deverá ser comunicada à comunidade atendida e à vigilância Sanitária do Município.

Art. 34. Os serviços médicos de saúde que atuem em regime de internação deverão manter comissões de controle de infecção hospitalar e notificar as suas ocorrências de modo regular.

Art. 35. Os instrumentos para recurso diagnóstico ou terapêutico deverão estar em quantidades suficientes para atender a demanda dos pacientes sem prejuízo do atendimento da esterilização.

Art. 36. Medicamentos que sejam de regime de controle especial deverão manter registros dos mesmos pelos estabelecimentos de saúde na forma prevista pela legislação vigente.

Art. 37. Os serviços de saúde deverão zelar pelas condições de instalações, equipamentos e aparelhagens indispensáveis para seu perfeito funcionamento.

Art. 38. O arquivo com os dados sobre os pacientes será de responsabilidade do prestador dos serviços de saúde, que deverá estar atualizado e com facilidade de acesso quando necessário para a eventual vistoria da autoridade em vigilância Sanitária.

Art. 39. Os veículos que prestam assistência aos serviços de saúde deverão servir para o transporte exclusivo e excedente de pacientes, produtos e insumos, medicamentos e cadáveres sendo vedado o transporte conjunto.

Art. 40. Os serviços de saúde deverão zelar pela segurança de seus trabalhadores, obedecendo às normatizações quanto às condições de insalubridade e precauções universais, além das contidas neste código.

Art. 41. Os serviços de saúde deverão adotar procedimentos para

a gestão adequada, o destino final e demais questões relacionadas aos resíduos gerados, de acordo com previsto neste código e em normas técnicas especiais.

Parágrafo único. Os serviços de saúde deverão manter e apresentar contrato com empresa devidamente autorizada, para a coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos.

Art. 42. Nos casos de interdição de serviços de saúde, a empresa fica suspensa de eventuais convênios públicos e impedida a prestação de serviços, quer sejam de natureza pública ou privada.

Art. 43. Amostras grátis de medicamentos só serão distribuídas a médicos, cientistas e veterinários, ficando proibida a amostragem de produtos psicotrópicos.

Art. 44. Farmácias e drogarias poderão funcionar em esquema de plantão com notificação clara à população, a fim de atendimento ininterrupto à comunidade.

Art. 45. Para autorização, os registros e funcionamento de estabelecimento de saúde, deverão cumprir normas regulamentares sobre o projeto de construção, saneamento, instalação, material permanente, instrumentos, pessoal e procedimentos técnicos, conforme a natureza e importância das atividades.

Art. 46. Para fechar estabelecimento de saúde, a pessoa responsável deve requerer cancelamento do registro junto ao órgão de vigilância Sanitária do Município, de acordo com normas regulamentares.

CAPÍTULO V SERVIÇOS DE INTERESSE DA SAÚDE

Art. 47. Considera-se como serviços de interesse da saúde para fins de classificação neste código, os estabelecimentos que prestam ações em caráter genérico de prevenção, promoção, proteção e preservação da saúde, sendo dirigidos à população e realizados por órgãos públicos, empresas públicas ou privadas, instituições filantrópicas, pessoas jurídicas de direito público ou privado, pessoas físicas nos termos do art. 196 da Constituição Federal.

Art. 48. Serão considerados serviços de interesse da saúde e só poderão funcionar mediante Alvará Sanitário expedido pela Vigilância Sanitária:

estabelecimentos de ensino 1º, 2º e 3º graus, creches e similares, escolas de natação, escolas de balé, academias de ginástica, instituições de escotismo e congêneres;
estabelecimentos, tais como: academias, piscinas, colônia e acampamento de férias, danceterias, boates, hotéis, parques de diversões, zoológicos, jardim botânico, áreas de lazer de conjuntos, circos, teatros, clubes sociais, casas de espetáculos e congêneres;
estabelecimentos de esteticismo e cosmética, tatuagem e afins, cabeleireiros, barbearias, institutos de beleza, massagem, saunas, casas de banho e congêneres;
estabelecimentos de hospedagem.

Art. 49. O estabelecimento só poderá realizar as atividades que foram aprovadas pela vigilância sanitária.

Art. 50. Todo trabalhador da área de interesse à saúde deverá possuir carteira de saúde.

Art. 51. É obrigatória a adoção de procedimentos de limpeza, desinfecção e/ou esterilização, após cada uso de utensílios e instrumentais que entrarem em contato direto com o usuário, utilizados na prática profissional em estabelecimentos de interesse da saúde.

Art. 52. É vedada a exposição e utilização de produtos de interesse

à saúde pública, que não possuam registro, nem indicativo de isenção do órgão sanitário competente, ou ainda, com qualquer tipo de alteração de rotulagem.

Art. 53. Os estabelecimentos não poderão fornecer medicamentos para o consumo de seus funcionários, colaboradores ou usuários.

Art. 54. Os serviços de interesse da saúde deverão estar consonantes com este código, em conformidade com a legislação federal e estadual pertinentes.

Art. 55. Para estabelecimentos tipo motéis, wiskerias e congêneres, deverão disponibilizar aos usuários, preservativo normatizado, além de informações sobre a prevenção da AIDS e demais doenças sexualmente transmissíveis (DST's), na forma de cartaz legível.

Parágrafo único. Os estabelecimentos referidos no "caput" deste artigo, deverão obrigatoriamente efetuar a limpeza e desinfecção das roupas de cama e banho, bem como, a troca após cada uso.

Art. 56. O usuário de piscina, sauna e termas deve submeter-se a exame médico periódico, na forma regulamentar, cujo atestado deve ser exigido pelo respectivo proprietário ou responsável.

§ 1º Deverá ser contratado um responsável técnico habilitado para realizar o controle higiênico-sanitário das piscinas de uso coletivo e/ou especial.

§ 2º Além dos requisitos previstos neste artigo, o proprietário de piscina de uso coletivo e/ou especial deverá cumprir as normas técnicas específicas.

Art. 57. Todos e quaisquer estabelecimentos que não se enquadrem naqueles previstos no artigo 48 da presente Lei, que sejam de interesse à saúde, poderão sofrer a intervenção quando for de interesse público.

CAPÍTULO VI ESTABELECIMENTOS DE INTERESSE DA SAÚDE

Art. 58. Serão considerados estabelecimentos de interesse da saúde aqueles que se destinam à importação, exportação, extração, beneficiamento, produção, depósito, transporte, distribuição, esterilização, reprocessamento, comercialização de alimentos, de substâncias e produtos de interesse à saúde e deverão possuir: alvará de localização; alvará sanitário; autorização especial para funcionamento, se necessário; responsável legal.

§ 1º A expedição do alvará sanitário será anual, após vistoria e parecer da autoridade em vigilância Sanitária devendo estar afixado em local visível ao público.

§ 2º A renovação do alvará sanitário far-se-á através de novas vistorias.

§ 3º Em casos de mudança de ramo de atividade e/ou endereço será expedido novo alvará sanitário, cancelando-se o anterior.

§ 4º O comércio transitório ou temporário de substâncias de interesse à saúde está sujeito, no que lhe for aplicável às disposições deste código.

§ 5º As licenças para comércio transitório ou temporário de substâncias de interesse à saúde devem ser solicitadas à autoridade de vigilância à saúde com antecedência.

Art. 59. Os veículos vinculados ao transporte de substâncias e produtos de interesse à saúde estão sujeitos às exigências deste código, e devem possuir:

Licença de Transporte, onde deve constar além do nome do proprietário do veículo e seu endereço, o número da placa de licenciamento no Departamento de Trânsito, e a natureza da mercadoria transportada; compartimento de carga de acordo com a substância ou produto a ser transportado; prateleiras e/ou estrados removíveis para facilitar a limpeza; compartimento de carga completamente fechado e dotado de isolamento térmico para substâncias e produtos perecíveis; no transporte de produtos refrigerados deverá ser observada a temperatura constante no rótulo do produto ou conforme legislação vigente.

Art. 60. Os alimentos serão sempre e obrigatoriamente mantidos afastados de saneantes, desinfetantes, solventes, combustíveis, produtos de perfumaria, limpeza e congêneres.

Art. 61. É proibido o uso de veículo de transporte de substâncias e produtos de interesse à saúde para outras atividades, principalmente o transporte de resíduos sólidos, substâncias repugnantes, tóxicas ou capazes de contaminação ou alteração de suas características organolépticas.

Art. 62. Os trabalhadores, efetivos ou temporários, deverão ter condições de saúde e higiene, não usar adornos, não fumar nos locais de manipulação e utilizar uniforme adequado e carteira de saúde atualizada.

Art. 63. Os proprietários ou trabalhadores que submetidos à inspeção de saúde apresentarem qualquer doença infectocontagiosa, doenças de pele, corrimento nasal, supuração ocular, infecção respiratória ou ferimento nas mãos, serão afastados do serviço, só retornando após a cura total, devidamente comprovada.

Art. 64. Os estabelecimentos de interesse à saúde deverão possuir maquinários, utensílios e recipientes, equipamentos outros e embalagens adequadas para a natureza de suas atividades, devendo ser mantidos íntegros, limpos e livres de sujidades, poeiras, insetos, animais e outras contaminações.

Parágrafo único. Serão apreendidas e inutilizadas as embalagens, os utensílios e recipientes que se encontrarem quebrados, rachados, lascados, gretados, defeituosos e sem condições de higiene.

Art. 65. Os estabelecimentos de que trata este título deverão: possuir as instalações que facilitem boas condições de higiene, devendo o material de superfície que entre em contato com alimentos ser resistente à corrosão, liso, impermeável e não absorvente; assegurar condições de limpeza, possuir piso, paredes, teto de material íntegro, lavável, resistente, impermeável, não corrosivo e de cor clara; apresentar condições ambientais de iluminação, ventilação e aeração; possuir estrados gradeados e prateleiras, para armazenamento, depósito ou exposição de substâncias e produtos de interesse à saúde; garantir a proteção coletiva e individual de seus funcionários; dotar os fogões e churrasqueiras de coifa ou cúpula exaustora, para evitar fumaça, gordura e odor nas áreas de manipulação de alimentos; proibir que nos compartimentos de manipulação de alimentos, haja o depósito de caixas ou qualquer material estranho às suas finalidades; prover as pias com fornecimento contínuo de água corrente, devendo haver pia separada exclusivamente para limpeza prévia dos alimentos; possuir recipientes coletores com tampa e acionamento automático ou facilitado; manter funcionário específico para manipular dinheiro, não sendo

permitido para aqueles que manipulam qualquer tipo de alimento.

Art. 66. É obrigatória a dedetização, desinsetização e desratização periódica dos estabelecimentos de interesse à saúde, conforme laudo técnico feito por empresas autorizadas, credenciadas junto à vigilância Sanitária e com o uso de produtos registrados pelo órgão oficial competente.

Parágrafo único. Quando a autoridade de saúde constatar a presença ou vestígios de roedores ou insetos, poderá determinar nova desinsetização e/ou desratização do estabelecimento, independentemente da periodicidade exigida.

Art. 67. As dependências e instalações devem ser suficientes em número, adequadas ao ramo explorado e ajustar-se a capacidade instalada e operacional do estabelecimento.

Art. 68. Os estabelecimentos de interesse da saúde deverão possuir sanitários para ambos os sexos com piso e paredes impermeáveis até o teto, não sendo permitido o acesso direto à área de manipulação.

Art. 69. Os lavatórios devem ser localizados junto às instalações sanitárias e providos de água corrente, toalha de uso individual, saboneteira com sabonete líquido e cestos coletores com tampa de acionamento automático.

Art. 70. É proibido utilizar as dependências como habitação, dormitório ou outras atividades estranhas às atividades licenciadas.

Art. 71. As aberturas deverão estar teladas e as portas internas deverão ser de abertura facilitada.

Parágrafo único. Os estabelecimentos de interesse da saúde deverão dispor de dispositivos que impeçam a entrada de animais, insetos e de impurezas evitáveis.

Art. 72. Os estabelecimentos de interesse à saúde deverão possuir dispositivos de produção de frio, quando se fizer necessário, em número, capacidade e eficiência adequados às finalidades do estabelecimento.

Parágrafo único. As câmaras frias devem ter controle permanente de temperatura e umidade relativa para assegurar adequada conservação dos alimentos e atenuar o gotejamento proveniente da condensação da umidade nas superfícies dos tetos e paredes.

Art. 73. Aos estabelecimentos de interesse à saúde que explorem o ramo de alimentos, é proibida a comercialização de medicamentos, conforme legislação vigente.

Art. 74. A comercialização de substâncias e produtos por ambulantes e em feiras livres obedecerá a legislação federal, estadual e municipal específica, normas técnicas expedidas pela autoridade de vigilância sanitária e ao disposto neste código no que lhe for aplicável.

CAPÍTULO VII SUBSTÂNCIAS E PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE

Art. 75. Para efeitos desta lei Complementar, consideram-se substâncias e produtos de interesse da saúde e é competência do Sistema de Vigilância Sanitária, a fiscalização objetivando a avaliação e controle de risco, os alimentos de origem animal e vegetal, produtos dietéticos, bebidas, águas minerais e de fontes, gêneros alimentícios, medicamentos, drogas, insumos, próteses, cosméticos, perfumes, produtos de higiene, saneantes domissanitários, agrotóxicos e correlatos.

Art. 76. Compete aos órgãos federais e/ou estaduais a normatização, controle e fiscalização das condições sanitárias e técnicas de qualquer procedimento relacionado a uma das substâncias e produtos de interesse da saúde.

Art. 77. No controle de suas substâncias e produtos de interesse da saúde, serão verificadas as condições de sanidade, integridade, conservação, exigências de registro e rotulagem, higiene e conservação das instalações e dos estabelecimentos, do pessoal neles empregados e da tecnologia adotada.

Art. 78. Toda substância ou produto de interesse da saúde exposto a venda e/ou entregue ao consumo, deverá atender as normas técnicas quanto a registro, conservação, embalagem, rotulagem, prazo de validade e outros aspectos inerentes a sua formulação.

Parágrafo único. É proibido o depósito ou venda de substâncias e produtos de interesse da saúde não licenciados.

Art. 79. A fiscalização dos produtos e substâncias de interesse da saúde estende-se também à sua propaganda e publicidade, qualquer que seja o meio empregado para sua divulgação.

Art. 80. Para o processamento de substâncias e produtos de interesse da saúde, deve ser garantido em todas as fases, que os mesmos estejam livres e protegidos de contaminação física, química e biológica, proveniente do homem, dos animais e do meio ambiente.

Art. 81. Substâncias e produtos de interesse da saúde devem ser transportados, armazenados ou depositados sob condições de higiene, temperatura, umidade e ventilação adequados para sua conservação.

Art. 82. Aquele que elabora, fabrica, armazena, comercializa ou transporta substância ou produto perigoso deve possuir Alvará Sanitário, local ou de origem, do serviço de saúde competente e cumprir as exigências regulamentares em defesa da saúde pública.

§ 1º Considera-se substância ou produto perigoso, para os efeitos desta Lei Complementar, o constante nas normas da ABNT ou legislação específica.

§ 2º É proibida a entrega ao público de substância e produto mencionados neste artigo, sem indicação precisa e clara de sua periculosidade, bem como, das instruções para seu uso correto e correspondente tratamento de urgência, quando puser em risco a saúde e a vida da pessoa ou de terceiros.

§ 3º O destino das embalagens de agrotóxicos deverá seguir norma ou legislação específica.

Art. 83. A produção, acondicionamento, transporte, armazenamento e uso de substâncias tóxicas, explosivas, corrosivas, inflamáveis e radioativas obedecerão às condições sanitárias expressas neste código e em suas normas técnicas especiais.

Art. 84. Caberá à vigilância Sanitária a informação, através dos meios de comunicação, sobre situações e/ou substâncias presentes no ambiente com riscos à saúde propondo medidas de controle ou supressão às mesmas.

CAPÍTULO VIII SAÚDE DO TRABALHADOR

Art. 85. Toda pessoa empregadora é responsável pelo fornecimento de condições de trabalho compatíveis com a promoção, a proteção e a defesa da saúde de seus empregados, nos termos da

legislação vigente.

§ 1º Entende-se por saúde do trabalhador o conjunto de atividades desenvolvidas através de ações de vigilância epidemiológica e ambiental, assim como as que visam à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho.

§ 2º As atividades relativas à saúde do trabalhador, no Município, serão estruturadas em um sistema de vigilância à saúde dos trabalhadores, em que se articularão informações, assistência e vigilância em locais de trabalho, na forma regulada em decreto do Chefe do Poder Executivo, observada a legislação federal e estadual pertinente.

TÍTULO III

AÇÕES DE PROMOÇÃO E PRESERVAÇÃO DA SAÚDE AMBIENTAL

Art. 86. Os fatores ambientais de risco à saúde são aqueles decorrentes de quaisquer situação ou atividade no meio ambiente – organização territorial, ambiente construído, saneamento, proliferação de insetos e roedores, atividades produtoras de substâncias tóxicas, inflamáveis, corrosivas e radioativas.

Art. 87. Além das condições deste código e de suas normas técnicas especiais, a autoridade de Vigilância Sanitária poderá determinar medidas sobre o saneamento do meio, independentemente da fase de investigação nos casos de risco iminente à saúde.

CAPÍTULO I

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Art. 88. Compete à autoridade de Vigilância Sanitária, a fiscalização de todo e qualquer sistema de abastecimento de água de natureza pública ou privada.

Art. 89. Para fins de construção, ampliação e reforma dos sistemas de abastecimento de água, caberá à Vigilância Sanitária emitir seu parecer de acordo com normas técnicas e legislação pertinente.

Art. 90. Compete ao órgão responsável pelo abastecimento de água o exame periódico de suas redes e demais instalações, com o objetivo de constatar a possível existência de fatores que possam prejudicar a saúde da comunidade.

Parágrafo único. Compete ao órgão credenciado pelo poder público a implantação, manutenção e funcionamento da rede de abastecimento de água, ficando sujeito à fiscalização pelo órgão competente, todo e qualquer sistema de abastecimento de água, seja público ou privado.

Art. 91. Todo e qualquer sistema de abastecimento de água deverá obedecer aos princípios gerais da legislação vigente.

Art. 92. Deverá ser utilizada a rede pública de abastecimento de água, salvo se comprovar que sua fonte própria se apresenta em conformidade com os padrões de potabilidade, não comprometendo a sua saúde ou de terceiros.

Art. 93. Para conjuntos habitacionais e unidades isoladas não atendidas por rede de água, as soluções para o abastecimento deverão seguir o previsto neste regulamento e em legislação específica, aprovadas pelo serviço de Vigilância Sanitária.

§ 1º As fontes, poços e reservatórios deverão possuir, proteção adequada contra infiltrações de poluentes.

§ 2º Constitui obrigação do proprietário do imóvel a execução de instalações adequadas de abastecimento de água potável, cabendo ao ocupante do imóvel, a manutenção, limpeza e desinfecção com a técnica, periodicidade e prazo prescritos pela autoridade de Vigilância Sanitária.

Art. 94. Os poços, minas e fontes cuja qualidade de água não seja própria para o consumo humano ou não satisfaça as exigências deste regulamento, após esgotadas as formas de recuperação dos mesmos, serão lacrados pela Vigilância Sanitária.

Art. 95. Equipamentos utilizados na purificação ou tratamento de água para consumo humano serão fiscalizados pela autoridade de Vigilância Sanitária devendo atender às normas e legislação específica.

Art. 96. A fim de verificar os padrões de potabilidade da água, esta será objeto de análise sobre suas condições sempre que houver dúvidas a respeito.

Art. 97. Águas destinadas a balneabilidade em piscinas próprias ou em clubes recreativos deverão obedecer aos parâmetros fixados nas legislações federal, estadual em vigor e as normas técnicas e regulamentares específicas.

Art. 98. Todos os reservatórios de água potável deverão sofrer limpeza e desinfecção periódicas, conforme legislação vigente, serem de fácil acesso em uma eventual inspeção e permanecer devidamente tampados e protegidos, evitando o acesso de estranhos.

Art. 99. É proibido comprometer por qualquer forma, a pureza das águas destinadas ao consumo público ou particular.

Parágrafo único. Qualquer dano aos recursos hídricos incorrerá na urgência da recuperação dos mesmos pelos responsáveis, devendo estes arcar com todos os custos necessários.

Art. 100. Sempre que o órgão competente da saúde pública municipal detectar a existência de anormalidade ou falha no sistema de abastecimento de água, oferecendo risco à saúde, comunicará o fato aos responsáveis para imediatas correções.

CAPÍTULO II

ESGOTO SANITÁRIO

Art. 101. Os projetos de construção, ampliação, reforma e manutenção do sistema de esgoto sanitário, de ordem pública ou privada deverão ser elaborados, executados e operados de acordo com normas técnicas específicas e estarão sujeitos à fiscalização e controle do Sistema de Vigilância Sanitária.

Art. 102. Para conjuntos habitacionais não atendidas por rede coletora de esgotos, deverão ser previstas soluções para coleta, tratamento e destino final dos esgotos de acordo com autoridade competente.

Art. 103. Todos os prédios residenciais, comerciais, industriais ou instalações em logradouros públicos, localizados em área servidas por sistema oficial de coleta de esgotos serão obrigados a fazer as ligações ao respectivo sistema, aterrando e isolando fossas existentes, não sendo permitido, nesses casos, o uso de fossa séptica, filtro anaeróbico, sumidouro ou outras formas de tratamento individual.

§ 1º As ligações de esgoto deverão ser feitas pela equipe do setor de esgotos, não podendo ser feitas pelo responsável do imóvel.

§ 2º Nenhum imóvel poderá ser ligado na rede pública de esgoto sem prévia inspeção e aprovação pela equipe técnica da vigilância sanitária, sujeito às penalidades previstas neste código, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Art. 104. A execução de instalações domiciliares de coleta e tratamento adequadas de esgoto é obrigação do proprietário, cabendo a manutenção dessas instalações em bom estado de conservação

e funcionamento.

Art. 105. Todas as habitações estão sujeitas a fiscalização sanitária, sejam edificações novas ou antigas, as quais deverão estar de acordo com as normas exigidas para a coleta e tratamento corretos de esgoto.

Art. 106. Qualquer solução individual ou coletiva para a coleta, tratamento e destino final de esgotos, deverão atender as normas técnicas especiais aprovadas pela autoridade em Vigilância Sanitária.

Art. 107. É vedada a introdução direta ou indireta de águas residuais ou esgotos sanitários "in natura" (sem tratamento) nas vias públicas ou em galerias de águas pluviais.

Art. 108. É vedada a introdução direta ou indireta de águas pluviais em redes de esgotos sanitários.

Art. 109. Fica terminantemente proibido o lançamento de quaisquer despejos em águas superficiais, independente de sua origem, sem que haja o devido tratamento.

Parágrafo único. A disposição no solo dos efluentes também não deverá causar qualquer tipo de dano ao meio ambiente.

Art. 110. Toda ligação clandestina de esgoto doméstico "in natura" (sem tratamento) ou de outras procedências feitas à galeria de águas pluviais deverá ser desconectada desta e ligada à rede pública coletora de esgotos, sujeito às penalidades previstas neste código, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Art. 111. Todo prédio, residência ou similar, que utilizar tratamento individual, ou seja, não ligado à rede pública de coleta, será obrigado a manter a mesma em perfeito estado de conservação e funcionamento, providenciando a sua limpeza sistemática, através de seus responsáveis.

Art. 112. Os dejetos provenientes de ônibus ou trailers deverão ser obrigatoriamente lançados em coletores públicos para o devido tratamento, sujeito às penalidades previstas neste código, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Art. 113. A utilização de esgoto ou lodo proveniente de seu tratamento com finalidades agrícolas ou pastoris deverá ser regulamentada por normas técnicas especiais.

Art. 114. A irrigação de plantações de frutas e hortaliças rasteiras com água contaminada será terminantemente proibida.

Parágrafo único. A irrigação de plantações de frutas e hortaliças rasteiras com água proveniente de estação de tratamento de esgotos ou efluentes líquidos de qualquer origem, somente poderá ser realizada em consonância com as normas e legislações específicas do assunto.

Art. 115. As empresas que operam em atividades de limpeza de fossas deverão estar licenciadas junto aos órgãos competentes.

Parágrafo único. Todo lodo ou esgoto sanitário coletado deverá ser submetido a tratamento em grau de eficiência suficiente para garantir a qualidade do corpo receptor ou do meio ambiente.

Art. 116. Qualquer pedido de licenciamento para construção de empreendimentos e atividades que impliquem na emissão de efluentes poluidores deverá ser acompanhado de projetos de acordo com o sistema de tratamento necessário, conforme o caso.

CAPÍTULO III DRENAGENS

Art. 117. Deverá haver um sistema de drenagem com a finalidade de impedir a estagnação de águas pluviais em todo assentamento urbano, sistema viário, terrenos, glebas e loteamentos, devidamente regulamentados.

Art. 118. Não é permitido manter água estagnada, sem utilização específica, nos quintais ou pátios dos prédios, situados na cidade, vilas, povoados ou bairros.

§ 1º As providências para o escoamento das águas estagnadas sem utilização, nos terrenos particulares competem ao respectivo proprietário, sujeito às penalidades previstas neste código, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

§ 2º As águas estagnadas utilizadas com fins específicos deverão ser tratadas e mantidas para garantir a qualidade do meio ambiente.

CAPÍTULO IV RESÍDUOS SÓLIDOS

Art. 119. Ao sistema de vigilância da saúde caberá fiscalizar, sob todos os aspectos relacionados à saúde pública, o sistema individual ou coletivo, público ou privado de produção, armazenamento, coleta, transporte, tratamento, reciclagem e destino final dos resíduos sólidos de qualquer natureza.

Art. 120. Processar-se-ão, em condições que não afetem a estética, nem tragam malefícios ou inconvenientes à saúde e ao bem-estar coletivo ou do indivíduo, a disposição, a coleta, a remoção, o acondicionamento e o destino final dos resíduos sólidos.

Art. 121. Os estabelecimentos de saúde deverão desenvolver e implantar um sistema de gestão para os seus resíduos, em observância as normas e legislações específicas sobre o tema.

Parágrafo único. Os resíduos provenientes destes estabelecimentos deverão ser acondicionados em recipientes resistentes de forma a impedir vazamento, identificados conforme seus grupos de classificação e em atendimento as normas e legislação pertinente, armazenados temporariamente nos limites de sua propriedade, em local apropriado e inacessível ao público, não podendo ser colocado em vias públicas.

Art. 122. As instalações destinadas ao manuseio dos resíduos sólidos, bem como o seu armazenamento deverão obedecer às condições básicas sanitárias a fim de preservar a saúde e o meio ambiente.

Art. 123. A adoção de soluções coletivas e/ou individuais para o tratamento e disposição final dos resíduos sólidos deverá estar de acordo a preservar as condições sanitárias do ambiente.

Art. 124. É proibida, a utilização de terrenos e edificações públicas ou privadas para o destino ou manuseio de resíduos sólidos sem o devido licenciamento dos órgãos competentes.

Art. 125. O serviço público ou privado de coleta de resíduos sólidos deverá cumprir a legislação vigente.

Art. 126. Para o destino final dos resíduos deverão ser tomadas medidas necessárias para proteção das águas superficiais e subterrâneas, não sendo permitida a disposição dos resíduos a céu aberto, lixões ou vazadouros.

Art. 127. É proibida a queima de resíduos que por sua forma ou

composição possam causar danos à saúde de terceiros.

Art. 128. Não será permitida em nenhuma hipótese, a utilização de restos de alimentos ou resíduos orgânicos provenientes de estabelecimentos hospitalares e congêneres com suspeita de contaminação de qualquer espécie.

Parágrafo único. Os restos de alimentos ou resíduos orgânicos não contaminados, devidamente comprovados, poderão ser encaminhados para processo de reutilização somente após vistoria da Vigilância Sanitária.

Art. 129. É terminantemente proibido o acúmulo, nas habitações e nos terrenos a elas pertencentes ou terrenos vazios, de resíduos alimentares ou qualquer outro material que contribua para a proliferação das larvas de moscas e de outros insetos e animais daninhos.

Parágrafo único. É permitida a compostagem de materiais orgânicos em recipientes adequados.

Art. 130. É de responsabilidade dos estabelecimentos produtores a destinação dos resíduos industriais, que deverão ser realizados de forma adequada, que não represente riscos ao meio ambiente e à saúde.

Art. 131. Fica proibida a colocação de resíduos sólidos nos locais de coleta, mesmo em vasilhas ou sacos plásticos, fora do cronograma estabelecido pela municipalidade.

Art. 132. Fica terminantemente proibida a colocação nos passeios ou vias públicas de: terra, materiais e restos de construções, detritos provenientes de demolições e entulhos em geral.

Parágrafo único. O proprietário deverá utilizar a caixa de entulhos para tal finalidade, de conformidade com a legislação vigente.

Art. 133. É terminantemente proibido, em qualquer caso, varrer resíduos sólidos de qualquer natureza, para os ralos e galerias pluviais dos logradouros públicos.

Art. 134. As medidas que visem à reciclagem e reaproveitamento racional dos resíduos deverão ser incentivadas.

CAPÍTULO V HABITAÇÃO URBANA E RURAL

Art. 135. Toda construção, ampliação ou reforma em edificações de interesse à saúde deverá estar de acordo com as exigências deste regulamento e receber o parecer técnico, atendendo a legislação vigente.

Art. 136. O proprietário de/ou responsável por terreno baldio em zona urbana, rural ou urbanizável é obrigado a realizar as obras de saneamento determinadas pela autoridade de saúde competente.

Art. 137. O proprietário de/ou responsável por imóvel deve conservá-lo de forma que não polua ou contamine o meio ambiente.

Art. 138. O proprietário ou usuário de construção destinada à habitação deve obedecer às prescrições regulamentares, relacionadas com a salubridade.

§ 1º Aquele que construir, reconstruir, adaptar, reformar ou ampliar edificações destinadas à habitação ou a parte desta, de qualquer natureza, tipo ou finalidade, não poderá iniciar as obras sem a prévia aprovação de seu projeto hidrossanitário.

§ 2º A aprovação prévia será concedida mediante análise do projeto, considerando as disposições desta Lei Complementar e aos

requisitos exigidos em normas técnicas, visando a proteção da saúde individual e coletiva e os efeitos decorrentes ao meio ambiente.

§ 3º O responsável pela aprovação do projeto hidrossanitário terá prazo de quinze dias, contados a partir do protocolo, para promover a análise e deixar disponível o parecer ao interessado.

§ 4º No caso de pendências ou solicitação de documentos complementares, referente o projeto hidrossanitário, inicia outro prazo de quinze dias contados do novo protocolo do interessado, para o responsável pela aprovação emitir novo parecer.

§ 5º Para aprovação do projeto hidrossanitário, o proprietário será obrigado a apresentar, além dos demais documentos exigidos, termo de ciência ou documento similar disponibilizado pela divisão, o qual obriga o proprietário a deixar as caixas sépticas, caixas de gordura, fossas sépticas, sumidouros e/ou filtros anaeróbicos abertos para vistoria da autoridade de saúde.

Art. 139. Para efeitos desta Lei Complementar, entende-se por construção destinada à habitação o edifício já construído, toda a espécie de obras em execução e ainda as obras tendentes a ampliá-lo, modificá-lo ou melhorá-lo, com o fim de servir para moradia ou residência própria ou de terceiros.

§ 1º O proprietário tem obrigação de entregar o imóvel em condições higiênicas e o usuário tem a obrigação de assim conservá-lo.

§ 2º O proprietário, usuário de habitação ou responsável por ela deve acatar a intimação da autoridade de saúde e executar, dentro do prazo concedido, as obras julgadas necessárias.

§ 3º As disposições deste artigo aplicam-se também a hotéis, motéis, albergues, dormitórios, pensões, pensionatos, internatos, creches, asilos, cárceres, quartéis, conventos e similares.

Art. 140. Para o caso de edificações que possam servir como fonte geradora de radiação, calor, fumaça, ruídos e outras formas de poluição, deverá haver a devida segurança e proteção a edificações vizinhas com o intuito de não causar incômodo a terceiros, observando a legislação vigente.

Art. 141. A autoridade em Vigilância Sanitária poderá interditar a edificação ou habitação que não reúna as condições de higiene, conservação e segurança indispensáveis, observando a legislação vigente.

Art. 142. Somente poderá ocorrer a ocupação ou utilização de habitação nova ou reformada após a expedição do Habite-se.

Art. 143. As construções situadas em zona rural serão mantidas de maneira a evitar condições propícias à criação e proliferação de animais sinantrópicos.

TÍTULO IV INTERDIÇÃO, APREENSÃO E INUTILIZAÇÃO DE SUBSTÂNCIAS E PRODUTOS DE INTERESSE À SAÚDE

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 144. A autoridade de Vigilância Sanitária procederá à apreensão e/ou inutilização de produtos e substâncias de interesse à saúde, bem como, a interdição do estabelecimento, quando cabível.

Art. 145. Ao proprietário, detentor, possuidor, responsável ou fiel depositário de substâncias ou produtos de interesse da saúde apreendidos, fica proibido de entregá-los ao consumo, desviá-los,

substituí-los ou modificá-los, no todo ou em parte ou de empregá-los de qualquer forma, sob pena de sanções legais em grau máximo previsto neste código.

Art. 146. O termo de interdição ou apreensão será lavrado em três vias sendo que a primeira será endereçada ao detentor ou ao seu representante.

Art. 147. A apreensão de substância ou produto de interesse da saúde durará o tempo necessário para a realização de provas e análises fiscais, observada a legislação vigente.

Parágrafo único. Em caso de não comprovação de qualquer infração, a autoridade em Vigilância Sanitária comunicará de imediato ao interessado, fornecendo cópia do laudo e providenciando a pronta liberação da substância ou produto.

Art. 148. A autoridade em Vigilância Sanitária quando da apreensão e inutilização ou interdição, lavrará auto circunstanciado que especificará a procedência, natureza, marca, lote, quantidade da substância ou produto de interesse da Saúde.

CAPÍTULO II DA INTERDIÇÃO

Art. 149. Os estabelecimentos que estiverem em desacordo com a legislação vigente, serão interditados, sujeitos às penalidades previstas neste Código, sem prejuízo as sanções penais e civis.

SEÇÃO I ANÁLISE FISCAL

Art. 150. A autoridade em vigilância Sanitária fará, quando necessário, a coleta de amostras de substâncias e produtos de interesse da saúde a fim de análise fiscal.

Art. 151. Em caso de risco iminente à saúde da população, a coleta de amostras para análise fiscal poderá ser precedida por apreensão cautelar do produto ou apenas do lote, ou em situações pertinentes da produção.

Art. 152. A coleta de amostras para análise fiscal deverá respeitar e seguir o estabelecido na legislação vigente.

Art. 153. O infrator, discordando do resultado condenatório, poderá requerer perícia de contraprova no período de dez dias e em vinte e quatro horas no caso de produtos perecíveis.

Parágrafo único. Após decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, se não ocorrer defesa ou requerimento de contraprova o laudo analítico será considerado definitivo.

Art. 154. Se a natureza ou a quantidade do produto ou substância de interesse da saúde não possibilitar a coleta de amostra, este deverá ser apreendido mediante lavratura do auto respectivo e levado até o laboratório oficial onde deverá ser realizada a análise laboratorial.

Art. 155. Qualquer substância ou produto de interesse da saúde, de origem clandestina, ficará sujeito à apreensão pela autoridade em vigilância sanitária.

Art. 156. Para os casos de constatação em flagrante de atos de fraude, falsificação ou alteração de substâncias e produtos de interesse da saúde, não caberá recurso.

Art. 157. Nos casos de substâncias ou produtos claramente deteriorados ou alterados e por isto tornados impróprios para o consumo, a autoridade em Vigilância Sanitária fica dispensada da coleta

de amostra devendo lavrar Auto.

Parágrafo único. Estão igualmente dispensados da coleta de amostra para análise, as substâncias e produtos que: estiverem depositados, expostos à venda ou ao consumo, com prazo de validade vencido; tenham sua embalagem amassada, violada, rotulados em desacordo com a legislação vigente ou não possuírem registro no órgão competente; possuam presença de elementos estranhos, impurezas, demonstrem pouco asseio ou sejam atingidos por ação de causas naturais, tornando-os potencialmente perigosos à saúde do consumidor; produtos alimentícios acondicionados juntamente com produtos saneantes. quando não possa ser comprovada a sua procedência.

SEÇÃO II PERÍCIA DE CONTRAPROVA

Art. 158. A perícia de contraprova será realizada no laboratório oficial em que tenha ocorrida a análise fiscal, sobre a amostra em poder do detentor ou responsável, com a presença do perito do laboratório oficial e de um perito indicado pelo responsável com habilitação legal.

Parágrafo único. A perícia será considerada encerrada se o perito indicado pelo detentor ou responsável, não comparecer em dia e hora fixados sem prévia justificativa.

Art. 159. A perícia de contraprova não será realizada caso a amostra em poder do infrator apresente quaisquer sinais de alteração ou violação do produto, prevalecendo neste caso o laudo condenatório da análise fiscal inicial.

Art. 160. Para os casos de condenação definitiva do produto em razão de laudo laboratorial, confirmado em perícia de contraprova, não caberá recurso ao acusado.

TÍTULO V DA TAXA DOS ATOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL

CAPÍTULO I DA INCIDÊNCIA E DOS CONTRIBUINTES

Art. 161. A taxa dos atos de Vigilância Sanitária Municipal é devida pela execução dos seguintes serviços realizados através da Secretaria Municipal de Saúde:

Vistoria Sanitária: à pedido da pessoa proprietária ou responsável por empresa e de interesse da Vigilância Sanitária, no imóvel, bens, produtos ou serviços que por sua natureza, uso, aplicação, comercialização, industrialização, transporte, armazenamento e divulgação que possa interessar a saúde pública;

vistoria prévia: vistoria realizada antes do início das atividades, sempre a fim de instruir o processo para a concessão de alvará sanitário;

concessão de alvará sanitário: autorização sanitária para o funcionamento do estabelecimento, serviços e atividades de interesse da Vigilância Sanitária;

revalidação do alvará sanitário: deverá ser feita uma vistoria para concessão do mesmo, antes do término do prazo do alvará em vigor.

concessão de licença especial: autorização sanitária para a realização de atividades não enquadradas no inciso anterior;

concessão de licença sanitária: autorização sanitária para a realização de atividades por prazo determinado que não ultrapasse trinta dias, prorrogável por mais trinta dias, formalmente requerido e justificado;

fornecimento de certidão, declaração ou atestado, relativos a assentos atribuíveis à Secretaria Municipal de Saúde;

análise e aprovação sanitária de projetos residenciais, comerciais e industriais para construção, reforma e ampliação; demais taxas fixadas na legislação municipal.

§1º Toda arrecadação proveniente dos incisos acima, bem como multas pecuniárias ou outras, reverterá ao Fundo Municipal de Saúde e ao financiamento das ações de prevenção, educação, fiscalização e manutenção do setor de Vigilância Sanitária.

§2º As empresas que atuarem na área de gêneros alimentícios, além das taxas do Alvará Sanitário, pagarão o valor de 0,10 UFM por pessoa que trabalhe com alimentos.

CAPÍTULO II DO CÁLCULO

Art. 162. As taxas dos atos de Vigilância Sanitária Municipal são aquelas previstas no anexo único desta Lei Complementar.

§ 1º O pagamento da taxa prevista neste artigo não exclui o pagamento dos demais tributos e penalidades pecuniárias a que estiver sujeito o contribuinte.

§ 2º A taxa dos atos de Vigilância Sanitária Municipal será paga através de guia própria, autenticada mecanicamente, com data anterior a execução do ato.

§ 3º A taxa referente aos serviços descritos no art. 161, VIII, terá um prazo de quinze dias para ser quitada.

§ 4º As demais taxas dos atos de vigilância sanitária deverão ser pagas até o último dia do mês da solicitação do serviço.

TÍTULO VI INFRAÇÕES SANITÁRIAS – PENALIDADES

CAPÍTULO I GRADUAÇÃO DAS PENALIDADES

Art. 163. Para fins de aplicação neste código considera-se infração a não observância ou não cumprimento das normas legais ou regulamentares que se destinem à proteção, promoção, preservação ou recuperação da saúde.

Art. 164. Estarão sujeitos a sanções todos aqueles que por motivo de ação ou omissão tenham lhes dado causa, concorrerem para a sua prática ou obtiverem benefícios delas.

Art. 165. As infrações sanitárias se classificam em:
leves - neste caso o infrator se beneficia por circunstância atenuante;
graves - casos de circunstância agravante;
gravíssimas - casos de ocorrência de duas ou mais circunstâncias agravantes.

Art. 166. São circunstâncias atenuantes:
a ação do infrator não ter sido fundamental para a consumação do evento;
compreensão errônea da norma sanitária, admitida como escusável;
incapacidade patente do agente para entender o caráter ilícito do ato praticado;
o infrator, por livre e espontânea vontade, imediatamente procurar reparar ou minorar as conseqüências lesivas do ato;
o infrator primário e a infração ser de pouco significado em relação à saúde pública.

Art. 167. São circunstâncias agravantes:
ter o infrator agido com dolo, fraude ou má-fé;
a infração ser de natureza clara de obtenção de vantagem pecuniária;
deixar o infrator de adotar providências de sua competência, tendentes a evitar ou sanar o ato ou fato lesivo à saúde pública;
o infrator utilizar de coação para a execução de infração;

a infração ser de caráter significativo para a saúde pública;
o infrator ser reincidente na prática do ato ou fato lesivo à saúde pública.

Art. 168. Casos de reincidência colocam o infrator enquadrado na penalidade máxima e na caracterização da infração de gravíssima.

Art. 169. A fim de aplicação da pena e sua graduação a autoridade em vigilância à saúde deverá considerar:
circunstâncias agravantes e atenuantes;
gravidade do fato;
antecedentes do infrator quanto às normas sanitárias.

Art. 170. Nos casos de concomitância de circunstâncias agravantes e atenuantes a aplicação da pena será considerada em razão das que sejam preponderantes.

Art. 171. As infrações às disposições legais e regulamentares de ordem sanitária prescrevem em cinco anos.

§ 1º A prescrição interrompe-se pela notificação, ou outro ato da autoridade competente que objetiva a apuração e consequentemente imposição da pena.

§ 2º Não corre o prazo prescricional enquanto houver processo administrativo pendente de decisão.

CAPÍTULO II ESPECIFICAÇÃO DAS PENALIDADES

Art. 172. As infrações sanitárias, independentes e sem prejuízo das sanções de natureza civil e criminal, serão aplicadas, alternativa ou cumulativamente as penas de:
advertência;
multas de duas a dez vezes o valor nominal da UFM;
apreensão de substâncias, produtos, equipamentos e utensílios;
inutilização de substâncias, produtos, equipamentos e utensílios;
suspensão de comercialização de substâncias, produtos, equipamentos e utensílios;
suspensão de fabricação de substâncias, produtos, equipamentos e utensílios;
cancelamento de registro de substâncias, produtos, equipamentos e atividades;
interdição total ou parcial do estabelecimento;
proibição de propagandas enganosas;
cassação de licença de funcionamento de estabelecimentos;
intervenção.

Art. 173. A pena de multa será de:
infrações leves - duas vezes a UFM;
infrações graves - cinco vezes a UFM;
infrações gravíssimas - dez vezes a UFM.

Art. 174. Os valores das multas previstas neste código aplicar-se-ão à Unidade Fiscal do Município (UFM).

Parágrafo único. Os infratores que estiverem em débito de multa não poderão participar de licitações, celebrar contratos ou transacionar a qualquer título com a administração municipal.

Art. 175. A pena de interdição será aplicada a estabelecimentos prestadores de serviços de saúde que atuem com negligência, imperícia ou imprudência.

Art. 176. A pena de interdição se aplica de imediato a situações em que se constata infração sanitária que cause risco de saúde à população.

Art. 177. A pena de interdição será extensiva para os

estabelecimentos industriais comerciais de substâncias e produtos de interesse da saúde cuja atividade seja entendida pela autoridade em vigilância sanitária como passível de gerar risco iminente à vida ou saúde pública ou comprometer de modo irreversível a proteção, promoção, preservação e recuperação da saúde da população.

CAPÍTULO III CARACTERIZAÇÃO DAS INFRAÇÕES E SUAS PENALIDADES

Art. 178. A pessoa física ou jurídica que comete infração de natureza sanitária e está incurso nas penas discriminadas a seguir, quando:

construir, instalar ou fizer funcionar estabelecimentos de interesse a saúde sem licença do órgão sanitário competente ou contrariando a normatização legal pertinente;

Pena: advertência, interdição e/ou multa;

instalar consultórios médicos ou odontológicos, atividades paramédicas, locais que utilizem quaisquer equipamentos geradores de radiação ou outros sem licença do órgão sanitário contrariando o disposto na legislação vigente;

Pena: Advertência, interdição, apreensão e/ou multa;

construir clínicas ou fizer funcionar estabelecimentos veterinários, agropecuário ou afins, sem alvará ou licença do órgão sanitário contrariando o disposto na legislação pertinente;

Pena: advertência, interdição, apreensão e/ou multa;

extrair, produzir, fabricar, transportar, preparar, manipular, purificar, fracionar, embalar, importar, exportar, armazenar, expandir, comprar, vender, ceder ou utilizar produtos de interesse da saúde em desacordo com a legislação vigente;

Pena: advertência, interdição, apreensão, inutilização e/ou multa; dificultar as ações de vigilância sanitária no exercício de suas funções;

Pena: interdição, cancelamento de alvará sanitário e/ou multa;

aviar receitas que não se correlacionem a prescrição médica, odontológica e veterinária;

Pena: advertência, interdição, cancelamento de alvará sanitário e/ou multa;

fornecer ou comercializar medicamentos, drogas e correlatos que dependem de prescrição médica sem a observância desta exigência;

Pena: advertência, apreensão, interdição, cancelamento do alvará sanitário e/ou multa;

alterar ou rotular produtos e substâncias sujeitos a controle sanitário sem a necessária autorização do órgão competente;

Pena: interdição, apreensão, cancelamento de alvará e/ou multa; reutilizar vasilhames em desacordo com as normas da vigilância sanitária;

Pena: intervenção, apreensão, inutilização e/ou multa;

expor à venda produtos e substâncias de interesse à saúde cujo prazo de validade tenha sido expirado;

Pena: apreensão, inutilização e/ou multa;

aplicação de dedetizadas, produtos raticidas, químicos defensivos agrícolas, agrotóxicos e outros que possam ser prejudiciais à saúde em quaisquer estabelecimentos que possam estar em comunicação com residências ou outros locais frequentados por pessoas ou animais em desacordo com as normas da vigilância sanitária;

Pena: interdição, apreensão, cancelamento de alvará e/ou multa. desrespeitar ou desacatar a autoridade de saúde no exercício de suas atribuições legais;

Pena: advertência, e/ou multa sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis;

não cumprimento das leis sanitárias em imóveis por parte de seus proprietários e/ou quem detenha legalmente sua posse;

Pena: advertência, interdição e/ou multa;

proceder a cremação de cadáveres ou utilizá-los contrariando as normas sanitárias pertinentes;

Pena: advertência e/ou multa;

transgredir normas legais federais, estaduais ou municipais que se

destinem a promoção, recuperação e proteção da saúde;

Pena: advertência, interdição, apreensão, inutilização, suspensão de venda e/ou fabricação, cancelamento do alvará sanitário e/ou multa;

descumprir atos emanados pela autoridade em vigilância à saúde visando a aplicação da legislação pertinente;

Pena: advertência, intervenção, interdição total ou parcial, apreensão, inutilização, suspensão de venda ou fabricação, cancelamento do alvará sanitário, proibição da propaganda e/ou multa; extrair, produzir, fabricar, transformar, manipular, purificar, fracionar, embalar, transportar ou utilizar produtos e/ou resíduos perigosos, tóxicos, explosivos, inflamáveis, corrosivos, emissoras de radiações ionizantes entre outros contrariando a legislação sanitária em vigor;

Pena: advertência, interdição, apreensão, inutilização, suspensão de venda e/ou fabricação parcial ou total do estabelecimento, cancelamento do alvará sanitário, proibição de propaganda e/ou multa;

deixar de fornecer à autoridade em vigilância sanitária dados técnicos sobre os produtos e substâncias em questão no que se relaciona a sua produção e composição.

Pena: advertência, interdição, apreensão, inutilização, suspensão de venda, cancelamento do alvará sanitário e/ou multa;

não fornecer condições ambientais de trabalho adequadas à saúde do trabalhador;

Pena: advertência, interdição do equipamento, máquina e/ou multa;

XX – Iniciar as atividades sem alvará sanitário ou sem revalidar no prazo determinado;

Pena: Interdição e/ou multa.

TÍTULO VII

PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DAS INFRAÇÕES DE NATUREZA SANITÁRIA

CAPÍTULO I

DO AUTO DE INFRAÇÃO

Art. 179. Os procedimentos relacionados à infração sanitária terão lavratura do auto de infração.

Art. 180. O auto de infração será lavrado ao ser verificada qualquer infração ao dispositivo legal relativo à proteção, promoção, preservação e recuperação da saúde pública previstos neste código, suas normas técnicas especiais e legislação vigente.

Art. 181. O auto de infração será lavrado em três vias sendo a primeira destinada ao autuado e conterá:

o nome ou denominação da pessoa física ou jurídica autuada, especificação do ramo de atividade e seu endereço;

ato ou fato gerador da infração, local, hora e data;

disposição legal transgredida;

indicação do dispositivo legal ou regulamentar que determina penalidade a que fica sujeito o infrator;

prazo legal para defesa ou impugnação do auto de infração;

assinatura do agente autuante e sua identificação;

assinatura do autuado ou de seu representante legal, em caso de recusa ou impedimento, consagração da circunstância pela autoridade autuante e encaminhará a autoridade competente.

Parágrafo único. Se não houver possibilidade de ser dado conhecimento diretamente ao interessado, este deverá receber a notificação do auto de infração por meio de carta registrada ou edital publicado na imprensa, considerando-se efetivada a notificação cinco dias após a publicação.

Art. 182. Quando, após a lavratura do auto de infração, subsistir ainda, para o infrator a obrigação a cumprir, será ele intimado a fazê-lo no prazo assinalado.

Parágrafo único. O prazo para o cumprimento poderá ser reduzido ou ampliado, em casos excepcionais, desde que não afete o interesse público.

CAPÍTULO II DO AUTO DE INTIMAÇÃO

Art. 183. O auto de intimação será lavrado pelas autoridades de vigilância sanitária quando a infração for considerada leve, sem risco à saúde pública.

Parágrafo único. O prazo para cumprimento da intimação será a critério da autoridade de saúde, contado à partir de sua ciência por parte do infrator podendo ser prorrogado em casos em que não interfira com o interesse público.

Art. 184. O auto de intimação deverá ser lavrado em três vias, destinando a primeira via ao intimado e deverá conter: nome da pessoa física ou jurídica e sua identificação, ramo de atividade e endereço; número, série e data do auto de intimação respectivo; dispositivo legal infringido; medida sanitária exigida; prazo para sua execução; nome e cargo legíveis da autoridade que expediu a intimação; a assinatura do intimado, ou na sua ausência, de seu representante legal; em caso de recusa, a consignação dessa circunstância ensejará o auto de infração.

CAPÍTULO III DO AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES

Art. 185. O auto de imposição que trata penalidades deverá ser lavrado pela autoridade em dez dias, no máximo, a contar da lavratura do auto de infração.

§ 1º Se houver necessidade de confirmação laboratorial o prazo fixado no art. 189 será de cinco dias a partir do recebimento pela autoridade sanitária do laudo de análise.

§ 2º Em casos de risco iminente para a saúde pública as penalidades de apreensão, interdição e de inutilização serão aplicadas de imediato, sem prejuízo de outras penalidades.

§ 3º O auto de imposição de penalidades de apreensão, inutilização ou interdição deverá vir anexado ao auto de infração original.

Art. 186. O auto de imposição de penalidades será lavrado em três vias, destinando-se a primeira via ao infrator e conterá: nome da pessoa física ou jurídica e sua identificação, ramo de atividade e seu endereço; número, série e data do auto de intimação; número, série e data do auto de infração respectivo; ato ou fato constituído da infração e o local, a hora e a data respectivos; disposição legal infringida; penalidade imposta; nome e cargo legível e assinatura da autoridade autuante; nome do infrator ou do seu representante legal.

Parágrafo único. Se não houver possibilidade de notificação ao infrator diretamente de sua penalidade, esta deverá ser enviada por meio de carta registrada ou edital publicado na imprensa uma única vez, considerando-se efetivada a notificação cinco dias após a publicação.

Art. 187. Depois de transcorrido o prazo estipulado para recurso ou pagamento de multa, o infrator será notificado para recolhê-la no prazo de quinze dias ao órgão municipal competente, respeitando

a legislação tributária vigente.

CAPÍTULO IV DO RECURSO

Art. 188. Ao infrator é oferecida a possibilidade de defesa do auto de infração no prazo de quinze dias contados de sua ciência.

Art. 189. A defesa ou impugnação será de julgamento do superior imediato do servidor autuante, ouvido este, preliminarmente o qual terá prazo de dez dias corridos para se pronunciar a respeito seguindo-se a lavratura do auto de imposição e penalidade se for o caso.

Art. 190. O recurso do infrator à autoridade imediatamente superior será apenas da imposição de penalidade.

Art. 191. Em se havendo a manutenção da decisão condenatória do auto de imposição de penalidades, caberá recurso de reconsideração de despacho no prazo de trinta dias ao Secretário Municipal de Saúde.

Art. 192. Os recursos serão decididos depois de ouvida a autoridade recorrida, a qual poderá reconsiderar decisão anterior.

Art. 193. Os recursos só terão efeito suspensivo em casos de imposição de multas.

Art. 194. Ao infrator haverá a ciência das decisões das autoridades em vigilância sanitária: Pessoalmente, ou por seu procurador, à vista do processo; Mediante notificação, por carta registrada ou através da imprensa oficial.

TÍTULO VIII DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 195. A infração do disposto neste Código caberá ao infrator às sanções previstas neste Código, sem prejuízo de outras sanções civis ou penais.

Art. 196. O disposto neste código deverá ser compatível com a legislação sanitária vigente com a finalidade maior de proteção, promoção, preservação da saúde.

Art. 197. Os estabelecimentos públicos estão sujeitos ao disposto neste código e em normas técnicas especiais, além das resoluções do conselho federal, estadual e municipal de saúde.

Art. 198. Uma vez que se constate a infração das leis sanitárias e demais normas técnicas especiais pertinentes, a autoridade em Vigilância Sanitária procederá ao rito processual para a capitulação da infração sanitária prevista neste regulamento e ainda: deverá comunicar através de ofício às autarquias profissionais da ocorrência de indícios de transgressões éticas e profissionais; comunicará imediatamente à autoridade policial competente nos casos de recusa de cumprimento de expediente circunstancial.

Art. 199. O Município elaborará e/ou adotará, através de Decreto, normas técnicas específicas, sem prejuízo da vigência deste código, com a finalidade de complementá-lo e tornar mais claro e eficaz o seu cumprimento sempre que necessário.

Art. 200. As disposições sobre permanência de animais no perímetro urbano será determinada por legislação específica.

Art. 201. As disposições sobre recolha e destinação de animais mortos serão regulamentadas por legislação específica.

Art. 202. Fatos não previstos neste código serão avaliados pela autoridade de Vigilância Sanitária, observando o que dispõem as legislações federais e estaduais.

Art. 203. Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 10 de dezembro de 2013.

INÁCIO OSWALD

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

SÉRGIO LUÍS KESSLER

Secretário Municipal de Administração.

ANEXO ÚNICO

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 63, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013.

TABELA

GRUPO	ATOS DE SAÚDE PÚBLICA	VALORES EM UFM
1	ALVARÁ SANITÁRIO ANUAL (POR ATIVIDADE DESENVOLVIDA) CONFORME INÍCIO DAS ATIVIDADES	
11	INDÚSTRIA DE ALIMENTOS	
111	MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFM
11101	Doces / produtos de confeitaria (c/creme)	0,50
11102	Massas frescas	0,50
11103	Panificação (fab. / distrib.)	0,50
11104	Refeições, cozinhas industriais	1,00
11105	Sorvetes e similares	0,50
11106	Produtos congelados	0,50
112	MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFM
11201	Amidos e derivados	0,50
11202	Bebidas analcológicas, sucos e outras	0,50
11203	Biscoitos e bolachas	0,50
11204	Cacau, chocolates e sucedâneos	0,50
11205	Cerealista, depósito e beneficiamento de grãos	0,50
11206	Condimentos, molhos e especiarias	0,50
11207	Confeitos, caramelos, bombons e similares	0,50
11208	Desidratadora de frutas e vegetais	0,50
11209	Farinhas (moinhos) e similares	0,50
11210	Gelatinas, pudins, pós para sobremesas e sorvetes	0,50
11211	Gelo	0,50
11212	Gorduras, óleos, azeites, cremes (fab. / ref. / envasadoras)	0,50
11213	Marmeladas, doces e xaropes	0,50
11214	Derivados de cana	0,50
11215	Massas secas	0,50
11216	Salgadinhos / batata frita (empacotado)	0,50
11217	Salgadinhos e frituras	0,50
11218	Suplementos alimentares enriquecidos	0,50
11219	Tempero à base de sal	0,50
11220	Torrefadora de café	0,50
11221	Demais indústrias de alimentos	0,50
12	LOCAL DE ELABORAÇÃO E/OU VENDA DE ALIMENTOS	
121	MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFM
12101	Açougue	0,50
12102	Assadora de aves e outros tipos de carne	0,50
12103	Cantina escolar	0,50
12104	Casa de carnes	0,50

12105	Casa de frios (laticínios e embutidos)	0,50
12106	Casa de sucos / caldo de cana e similares	0,50
12107	Comércio atacadista de alimentos grupo 121	0,50
12108	Confeitaria	0,50
12109	Cozinha de escolas	0,50
12110	Cozinha clube / hotel / motel / creche / boate / pensão / similares	0,50
12111	Cozinha de lactários / hosp. / mater. /casas de saúde	0,50
12112	Lanchonete / café colonial e petiscarias	0,50
12113	Mercados / super / mini (somatório das atividades)	0,50
12114	Mercearia / armazém (única atividade)	0,50
12115	Padaria / panificadora	0,50
12116	Pastelaria	0,50
12117	Peixaria	0,50
12118	Pizzaria	0,50
12119	Produtos congelados	0,50
12120	Restaurante / buffet / churrascaria	0,50
12121	Serv-carro / drive-in / quiosque / trailer e similares	0,50
12122	Sorveteria e/ou posto de venda	0,50
12123	Bar / boate / uisqueria	0,50
12124	Café	0,50
12125	Demais estabelecimentos do grupo 121	0,50
122	MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFM
12201	Depósito de bebidas	0,30
12202	Depósito de frutas e verduras	0,50
12203	Depósito de alimentos	0,30
12204	Envasadora de chás / cafés / condimentos / especiarias	0,30
12205	Feira livre (comércio de carnes e derivados, leite e derivados, pescados, produtos de confeitaria, ovos, de frutas, legumes e verduras entre outros)	0,30
12206	Quitanda, frutas e verduras	0,30
12207	Venda ambulante (comércio de pipoca, milho verde, algodão doce, outros)	0,30
12208	Comércio atacadista de alimentos	0,30
12209	Demais estabelecimentos do grupo 122	0,30
13	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	
131	MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFM
13101	Ambulatório médico	0,30
13102	Ambulatório odontológico	0,30
13103	Ambulatório veterinário	0,30
13104	Ambulatório de enfermagem	0,30
13105	Clínica médica	0,50
13106	Clínica veterinária	0,50
13107	Policlínica	0,30
13108	Pronto socorro	0,30
13109	Serviço de nutrição e dietética	0,30
13110	Unidade sanitária	Isento
13111	Farmácia (alopática)	1,00
13112	Farmácia (homeopática)	1,00
13113	Drogaria	1,00
13114	Posto de medicamentos	0,50
13115	Dispensário de medicamentos	0,50
13116	Ervanária	0,30
13117	Farmácia privativa (hosp. / clínica / assoc., etc.)	1,00
13118	Hospital especializado (soma das atividades desenvolvidas)	1,00
13119	Hospital geral (soma das atividades desenvolvidas)	1,00
13120	Hospital infantil (soma das atividades desenvolvidas)	1,00
13121	Hospital veterinário	1,00
13122	Maternidade (soma das atividades desenvolvidas)	1,00
13123	Unidade integrada de saúde / unidade mista (soma das atividades desenvolvidas)	1,00
13124	Laboratório de análises clínicas	1,00

13125	Laboratório de análises bromatológicas	1,00
13126	Laboratório de anatomia e patologia	1,00
13127	Laboratório de controle qualidade ind. farmacêutica	1,00
13128	Laboratório químico-toxicológico	1,00
13129	Laboratório cito / genético	1,00
13130	Posto de coleta de material biológico	0,50
13131	Unidade volante de assistência médica e/ou pré-hospitalar (por unidade móvel)	0,50
13132	Unidade volante de assistência de enfermagem (por unidade móvel)	0,50
13133	Unidade volante laboratorial de análises clínicas	0,50
13134	Clínicas e institutos de beleza sob responsabilidade médica	0,50
13135	Unidade volante de assistência odontológica	0,30
13136	Serviços de tatuagem e piercing	0,30
13137	Congêneres grupo 131	0,30
132	MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFM
13201	Clínica de fisioterapia e/ou reabilitação	0,30
13202	Clínica de psicoterapia / desintoxicação	0,30
13203	Clínica de psicanálise	0,30
13204	Clínica de odontologia	0,30
13205	Clínica de tratamento e repouso	0,30
13206	Clínica de ortopedia	0,30
13207	Ultrassonografia	0,30
13208	Clínica de fonoaudiologia	0,30
13309	Consultório de fisioterapia	0,30
13210	Consultório médico	0,30
13211	Consultório nutricional	0,30
13212	Consultório odontológico	0,30
13213	Consultório de psicanálise / psicologia	0,30
13214	Consultório/clínica veterinário	0,50
13215	Serviço de acupuntura	0,30
13216	Estabelecimento de massagem	0,30
13217	Laboratório ou oficina de prótese dentária	0,30
13218	Laboratório de prótese auditiva	0,30
13219	Laboratório de prótese ortopédica	0,30
13220	Laboratório de ótica	0,30
13221	Ótica	0,30
13222	Consultório psicopedagógico	0,30
13223	Estabelecimentos saúde de propriedade da união, estado e município	Isento
13224	Congêneres grupo 132	0,30
14	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE DA SAÚDE	UFM
141	MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	
14101	Asilo e similares	0,50
14102	Desinsetizadora e/ou desratizadora	0,50
14103	Escola de natação e similares	0,30
14104	Estação hidromineral / termal / climatério	0,30
14105	Estab. de ensino pré-escolar maternal, pré-escolar creche, pré-escolar jardim de infância	0,30
14106	Estab. ensino de 1º, 2º, 3º graus e similares	0,30
14107	Estab. ensino (todos os graus) regime internato	0,30
14108	Piscina coletiva	0,30
14109	Sauna	0,30
14110	Zoológico	0,30
14111	Estab. de propriedade da união, estado e municípios	Isento
14112	Centro de formação de condutores	0,30
14113	Serviço de coleta, transporte e destino de resíduos sólidos	0,50
14114	Serviços de coleta, transporte e destino de resíduos de serviços de saúde	0,50
14115	Serviço de limpeza e/ou desinfecção de poços	0,50
14116	Serviço de limpeza e/ou desinfecção de caixas d'água	0,50

14117	Serviço de limpeza e conservação de ambientes	0,50
14218	Estação de tratamento de água para abastecimento público	0,50
14219	Estação de tratamento de esgoto	0,50
14120	Desentupidora de rede de esgotamento sanitário	0,30
14121	Congêneres grupo 141	0,30
142	MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFM
14201	Hotel para pequenos animais	0,30
14202	Academia de ginástica, musculação, hidroginástica, natação, dança, artes marciais e similares	0,30
14203	Agência bancária e similares	0,30
14204	Camping	0,30
14205	Cárcere / penitenciária e similares	Isento
14206	Casa de espetáculos (discoteca / baile, similares)	0,30
14207	Casa de diversões (jogos eletrônicos, boliche, similares)	0,30
14208	Cemitério / necrotério / crematório	0,30
14209	Clubes em geral	0,30
14210	Cinema / auditório / teatro	0,30
14211	Circo / rodeio / hipica / parque de diversão	0,30
14212	Comércio geral (eletrodomésticos, calçado, tecido, disco, vest., etc.)	0,30
14213	Lojas de conveniência	0,30
14214	Escritório em geral	0,30
14215	Floricultura / plantas / mudas	0,30
14216	Garagem / estacionamento coberto	0,30
14217	Hotel, motel e afins	0,30
14218	Igrejas e similares	0,30
14219	Lavanderia	0,30
14220	Tabacaria	0,30
14221	Oficina, borracharia, ferro velho e galvanoplastia	0,30
14222	Orfanato / patronato	0,30
14223	Posto de combustível / lubrificante	0,30
14224	Salão de beleza para pequenos animais	0,30
14225	Pet Shop	0,30
14226	Agropecuárias e congêneres	0,50
14227	Serviço de lavagem de veículo	0,30
14228	Salão de beleza / manicure / pedicure / cabeleireiro / barbearia	0,30
14229	Veículos de transporte de alimentos / saneantes / e produtos de interesse da saúde	0,30
14230	Estabelecimentos de propriedade da união, estado e município	Isento
14231	Congêneres grupo 142	0,30

As empresas que atuarem na área de gêneros alimentícios, além das taxas do Alvará Sanitário, pagarão o valor de 0,10 UFM. do Município por pessoa que trabalhe com alimentos.

ALVARÁ SANITÁRIO PARA HABITAÇÃO

ÁREA CONSTRUÍDA	VALORES EM UFM
ATÉ 80 M ²	ISENTO PARA 1ª RESIDENCIA
DE 80,01 M ² A 120 M ²	0,30
DE 120,01 M ² A 300 M ²	0,50
MAIS DE 300 M ²	1,00
Nas ampliações serão cobradas as metragens além da área construída, conforme tabela acima	

TABELA DE PREÇOS

SERVIÇOS DIVERSOS	VALORES EM UFM
SEGUNDA VIA DO ALVARÁ SANITÁRIO	0,10
SEGUNDA VIA DO LAUDO DE PROJETOS	0,10
VISTORIA (A PEDIDO DO INTERESSADO)	0,30



BAIXA DO ALVARÁ SANITÁRIO	0,10
BAIXA DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	0,10
ALTERAÇÃO NO ALVARÁ SANITÁRIO	0,10
CERTIDAO, LAUDO DE QUALQUER NATUREZA	0,10
LIVRE TRÂNSITO DE PRODUTOS SUJEITOS A FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA	0,10
REQUERIMENTOS DIVERSOS	0,10
FORNECIMENTO DE CÓPIA DE LEGISLAÇÃO (POR FOLHA)	0,01

Lei Complementar Municipal Nº 64, de 10 de Dezembro de 2013

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 64, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013.

Altera o vencimento base do cargo de Técnico em Enfermagem e dá outras providências.

O Prefeito Municipal em exercício de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar o vencimento base para R\$ 1.400,00 (hum mil e quatrocentos reais) dos seguintes cargos do quadro geral do município:

I - Técnico em Enfermagem (cargo efetivo) previsto no Anexo III da Lei Complementar nº 002/2006;

II - Técnico em Enfermagem (emprego Público) previsto no Anexo I da Lei Complementar nº 19/2008;

III - Técnico em Enfermagem Socorrista (emprego público) previsto no Anexo I da Lei Complementar nº 33/2010.

Art. 2º Esta Lei Complementar entrará em vigor a partir do mês de janeiro de 2014.

Art. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 10 de dezembro de 2013.

INÁCIO OSWALD

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SÉRGIO LUÍS KESSLER

Secretário Municipal de Administração.

Lei Municipal Nº 2.884, de 10 de Dezembro de 2013

LEI MUNICIPAL Nº 2.884, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do município, as metas e prioridades da administração, seus recursos financeiros e as bases para preparação do orçamento programa para o exercício de 2014.

O Prefeito Municipal em exercício de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta LEI:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º. O Orçamento do Município de Itapiranga, para o exercício de 2014, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, em cumprimento ao disposto no § 2º, do artigo 165, da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar Federal nº 101/2000, de 04 de maio de 2000, corroborado com o art. 100 da Lei Orgânica do Município, compreendendo:

I - as metas fiscais;

II - as prioridades e metas da administração pública municipal, incluindo as despesas de capital para o próximo exercício financeiro, extraída do Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017;

III - a estrutura e organização dos orçamentos;

IV - as diretrizes para elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - as disposições sobre a dívida pública municipal;

VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;

VIII - disposições gerais.

IX -

I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º. As metas fiscais de receitas, despesas, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas nos Anexos desta lei.

II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014

Art. 3º. As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2014 são aquelas definidas e demonstradas nos Anexos integrantes desta lei, as quais terão preferência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2014, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Art. 4º. Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2014, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas nos Anexos, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

III - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º. Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem na caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscrito.

§ 1º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais e estas, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria 163/2001 e suas alterações posteriores.

§ 2º. A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º. O orçamento para o exercício financeiro de 2014 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º. A Lei Orçamentária para 2014 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas aos seus Fundos e aos Orçamentos Fiscais, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, 407/2011, Interministerial nº 163/2001 e alterações posteriores.

Parágrafo único. Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

Art. 8º. A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e corresponderá a pelo menos 0,25% (zero ponto vinte e cinco por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 9º. Os Orçamentos para o exercício de 2014 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos.

Art. 10. Os Fundos Municipais, com exceção do Fundo Municipal de Saúde, terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação.

§ 1º Os Fundos Municipais, com exceção do Fundo Municipal de Saúde, serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a secretário ou servidor municipal.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balanços apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a secretário ou servidor municipal.

Art. 11. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2014 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Parágrafo único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 12. Se a receita estimada para 2014, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 13. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo:

- I - contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;
- II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III - dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;
- IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 14. A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão.

Art. 15. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes no Demonstrativo da origem e Destinação dos Recursos previstos para 2014.

§ 1º. Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2013.

§ 2º. Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 16. Os orçamentos para o exercício de 2014 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 0,25% (zero ponto vinte e cinco por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício.

Parágrafo único. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99 e artigo 8º da Portaria STN nº 163/2001 e alterações posteriores.

Art. 17. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses

só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 18. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa.

Art. 19. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2014 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º. A apuração do excesso de arrecadação de que trata o § 3º do artigo 43, da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida no parágrafo único do artigo 8º e artigo 50, da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º. Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 20. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas sem fins lucrativos beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistência social, cultural, médica, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica.

Parágrafo único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 90 (noventa) dias para manutenção e 180 (cento e oitenta) para investimentos, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade.

Art. 21. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que tratam os incisos I e II, do artigo 16, da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no § 3º, do artigo 16, da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2014 em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do artigo 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 22. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Art. 23. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária.

Art. 24. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2014 a preços correntes.

Art. 25. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e alterações posteriores.

Parágrafo único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos, dentro de cada Unidade Orçamentária, poderá ser feito por Decreto do Prefeito Municipal, observado o disposto no inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal.

Art. 26. Durante a execução orçamentária de 2014, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2014 e constantes desta lei.

Art. 27. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o § 3º, do artigo 50, da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros.

Parágrafo único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício.

Art. 28. Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas, e contemplado na Lei Orçamentária para 2014, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigirem desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 29. O Município poderá realizar contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, na medida em que configurar eminente falta de recursos, observado sua capacidade de endividamento, na forma estabelecida na LC 101/2000.

§ 1º. As Operações de Crédito a serem realizadas pelo Município, no exercício de 2014, não poderão exceder o montante das despesas de capital fixadas na Lei Orçamentária Anual correspondente, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovada pelo Poder Legislativo, por maioria absoluta, observado a legislação em vigor.

§ 2º. De acordo com o que determina o art. 35 da Lei de Responsabilidade Fiscal, fica expressamente proibida a realização de Operações de Crédito entre entes da federação.

Art. 30. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica.

Art. 31. Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 29 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 16 desta lei.

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL E SEUS ENCARGOS

Art. 32. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2014, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, concederem vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2014 ou em créditos adicionais.

Art. 33. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no inciso III do artigo 20, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 34. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal:

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 35. Consideram-se Despesas de Pessoal os gastos com os ativos, os inativos e os pensionistas, os relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos de aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

§ 1º. Para os fins do disposto no artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, sobre a repartição dos limites de gastos com pessoal, fica fixado sobre a receita corrente líquida o percentual de 54% para o Poder Executivo e 6% para o Poder Legislativo.

§ 2º. A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de Competência.

§ 3º. Para fins de apuração da Receita Corrente Líquida, utilize-se o disposto no inciso IV do artigo 2º da Lei Complementar nº 101/2000, deduzidas as receitas correntes oriundas de convênios.

Art. 36. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o inciso § 1º, do artigo 18, da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Itapiranga, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO**TRIBUTÁRIA**

Art. 37. O Poder Executivo Municipal poderá encaminhar ao Poder Legislativo, até três meses antes do encerramento do atual exercício, o Projeto de Lei dispondo sobre mudanças no Código Tributário, caso considere necessário alteração do mesmo.

Art. 38. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 39. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas e estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro do exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 40. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2013.

§ 1º. A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º. Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2014, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 42. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 43. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 44. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, durante o exercício de 2014.

Art. 45. O Executivo Municipal estará autorizado a firmar acordos e ajustes judiciais e ou extrajudiciais.

Art. 46. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a cessão ou disposição de servidores públicos a órgão ou entidades de outras esferas de Governo, mediante instrumento adequado em que constem as condições e termos da mesma, em casos de relevante interesse público.

Art. 47. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

Itapiranga - SC, 10 de dezembro de 2013.

INACIO OSWALD

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SÉRGIO LUÍS KESSLER

Secretário Municipal de Administração.

Decreto Nº 244, de 09 de Dezembro de 2013.

DECRETO Nº 244, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, por conta do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.803, de 4 de dezembro de 2012:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar por conta do "Excesso de Arrecadação", na seguinte fonte de recursos: 127 - Convênio SUS - União, no valor de R\$30.000,00 (trinta mil reais):

92.01 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.0133.2026 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde

33.90.00.00.00.00.00.0127 - Aplicações Diretas

R\$ 30.000,00

Total R\$ 30.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 09 de dezembro de 2013.

INÁCIO OSWALD

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SERGIO LUIS KESSLER

Secretario Municipal de Administração.

Decreto Nº 246, de 10 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº 246, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013.

Homologa inscrições e classificação, antes dos recursos, dos candidatos a vagas de Estagiário na área da Educação estudantes Nível Médio e Nível Superior para a Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2014 e da outras providencias.

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, e em conformidade com o Edital nº 03/2013, de 17 de novembro de 2013;

Decreta:

Art. 1º. Ficam homologadas as inscrições e classificação, antes dos recursos, dos candidatos a vagas de Estagiário na área da Educação, estudantes Nível Médio e Nível Superior para a Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2014, conforme segue:

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 10 de dezembro de 2013.

INACIO OSWALD

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

SERGIO LUIS KESSLER

Secretario Municipal de Administração.

TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO ENSINO MÉDIO PARA 2014

ORDEM	NOME	INSC.
1	Nicole Magerl Thiel	35
2	Rafaela da Rosa da Silva	53
3	Marciane Preis	4
4	Natanatiele da Silva	51
5	Pietra Cristina Lima	27
6	Deise Dill	16
7	Franciele Hofmann	17
8	Aline Spies Borscheid	20
9	Jaqueline Kessler	54
10	Magna Tainar Walczak Reimann	50
11	Arlinde Wendling	2
12	Adriane Neiss	46
13	Daiane Klein	1
14	Dalvana Schaefer	25
15	Cássia Luiza Barros	14

TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO ENSINO SUPERIOR PARA 2014

ORDEM	NOME	INSC.
1	Fabiane Krug	56
2	Talita Vaz	40
3	Claunice Inês Reichert	31
4	Luana Goularte	55
5	Neide Sehn Epping	23
6	Daiana Hochscheidt	9
7	Tainessa Keil	48
8	Mônica Tais Körbes Schneider	10
9	Soeli Köthe	34
10	Liane Niederle Apel	18
11	Géssica Renata Shuster	59
12	Tatiane Schneider	36
13	Daiane Dill	33
14	Gabriela Pereira Spohr	29
15	Franciele Thomé	11
16	Simara Vargas	44
17	Édina Schmitz	39
18	Janaina Giehl Deters	42
19	Daiane Inês Butzge	47
20	Eduarda Stein Melz	30

21	Marilete Staub	19
22	Tatiane Müller	6
23	Franciele Denise Kùhlkamp	12
24	Camila Anschau	32
25	Tatiane Schneider	15
26	Carla Cristina Finger	5
27	Josiane Carinde Denes	8
28	Débora Adriana de Brum	13
29	Micheli Hemsing	38
30	Marilusa Bitencourt	7
31	Karine Gabriel Eidt	45
32	Lisiane Berté	52
33	Carina Pâmela Rachor	49
34	Jóice Roden Schlickmann	3
35	Évelyn Bergmann	41
36	Alessandra Regina Deters	22
37	Daniele Cristina Walker	37
38	Kryslen Tainára Gass Soares	21
39	Alini de Freitas	57
40	Katia Naue	58
41	Quésia Wusch	28
42	Ângela Thums	61
43	Camila Majolo	24
44	Marco Antônio Klein	60

Portaria Nº 255/2013

Portaria nº 255 de 3 de dezembro de 2013.

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença para tratamento de saúde ao servidor municipal Elio José Spaniol sob matrícula nº 10252/01, a partir de 3/12/2013, conforme Atestado Médico apresentado.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC., 3 de dezembro de 2013.

INÁCIO OSWALD

Prefeito em Exercício

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

IVAIR PAULO TAVARES

Diretor de Recursos Humanos

Itapoá**PREFEITURA****Parecer Nº182/2013**

PARECER Nº182/2013

INTERESSADO: DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
ASSUNTO: Solicitação de análise jurídica pertinente a questionamento de empresa interessada em participar da Concorrência nº 03/2013, sobre a exigência contida no item 7.4.2.1 do Edital.

Trata-se de solicitação de parecer jurídico sobre a exigência contida no item 7.4.2.1 do Edital, especificamente sobre a declaração formal de dispensa pelo Órgão competente de Registro de SEESMT - Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho.

Relata a interessada, conforme fls. 245, que solicitou a declaração formal de dispensa para o Ministério do Trabalho, sendo informada que este órgão não fornece tal declaração, bem como, não tem obrigação legal de fazê-lo.

Acerca da matéria colhe-se da Jurisprudência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que tal exigência nos Editais de licitação é indevida:

"APELAÇÃO CÍVEL EM MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - EDITAL EXIGINDO REGISTRO NA DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO QUE COMPROVASSE A EXISTÊNCIA DO SERVIÇO ESPECIALIZADO EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO (SESMT) - AUSÊNCIA - RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO POR OUTRA CONCORRENTE - IMPUGNAÇÃO - EMPRESA ISENTA DA OBRIGAÇÃO - INEXIGÊNCIA DE PROVA NEGATIVA - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA - RECURSO DESPROVIDO. APELAÇÃO CÍVEL EM MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - EDITAL EXIGINDO REGISTRO NA DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO QUE COMPROVASSE A EXISTÊNCIA DO SERVIÇO ESPECIALIZADO EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO (SESMT) - AUSÊNCIA - RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO POR OUTRA CONCORRENTE - IMPUGNAÇÃO - EMPRESA ISENTA DA OBRIGAÇÃO - INEXIGÊNCIA DE PROVA NEGATIVA - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA - RECURSO DESPROVIDO. APELAÇÃO CÍVEL EM MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - EDITAL EXIGINDO REGISTRO NA DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO QUE COMPROVASSE A EXISTÊNCIA DO SERVIÇO ESPECIALIZADO EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO (SESMT) - AUSÊNCIA - RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO POR OUTRA CONCORRENTE - IMPUGNAÇÃO - EMPRESA ISENTA DA OBRIGAÇÃO - INEXIGÊNCIA DE PROVA NEGATIVA - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA - RECURSO DESPROVIDO. APELAÇÃO CÍVEL EM MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - EDITAL EXIGINDO REGISTRO NA DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO QUE COMPROVASSE A EXISTÊNCIA DO SERVIÇO ESPECIALIZADO EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO (SESMT) - AUSÊNCIA - RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO POR OUTRA CONCORRENTE - IMPUGNAÇÃO - EMPRESA ISENTA DA OBRIGAÇÃO - INEXIGÊNCIA DE PROVA NEGATIVA - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA - RECURSO DESPROVIDO. Estando a empresa licitante isenta de demonstrar a existência da manutenção do serviço especializado em segurança e medicina do trabalho (SESMT), é indevida a exigência de inscrição no Registro da Delegacia Regional do Trabalho para comprovar tal circunstância, sendo de se ponderar que a rígida interpretação pública e extremo rigor em sua aplicação contraria toda a filosofia da legislação licitatória.

(TJ-SC - MS: 220103 SC 2002.022010-3, Relator: Anselmo Cello, Data de Julgamento: 16/05/2003, Terceira Câmara de Direito



Público, Data de Publicação: Apelação Cível em Mandado de Segurança n. 2002.022010-3, da Capital.)”

Diante do exposto, considerando que o ato de abertura está designado para a data de 12/12/2013, bem como presente processo se arrasta desde agosto de 2013 e por fim que o objeto licitado é indispensável ao regular funcionamento da Administração Pública, opina-se:

1. Pela manutenção do certame na data designada;
2. Que as empresas licitantes em situações análogas, ou seja, que não necessitam de registro do SEESMT, porque não se enquadram na NR4, quadros I e II, basta apenas que apresentem uma declaração firmada pelo preposto ou pelo responsável legal da empresa quanto a isenção de constituir Serviço Especializado;
3. Que as licitantes que porventura não estiverem acompanhadas de tal declaração, que apresentem tal documento, de próprio punho, no ato da abertura no envelope de habilitação, posto que não sendo devida sua apresentação, não podem ser desabilitadas sob este argumento, posto que o princípio maior é de que a Administração obtenha a proposta mais vantajosa aos seus interesses.

Esse é s.m.j., o parecer.

Itapoá, Santa Catarina, 11 de dezembro de 2013.

MARTA REGINA BEDIN

Procuradora Municipal

SYBELLE LEICHSENDRING

Diretora do Departamento Jurídico

Termo Aditivo N.º 41/2013 ao Contrato Administrativo N.º 56/2012. (2º Aditivo).

TERMO ADITIVO N.º 41/2013 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 56/2012. (2º aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michel Borges, n.º 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Administração e Finanças, a Sra. MARIA IZABEL BLANSKI, inscrita no CNPJ/MF: 248.71.419-34 e CI.RG. 2/R 037.212-2/SC, pela Secretária de Bem Estar Social, ALESSANDRA SILVEIRA OLIVEIRA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º: 820.875.479-04 e CI.RG2.968091 SSP/SC, pela Secretária de Educação, a Sra. TEREZINHA FÁVARO SILVEIRA, inscrita no CNPJ/MF n.º 355.669.909-59 e CI.RG n.º 2090978 SSP/PR, pelo Secretário de Obras e Serviços e Públicos, o Sr. VALDECIR DE SOUZA, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º: 845.846.299-00 e CI.RG n.º 3.136.633-3, pelo Secretário de Saúde, Sr. CRISTIAN ANGELO GRASSI, inscrito no CNPJ/MF n.º: 758.746.019-53 e CI.RG. n.º 289553-07 e pelo Prefeito Municipal, o Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG n.º 873994 SSP/PR e CNPJ/MF n.º 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, neste Município de Itapoá/SC, e, de outro lado, a empresa GENTE SEGURADORA S/A. com sede à Av. Carlos Gomes, n.º 350, Bairro: Boa Vista, CEP:90.480-000, na cidade de Porto Alegre/RS, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 90.180.605/0001-02 e Inscrição Estadual Isenta, representada neste ato pelo sócio administrador Sr. MARCELO WAIS portador do CNPJ/MF n.º 632.005.380-15 e do CI. RG n.º 7009036166 SSP/RS, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo à CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ, CONFORME DESCRIÇÃO DOS VEÍCULOS E CONDIÇÕES CONTIDAS NO ANEXO V DO EDITAL, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2012 – PROCESSO Nº 89/2012, e com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94 e Lei 9.648/98 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do contrato administrativo n.º 56/2012 em 12 (doze) meses, contados a partir do dia 10/12/2013, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente termo inclui ao objeto da licitação os itens 37 e 38 no valor total de R\$ 2.672,19 (dois mil seiscentos e setenta e dois reais e dezenove centavos), correspondendo a um percentual de 24,67%, conforme relacionado abaixo:

ITEM	MARCA	VEÍCULO	ANO FAB/ MOD	PLACA/ Nº DE SÉRIE	SECRETARIA	VALOR UNITÁRIO
37	Fiat	Siena EL Celeb. 1.4 Flex	2013/2014	MLC9075	Saúde	R\$ 1.616,04
38	GM	Celta LT 1.0 Flex 8V	2013/2014	MLC9045	Saúde	R\$ 1.056,15
TOTAL ACRÉSCIMO						R\$ 2.672,19

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

Altera cláusula quarta “Do Preço”, somando os itens incluídos ao valor de R\$ 10.828,70 (dez mil oitocentos e vinte e oito reais e setenta centavos) correspondente ao período de prorrogação, o qual perfaz um valor total de 13.500,89 (treze mil e quinhentos reais e oitenta e nove centavos).

ITEM	MARCA	VEÍCULO	ANO FAB/ MOD	PLACA/ Nº DE SÉRIE	SECRETARIA	VALOR UNITÁRIO
1	Fiat	Siena ELX, Flex Branco	2009/2010	MHI8064	Administração	R\$ 313,26
2	Ford	Fiesta Sedan 1.6 Flex 4p	2005/2006	MHR0015	Administração	R\$ 295,36
3	Volkswagen	Ônibus VW/ Comil Cam-pione	1997/1998	AHS1973	Administração	R\$ 939,71
4	Fiat	Uno Mille Economy 1.0	2009/2010	MHF6213	Bem Estar	R\$ 223,76
5	Volkswagen	Gol City 1.0	2011/2012	MIR9468	Bem Estar	R\$ 501,21
6	Fiat	Uno Mille Fire 1.0 gas. 4p	2004/2003	MDU1211	Educação	R\$ 223,76
7	Fiat	Uno Furgão 1.3	2006/2007	MKM8240	Educação	R\$ 234,50
8	Fiat	Uno Furgão 1.3	2006/2007	MKM8230	Educação	R\$ 234,50
9	Renault	Logan Expression 1.6 8v Hi-Flex 4p	2010/2010	MIF8774	Educação	R\$ 268,51
10	Volkswagen	8.150 OD Marcopollo, Micro ônibus dies. 2p	2003/2002	MEJ0872	Educação	R\$ 246,13
11	Caterpillar	Motoniveladora 140 G	1992/1992	5MD00909	Obras	R\$ 420,66
12	Caterpillar	Motoniveladora 140 B	1980/1981	20105993433	Obras	R\$ 402,76
13	Caterpillar	Retroescavadeira 1 4X4 416-C	1998/1998	5YNO2899	Obras	R\$ 223,76

14	Dinapac	Rolo Compactador CA 15	2005/2005	678B642	Obras	R\$ 214,81
15	Fatallis	Pá Carregadeira FR 120.2	2000/2000	669	Obras	R\$ 216,60
16	Fiat-Hitachi	Escavadeira Hidráulica FH 130.3	2000/2000	133H1834	Obras	R\$ 241,66
17	Ford	Caminhão (Toco) F-14000 HD	1994/1995	LWT3301	Obras	R\$ 207,65
18	Ford	Caminhão (Toco) F-14000 HD	1994/1995	LWT3451	Obras	R\$ 207,65
19	Ford	Caminhão (Toco) F-14000 HD	1998/1998	KDU2372	Obras	R\$ 207,65
20	Gmc	Caminhão (Pipa) Canadense	1987/1987	LYZ9635	Obras	R\$ 207,65
21	Iveco	Caminhão Basculante 6X2	2010/2010	MII2754	Obras	R\$ 179,00
22	Jcb	Retroescavadeira 3C	2010/2010	MII9445	Obras	R\$ 201,38
23	Matra	Caminhão C/3º Eixo (Truck) M-21	1990/1990	LYO3927	Obras	R\$ 447,51
24	Mercedes	Caminhão 1113	1982/1982	CNI2630	Obras	R\$ 179,00
25	Toyota	Bandeirante Picape 4x4 dies. 2p	1999/1999	MAV4516	Obras	R\$ 76,08
26	Toyota	Camionete 4X4 Bandeirantes	1988/1988	AEK6143	Obras	R\$ 76,08
27	Valtra	Trator-Agrícola (Pneu) 785 4X4	2005/2005	7854519815	Obras	R\$ 76,08
28	Volkswagen	Gol cl 1.6 2p	1997/1997	HZN9666	Obras	R\$ 152,15
29	Randon	Retroescavadeira 4x4-RD 406	2012/2012	MJN8003	Obras	R\$ 214,81
30	Bobcat	Mini Pá Carregadeira Compacta	2010	A3KY38484	Obras	R\$ 483,31
31	Fiat	Doblo EX 1.3 Fire 16V	2005/2006	MEH6999	Saúde	R\$ 232,71
32	Fiat	Uno Mille Economy	2009/2010	MHF6303	Saúde	R\$ 353,53
33	Fiat	Ducato Maxi-carga 2.8	2009/2009	MGE1956	Saúde	R\$ 220,18
34	Renault	Master Minibus L2H2 2.5DCI 16v (16 lug.)	2005/2005	MFN4411	Saúde	R\$ 719,42
35	Renault	Clio Campus Hi Flex 1.0 16v	2010/2010	MIF8724	Saúde	R\$ 975,58
36	Volkswagen	Gol City 1.0 Mi (Ger. IV) T. Flex 4p	2005/2006	MEI4249	Saúde	R\$ 210,33
R\$ 10.828,70						

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º 56/2012, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 56/2012, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 09 de dezembro de 2013.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADA GENTE SEGURADORA S/A MARCELO WAIS
CONTRATANTE MARIA IZABEL BLANSKI SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	CONTRATANTE ALESSANDRA SILVEIRA OLIVEIRA SECRETÁRIA DE BEM ESTAR SOCIAL
CONTRATANTE TEREZINHA FÁVARO SILVEIRA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	CONTRATANTE VALDECIR DE SOUZA SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
CONTRATANTE CRISTIAN ANGELO GRASSI SECRETÁRIO DE SAÚDE	
Testemunhas: NOME: CNPF/MF:	NOME: CNPF/MF:

Termo Aditivo N.º42/2013

TERMO ADITIVO N.º42/2013 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 70/2013. (1º aditivo).

Pelo presente instrumento contratual que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede à Rua Mariana Michels Borges (960), nº 201, nesta cidade, neste ato representado pelo Secretário de Municipal de Saúde, Sr. CRISTIAN ANGELO GRASSI, inscrita no CNPF/MF nº: 758.746.019-53 e portador do CI.RG. nº 289553-07, e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE (LOCATÁRIO), e de outro lado a Empresa FRALDAS CK INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, com sede à Rua Beco José Paris, nº 220 Bairro: Sarandi, na cidade de Porto Alegre / RS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 00.681.516/0001-49 representada neste ato pelo procurador Sr. RAFAEL TEIXEIRA GONÇALVES portador do CNPF/MF nº 006.007.670-43 e do CI.RG nº 1086137451, doravante denominado CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo a Aquisição de Fraldas Geriátricas, conforme critérios da portaria nº 2.047/2002 do Ministério da Saúde e especificações contidas no anexo V do edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2013 – PROCESSO Nº 90/2013 de acordo com a Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94, e Lei Federal nº 8.078/90 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do contrato administrativo n.º 70/2013 em 6 (seis) meses, contados a partir do dia 31/12/2013, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º 70/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 70/2013, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 11 de dezembro de 2013.

LOCATÁRIO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	FRALDAS CK INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA RAFAEL TEIXEIRA GONÇALVES CONTRATADA
CRISTIAN ANGELO GRASSI SECRETÁRIO DE SAÚDE	
TESTEMUNHAS NOME: CPF:	NOME: CPF:

CÂMARA MUNICIPAL
Termo de Rescisão de Contrato e Entrega de Chaves
 Termo de Rescisão de Contrato e Entrega de Chaves

Por este instrumento, de um lado a , Câmara Municipal de Vereadores de Itapoá, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Mariana Michels Borges, nº1115, Itapema do Norte, portador do CNPJ nº 00.484.829/0001-07, neste ato representado pelo Presidente da Câmara de Vereadores, Vereador, Sr. OSNI OCKER, portador do RG nº 1.260.058 SSP/PR, inscrito no CNPF/MF nº 193.681.279-72, infra-assinado e de outro Sr. CLAUDINO CHERUBINI FILHO, portador da CI. RG nº11/R.936.091- SSP/SC, e inscrito no CNPF/MF sob nº 509.277.019-87, residente e domiciliado à Rua Paulo Balbinoti nº19, bairro Centro - Tangara/SC, já qualificados respectivamente como LOCADOR (A) e LOCATÁRIO (A), no ADITIVO Nº01/2013 DE CONTRATO DE LOCAÇÃO NÃO RESIDENCIAL, em conformidade nos termos do processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº01/2011 - PROCESSO Nº01/2011, o qual teve vigência pelo período de 01/01/2013 à 10/12/2013, tendo por objeto o imóvel sito no Balneário Itapema do Norte, neste Município de Itapoá, na Avenida André Rodrigues de Freitas nº719, quadra nº 11 -Lote 010 , resolvem, de comum acordo e de livre e espontânea vontade, rescindi-lo nesta data, declarando o(a) LOCADOR(A) ter recebido as chaves do mesmo e constatado, após vistoria, encontrar-se ele nas mesmas condições em que foi entregue ao início da vigência da locação, razão pela qual dão as partes mútua quitação, para nada mais ter a reclamar, de presente ou de futuro, sob tal título.

E por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente, em duas (02) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas retro, para que surta seus legais e jurídicos efeitos.

Itapoá, 10 de dezembro de 2013.

CLAUDINO CHERUBINI FILHO
Câmara Municipal Itapoá/SC
LOCADOR

OSNI OCKER
Locatário

Testemunha:
CPF/MF:

Testemunha:
CPF/MF:

Joaçaba

PREFEITURA**Decreto Nº 4.480 de 09 de Dezembro de 2013.**

DECRETO Nº 4.480 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO DECRETO N. 3.612/2010, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba, SC, usando das atribuições que são conferidas por LEI,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 3.612/2010, que dispõe sobre a nomeação dos membros para compor o Programa Municipal de Loteamento e Habitação Popular de Joaçaba.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 09 de dezembro de 2013.

RAFAEL LASKE
Prefeito

Decreto Nº 4.481 de 09 de Dezembro de 2013.

DECRETO Nº 4.481 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013.
"APROVA REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, QUE ESPECIFICA".

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), usando de atribuições que lhe são conferidas pela LEI,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, parte integrante do presente Decreto, nos termos da apreciação do conselho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

JOAÇABA (SC), em 09 de dezembro de 2013.

RAFAEL LASKE
Prefeito

REGIMENTO INTERNO
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CMAS DE JOAÇABA/SC.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, NATUREZA, FINALIDADE, PRINCÍPIOS, OBJETIVOS E COMPETÊNCIA

Seção I
Das Disposições Preliminares

Art. 1º. O presente Regimento Interno disciplina o funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, do Município de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, e tem como finalidade estabelecer as normas que contemplam todos os mecanismos que visam garantir o pleno funcionamento do Conselho.

§1º. A partir deste parágrafo o conselho de que trata o art. 1º deste regimento Interno, será mencionado pela sua sigla: CMAS

§2º. O CMAS é vinculado ao órgão gestor da Assistência Social, que deve prover a infraestrutura necessária ao seu funcionamento, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive com despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil quando estiverem no exercício de suas atribuições.

Seção II

Da Natureza e Finalidades

Art. 2º. O CMAS é instância de caráter permanente e composição paritária entre governo municipal e sociedade civil.

Art. 3º. O CMAS é instância deliberativa, e tem por finalidade atuar em nível de elaboração, aprovação, acompanhamento, avaliação e fiscalização da política de Assistência Social no âmbito municipal.

Seção III

Dos Princípios e Objetivos

Art. 4º. O CMAS norteará suas atividades pelos seguintes princípios fundamentais:

- I - compromisso com dispositivos da Constituição Federal no que se refere à Assistência Social;
- II - compromisso com a declaração Universal dos Direitos Humanos;
- III - compromisso com a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS;
- IV - compromisso com a Lei Orgânica Municipal;
- V - compromisso com a Lei Municipal de criação do Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba;

Art. 5º. O Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba tem por objetivo:

- I - Aprovar a Política Municipal de Assistência Social em consonância com as diretrizes do Conselho Nacional de Assistência Social;
- II - Aprovar os planos, programas e projetos, de acordo com as prioridades estabelecidas e fiscalizar a execução dos mesmos;
- III - Normatizar complementarmente as ações e a regularização de prestação de serviços de natureza pública e privada, no campo da Assistência Social;
- IV - Apreçar e aprovar a proposta orçamentária de Assistência Social para compor o Orçamento Municipal;
- V - estabelecer diretrizes, apreciar, sugerir e aprovar os Programas/projetos anuais e plurianuais do Fundo Municipal de Assistência Social;
- VI - Inscrever as entidades e organizações de Assistência Social;
- VII - Zelar pela efetivação do sistema descentralizado de Assistência Social;
- VIII - Fiscalizar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos Programas e Projetos aprovados da rede socioassistencial;
- IX - Propor a formulação de estudos e pesquisas com vistas a identificar situações relevantes de vulnerabilidade e risco social e a qualidade dos serviços prestados na Assistência Social;
- X - Divulgar no site da Prefeitura ou Mural Público da Prefeitura todas as , resoluções, atas, as contas do Fundo Municipal e outros documentos pertinentes;
- XI - Regular suplementarmente as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social, de acordo com o Artigo 22, da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993;

XII - Propor ao Conselho Estadual de Assistência Social e demais órgãos de outras esferas governamentais e não governamentais programas, serviços e financiamentos de projetos;

XIII - Acompanhar as condições de acesso da população usuária da Assistência Social, indicando as medidas locais pertinentes à diminuição da exclusão;

XIV - Propor modificações nas estruturas do Sistema Municipal que visam à promoção, proteção e defesa dos direitos dos usuários da Assistência Social;

XV - Dar posse aos membros do Conselho Municipal de Assistência Social.

Seção IV

Das Competências do Conselho

Art. 6º. Compete ao CMAS:

I - Elaborar/revisar o Regimento Interno, onde constará o conjunto de normas administrativas definidas pelo Conselho, com o objetivo de orientar o seu funcionamento;

II - Aprovar a Política Municipal, elaborada em consonância com a PNAS - Política Nacional de Assistência Social, na perspectiva do SUAS - Sistema Único de Assistência Social, e com as diretrizes estabelecidas pelas Conferências de Assistência Social, podendo contribuir nos diferentes estágios de sua formulação;

III - Convocar bianualmente, ou extraordinariamente por maioria qualificada de seus membros, num processo articulado com a Conferência Nacional, a Conferência Municipal de Assistência Social, propondo diretrizes para aperfeiçoamento do sistema, aprovando as normas de funcionamento das mesmas, constituindo comissão organizadora e elaborando o respectivo Regimento Interno;

IV - Encaminhar as deliberações da conferência aos órgãos competentes e monitorar a efetivação e implementação das propostas;

V - Acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como mensurar a efetividade e o desempenho dos benefícios, rendas, serviços soc

VI - Normatizar as ações da prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da Assistência Social, exercendo essas funções num ioassistenciais, programas e projetos aprovados nas Políticas de Assistência Social Nacional, Estadual e Municipal; relacionamento ativo e dinâmico com os órgãos gestores, resguardando-se as respectivas competências;

VII - Aprovar o plano integrado de capacitação de recursos humanos para a política de Assistência Social, de acordo com as Normas Operacionais Básicas do SUAS (NOB-SUAS) e de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS);

VIII - Zelar pela implementação do SUAS, buscando suas especificidades no âmbito das três esferas de governo e efetiva participação dos segmentos de representação dos conselhos;

IX - Aprovar a proposta orçamentária dos recursos destinados a política de Assistência Social, tanto os recursos próprios quanto os oriundos de outras esferas de governo, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social;

X - Aprovar critérios de partilha de recursos, respeitando os parâmetros adotados pela LOAS e explicitar os indicadores de acompanhamento;

XI - Propor ações que favoreçam a interface com outras políticas e superem a sobreposição de programas, projetos, benefícios, rendas e serviços;

XII - Inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de Assistência Social do município;

XIII - Informar ao órgão gestor sobre o cancelamento de inscrição de entidades e organizações de Assistência Social, a fim de que este adote as medidas cabíveis;

XIV - Acompanhar o processo do pacto de gestão entre as esferas nacional, estadual e municipal, efetivado na Comissão Intergestores Tripartite - CIT e Comissão Intergestores Bipartite - CIB, estabelecido na NOB/SUAS;

XV - Regulamentar sobre a concessão dos Benefícios Eventuais;

XVI - Informar ao Estado e ao Município sobre irregularidades na aplicação do regulamento dos benefícios eventuais, avaliar e reformular se necessário, a cada ano, a regulamentação de concessão e valor dos benefícios previstos na lei nº 4.202 de dezembro de 2012 e suas alterações.

XVII - Divulgar e promover a defesa dos direitos socioassistenciais;
XVIII - Acionar o Ministério Público, como instância de defesa e garantia de suas prerrogativas legais, quando esgotados os caminhos de diálogo com o poder executivo e com as entidades fiscalizadas.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO, DA INDICAÇÃO, E DA ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES

Seção I

Da Composição do CMAS

Art. 7º. De acordo com o art. 29 da Lei Municipal n. 4.281/2012, o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo de Assistência Social, de caráter permanente e composição paritária das instituições governamentais e sociedade civil, composto de (14) (catorze) membros titulares e seus respectivos suplentes, assim representados:

I - Representação Governamental:

- 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- 01(um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- 01(um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
- 01(um) representante da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa;
- 01(um) representante da Secretaria Municipal de Gestão Financeira;
- 01(um) representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura / Gerência de Habitação;

II. Representação da sociedade civil:

- 03 (três) representantes de entidades prestadoras de serviços, programas, projetos e organizações de assistência social
- 02 (dois) representantes de trabalhadores do setor e da defesa dos direitos e da cidadania;
- 02 (dois) representantes de organizações e/ou representantes de usuários.

Seção II

Da Indicação dos Representantes e suas Nomeações.

Art. 8º. Os representantes governamentais, no CMAS, serão indicados pelo chefe do poder executivo, mediante a solicitação do Conselho.

Art. 9º. Os representantes da sociedade civil, no CMAS, serão indicados, mediante a solicitação do Conselho, através de ofício direcionado ao CMAS, pelos seguintes segmentos:

§1º Entidades prestadoras de serviços, programas, projetos e organizações de assistência social, devidamente inscritas no CMAS, indicarão um representante por entidade e organização;

§2º. Os trabalhadores do setor e as organizações da defesa dos direitos e da cidadania conforme regulamentação dada pela Resolução nº 23 de 16/02/2006, do CNAS, indicarão um representante;

§3º. Os representantes de organizações e/ou representantes de usuários, regulamentado conforme Resolução nº 24 de 16/02/2006, do CNAS, deverão ser eleitos em fórum de representação de sua base e posteriormente indicados ao CMAS, pela comissão indicada para efetivação do fórum de eleição.

Art.10. Os membros do CMAS eleitos, serão posteriormente nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, a través de Decreto.

Art.11. São casos de perda de mandato:

- Exoneração;
- Processo administrativo com condenação;
- Desligamento da entidade, serviço, projeto, programa;

Seção III

Do Fórum de Eleição da Sociedade Civil

Art.12. Os representantes da sociedade civil indicados nos artigos 9º e seus parágrafos, participarão no Fórum de Eleição da Sociedade Civil, convocados bienalmente, para pleitear as vagas dispostas no artigo 7º deste regimento interno, através de voto secreto.

§1º A votação se dará de acordo com a representação de cada segmento, conforme artigo 9º e seus parágrafos "dos Representantes da Sociedade Civil."

§2º Os representantes de cada segmento, candidatos à eleição da Sociedade Civil, terão 1 (um) minuto para fazer sua apresentação.

§3º Terão direito a voto e ser votado os representantes indicados no conselho de acordo com o artigo 9º e seus parágrafos.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA

Seção I

Da Organização do CMAS

Art.13. Para exercer suas atribuições, o CMAS tem a seguinte estrutura:

- Plenária;
- Mesa diretora;
- Comissões e Grupos de Trabalho;
- Secretaria Executiva
- V.

Seção II

Do Funcionamento do CMAS

Art.14. O CMAS regulamentado, funcionará mediante este Regimento Interno, observando sempre a sua estrutura.

Seção III

Da Plenária

Art.15. A Plenária é o órgão deliberativo e soberano do CMAS, com as seguintes atribuições:

- Aprovar o Regimento Interno do Conselho;
- Aprovar o cronograma anual das reuniões ordinárias mensais apresentadas pela Mesa Diretora em cada início de ano;
- Deliberar sobre matérias encaminhadas para apreciação do Conselho;
- Baixar normas de sua competência, necessárias à regulamentação da Política Municipal de Assistência social;
- Aprovar propostas apresentadas por qualquer membro do CMAS, para criação ou extinção de Comissões Temáticas ou de Grupos de Trabalho, suas respectivas competências, sua composição, procedimentos e prazos de duração;
- Definir com o Órgão Executivo Municipal a que está vinculado o CMAS, com o suporte técnico - administrativo - financeiro, a política do funcionamento do CMAS e a indicação da secretaria executiva; eleger, dentre seus membros, o presidente, o vice-presidente, o primeiro e o segundo secretário;

VII. Eleger, dentre seus membros titulares, o presidente "ad hoc" que conduzirá a assembleia, nos impedimentos dos titulares; deliberar, acompanhar e controlar as demais atribuições de sua competência;

VIII. Emitir resoluções para todas as deliberações aprovadas em assembleia e publicá-las oficialmente, no prazo de 10 dias úteis.

Art.16. As sessões plenárias serão realizadas ordinariamente uma vez por mês ou extraordinariamente, quando convocadas pelo Presidente ou por requerimento da maioria simples dos Conselheiros.

§1º. As reuniões ordinárias realizar-se-ão mensalmente na segunda quarta-feira de cada mês;

§2º. Quando se fizer necessária à mudança esporádica, do dia da reunião ordinária, a nova data da reunião deverá ser comunicada aos conselheiros com antecedência mínima de 3 (três) dias, devendo no expediente de convocação constar a ordem do dia.

§3º. As reuniões do CMAS serão convocadas pelo Presidente, como no mínimo 3 (três) dias de antecedência, devendo no expediente de convocação, constar a ordem do dia; os pareceres emitidos pelos relatores, para decisão em plenária e a ata da reunião anterior, para leitura e apontamentos quando necessário,

§4º. As reuniões extraordinárias, quando convocadas pelo Presidente ou pelos conselheiros, deverão ser convocadas com antecedência mínima de 48 horas.

§5º O intervalo entre a 1ª. e a 2ª chamada será de 15 (quinze) minutos. Não havendo quorum, a reunião será suspensa e transferida para o mesmo dia da semana próxima, no mesmo local e horário, fazendo-se nova convocação.

Art.17. As reuniões serão abertas ao público, vedado o uso da palavra e do voto, salvo se houver convite de algum dos conselheiros para fala, devendo, no entanto, ter prévia autorização do Presidente.

Art.18. Para validade das deliberações, o quorum do CMAS será de no mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos seus membros. As decisões, em plenária, serão tomadas por maioria simples.

Parágrafo Único. Em caso de empate na votação de qualquer assunto, caberá ao Presidente o voto de qualidade.

Art.19. A duração das reuniões ordinárias e/ou extraordinárias será de no máximo 2 (duas) horas.

Parágrafo único. Os assuntos pendentes por falta de tempo em uma reunião deverão constar, obrigatoriamente, na ordem do dia da reunião subsequente.

Art.20. A aprovação ou rejeição dos assuntos apresentados para a deliberação do CMAS dar-se-ão pela maioria simples dos conselheiros presentes.

Art.21. Quando se tratar de matérias relativas à programas, planos, projetos, recursos, prestação de contas, aquisição e construções de bens patrimoniais, reprogramações, pactuações, adesões, eventos e promoções para as diversas áreas da Assistência Social, de origem do gestor, antes de serem apreciados pelos Conselheiros, deverá haver prévio estudo por parte das Comissões.

§1º Todas as matérias de que trata o caput do art.22, serão formalmente encaminhadas para secretaria executiva, com no mínimo (7) sete dias úteis de antecedência à reunião, ordinária ou extraordinária do CMAS;

§2º A secretaria executiva do CMAS, após certificar o recebimento da matéria, encaminhará com no mínimo (5) cinco dias úteis de

antecedência, para as respectivas comissões.

Art. 22 Em cada reunião do CMAS haverá:

I. Aprovação da ata da reunião anterior, com leitura quando for o caso.

II. Expediente;

III. Ordem do dia;

IV. Palavra livre

§1º. Constará do expediente, a leitura de comunicações encaminhadas ao Conselho. Cada conselheiro terá um tempo de 2 (dois) minutos para pronunciar-se, porém o tempo máximo para expediente será de 5 (cinco) minutos.

§2º. O período destinado à ordem do dia, obedecerá a pauta preestabelecida, com inclusão, retirada, alteração, leitura dos pareceres, discussão, que serão submetidas a votação.

§3º. A ordem do dia será estabelecida pela Presidência, salvo quando se tratar de convocação extraordinária por iniciativa de conselheiros.

§4º. Em plenária, para deliberação de qualquer matéria constante da ordem do dia, após a apresentação, a palavra será dada aos conselheiros para apresentarem suas opiniões e pronunciamentos.

§5º. Quando a matéria envolver apresentação de pareceres emitidos pelas comissões ou por um conselheiro relator, a palavra será dada ao relator, que exporá seu parecer, no prazo de no máximo 10 (dez) minutos, seguindo-se o pronunciamento e apresentação de emendas pelos demais conselheiros.

§6º. Cabe a cada conselheiro o prazo de no máximo 5 (cinco) minutos para pronunciamento, ouvindo-se o relator por igual período quando o pronunciamento tratar de modificação do parecer.

§7º. Cabe ao presidente dilatar o prazo estipulado no parágrafo anterior, quando o assunto for, por ele considerado essencial.

§8º. Dentro de seu tempo limite, os conselheiros que fizerem uso da palavra, poderão conceder apartes, sendo permitida a réplica e a tréplica.

§9º. Ao pronunciar-se o conselheiro deverá ater-se à matéria em discussão.

§10. Enquanto a matéria estiver em discussão, apenas o relator poderá interferir a qualquer momento, para responder, justificar ou prestar esclarecimentos sobre a matéria, sem estar inscrito.

§11. Constará da palavra livre, um espaço não superior a 2 (dois) minutos) para cada conselheiro, fazer seu pronunciamento final. Observado o tempo regulamentar da reunião

Art. 23. As matérias incluídas na ordem do dia poderão receber emendas:

I. Antes de iniciada a discussão, se for levantadas questões de ordem sobre a mesma;

II. Durante a discussão, devendo as emendas ser apresentadas por escrito ao presidente do CMAS.

Art.24. Quando as emendas apresentadas não forem acatadas pelo relator, o procedimento de votação se dará da seguinte forma:

I. Discussão e votação das emendas pela ordem inversa de apresentação, da última para a primeira;

II. Discussão e votação do parecer do relator.

Seção IV

Da Mesa diretora

Art.25. A Mesa Diretora do CMAS será composta por: Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário, que serão escolhidos entre os conselheiros titulares presentes na reunião em que estiver em pauta a eleição da mesa diretora do CMAS.

§1º. A escolha dos membros da Mesa Diretora dar-se-á pela maioria simples dos membros presentes, com voto direto, para mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

§2º. Os conselheiros nomeados através de decreto pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, reunir-se-ão sob a presidência do presidente da gestão anterior, para a eleição da Mesa Diretora.

§3º. A eleição da Mesa Diretora dar-se-á na reunião ordinária do CMAS, no mês de dezembro, iniciando seu mandato na data da posse, que deverá ocorrer após o decreto de nomeação.

§4º. A presidência e a vice-presidência deverão ser alternadas, entre governo e sociedade civil em cada mandato. Permitida uma recondução.

§5º. Quando houver vacância no cargo de presidente assumirá o vice-presidente, desde que não interrompa a alternância entre governo e sociedade civil.

§6º. Quando houver vacância de um membro da Mesa Diretoria ou de outro conselheiro, seja ele representante governamental ou da sociedade civil, cabe a plenária decidir sobre a ocupação do cargo vago.

Art.26. Compete à Mesa Diretora:

- I. Coordenar, articular e garantir o papel e a missão institucional do CMAS;
- II. Coordenar a representação política do CMAS na relação com o Conselho Estadual e Nacional de Assistência Social, bem como na relação com os demais conselhos ligados a área da assistência social ou de todas as políticas públicas;
- III. Garantir a primazia e a soberania da plenária nas decisões políticas do CMAS.

Art.27. Compete ao Presidente:

- I. Convocar e presidir as reuniões do CMAS;
 - II. Representar o CMAS tanto judicialmente quanto extrajudicialmente;
 - III. Dispor sobre as formas de encaminhar as decisões do CMAS aos órgãos competentes, sejam eles governamentais ou não;
 - IV. Solicitar a publicação, na forma da lei das Resoluções do Conselho;
 - V. Solicitar informações, quando julgar necessárias aos órgãos governamentais ou não governamentais, sobre Serviços, Projetos e/ou Programas de assistência social encaminhados, realizados e até suspensos e concluídos;
 - VI. Decidir sobre os requerimentos, declarações ou representações que lhe forem dirigidas;
 - VII. Cumprir e fazer cumprir o presente Regime Interno;
- Parágrafo único. O Presidente poderá delegar a qualquer dos membros do CMAS funções que julgar necessárias ao bom funcionamento do Conselho.

Art.28. Compete ao Vice Presidente, substituir o Presidente em suas ausências e/ou impedimentos, sendo-lhe neste caso, atribuídos o mesmo poder e as mesmas atribuições.

Art.29. Compete ao Secretário, articulado com a secretaria executiva garantir a execução das seguintes ações:

- I. Estabelecer em conjunto com os demais membros da Mesa

- Diretora a forma pela qual será verificada a presença dos conselheiros nas reuniões, bem como a maneira de convocá-los;
- II. Elaborar as atas das reuniões do Conselho, que serão lidas, aprovadas e assinadas na reunião subsequente;
- III. Redigir resoluções do Conselho, submetendo-as a aprovação e posterior assinatura do Presidente;
- IV. Manter arquivo de todos os documentos recebidos e/ou expedidos pelo Conselho;
- V. Registrar as faltas dos Conselheiros, bem como suas justificativas.

Art.30 As atividades dos membros do CMAS reger-se-ão pelas seguintes disposições:

- I. Perderá o mandato o conselheiro que faltar injustificadamente a 3 (três) sessões consecutivas ou a 5 (cinco) alternadas, no período de um ano ou for condenado em sentença por crime ou contravenção penal de qualquer natureza, previstos em Lei;
- II. As faltas dos conselheiros nas reuniões do CMAS poderão ser justificadas, desde que apresentada a justificativa por escrito até a reunião ordinária subsequente a falta, sendo considerada justificada desde que o motivo seja relevante;
- III. Os membros do CMAS poderão ser substituídos pela Entidade que os tenha indicado, devendo para tanto, haver nova nomeação pelo Prefeito, respeitando o resultado do fórum da última eleição.
- IV. Cada membro do CMAS terá direito a um único voto para cada assunto colocado em votação;
- V. Os conselheiros exercerão sua função pelo prazo de 2 (dois) anos, sendo permitida uma recondução.

Seção V

Das Comissões e Grupos de Trabalho

Art.31. Os grupos de trabalho, de caráter provisório, serão instituídos para tratar de assuntos específicos e pontuais pela plenária.

Parágrafo Único: Os estudos e análises, bem como os pareceres deverão ser objeto de análise pela plenária.

Art.32. Poderão ser criadas Comissões Internas constituídas por Entidade cadastrada no CMAS, por membros do CMAS e por outras instituições afins para promover estudos a respeito dos temas específicos.

Art.33. As Comissões são órgãos da estrutura funcional do CMAS e auxiliares da plenária, às quais compete:

- I. Acompanhar, monitorar e avaliar as ações do CMAS e das entidades ou organizações da assistência social;
- II. Estudar, analisar, opinar e emitir pareceres sobre matérias que lhes for distribuída pela Mesa Diretora.

§1º. Os pareceres emitidos pelas comissões serão objeto de análise pela plenária.

§2º. As comissões permanentes e provisórias serão formadas por conselheiros, técnicos, profissionais de áreas de interesse da política de assistência social e usuários.

Art.34. As Comissões serão:

I Comissão de Normas - Compete aos membros:

- Avaliar e emitir parecer sobre os pedidos de registro e reinscrição de entidades prestadoras de serviços e organizações de assistência social;
- Acompanhar e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, através de visitas
- Apreçar e emitir parecer sobre o relatório anual das entidades, projetos, programas e serviços.

II Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social:

- Compete aos membros:
- Avaliar e emitir parecer sobre a prestação de contas dos recursos

provenientes do FNAS, FEAS, FMAS e outros recursos;
- Aprovar e emitir parecer sobre a política municipal de assistência social;
- Apreciar, aprovar e emitir parecer sobre a proposta orçamentária da assistência social;
- Acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados.

III Comissão de Justiça: - Compete aos membros:

- Emitir parecer referente a legalidade dos diversos trabalhos na área social;

IV Comissão de Fiscalização das ações, serviços de Assistência Social: - Compete aos membros:

- Elaborar estudos e pareceres, após a fiscalização das entidades e organizações sociais de atendimento a Assistência Social dos diversos trabalhos, promoções e eventos realizados;

- Preencher formulário específico de visita técnica e repassar em reunião ordinária do conselho a situação encontrada.

Seção VI

Da Secretaria Executiva

Art.35. A secretaria executiva, órgão da estrutura funcional do CMAS, prevista na lei municipal de assistência social é uma unidade de apoio ao funcionamento do conselho. Deve contar com pessoal técnico-administrativo, tendo como competências:

I. Prestar assessoria técnica e administrativa ao CMAS;

II. Secretariar as plenárias do conselho;

III. Encaminhar matérias aos conselheiros;

IV. Encaminhar convocações aos conselheiros;

V. Lavar atas das reuniões encaminhá-las aos conselheiros e proceder às alterações aprovadas em plenário;

VI. Providenciar a elaboração, registro e comunicação das medidas determinadas pelo presidente e pelo plenário;

VII. Dar encaminhamento às medidas destinadas ao cumprimento das resoluções e decisões das plenárias;

VIII. Examinar os processos a serem apreciados pela plenária, dando cumprimento aos despachos nelas proferidas;

IX. Prestar em plenária as informações que lhe forem solicitadas pelo presidente e pelos conselheiros;

X. Cumprir as funções designadas pela Mesa Diretora e pela plenária do CMAS.

CAPÍTULO IV

DA ASSESSORIA AO CONSELHO

Art.36. A Secretaria Municipal de Assistência Social prestará apoio administrativo necessário ao funcionamento do Conselho Municipal.

§1º. Para melhor desempenho das suas funções o CMAS poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

I. Consideram-se colaboradores do CMAS as instituições formadoras de recursos humanos para a Assistência Social e as entidades representativas de profissionais e usuários dos serviços de Assistência Social sem embargo de sua condição de membro;

II. Poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória especialização para assessorar o CMAS em assuntos específicos;

III. A assessoria será solicitada pelo Presidente do CMAS ou pelas comissões de acordo com o assunto de sua comissão.

IV Os serviços prestados pelos colaboradores do CMAS, quando convidados, não serão remunerados.

CAPÍTULO V

DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art.37. O Plano Municipal de Assistência Social deverá ser submetido a análise e aprovação pela plenária do CMAS, conforme estabelecido no artigo 22 e seus parágrafos.

§ 1º O conselho poderá a critério da maioria qualificada submeter o Plano Municipal de Assistência Social a apreciação de audiência pública.

§ 2º. O Plano Municipal de Assistência Social terá validade de 04 (quatro) anos, devendo ser revisado anualmente, sendo obrigatório o órgão gestor se manifestar quanto as metas propostas/previstas e executadas.

CAPÍTULO VI

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art.38. A aprovação de toda e qualquer prestação de contas pela plenária, dar-se-á através de parecer favorável da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social.

§ 1º. O CMAS poderá realizar auditoria interna e externa, com o recebimento de denúncia de qualquer cidadão identificado, a partir da análise de comissões, com o aval da maioria absoluta dos conselheiros.

§ 2º. A auditoria prevista no § 1º deste artigo poderá ser efetuada através de Comissão Interna ou por meio da contratação de empresa especializada para este fim.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.39. As alterações do Regimento Interno somente poderão ser efetuadas pela Plenária através de requerimento de qualquer dos conselheiros sendo que para a devida aprovação deverá obter maioria simples.

Parágrafo Único: As sugestões para alterações, inclusão e exclusão poderão somente ser apresentadas nas reuniões plenárias ordinárias e submetidas a apreciação da plenária.

Art.40. Os conselheiros designados relatores de determinado processo, quando for o caso, deverão receber da secretaria executiva do CMAS os processos devidamente protocolados e numerados, assim também as comissões.

Art.41. O parecer quanto ao processo a ser analisado pela plenária deverá conter:

I. Objeto;

II. Histórico;

III. Análise;

IV. Parecer final.

Art.42. O relator e/ou comissão deverá entregar o parecer à secretaria executiva no prazo que lhe foi determinado.

Art.43. Nos termos da legislação vigente, o exercício da função de conselheiro é considerado serviço público relevante, enquanto exercício de cidadania, não percebendo, portanto, remuneração.

Art.44. O CMAS não apreciará matéria de natureza estritamente pessoal.

Art. 45. Os casos omissos e/ou não previstos neste Regimento Interno serão analisados e decididos em plenária pelo Conselho.

Art. 46. O presente Regimento Interno entrará em vigor após sua aprovação em Plenária e homologação pelo Chefe do Poder Executivo Municipal através de Decreto.

Art. 47. Fica revogado a partir desta data o Regimento Interno aprovado em 11 de novembro 2009.

Joaçaba, 13 de novembro de 2013
DORVALINA LANGE
Presidente

Resolução Nº 01, de 30 de Outubro de 2013.

RESOLUÇÃO Nº 01, de 30 de outubro de 2013.

Fixa diretrizes para a matrícula de 2014 na rede pública municipal.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 3 do Regimento Interno deste Conselho, e o deliberado na Reunião Ordinária do dia 16 de setembro de 2013, pelo Parecer nº 01/2013,

RESOLVE:

Art. 1º Fixar cronograma que possa contemplar a rematrícula (renovação) dos alunos já incorporados a rede, recebimento de novos pedidos, homologação da documentação apresentada, matrícula dos novos alunos e chamada para vagas remanescentes se houver;

Art. 2º Que o número de estudantes por classe deverá respeitar os limites estabelecidos por oferta, atentando para a capacidade física de cada sala de aula, previamente definida pela Secretaria de Educação;

Art. 3º Os documentos mínimos para a rematrícula (renovação) devem ser:

- a) Cartão de vacina atualizado ou a justificativa médica;
- b) Comprovante de renda;
- c) Comprovante de residência (água, luz, telefone).

Art. 4º Os documentos mínimos para a nova matrícula devem ser:

- a) Certidão de nascimento da criança;
- b) Cartão de vacina atualizada ou a justificativa médica;
- c) Comprovante de residência (água, luz, telefone);
- d) Apresentação de declaração de guarda, para crianças que convivem com responsáveis, emitida pelo Juizado da Vara da Infância e Juventude;
- e) Declaração de horário de trabalho dos pais.

Art. 5º A criança que completar 6 (seis) anos até o dia 31 de março de 2014, não poderá inscrever-se nas unidades de Educação Infantil, por consequência devendo ser matriculada no ensino fundamental. (Resolução CNE/CEB nº 6, de 2010). Ficando, portanto, as matrículas de acordo com as seguintes faixas:

Educação infantil	4 e 5 anos
Ensino fundamental	6 anos (até 31/03/2014)

Art. 6º Atender os critérios de zoneamento escolar.

Art. 7º Face às polêmicas no que diz respeito ao local de residência dos pais de alunos, determinar a todos os servidores que analisem detidamente a documentação de comprovação de residência, informando qualquer irregularidade ou dúvida ao setor competente da Secretaria de Educação para solução.

Art. 8º Dar ampla divulgação ao procedimento de rematrícula/matricula e se necessário esclarecer aos pais a legislação no que diz respeito aos limites de idade fixados na legislação.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba-SC, 30 de outubro de 2013.

ELIANE FERRONATO FILIPIACKI

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Resolução Nº 02, 30 de Outubro de 2013.

RESOLUÇÃO Nº 02, 30 de outubro de 2013.

Aprova Projeto Pedagógico de apoio ao estudante na 8ª série do Ensino Fundamental Anos Finais, da Escola Municipal Rotary Fritz Lucht.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 3 do Regimento Interno deste Conselho, e o deliberado na Reunião ordinária do dia 16 de setembro de 2013, pelo Parecer nº 02/2013,

RESOLVE:

Art. 1º O projeto pedagógico visa recuperar alunos da 8ª série do Ensino Fundamental de 8 anos, que apresentam dificuldade de aprendizagem nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, tendo nota abaixo de 5,0.

Art. 2º O projeto contempla objetivos a serem atingidos, conteúdos a serem trabalhados, carga horária das aulas, profissionais envolvidos, registro dos documentos em ata e forma de avaliação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba-SC, 30 de outubro de 2013.

ELIANE FERRONATO FILIPIACKI

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Resolução Nº 03, de 30 de Outubro de 2013.

RESOLUÇÃO Nº 03, de 30 de outubro de 2013.

Aprova o Projeto de Avaliação Trimestral no Sistema de Ensino Municipal.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 3 do Regimento Interno deste Conselho, e o deliberado na Reunião ordinária do dia 16 de setembro de 2013, pelo Parecer nº 04,

RESOLVE:

Art. 1º Implementar, para o ano letivo de 2014, a avaliação trimestral para o Ensino Fundamental, de acordo com a Resolução nº158 de 25/11/2008.

Art. 2º A implementação deverá ser realizada junto ao sistema municipal de ensino, sendo responsável a Secretaria Municipal de Educação, pela adaptação ao Sistema Gerenciamento Escolar/SGE.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba-SC, 30 de outubro de 2013.

ELIANE FERRONATO FILIPIACKI

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Resolução Nº 04, de 30 de Outubro de 2013.

RESOLUÇÃO Nº 04, de 30 de outubro de 2013.

Aprova o Sistema de Avaliação para a Educação Infantil.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 3 do Regimento Interno deste Conselho, e o deliberado na Reunião ordinária do dia 16 de setembro de 2013, pelo Parecer nº 05/2013,

RESOLVE:

Art. 1º Implementar a avaliação para a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, para o ano letivo de 2013.

Art. 2º A avaliação será realizada semestralmente, a partir dos conceitos estabelecidos no currículo, que subsidiam o trabalho do

educador.

Art. 3º A avaliação tem objetivo de diagnóstico, e não tem como finalidade a promoção para o ano letivo subsequente.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba-SC, 30 de outubro de 2013.

ELIANE FERRONATO FILIPIACKI

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Resolução Nº 05, de 30 de Outubro de 2013.

RESOLUÇÃO Nº 05, de 30 de outubro de 2013.

Aprova Projeto Pedagógico de apoio ao estudante na 8ª série do Ensino Fundamental anos finais, do Núcleo Pedagógico Rural - NUPERAJO.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 3 do Regimento Interno deste Conselho, e o deliberado na Reunião ordinária do dia 08 de outubro de 2013, pelo Parecer nº 06/2013,

RESOLVE:

Art. 1º O projeto pedagógico visa recuperar alunos da 8ª série do Ensino Fundamental de 8 anos, que apresentam dificuldade de aprendizagem nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, tendo nota abaixo de 5,0.

Art. 2º O projeto contempla objetivos a serem atingidos, conteúdos a serem trabalhados, carga horária das aulas, profissionais envolvidos, registro dos documentos em ata e forma de avaliação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba-SC, 30 de outubro de 2013.

ELIANE FERRONATO FILIPIACKI

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Resolução Nº 06, de 08 de Outubro de 2013.

RESOLUÇÃO Nº 06, de 08 de outubro de 2013.

Aprova Projeto Político Pedagógico da Educação Infantil do Colégio Conexão.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 3 do Regimento Interno deste Conselho, e o deliberado na Reunião ordinária do dia 04 de novembro de 2013, pelo Parecer nº 08/2013,

RESOLVE:

Art. 1º O projeto político pedagógico contempla todos os aspectos que são pertinentes a Educação Infantil.

Art. 2º O projeto contempla objetivos a serem atingidos, conteúdos a serem trabalhados, carga horária das aulas, profissionais envolvidos, registro dos documentos em ata e forma de avaliação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba-SC, 02 de dezembro de 2013.

ELIANE FERRONATO FILIPIACKI

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Resolução Nº 07, de 08 de Outubro de 2013.

RESOLUÇÃO Nº 07, de 08 de outubro de 2013.

Aprova Projeto Político Pedagógico da Educação Infantil do Colégio Conexão.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso de suas atribuições, de

acordo com o art. 3 do Regimento Interno deste Conselho, e o deliberado na Reunião ordinária do dia 04 de novembro de 2013, pelo Parecer nº 08/2013,

RESOLVE:

Art. 1º O projeto político pedagógico contempla todos os aspectos que são pertinentes a Educação Infantil.

Art. 2º O projeto contempla objetivos a serem atingidos, conteúdos a serem trabalhados, carga horária das aulas, profissionais envolvidos, registro dos documentos em ata e forma de avaliação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba-SC, 02 de dezembro de 2013.

ELIANE FERRONATO FILIPIACKI

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Resolução Nº 07, de 08 de Outubro de 2013.

RESOLUÇÃO Nº 07, de 08 de outubro de 2013.

Aprova Projeto Político Pedagógico da Educação Infantil do Colégio Conexão.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 3 do Regimento Interno deste Conselho, e o deliberado na Reunião ordinária do dia 04 de novembro de 2013, pelo Parecer nº 08/2013,

RESOLVE:

Art. 1º O projeto político pedagógico contempla todos os aspectos que são pertinentes a Educação Infantil.

Art. 2º O projeto contempla objetivos a serem atingidos, conteúdos a serem trabalhados, carga horária das aulas, profissionais envolvidos, registro dos documentos em ata e forma de avaliação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba-SC, 02 de dezembro de 2013.

ELIANE FERRONATO FILIPIACKI

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Resolução Nº 08, de 08 de Outubro de 2013.

RESOLUÇÃO Nº 08, de 08 de outubro de 2013.

Aprova Projeto Político Pedagógico do Centro Educacional Infantil Irmã Sheila.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 3 do Regimento Interno deste Conselho, e o deliberado na Reunião ordinária do dia 04 de novembro de 2013, pelo Parecer nº 09/2013,

RESOLVE:

Art. 1º O projeto político pedagógico contempla todos os aspectos que são pertinentes a Educação Infantil, e estão em consonância com a legislação pertinente.

Art. 2º O projeto contempla objetivos a serem atingidos, conteúdos a serem trabalhados, carga horária das aulas, profissionais envolvidos, registro dos documentos em ata e forma de avaliação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba-SC, 02 de dezembro de 2013.

ELIANE FERRONATO FILIPIACKI

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Resolução Nº 09, de 02 de Dezembro de 2013.

RESOLUÇÃO Nº 09, de 02 de dezembro de 2013.

Aprova Projeto Pedagógico - PNOA para atender alunos da 8ª série do Ensino Fundamental de 8 anos no Centro Educacional Roberto Trompowsky.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 3 do Regimento Interno deste Conselho, e o deliberado na Reunião ordinária do dia 04 de novembro de 2013, pelo Parecer nº 012/2013,

RESOLVE:

Art. 1º O Projeto Pedagógico visa recuperar alunos da 8ª série do Ensino Fundamental de 8 anos que apresentam dificuldades de aprendizagem nas disciplinas de Ciências, História, Língua Portuguesa e Matemática, tendo nota abaixo de 5,0.

Art. 2º O projeto contempla objetivos a serem atingidos, conteúdos a serem trabalhados, carga horária das aulas, profissionais envolvidos, registro dos documentos em ata e forma de avaliação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba-SC, 02 de dezembro de 2013.

ELIANE FERRONATO FILIPIACKI

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Resolução Nº 07/CME/2013

MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC

CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTES

RESOLUÇÃO Nº 07/CME/2013

Aprova a readequação do Plano de Trabalho referente ao repasse de recursos financeiros da Associação Joaçabense de Voleibol (AJOV).

A presidente do Conselho Municipal de Esportes, Elisabeth Baretta, no uso de suas atribuições regimentais, e por deliberação do Conselho,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, nos termos do Parecer nº 36/CME/2013, elaborado pela Conselheira Elisabeth Baretta, a readequação entre os itens do Plano de Trabalho referente ao repasse de recursos financeiros da Associação Joaçabense de Voleibol (AJOV) em conformidade com o Convênio celebrado entre a entidade e a Fundação Municipal de Cultura e Esportes de Joaçaba (FMCE), SC.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Joaçaba, 11 de dezembro de 2013.

ELISABETH BARETTA

Presidente do Conselho Municipal de Esportes

Resolução Nº 08/CME/2013

MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC

CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTES

RESOLUÇÃO Nº 08/CME/2013

Aprova o Relatório Anual de Atividades desenvolvidas em 2013 das Entidades Desportivas beneficiadas com recursos da FMCE.

A presidente do Conselho Municipal de Esportes, Elisabeth Baretta, no uso de suas atribuições regimentais, e por deliberação do Conselho,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, nos termos dos Pareceres nº 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46 e 47/CME/2013, elaborados pelos respectivos Conselheiros relatores, o Relatório Anual de Atividades 2013 das Entidades Desportivas beneficiadas com recursos públicos oriundos da Fundação Municipal de Cultura e Esporte, das seguintes entidades desportivas: Associação Desportiva Regional e Cultural de Handebol (ADRECHA), Associação Joaçaba de Esporte e Cultura (AJEC); Associação Joaçabense de Voleibol (AJOV); Associação Joaçabense de Tênis (AJT); Associação Regional Esportiva e Cultural de Judô (ARECJ); Associação Pró Tênis de Mesa (APTM); Clube Joaçabense de Tiro, Caça e Pesca; Associação Atlético Frei Bruno; Associação Joaçabense de Bolão e Bocha; Associação Regional dos Atletas Deficientes da Região do Meio Oeste Catarinense (ARAD) e Associação Atlético Banco do Brasil (AABB) em conformidade com item XVII do Anexo I da Instrução Normativa N.TC-14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Joaçaba, 11 de dezembro de 2013.

ELISABETH BARETTA

Presidente do Conselho Municipal de Esportes

Extrato Homologação CC 7/2013/PMJ - PL 106/2013/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 106/2013/PMJ

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 106/2013/PMJ, nos seguintes termos:

- Modalidade: Concorrência nº 7/2013/PMJ.

- Objeto: Permissão para o exercício do comércio ambulante contínuo de alimentos, em logradouros públicos no Município de Joaçaba

- Propostas vencedoras:

Item 01: Juciane Mara Funez - R\$ 100,00 (Cem reais e noventa centavos) mensais;

Item 02: Marcos Paulo Camargo - R\$ 150,00 (Cento e cinquenta reais) mensais.

Item 03: Não houve cotação/vencedor.

Joaçaba (SC), 06 de dezembro de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Resultado Final - Edital Nº 01/2013/SME

RESULTADO FINAL - EDITAL Nº 01/2013/SME

PROCESSO DE REMOÇÃO DESTINADO AOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

PREFEITO DE JOAÇABA, Rafael Laske, no uso de suas atribuições legais, homologa o Resultado Final do Processo de Remoção destinado aos professores da Rede Municipal de Ensino:

1 - Consta no ANEXO I a classificação FINAL do Processo de Remoção destinado aos Professores da Rede Municipal de Ensino.

2 - Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital, que será afixado no mural da Prefeitura Municipal, na Imprensa Oficial do Município e no site www.joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 10 de dezembro de 2013.

JOSÉ LUIZ JUNQUEIRA DE CARVALHO

Secretário de Educação

RAFAEL LASKE

Prefeito Municipal

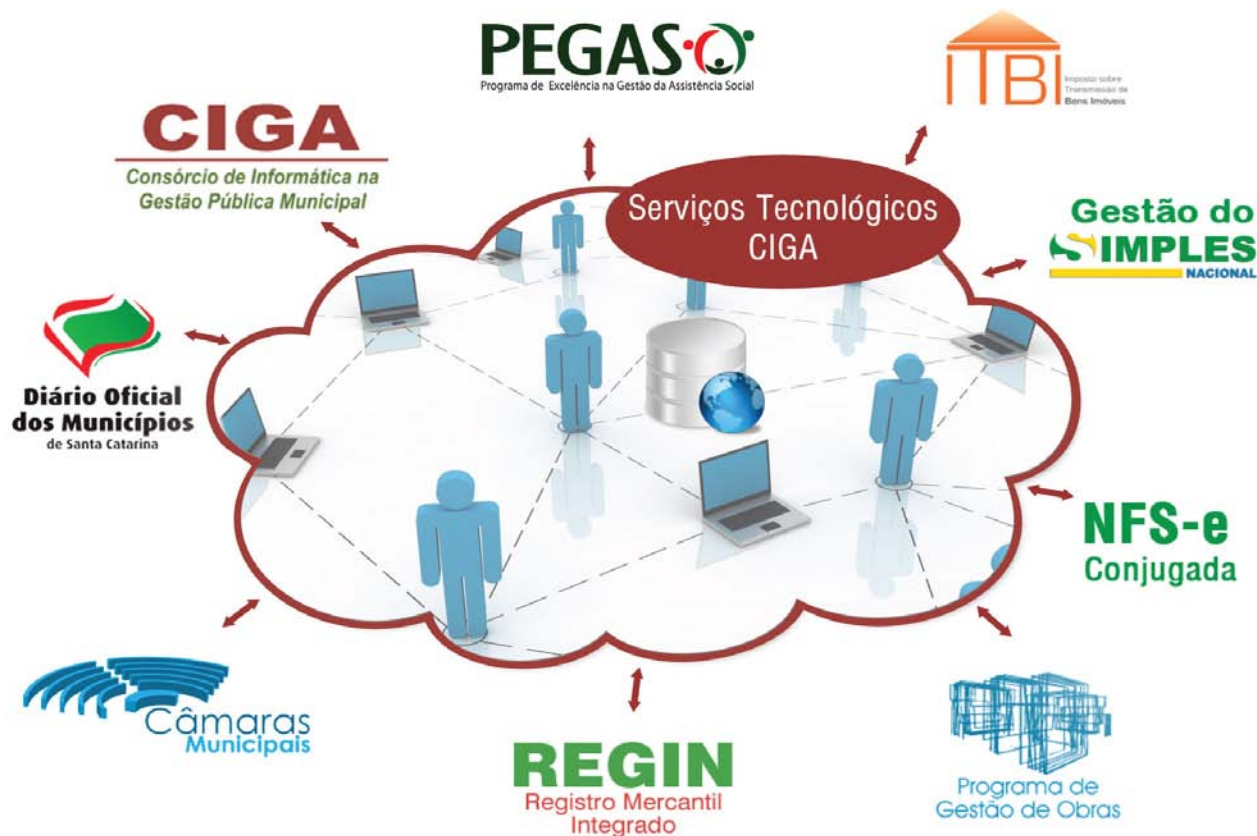
CRECHE RITA MARIA COSTENARO PETRY

CLASSIFICAÇÃO	NOME
1	LURDES MARIA DA SILVA DE BARROS
2	MARA HELAINE DAMÁSIO
3	KASSIA FERNANDA CALLAI
4	LILIANE APARECIDA VALDUGA KRUG
5	LURDES CARICIMI BONFANTI
6	SIMONE SIMIONI
7	JOSIELE NATALINA GARÇA FLEMMING
8	DANIELA BORSOI DALLA LASTA
9	ANDREA MARONI BARBIERI
10	ADELIA ALVES DA CRUZ
11	CARLA DYLCILEIA JACQUELINNE PEREIRA DA SILVA
12	VANICE CRISTIANE TURECK
13	PATRÍCIA PELISSER
14	ELIANE GONÇALVES LAMPERTI
15	FATIMA APARECIDA ANTUNES RODRIGUES
16	LILIAN BACHIN DE OLIVEIRA
17	FLÁVIA REGINA COLUSSO

EDUCAÇÃO INFANTIL – 40H

ESCOLA MUNICIPAL FRIDA REGENSBURG
INGLÊS – 10H

CLASSIFICAÇÃO	NOME
1º	CLAUDIANA FÁTIMA SANTINI



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

SIMAE**Homologação Final dos Aprovados****SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
AUTARQUIA DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, SC

CONCURSO PÚBLICO SIMAE/JHL/001/2013

HOMOLOGAÇÃO FINAL DOS APROVADOS
PORTARIA n.º JHL 181/2013, de 11/12/2013

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto - SIMAE, autarquia dos municípios de Joaçaba, Herval do Oeste e Luzerna, SC, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Item IV. 4.1, do Edital do Concurso Público SIMAE/JHL/001/2013, torna público a Homologação Final dos candidatos aprovados submetidos as condições do processo em tela:

OPERADOR DE MÁQUINAS

N.P.O	TAF	N.P.P	M.F	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
5,7	40	8,0	6,9	0044 - LEANDRO SARTORI	1º LUGAR
5,0	40	6,0	5,5	0078 - EDSON LUCIANO MACHADO	2º LUGAR

OPERADOR DE ETA

N.P.O	TAF	M.F	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
7,9	34	7,9	0067 - MAURICIO PRATES DOS SANTOS	1º LUGAR
7,7	27	7,7	0075 - OSMAR DE SOUZA CESAR	2º LUGAR
6,4	39	6,4	0006 - WASHINGTON LUIZ RUI P. PAPINI	3º LUGAR
6,3	22	6,3	0020 - DARCI CORREA DE QUADROS	4º LUGAR
5,7	39	5,7	0089 - ANDRE FURTADO	5º LUGAR

OPERADOR DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

N.P.O	TAF	M.F	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
6,7	29	6,7	0059 - DANIEL TOMBINI DA SILVEIRA	1º LUGAR

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

M.F	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
7,0	0068 - NILTO SQUERSATO	1º LUGAR
6,3	0091 - VINICIUS VIECELI MELO	2º LUGAR
5,3	0028 - CARINA DAIANA RECALCATTI	3º LUGAR
5,3	0066 - LUANA MENA BARRETO LENZI	4º LUGAR
5,1	0033 - LINEU LUIZ SCHLINDWEIN	5º LUGAR
5,0	0036 - ADRIANO FELTRIM	6º LUGAR

Joaçaba-SC, 11 de Dezembro de 2013.

À vista do exposto, homologo o resultado final do Concurso SIMAE/JHL/01/2013, para todos os efeitos legais e com validade de dois anos a contar desta data.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente do SIMAE

Publique-se.

Lages

PREFEITURA

Extrato de Contrato 397/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
CONTRATO 397/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: BAGGIO EDITORA JORNALISTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 84.933.126/0001-09, com sede à Rua Cel. Cordova n.º 67 - centro, Lages/SC - cep: 88.502-001.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

A Contratação de empresa para Prestação de Serviços de Publicações Diversas de Interesse do Município de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA DO PRAZO

09/12/2013 à 09/03/2014

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

Lages, 10 dezembro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 400/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
CONTRATO 400/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: NARCISO & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 84.933.597/0001-17, estabelecida à Rua Coronel Cordova n.º 91, Lages/SC - CEP: 88.502-185.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

Aquisição de Materiais de Consumo para uso na Cozinha Comunitária da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas nas solicitações.

CLÁUSULA SEGUNDA DO PRAZO

11/12/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 1.120,00 (hum mil e cento e vinte reais).

Lages, 11 dezembro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Lebon Régis

PREFEITURA

Decreto Nº 108/2013

DECRETO Nº 108/2013, de 11 de dezembro de 2013.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO APURADO ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2012, NO ORÇAMENTO VINGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEBON RÉGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Inciso III do art. 11, da Lei Municipal nº 1411/2012 de 17 de Dezembro de 2012;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 141.000,00 (cento e quarenta e um mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	Unidade	Função	Subfunção	Programa	Proj/Atividade	Elemento	Fonte Recurso	Valor R\$.
91	10	10	301	0028	2071	3390	00.03.0023	69.000,00
91	10	10	301	0028	2071	3390	00.03.0023	22.000,00
91	10	10	301	0028	2042	3390	00.03.0064	50.000,00

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor recursos do superávit financeiro do exercício de 2012 conforme iduso e fonte recurso conforme tabela baixo.

IDUso	Grupo	Especificação TCE	Valor R\$.
00	01	0064	50.000,00
00	01	0023	91.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 11 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto em 11 de Dezembro de 2013, no Diário Oficial do Municípiosas.

CLEUSA M. R. TOMACHEUSKI

Secretária de Administração e Finanças

Decreto Nº 109/2013

DECRETO Nº 109/2013, de 11 de dezembro de 2013.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO APURADO ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2012, NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Inciso III do art. 11, da Lei Municipal nº 1411/2012 de 17 de Dezembro de 2012;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento da Prefeitura Municipal com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão	Unidade	Função	Subfunção	Programa	Proj/Atividade	Elemento	Fonte Recurso	Valor R\$.
02	80	15	452	0018	2032	3390	00.03.0042	15.000,00

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor recursos do superávit financeiro do exercício de 2012 conforme iduso e fonte recurso conforme tabela baixo.

IDUso	Grupo	Especificação TCE	Valor R\$.
00	01	0042	15.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 11 de Dezembro de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto em 11 de Dezembro de 2013, no DOM - Diário Oficial dos Municípios.

CLEUSA M. R. TOMACHEUSKI
Secretária de Administração e Finanças

Decreto Nº 110/2013

DECRETO Nº. 110/2013, de 18 de Junho de 2012
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Inciso II do art. 10, da Lei Municipal nº 1411/2012 de 17 de Dezembro de 2012;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento da Prefeitura Municipal com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	Unidade	Função	Subfunção	Programa	Proj/Atividade	Elemento	Fonte Recurso	Valor R\$.
02	60	12	361	0011	2016	3190	00.01.0001	25.000,00
02	60	12	365	0014	2021	3190	00.01.019	10.000,00

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor recursos da anulação da seguinte dotação orçamentaria.

Órgão	Unidade	Função	Subfunção	Programa	Proj/Atividade	Elemento	Fonte Recurso	Valor R\$.
02	60	12	365	0014	2021	3390	00.01.0001	10.000,00
02	60	12	361	0011	2016	3390	00.01.0001	25.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 11 de Dezembro de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto em 11 de Dezembro de 2013, no DOM - Diário Oficial dos Municípios.

CLEUSA M. R. TOMACHEUSKI
Secretário de Administração e Finanças

Homologação Processo Licitatório

PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2013
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2013
HOMOLOGAÇÃO: 11/12/2013
CONTRATADO: LZK CONSTRUTORA LTDA
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE LEBON REGIS

OBJETO: A presente licitação visa à contratação de pessoa jurídica para fornecimento de pedra brita nº 01, para recuperação de 25 km de malha viária no Município de Lebon Régis, conforme plano de trabalho, memorial descritivo e especificações contidas no Edital.

VALOR DA DESPESA: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)

DATA: 11/12/2013
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal.

Extrato Contratual

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LEBON REGIS
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 119/2013

Contratante.: MUNICIPIO DE LEBON REGIS

Contratada : MAN LATIN AMÉRICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEICULOS

Valor : 227.780,00 (duzentos e vinte e sete mil setecentos e oitenta reais)

Vigência : Início: 05/12/2013 Término: 31/12/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : O presente Contrato tem por objeto a aquisição de veículos de transporte escolar diário de alunos da educação básica das redes públicas de ensino nos Estados, Lebon Régis, 11 de Dezembro de 2013

Contrato Nº.: 118/2013

Contratante.: MUNICIPIO DE LEBON REGIS

Contratada : NOVA ERA CHAPEACAO E PINTURA LTDA.- ME

Valor : 8,00 (oito reais)

Vigência : Início: 06/12/2013 Término: 06/12/2018

Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : O presente contrato tem por objeto a concessão dos serviços de remoção, guarda e depósito de veículos automotores apreendidos ou recolhidos em decorrência Lebon Régis, 11 de Dezembro de 2013

Leoberto Leal

PREFEITURA

Lei N.º 1.012/2013

LEI Nº 1.012, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, em exercício, no uso de suas atribuições legais, faz saber à todos os habitantes deste município que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a suplementar dotação do Orçamento Fiscal Vigente, com as seguintes classificações, até o Limite de:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	6.900,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	6.900,00
Função	12	Educação	6.900,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	6.900,00
Programa	0004	Educação é Tudo	6.900,00
Projeto/ Atividade	2.006	Remuneração de Profissionais do Magistério - Ensino Fundamental (60% FUNDEB)	6.900,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	6.900,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	6.900,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	6.900,00
Fonte de Recurso	0.1.0018	FUNDEB	6.900,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO...			6.900,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na dotação com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	6.900,00

Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	6.900,00
Função	12	Educação	6.900,00
Sub-Função	365	Educação Infantil	6.900,00
Programa	0004	Educação é Tudo	6.900,00
Projeto/ Atividade	2.007	Remuneração de Profissionais do Magistério - Educação Infantil (60% FUNDEB)	6.900,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	6.900,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	6.900,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	6.900,00
Fonte de Recurso	0.1.0018	FUNDEB	6.900,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			6.900,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 11 de Dezembro de 2013.
BRUNA PRIM
Prefeita Municipal e.e

Lei N.º 1.013/2013

LEI Nº 1.013, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

“ANULA SALDO DE DOTAÇÃO DA PREFEITURA E SUPLEMENTA NO ORÇAMENTO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL”

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, em exercício, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a

seguinte Lei.

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a abrir crédito adicional suplementar no orçamento da seguridade social, na dotação com a seguinte estrutura e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	10	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS - IPRELL	177,28
Unidade Orçamentária	01	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS - IPRELL	177,28
Função	9	Previdência Social	177,28
Sub-função	272	Previdência do regime Estatutário	177,28
Programa	13	Regime Próprio de Previdência	177,28
Atividade	2.033	Funcionamento e Manutenção do RPPS – Benefícios	177,28
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	177,28
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	177,28
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	177,28
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	177,28
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			177,28

Art. 2º Os recursos utilizados para atender o disposto no artigo anterior correrão por conta da anulação parcial do saldo da dotação com a seguinte estrutura e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	177,28
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	177,28
Função	4	Administração	177,28
Sub-função	122	Administração Geral	177,28
Programa	12	Fortalecimento do Municipalismo	177,28
Atividade	2.032	Contribuição à Entidades Municipalistas	177,28

Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	177,28
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	177,28
Modalidade Aplicação	50	Transferências as Instituições Privadas sem fins Lucrativos	177,28
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	177,28
TOTAL DA ANULAÇÃO			177,28

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 11 de dezembro de 2013.
BRUNA PRIM
Prefeita Municipal e. e.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Extrato Pregão 08/2013 FMS

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

Fundo Municipal de Saúde

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2013 FMS

RONALDO PISCINI - Secretário de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, para contratação de serviços de exames laboratoriais para o ano de 2014, as 08:30 horas, do dia 26 de dezembro de 2013, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 10 de dezembro de 2013.

RONALDO PISCINI

Secretário de Saúde e Ação Social

Luzerna

PREFEITURA

Lei 1189

LEI Nº 1189 de 10 de dezembro de 2013.

“INSTITUI □AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO’ AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instituir “AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO” aos servidores públicos do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC).

Parágrafo Único - O benefício de que trata o “caput” deste artigo terá caráter indenizatório para ressarcimento de despesas com alimentação, não sendo considerado verba salarial não se incorporando aos salários, para qualquer efeito ou sujeito a qualquer incidência de caráter tributário ou previdenciário.

Art.2º- O AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO será fornecido aos servidores na forma de cartão magnético através de empresa ou instituição credenciada ao Plano de Alimentação do Trabalhador - PAT, selecionada através de Processo Licitatório, no valor de R\$ 14,70 (quatorze reais e setenta centavos) por dia útil, excluídos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos trabalhados.

§1º- O valor do auxílio alimentação por dia, previsto no “caput” deste artigo, é referente à carga horária de 40 horas, sendo que para os servidores com carga horária diversa o valor pago será proporcional.

§2º- A carga horária considerada para o pagamento do auxílio

alimentação será aquela constante da portaria de nomeação observadas as suas alterações, ou aquela prevista na lei de criação do cargo ou emprego público.

§3º- No mês em que o servidor tiver, por qualquer motivo, faltado ao trabalho não perceberá o benefício, sendo que a verificação da assiduidade será apurada compreendendo o período do dia 16 de cada mês até o dia 15 do mês subsequente.

§4º- O valor do auxílio alimentação fixado pelo “caput” deste artigo será corrigido na mesma data da revisão geral anual dos Servidores Públicos do Município de Luzerna(SC)

Art.3º- O benefício de que trata o artigo 1º desta Lei não se aplica:

I - a servidor colocado à disposição ou cedido a outros órgãos que receba qualquer tipo de auxílio alimentação do cessionário;

II - a servidores oriundos de outros órgãos, colocados a disposição do Município por força de Convênio e/ou acordos;

III - a servidor em gozo de férias;

IV - a servidor que tiver faltado ao trabalho sem justificativa;

V - a servidor que estiver em quaisquer hipóteses de licença - sem vencimentos ou licença para aperfeiçoamento, gestação, tratamento de saúde ou paternidade;

VI - quando do pagamento de gratificação natalina - 13º salário;

VII - aos que forem punidos administrativamente;

Parágrafo Único - Nos casos de ausência do servidor em licença para tratamento de saúde, para doação de sangue ou em razão de casamento ou falecimento de parente próximo, serão descontados apenas os dias faltantes.

Art.4º - O valor do auxílio alimentação será revisado a critério do Município, mediante Lei específica podendo ser suspenso, por Decreto, quando verificada a impossibilidade de sua manutenção.

Art.5º- As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do Orçamento do Município.

Art.6º- Até que seja operacionalizado o fornecimento do auxílio alimentação através de cartão magnético o mesmo será pago em folha de pagamento.

Art.7º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2014, revogadas as disposições da Lei 488 de 08 de dezembro de 2003 e suas alterações.

Luzerna(SC), 10 de dezembro de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Lei 1190

LEI Nº 1190 de 10 de dezembro de 2013.

“INSTITUI “ADICIONAL POR EXERCÍCIO DE ATIVIDADE INSALUBRE” AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

. 1º Art.1º- Os servidores municipais que exercerem suas atividades em condições de insalubridade, acima dos limites de tolerância estabelecidos em Normas Regulamentares do Ministério do Trabalho, em conformidade com o art. 39, inciso VI da Lei Complementar 035 de 18 de março de 2004, terão direito a uma remuneração adicional de 10% (dez por cento), para a insalubridade de grau mínimo; 20% (vinte por cento), para a insalubridade de grau médio, e 40% (quarenta por cento) para insalubridade de

grau máximo, do salário mínimo vigente.

Art.2º- Consideram-se como atividades insalubres, aquelas que, por sua própria natureza, condições ou métodos de trabalho, expõem o servidor público municipal a agentes físicos, químicos ou biológicos nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.

Parágrafo Único - As atividades e operações consideradas insalubres, as normas sobre os critérios de caracterização da insalubridade, os limites de tolerância aos agentes agressivos, os meios de proteção, e o tempo máximo de exposição do servidor a esses agentes são os estabelecidos pelo Ministério do Trabalho através de Normas Regulamentadoras.

Art.3º- A eliminação ou a neutralização da insalubridade ocorrerá:
I - com adoção de medidas que conservem o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância;

II - com a utilização de equipamentos de proteção individual ao servidor que diminuam a intensidade do agente agressivo a limites de tolerância.

Art. 4º - Art.

Art.4º- O direito do funcionário ao adicional de insalubridade cessará com a eliminação do risco à saúde ou integridade física, segundo as Normas Regulamentares do Ministério do Trabalho.

Art.5º- A caracterização e a classificação da insalubridade, segundo as Normas Regulamentares do Ministério do Trabalho far-se-ão através da perícia a cargo de Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho legalmente habilitados.

Parágrafo Único - O adicional de insalubridade será pago mediante laudo técnico que comprove essa condição e ao que dispõe as Normas Reguladoras - NR do Ministério do Trabalho.

Art.6º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do Orçamento do Município.

Art.7º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogado o art. 54 e Parágrafo Único da Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2014.

Luzerna(SC), 10 de dezembro de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Lei 1191

LEI Nº 1191 de 10 de dezembro de 2013.

"INSERE EVENTOS NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Ficam inseridos eventos no CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), passando a vigorar com a redação dada por esta Lei o ANEXO ÚNICO da Lei nº 1131 de 16 de julho de 2013 que "INSTITUI O CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" alterada pela Lei nº 1177 de 19 de novembro de 2013.

Art.2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 10 de dezembro de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS

EVENTO	DATA
Feirinha de Páscoa	Data móvel (março ou abril)
Campeonato Municipal de FUTSAL	Início em abril
Encontro de Mulheres Agricultoras	Março
Trilha da Saúde	Março
Feirinha de Dia das Mães	Maio
Campeonato Municipal de Bocha Rafa	Início em Maio
Jantar Italiano	Junho
Festa Junina da Escola São Francisco	Data móvel (Junho/Julho)
Título Expressão Agropecuária	1º sábado de agosto
Campeonato Municipal de Futebol Suíço	Início em agosto
Festival de Bandas e Fanfarras	Agosto
Encontro de Corais	Agosto
Noite Germânica	Agosto
Encontro Municipal HiperDia	Agosto
Aniversário do Município	Agosto
Encontro Trentino	Agosto
Campeonato Municipal de Bocha Russa	Início em setembro
Desfile de 7 de setembro	Setembro
Caminhada Ecológica	Setembro
Dia Nacional de Idoso	Outubro
Saúde em Ação	Outubro
Título Troféu Masterluz	Novembro
Baile do Chopp	Novembro anos alternados
Encontro Germânico	Novembro anos alternados
Natal	Dezembro

Lei 1192

LEI Nº 1192 de 10 de dezembro de 2013.

"AUTORIZA A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcial e/ou totalmente as dotações atribuídas às Atividades e Projeto abaixo discriminados:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Atividade - 0601.11.332.0007.2009 - Segurança do Trabalhador

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 4.000,00

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 4.000,00

Atividade - 0602.04.123.0013.2015 - Manutenção do Departamento de Fazenda

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 12.000,00

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 4.000,00

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Atividade - 0801.12.365.0028.2028 - Manutenção da Educação Básica Infantil
 Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
 Fonte 01 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Educação R\$ 18.000,00
 Atividade - 0801.12.363.0037.2034 - Manutenção das Atividades do Ensino Profissionalizante
 Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
 Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 7.000,00
 Atividade - 0802.13.391.00046.2037 - Resgate da Memória Cultural
 Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
 Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 7.096,00

SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade - 0901.20.606.00652.2042 - Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente
 Categoria Econômica - 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos
 Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 39.500,00

ASSESSORIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Atividade - 1001.22.661.0058.2051 - Manutenção da Incubadora Tecnológica Luzerna
 Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos
 Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 10.755,60
 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS
 Projeto - 1101.15.451.0061.1054 - Manutenção e Obras em Praças e Jardins
 Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
 Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00
 Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos
 Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 131.351,60

Art.2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica autorizada a suplementação nas dotações atribuídas às Atividades abaixo discriminadas:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA ASSESSORIA JURÍDICA

Atividade - 0401.04.122.0004.2004 - Manutenção da Assessoria Jurídica
 Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
 Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 4.000,00

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Atividade - 0601.04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento de Administração
 Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
 Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 15.851,60
 Atividade - 0701.08.243.0022.2081 - Manutenção do Conselho Tutelar
 Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
 Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0801.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais
 Fonte 01 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Educação R\$ 70.000,00
 Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Outras Despesas Correntes
 Fonte 01 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Educação R\$ 15.000,00
 Atividade - 0801.12.364.0034.2033 - Manutenção do Transporte do Ensino Superior
 Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 3.500,00
 Atividade - 1101.15.452.0061.2052 - Manutenção dos Serviços Urbanos
 Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
 Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 8.000,00
 Atividade - 1101.26.782.0067.2060 - Manutenção e Conservação das Estradas Vicinais do Município
 Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
 Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 8.000,00
 Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
 Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 131.351,60

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 10 de dezembro de 2013.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

Lei 1193

LEI Nº 1193 de 10 de dezembro de 2013.

"AUTORIZA A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA"

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente as dotações atribuídas às Atividades e Encargos Especiais abaixo discriminados:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Encargos Especiais - 0601.28.845.0000.0014 - Pagamento de Contribuição ao PASEP
 Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
 Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade - 1101.15.451.0061.1054 - Manutenção das Instalações do Terminal Rodoviário Municipal
 Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
 Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 12.000,00

Art. 2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica autorizada a suplementação nas dotações atribuídas à Atividade abaixo discriminada:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA



Atividade - 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Outras Despesas Correntes
Fonte 02 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde
R\$ 5.000,00
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
Fonte 02 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde R\$ 7.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 12.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 10 de dezembro de 2013.
MOISES DIERSMANN
Prefeito Municipal

Lei 1194

LEI Nº 1194 de 10 de dezembro de 2013.
"FIXA ÍNDICE DE REVISÃO SALARIAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica concedida, a partir de 1º de janeiro de 2014, revisão salarial correspondente ao percentual de 3,27% (três vírgula vinte e sete por cento) referente ao índice do INPC - ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR, apurado no período de 1º de março de 2013 a 30 de novembro de 2013, incidente sobre os salários do mês de dezembro de 2013, aos servidores públicos municipais ocupantes de empregos públicos efetivos e temporários, comissionados Nível CC-1 a CC4, Prefeito e Vice-Prefeito, e funções gratificadas e de suporte pedagógico.

Art.2º- As despesas provenientes da execução desta Lei correrão a conta de dotações próprias do Orçamento do Município.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

Luzerna(SC), 10 de dezembro de 2013.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal

QUADRO DE EMPREGOS PÚBLICOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

Lei Complementar nº 033/03 alterada pelas Leis Complementares nº 094/10 e 099/11 e Leis nºs 498/04, 589/05, 649/06, 714/07, 781/08, 835/09, 903/10, 980/11, 1036/12, Complementar 116/13, Lei 1109/13 e Lei nº 1194/13.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

QUADRO DE EMPREGOS PÚBLICOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

Lei Complementar nº 033/03 alterada pelas Leis Complementares nº 094/10 e 099/11 e Leis nºs 498/04, 589/05, 649/06, 714/07, 781/08, 835/09, 903/10, 980/11, 1036/12, Complementar 116/13, Lei 1109/13 e Lei nº 1194/13.

ANEXO III

VENCIMENTOS

EMPREGOS PÚBLICOS DE PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL, DANÇA E XADREZ - 40 HORAS

EMPREGO	Classe/ Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
Professor	Prof. II	2348,51	2418,97	2489,43	2559,88	2630,34	2700,79	2771,25	2841,70	2912,16	2982,61	3053,07	3123,52	3193,98
Professor	Prof. III	2512,65	2588,03	2663,41	2738,79	2814,17	2889,55	2964,93	3040,31	3115,69	3191,07	3266,45	3341,83	3417,21
Professor	Prof. IV	2959,60	3048,39	3137,18	3225,97	3314,76	3403,55	3492,33	3581,12	3669,91	3758,70	3847,49	3936,27	4025,06
Professor	Prof. V	3314,74	3414,18	3513,62	3613,07	3712,51	3811,95	3911,39	4010,84	4110,28	4209,72	4309,16	4408,60	4508,05

EMPREGO EM EXTINÇÃO - 20 HORAS

EMPREGO	Classe/ Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
Professor	Não Habilitado	537,43	553,55	569,67	585,80	601,92	618,04	634,16	650,29	666,41	682,53	698,66	714,78	730,90

AUXILIARES

EMPREGO/Classe	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
Auxiliar de Sala 30 h EM EXTINÇÃO	1295,73	1334,60	1373,47	1412,34	1451,22	1490,09	1528,96	1567,83	1606,70	1645,58	1684,45	1723,32	1762,19

EMPREGO/Classe 40 h	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
Auxiliar de Laboratório de Informática	1066,88	1098,89	1130,90	1162,90	1194,91	1226,91	1258,92	1290,93	1322,93	1354,94	1386,95	1418,95	1450,96



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

Lei Complementar nº 035/2004 alterada pelas Leis Complementares nºs 067/07 e 087/10 e Leis nºs 498/04, 589/05, 649/06, 714/07, 781/08, 835/09, 903/10, 980/11, 1036/12, Lei 1109/13 e Lei nº 1194/13.

**“INSTITUI O PLANO DE CARREIRA, EMPREGOS, CARGOS E REMUNERAÇÃO DOS
SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA”.**

ANEXO II

TABELA DE VENCIMENTOS DOS EMPREGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Grupos	Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
I ANA	1	827,50	852,33	877,15	901,98	926,80	951,63	976,45	1001,28	1026,10	1050,93	1075,75	1100,58	1125,40
II ANO	1	989,31	1018,99	1048,66	1078,34	1108,02	1137,70	1167,38	1197,06	1226,74	1256,42	1286,10	1315,78	1345,46
	2	1048,19	1079,64	1111,08	1142,53	1173,97	1205,42	1236,86	1268,31	1299,76	1331,20	1362,65	1394,09	1425,54
	3	1060,21	1092,02	1123,82	1155,63	1187,44	1219,24	1251,05	1282,86	1314,66	1346,47	1378,27	1410,08	1441,89
	4	1272,26	1310,42	1348,59	1386,76	1424,93	1463,09	1501,26	1539,43	1577,60	1615,76	1653,93	1692,10	1730,27
	5	1429,81	1472,71	1515,60	1558,50	1601,39	1644,29	1687,18	1730,08	1772,97	1815,86	1858,76	1901,65	1944,55
	6	1441,89	1485,14	1528,40	1571,66	1614,91	1658,17	1701,43	1744,68	1787,94	1831,20	1874,45	1917,71	1960,97
	7	1767,01	1820,02	1873,03	1926,04	1979,05	2032,06	2085,07	2138,08	2191,09	2244,10	2297,12	2350,13	2403,14
III AAG	1	1441,89	1485,14	1528,40	1571,66	1614,91	1658,17	1701,43	1744,68	1787,94	1831,20	1874,45	1917,71	1960,97
	2	2522,44	2598,12	2673,79	2749,46	2825,14	2900,81	2976,48	3052,15	3127,83	3203,50	3279,17	3354,85	3430,52
IV ANS	1	2942,27	3030,53	3118,80	3207,07	3295,34	3383,61	3471,87	3560,14	3648,41	3736,68	3824,95	3913,21	4001,48
	2	3179,00	3274,37	3369,74	3465,11	3560,48	3655,85	3751,22	3846,59	3941,96	4037,33	4132,70	4228,07	4323,44
	3	4177,98	4303,32	4428,66	4554,00	4679,34	4804,68	4930,02	5055,36	5180,70	5306,04	5431,38	5556,72	5682,06
	4	4235,07	4362,12	4489,18	4616,23	4743,28	4870,33	4997,38	5124,44	5251,49	5378,54	5505,59	5632,65	5759,70



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

Lei Complementar nº 035/2004 alterada pelas Leis Complementares nºs 067/07 e 087/10 e Leis nºs 498/04, 589/05, 649/06, 714/07, 781/08, 835/09, 903/10, 980/11, 1036/12, Complementar 115/13, Lei 1109/13 e Lei nº 1194/13.

**“INSTITUI O PLANO DE CARREIRA, EMPREGOS, CARGOS E REMUNERAÇÃO
DOS
SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA”.**

**ANEXO III
TABELA DE CARGOS E VENCIMENTOS DE CARGOS DE PROVIMENTO DE
COMISSÃO**

DISCRIMINAÇÃO DOS CARGOS	QUANTIDADE DE CARGOS	NÍVEL	VENCIMENTO
GABINETE DO PREFEITO			
Assessor do Prefeito	01	CC-2	R\$ 3.153,62
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO			
Assessor de Planejamento	01	CC-2	R\$ 3.153,62
ASSESSORIA JURÍDICA			
Assessor Jurídico Sênior	01	CC-1	R\$ 5.058,31
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO			
Secretário da Fazenda e Administração	01	CC-1	R\$ 5.058,31
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO			
Secretário de Desenvolvimento Econômico	01	CC-1	R\$ 5.058,31
Gestor da Incubadora Tecnológica	01	CC-3	R\$ 2.445,75
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO			
Coordenador de Controle Interno	01	CC-2	R\$ 3.153,62
SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL			
Secretário de Saúde e Bem Estar Social	01	CC-1	R\$ 5.058,31
Diretor do Departamento de Saúde e Bem Estar Social	01	CC-2	R\$ 3.153,62
Coordenador do Setor de Saúde	01	CC-4	R\$ 1.859,59
Chefe do Setor de Habitação e Programas Sociais	01	CC-3	R\$ 2.445,75
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS			
Secretário de Obras e Serviços	01	CC-1	R\$ 5.058,31
Diretor do Departamento de Obras e Serviços	01	CC-2	R\$ 3.153,62
Coordenador do Setor de Manutenção	01	CC-4	R\$ 1.859,59
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES			
Secretário de Educação, Cultura e Esportes	01	CC-1	R\$ 5.058,31
Diretor do Departamento de Educação	01	CC-2	R\$ 3.153,62
Chefe do Setor de Cultura	01	CC-3	R\$ 2.445,75
Chefe do Setor de Esportes	01	CC-3	R\$ 2.445,75
Coordenador do Centro de Eventos	01	CC-4	R\$ 1.859,59
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE			
Secretário de Agricultura e Meio Ambiente	01	CC-1	R\$ 5.058,31
Chefe do Setor de Agricultura	01	CC-3	R\$ 2.445,75



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

Lei Complementar nº 035/2004 alterada pelas Leis Complementares nºs 067/07, 087/10 e 098/11 e Leis nºs 498/04, 589/05, 649/06, 714/07, 781/08, 835/09, 903/10, 980/11, 1036/12, Lei Complementar 115/13, Lei 1109/13 e Lei nº 1194/13.

**“INSTITUI O PLANO DE CARREIRA, EMPREGOS, CARGOS E REMUNERAÇÃO
DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA”.**

**ANEXO IV
FUNÇÕES GRATIFICADAS**

Funções Gratificadas	Título	Valor
FG1	Chefe do Setor de Tesouraria	R\$ 557,24
FG1	Coordenador dos ESF	R\$ 557,24
FG2	Coordenador do CRAS	R\$ 432,17
FG2	Coordenador Executivo do PROCON Municipal	R\$ 432,17
FG2	Assistente de Controle e Distribuição de Merenda Escolar	R\$ 432,17
FG2	Chefe do Setor de Contabilidade	R\$ 432,17
FG2	Chefe do Setor de Compras	R\$ 432,17
FG2	Chefe do Setor de Licitação	R\$ 432,17
FG2	Chefe do Setor de Comunicação	R\$ 432,17
FG2	Chefe do Setor de Desenvolvimento Humano	R\$ 432,17
FG2	Chefe do Setor de Tributação	R\$ 432,17
FG2	Chefe do Setor de Tecnologia da Informação	R\$ 432,17
FG2	Chefe do Setor de Vigilância Sanitária	R\$ 432,17
FG3	Secretário da Junta do Serviço Militar	R\$ 253,56
FG3	Assistente dos Serviços de Jardinagem	R\$ 253,56
FG3	Assistente dos Serviços de Sinalização Viária	R\$ 253,56



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Lei Complementar nº 036 de 18 de março de 2004, alterada pelas Leis Complementares nºs 037/05, 041/06, 043/06, 058/07, 060/07 e 087/10 e Leis nºs 589/05, 781/08, 835/09, 903/10, 980/11, Lei 1036/12, Lei Complementar 114/13, Lei 1109/13 e Lei nº 1194/13.

ANEXO I - EMPREGOS TEMPORÁRIOS

EMPREGO	CARGA HORÁRIA	PROVIMENTO	VAGAS	SALÁRIO
Agente Comunitário de Saúde	40 h/s	Temporário	14	R\$ 877,17
Auxiliar de Enfermagem	40 h/s	Temporário	02	R\$ 989,30
Auxiliar de Odontologia	40 h/s	Temporário	02	R\$ 989,30
Atendente em Farmácia	40 h/s	Temporário	01	R\$ 1.049,58
Técnico de Controle do PSF	40 h/s	Temporário	01	R\$ 1.672,47
Técnico de Enfermagem	40h/s	Temporário	08	R\$ 1.236,63
Psicólogo	40 h/s	Temporário	01	R\$ 2.674,78
Psicólogo	20 h/s	Temporário	02	R\$ 1.337,40
Enfermeira	40 h/s	Temporário	02	R\$ 4.346,52
Odontólogo	40 h/s	Temporário	02	R\$ 4.346,52
Médico Generalista	40 h/s	Temporário	02	R\$ 10.921,90
Médico Ginecologista/Obstetra	10 h/s	Temporário	01	R\$ 2.730,46
Médico Pediatra	10 h/s	Temporário	01	R\$ 2.730,46
Farmacêutico	20 h/s	Temporário	02	R\$ 1.938,62

EMPREGOS TEMPORÁRIOS EM EXTINÇÃO

EMPREGO	CARGA HORÁRIA	PROVIMENTO	VAGAS	SALÁRIO
Médico Clínico Geral*	40 h/s	Temporário	01	R\$ 12804,05

*Em conformidade com a **Lei Complementar nº 100** de 21 de maio de 2011, art.6º, Parágrafo Único - Para os atuais ocupantes dos empregos públicos de provimento temporário em extinção de **Médico Clínico Geral** será concedida apenas a revisão geral anual de que trata o art. 37, inciso X da Constituição Federal, até o restabelecimento do vencimento ao limite constitucional fixado na Constituição Federal, art. 37, inciso XI.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

Lei Complementar nº 033/03 alterada pelas Leis Complementares nºs 094/10 e 099/11 e Leis nºs 498/04, 589/05, 649/06, 714/07, 781/08, 835/09, 903/10, 980/11, Lei 1036/12, Lei Complementar 116/13, Lei 1109/13 e Lei nº 1194/13.

**QUADRO DE CARGOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DO
MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL**

ANEXO IV

FUNÇÕES DE SUPORTE PEDAGÓGICO

FUNÇÃO DE SUPORTE PEDAGÓGICO	TÍTULO	Nº DE FUNÇÕES	VALOR
F.S.P - 01	Diretor de Escola	01	R\$ 827,32
F.S.P - 02	Diretor de Unidade Educacional	02	R\$ 771,76
F.S.P - 03	Coordenador Pedagógico da Educação Infantil	01	R\$ 296,35
F.S.P - 03	Coordenador Pedagógico do Ensino Fundamental Anos Iniciais	01	R\$ 296,35
F.S.P - 03	Coordenador Pedagógico do Ensino Fundamental Anos Finais	01	R\$ 296,35
F.S.P - 04	Secretário de Escola	01	R\$ 234,61

Lei 1195

LEI Nº 1195 de 10 de dezembro de 2013.

"ALTERA O "CAPUT" E §§ 3º e 4º do art. 2º da LEI Nº 269 DE 22.03.2001, ALTERADOS PELAS LEIS Nº 308 de 10.09.2001, 428 de 20.02.2003, 447 de 08.05.2003, 500 de 18.03.2004, 581 de 04.04.2005, 590 de 05.05.2005, 628 de 15.12.2005, 650 de 13.04.2006, 784 de 03.04.2008, 834 de 28.04.2009, 896 de 27.04.2010, 976 de 04.05.2011, 1038 de 20.03.12 e 1110 de 21.05.2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- O "caput" e os §§ 3º e 4º do art. 2º da Lei nº 269 de 22.03.2001, alterados pelas Leis nº 308 de 10.09.2001, 428 de 20.02.2003, 447 de 08.05.2003, 500 de 18.03.2004, 581 de 07.04.2005, 590 de 05.05.2005, 628 de 15.12.2005, 650 de 13.04.2006, 784 de 03.04.2008, 834 de 28.04.2009, 896 de 27.04.2010, 976 de 04.05.2011, 1038 de 20.03.2012 e 1110 de 21.05.2013, ficam alterados, passando a ter a seguinte redação:

"Art.2º - A remuneração para o CONSELHEIRO TUTELAR, se dará na forma de jeton, no valor de R\$ 54,33 (cinquenta e quatro reais e trinta e três centavos) para cada sessão de 08 (oito) horas de expediente diário junto ao Conselho Tutelar e sobreaviso no intervalo para o almoço, respeitado o limite máximo de R\$ 1.249,62 (um mil duzentos e quarenta e nove reais e sessenta e dois centavos) mensais.

§1º- Faculta-se o atendimento do expediente diário do Conselho Tutelar por um único Conselheiro, ou por um Conselheiro em cada período (matutino e vespertino), segundo escala elaborada pelos Conselheiros Tutelares, priorizando-se a ordem de classificação e de modo a não prejudicar o atendimento de expediente no Conselho, e sendo a remuneração proporcional às horas trabalhadas, respeitado o limite máximo constante do "caput";

§2º- No caso de não haver consenso na formulação da escala, ou seja, não se conseguir que todos os dias úteis nos dois períodos haja Conselheiro atendendo no expediente do Conselho, os Conselheiros que alegarem não ter condições de atuar no Conselho deverão pedir seu desligamento do mesmo por ordem decrescente de classificação na eleição do Conselho Tutelar;

§3º- Os membros do CONSELHO TUTELAR serão remunerados para cada 24 (vinte e quatro) horas de sobreaviso (nos sábados, domingos e feriados instituídos por lei), na forma de jeton, no valor de R\$ 54,33 (cinquenta e quatro reais e trinta e três centavos);

§4º- O sobreaviso durante a semana, fora do horário de expediente normal do Conselho será remunerado na forma de jeton, no valor de por período; R\$ 27,16 (vinte e sete reais e dezesseis centavos),

§5º- O sobreaviso durante a semana também será organizado segundo escala elaborada pelos Conselheiros Tutelares.

Art.2º- Os encargos provenientes da execução desta Lei correrão a conta de dotações próprias.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

Luzerna(SC), 10 de dezembro de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Lei 1196

LEI Nº 1196 de 10 de dezembro de 2013.

"INSERE PARÁGRAFO ÚNICO NO ART. 6º DA LEI Nº 007/97 de 10 de janeiro de 1997 que INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/FMS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica INSERIDO o Parágrafo Único no art. 6º da Lei nº 007 de 10 de janeiro de 1997, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.6º-

Parágrafo Único - A ocupação de cargos de confiança ou de chefia que interfiram na autonomia representativa do conselheiro deve ser avaliada como possível impedimento da representação do segmento e, a juízo da entidade, pode ser indicativo de substituição do conselheiro".

Art.2º- As demais disposições vigentes da Lei nº 007 de 10 de janeiro de 1997, permanecem inalteradas.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 10 de dezembro de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Lei 1197

LEI Nº 1197 de 10 de dezembro de 2013.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, COM A INTERVENIÊNCIA DO INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS - IGP E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art.1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a firmar convênio com ESTADO DE SANTA CATARINA através da SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, com a interveniência do INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS - IGP para a contratação de estagiário de nível médio ou superior pela SSP/IGP para atuar no Núcleo Mesorregional de Perícias nas expedições e correções dos documentos de carteira de identidade (RG) garantindo ao MUNICÍPIO prioridade no atendimento, guichê específico e prazo reduzido de 15 (quinze) pra 05 (cinco) dias para entrega da carteira de Identidade para os cidadãos deste Município.

Art.2º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art.3º - A prestação de contas dos valores recebidos dar-se-á na forma da Legislação vigente.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Luzerna(SC), 10 de dezembro de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Lei 1198

LEI Nº 1198 de 10 de dezembro de 2013.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE - INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE - CAMPUS LUZERNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art.1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a firmar convênio com o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE - INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE - CAMPUS LUZERNA, mediante transferência de recursos financeiros, do INSTITUTO ao MUNICÍPIO para este efetuar o fornecimento de alimentação escolar, aos alunos do ensino médio articulado do IFC - Campus de Luzerna.

Art.2º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Luzerna(SC), 10 de dezembro de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Lei 1199

LEI Nº 1199 de 10 de dezembro de 2013

"ALTERA O VENCIMENTO INICIAL DE NÍVEL QUE ESPECIFICA NO PLANO DE CARREIRA, EMPREGOS, CARGOS E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

L E I:

Art.1º - O vencimento inicial do Nível 01 do GRUPO I - Atividades de Administração Geral/AAG, passará de R\$ 1.231,97 (um mil, duzentos e trinta e um reais e noventa e sete centavos) para R\$ 1.396,23 (um mil, trezentos e noventa e seis reais e vinte e três centavos), alterando, conseqüentemente, toda a carreira desse Nível conforme Anexo III - Tabela de vencimentos dos empregos de provimento efetivo, do Plano de Carreira, Empregos, Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Luzerna (SC), criado pela Resolução nº 005/13 de 25 de maio de 2011.

Art.2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

Luzerna(SC), 10 de dezembro de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Resolução nº 005/13 de 25 de maio de 2011 alterada pela Lei nº 1199 de 10 de dezembro de 2013

"INSTITUI O PLANO DE CARREIRA, EMPREGOS, CARGOS E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LUZERNA".

Anexo III

TABELA DE VENCIMENTOS DOS EMPREGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Grupos	Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
I AAG	01	1396,23	1438,12	1480,00	1521,89	1563,78	1605,66	1647,55	1689,44	1731,33	1773,21	1815,10	1856,99	1898,87
II ANS	01	2022,85	2083,54	2144,22	2204,90	2265,59	2326,28	2386,96	2447,64	2508,33	2569,02	2629,70	2690,38	2751,08

Lei 1200

LEI Nº 1200 de 10 de dezembro de 2013

"FIXA ÍNDICE DE REVISÃO SALARIAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS DA CÂMARA DE VEREADORES DE LUZERNA E DOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

L E I:

Art.1º- Fica concedida, a partir de 1º de janeiro de 2014, revisão salarial correspondente ao percentual de 3,27% (três vírgula vinte e sete por cento), referente ao índice do INPC - ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR, apurado no período de 1º de março de 2013 a 30 de novembro de 2013, incidente sobre os salários do mês de dezembro de 2013, aos servidores da Câmara de Vereadores de Luzerna (SC), ocupantes de cargos e empregos públicos efetivos e em comissão.

Art.2º- Fica concedida, a partir de 1º de janeiro de 2014, revisão salarial correspondente ao percentual de 3,27% (três vírgula vinte e sete por cento), referente ao índice do INPC - ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR, apurado no período de 1º de março de 2013 a 30 de novembro de 2013, incidente sobre os salários do mês de dezembro de 2013, aos Vereadores do Município de Luzerna/SC, passando a perceber os seguintes valores:

Presidente da Câmara de Vereadores - R\$ 2.664,74 (dois mil seiscentos e sessenta e quatro reais e setenta e quatro centavos)

Vereadores - R\$ 1.776,49 (hum mil setecentos e setenta e seis reais e quarenta e nove centavos)

Art.3º- As despesas provenientes da execução da presente Lei correrão a conta de dotações próprias do Orçamento da Câmara.

Art.4º- A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

Luzerna(SC), 10 de dezembro de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Resolução nº 005/13 de 25 de maio de 2011 alterada pela Lei nº 1200 de 10 de dezembro de 2013

"INSTITUI O PLANO DE CARREIRA, EMPREGOS, CARGOS E REMUNERAÇÃO DO SERVIDORES DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LUZERNA".**Anexo I****TABELA DE VAGAS E VENCIMENTOS DE CARGOS DE PROVIMENTO DE COMISSÃO**

DISCRIMINAÇÃO DOS CARGOS	QUANTIDADE DE VAGAS	NÍVEL	VENCIMENTO
ASSESSORIA JURÍDICA			
Assessor Jurídico	01	CC-1	R\$ 2.117,54

Resolução nº 005/13 de 25 de maio de 2011 alterada pela Lei nº 1199 de 10 de dezembro de 2013

"INSTITUI O PLANO DE CARREIRA, EMPREGOS, CARGOS E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LUZERNA".**Anexo II****TABELA DE VENCIMENTOS DOS EMPREGOS DE PROVIMENTO EFETIVO**

Grupos	Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
I AAG	1	1441,89	1485,15	1528,40	1571,66	1614,92	1658,17	1701,42	1744,68	1787,94	1831,19	1874,45	1917,71	1960,96
II ANS	1	2089,00	2151,67	2214,34	2277,00	2339,67	2402,35	2465,01	2527,68	2590,35	2653,03	2715,69	2778,36	2841,04

Lei Complementar 121



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

LEI COMPLEMENTAR Nº 121 de 10 de dezembro de 2013.

“EXTINGUE EMPREGOS PÚBLICOS, AMPLIA VAGAS E ALTERA O VENCIMENTO INICIAL DE NÍVEL QUE ESPECIFICA NO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE LUZERNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art.1º- Fica **extinto** assim que vagar o emprego público efetivo de **Agente Administrativo, Nível 02 do GRUPO II - Atividade de Nível Operacional - ANO** e **extingue** a partir da publicação desta Lei o emprego público efetivo de **Assessor Administrativo, Nível 01 do GRUPO IV - Atividade de Nível Superior/ANS**, renumerando-se os demais empregos públicos do **GRUPO IV do Anexo I - Tabela de Empregos de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Luzerna**, criado pela Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores.

Art.2º - Fica **ampliada em mais 03 (três) vagas** o emprego público de **Técnico Administrativo, Nível 01**, constante do **GRUPO III - Atividade de Administração Geral/AAG**, do **Anexo I**, do Plano de Carreira, Empregos, Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Luzerna(SC), criado pela Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004.

Art.3º - Em decorrência da **extinção** dos empregos e **ampliação das vagas** os **Grupos II, III e IV do Anexo I da Lei Complementar nº 035, de 18 de março de 2004**, passam a vigorar com a seguinte redação:

GRUPO/CATEGORIA	Nº DE EMPREGOS PÚBLICOS	CLASSES	NÍVEL
GRUPO II			
Atividade de Nível Operacional - ANO			
01 - Agente Administrativo (em extinção)	07	A.B.C.D.	02
02 - Motorista I	06	A.B.C.D.	06
03 - Motorista II	07	A.B.C.D.	06
04 - Operador de Máquinas Agrícolas	03	A.B.C.D.	05
05 - Operador de Máquinas II	07	A.B.C.D.	07
06 - Auxiliar de Enfermagem	04	A.B.C.D.	03
07 - Auxiliar de Odontologia	02	A.B.C.D.	01
08 - Agente de Serviços Gerais	01	A.B.C.D.	06



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

GRUPO/CATEGORIA	Nº DE EMPREGOS PÚBLICOS	CLASSES	NÍVEL
GRUPO III			
Atividade de Administração Geral - AAG			
01 - Tesoureiro	01	A.B.C.D.	02
02 - Técnico Administrativo	16	A.B.C.D.	01
03 - Auxiliar de Contabilidade	02	A.B.C.D.	01
04 - Fiscal Técnico Sanitarista	01	A.B.C.D.	01

GRUPO/CATEGORIA	Nº DE EMPREGOS PÚBLICOS	CLASSES	NÍVEL
GRUPO IV			
Atividade de Nível Superior - ANS			
01 - Assistente Social	02	A.B.C.D.	02
02 - Assessor Jurídico	01	A.B.C.D.	05
03 - Contador	01	A.B.C.D.	04
04 - Enfermeiro	02	A.B.C.D.	02
05 - Engenheiro Agrônomo	01	A.B.C.D.	02
06 - Engenheiro Civil	01	A.B.C.D.	03
07 - Fiscal de Tributos, Obras e Posturas	01	A.B.C.D.	01
08 - Médico Veterinário	01	A.B.C.D.	02
09 - Psicólogo	01	A.B.C.D.	02

Art.4º - Altera o **vencimento inicial** do **Nível 01** do **GRUPO III - Atividade de Administração Geral/AAG**, passando de **R\$ 1.231,97 (hum mil, duzentos e trinta e um reais e noventa e sete centavos)** para **R\$ 1.396,23 (hum mil, trezentos e noventa e seis reais e vinte e três centavos)**, e consequentemente alterando toda a carreira desse Nível conforme **Anexo II - Tabela de vencimentos dos empregos de provimento efetivo**, do Plano de Carreira, Empregos, Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Luzerna(SC), criado pela Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores parte integrante desta Lei.

Art.5º- Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

Luzerna(SC), 10 de dezembro de 2013.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

Lei Complementar nº 035/2004 alterada pelas Leis Complementares nºs 067/07 e 087/10 e Leis nºs 498/04, 589/05, 649/06, 714/07, 781/08, 835/09, 903/10, 980/11, 1036/12, Lei 1109/13 e Lei Complementar nº 121 de 10/12/13.

**“INSTITUI O PLANO DE CARREIRA, EMPREGOS, CARGOS E REMUNERAÇÃO DOS
SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA”.**

**ANEXO II
TABELA DE VENCIMENTOS DOS EMPREGOS DE PROVIMENTO EFETIVO**

Grupos	Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
I ANA	1	801,30	825,34	849,38	873,41	897,45	921,49	945,53	969,57	993,61	1017,65	1041,69	1065,73	1089,77
II ANO	1	957,98	986,72	1015,46	1044,20	1072,94	1101,68	1130,42	1159,15	1187,89	1216,63	1245,37	1274,11	1302,85
	2	1015,00	1045,45	1075,90	1106,35	1136,80	1167,25	1197,70	1228,15	1258,60	1289,05	1319,50	1349,95	1380,40
	3	1026,64	1057,44	1088,23	1119,03	1149,83	1180,63	1211,43	1242,23	1273,03	1303,83	1334,63	1365,43	1396,23
	4	1231,97	1268,93	1305,89	1342,84	1379,80	1416,76	1453,72	1490,68	1527,64	1564,60	1601,56	1638,52	1675,48
	5	1384,54	1426,07	1467,61	1509,15	1550,68	1592,22	1633,76	1675,29	1716,83	1758,36	1799,90	1841,44	1882,97
	6	1396,23	1438,12	1480,00	1521,89	1563,78	1605,66	1647,55	1689,44	1731,32	1773,21	1815,10	1856,98	1898,87
	7	1711,06	1762,40	1813,73	1865,06	1916,39	1967,72	2019,06	2070,39	2121,72	2173,05	2224,38	2275,71	2327,05
III AAG	1	1396,23	1438,12	1480,00	1521,89	1563,78	1605,66	1647,55	1689,44	1731,33	1773,21	1815,10	1856,99	1898,87
	2	2442,57	2515,85	2589,13	2662,40	2735,68	2808,96	2882,24	2955,51	3028,79	3102,07	3175,34	3248,62	3321,90
IV ANS	1	2187,36	2252,98	2318,60	2384,23	2449,85	2515,47	2581,09	2646,71	2712,33	2777,95	2843,57	2909,19	2974,81
	2	2849,10	2934,58	3020,05	3105,52	3191,00	3276,47	3361,94	3447,42	3532,89	3618,36	3703,84	3789,31	3874,78
	3	3078,34	3170,69	3263,04	3355,39	3447,74	3540,09	3632,44	3724,79	3817,14	3909,49	4001,84	4094,19	4186,54
	4	4045,69	4167,06	4288,43	4409,80	4531,17	4652,55	4773,92	4895,29	5016,66	5138,03	5259,40	5380,77	5502,14
	5	4100,97	4224,00	4347,03	4470,06	4593,09	4716,12	4839,15	4962,18	5085,21	5208,23	5331,26	5454,29	5577,32

Lei Complementar 122

LEI COMPLEMENTAR Nº 122 de 10 de dezembro de 2013.

"ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR Nº 033 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2003 - PLANO DE CARREIRA, CARGOS E REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art.1º- Ficam alterados os incisos I a IV e §3º do art. 12 da Lei Complementar nº 033 de 08 de dezembro de 2003 que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art.12 - Os ocupantes de cargos docentes, para desempenhar as atividades previstas no art. 7º desta Lei, ficam sujeitas as seguintes jornadas de trabalho:

I - jornada de 10 (dez) horas semanais, sendo 07(sete) horas de trabalho com alunos em sala de aula e 03(três) horas de trabalho pedagógico;

II- jornada 20 (vinte) horas semanais, sendo 14 (quatorze) horas de trabalho com alunos em sala de aula e 06 (seis) horas de trabalho pedagógico;

III- jornada de 30 (trinta) horas semanais, sendo 21 (vinte e um) horas de trabalho com alunos em sala de aula e 09 (nove) horas de trabalho pedagógico;

IV- jornada de 40 (quarenta) horas semanais, sendo 28 (vinte e oito) horas de trabalho com alunos em sala de aula e 12 (doze) horas de trabalho pedagógico.

§3º- A hora de trabalho pedagógico será desenvolvida:

a) 03(três) horas de trabalho pedagógico: 02 (duas) horas serão cumpridas na Unidade Escolar e 01 (uma) poderá ser cumprida fora da Unidade Escolar;

b) 06 (seis) horas de trabalho pedagógico: 03 (três) horas serão cumpridas na Unidade Escolar e 03 (três) horas poderão ser cumpridas fora da Unidade Escolar;

c)09 (nove) horas de trabalho pedagógico: 05 (cinco) serão cumpridas na Unidade Escolar e 04 (quatro) poderão ser cumpridas fora da Unidade Escolar;

d)12 (doze) horas de trabalho pedagógico: 06 (seis) serão cumpridas na Unidade Escolar e 06 (seis) poderão ser cumpridas fora da Unidade Escolar.

Art.2º- Insere o §4º no art. 13 da Lei Complementar nº 033 de 08 de dezembro de 2003 que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.13 -

§4º- O Professor da ÁREA 3 correspondente a áreas de conhecimento específicas poderá ministrar aulas acima do limite estabelecido no §1º deste artigo, nas horas de trabalho pedagógico a ser cumprido fora da Unidade Escolar e perceberá sob a forma de aulas excedentes o equivalente ao valor da hora aula, não podendo ultrapassar a 06(seis) , 04 (quatro) e 02 (duas) aulas excedentes para cargas horárias de 40 (quarenta), 30 (trinta) e 20 (vinte) horas de trabalho respectivamente.

Art.3º- As demais disposições vigentes da Lei Complementar nº 033 de 08 de dezembro de 2003 permanecem inalteradas.

Art.4º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2014.

Luzerna(SC), 10 de dezembro de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Decreto 1724

DECRETO Nº 1724 de 10 de dezembro de 2013.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 1192 de 10 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º- Ficam anuladas parcial e/ou totalmente as dotações atribuídas às Atividades e Projeto abaixo discriminados:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Atividade - 0601.11.332.0007.2009 - Segurança do Trabalhador
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 4.000,00

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 4.000,00

Atividade - 0602.04.123.0013.2015 - Manutenção do Departamento de Fazenda

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 12.000,00

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 4.000,00

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0801.12.365.0028.2028 - Manutenção da Educação Básica Infantil

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 01 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Educação R\$ 18.000,00

Atividade - 0801.12.363.0037.2034 - Manutenção das Atividades do Ensino Profissionalizante

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 7.000,00

Atividade - 0802.13.391.00046.2037 - Resgate da Memória Cultural

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 7.096,00

SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade - 0901.20.606.00652.2042 - Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Categoria Econômica - 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 39.500,00

ASSESSORIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Atividade - 1001.22.661.0058.2051 - Manutenção da Incubadora Tecnológica Luzerna

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 10.755,60

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Projeto - 1101.15.451.0061.1054 - Manutenção e Obras em Praças e Jardins

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 131.351,60

Art.2º- Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementadas as dotações atribuídas às Atividades abaixo discriminadas:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
ASSESSORIA JURÍDICA

Atividade - 0401.04.122.0004.2004 - Manutenção da Assessoria Jurídica

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 4.000,00

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Atividade - 0601.04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento de Administração

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 15.851,60

Atividade - 0701.08.243.0022.2081 - Manutenção do Conselho Tutelar

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0801.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais
Fonte 01 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Educação R\$ 70.000,00

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Outras Despesas Correntes
Fonte 01 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Educação R\$ 15.000,00

Atividade - 0801.12.364.0034.2033 - Manutenção do Transporte do Ensino Superior

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 3.500,00

Atividade - 1101.15.452.0061.2052 - Manutenção dos Serviços Urbanos

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 8.000,00

Atividade - 1101.26.782.0067.2060 - Manutenção e Conservação das Estradas Vicinais do Município

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 8.000,00

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 131.351,60

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 10 de dezembro de 2013.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

Decreto 1725

DECRETO Nº 1725 de 10 de dezembro de 2013.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 1193 de 10 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º - Ficam anuladas parcialmente as dotações atribuídas às Atividades e Encargos Especiais abaixo discriminados:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Encargos Especiais - 0601.28.845.0000.0014 - Pagamento de Contribuição ao PASEP

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade - 1101.15.451.0061.1054 - Manutenção das Instalações do Terminal Rodoviário Municipal

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 12.000,00

Art.2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementadas as dotações atribuídas à Atividade abaixo discriminada:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade - 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Outras Despesas Correntes
Fonte 02 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde R\$ 5.000,00

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes Fonte 02 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde R\$ 7.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 12.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 10 de dezembro de 2013.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

Pregão - PL 081.2013 - PP 057.2013 - Combustível, Óleo Lubrificante e Serviço de Lavagem - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 0081/2013 - PML

Pregão Presencial nº 0057/2013 - PML

A PREFEITURA DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO para Registro de Preço.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o fornecimento de combustíveis, óleo lubrificante e serviço de lavagem para manutenção de veículos oficiais das diversas Secretarias do Município de Luzerna/SC e Fundos Especiais.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de

21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h do dia 20 de dezembro de 2013.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h15min do dia 20 de dezembro de 2013.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

CÂMARA MUNICIPAL

Ata da Eleição da Mesa Diretora

ATA DA SESSÃO DE ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA
PARA O ANO DE 2014 - 09/12/2013

Havendo quorum regimental, o Presidente da Casa Legislativa, vereador João Batista Zamboni, cumprimentou todos os presentes e abriu a Sessão de Eleição da Mesa Diretora para o ano de 2014. Foi registrada somente uma chapa. A Chapa 01 apresentou a seguinte composição: Presidente: Mauri José Schlindwein, Vice-Presidente: João Batista Zamboni, Primeira Secretária: Sirlei Schumacher Recalcatti e Segunda-Secretária: Ezair Terezinha Hoffmann. Em seguida, iniciou-se a votação, e com 9 (nove) votos favoráveis a Chapa 01 foi eleita, ficando da seguinte maneira a composição da Mesa Diretora para o ano de 2014: Presidente: Mauri José Schlindwein, Vice-Presidente: João Batista Zamboni, Primeira-Secretária: Sirlei Schumacher Recalcatti e Segunda-Secretária: Ezair Terezinha Hoffmann. Por fim, o Presidente da Casa parabenizou e desejou sucesso aos eleitos, agradeceu a presença de todos e encerrou a presente sessão.

JOÃO BATISTA ZAMBONI
Presidente

EZAIR TEREZINHA HOFFMANN
1ª Secretária

SIRLEI SCHUMACHER RECALCATTI
2ª Secretária



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br

Balancete Financeiro 11/2013**ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Novembro/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		Despesa Orçamentária	62.654,29
		Despesas exceto Intra-orçamentárias	62.654,29
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	53.747,80
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.634,49
		INVESTIMENTOS	1.272,00
Receita Extra - Orçamentária	109.918,06	Despesa Extra - Orçamentária	140.834,45
DEPÓSITOS	3.930,44	DEPÓSITOS	4.012,16
CONSIGNAÇÕES	3.930,44	CONSIGNAÇÕES	4.012,16
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.402,87	PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.402,87
TESOURO NACIONAL	70,30	TESOURO NACIONAL	70,30
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	331,99	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	413,71
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	125,28	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	125,28
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	62.654,29	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	62.654,29
OBRIGAÇÕES A PAGAR	62.654,29	OBRIGAÇÕES A PAGAR	62.654,29
FORNECEDORES	8.906,49	FORNECEDORES	8.906,49
PESSOAL A PAGAR	43.355,83	PESSOAL A PAGAR	43.355,83
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	10.391,97	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	10.391,97
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	43.333,33	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	74.168,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	43.333,33	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDA	74.168,00
REPASSE RECEBIDO	43.333,33	ORDEM DE TRANSFERÊNCIA CONCEDIDA	74.168,00
Saldos anteriores	100.001,88	Saldos atuais	6.431,20
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	100.001,88	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	6.431,20
BANCO C/ MOVIMENTO	0,00	BANCO C/ MOVIMENTO	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	209.919,94	Total	209.919,94

Luzerna, 03/12/2013

Rubiana Suelen Balestrin
Contadora

João Batista Zamboni
Presidente da Mesa Diretora

Mafra

CÂMARA MUNICIPAL

Contrato de Prestação de Serviços Nº 01/2012

1º TERMO ADITIVO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 01/2012

Contratante: CÂMARA DE VEREADORES DE MAFRA

Contratada: VALÉRIA GROSSL MENDES

CNPJ Nº: 12.744.580/0001-00

Objeto: prorrogação do prazo contratual por 12 meses, e alteração de preço pelo índice INPC no contrato de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de informática e sonoros da Câmara de Vereadores de Mafra.

Valor: 1636,55 (um mil, seiscentos e trinta e seis reais e cinquenta e cinco centavos) mensais.

Data Assinatura: 01/11/2013

Prazo: 12 meses

Contrato de Prestação de Serviços Nº 24/2011

3º TERMO ADITIVO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 24/2011

Contratante: CÂMARA DE VEREADORES DE MAFRA

Contratada: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA

CNPJ /MF: 79.283.065/0001-41

Objeto: Prorrogação do prazo contratual por mais 12 meses para prestação de serviços de limpeza e higienização da Câmara de Vereadores de Mafra

Data Assinatura: 26/11/2013

Prazo: 12 meses

Marema

PREFEITURA

Lei Nº 1030/2013

Lei n. 1.030/2013

De 04 de dezembro de 2013.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE MAREMA PARA O EXERCÍCIO DE 2014 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito do Município de Marema – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e sanciona a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de MaremaSC, para exercício de 2014, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 11.075.617,00 (Onze milhões, setenta e cinco mil e seiscentos e dezessete reais).

DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 2º - O orçamento da Prefeitura para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 10.210.015,00 (Dez milhões, duzentos e dez mil e quinze reais) e a Despesa Orçamentária em R\$ 6.979.400,00 (Seis milhões, novecentos e setenta e nove mil e quatrocentos

reais), e Despesa Financeira de R\$ 3.230.615,00 (Três milhões, duzentos e trinta mil e seiscentos e quinze reais).

§1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminados quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	10.210.000,00
1.1- Receita Tributária	280.000,00
1.2- Receitas de Contribuições	34.000,00
1.3- Receita Patrimonial	52.100,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	52.000,00
17-Transferências Correntes	11.881.500,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	2.170.200,00
1.9- Outras Receitas Correntes	80.600,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	15,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	15,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
TOTAL	10.210.015,00

§2º - A despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a seguinte classificação:

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	6.495.285,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	3.851.400,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	170.000,00
3.3- Outras Despesas Correntes	2.473.885,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	464.115,00
4.4- Investimentos	183.115,00
4.5- Inversões Financeiras	1.000,00
4.6- Amortização da Dívida	280.000,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00
9.9- Reserva de Contingência	20.000,00
– TRANSF. FINANCEIRAS AS FUN- DOS MUNICIPAIS	3.230.615,00
- Fundo Municipal da Saúde	1.975.615,00
- Fundo Municipal de Assistência Social	120.000,00
-Fundo Municipal da Infância e Adolescência	15.000,00
-Fundo Municipal de Desenvolvimen- to Rural	500.000,00
- Câmara Municipal de Vereadores	620.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	10.210.015,00

Art. 3º - O orçamento dos Fundos Municipais e Poder Legislativo para o exercício de 2014, estimam a Receitae Fixam a Despesa conforme quadros abaixo descritos:

I – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	605.700,00
1.1- Receita Tributária	2.500,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	7.700,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00

1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	594.500,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	1.000,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	2,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	2,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	1.975.615,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	1.975.615,00
TOTAL	2.581.317,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	2.489.315,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	1.452.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	1.037.315,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	92.002,00
4.4- Investimentos	92.002,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	2.581.317,00

II – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	110.900,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	1.900,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	108.000,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	1.000,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	0,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	120.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	120.000,00
TOTAL	230.900,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	220.900,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	0,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	220.900,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00
4.4- Investimentos	10.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00

TOTAL GERAL DA DESPESA	230.900,00
------------------------	------------

III – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	620.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	620.000,00
TOTAL	620.000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	526.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	438.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	88.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	94.000,00
4.4- Investimentos	94.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	620.000,00

IV– FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	148.000,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	1.000,00
1.4- Receita Agropecuária	10.000,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	130.000,00
17-Transferências Correntes	0,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	7.000,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	0,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	500.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	500.000,00
TOTAL	648.000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	638.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	0,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	638.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00
4.4- Investimentos	10.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	648.000,00

V– FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	1.000,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00

1.3- Receita Patrimonial	500,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	0,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	500,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	0,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	15.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	15.000,00
TOTAL	16.000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	14.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	0,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	14.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	2.000,00
4.4- Investimentos	2.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	16.000,00

Art. 4º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário, conforme demonstração abaixo:
UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUN. DE MAREMA

I – Passivo Contingente	0,00
II – Intempéries	20.000,00
III – Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	0,00
IV – Obtenção de Resultado Primário	0,00
V – Reforço de dotações Orçamentárias	0,00
TOTAL	20.000,00

§ 1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando-se o limite para cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§ 2º- Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçadas ou orçadas a menor.

Art. 5º - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% da Despesa estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I – o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II – a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III – superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único – Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício, e o excesso de arrecadação das receitas de capital.

Art. 6º - As despesas por conta de dotação vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

Art. 7º – Durante o exercício de 2014, o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 8º – Comprovando o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeios de competência de outros entes da Federação.

Art. 9º – Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, mediante o envio de cópia autêntica à Câmara Municipal, logo após a celebração de tais atos.

Art. 10 – A presente Lei vigorará durante o exercício de 2014, a partir de 1º de janeiro, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 04 de dezembro de 2013

VALDOMIRO BEVIALQUA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

Lei Nº 1031/2013

Lei n. 1.031/2013

de 04/12/2013

"AUTORIZA ALTERAÇÕES NO ORÇAMENTO DE 2013 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema - SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu SANCIONO a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica autorizado o chefe do poder executivo, nos termos da presente lei, suplementar dotações orçamentárias no valor de R\$ 159.000,00 (Cento e cinquenta e nove mil reais), nas seguintes programações de despesas:

Código	Secretaria/departamento	
01.01	Câmara de Vereadores	
funcional	Proj./ativ.	descrição
01.031.0001	2.001	Manutenção das Atividades Legislativas
Modalidade	Fonte	Dotação
3.1.90.00.00	01.00	21.800,00
3.3.90.00.00	01.00	2.700,00

Código	Secretaria/departamento	
01.01	Câmara de Vereadores	
funcional	Proj./ativ.	descrição
01.031.0001	2.052	Subsídio dos Vereadores
Modalidade	Fonte	Dotação
3.1.90.00.00	01.00	5.500,00

Código	Secretaria/departamento	
02.01	Gabinete do Prefeito Municipal	
funcional	Proj./ativ.	descrição
04.122.0401	2003	Manutenção das atividades do gabinete
Modalidade	Fonte	Dotação
3.1.90.00.00	01.00	54.000,00

Código	Secretaria/departamento	
16.01	Departamento de Assist. Social	
funcional	Proj./ativ.	descrição
08.244.0801	2.053	Manut. Da Assist. Social
Modalidade	Fonte	Dotação
3.1.90.00.00	01.00	24.000,00

Código	Secretaria/departamento	
10.01	Encargos Especiais	
funcional	Proj./ativ.	descrição
28.846.000	2.053	Amortização da Dívida e Encargos Municipais
Modalidade	Fonte	Dotação
3.2.90.00.00	01.00	5.000,00
4.6.90.00.00	01.00	46.000,00

Art. 2º Para dar cobertura das suplementações conforme artigo 1º, serão anuladas dotações dentro do orçamento vigente nas seguintes programações de despesas:

Código	Secretaria/departamento	
01.01	Câmara de Vereadores	
funcional	Proj./ativ.	descrição
01.031.0001	1.002	Construção do Centro Administrativo
Modalidade	Fonte	Dotação
4.4.90.00.00	01.00	70.000,00

Código	Secretaria/departamento	
12.01	Fundo Municipal da saúde	
funcional	Proj./ativ.	descrição
10.301.1001	2.015	Manutenção Atividades de Saúde
Modalidade	Fonte	Dotação
449000	01.02	38.000,00

Código	Secretaria/departamento	
13.01	Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural	
funcional	Proj./ativ.	descrição
20.601.2001	2.043	Incentivo a Produção Vegetal
Modalidade	Fonte	Dotação
449000	01.02	51.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 04 de dezembro de 2013
VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume

SILVANO CIRO PIASESKI

Resolução Nº 004/2013

RESOLUÇÃO CMDCA nº 004

de 10 de dezembro de 2013.

ESTABELECE DATA DA POSSE DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE MAREMA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MAREMA, no uso de suas atribuições legais e com base nas alterações advindas da Lei Federal n. 12.696/2012 e na lei Municipal n. 1.014/2013.

CONSIDERANDO a eleição do Conselho Tutelar estabelecida pelo Edital n. 001/2013;

CONSIDERANDO a garantir do funcionamento ininterrupto do conselho tutelar pelos conselheiros existentes.

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar a data de posse dos eleitos para o conselho tutelar, passando de 16 de dezembro do ano de 2013, para 06 de janeiro de 2014, às 09h00, junto a sede do Conselho Tutelar do Município de Marema.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Marema/SC, 10 de dezembro de 2013.

NANDRIA NERVIS

PRESIDENTE DO CMDCA

Massaranduba

PREFEITURA

Decreto Nº. 2824 de 06 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº. 2824 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2013

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1457 de 26 de Outubro de 2012, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.301.0100.2031 - Manutenção das atividades do PACS

0602 - 31900000 - Aplicações Diretas

0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Saúde

R\$ 5.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.301.0100.2031 - Manutenção das atividades do PACS

0602 - 44900000 - Aplicações Diretas

0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Saúde

R\$ 5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 06 DE DEZEMBRO DE 2013

MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Meleiro

PREFEITURA

Decreto N.º 077/2013

DECRETO n.º 077/2013
DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MELEIRO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 51, inciso I da lei Orgânica Municipal, resolve:

DECRETAR

Art. 1.º Ponto Facultativo nas Repartições Públicas do Município de Meleiro, nos dias 24 e 31 de Dezembro de 2013.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Dezembro de 2013.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 466/2013

PORTARIA n.º 466/2013
PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1409/2009 e suas alterações, e Lei nº 1408/2009 e suas alterações, de 28 de dezembro de 2009, resolve:

PRORROGAR

Art. 1º A Portaria nº 098/2013 da senhorita FLÁVIA VENSON BÚRIGO, ocupante do cargo de Professora ACT, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme Art. 10, II, "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADTC, que veda a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez, até cinco meses após o parto.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 30/11/2013.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 03 de Dezembro de 2013.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm e Finanças

Modelo

PREFEITURA

Lei Municipal N° 2117/2013

LEI MUNICIPAL N° 2117/2013 de 06.12.2013
DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DESPESAS COM TRANSPORTE, EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA DE APOIO A PESSOA IDOSA DO MUNICÍPIO DE MODELO SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo SC, no uso das atribuições legais,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo do Município de Modelo autorizado a efetuar o custeio dos serviços com o transporte interestadual, de idosos do Município de Modelo SC, para realização de viagem objetivando o desenvolvimento social, cultural e educacional, EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA DE APOIO A PESSOA IDOSA no Município de Modelo SC, no valor de até R\$ 7.000,00 (sete mil reais), conforme programação anexa, integrante desta Lei.

Parágrafo Único - A oferta dos serviços de proteção social objetivam atender as diretrizes de convivência e fortalecimento de vínculo para idosos.

Art. 2º- Para atendimento do objeto de que trata esta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a contratar empresa para realização dos serviços de transporte ou celebrar convenio para contribuição financeira à entidade: Grupo de Idosos Conviver, CNPJ nº 80.621.683/0001-33, de Modelo SC, no valor de até R\$ 7.000,00 (sete mil reais),

§ 1º - A entidade beneficiada com contribuição financeira de que trata o caput deste artigo, deverá atender a todos os idosos interessados, divulgando a data da viagem e o período das inscrições, atendendo as disposições do Programa de Apoio a Pessoa Idosa do Município.

§ 2º - A celebração do convenio observará as disposições da Lei Municipal nº 1877/2009.

§ 3º - Os interessados deverão firmar termo de compromisso e responsabilidade na participação da viagem e do programa.

Art. 3º -As despesas para atendimento desta Lei, estão consignadas no orçamento vigente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo aos 06 de dezembro de 2013.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra:

GILDO BATTISTI
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Monte Carlo

PREFEITURA

Edital Processo Seletivo 005/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO-SC

EDITAL PROCESSO SELETIVO 005/2013

ABRE INSCRIÇÕES PARA O PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PARA AS VAGAS DE ENFERMEIRO, FARMACÊUTICO, NUTRICIONISTA E TÉCNICO EM RADIOLOGIA, PARA ATUAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO.

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, com endereço ao Paço Municipal, SC 456, Km 19, Centro - esquina com a rua Vilma Gomes, Monte Carlo, SC neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Marcos Nei Correa Siqueira, no uso das atribuições que lhe são conferidas Lei Complementar Municipal 027/07, e alterações, torna público que se encontram abertas as inscrições para a realização de PROCESSO SELETIVO, para contratação de servidores em caráter temporário de excepcional interesse público, para atuarem nos cargos temporários supracitados.

I- DAS VAGAS E HABILITAÇÕES:

1.1- O presente Processo Seletivo destina-se ao provimento em caráter temporário das vagas nos cargos públicos temporários constantes no ANEXO I deste edital;

1.2- As vagas disputadas neste Processo Seletivo são para formação de cadastro de reserva, nos termos da Legislação vigente.

1.3- O Processo Seletivo aberto por este Edital, conforme disposição para contratação temporária será por meio de prova e títulos.

II- DA RESPONSABILIDADE PELO PROCESSO SELETIVO:

2.1- O Poder Executivo Municipal delegará a AMPLASC - Associação dos Municípios do Planalto Sul Catarinense a responsabilidade pela elaboração, aplicação, correção, julgamento, de eventuais recursos decorrentes das provas e divulgação do resultado final do Processo Seletivo para os cargos no município de Monte Carlo.

2.2- A AMPLASC poderá contar com o auxílio de bancas suplementares sob a supervisão da COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO devidamente designada, por ato do Chefe Executivo Municipal.

2.3- A Classificação das mesmas fica sob responsabilidade da AMPLASC (Associação dos Municípios do Planalto Sul Catarinense) e a homologação a cargo do município de Monte Carlo.

III - DAS INSCRIÇÕES:

3.1- AS INSCRIÇÕES DEVERÃO SER EFETUADAS ENTRE ÀS 8h:30min ATÉ ÀS 16h30min DO DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2013 ATÉ 17 DE JANEIRO DE 2014 NO SEGUINTE ENDEREÇO: NO PAÇO MUNICIPAL, SC 456, KM 15, CENTRO, ESQUINA COM A RUA VILMA GOMES - MONTE CARLO-SC

3.1.1 - O valor de cada inscrição é o constante no ANEXO IV (Ficha de Inscrição).

3.2- O candidato poderá inscrever-se nos cargos abaixo relacionados:

3.2.1 - Enfermeiro 40h;

3.2.2 - Farmacêutico 20h ou 40h (conforme necessidade administração)

3.2.3 - Nutricionista 20h ou 40h (conforme necessidade administração)

3.2.4 - Técnico em Radiologia 24 horas semanal

3.3- A inscrição neste processo seletivo implicará, desde logo, no conhecimento e aceitação, pelo candidato, das condições estabelecidas neste Edital.

3.4- As inscrições realizadas no município somente poderão ser pagas no Sicoob, no horário das 08:30 às 14:45 horas. As demais via depósito identificado apenas no Banco do Brasil devendo ser encaminhada junto com toda a documentação no local de inscrição.

3.5- A inscrição deverá ser efetuada pelo próprio candidato, ou por procurador devidamente habilitado, com procuração autenticada em cartório, com poderes específicos para representá-lo no ato da inscrição.

3.6- Não será admitido, sob qualquer pretexto, a inscrição condicional, bem como não será permitida a juntada a posteriori de documentos.

3.7- As inscrições serão efetuadas por meio de requerimento, em formulário próprio, devidamente preenchido, anexando-se a documentação exigida.

3.8- O candidato é o único responsável pelo correto preenchimento da Ficha de inscrição pelo acompanhamento de seu processo, independente de avisos, salvo publicações previstas neste Edital e regulamentos em vigor.

3.8.1. Fica reservado aos portadores de necessidades especiais, o percentual legal de 5% das vagas oferecidas neste processo seletivo. Aplicando-se as disposições da lei de regência.

3.8.2. As inscrições somente serão aceitas após o pagamento da taxa, que deverá ser paga após a emissão do boleto bancário.

3.8.3. Será cancelada a inscrição e eliminado o candidato, a qualquer tempo, por declaração inverídica ou cuja documentação apresente qualquer irregularidade.

3.8.4. Uma vez efetuada a inscrição, não será aceito pedido de alteração de quaisquer dos dados informados, a não ser o de mudança de endereço ou telefone para contato que poderá ser feito por correspondência eletrônica, carta registrada ou pessoalmente na sede do Município até a data de homologação do presente Processo Seletivo. Alterações posteriores devem ser encaminhadas à Prefeitura Municipal de Monte Carlo.

3.8.5. A taxa de inscrição não será restituída.

3.8.6. Verificada mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição mais recente.

3.8.7. O candidato que necessitar de condições especiais para a realização da prova deverá indicar as condições especiais que necessita no requerimento de inscrição.

3.8.8. A solicitação de condições especiais será atendida obedecendo aos critérios de viabilidade e de razoabilidade.

IV. DOS REQUISITOS PARA A INSCRIÇÃO E INVESTIDURA NO CARGO

O candidato deverá preencher os seguintes requisitos:

- 4.1.1- Ser brasileiro nato, ou naturalizado;
- 4.1.2- Ter idade mínima de 18 anos, na data da contratação;
- 4.1.3- Preencher o requerimento que obedecerá a forma própria, fornecido aos interessados e pagar a taxa de inscrição;
- 4.1.4- Não estar inadimplente, no caso de sexo masculino, com as obrigações militares;
- 4.1.5- Estar em dia com as obrigações eleitorais;
- 4.1.6- Ter aptidão física e mental para o desempenho do cargo público.
- 4.1.7- Não ter sofrido incompatibilidade que inviabilize investidura em cargo público;
- 4.1.8- Apresentar no ato da inscrição, fotocópia da seguinte documentação:
 - 4.1.9.1- Cédula de Identidade;
 - 4.1.9.2- CPF (cadastro da pessoa física);
 - 4.1.9.3- Título de eleitor e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
 - 4.1.9.4- Certidão de reservista, para os candidatos do sexo masculino;
 - 4.1.9.5- 01 (uma) foto 3X4, atual;
 - 4.1.9.6- Comprovação do estado civil;
 - 4.1.9.7- Comprovação de escolaridade e habilitação de acordo mínimas exigidas para o cargo conforme anexo II deste edital, autenticadas em cartório ou por Servidor Municipal designado.
 - 4.1.9.8- Apresentação dos títulos autenticados em cartório ou por Servidor Municipal designado para comprovação de cursos de aperfeiçoamento ou atualização e tempo de serviço no magistério.
 - 4.1.9.9- Considerar-se-á habilitado para a realização da inscrição o candidato que representar atestado de conclusão de curso, emitido pela instituição de ensino, devidamente credenciado pelo MEC, independentemente de apresentação de Diploma, ficando obrigado a entregar uma cópia autenticada do diploma para assumir o cargo em caso de aprovação.

V- DA HOMOLOGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS INSCRIÇÕES:

5.1- As inscrições serão deferidas/ indeferidas pela Administração, no prazo de até 1 (um) dia útil após seu encerramento, ou seja, até dia 20 de janeiro de 2014 publicadas em Edital afixado no mural Público da Prefeitura Municipal de Monte Carlo e no site do município e da Amplasc (www.amplasc.org.br).

5.2- Os candidatos que tiverem suas inscrições indeferidas terão o prazo de 01 (um) dia útil, contados da data de publicação, para recorrer das decisões relativas a possíveis indeferimentos de inscrições.

5.3- Os recursos interpostos por candidatos contestando decisões inerentes à habilitação das inscrições, deverão ser protocoladas na Amplasc- Associação de Municípios do Planalto Sul Catarinense, com endereço na Rua São João Batista, 347 Bairro: Centro - Campos Novos- CEP 89620-000 Fone/Fax: (49) 3541-0855.

VI- DO REGIME EMPREGATÍCIO E REGIME PREVIDENCIÁRIO

6.1- Os candidatos habilitados e classificados nos termos deste Processo Seletivo serão regidos pela Lei Complementar Municipal nº 027/07 e alterações.

VII- DAS ETAPAS DAS PROVAS

7.1. O processo seletivo, objeto deste Edital, constará de 01 (uma) etapa, composta de prova escrita, de conhecimentos gerais e de conhecimentos específicos;

VIII - DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

8.1- As provas para todos os cargos públicos temporários previstos neste Edital serão realizadas na seguinte data, local e horário:

DATA: 26 de janeiro de 2014 (domingo) Local: Escola de Educação Básica Municipal Carlos Pisani, localizada à Rua Maria de Lurdes Pisani, bairro Pôr do Sol - Monte Carlo/ SC

Horário: Início 09:00 - Término 11:00 horas.

IX- DAS PROVAS ESCRITAS E OBJETIVAS

9.1- Para o preenchimento dos cargos temporários o conteúdo da prova escrita objetiva obedecerá ao disposto no Anexo III deste Edital.

9.2- A prova objetiva escrita, para todos os cargos temporários previstos neste Edital, será composta de 20 (vinte) questões, sendo 05 (cinco) questões de língua portuguesa, 5 (cinco) questões de matemática, e 10 (dez) questões de conhecimentos específicos. Cada questão correta terá o peso valor de 0,5 (cinco décimos).

9.3- Cada questão objetiva será do tipo múltipla escolha, subdividida em 04 (quatro) alternativas, sendo: "a", "b", "c", e "d", sendo que somente uma alternativa poderá ser assinada.

9.4- As questões da prova serão respondidas no caderno de questões, e no cartão resposta, ambos sem identificação do candidato. O caderno de prova e o cartão resposta, só serão identificados com o número que receberão no momento da prova no cartão de identificação que será preenchido de próprio punho pelo candidato.

9.4.1 Será atribuída nota 0 (zero) às respostas de questão(ões) que no cartão resposta contenha(m):

- a) emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(eis);
- b) mais de uma opção de resposta assinalada;
- c) espaço não assinalado (s) no cartão resposta;
- d) cartão resposta preenchido fora das especificações contidas no mesmo, ou seja, preenchido com caneta esferográfica de tinta cuja cor for diferente de azul ou preta, ou, ainda, com marcação diferente da indicada no modelo previsto no cartão.

9.4.2. As letras correspondentes às respostas assinaladas, nas questões da prova escrita objetiva, deverão ser transcritas (marcadas) nos locais e com o tipo de marcação determinados no cartão resposta, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul.

9.4.3. A prova escrita objetiva será corrigida exclusivamente com base na marcação feita pelo candidato no cartão resposta no qual não poderá ter identificação do candidato sob pena de anulação da mesma.

9.4.4. Será aprovado na prova escrita objetiva, o candidato que obtiver nota superior a 5,0 (cinco).

9.5- O candidato deverá comparecer no local das provas, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, devidamente munido do documento de identidade e comprovante de inscrição. Não será permitida a presença na sala da prova, daquele candidato que deixar de apresentar tais documentos.

9.6- O candidato que chegar além do horário fixado para o início das provas, não mais poderá fazê-la e, por conseguinte, estará automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

9.7- Todas as provas escritas serão realizadas no mesmo dia, com duração máxima de 3:00 horas (três horas).

9.8- O candidato só poderá se ausentar definitivamente da sala da

prova após 30 (trinta) minutos do seu início.

9.9- Os três últimos candidatos que restarem na sala de provas deverão aguardar até que o último deles conclua a prova.

9.10- No decurso das provas o candidato só poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas se acompanhado por um fiscal.

9.11- Será passível de exclusão do Processo Seletivo o candidato que se utilizar de qualquer meio no sentido de burlar e/ ou fraudar a prova, ou mesmo, valer-se de procedimentos contrários às normas impostas neste Edital.

9.12- No decorrer das provas são vedadas quaisquer consultas ou a utilização de qualquer meio, equipamento ou aparelho que possibilite o armazenamento de dados, gravação, recepção ou transmissão de mensagens, como telefones celulares, agendas eletrônicas, calculadoras e similares, sob pena de eliminação do Processo Seletivo.

X- DA INVALIDAÇÃO DAS PROVAS

10.1- A questão da Prova Objetiva será invalidada quando:

10.1.1- Apresentar no cartão resposta qualquer emenda e/ou rasuras, ainda que legíveis, uso de líquido corretivo, borracha ou qualquer outro meio de tentar apagar o que já tinha sido assinado, ou então, apresentada em branco, isto é, sem ser assinada.

10.1.2- Quando o cartão resposta for preenchido fora das especificações dele constantes ou com lápis, lapiseira ou qualquer outro material que não seja o indicado no item 9.4.

10.1.3- A questão anulada pela Comissão Examinadora do Processo Seletivo será computada como resposta correta para todos os candidatos.

10.1.4- A adequada marcação dos cartões resposta é de inteira responsabilidade do candidato, devendo ser realizada com caneta esferográfica de tinta azul ou preta escrita normal.

XI- DA CLASSIFICAÇÃO:

11.1 - A nota final dos candidatos será a nota obtida na prova escrita objetiva, que será calculada da seguinte forma:

11.2.1 Os candidatos serão classificados por vaga, em ordem decrescente da Nota Final obtida, expressa com 2 (duas) casas decimais.

11.2.2 - Ocorrendo empate na nota final, terá preferência para efeito de classificação:

11.2.3 - Melhor nota de conhecimentos específicos, o mais idoso e maior número de filhos.

11.2.4 - No caso de persistir o empate ficará a cargo da COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO proceder ao desempate através de sorteio, em local público a ser definido posteriormente.

11.2.5 O gabarito oficial será divulgado a partir do 1º dia útil após a realização das provas, no mural e site da Prefeitura de Monte Carlo e no site oficial da AMPLASC - www.amplasc.org.br.

11.2.6 No dia seguinte ao término do prazo para interpor recurso quanto à impugnação de questão da prova será divulgado o gabarito Oficial Definitivo, caso haja recurso procedente.

11.2.7 O Resultado do Processo Seletivo e todas as suas etapas serão divulgadas por meio do endereço eletrônico <http://www.amplasc.org.br> - <http://www.montecarlo.sc.gov.br> e no Mural Público da Prefeitura Municipal de Monte Carlo, contendo os candidatos habilitados e melhores classificados em ordem de classificação.

XII - DOS RECURSOS

O candidato poderá apresentar recurso em duas situações:

12.1- Impugnação de questão: havendo questionamento sobre questões da prova, o candidato deverá realizá-lo por escrito e protocolar na sede da AMPLASC com endereço na Rua São João Batista, 347 Bairro: Centro - Campos Novos- CEP 89620-000 Fone/ Fax: (49) 3541-0855 até o 2º dia útil após realização da prova.

12.2- sobre a classificação final: no prazo de 2 (dois) dias úteis contados a partir da data da publicação do resultado final.

12.3- O recurso deverá ser interposto, mediante protocolo, por petição endereçada a AMPLASC, acompanhada das razões dele, devendo constar obrigatoriamente o número de inscrição e o cargo para o qual se inscreveu.

12.4- Não serão admitidos pedidos de revisão de prova de outros candidatos, ou seja, cada candidato poderá pedir revisão de sua prova apenas, observado o subitem acima.

12.5- O recurso interposto fora do prazo previsto, não será levado em consideração.

12.6- O julgamento dos recursos ocorrerá no primeiro dia útil após o término do prazo para a apresentação dos mesmos, e posteriormente será divulgada a decisão no mural público da Prefeitura.

XIII- DA HOMOLOGAÇÃO

13.1- Findados os trabalhos, o resultado será submetido à homologação do Prefeito Municipal, que após fazê-lo, publicará o resultado definitivo.

XIV- DA CONTRATAÇÃO

14.1- Os candidatos aprovados serão submetidos, quando da contratação, a exames de saúde para verificar se estão aptos ao exercício das atividades inerentes à função.

14.2- A contratação dos candidatos aprovados obedecerá à ordem de classificação por cargo.

14.3- A nomeação e posse dos candidatos aprovados e convocados ficam sujeita:

14.3.1- A apresentação da documentação comprobatória das condições previstas na inscrição e aos requisitos estabelecidos na legislação municipal.

14.4 O candidato nomeado que não se apresentar no prazo legal para tomar posse munido da devida documentação acima citada, passará automaticamente para o último lugar da listagem em que foi classificado.

14.5- A classificação e aprovação do candidato não geram direito à admissão, ficando a convocação dos candidatos habilitados a critério da Administração Pública Municipal, observada a necessidade e o interesse público e o prazo de validade do Processo Seletivo.

XV- DO FORO JUDICIAL

15.1- O Foro para dirimir quaisquer questões relacionadas com O Processo Seletivo objeto deste Edital é o da Comarca de Fraiburgo (SC).

XVI- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1- As cláusulas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de convocação dos candidatos para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado.

16.2 - A administração reserva-se o direito de anular o Processo Seletivo, bem como o de adotar providência que se fizerem necessárias para garantir a correção dos procedimentos a ele relativos ou dele decorrentes.

16.3- A inscrição do candidato importará no conhecimento das presentes instruções e na aceitação das condições do processo seletivo, tais como se acham estabelecidas no presente Edital.

16.4 - A autenticação dos documentos poderá ser realizada em cartório ou no ato da inscrição por servidor do Departamento de Tributos, apresentando o documento original juntamente com a cópia.

16.5- A qualquer tempo, a COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO SELETIVO poderá anular a inscrição e a prova do candidato, quando verificadas falsidades de declaração ou irregularidades na prova.

16.6- Se constatadas irregularidades após a contratação, esta será anulada pelo Prefeito Municipal mediante Processo Administrativo, respeitando o contraditório e ampla defesa.

16.7- O prazo de validade do Processo Seletivo será de 01 (um) ano, podendo prorrogar-se por igual período, a critério do Poder Público.

16.8- Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo.

16.9- A nomeação obedecerá à uma ordem rigorosa, da classificação, e com base nesta se fará a competente convocação.

16.10- Na investidura do cargo o candidato aprovado deverá preencher as condições previstas na legislação vigente, bem como a apresentação dos documentos exigidos.

16.11- As publicações sobre este Processo Seletivo serão efetuadas por Edital, publicados no Mural Público da Prefeitura Municipal, no site oficial do município, no site da AMPLASC e a critério da Administração, em outros locais de grande frequência de público.

16.12- O presente Edital, na sua íntegra, será afixado no Mural Público Municipal, no local de inscrições e nos sites www.amplasc.org.br - www.montecarlo.sc.gov.br.

E para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente Edital, o qual será devidamente publicado na forma da LEI.

Monte Carlo, 10 de dezembro de 2013.

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
Prefeito Municipal

ANEXO I**QUADRO DE VAGAS, ÁREA DE ATUAÇÃO E REMUNERAÇÃO**

CARGOS	Qtdad e de Vagas	CARGA HORÁRIA	ÁREA DE ATUAÇÃO	ESCOLARIDADE MÍNIMA EXIGIDA	REMUNERAÇÃO R\$
ENFERMEIRO	01 + CR	20 ou 40 hs	Fundo Municipal de Saúde	Graduação-Diploma e Histórico escolar de conclusão de curso superior em Odontologia + Carteira em Orgão de Classe	2.337,30
NUTRICIONISTA	01	20h OU 40h	Fundo Municipal de Saúde	Graduação-Diploma e Histórico escolar de conclusão de curso superior em Nutrição + carteira no órgão de Classe	1.510,34
FARMACÊUTICO	01	20 ou 40h	Fundo Municipal de Saúde	Graduação-Diploma e Histórico escolar de conclusão de curso superior em Farmácia + carteira no órgão de Classe	2.687,55
TÉCNICO EM RADIOLOGIA	01	24hrs semanais	Fundo Municipal de Saúde	Certificado de Conclusão e Histórico escolar de conclusão do curso Técnico em Radiologia	1.105,20

***CR: Cadastro de Reserva**

OBS: A ADMINISTRAÇÃO CONTRATARÁ A CARGA HORÁRIA DE ACORDO COM SUA NECESSIDADE.

ANEXO II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ENFERMEIRO:

Matérias Constantes da Prova de Língua Portuguesa:

Língua Portuguesa: concordância nominal, concordância verbal, regência verbal, crase, análise sintática colocação pronominal, leitura e análise de texto; compreensão do texto; significado contextual de palavras e expressões, noções de fonética, pontuação, emprego de certas palavras, emprego das iniciais, plural dos compostos, emprego do hífen, acentuação gráfica, separação de sílabas, ortografia, semântica, classes das palavras; estrutura das palavras, estilística, vícios de linguagem.

Matérias Constantes da Prova de Matemática.

Matemática: progressão geométrica, progressão aritmética, conjuntos, conjuntos numéricos, noções de matemática financeira, operações fundamentais (números inteiros e fracionários), potenciação e radiciação, sistema de medidas (decimais e não decimais), regra de três simples e composta, porcentagem, equações de primeiro e segundo grau, juros simples e juros compostos, geometria, análise combinatória, probabilidade.

Matérias Constantes na Prova de Conhecimentos Específicos:

Parâmetros para o funcionamento do SUS; Saúde e Doença: Promoção à saúde. Prevenção e controle de infecções. Prevenção de agravos. Atuação da Enfermagem na detecção e no controle de doenças; Aspectos legais e éticos de exercício da Enfermagem. Técnicas básicas de Enfermagem; Enfermagem Médico-Cirúrgica: Assistência de Enfermagem em situações de emergência e nos distúrbios: do sangue, respiratórios, cardiovasculares, gastrointestinais, endócrinos, imunológicos, musculoesqueléticos, nas doenças infecciosas e nas doenças da pele. Enfermagem Materno-Infantil e Pediatria: Atendimento de enfermagem à saúde materno-infantil e pediatria: pré-natal, parto e puerpério e período neonatal; Políticas de saúde: noções sobre o Sistema Único de Saúde – SUS; Saúde da Criança e do Adolescente-Puericultura, Controle, Intervenções da Enfermagem na Assistência à Criança no aspecto preventivo e curativo: Doenças preveníveis por imunização: vacinas (rede de frio e esquema do Ministério da Saúde, Administração e Validade).

FARMACÊUTICO

I-Português: Interpretação de texto; Gramática- Sílabas e divisão silábica- Ortografia oficial- Acentuação gráfica - Crase - Classes gramaticais variáveis: substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome e verbo - Termos essenciais da oração: sujeito e predicado - Termos integrantes da oração: objeto direto e indireto, agente da passiva e complemento nominal - Orações coordenadas - Orações subordinadas: substantivos - Concordância verbal e nominal - Pontuação

II-Matemática: Operações com números inteiros, fracionários e decimais. Sistema legal de unidades e medidas brasileira. Perímetro e área das principais figuras geométricas planas. Regra de três simples. Porcentagem e juros simples.

III- Conhecimentos Gerais: administrativos, econômicos, sociais BRASIL: Ministros e ministérios, Símbolos nacionais, Aspectos históricos, geográficos, políticos, administrativos, econômicos, sociais

Atualidades em nível local(município de Monte Carlo), regional, estadual, nacional e mundial, Historia e Geografia do Brasil; grau de conhecimentos e formação exigido para o cargo.

IV- Conhecimentos específicos: Farmácia ambulatorial e hospitalar: seleção de medicamentos, aquisição, produção, padronização, controle de estoque e conservação de medicamentos. Armazenamento: boas práticas de armazenamento de medicamentos, distribuição de medicamentos e controle de consumo. Logística de abastecimento da farmácia: ponto de requisição, estoque mínimo e estoque máximo, informação sobre medicamentos, comissões hospitalares, informática aplicada à farmácia. Controle de infecção hospitalar e farmacovigilância. Fiscalização sanitária, na área de medicamentos e estabelecimentos. Farmacotécnica: definição e objetivos da farmacotécnica, conceitos básicos em farmacotécnica, classificação dos medicamentos, vias de administração, conservação, dispensação e acondicionamento de medicamentos. Pesos e medidas. Formas farmacêuticas. Fórmulas farmacêuticas. Farmacologia geral: princípios gerais de farmacocinética. Princípios gerais de farmacodinâmica. Interações medicamentosas. Efeitos adversos. Controle de qualidade de medicamentos e insumos farmacêuticos. Análises clínicas: Análise bromatológica, fabricação e manipulação de alimentos para resguardo da saúde pública. Análise clínica de exsudatos e transudatos humanos como urina, sangue, saliva e demais secreções para fins de diagnóstico. Conceitos: atenção farmacêutica, assistência farmacêutica, medicamentos genéricos, medicamentos similares, medicamentos análogos, medicamentos essenciais. Comissão de farmácia e terapêutica. Comissão de controle de infecção hospitalar. Farmacoeconomia e Farmacovigilância.

NUTRICIONISTA

I-Português: Interpretação de texto ; Gramática- Sílabas e divisão silábica- Ortografia oficial- Acentuação gráfica - Crase - Classes gramaticais variáveis: substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome e verbo - Termos essenciais da oração: sujeito e predicado - Termos integrantes da oração: objeto direto e indireto, agente da passiva e complemento nominal - Orações coordenadas - Orações subordinadas: substantivos - Concordância verbal e nominal - Pontuação

II-Matemática: Operações com números inteiros, fracionários e decimais. Sistema legal de unidades e medidas brasileira. Perímetro e área das principais figuras geométricas planas. Regra de três simples. Porcentagem e juros simples.

III- Conhecimentos Gerais: administrativos, econômicos, sociais BRASIL: Ministros e ministérios, Símbolos nacionais, Aspectos históricos, geográficos, políticos, administrativos, econômicos, sociais

Atualidades em nível local (município de Monte Carlo), regional, estadual, nacional e mundial, Historia e Geografia do Brasil; grau de conhecimentos e formação exigido para o cargo.

VI - Conhecimentos Específicos: Atividades Específicas teóricas inerentes ao cargo: Administração de serviços de alimentação: planejamento, organização, execução de cardápio e procedimentos desde compras, recepção, estocagem e distribuição de gêneros, saneamento e segurança na produção de alimentos, aspectos físicos, métodos de conservação, técnica de higienização da área física, equipamentos e utensílios. Técnica Dietética: conceito, classificação e composição química. Características organolépticas, seleção, conservação, Pré-preparo, preparo e distribuição dos alimentos. Higiene dos alimentos, parâmetros e critérios para o controle higiênico-sanitário. Sistema de análise de perigos em pontos críticos de controle - APPCC. Vigilância e Legislação Sanitária. Nutrição Normal: conceito de alimentação e nutrição, critério e avaliação de dietas normais e especiais, Leis da alimentação. Nutrientes: definição, propriedades, biodisponibilidade, função, digestão, absorção, metabolismo, fontes alimentares e interação. Nutrição materno-infantil; crescimento e desenvolvimento em toda faixa etária. Gestação e lactação, nutrição do lactente e da criança de baixo peso. Desnutrição na infância. Organização, planejamento e gerenciamento do Lactário e Banco de Leite Humano. Nutrição em Saúde Pública: noção de epidemiologia das doenças nutricionais, infecciosas, má nutrição protéico-calórica, anemias e carências nutricionais. Vigilância nutricional. Atividades de nutrição em programas integrados de saúde pública. Avaliação nutricional. Epidemiologia da desnutrição protéico-calórica. Avaliação dos estados nutricionais nas diferentes faixas etárias. Dietoterapia: princípios básicos e cuidados nutricionais nas enfermidades e na 3ª idade e atividades do nutricionista na EMTN. Modificação da dieta normal e padronização hospitalar. Nutrição enteral: indicação, técnica de administração, preparo e distribuição. Seleção e classificação das fórmulas enterais e infantis. Ética profissional. Legislação do Sistema Único de Saúde -SUS. Organização dos serviços de saúde no Brasil:Sistema Único de Saúde %u2013 princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde. Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica .

TÉCNICO EM RADIOLOGIA:

I-Língua Portuguesa: Compreensão e interpretação de texto, estrutura, formação, classe e emprego de palavras, pronomes, emprego, forma de tratamento e colocação, flexão, concordância, regência verbal e nominal, emprego de modos e tempos verbais, ortografia oficial, adequação vocabular, Semântica: antônimos, sinônimos, reescritura de frases, sintaxe dos termos da oração.

II-Matemática: Conjuntos numéricos, funções e equações: números naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais, funções e equações lineares, quadráticas, exponenciais, logarítmicas e trigonométricas, polinômios e equações, matrizes, determinantes e sistemas lineares, Geometria: geometria no plano e no espaço.

Conhecimentos Gerais: administrativos, econômicos, sociais BRASIL: Ministros e ministérios, Símbolos nacionais, Aspectos históricos, geográficos, políticos, administrativos, econômicos, sociais

Atualidades em nível local (município de Monte Carlo), regional, estadual, nacional e mundial, Historia e Geografia do Brasil; grau de conhecimentos e formação exigido para o cargo.

Conhecimentos Específicos: Radiologia Geral, mamografia, técnicas de exames a beira do leito, câmara escura, processamento de filmes, radiação ionizante e não ionizante, Epi's específica para radiologia, blindagens, camada semi-redutora, higiene das radiações ionizantes.

Monte Carlo (SC), 10 de dezembro de 2013



MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO III

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

Enfermeiro

Trabalho profissional de enfermagem, segundo os princípios e técnicas inerentes à especialidade. A classe inclui: atendimento a pacientes; administração de medicamentos, por via oral ou parenteral, observada a prescrição médica, em cada caso; organização do setor, com provisão dos materiais de enfermagem; fazer consultas de enfermagem; identificação, registro, fiscalização e controle dos fatores determinantes ou condicionantes da saúde individual e coletiva; prestação de informações à pessoa atendida, sobre seu estado de saúde; integração da equipe da unidade; desenvolve trabalhos de orientação e colaboração com ações de vigilância sanitária; elaboração de relatórios; registros e prontuários de pacientes; participar no planejamento, execução e avaliação de planos e programas de saúde; participar na formulação das normas e diretrizes gerais dos programas de saúde desenvolvidas pela instituição; formular normas e diretrizes específicas de enfermagem; organizar e dirigir serviços de enfermagem e suas atividades na instituição; fazer consultoria, auditoria e emitir pareceres sobre a matéria de enfermagem; desenvolver atividades de supervisão em todos os níveis assistenciais; prestar assessoria quando solicitado; desenvolver educação continuada, de acordo com as necessidades identificadas; promover a avaliação periódica da qualidade da assistência de enfermagem prestada; participar do planejamento e prestar assistência em situação de emergência e calamidade pública, quando solicitado; elaborar e executar uma política de formação de recursos humanos de enfermagem, de acordo com a necessidade da instituição; fazer notificação de doenças transmissíveis; participar das atividades de vigilância epidemiológica; Dar assistência de enfermagem no atendimento às necessidades básicas do indivíduo, da família e da comunidade, de acordo com os programas estabelecidos pela instituição; desempenhar outras tarefas afins; dirigir veículos leves, mediante autorização prévia, quando necessário ao exercício das demais atividades; manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho.

Técnico em Radiologia:

Preparar materiais e equipamentos para realização de exames, operar equipamentos na realização de exames de radiologia convencional e digital na área do radiodiagnóstico (Radiologia Geral, Radiografia Digital, Mamografia, Densitometria Óssea, Tomografia Computadorizada, Ressonância Magnética), e o estabelecido na Resolução do Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia; dirigir veículos leves, mediante autorização prévia, quando necessário ao exercício das demais atividades; manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho; executar outras atribuições correlatas.

Ensino Médio completo Profissionalizante e conhecimento de informática. Jornada Semanal: 24 horas.

Nutricionista

Planejar, coordenar e supervisionar serviços ou programas de nutrição e alimentação da coletividade no âmbito da saúde pública, desenvolvendo campanhas educativas e outras atividades correlatas, a fim de contribuir para a criação de hábitos e regimes alimentares adequados entre a população e conseqüente melhoria da saúde coletiva; examinar o estado de nutrição do indivíduo ou do grupo, avaliando os diversos fatores relacionados com problemas de alimentação, como classe social, meio de vida e outros, para aconselhar e instruir a população; proceder ao planejamento e elaboração de cardápios e dietas especiais, baseando-se na observação da aceitação dos alimentos pelos comensais e no estudo dos meios e técnicas de introdução gradativa de produtos naturais mais nutritivos e econômicos, para oferecer refeições balanceadas. Exercer as atividades e funções inerentes à profissão, de acordo com as normas técnicas; dirigir veículos leves, mediante autorização prévia, quando necessário ao exercício das demais atividades; manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho; desempenhar outras tarefas afins.

Curso Superior em Nutrição e registro no Conselho ou Órgão competente.

Jornada Semanal: 20 horas

Farmacêutico

Fazer manipulação dos insumos farmacêuticos, como medição, pesagem e mistura, utilizando instrumentos especiais e fórmulas químicas, para atender à produção de remédios e outros preparados; subministrar produtos médicos e cirúrgicos, seguindo o receituário médico, para recuperar ou melhorar o estado de saúde de pacientes; controlar entorpecentes e produtos equiparados, anotando sua venda em regras, guias e livros, segundo os receituários devidamente preenchidos, para atender aos dispositivos legais; analisar produtos farmacêuticos acabados e em fase de elaboração, ou seus insumos, valendo-se de métodos químicos, para verificar qualidade, teor, pureza e quantidade de cada elemento; analisar soro antiofídico, pirogênio e outras substâncias, valendo-se de meios biológicos, para controlar sua pureza, qualidade e atividade terapêutica; efetuar análise bromatológica de alimentos, valendo-se de métodos, para garantir o controle de qualidade, pureza, conservação e homogeneidade, com vistas ao resguardo da saúde pública; fiscalizar com a Vigilância Sanitária as farmácias, drogarias e indústrias químico-farmacêuticas, quanto ao aspecto sanitário, fazendo visitas periódicas e autuando os infratores, se necessário, para orientar seus responsáveis no cumprimento da legislação vigente; assessorar autoridades superiores, preparando informes e documentos sobre

legislação e assistência farmacêutica, a fim de fornecer subsídio para a elaboração de ordem de serviço, portarias, pareceres e manifestos; fazer relatório mensal dos trabalhos realizados; controlar a manutenção de níveis de estoques dos materiais da Farmácia e do laboratório, suficientes para o desenvolvimento das atividades; dirigir veículos leves, mediante autorização prévia, quando necessário ao exercício das demais atividades; manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho; desempenhar outras tarefas afins.

Escolaridade: Curso Superior em Farmácia e registro no Conselho ou Órgão competente.

Jornada Semanal: 40 horas

ANEXO IV - FICHA DE INSCRIÇÃO

(Para os optantes da inscrição por meio de depósito identificado)

NOME			SEXO Masculino <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/>							
DATA DE NASCIMENTO	CPF	IDENTIDADE	ÓRGÃO EXPEDIDOR							
ENDEREÇO (avenida/rua/travessa)			NÚMERO	COMPLEMENTO						
BAIRRO	CIDADE	UF	CEP							
TELEFONE FIXO	CELULAR	E-MAIL								
ESCOLARIDADE	CARGO									
PORTADOR DE NECESSIDADE ESPECIAL <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE ESPECIAL								
TAXA DE INSCRIÇÃO*			<p>* A Taxa de Inscrição deve ser paga mediante depósito identificado junto ao Banco do Brasil, em favor de: Prefeitura Municipal Monte Carlo Agência n. 1387-0 - Banco Brasil Conta corrente n. 194.042-2 Identificador: Nome e CPF do candidato * Valores:</p> <table border="1"> <tr> <td>Nível Superior</td> <td>R\$ 60,00</td> </tr> <tr> <td>Nível Médio</td> <td>R\$ 40,00</td> </tr> <tr> <td>Nível Fundamental</td> <td>R\$ 20,00</td> </tr> </table> <p>* Inscrições vinculadas a pagamento por cheque somente serão homologadas mediante a compensação do mesmo.</p>		Nível Superior	R\$ 60,00	Nível Médio	R\$ 40,00	Nível Fundamental	R\$ 20,00
Nível Superior	R\$ 60,00									
Nível Médio	R\$ 40,00									
Nível Fundamental	R\$ 20,00									
<p>Declaro ter lido e concordado com os termos do Edital n. 02/2012, suas alterações e demais publicações que compõe o regulamento do Processo Seletivo do Município de Monte Carlo, estando ciente de todos os prazos, condições e requisitos atinentes ao mesmo. Declaro ainda, serem verdadeiras as informações prestadas neste documento. Declaro por fim, que estou apto(a) a participar do Processo Seletivo n. 002/2012, do Município de Monte Carlo.</p>										
<p>_____ (ASSINATURA DO CANDIDATO)</p>			<p>_____/_____/20_____ (LOCAL E DATA)</p>							
Anexar à ficha de inscrição foto 3x4 recente e cópia autenticada de documento com foto (itens 2.3.2 do Edital)										

ANEXO V – CRONOGRAMA

CRONOGRAMA PREVISTO -

ATO	DATA PREVISTA
Publicação do Edital	11/12/2013
Período de Inscrições (Horário das 9:30 às 11:30 e das 13:30 às 16:00 horas)	12/12/2013-17/01/2014
Divulgação da Homologação das Inscrições	20/01/2014
Recurso quanto às Inscrições	21/01/2014
Homologação das Inscrições (se houver)	22/01/2014
Realização das Provas Escritas - Horário: 09:00 às 11:00horas	26/01/2014
Divulgação do Gabarito Provisório	26/01/2014
Resultado preliminar (por número identificação)	29/01/2014
Identificação Pública	30/01/2014
Recurso quanto à Classificação	31/01 até 03/02/2014
Homologação do Resultado do Processo Seletivo	04/02/2014

Alterações no cronograma serão publicadas em retificação do Edital, nos sites da Prefeitura de Monte Carlo e Amplasc.

Navegantes

PREFEITURA

Errata Portaria Nº3572 de 29 de Novembro de 2013 (Exoneração)

PORTARIA Nº. 3572 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2013
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. ELIANE BORBA COUTO, matrícula Nº1434/04 do cargo de Monitora Educação Especial com carga Horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito a partir de 02 de dezembro de 2013

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Prefeitura de Navegantes, 29 DE NOVEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de novembro de 2013.
ALESSANDRA MÜLLER
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de novembro de 2013.

Portaria Prorroga Licença Assuntos Particulares

PORTARIA Nº. 3564 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2013.
"CONCEDE PRORROGAÇÃO DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11/11/2003 Capítulo IV Seção III, Artigo 89.

RESOLVE:

I. Prorroga, a Portaria Nº 3416/2011 que Concede Licença Para tratar de Interesses Particulares, a servidora Srª. MARIA ELORMINA BERNARDO CRUZ, que exerce a função de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotado na Secretaria, Municipal de Educação.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença para tratar de interesses particulares de 40 (quarenta) horas semanais a partir de 08 de dezembro de 2013 a 08 de dezembro de 2015.

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com

efeitos a partir de 08 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Prefeitura de Navegantes, 27 DE NOVEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 27 de novembro de 2013.
ALESSANDRA MÜLLER
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 27 de novembro de 2013

Aviso de Licitação Concorrência Nº 202/2013 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
CONCORRÊNCIA Nº 202/2013 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: CONCORRÊNCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SISTEMA DE ENSINO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PEDAGÓGICO, TREINAMENTO E SUPORTE CONTINUADO PARA DOCENTES, DESTINADOS AOS ALUNOS E PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: dia 27/01/2014 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: dia 27/01/2014 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 12/12/2013 .
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Extrato Contratual Nº 203/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 203/2013
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contratada : A. SANTOS & CARVALHO SANTOS LTDA - EPP
Valor : 17.640,00 (dezesete mil seiscentos e quarenta reais)
Vigência : Início: 21/11/2013 Término: 21/11/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 163/2013
Recursos : Dotação: 2.015.3.3.90.00.00.00.00.

Objeto : CONTRATO REFERENTE À LOCAÇÃO DE VEÍCULO PARA ATENDIMENTO À Prefeitura Municipal de Navegantes, CONFORME PREGÃO PRESENCIAL Nº 163/2013, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA A.SANTOS & CARVALHO SANTOS LTDA.

Navegantes, 21 de novembro de 2013.

Extrato Contratual Nº 204/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 204/2013
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contratada : A. SANTOS & CARVALHO SANTOS LTDA - EPP
Valor : 17.520,00 (dezesete mil quinhentos e vinte reais)
Vigência : Início: 21/11/2013 Término: 21/11/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 163/2013
Recursos : Dotação: 2.144.3.3.90.00.00.00.00

Objeto : CONTRATO REFERENTE À LOCAÇÃO DE VEÍCULO PARA ATENDIMENTO À Prefeitura Municipal de Navegantes, CONFORME PREGÃO PRESENCIAL Nº 163/2013, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA A.SANTOS &CARVALHO SANTOS LTDA.

Navegantes, 21 de novembro de 2013.

Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 234/2013 - Retificado

EXTRATO CONTRATUAL Nº 234/2013 - Retificado.

Contrato Nº.: 234/2013
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contratada : CONSTRUTORA POLICONS LTDA.
Vigência : Início: 26/11/2013 Término: 25/01/2014.
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.:130/2011.
Recursos : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00

Objeto : OITAVO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 210/2011, CONCORRÊNCIA PÚBLICA 130/2011, REFERENTE À PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DA RUA GERMANO LOPES, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA CONSTRUTORA POLICONS LTDA.

Navegantes, 26 de novembro de 2013.

Carta de Convocação

Navegantes, 10 de dezembro de 2013.

Ilma Sra.
MYLENE ARAÚJO DE OLIVEIRA
NESTA

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para tratar da NOMEAÇÃO através do CONCURSO PÚBLICO de nº 001/2010, para o cargo de ENGENHEIRO.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente
ALESSANDRA MULLER
Diretoria de Gestão em RH

Orleans

PREFEITURA

2.526 - Anula Dotação

LEI N.º 2.526 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2.013.

“ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR”.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1ª Ficam anuladas totais ou parciais as seguintes dotações Orçamentarias:

01.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

10.01 - Fundo Municipal de Saúde

1.006 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde

F.R. - 01.0003 - Recursos Ordinários

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 129.984,00

1.029 - Aquisição de Veículos p/ a Saúde

F.R. - 01.0003 - Recursos Ordinários

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

2.033 - Manutenção dos Serv. de Atend. Móvel de Urgência - SAMU

F.R. - 01.0003 - Recursos Ordinários

3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 44.531,96

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 254.515,96

Art. 2º Por conta dos Recursos do artigo anterior fica suplementada a seguinte Dotação Orçamentária:

01.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

10.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.017 - Manutenção da Secretaria de Saúde

F.R. - 01.0003 - Recursos Ordinários

3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 254.515,96

TOTAL R\$ 254.515,96

Art.3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans, SC, 26 de novembro de 2013; 128º anos da Fundação e 100 anos da Emancipação Político Administrativo.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

PUBLICADA A PRESENTE LEI NESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, AOS VINTE SEIS DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE

Prefeito de Orleans

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 62 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2013.

Senhora Presidente,
Senhores(as) Vereadores(as),

Com os cordiais cumprimentos encaminhamos para apreciação desta Casa Legislativa, o anexo Projeto de Lei que “ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR”.

Trata-se de suplementação orçamentárias para manutenção da Secretaria Municipal de Saúde, em especial para pagamento da Folha referente ao mês de Novembro/2013.

Na certeza que o presente receberá acolhida favorável dos Senhores(as) Edis, agradeço antecipadamente, solicitando que o mesmo seja votado, conforme autoriza o Art. 161, § 1o e 189, inciso I, “c” do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Orleans.

Orleans, SC, 14 de novembro de 2013; 128º anos da Fundação e 100 anos da Emancipação Político Administrativo.

Atenciosamente,

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Lei 2.527 Loa/2014

SS

LEI N. 2.527 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013.

“Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Orleans para o Exercício de 2014”.

MARCO ANTONIO B. CASCAES, Prefeito Municipal de ORLEANS, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

'Do Orçamento do Município'

Artigo 1º: O Orçamento Geral do Município de ORLEANS para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 69.510.450,00 (sessenta e nove milhões, quinhentos e dez mil e quatrocentos e cinquenta reais) e fixa a Despesa em R\$ 69.510.450,00 (sessenta e nove milhões, quinhentos e dez mil e quatrocentos e cinquenta reais), sendo R\$ 69.510.450,00 (sessenta e nove milhões, quinhentos e dez mil e quatrocentos e cinquenta reais) do Orçamento Fiscal .

Dos Orçamentos das Unidades Gestoras Prefeitura e Câmara Municipal

Artigo 2º: O Orçamento Geral do Município para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 69.510.450,00 (sessenta e nove milhões, quinhentos e dez mil e quatrocentos e cinquenta reais) e fixa a Despesa para Prefeitura Municipal em R\$ 49.942.600,00 (quarenta e nove milhões novecentos e quarenta e dois mil e seiscentos reais), a Câmara Municipal em R\$ 1.670.000,00 (um milhão seiscentos e setenta mil reais), o Samae em R\$ 4.950.000,00 (quatro milhões novecentos e cinquenta mil reais), a Famor em R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e o Fundo Municipal de Saúde em R\$ 12.747.850,00 (doze milhões setecentos e quarenta e sete mil e oitocentos e cinquenta reais).

§ 1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento.

4.RECEITAS	69.510.450,00
4.1.RECEITAS CORRENTES	53.575.450,00
4.2.RECEITAS DE CAPITAL	15.935.000,00
Total:	69.510.450,00
Total geral:	69.510.450,00

§ 2º - A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira.

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

02.00 - GABINETE DO PREFEITO	3.610.000,00
03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	3.031.000,00
04.00 - SECRETARIA MUN. DA FAZENDA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	1.450.000,00
05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E TURISMO	1.390.000,00
06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	15.654.000,00
07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	1.550.000,00
08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA	16.683.000,00
09.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	6.519.600,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	55.000,00
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	12.747.850,00
11.00 - FAMOR	200.000,00
01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	1.670.000,00
12.00 - SAMAE - SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO	4.950.000,00
Total:	69.510.450,00
Total geral:	69.510.450,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa	1.670.000,00
04 - Administração	7.231.000,00
06 - Segurança Pública	380.000,00
08 - Assistência Social	3.449.600,00
10 - Saúde	12.747.850,00
11 - Trabalho	20.000,00
12 - Educação	15.594.000,00
13 - Cultura	1.550.000,00
15 - Urbanismo	7.900.000,00
16 - Habitação	3.050.000,00
17 - Saneamento	4.900.500,00
18 - Gestão Ambiental	200.000,00
20 - Agricultura	1.300.000,00
23 - Comércio e Serviços	90.000,00
26 - Transporte	8.783.000,00
27 - Desporto e Lazer	480.000,00
28 - Encargos Especiais	60.000,00
99 - Reserva de Contingência	104.500,00

Total: 69.510.450,00
Total geral: 69.510.450,00

III- CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÃO

31 - Ação Legislativa	1.670.000,00
122 - Administração Geral	7.191.000,00
123 - Administração Financeira	40.000,00
182 - Defesa Civil	380.000,00
241 - Assistência ao Idoso	197.600,00
242 - Assistência ao Portador de Deficiência	34.000,00
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	500.000,00
244 - Assistência Comunitária	2.718.000,00
301 - Atenção Básica	12.672.850,00
304 - Vigilância Sanitária	24.000,00
305 - Vigilância Epidemiológica	51.000,00
306 - Alimentação e Nutrição	611.000,00
333 - Empregabilidade	20.000,00
361 - Ensino Fundamental	11.003.000,00
364 - Ensino Superior	350.000,00
365 - Educação Infantil	3.690.000,00
392 - Difusão Cultural	1.550.000,00
452 - Serviços Urbanos	7.610.000,00
453 - Transportes Coletivos Urbanos	350.000,00
482 - Habitação Urbana	3.050.000,00
512 - Saneamento Básico Urbano	5.190.500,00
542 - Controle Ambiental	200.000,00
606 - Extensão Rural	1.300.000,00
695 - Turismo	90.000,00
782 - Transporte Rodoviário	8.433.000,00
812 - Desporto Comunitário	480.000,00
999 - Reserva de Contingência	104.500,00

Total: 69.510.450,00
Total geral: 69.510.450,00

IV - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

1 - PROCESSO LEGISLATIVO	1.670.000,00
10 - GRUPO DE TERCEIRA IDADE	197.600,00
100 - DEFESA CIVIL	250.000,00
11 - APOIO A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	34.000,00
14 - DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	300.000,00
15 - ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	2.708.000,00
16 - SAÚDE PARA TODOS	12.747.850,00
17 - PASSAGEIRO AO ABRIGO	350.000,00
18 - TRANSITO SEGURO	140.000,00
19 - CIDADE LIMPA	290.000,00
2 - GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	2.880.000,00
20 - URBANIZAÇÃO DE VIAS, PRAÇAS E OBRAS PÚBLICAS	7.470.000,00
21 - ESTRADAS MUNICIPAIS E VICINAIS	8.433.000,00
22 - PRODUTOR RURAL ASSISTIDO	1.300.000,00
24 - TURISMO EM ORLEANS	90.000,00
25 - ESPORTE É VIDA	480.000,00
26 - ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO PARA TODOS	4.900.500,00
28 - MEIO AMBIENTE	200.000,00
3 - ADMINISTRAÇÃO GERAL COM EFICIÊNCIA	2.901.000,00
4 - MANUTENÇÃO DO FUNREBOM	130.000,00
5 - ADMINISTRAÇÃO DA FAZENDA	1.450.000,00
6 - ESCOLA PARA TODOS COM QUALIDADE	15.654.000,00
7 - ORLEANS TERRA DA CULTURA	1.550.000,00
8 - ATENDIMENTO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	230.000,00
9 - ATENDIMENTO NA ÁREA DE HABITAÇÃO	3.050.000,00
98 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - SAMAE	49.500,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	55.000,00
Total:	69.510.450,00
Total geral:	69.510.450,00

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESA	69.510.450,00
3.3.0.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES	47.483.163,05
3.4.0.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	21.922.786,95
3.9.0.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA	104.500,00
Total:	69.510.450,00
Total geral:	69.510.450,00

Do Orçamento da PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Artigo 3º - O Orçamento da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 58.608.600,00 (cinquenta e oito milhões, seiscentos e oito mil e seiscentos reais) e fixa as Despesas em R\$ 49.942.600,00 (quarenta e nove milhões, novecentos e quarenta e dois mil e seiscentos reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4.RECEITAS	58.608.600,00
4.1.RECEITAS CORRENTES	43.323.600,00
4.2.RECEITAS DE CAPITAL	15.285.000,00
Total:	58.608.600,00
Total geral:	58.608.600,00

§ 2º - A Despesa da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

04 - Administração	7.231.000,00
06 - Segurança Pública	380.000,00
08 - Assistência Social	3.449.600,00
11 - Trabalho	20.000,00
12 - Educação	15.594.000,00
13 - Cultura	1.550.000,00
15 - Urbanismo	7.900.000,00
16 - Habitação	3.050.000,00
20 - Agricultura	1.300.000,00
23 - Comércio e Serviços	90.000,00
26 - Transporte	8.783.000,00
27 - Desporto e Lazer	480.000,00
28 - Encargos Especiais	60.000,00
99 - Reserva de Contingência	55.000,00
Total:	49.942.600,00
Total geral:	49.942.600,00

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESA	49.942.600,00
3.3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES	30.047.600,00
3.4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	19.840.000,00
3.9.0.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA	55.000,00
Total:	49.942.600,00
Total geral:	49.942.600,00

Do Orçamento do SAMAE DE ORLEANS

Artigo 4º - O Orçamento da entidade SAMAE DE ORLEANS para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 4.950.000,00 (quatro milhões e novecentos e cinquenta mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 4.950.000,00 (quatro milhões e novecentos e cinquenta mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4.RECEITAS	4.950.000,00
4.1.RECEITAS CORRENTES	4.950.000,00
Total:	4.950.000,00
Total geral:	4.950.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade SAMAE DE ORLEANS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

17 - Saneamento	4.900.500,00
99 - Reserva de Contingência	49.500,00
Total:	4.950.000,00
Total geral:	4.950.000,00

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESA	4.950.000,00
3.3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES	4.031.713,05
3.4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	868.786,95
3.9.0.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA	49.500,00
Total:	4.950.000,00
Total geral:	4.950.000,00

Do Orçamento da CAMARA MUNICIPAL DE ORLEANS

Artigo 5º - O Orçamento da entidade CAMARA MUNICIPAL DE ORLEANS para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 0,00 e fixa as Despesas em R\$ 1.670.000,00 (um milhão e seiscentos e setenta mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

§ 2º - A Despesa da entidade CAMARA MUNICIPAL DE ORLEANS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa	1.670.000,00
Total:	1.670.000,00
Total geral:	1.670.000,00

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESA	1.670.000,00
3.3.0.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES	1.650.000,00
3.4.0.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00
Total:	1.670.000,00
Total geral:	1.670.000,00

Do Orçamento da FUNDAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DE ORLEANS - FAMOR

Artigo 6º - O Orçamento da entidade FUNDAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DE ORLEANS - FAMOR para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 99.000,00 (noventa e nove mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4.RECEITAS	99.000,00
4.1.RECEITAS CORRENTES	99.000,00
Total:	99.000,00
Total geral:	99.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DE ORLEANS - FAMOR será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

18 - Gestão Ambiental	200.000,00
Total:	200.000,00
Total geral:	200.000,00

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESA	200.000,00
3.3.0.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES	170.000,00
3.4.0.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	30.000,00
Total:	200.000,00
Total geral:	200.000,00

Do Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Artigo 7º - O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 5.852.850,00 (cinco milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil e oitocentos e cinquenta reais) e fixa as Despesas em R\$ 12.747.850,00 (doze milhões, setecentos e quarenta e sete mil e oitocentos e cinquenta reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4.RECEITAS	5.852.850,00
4.1.RECEITAS CORRENTES	5.202.850,00
4.2.RECEITAS DE CAPITAL	650.000,00
Total:	5.852.850,00
Total geral:	5.852.850,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 - Saúde	12.747.850,00
Total:	12.747.850,00
Total geral:	12.747.850,00

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESA	12.747.850,00
3.3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES	11.583.850,00
3.4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	1.164.000,00
Total:	12.747.850,00
Total geral:	12.747.850,00

Artigo 8º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA : PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

DESPESA	55.000,00
3.9.0.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA	55.000,00
Total:	55.000,00
DESPESA	49.500,00
3.9.0.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA	49.500,00
Total:	49.500,00

§ 1º - A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º - Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º - Não se efetivando até o dia 10/12/2014 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2015 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Artigo 9º - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Artigo 10 - O Executivo está autorizado, nos termos do Artigo 7º da Lei Federal nº 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite não informado da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

- I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.
- II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.
- III - superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único: Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Artigo 11 - As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso no fluxo de caixa.

Artigo 12 - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Artigo 13 - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Artigo 14 - Durante o exercício de 2014 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas prioritizados nesta lei.

Artigo 15º - Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Artigo 16 - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Artigo 17 - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2014, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Orleans 03 de dezembro de 2013; 128º anos da Fundação e 100 anos da Emancipação Política Administrativa.

MARCO ANTONIO BERNTONCINI CASCAES
Prefeito Municipal

PUBLICADA A PRESENTE LEI NESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE
Secretário de Administração

Decreto 3.618 Abre Credito Suplementar

DECRETO N.º 3.618 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PELO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO"

O Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei n.º 2.465 de 21 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o Crédito Suplementar nas seguintes Dotações Orçamentárias:

10- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.017 - Manutenção da Secretaria da Saúde

F.R. - 01.00170 - Transf. Conv. União - Saúde

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 35.131,98

Total R\$ 35.131,98

Art.2º. Para abertura do Crédito Suplementar no artigo anterior, fica utilizado o excesso de arrecadação na seguinte rubrica orçamentaria:

4.2.4.7.1.01.10.00 - Transf. De Convênio União - Saúde

F.R. - 00.00170- Transf. Conv. União - Saúde R\$ 35.131,98

Total R\$ 35.131,98

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC, 18 de novembro de 2013; 128º ano da Fundação e 100 anos de Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito Municipal

PUBLICADO O PRESENTE DECRETO NESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE

Secretário de Administração

Decreto 3.620 Anula Dotação e Abre Credito Suplementar

DECRETO N.º 3.620 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2.013.

"ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR".

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Artigo 10º, Item III da Lei n.º 2.465 de 21 de Dezembro de 2012.

Art. 1º Ficam anuladas totais ou parciais as seguintes dotações Orçamentaria:

06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

06.01 - Departamento de Educação

2.013 - Manutenção do Ensino Fundamental

F.R. - 01.0013- Recursos do Fundeb

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

2.014 - Manutenção do Ensino Infantil

F.R. - 01.0013- Recursos do Fundeb

3.3.50.00 - Transf. A Instit. Privadas s/Fins Lucrativos R\$ 29.683,69

F.R. - 01.0001 - Recursos 15% Educação

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 180.000,00

08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA

08.02 - Departamento de Serviços Urbanos

2.023 - Manutenção dos Serviços Urbanos

F.R. - 01.0001 - Recursos Ordinários

4.4.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 56.918,00

TOTAL R\$ 366.601,69

Art. 2º Por conta dos Recursos do artigo anterior fica suplementada a seguinte Dotação Orçamentária:

06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

06.01 - Departamento de Educação

2.013 - Manutenção do Ensino Fundamental

F.R. - 01.0013- Recursos do Fundeb

3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

2.014 - Manutenção do Ensino Infantil

F.R. - 01.0013- Recursos do Fundeb

3.1.90.00 - Transf. A Instit. Privadas s/Fins Lucrativos R\$ 29.683,69

F.R. - 01.0001 - Recursos 15% Educação

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 180.000,00

08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA

08.02 - Departamento de Serviços Urbanos

2.023 - Manutenção dos Serviços Urbanos

F.R. - 01.0001 - Recursos Ordinários

3.1.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 56.918,00

TOTAL R\$ 366.601,69

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, SC, 18 de novembro de 2013; 128º anos da Fundação e 100 anos da Emancipação Político Administrativo.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

PUBLICADO PRESENTE DECRETO NESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE

Prefeito de Orleans

Decreto 3.621 Anula Dotação Orçamentaria e Abre Credito Suplementar

DECRETO N.º 3.621 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2.013.

"ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR".

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei n. 2.526 de 26 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1ª Ficam anuladas totais ou parciais as seguintes dotações Orçamentarias:

01.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

10.01 - Fundo Municipal de Saúde

1.006 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde

F.R. - 01.0003 - Recursos Ordinários

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 129.984,00

1.029 - Aquisição de Veículos p/ a Saúde

F.R. - 01.0003 - Recursos Ordinários

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

2.033 - Manutenção dos Serv. de Atend. Móvel de Urgência - SAMU

F.R. - 01.0003 - Recursos Ordinários

3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 44.531,96

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 254.515,96

Art. 2º Por conta dos Recursos do artigo anterior fica suplementada a seguinte Dotação Orçamentária:

01.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.01 - Fundo Municipal de Saúde
2.017 - Manutenção da Secretaria de Saúde
F.R. - 01.0003 - Recursos Ordinários
3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 254.515,96

TOTAL R\$ 254.515,96

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans, SC, 26 de novembro de 2013; 128º anos da Fundação e 100 anos da Emancipação Político Administrativo.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

PUBLICADO PRESENTE DECRETO NESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, AOS VINTE SEIS DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE
Prefeito de Orleans

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 62 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2013.

Senhora Presidente,
Senhores(as) Vereadores(as),

Com os cordiais cumprimentos encaminhamos para apreciação desta Casa Legislativa, o anexo Projeto de Lei que "ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR". Trata-se de suplementação orçamentárias para manutenção da Secretaria Municipal de Saúde, em especial para pagamento da Folha referente ao mês de Novembro/2013.

Na certeza que o presente receberá acolhida favorável dos Senhores(as) Edis, agradeço antecipadamente, solicitando que o mesmo seja votado, conforme autoriza o Art. 161, § 1º e 189, inciso I, "c" do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Orleans.

Orleans, SC, 14 de novembro de 2013; 128º anos da Fundação e 100 anos da Emancipação Político Administrativo.

Atenciosamente,

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Decreto 3.624 Revoga Processo Licitatorio N. 49/2013

DECRETO Nº 3.624 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2013.

"REVOGA PROCESSO LICITATÓRIO"

MARCO ANTÔNIO BERTONCINI CASCACES, prefeito municipal de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO o memorando interno exarado pela Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação, informando que o objeto do Processo Licitatório n.º 49/2013 não é mais necessário para a prestação dos serviços públicos municipais;
CONSIDERANDO o parecer jurídico e a decisão administrativa exarados no sentido de revogação do certame licitatório mencionado;
CONSIDERANDO o permissivo legal do art. 49 da Lei de Licitações;
CONSIDERANDO, ainda, as disposições da súmula n.º 473 do

Supremo Tribunal Federal, que estabelece que a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Processo de Licitação nº 49/2013, que tem por Objeto a locação de um imóvel para o funcionamento da secretaria de assistência social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Orleans, 29 de novembro de 2013; 129º anos da Fundação e 100º anos de Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTÔNIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito Municipal de Orleans

PUBLICADO O PRESENTE DECRETO NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, NO DIA VINTE E NOVE DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE
Secretário de Administração

Decreto 3.626 - Nomeia Comissão Examinadora de Processo Seletivo

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.626 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2013.

"NOMEIA COMISSÃO EXAMINADORA DO PROCESSO SELETIVO N. 010/2013".

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 68, Item VII, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Edital n. 010/2013,

DECRETA:

Art. 1.º Fica nomeada a Comissão Examinadora da Prova Prática para preenchimento dos Cargos de Motorista e Operador de Equipamentos, de acordo com o Processo Seletivo n. 010/2013, composta pelos profissionais abaixo relacionados:

Lindomar Laurentino Seifer - Portaria de Nomeação n. 211/1995;
Nério Alberto Duarte - Portaria de Nomeação n. 819/2006;
Sidnei Crozetta - Portaria de Nomeação n. 10/1993; e
Marcio Becker - Portaria de Nomeação n. 1183/2010.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC, 02 de dezembro de 2013; 128º anos da Fundação e 100 anos da Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

PUBLICADO O PRESENTE DECRETO NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE
Secretário de Administração

Decreto N. 3.622

DECRETO N.º 3.622 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2013.

"ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR"

O PREFEITO MUNICIPAL DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei n. 2.465 de 21 de dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1.º Fica anulada total ou parcial a seguinte dotação orçamentária:

10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.01 - Fundo Municipal de Saúde
2.017 - Manutenção da Secretaria de Saúde
FR - 01.003 - Recursos Próprios
3.3.50.00 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00
TOTAL R\$ 35.000,00

Art.2º). A conta dos recursos do artigo anterior fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.01 - Fundo Municipal de Saúde
2.017 - Manutenção da Secretaria de Saúde
FR - 01.003 - Recursos Próprios
3.3.90.00 - Transf. A Instituições Priv. S/ Fins Lucrativos R\$ 35.000,00
TOTAL R\$ 35.000,00

Art.3º) - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 25 de outubro de 2013; 129º ano da Fundação e 100º ano de Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

PUBLICADO O PRESENTE DECRETO NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS VINTE CINCO DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE
Secretário de Administração

Palhoça

PREFEITURA

Pregão Presencial Nº 243/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 243/2013

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 09 de janeiro de 2014, às 14:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 243/2013, que tem por objeto a contratação de empresa especializada em serviço de vigilância armada e monitoramento eletrônico, a ser executado nas dependências do Parque Ecológico Municipal. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 11 de dezembro de 2013.
A PREGOEIRA.

Resultado Pregão 225-2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL
225/2013

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 225/2013, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto aquisição de materiais de expediente para Secretaria de Assistência Social, de acordo com as especificações dos Anexos I, que são partes integrantes deste edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

ALEXANDRA DOS PASSOS EPP foi vencedora dos itens 05, 06, 12, 13, 14, 15, 19, 22, 26, 29, 31, 32, 35, 38, 40, 43 e 46 totalizando R\$ 8.817,95 (oito mil oitocentos e dezessete reais e noventa e cinco centavos).

AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESC. INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA foi vencedora do item 34 totalizando R\$ 30.421,00 (trinta mil quatrocentos e vinte e um reais).

DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI EPP foi vencedora dos itens 03, 11, 17, 20, 21, 24, 25, 27, 33, 37, 42 e 47 totalizando R\$ 2.961,00 (dois mil novecentos e sessenta e um reais).

INFOTRIZ COMERCIAL LTDA foi vencedora dos itens 01, 02, 04, 18, 28, 36, 44 e 45 totalizando R\$ 1.770,89 (um mil setecentos e setenta reais e oitenta e nove centavos).

MAKROSUL SERVIÇOS & COMERCIO LTDA foi vencedora do item 30 totalizando R\$ 537,00 (quinhentos e trinta e sete reais).

PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA EPP foi vencedora dos itens 7, 8, 9, 10, 16 e 23 totalizando R\$ 5.810,15 (cinco mil oitocentos e dez reais e quinze centavos).

Palhoça, 10 de dezembro de 2013

Palmitos

PREFEITURA

Processo 126/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE PALMITOS
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº126/13 Modalidade: Tomada de preço nº07/13. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NAS RUAS RUI BARBOSA, CARLOS GOMES, CÂMARA JÚNIOR E AGNELLO RABELLO. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES DE BASALTO, DRENAGEM PLUVIAL, MEIO FIO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA RUA GERTRUDES RESENER. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES DE BASALTO, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NAS LINHAS TRÊS PINHEIROS E TÉCHIO. CONFORME PROJETOS. Entrega do Envelopes: 30/12/2013, até as 09:30 horas. Abertura do Envelopes: 30/12/2013 as 10:00 horas. Obtenção do Edital e informações no

Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmitos ou pelo fone (49) 3647- 9610.

Palmitos 11 de dezembro de 2013.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito Municipal.

Passo de Torres

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria

Poder Legislativo de Passo de Torres - SC
Portaria nº 17, de 10 de dezembro de 2013.
"NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO"

A cidadã Marlene Dutra Vidor, Presidenta da Câmara Municipal de Vereadores de Passo de Torres, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município, tendo em vista o resultado do Concurso Público, Edital nº 01/2013, com amparo na Lei Municipal nº 118/94, artigos 12 à 15,

RESOLVE:

Nomear Fortunata Viviani Rosa de Matos, brasileira, divorciada, residente na cidade de Torres-RS, portadora da Cédula de Identidade nº 5073940354 e do CPF nº 933.377.520-04, de formação secundária, nascida aos 26/08/1975, filha de Evaristo Virginia de Matos e Maria Teixeira da Rosa, para ocupar o cargo efetivo de servente, com atribuições e vencimentos previstos em LEI. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

MARLENE DUTRA VIDOR
Presidenta da Câmara Municipal de Vereadores

Registre-se e Publique-se
Registrado e publicado nesta secretaria na data supra.

SÉRGIO DELFINO JOAQUIM
1º Secretário

Passos Maia

PREFEITURA

Decreto Nº 192, de 4 de Dezembro de 2013.

DECRETO Nº 192, de 4 de dezembro de 2013.
"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, TERRENO URBANO QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 62, V e XIII, da Lei Orgânica do Município, c/c os artigos 2º, 5º, alínea "m", e, 15 do Decreto n. 3.365/41, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 6.602/78, de 07 de dezembro de 1978, e pelo artigo 1º da Lei nº 9.785/99, de 29 de fevereiro de 1999, e demais legislações aplicáveis à espécie, e,

Considerando, a precariedade e as condições desumanas das atuais instalações físicas da Associação de Pais e Amigos dos

Excepcionais - APAE;

Considerando, que atualmente a APAE do nosso município é mantenedora da escola de educação especial, e atende 30 alunos especiais;

Considerando, que para o encaminhamento de projeto visando a captação de recursos é necessário possuir terreno para construção das instalações físicas;

Considerando, que é obrigação do poder público oferecer suporte às escolas especializadas e entidades sem fins lucrativos que realizem atendimento a este público;

Considerando, assim, o interesse público na aquisição de um terreno para construção das instalações físicas da escola de educação especial mantida pela APAE;

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública e de Interesse Social, para fins de Desapropriação Amigável ou Judicial, uma área de terras de 912,51 m² (novecentos e doze metros e cinquenta e um centímetros quadrados), devidamente demarcada dentro de uma área maior de propriedade de Janete de Fatima Fávero Tesser, residente e domiciliada na Cidade de Xanxerê, área registrada no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Ponte Serrada na matrícula nº 9.313.

Art. 2º. Determino à Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento que inicie os procedimentos de avaliação da área exproprianda, sendo que para tal mister, desde já nomeio uma Comissão Especial com a seguinte composição:

EDEMAR MICHELON, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado na Avenida Padre João Botero s/n, Cidade de Passos Maia/SC;

OSMAR BRESCIANI, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado na cidade de Ponte Serrada/SC;

CLEVERSON L. A. DE SANTI, brasileiro, solteiro, servidor público, residente e domiciliado na Cidade de Passos Maia/SC.

Art. 3º. Determino à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, para que proceda a publicação do presente Decreto em jornal de circulação regional e no mural público da Prefeitura Municipal e da Câmara Municipal de Vereadores de Passos Maia, e depois oficie a Comissão Especial ora nomeada para que, no prazo de dez dias, proceda à avaliação, para fim de pagar aos proprietários ou efetuar o depósito judicial, se for o caso.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Passos Maia-SC, 4 de dezembro de 2013.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que o decreto foi publicado em data supra

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

Extrato de Convênio

EXTRATO DE CONVÊNIO

Extrato de Convênio nº 010/2013

Concedente: Município de Passos Maia

Conveniente: Associação de Moradores da Comunidade Madre Cristina

Objeto: O presente convênio tem como objeto o repasse financeiro por parte do CONCEDENTE em favor do CONVENIENTE, cuja quantia deverá ser utilizada obrigatoriamente na execução de obras civis para melhorias em equipamentos e/ou espaços públicos e comunitários, nos exatos moldes previstos no Plano de Aplicação dos Recursos apresentado pela conveniada.

Valor: Serão destinados recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio no montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), cuja quantia será depositada em parcela única na Conta Corrente n. 61.965-5, Cooperativa nº 3066, Sicoob Valcredi/SC, de titularidade da conveniada, no exercício em curso.

Vigência: O prazo de vigência do presente convênio inicia-se na data de sua assinatura, vigorando até o dia 31 de dezembro de 2013. A vigência deste convênio poderá ser prorrogada, mediante termo aditivo, por solicitação da conveniente, fundamentada em razões concretas que justifiquem, desde que aceita pela concedente.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Paulo Lopes

PREFEITURA

Extrato de Ata de Registro de Preço Nº. 53/2013

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº. 53/2013

Ata nº 53/2013; Processo nº53/2013; Contratante Município de Paulo Lopes; Contratada R.F Comércio de Caminhões LTDA; Objeto : aquisição de veículo tipo Ônibus para uso da Secretaria de Educação- Item (Chassi) .Valor R\$ 152.100,00 (cento e cinquenta e dois mil e dois reais).

Data Assinatura: 12/12/2013



Programa de Gestão Tributária



Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESÃO AO PGT – Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN – Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL – Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI – Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Editais de Multa

Editais de Notificação de Multas nº 362, 365 a 373/13

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8392 000362/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao Valor Multa

IKQ3717	54095102E	69200	13/11/2012	127.69
LYA7444	55596558D	51851	30/11/2012	127.69
LYA7444	55596558D	52070	30/11/2012	53.20
MBE4965	54095028E	51851	06/01/2013	127.69
MBE4965	54095028E	52070	06/01/2013	53.20
MEA9596	55596713D	58350	03/12/2012	127.69
MEA9596	55596713D	70302	03/12/2012	191.53
MEX8202	54095104E	69200	23/11/2012	127.69

Infr. Desd. Enquadramento:

5185	1	167
5207	0	169
5835	0	195
6920	0	233
7030	2	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8392 000365/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao

MIG0307 54095232E 55250 23/06/2013

Infr. Desd. Enquadramento:
5525 0 181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8392 000366/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao Valor Multa

MDT2455	54095158E	50100	13/04/2013	574.61
MDT2455	54095158E	65561	13/04/2013	191.53
MDT2455	54095158E	66531	13/04/2013	127.69
MDT2455	54095159E	50610	13/04/2013	574.61
MES4746	54095191E	50100	18/04/2013	574.61
MES4746	54095191E	69120	18/04/2013	53.20
MES4746	54095191E	70304	18/04/2013	191.53
MES4746	54095192E	51180	18/04/2013	574.61

Infr. Desd. Enquadramento:

5010	0	162 * I
5061	0	163 c/c 162 * I
5118	0	164 c/c 162 * I
6556	1	230 * I
6653	1	230 * XI
6912	0	232
7030	4	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8392 000367/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Infr./Desd.	Data Infracao
CEY8563	54095165E	50100	12/06/2013
CEY8563	54095166E	50610	12/06/2013
IOS3554	54095224E	58350	04/06/2013
IOS3554	54095225E	66531	04/06/2013
IOS3554	54327688D	52741	04/06/2013
IOS3554	54327689D	70561	04/06/2013
LWW6367	54327691D	50610	10/06/2013
LWW6367	54327692D	50100	10/06/2013
LWW6367	54327693D	66371	10/06/2013
LWW6367	54327694D	65992	10/06/2013
MKB2864	54095264E	50100	08/06/2013

Infr. Desd. Enquadramento:

5010 0 162 * I
5061 0 163 c/c 162 * I
5274 1 175
5835 0 195
6599 2 230 * V
6637 1 230 * IX
6653 1 230 * XI
7056 1 244 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282

DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8392 000368/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infração Valor Multa

LYQ0493	54095259E	51852	27/05/2013	127.69
MFQ4813	54095197E	59670	27/04/2013	191.53
MGS2961	54095202E	55411	26/04/2013	53.20
MHU0673	54327684D	65564	23/04/2013	191.53

Infr. Desd. Enquadramento:

5185	2	167
5541	1	181 * XVII
5967	0	203 * V
6556	4	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8392 000369/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao

IBD0227 54095263E 55411 20/06/2013
JYQ8142 54095231E 65992 11/06/2013

Infr. Desd. Enquadramento:

5541 1 181 * XVII
6599 2 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8392 000370/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Infr./Desd.	Data Infracao
IOS3554	54327697D	66531	27/06/2013
IOS3554	54327698D	70302	27/06/2013
MBJ3838	54095170E	50450	20/07/2013
MBZ9178	54095267E	65992	26/06/2013
MBZ9178	54095268E	65561	26/06/2013
MBZ9178	54095269E	67691	26/06/2013
MCA9067	54327695D	66531	25/06/2013
MCA9067	54327696D	70302	25/06/2013
MDN9187	54327699D	55411	01/07/2013

Infr. Desd. Enquadramento:

5045	0	162 * V
5541	1	181 * XVII
6556	1	230 * I
6599	2	230 * V
6653	1	230 * XI
6769	1	230 * XXII
7030	2	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AIN-

DA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8392 000371/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao

MAY4203	54095043E	65992	08/08/2013
MAY4203	54095044E	65561	08/08/2013
MAY4203	54095174E	50100	08/08/2013
MAY4203	54095175E	50610	08/08/2013
MEK8335	54095042E	55411	02/08/2013

Infr. Desd. Enquadramento:

5010	0	162 * I
5061	0	163 c/c 162 * I
5541	1	181 * XVII
6556	1	230 * I
6599	2	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8392 000372/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao

MET7786	54095357E	55250	04/08/2013
MHB5935	54095038E	50100	21/07/2013
MHB5935	54095039E	50610	21/07/2013
MJV7710	54095360E	55250	07/08/2013

Infr. Desd. Enquadramento:

5010	0	162 * I
5061	0	163 c/c 162 * I
5525	0	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8392 000373/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao

MCJ3839	54095168E	55250	09/07/2013
MGM0092	54095365E	52741	13/08/2013
MGM0092	54095366E	58350	13/08/2013

Infr. Desd. Enquadramento:

5274	1	175
5525	0	181 * XV
5835	0	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO

DELEGADO DE POLICIA

Peritiba

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº 15-2013

CONCEDE CESTA BÁSICA AOS SERVIDORES DO LEGISLATIVO.

Mara Regina Hermes Petter, Presidente da Câmara Municipal de Peritiba, usando das atribuições previstas no artigo 38, XIII do Regimento Interno desta Casa e em conformidade com a Lei Municipal nº 1906,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 01(uma) cesta básica para cada servidor da Câmara Municipal de Peritiba, conforme valor estabelecido na Lei Municipal nº 1906.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 11 de dezembro de 2013.

MARA REGINA HERMES PETTER

Presidente da Câmara Municipal

Pescaria Brava

PREFEITURA

Lei Nº 36/2013

LEI Nº 036, de 05 de agosto de 2013.

"DISPÕE SOBRE O PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, DOS ATOS E INFORMAÇÕES NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA, faz saber a todos os habitantes do município que, de acordo com o Art. 35, inciso XVI, do Regimento Interno da Câmara Municipal, combinado com o Art. 41, § 6º da Lei Orgânica do município, promulga a presente LEI:

Art. 1º - Ficam os órgãos, entidades da Administração direta e indireta e fundações do município de Pescaria Brava obrigados a disponibilizar em suas páginas na rede mundial de computadores (internet) espaço denominado "Portal da Transparência", destinado a dar publicidade aos atos oficiais e informações de interesse público, assegurando aos cidadãos o acompanhamento e a fiscalização das ações dos agentes e gestores públicos.

Parágrafo único - As autoridades responsáveis pelos órgãos e entidades de que trata esse artigo indicarão os responsáveis pela inserção dos atos e informações no portal da transparência disponibilizando o nome e o endereço eletrônico para contato.

Art. 2º - Os dados e informações disponibilizados no portal da transparência deverão ser veiculados por tempo indeterminado, permitindo que o cidadão possa acompanhar a evolução das receitas, despesas, programas e projetos da municipalidade.

Parágrafo único - Sem prejuízo da publicidade dos atos municipais nos termos da Lei Orgânica do Município, a Administração Municipal assegurará aos cidadãos através do Portal da Transparência:

I - incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos instrumentos de planejamento municipal, do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;

II - liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meio eletrônico de acesso público através do Portal da Transparência;

III - informações sobre contratações administrativas de bens, serviços e compras, contendo, a modalidade de licitação, dispensa e inexigibilidade, bem como prazos, e valores, e forma de pagamento, e o órgão responsável.

IV - esclarecimentos sobre proposições aprovadas pela Câmara Municipal e sua tramitação.

Art. 3º - A interrupção temporária decorrente de problemas técnicos nos servidores, sistemas ou equipamentos próprios ou contratados pela Administração para o funcionamento do Portal da Transparência deverão ser comprovados por laudo assinado por profissional da área de informática e divulgado no portal da transparência até as 24 horas após o recebimento do serviço.

§ 1º - O disposto neste artigo também se aplica aos casos decorrentes de falta de energia elétrica, e outros que impeçam a veiculação da página ou site na rede da internet.

§ 2º - Para que qualquer cidadão possa compreender as informações constantes do laudo, os termos técnicos utilizados para relatar o problema deverão constar no glossário do Portal da Transparência e também como anexo do referido laudo.

§ 3º - O prazo para retorno das condições normais no serviço será de, no máximo, 48 (quarenta e oito) horas, contando a partir da identificação do problema, salvo impedimentos determinados por motivos de força maior, devidamente detalhado conforme previsto no parágrafo anterior.

§ 4º - O Portal da Transparência deverá dispor de sistema de backup diário, assegurando a recuperação de dados em caso de problemas técnicos ou ataques de hackers.

Art. 5º - Para permitir ao cidadão a localização de qualquer dado ou informação de interesse público divulgado conforme o disposto nesta lei, o Portal da Transparência deverá disponibilizar mecanismo eficiente de busca.

Art. 6º - Para facilitar aos internautas a compreensão dos dados e informações disponíveis, o Portal da Transparência deverá conter o glossário com a definição dos termos técnicos em linguagem popular.

Parágrafo único - Consideram-se termos técnicos, para efeitos desta lei, as palavras ou expressões que não fazem parte do vocabulário coloquial dos cidadãos comuns, inclusive, as de língua estrangeira.

Art. 7º - Para auxiliar o cidadão na localização, compreensão e utilização dos dados e informações veiculados, o Portal da Transparência poderá disponibilizar, dentre outras, as seguintes seções:

I - Manual de Navegação ou Mapa do site, apresentado em forma de tópicos toda a estrutura dos conteúdos disponíveis no Portal da Transparência;

II - Dúvidas Frequentes, apresentando respostas para as dúvidas mais comuns dos cidadãos em relação aos dados disponibilizados no Portal da Transparência;

III - Links Úteis: apresentando guia com nome, definição e hiperlink de sites de instituições de governos e relacionados ao tema transparência, cidadania e controle de recursos públicos;

IV - Fale Conosco: como canal interativo para solução de dúvidas e prestação de informações adicionais relacionadas ao tema transparência da Administração Pública municipal, sem prejuízo dos dados de publicação obrigatória previstos nesta lei.

§ 1º - As dúvidas suscitadas pelos usuários serão encaminhadas às autoridades competentes para resposta, observada a legislação municipal.

§ 2º - Contra o servidor que negar, omitir, retardar ou adulterar dados e informações de interesse público ou prestar informações falsas, será instaurado o competente processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 8º - A execução dos serviços previstos nesta lei não implicará aumento de despesa, devendo o Portal da Transparência ser implementado com os meios e materiais disponíveis e com o apoio dos servidores existentes nos quadros dos órgãos e entidades de que se trata esse artigo.

Parágrafo único - Os responsáveis pelos órgãos e entidades municipais de que se trata esta lei que não dispuserem de site ou página na internet solicitarão ao chefe do poder executivo a criação de espaço no Portal da Transparência para a divulgação de seus atos e informações.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pescaria Brava, 26 novembro de 2013.
ANTÔNIO AVELINO HONORATO FILHO
Prefeito Municipal

Lei Nº 46/2013

LEI Nº 046, de 30 de outubro de 2013.

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Pescaria Brava, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas no inc. VI, do art. 70, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte LEI: Art. 1º Em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal - CF/88, c/c o art. 142, da Lei Orgânica Municipal, são estabelecidas as Diretrizes Orçamentárias do Município para 2014, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da administração municipal;
- II - a estrutura e organização dos orçamentos;
- III - as diretrizes para elaboração e execução dos orçamentos;
- IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - as disposições sobre as despesas com pessoal;
- VI - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;
- VII - as disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As prioridades e metas da administração municipal são aquelas constantes nos Anexos I e II desta LEI.

§ 1º Os recursos estimados na Lei Orçamentária Anual - LOA para 2014 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas no Anexo I desta Lei, não se constituindo em limite à programação das despesas.

§ 2º Na elaboração da proposta orçamentária para 2014, o Poder Executivo poderá aumentar, diminuir ou alterar as metas estabelecidas, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 3º O Anexo de Prioridades e Metas conterá, no que couber, o disposto no art. 4º, § 2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 4º Havendo variação da receita, positiva ou negativa em relação à meta estipulada, a meta da despesa poderá ser ajustada, automaticamente, em função do resultado primário definido.

§ 5º Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, mediante Decreto, o anexo

I - Prioridades e Metas, no que diz respeito:

I - A ampliação ou diminuição das metas físicas e financeiras propostas;

II - A adequação da denominação dos programas, das ações, do produto e da unidade de medida;

III - A transferência de ações entre programas.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º O orçamento para o exercício financeiro de 2014 abrangerá os Poderes Executivo, Legislativo e Fundos e será elaborado em consonância com a estrutura organizacional do Município.

Parágrafo Único - Os Fundos Municipais de Assistência Social - FMAS, da Infância e Adolescência - FIA, e Fundo de Habitação, serão contabilizados como Unidades Orçamentárias, dentro do orçamento da Prefeitura Municipal.

Art. 4º A LOA evidenciará, para cada unidade gestora, a receita por rubrica e a despesa por programa, função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operação especial e, quanto a sua natureza, no mínimo, por categoria econômica, grupos de natureza e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as normas e Anexos da legislação vigente.

§ 1º Os Fundos Municipais integrarão o orçamento geral do Município, apresentando, em destaque, as receitas e despesas a eles vinculadas.

§ 2º O QDD poderá ser detalhado em nível de modalidade e alterado por decreto do Poder Executivo Municipal.

Art. 5º A mensagem que encaminhar o projeto da LOA será apresentada na forma da Lei nº 4.320/64.

CAPÍTULO III

DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 6º A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da LOA para 2014 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e

permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra esta LEI.

Art. 7º Os estudos para definição do orçamento da receita para 2014 deverão contemplar as alterações da legislação tributária, os incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita dos últimos três exercícios.

Parágrafo único. Em decorrência do disposto no caput deste artigo, poderão os demonstrativos de receitas e despesas constantes nos Anexos I e II desta Lei, ser atualizados quando da elaboração da LOA.

Art. 8º Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas, será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de "outras despesas correntes", "investimentos", e "inversões financeiras".

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado, ainda, o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recurso.

Art. 9º A expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado fica condicionada à observância das exigências da LC nº 101/2000.

Art. 10. Constituem riscos fiscais capazes de afetar as contas públicas os consignados no Anexo III desta LEI.

§ 1º Em caso de ocorrência de riscos fiscais, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro de 2013 ou dos anos anteriores.

§ 2º Sendo esses recursos insuficientes, o Executivo encaminhará projeto de lei propondo anulação de recursos alocados para outras despesas correntes e investimentos, desde que não vinculados ou comprometidos.

Art. 11. O orçamento para o exercício de 2014 conterá Reserva de Contingência de até 2% (dois por cento) da receita corrente líquida, destinada a atender passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos.

Parágrafo único. Para efeito desta Lei, entende-se por passivo contingente, situações futuras que poderão constituir prováveis obrigações ou despesas para o Município, tais como: sentenças judiciais ou trabalhistas, estados de emergência ou de calamidade pública e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 12. O Poder Executivo estabelecerá o desdobramento da receita em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, em até trinta dias da publicação da LOA.

Art. 13. Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, poderão ser executados à medida do ingresso dos recursos.

Art. 14. As renúncias de receita estimadas para o exercício de 2014 não serão consideradas para efeito da previsão da receita.

Art. 15. A transferência de recursos a entidades beneficiará aquelas sem fins lucrativos, de caráter educativo, assistencial, desportivo, cultural, cooperativo, associativo ou filantrópico, entre elas:

I - de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação, ou estejam registradas no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e/ou Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;

II - vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III - de atendimento direto ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais de ensino fundamental;

IV - voltadas à proteção ambiental;

V - de atenção à criança e ao adolescente, à mulher ou ao idoso;

VI - signatárias de contrato de gestão com a administração municipal, não qualificadas como organizações sociais, nos termos da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998;

VII - consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração municipal e que participem da execução de programas de saúde;

VIII - qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, de acordo com a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999 ou reconhecidas como de utilidade pública, entre elas:

a) Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários;

b) Instituições de atendimento à criança e ao adolescente em situação de risco;

d) Instituições de ensino de nível técnico e superior;

IX - qualificadas como entidades representativas de atividades, classes ou categorias profissionais ou econômicas;

X - entidades representativas dos municípios ou voltadas ao aperfeiçoamento da administração pública e ao fortalecimento dos municípios, assim entendidas a associação, a federação e a confederação de municípios, o Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM e outros;

XI - dedicadas à promoção e desenvolvimento do esporte, à difusão cultural, à promoção do turismo e ao combate e prevenção ao uso de drogas;

XII - associações de moradores e organizações rurais e urbanas.

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento dos recursos, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar os documentos definidos na Instrução Normativa nº 14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e pelo Sistema de Controle Interno do Município.

§ 2º As entidades beneficiadas com recursos do tesouro municipal deverão prestar contas nos prazos e forma estabelecidos no convênio.

§ 3º Ficam ressalvadas as transferências destinadas ao cumprimento de convênios em vigor ou que venham a ser renovados e para organismos dos quais o Município integre sob qualquer forma.

Art. 16. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, I e II, da LC nº 101/2000 deverão ser

inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade, bem como dos editais de processos seletivos e concurso público.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º, da LRF, são consideradas irrelevantes as despesas cujo valor não ultrapasse os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 17. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras e para etapas de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 18. A realização de despesas de competência de outros entes da federação só será assumida quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na LOA.

Art. 19. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas a preços correntes.

Art. 20. A LOA para 2014 poderá conter autorização para:

I - abertura de crédito suplementar, mediante decreto, até o limite de um terço do montante das dotações orçamentárias, tendo como fonte de recursos o excesso de arrecadação e o superávit financeiro de exercícios anteriores;

II - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos dentro do mesmo projeto/atividade e do mesmo programa, através de decreto, até o limite de um terço do montante das respectivas dotações orçamentárias.

III - realizar mediante decreto, a transposição, o remanejamento ou a transferência de dotações, de uma fonte de recursos para outra, dentro de um mesmo programa.

IV - realizar mediante decreto, a reabertura de créditos orçamentários relativos a convênios firmados e não aplicados no exercício anterior.

Art. 21. Durante a execução orçamentária de 2014, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial.

Art. 22. O controle de que trata os arts. 4º, I, "e" e 50, § 3º, da LRF será desenvolvido de forma a apurar os custos e a avaliar os resultados dos programas financiados com recursos da LOA.

Art. 23. A Assessoria Jurídica diligenciará junto ao Poder Judiciário Estadual e Federal, sem prejuízo do envio da relação de dados cadastrais dos precatórios aos órgãos e entidades devedoras, a relação dos débitos constantes nos precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2014, conforme determina o art. 100, § 1º, da CF/88, discriminada por entidade da administração, especificando:

I - número da ação originária;

II - número do precatório;

III - tipo de causa julgada;

IV - data da notificação do despacho do Presidente do Tribunal;

V - nome do beneficiário; e

VI - valor do precatório a ser pago.

Art. 24. Somente se incluirá precatórios cujos processos tenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequiunda e atendam a pelo menos uma das seguintes condições:

I - comprovação de trânsito em julgado dos embargos à execução;

II - certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos cálculos.

Art. 25. Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração pública direta e a Secretaria de Administração e Finanças submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Assessoria Jurídica, antes do atendimento da requisição judicial, observadas as normas e orientações pertinentes.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 26. Obedecidos os limites da Resolução nº 43/2001 e alterações posteriores do Senado Federal, o Município poderá realizar operações de crédito em 2014 e conceder garantias em operação de crédito, observados o art. 167, II, da CF/88 e os arts. 31 a 43 da LC nº 101/2000.

Parágrafo único. Poderão ser realizadas operações de crédito para financiamento de despesas correntes, quando permitidas em normas federais.

Art. 27. As operações de crédito deverão ser autorizadas por lei específica, restando, no momento da autorização, automaticamente acrescida a meta fiscal correspondente à dívida fundada e ao resultado primário, se for o caso.

Art. 28. Ultrapassado o limite de endividamento, o Poder Executivo adotará as medidas definidas no art. 31, § 1º, da LC nº 101/2000.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DESPESA DE PESSOAL

Art. 29. Para fins do art. 169 da CF/88, fica autorizada a concessão de qualquer vantagem ou aumento da remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreira, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive Autarquia e Fundações Públicas instituídas e mantidas pelo poder público, observadas as exigências constitucionais e os limites de despesas da LC nº 101/2000.

Parágrafo único. Fica autorizada, a revisão geral das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos, inativos e pensionistas dos Poderes Executivo e Legislativo, da Autarquia e Fundações Públicas Municipais, cujo percentual será definido em lei específica.

Art. 30. Fica autorizada a cessão de servidores com ônus para o Município, a órgãos da administração direta e indireta dos Governos Federal e Estadual, Poder Judiciário, bem como entidades de classe.

Art. 31. No exercício de 2014, a realização de serviço em horário extraordinário, quando a despesa houver extrapolado o limite prudencial, somente poderá ocorrer quando destinado ao atendimento de relevante interesse público que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no caput deste artigo, é de exclusiva competência do titular da área executora, ouvido o(a) Secretário(a) de Administração e Finanças.

Art. 32. Em caso de superação do limite prudencial de despesa de pessoal, os Poderes Executivo e Legislativo adotarão as medidas previstas nos parágrafos 3º e 4º do art. 169 da CF/88 e nos arts. 22 e 23 da LC nº 101/2000.

Art. 33. Para efeito desta Lei, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º, da LC nº 101/2000, a contratação de mão-de-obra para execução de funções e atividades finalísticas do ente, para as quais haja correspondência com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos e Vencimentos do Município de Pescaria Brava, ainda, atividades próprias da administração municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, não será registrada no elemento "34 - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização", devendo ser classificada no elemento de despesa correspondente.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 34. O Poder Executivo, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefícios fiscais e/ou econômicos de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo, nestes casos, ser considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto orçamentário e financeiro, conforme disposto no art. 14 da LC nº 101/2000.

Parágrafo Único. O desconto para pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e da Contribuição de Melhoria em cota única, bem como as condições de parcelamento, observará a previsão do Código Tributário Municipal.

Art. 35. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados na forma da lei, não se constituindo em renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da LC nº 101/2000.

Art. 36. A lei que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício, de natureza tributária ou financeira, na forma do art. 14, II, da LC nº 101/2000, somente entrará em vigor após a anulação de despesas em valor equivalente, caso produzam impacto financeiro no mesmo exercício.

Parágrafo único. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, até o limite da estimativa específica constante no Anexo II desta Lei, será considerada na estimativa da receita da LOA, de modo a não afetar as metas fiscais, na forma do art. 14, I, da LC nº 101/2000.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 38. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município.

Art. 39. Para fins de apreciação da proposta orçamentária, do acompanhamento e da fiscalização orçamentária, será assegurado ao órgão responsável, o acesso irrestrito, para fins de consulta, a todos os dados disponíveis no Poder Executivo.

Art. 40. Se o projeto de lei orçamentária não for sancionado pelo Prefeito Municipal até 31 de dezembro de 2013, a programação nele constante poderá ser executada em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta original, enquanto não concluído o processo legislativo.

Art. 41. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 42. Fica o Poder Executivo autorizado a alienar os equipamentos e materiais permanentes inservíveis e antieconômicos, devendo o produto da alienação ser aplicado em despesas de capital.

Parágrafo único. Decreto do Poder Executivo estabelecerá a relação dos bens com os respectivos códigos patrimoniais que serão objeto de alienação.

Art. 43. O Poder Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com as entidades definidas no art. 15 da presente Lei, com o Governo Federal e Estadual, através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para a realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, observado o disposto na Lei Orgânica do Município e no § 2º do art. 116, da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo único. Fica igualmente autorizado o Poder Executivo Municipal a firmar convênios com o Poder Judiciário, de qualquer instância, seja Federal ou Estadual, podendo assumir encargos que não sejam de competência municipal.

Art. 44. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Pescaria Brava - SC, 30 de outubro de 2013.

ANTONIO AVELINO HONORATO FILHO

Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI Nº /2013.

Senhores Vereadores, encaminhamos o incluso Projeto que "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", vislumbrando a aprovação da inclusa matéria, visto que em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal - CF/88, c/c o art. 142 da Lei Orgânica Municipal, são estabelecidas as Diretrizes Orçamentárias do Município para 2014, compreendendo as prioridades e metas da administração municipal; a estrutura e organização dos orçamentos; as diretrizes para elaboração e execução dos orçamentos; as disposições relativas à dívida pública municipal; as disposições sobre as despesas com pessoal e as disposições sobre as alterações na legislação tributária.

Dessa forma, certos de contarmos com o costumeiro apoio dos

nobres Vereadores no sentido de apreciarem positivamente o incluso Projeto, solicitamos para que o mesmo seja analisado com a maior brevidade possível.

Sem mais, reiteramos nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Município de Pescaria Brava - SC, 30 de outubro de 2013.

ANTONIO AVELINO HONORATO FILHO

Prefeito Municipal

Lei Nº 47/2013

LEI Nº 047 , de 22 de novembro de 2013.

"Autoriza o Chefe do Poder Executivo a Suplementares dotações orçamentárias no Orçamento vigente do Município de Pescaria Brava e outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA, ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas no inc. VI, do art. 70, da Lei Orgânica Municipal, autorizado a suplementar o valor de R\$ 102.400,00 (cento e dois mil e quatrocentos reais), por excesso de arrecadação decorrente de convênio do Ministério da Saúde, na seguinte dotação:

Órgão: 05- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01- Secretaria Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 1.004 Construção, Ampliação e Reforma de unidade de Saúde

Elemento: (2) - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0023 Aplicação Direta

Valor: R\$ 102.400,00 (cento e dois mil e quatrocentos reais)

Art. 2º - Para atender a suplementação de que trata o artigo 1º, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação gerados por conta de convênio do Ministério da Saúde.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Pescaria Brava - SC, 22 de Novembro de 2013.

ANTONIO AVELINO HONORATO FILHO

Prefeito Municipal

Lei Nº 48/2013

Lei Municipal nº 048, de 26 de novembro de 2013.

"Autoriza o Poder Executivo a Firmar Convênio com a Associação Comercial e Industrial de Laguna - ACIL e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Pescaria Brava, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas no inc. VI, do art. 70, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do poder Executivo autorizado a firmar convênio com a Associação Comercial e Industrial de Laguna - ACIL, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 83.711.895/0001-08, com sede na Rua Raulino Horn, nº 72, sala 01 - Centro, Laguna SC; para a transferência de Recursos Financeiros, a título de Contribuição, no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) em parcela única, com o objetivo de conjugar esforços para a realização do 1º ENCANTOS DE NATAL de Pescaria Brava, juntamente com as empresas do Município.

Art. 2º Os recursos a serem utilizados para atender ao disposto no artigo anterior são provenientes de dotação consignada no

Orçamento do exercício corrente, nas seguintes dotações orçamentárias:

Unidade: 03 Secretaria de Administração e Finanças

Proj/Ativ: Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

Elemento de Despesa: 33.50.00.00.00.00.00.0001 - Contribuições a Instituições privadas sem fins lucrativos.

Valor: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Pescaria Brava - SC, 26 de novembro de 2013.

ANTÔNIO AVELINO HONORATO FILHO

Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Lei 1727

LEI Nº 1.727, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013.

AUTORIZA O MUNICIPIO A EFETUAR DESPESAS COM AS COMEMORAÇÕES ALUSIVAS AOS FESTEJOS DE FIM DE ANO.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI: Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto autorizado, através do Chefe do Poder Executivo, a realizar gastos para execução das seguintes atividades alusivas às comemorações de fim de ano:

I - compra de brinquedos para distribuição às crianças de 0 (zero) a 10 (dez) anos de idade, nos festejos que o Município promoverá alusivos ao natal 2013;

II - compra e distribuição de lanches e refrigerantes para as crianças e demais participantes dos festejos de que trata o inciso anterior;

III - compra de material e despesas com serviços de iluminação, ornamentação da cidade e despesas com ornamentação da noite natalina;

IV - contratação de bandas musicais para animação da noite natalina e festejos do dia 1º de ano;

V - alimentação dos componentes das bandas musicais.

Parágrafo único. Os gastos para os fins do disposto nos artigos 1º e 2º desta lei ficam limitados em R\$ 34.0000,00 (trinta e quatro mil reais).

Art. 2º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de dotação prevista no atual orçamento e na lei de orçamento de 2013.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 03 de dezembro de 2013.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Lei Nº 1.728, de 11/12/2013

LEI Nº 1.728, DE 11/12/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO-SC.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto-SC, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do Município de Pinheiro Preto, crédito adicional Suplementar no valor de R\$ 800.000,00 (Oitocentos mil reais), para a suplementação dos seguintes programas:

02.0206.26.782.2601.1016 - Obras de Infraestrutura Rural
4490-0000 Aplicações Diretas; Fonte 0183 R\$600.000,00 (Seiscentos mil reais)

02.0201.15.451.1501.1003 - Obras de Infraestrutura Urbana
4490-0000 Aplicações Diretas; Fonte 0183 R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serão utilizados como recursos para abertura do crédito Suplementar de que trata a presente Lei, a ser operada mediante Decretos específicos, as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 1.718, de 19 de novembro de 2013.

§ 1º - Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

§ 2º - O saldo da operação de crédito contratada por força da Lei referida no caput deste artigo que não for liberada durante o exercício, deverão ser incorporadas na previsão orçamentária do próximo exercício.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2014.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 11 DE DEZEMBRO DE 2013

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Pomerode

PREFEITURA

Lei Ordinária Nº 2.600, de 04 de Dezembro de 2013

LEI ORDINÁRIA Nº 2.600, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013.

ANULA PARCIALMENTE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO EM VIGOR DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO EM VIGOR NA UNIDADE GESTORA PREFEITURA, CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO FINANCEIRO AO COLÉGIO SINODAL DOUTOR BLUMENAU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado, a

anular parcialmente dotação do orçamento em vigor da Unidade Gestora Prefeitura, na importância de R\$ 12.370,00 (doze mil e trezentos e setenta reais), conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

Unidade Orçamentária: 001 - Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

Projeto/Atividade: 12.361.0040.2013 - Subvenção Social ao Colégio Sinodal Doutor Blumenau

Elemento: 33350.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Vínc. p/ Fonte Recursos: 010100 - Rec. de Impostos e de Transf. de Imp-Educ R\$ 12.370,00

TOTAL R\$ 12.370,00

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado, a abrir crédito adicional especial no orçamento em vigor na Unidade Gestora Prefeitura, na importância de R\$ 12.370,00 (doze mil e trezentos e setenta reais), por conta da anulação parcial de que trata o art. 1º, desta Lei, conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

Unidade Orçamentária: 001 - Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

Projeto/Atividade: 12.361.0040.2013 - Subvenção Social ao Colégio Sinodal Doutor Blumenau

Elemento: 34450.00 - Auxílios

Vínc. p/ Fonte Recursos: 010100 - Rec. de Impostos e de Transf. de Imp-Educ R\$ 12.370,00

TOTAL R\$ 12.370,00

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado, a conceder subvenção social na importância de R\$ 2.630,00 (dois mil e seiscentos e trinta reais) e auxílio financeiro na importância de R\$ 12.370,00 (doze mil e trezentos e setenta reais) ao Colégio Sinodal Doutor Blumenau, inscrito no CNPJ sob nº 85.461.093/0004-57, com sede em Pomerode - SC, conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

Unidade Orçamentária: 001 - Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

Projeto/Atividade: 12.361.0040.2013 - Subvenção Social ao Colégio Sinodal Doutor Blumenau

Elemento: 33350.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Vínc. p/ Fonte Recursos: 010100 - Rec. de Impostos e de Transf. de Imp-Educ R\$ 2.630,00

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

Unidade Orçamentária: 001 - Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

Projeto/Atividade: 12.361.0040.2013 - Subvenção Social ao Colégio Sinodal Doutor Blumenau

Elemento: 34450.00 - Auxílios

Vínc. p/ Fonte Recursos: 010100 - Rec. de Impostos e de Transf. de Imp-Educ R\$ 12.370,00

TOTAL R\$ 15.000,00

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 04 de dezembro de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Lei Ordinária Nº 2.601, de 04 de Dezembro de 2013.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.601, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL VENDER EM LEILÃO PÚBLICO, BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE POMERODE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que me confere o a Lei Orgânica do Município, faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica autorizado o Executivo Municipal, com fulcro no art. 24, inciso X da Lei Orgânica Municipal de 1990, vender, através de Leilão Público, bens móveis considerados inservíveis para o Serviço Público Municipal, descritos no Anexo I, que é parte integrante desta Lei.

Art. 2º Os bens objeto desta Lei, foram levantados e avaliados pela Comissão Avaliadora nomeada através da Portaria nº 17.071/2013, anexa.

Art. 3º O valor auferido com a venda dos bens descritos no Anexo I desta Lei, serão depositados em conta específica para este fim, podendo ser utilizado pela Administração Municipal para aquisição de veículos e outros móveis que julgar necessário.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta do orçamento em vigor, suplementadas, se necessário, na forma da lei.

Art. 5º Fica o Executivo Municipal autorizado, através da Gerência de Patrimônio, a dar baixa dos bens relacionados no Anexo I, junto ao patrimônio Municipal.

Art. 6º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

POMERODE, 04 de dezembro de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Lei Ordinária Nº 2.602 de 04 de Dezembro de 2013

LEI ORDINÁRIA Nº 2.602 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013.

ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que me confere o a Lei Orgânica do Município, faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a anular parcialmente a dotação do orçamento em vigor da Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde por destinação de recursos no valor de R\$ 21.366,00 (vinte e um mil e trezentos e sessenta e seis reais), conforme abaixo especificado:

ÓRGÃO: 11 - SECRETARIA DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 10.301.060.2042 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE

Elemento: 33900000 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 0102000 - Rec. Impostos e Transf. De Imp. Saúde R\$ 21.366,00

Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado, a abrir crédito adicional suplementar no orçamento em vigor na Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde por destinação de recursos, na importância de R\$ 21.366,00 (vinte e um mil e trezentos e

sessenta e seis reais), por conta do produto oriundo da anulação parcial de que trata o art. 1º, desta Lei, conforme abaixo especificado:

ÓRGÃO: 11 - SECRETARIA DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 0010.301.060.2044 - Subvenção Social p/ o Hospital e Maternidade Rio do Teste

Elemento: 335000.00 - TRANSFERÊNCIAS A INST. PRIV. S/ FINS LUCRATIVOS

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01020000 - Recursos Ordinários R\$21.366,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 04 de Dezembro de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Lei Ordinária Nº 2.603, de 04 de Dezembro de 2013

LEI ORDINÁRIA Nº 2.603, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013.

CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL AO GRUPO DE DANÇAS SÊNIOR CLUBE ALEGRE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder, a título de subvenção social no exercício financeiro de 2013, ao Grupo de Danças Sênior Clube Alegre, inscrito no CNPJ sob nº 05.781.168/0001-03, com sede na Rua dos Atiradores, 247, Pomerode/SC, no valor de até R\$2.800,00 (dois mil e oitocentos reais).

Parágrafo Único. Os recursos financeiros de que trata o caput, deste artigo, destinam-se, à cobertura de despesas com manutenção das atividades do grupo folclórico, objetivando, a prestação de serviços culturais à comunidade pomerodense.

Art. 2º O Grupo de Danças Sênior Clube Alegre, para recebimento e prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o artigo anterior, submete-se à legislação pertinente em vigor.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento em vigor.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo a 01 de novembro de 2013 com efeitos até 31 de dezembro de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 04 de dezembro de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Lei Ordinária Nº 2.604, de 04 de Dezembro de 2013

LEI ORDINÁRIA Nº 2.604, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013.

CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL AO GRUPO FOLCLÓRICO EDELWEISS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder, a título de subvenção social no exercício financeiro

de 2013, ao Grupo Folclórico Edelweiss, inscrito no CNPJ sob nº 79.375.879/0001-06, com sede na Rua Arthur Schulze, 117, Pomerode/SC, no valor de até R\$2.800,00 (dois mil e oitocentos reais).

Parágrafo Único. Os recursos financeiros de que trata o caput, deste artigo, destinam-se, à cobertura de despesas com manutenção das atividades do grupo folclórico, objetivando, a prestação de serviços culturais à comunidade pomerodense.

Art. 2º O Grupo Folclórico Edelweiss, para recebimento e prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o artigo anterior, submete-se à legislação pertinente em vigor.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento em vigor.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo a 01 de novembro de 2013 com efeitos até 31 de dezembro de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 04 de dezembro de 2013.

ROLF NICLODELLI

Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Concorrência Pública - Registro de Preço - 006/2013 PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Concorrência Pública - Registro de Preço - 006/2013 PMPB

Tipo de licitação: Menor valor global;

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de engenharia destinados a consultoria e elaboração de projetos executivos para obras públicas prediais e de infra-estrutura urbana do município, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital

Recebimento e abertura das Propostas: Até 14:00 horas do dia 10/01/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail compras@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 10 de Dezembro de 2013.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

Aviso de Licitação - Concorrência Pública - Registro de Preço - 007/2013 PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Concorrência Pública - Registro de Preço - 007/2013 PMPB

Tipo de licitação: Menor valor global;

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de engenharia destinados a supervisão e fiscalização de obras públicas prediais e de infraestrutura urbana do município, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Recebimento e abertura das Propostas: Até 14:00 horas do dia 17/01/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail compras@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 10 de Dezembro de 2013.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

Porto União

PREFEITURA

Portaria N.º 778/2013 - RH

PORTARIA Nº 778, de 29 de novembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até 31 de dezembro de 2013, o Contrato de Trabalho nº 166/2013, de Renato Anton, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição ao servidor efetivo Mauricio Ivaz que se encontra em férias por 30 dias.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exerce suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 29 de novembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 779/2013 - RH

PORTARIA Nº 779, de 02 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária do servidor efetivo Isler Luiz Monteiro Carneiro da Cunha Baniski, ocupante do cargo de Cirurgião Dentista, de 10h (dez) horas semanais para 20h (vinte) horas semanais, conforme estabelecido na Lei Municipal 3.934,

de 21 de novembro de 2011, para atender a demanda no setor odontológico e em função da implantação do Programa Próteses Dentárias no município.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 780/2013 - RH

PORTARIA Nº 780, de 02 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Francisca Camilo Ribeiro, das funções do cargo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 782/2013 - RH

PORTARIA Nº 782, de 04 de dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Willian Edenilson Chaves, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 04 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Dispensa de Licitação 012/2013

Prefeitura Municipal de Porto União - SC

Comissão Permanente de Licitações

Processo Licitatório 113/2013

Dispensa de Licitação 012/2013

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Porto União, através do presidente da Comissão Permanente de Licitações, declara que o Ex.mo Sr. Prefeito Municipal, nos termos do art. 24, inciso X, da Lei n.º 8.666/93, conforme consta do Processo Licitatório 113/2013, Dispensa de Licitação n.º 012/2013, declarou a dispensa de licitação, para locação de imóvel (sala) com área útil de 11,60 x 5,90 m2, localizada na Avenida Getúlio Vargas, nº 228, Centro, Porto União, SC, matrícula nº 19.015 do Registro de Imóveis, destinada à instalação e funcionamento do Departamento Municipal de Esportes - DME. A presente declaração encontra-se plenamente fundamentada, consoante se denota da justificativa elaborada pela Comissão de Licitações, bem como em razão dos documentos que instruíram o processo, sendo que em relação ao preço, o mesmo se apresenta compatível com o mercado.

Porto União SC, 27 de novembro de 2013.

PAULO RUBENS BUCH

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Decreto 092/2013

Extrato de Edital de Chamada Pública 002/2013 - Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 050/2013

Extrato de Edital de Chamada Pública 002/2013 - EDUCAÇÃO

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna publico que fará realizar processo licitatório de chamada pública, para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE. Recebimento dos envelopes e credenciamento será as 14:00 horas do dia 27 de janeiro de 2014, na Prefeitura Municipal, com início da sessão publica as 14:15 horas do mesmo dia e local. Maiores informações e cópia do edital podem ser retiradas a Rua Padre Anchieta, 126, fone (042) 3523 - 1155 email licitportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br, site www.portouniao.sc.gov.br.

Porto União SC, 11 de Dezembro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Portaria N. 1437/RH

PORTARIA N. 1437/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 170, da Lei Complementar n. 207 de 28 de setembro 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Aplicar a penalidade de Advertência, com fundamento ao disposto no Art. 171 da Lei Complementar n. 207, de 28 de

setembro de 2010, ao servidor municipal Jeferson Padilha dos Santos, matrícula 27626/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Pedreiro, conforme decisão exarada nos autos do Processo Administrativo Disciplinar n. 017/2013, que concluiu que o servidor transgrediu os incisos III e X, do Art. 157; e inciso I, do Art. 158 da Lei Complementar supracitada.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de dezembro de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

Portaria N. 1438/RH PORTARIA N. 1438/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 170, da Lei Complementar n. 207 de 28 de setembro 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Aplicar a penalidade de Advertência, com fundamento ao disposto no Art. 171 da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010, ao servidor municipal VALDECIR ROHLING, matrícula 34576/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, conforme decisão exarada nos autos do Processo Administrativo Disciplinar n. 016/2013, que concluiu que o servidor transgrediu os incisos II e X, do Art. 157; e inciso I, do Art. 158 da Lei Complementar supracitada.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de dezembro de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Cmdpd REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - CMDPD

Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência
Secretaria Municipal da Assistência Social

CAPÍTULO I - NATUREZA E FINALIDADES

Art. 1º - O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, CMDPD, com sede e foro no município de Rio do Sul, órgão superior composto paritariamente por representantes do Governo e da Sociedade Civil, de deliberação colegiada, de natureza permanente, integrante da estrutura básica da Secretaria da Assistência Social a que se refere a Lei nº 4.903, de 12 de agosto de 2009, de iniciativa do Poder Executivo do Município de Rio do Sul, reger-se-á pelo presente Regimento Interno, na conformidade com a legislação vigente, tendo as seguintes finalidades:

- I - apreciar planos e programas da Administração Pública municipal;
- II - zelar pela efetiva implantação da Política Municipal para

Integração da Pessoa com Deficiência;

III - acompanhar o planejamento e avaliar a execução das políticas setoriais de educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer, política urbana, reabilitação e outras relativas à pessoa com deficiência;

IV - acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária da Secretaria de Assistência Social, sugerindo as modificações necessárias à consecução da Política Municipal para Integração da Pessoa com Deficiência;

V - zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de defesa dos direitos da pessoa com deficiência;

VI - propor a elaboração de estudos e pesquisas que objetivem a melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência;

VII - propor e incentivar a realização de campanhas visando à prevenção de deficiências e a promoção dos direitos da pessoa com deficiência;

VIII - acompanhar, mediante relatórios de gestão, o desempenho dos programas e projetos da Política Municipal para Integração da Pessoa com Deficiência;

IX - atuar como instância de apoio nos casos de requerimentos, denúncias e reclamações formuladas por qualquer pessoa ou entidade, quando ocorrer ameaça ou violação de direitos da pessoa com deficiência, assegurados nas leis e na Constituição Federal; e X - elaborar e aprovar o seu regimento interno.

CAPÍTULO II - COMPOSIÇÃO

Art. 2º - O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD - tem a seguinte composição:

I - Sete representantes e respectivos suplentes dos seguintes órgãos governamentais:

- a) 1 representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- b) 1 representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;
- c) 1 representante da Fundação Cultural ou Fundação do Desporto;
- d) 1 representante da Secretaria Municipal de Educação;
- e) 1 representante da Secretaria Municipal de Administração;
- f) 1 representante da Secretaria de Planejamento.
- g) 1 representante da Guarda Municipal (Redação acrescida pela Lei nº 5118/2011)

II - Sete representantes e respectivos suplentes da sociedade civil organizada, a seguir indicados:

- a) 02 representantes das organizações dos usuários;
- b) 02 representantes das entidades prestadoras de serviços e organizações no âmbito municipal;
- c) 01 representante dos trabalhadores no setor;
- d) 02 representantes de entidades que promovam o ensino e a pesquisa na área dos direitos das pessoas com deficiência (Redação dada pela Lei nº 5118/2011).

Art. 3º - No caso de vacância de entidade por deliberação própria ou perda de mandato assumirá a vaga entidade eleita pela maioria simples dos conselheiros, dentre aquelas já cadastradas.

§ 1º. No caso de falecimento, renúncia ou destituição do Conselheiro Titular ou Suplente, a entidade deverá comunicar ao Presidente ou ao Conselho Deliberativo do CMDPD, no prazo de trinta (30) dias do ocorrido, o nome do novo representante, para efeito de nomeação

§ 2º. O Conselheiro(a) Suplente que estiver substituindo o conselheiro(a) titular ausente e que assumir relatoria de matéria ou coordenação de comissão permanente deverá transmitir essas funções ao conselheiro(a) titular quando o mesmo reassumir suas funções no CMDPD.

Art. 4º - Os representantes, titulares e suplentes, dos órgãos governamentais serão indicados pelos órgãos que representam 20 (vinte) dias antes do término de seus mandatos.

Parágrafo único. Os representantes mencionados no caput deverão exercer função no respectivo órgão.

Art. 5º - O CMDPD será dirigido por um Presidente, ou por seu Vice-Presidente nas suas ausências ou impedimentos temporários.

§ 1º A eleição do Presidente e do Vice-Presidente dar-se-á mediante escolha, dentre seus membros, por voto de maioria simples, para cumprirem mandato de dois anos, permitida uma única reeleição.

§ 2º A posse do Presidente e do Vice-presidente ocorrerá na mesma Sessão da eleição e será dada pelo Colegiado.

§ 3º Nas ausências simultâneas do Presidente e do Vice-Presidente, a presidência será exercida pelo conselheiro que exerce a função de secretário.

§ 4º Fica assegurada a representação do Governo e da Sociedade Civil na Presidência e na Vice-presidência do CMDPD e a alternância dessas representações em cada mandato, respeitada a paridade, com exceção dos casos de recondução.

§ 5º Por deliberação de dois terços dos membros presentes, a eleição de que trata o caput do artigo poderá ser realizada na reunião subsequente.

§ 6º Caso haja vacância do cargo de Presidente, o Vice-presidente assumirá e convocará eleição para escolha do novo Vice-presidente a fim de complementar o respectivo mandato, observado o disposto no § 4º deste artigo.

§ 7º No caso de vacância do cargo de Vice-presidente, o Plenário elegerá um de seus membros para exercer o cargo a fim de concluir o mandato.

§ 8º O Presidente do CMDPD terá direito a voto nominal e em caso de empate exercerá voto de qualidade.

CAPÍTULO III - ESTRUTURA

Art. 6º - O CMDPD possui a seguinte estrutura:

- I - Plenário;
- II - Presidência;
- III - Presidência Ampliada;
- IV - Comissões Permanentes;
- V - Comissões Temáticas.

§ 1º Ficam instituídas as seguintes Comissões Permanentes:

- a) Comissão de Políticas Públicas;
- b) Comissão de Orçamento e Finanças Públicas;
- c) Comissão de Articulação de Conselhos;
- d) Comissão de Comunicação Social;
- e) Comissão de Acompanhamento, Elaboração e Análise de Atos Normativos.

§ 2º Sempre que possível as deliberações do CMDPD serão subsidiadas pelas Comissões Temáticas de natureza Técnica.

§ 3º As Comissões Temáticas poderão ser assessoradas por profissionais de áreas afins, e convidados de notório saber, caso seus componentes julguem necessário para o desempenho de suas atribuições.

§ 4º As Comissões Permanentes e Temáticas serão compostas com no mínimo dois (2) e no máximo quatro (4) integrantes.

§ 5º Compete a cada comissão a escolha de seu coordenador dentre os seus membros.

§ 6º Os relatores das matérias a serem apreciadas nas Comissões serão indicados pelo Coordenador da respectiva Comissão, reservados os casos de impedimento, suspeição ou deliberação da maioria dos membros.

§ 7º A qualquer conselheiro(a) é facultado participar das reuniões de qualquer comissão, com direito a voz.

§ 8º As deliberações das comissões permanentes e temáticas só

terão validade após aprovadas ou referendadas pelo plenário.

CAPÍTULO IV - FUNCIONAMENTO E ATRIBUIÇÕES

Art. 7º - O CMDPD reunir-se-á todo mês em caráter ordinário e, extraordinariamente, por convocação do Presidente, ouvido o Plenário, ou por requerimento da maioria de seus membros, com o mínimo de dois dias de antecedência.

§ 1º As reuniões serão realizadas com a presença mínima de sete (7) membros para abertura, e quorum mínimo de metade mais um para deliberações, observado o disposto no caput.

§ 2º As reuniões serão públicas, salvo deliberação em contrário do Plenário ou quando se tratar de matéria sujeita a sigilo, na forma da legislação pertinente.

§ 3º O franqueamento da palavra é restrita aos Conselheiros(as) do CMDPD, salvo nas situações previstas neste Regimento.

§ 4º As comissões permanentes e provisórias reunir-se-ão extraordinariamente, mediante pedido fundamentado de seu coordenador.

Art. 8º - O público poderá se manifestar anteriormente à exposição do tema específico, desde que autorizado pelo Presidente e no prazo por este determinado, obedecidas as seguintes condições:

I - pedido de inscrição ao Presidente do Conselho;

II - após o exercício do direito de voz, a pessoa só poderá se manifestar para esclarecer questão de fato, desde que autorizado pelo Presidente;

Art. 9º - Exige-se dois terços (2/3) de membros efetivos para deliberar sobre alterações no Regimento Interno do CMDPD.

Art. 10º - As decisões do CMDPD serão formalizadas mediante resoluções, moções, pareceres e recomendações.

Art. 11 - Cabe ao Plenário deliberar sobre:

I - assuntos encaminhados à sua apreciação;

II - procedimentos necessários à efetiva implantação e implementação da Política Nacional para Integração da Pessoa Com Deficiência;

III - criação e dissolução de comissões temáticas, suas respectivas competências, composição, funcionamento e prazo de duração;

IV - solicitação aos órgãos da administração pública, às entidades privadas e aos Conselhos Setoriais, estudos ou pareceres sobre assuntos de interesse das pessoas com deficiência;

V - apreciação e aprovação do relatório anual do CMDPD e das deliberações das comissões; e

VI - solicitar às autoridades competentes a apuração de responsabilidades em decorrência de violação ou ofensa a interesses e direitos da pessoa com deficiência, quando for o caso.

§ 1º Os assuntos urgentes, não apreciados pelas Comissões, serão examinados pelo Plenário.

§ 2º As deliberações do Plenário deverão ser registradas por escrito.

Art. 12 - É facultado a qualquer Conselheiro(a) solicitar vista de matéria ainda não apreciada, no prazo fixado pelo Presidente, devendo, necessariamente, entrar na pauta da reunião seguinte.

Parágrafo único. Quando mais de um Conselheiro(a) solicitar vista de uma mesma matéria, o prazo deverá ser utilizado em comum.

Art. 13 - Na impossibilidade de comparecimento do Titular e de seu suplente à reunião do Conselho, deverão estes comunicarem o fato preferencialmente por escrito à secretária do CMDPD com antecedência de pelo menos dois (2) dias da data da reunião, salvo motivo de força maior.

§ 1º Por motivo de força maior, quando o prazo referido no caput não puder ser cumprido, o Conselheiro(a) deverá encaminhar justificativa por escrito à Presidência, seja pelo correio, protocolo ou

meio eletrônico, no prazo máximo de três (3) dias após o término da reunião.

§ 2º Todo material informativo encaminhado aos Conselheiros(as) Titulares deverá também ser de conhecimento dos Conselheiros(as) Suplentes.

§ 3º Somente terão direito a voto os Conselheiros(as) titulares e os suplentes no exercício da titularidade.

§ 4º Os Conselheiros(as) Suplentes do Conselho terão direito a voz e serão chamados a votar nos casos de vacância, impedimento, suspeição ou ausência do respectivo titular.

§ 5º Não se configura ausência o afastamento momentâneo do/a titular do recinto das sessões.

§ 6º. O Conselheiro(a) que faltar a três reuniões seguidas ou a cinco alternadas durante o ano, sem justificção, e não for regularmente substituído pelo seu suplente, perderá seu mandato junto ao Conselho, devendo o fato ser comunicado à sua secretaria de origem ou entidade representativa, para designação de outro conselheiro(a).

Art. 14 - As votações devem ser apuradas pela contagem de votos a favor, contra e abstenções, mediante manifestação expressa de cada Conselheiro(a).

§ 1º A votação de julgamento dos processos administrativos será nominal e o Conselheiro(a) habilitado a votar terá direito a um voto;

§ 2º A recontagem de votos deve ser realizada quando solicitada por um(a) ou mais Conselheiros(as).

Art. 15 - Os votos divergentes poderão ser expressos na ata da reunião, a pedido dos(as) Conselheiros(as) que os proferirem.

Art. 16 - As deliberações do CMDPD consubstanciadas em Resoluções serão publicadas em periódico de circulação municipal, até 10 (dez) dias úteis após a decisão.

Art. 17 - As matérias sujeitas à deliberação do Conselho deverão ser encaminhadas ao Presidente ou ao colegiado, por intermédio do Conselheiro(a) interessado.

Art. 18 - As reuniões do Conselho obedecerão aos seguintes procedimentos:

I - verificação de "quorum" para o início das atividades da reunião;

II - qualificação e habilitação dos Conselheiros(as) para a fins de votação;

III - aprovação da ata da reunião anterior;

IV - aprovação da pauta da reunião;

V - informes da Presidência, Comissões Permanentes, Temáticas e/ou Grupos de Trabalho;

VI - julgamento de processos administrativos;

VII - apresentação, discussão e votação de matérias constantes em pauta;

VIII - breves comunicados e franqueamento da palavra;

IX - encerramento.

§ 1º A deliberação das matérias sujeitas à votação obedecerá a seguinte ordem:

I - O Presidente concederá a palavra ao Conselheiro(a), que apresentará seu posicionamento;

II- Terminada a exposição, a matéria será posta em discussão, podendo haver apresentação de propostas supressivas, aditivas ou modificativas pelos Conselheiros(as)

III- Encerrada a discussão, realizar-se-á a votação.

§ 2º A leitura do parecer conclusivo do Conselheiro(a) Relator poderá ser dispensada, a critério do Colegiado, se, previamente, junto à convocação da reunião, houver sido distribuída cópia a todos os Conselheiros(as).

§ 3º O parecer do Conselheiro(a) Relator deverá ser constituído em relatório, contendo fundamentação dos motivos de fato e de direito, conclusão do voto e ementa.

§ 4º Os Conselheiros(as) que tenham participado de eventos representando o CMDPD deverão, através de breves comunicados, relatar sua participação ao Colegiado.

§ 5º O Conselho poderá convidar autoridades e profissionais de notório saber para, nas reuniões, subsidiar os conselheiros sobre temas e questões a serem deliberados.

Art. 19 - A pauta da reunião, proposta pelos Conselheiros(as), analisada pela Presidência e aceita pelos Conselheiros(as) será comunicada previamente a todos os Conselheiros(as) Titulares e Suplentes, com antecedência mínima de 3 (três) dias para as reuniões ordinárias, e de 1 (um) dia para as reuniões extraordinárias.

§ 1º Em casos de urgência ou de relevância, o Plenário do Conselho poderá alterar a pauta da reunião.

§ 2º Os assuntos não apreciados na reunião do Colegiado, a critério do Plenário, deverão ser incluídos na ordem do dia da reunião subsequente.

§ 3º A matéria que entrar na pauta de reunião deverá ser apreciada e votada, quando for o caso, no máximo em duas sessões subsequentes.

§ 4º Por solicitação do Presidente, do Coordenador de Comissão Permanente, Temática ou de qualquer Conselheiro(a), e mediante aprovação do Plenário, poderá ser incluída na Pauta do Dia matéria relevante que necessite de decisão urgente do Conselho.

Art. 20 - Em todas as reuniões será lavrada ata, sob a supervisão da Secretaria Executiva, com exposição sucinta dos trabalhos, conclusões e deliberações, devendo constar pelo menos:

I - relação dos participantes seguida do nome de cada membro com a menção da titularidade (titular ou suplente) e do órgão ou entidade que representa;

II - resumo de cada informe, onde conste de forma sucinta o nome do/a Conselheiro(a) e o assunto ou sugestão apresentada;

III - relação dos temas abordados na ordem do dia com indicação do(s) responsável(is) pela apresentação e a inclusão de alguma observação quando expressamente solicitada por Conselheiro(a);

e

IV - as deliberações tomadas, inclusive quanto à aprovação da ata da reunião anterior e aos temas a serem incluídos na pauta da reunião seguinte, registrando o número de votos contra, a favor e abstenções, incluindo votação nominal quando solicitada.

§ 1º O teor integral das matérias tratadas nas reuniões do Conselho estará disponível na Secretaria Executiva em cópia de documentos ou por meio digital.

§ 2º O 1º Secretário providenciará a remessa de cópia da ata de modo que cada Conselheiro(a) possa recebê-la, no mínimo, 7 (sete) dias antes da reunião em que será apreciada.

§ 3º As emendas e correções à ata serão entregues pelo(a) Conselheiro(a) ao 1º Secretário até o início da reunião que a apreciará.

Art. 21 - Ao Conselheiro(a) é facultado solicitar o reexame de qualquer resolução normativa, justificando possível ilegalidade, incorreção ou inadequação técnica.

Art. 22 - Ao interessado é facultado, até a reunião subsequente, em requerimento ao Presidente, solicitar a reconsideração de deliberação exarada em reunião anterior, justificando possível ilegalidade.

Art. 23 - À Presidência Ampliada, composta pelo Presidente e Vice-Presidente do CMDPD e, pelos Coordenadores das Comissões Permanentes, compete:

I - decidir acerca da pertinência e da relevância de eventos para os quais o Conselho é convidado, bem como autorizar Conselheiro(a) a representar o CMDPD nestes eventos, quando não houver possibilidade de se levar o assunto ao Plenário;

- II - dirimir conflitos de atribuições entre as Comissões Temáticas e/ou Grupos de Trabalho;
- III - discutir, preliminarmente, o planejamento estratégico do CMDPD, para posterior apreciação do Plenário; e
- IV - examinar e decidir outros assuntos de caráter emergencial.

Art. 24 - Ao Presidente incumbe dirigir, coordenar, supervisionar as atividades do Conselho, e, especificamente:

- I - Representar o CMDPD no município e fora dele, inclusive em juízo;
- II - convocar e presidir as reuniões do Plenário;
- III - coordenar o uso da palavra em plenário;
- IV - submeter à votação as matérias a serem decididas pelo Plenário;
- V - assinar as deliberações do Conselho e as atas relativas ao seu cumprimento;
- VI - submeter à apreciação do plenário o relatório anual do Conselho;
- VII - decidir as questões de ordem;
- VIII - cumprir e fazer cumprir as resoluções emanadas do Colegiado;
- IX - propor a criação e dissolução de Comissões Temáticas, conforme a necessidade;
- X - encaminhar, aos órgãos governamentais e não governamentais, estudos, pareceres ou decisões do Conselho, objetivando assegurar o pleno exercício dos direitos individuais homogêneos, coletivos e difusos das pessoas com deficiência.

Art. 25 - Ao 1º Secretário incumbe:

- I - Secretariar as reuniões do Conselho;
- II - Responsabilizar-se pelas atas das sessões e proceder a sua leitura;
- III - Substituir o Vice-Presidente nos seus impedimentos e o Presidente na falta de ambos, ou em caso de vacância até que o Conselho eleja novos titulares;
- IV - Encaminhar junto à Secretaria Executiva a execução das medidas aprovadas pela Assembleia;
- V - Examinar os processos a serem apreciados pela Assembleia dando cumprimento aos despachos proferidos;
- VI - Prestar, em Assembleia, as informações que lhe forem solicitadas pelo Presidente e pelos Conselheiros;
- VII - Elaborar, em conjunto com a Secretaria Executiva e Mesa Diretora a pauta das Assembleias;
- VIII - Orientar os trabalhos da Secretaria Executiva;
- IX - Assinar junto ao Presidente a documentação proveniente do Conselho.

Parágrafo Único. No caso de ausência do 1º Secretário, o 2º Secretário assumirá todas as funções do mesmo.

Art. 26 - Aos Conselheiros(as) incumbe:

- I - debater e votar a matéria em discussão;
- II - apreciar as atas das reuniões;
- III - solicitar informações, providências e esclarecimentos ao relator, às Comissões Permanentes e Temáticas, à mesa e ao órgão encarregado dos serviços de Secretaria Executiva;
- IV - solicitar reexame de resolução aprovada em reunião anterior, quando esta contiver imprecisões ou inadequações técnicas;
- V - apresentar relatórios e pareceres dentro dos prazos fixados;
- VI - participar de Comissões Permanentes e Temáticas com direito a voto;
- VII - executar atividades que lhes forem atribuídas pelo plenário;
- VIII - proferir declarações de voto e mencioná-las em ata, declarando suas posições contrárias por escrito;
- IX - apresentar questões de ordem na reunião;
- X - propor a criação e dissolução de Comissões Temáticas;
- XI - informar, justificadamente, à Secretaria Executiva do CMDPD,

a impossibilidade de comparecimento às reuniões na forma do disposto no Art. 14 e parágrafos.

XII - solicitar vista de matéria na forma do contido neste Regimento.

Parágrafo único. Os membros suplentes terão direito a voz nas sessões plenárias, somente tendo direito a voto quando em substituição ao titular.

Art. 27 - Cabe às comissões permanentes em caráter geral estudar, analisar, opinar e emitir parecer sobre matéria que lhe for atribuída e assessorar as reuniões plenárias nas áreas de suas competências, e, também propor a elaboração de estudos e pesquisas que objetivem a melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência.

Art. 28 - Será autuado pela Secretaria Executiva os requerimentos e encaminhamentos às comissões, indicando o nome dos interessados e a matéria a ser analisada.

Art. 29 - O Coordenador da comissão, após definir os pontos de pauta da reunião, distribuirá as matérias de sua competência após ouvir os conselheiro(a)s membros, observada distribuição igualitária.

§ 1º É vedado o julgamento de processos que não tenham sido publicados na pauta de julgamento, com exceção dos casos de urgência decididos pelo coordenador da comissão.

§ 2º O Conselheiro(a) Relator(a) dar-se-á por impedido, mediante comunicação ao Coordenador(a) da comissão, na hipótese de ocorrer uma das situações previstas no Código de Processo Civil de impedimento ou suspensão.

§ 3º O Conselheiro(a), por meio de justificativa ao Coordenador da comissão, poderá solicitar que seu suplente assumira a relatoria de processo administrativo que lhe fora distribuído.

§ 4º Os processos serão relacionados por assunto pela Secretaria Executiva conforme pauta de julgamento definida pela Coordenação da comissão.

Art. 30 - Recebido o processo, que estará instruído na forma dos artigos anteriores, o Conselheiro(a) Relator(a) o analisará lavrando parecer fundamentado e proferindo voto conclusivo na reunião seguinte após a sua distribuição.

§ 1º É facultado ao Conselheiro(a) Relator(a) baixar os processos em diligência, para esclarecimentos de dúvidas ou juntadas de documentos ou informações necessários à fundamentação do parecer.

§ 2º O Conselheiro(a) Relator(a) deverá encaminhar seu parecer, inclusive aquele proveniente de pedido de vista, até a data da reunião plenária na qual o processo será objeto de julgamento.

Art. 31 - Compete especificamente às seguintes comissões permanentes:

I - Comissão de Políticas Públicas:

a) Acompanhar o planejamento e avaliar a execução das políticas setoriais de acessibilidade, comunicação, educação, cultura, desporto e lazer, transporte, turismo, política urbana, habitação, qualificação profissional, previdência social, trabalho, emprego, saúde, reabilitação e reabilitação profissional, assistência social e outras afins;

b) Analisar mediante ao relatório da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas, o orçamento da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, sugerindo as modificações necessárias à consecução da Política MUNICIPAL para Inclusão da Pessoa com Deficiência;

c) Zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de defesa dos direitos da pessoa com deficiência;

d) apreciar e emitir parecer sobre o plano de ação anual do CMDPD, encaminhando ao Plenário para aprovação;

e) Analisar mediante ao relatório da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas, o desempenho dos programas e projetos da

Política Nacional para Inclusão da Pessoa com Deficiência;

- f) Representar o CMDPD em eventos e reuniões nas áreas de suas competências, por delegação do Presidente ou do plenário;
- g) Elaborar os atos normativos referente às matérias de sua competência com vistas à aprovação final pelo plenário;
- h) Propor a elaboração de estudos e pesquisas que objetivem a melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência.

II - Comissão de Orçamento e Finanças Públicas

- a) Acompanhar a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO em nível municipal, Propostas de Leis do Orçamento da União - LOA e do Plano Plurianual PPA, bem como a execução e a revisão da LOA, indicando as modificações necessárias à consecução dos objetivos da política formulada para a promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência.
- b) Acompanhar e avaliar a gestão e a execução do Plano Plurianual Municipal, em relação à Política Nacional para a Inclusão da Pessoa com Deficiência e as políticas setoriais conforme os dispositivos legais.
- c) Acompanhar e avaliar o desempenho do Plano Nacional de Ações Integradas na Área de Deficiência, previsto no art.56 do Decreto 3298, de 20 de dezembro de 1999.
- d) Acompanhar a elaboração, a execução e a revisão da proposta orçamentária do Governo Federal, seus ministérios e secretarias especiais, propondo as inserções necessárias à consecução das políticas nacional para inclusão da pessoa com deficiência.
- e) Promover a articulação com os Órgãos Centrais e Setoriais dos Sistemas Federais de Planejamento e Orçamento e de Administração Financeira, informando quanto às modificações necessárias à consecução dos objetivos da política formulada para a promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência.
- f) Propor a elaboração de estudos e pesquisas que objetivem a melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência.
- g) Elaborar os atos normativos referentes às matérias de sua competência com vistas à aprovação final pelo plenário;
- h) Representar o CMDPD em eventos e reuniões nas áreas de suas competências, por delegação do Presidente ou do Plenário.

III - Comissão de Comunicação Social:

- a) Estudar, analisar, opinar e emitir parecer sobre matéria que lhe for atribuída e assessorar as reuniões plenárias nas áreas de suas competências;
- b) Divulgar as ações do CMDPD junto às entidades nos diferentes Estados, mídia e a sociedade em geral;
- c) Coordenar a elaboração de boletins informativos;
- d) Zelar pela manutenção e permanente atualização da página do Conselho na internet;
- e) Sensibilizar e manter a comunidade informada quanto aos direitos das pessoas com deficiência;
- f) Zelar pelo uso adequado da imagem das pessoas com deficiência nos meios de comunicação;
- g) Zelar pela garantia da acessibilidade nos diferentes meios de comunicação;
- h) Propor e incentivar a realização de campanhas visando à prevenção de deficiências e à promoção dos direitos da pessoa com deficiência;
- i) Propor a elaboração de estudos e pesquisas que objetivem a melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência;
- j) Elaborar os atos normativos referentes às matérias de sua competência com vistas à aprovação final pelo plenário;
- k) Representar o CMDPD em eventos e reuniões nas áreas de suas competências, por delegação do Presidente ou do plenário.

IV - Comissão de Articulação de Conselhos:

- a) Estudar, analisar, opinar e emitir parecer sobre matéria que lhe for atribuída e assessorar as reuniões plenárias nas áreas de suas competências;
- b) Desenvolver ações que promovam a implantação e o fortalecimento dos Conselhos de Direitos das Pessoas com Deficiências no

âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

- c) Desenvolver ações que visem à articulação do CMDPD com os diferentes Conselhos de Direitos e de Políticas;
- d) Zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de defesa dos direitos da pessoa com deficiência;
- e) Acompanhar e apoiar as políticas e as ações do Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- f) Propor e Coordenar a realização do Encontro de Conselhos e da Conferência Nacional;
- g) Acompanhar as demandas de capacitação para Conselhos estaduais e Municipais;
- h) Elaborar os atos normativos referentes às matérias de sua competência com vistas à aprovação final pelo plenário;
- i) Propor a elaboração de estudos e pesquisas que objetivem a melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência;
- j) Representar o CMDPD em eventos e reuniões nas áreas de suas competências, por delegação do Presidente ou do plenário.

V - Comissão de Acompanhamento, Elaboração e Análise de Atos Normativos:

- a) Estudar, analisar, opinar e emitir parecer sobre matéria que lhe for atribuída e assessorar as reuniões plenárias nas áreas de suas competências;
- b) Analisar e emitir parecer acerca de projetos de lei de interesse da área das pessoas com deficiência em tramitação no Congresso Nacional;
- c) Propor a criação ou alteração de projetos de lei e normas para garantir os direitos das pessoas com deficiência;
- d) Elaborar os atos normativos referentes às matérias de sua competência com vistas à aprovação final pelo plenário;
- e) Emitir parecer nos casos de ameaça ou violação de direitos da Pessoa com Deficiência asseguradas nas leis e na Constituição Federal;
- f) Propor a elaboração de estudos e pesquisas que objetivem a melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência;
- g) Representar o CMDPD em eventos e reuniões nas áreas de suas competências, por delegação do Presidente ou do plenário.

CAPÍTULO V - SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 32 - Os serviços de Secretaria Executiva do CMDPD serão exercidos por representante da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 33 - À Secretaria Executiva incumbe:

- I - promover e praticar os atos de gestão administrativa necessários ao desempenho das atividades do CMDPD e dos órgãos integrantes de sua estrutura;
- II - cumprir as resoluções emanadas do Conselho;
- III - fornecer aos Conselheiros(as) os meios necessários para o exercício de suas funções;
- IV - enviar aos Conselheiros(as), com antecedência mínima de cinco dias, a pauta das reuniões ordinárias; exceto reuniões extraordinárias.
- V - dar ciência prévia aos Conselheiros(as) dos trabalhos das Comissões;
- VI - elaborar informações, notas técnicas, relatórios e exercer outras atribuições designadas pelo Presidente do CMDPD;
- VII - dar suporte técnico-operacional para o Conselho, com vistas a subsidiar as realizações das reuniões do Colegiado;
- VIII - dar suporte técnico-operacional às Comissões Permanentes, Temáticas e Grupos de Trabalho;
- IX - levantar e sistematizar as informações que permitam à Presidência e ao Colegiado adotar as decisões previstas em lei;
- X - executar outras competências que lhe sejam atribuídas.

CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 34 - O Presidente, com o fim de manter a ordem dos trabalhos poderá advertir ou determinar a retirada do recinto de pessoa estranha ao Colegiado que venha a perturbar o andamento da sessão, bem como advertir ou até cassar a palavra de orador que venha a usar de linguagem agressiva, inconveniente ou indecorosa.

Art. 35 - Os Conselheiros(as) do CMDPD não receberão qualquer remuneração por sua participação no Colegiado e seus serviços prestados serão considerados, para todos os efeitos, como de interesse público e relevante valor social.

§ 1º A Secretaria Executiva, a pedido do conselheiro(a) interessado, expedirá declaração de participação nas atividades do CMDPD para fins de comprovação junto à empresa, entidade ou órgão que o conselheiro(a) esteja vinculado.

§ 2º Para fins de comparecimento em eventos oficiais de representação do CMDPD o conselheiro(a) designado poderá ir munido de documento expedido pela Secretaria Executiva que declare tal condição.

Art. 36 - As despesas com o deslocamento e estada dos membros do CMDPD serão custeadas com recursos orçamentários da Secretaria Municipal da Assistência Social, conforme o descrito no Art. 12 da Lei n 4.903/09.

Art. 37 - O CMDPD, mediante resolução, organizará, com apoio da Secretaria Municipal de Assistência Social, de dois (2) em dois (2) anos, a Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Art. 38 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário.

Art. 39 - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO BERLANDA
Presidente do CMDPD

Salto Veloso

PREFEITURA

Decreto Municipal Nº. 93/2013

DECRETO Nº. 93/2013, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO DA ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 1.470/2013 de 13/12/2012;
Decreta:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 12.000,00 (Doze Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 4.032 - MANUT. DAS ATIV. CULTURAIS
Categoria Econômica: 3.3 - DESPESAS CORRENTES
Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 12.000,00
RED: 14
Fonte: 01.00.00000

Art. 2º. Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar

de que trata o artigo anterior, ficam parcialmente anuladas as dotações orçamentárias das seguintes programações de despesas:

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 4.032 - MANUT. DAS ATIV. CULTURAIS
Categoria Econômica: 3.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 5.000,00
RED: 11
Fonte: 01.00.00000

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 4.032 - MANUT. DAS ATIV. CULTURAIS
Categoria Econômica: 3.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 5.000,00
RED: 12
Fonte: 01.00.00000

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 4.032 - MANUT. DAS ATIV. CULTURAIS
Categoria Econômica: 3.5 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 2.000,00

RED: 13
Fonte: 01.00.00000

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 05 de Dezembro de 2013.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Decreto Municipal Nº. 94/2013

DECRETO Nº 094/2013, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE A COMISSÃO ESPECIAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação municipal aplicável:

DECRETA

Art. 1o. Fica através deste Decreto substituído o membro Paulo Hoffelder da Comissão Especial de Concurso Público nº 001/2013, nomeado pelo Decreto 0084/2013 pelo Sr. José Roberto Trevisol Bitencourt.

Art.2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 11 de dezembro de 2013.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

JOSÉ CARLOS ONEDA
Secretário de Administração e Finanças

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

Lei Municipal 1167/2013

LEI Nº 1167 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1093, de 12 de dezembro de 2012 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1093, de 12 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 156.838,66 (cento e cinquenta e seis mil oitocentos e trinta e oito reais e sessenta e seis centavos).

02.00 Gabinete do Prefeito Municipal

02.01 Administração Superior do Município

041220006.2.002000 Manutenção das Atividades de Administração Superior do Município

77 0100 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 15.045,00

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico

03.01 Depto de Administração

041220009.2.003000 Manutenção das Atividades do Depto de Administração

145 0100 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 9.890,00

04.00 Secretaria de Educação

04.01 Depto de Educação

123610018.2.008000 Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação

256 0100 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 13.540,00

04.00 Secretaria de Educação

04.01 Depto de Educação

123650018.2.013000 Manutenção de Creche

317 0100 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 5.810,00

04.00 Secretaria de Educação

04.02 Fundeb

123610018.2.010000 Manutenção das atividades de Ensino Fundamental - FUNDEB

335 0119 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 16.856,67

04.00 Secretaria de Educação

04.02 Fundeb

123610018.2.011000 Manutenção do Transporte Escolar - FUNDEB

348 0100 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 5.903,99

04.00 Secretaria de Educação

04.02 Fundeb

123650018.2.009000 Manutenção das Atividades de Educação Infantil

371 0100 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 7.795,00

06.00 Secretaria de Infraestrutura

06.01 Depto de Obras

267820040.2.032000 Manutenção das Atividades de estradas de rodagem

397 0100 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 16.300,00

06.00 Secretaria de Infraestrutura

06.02 Depto de Serviços Urbanos

154520040.2.033000 Manutenção das Atividades de serviços urbanos

427 0100 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 9.810,00

06.00 Secretaria de Infraestrutura

06.02 Depto de Serviços Urbanos

175120040.2.034000 Man. ampl. e adm. dos serviços de tratamento e distribuição de água potável

462 0100 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 2.910,00

10.00 Fundo Municipal de Assistência Social

10.01 Fundo Municipal de Assistência Social

082440028.2.028001 Centro de Referência Social - CRAS

662 0100 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 6.688,00

10.00 Fundo Municipal de Assistência Social

10.01 Fundo Municipal de Assistência Social

082440028.2.028002 Índice de Gestão Descentralizada - IGD

711 0152 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 4.180,00

10.00 Fundo Municipal de Assistência Social

10.01 Fundo Municipal de Assistência Social

082440028.2.028003 Assistência Social

717 0100 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 10.460,00

10.00 Fundo Municipal de Assistência Social

10.01 Fundo Municipal de Assistência Social

082440028.2.028003 Assistência Social

744 0152 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 4.450,00

10.00 Fundo Municipal de Assistência Social

10.01 Fundo Municipal de Assistência Social

082430028.2.030000 Manutenção das atividades do PETI

604 0100 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 3.300,00

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária

12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária

206060048.2.038000 Manutenção das Atividades do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária

766 0100 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 23.900,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º desta Lei, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 1019, de 09 de dezembro de 2011, no valor de R\$ 156.838,66 (cento e cinquenta e seis mil oitocentos e trinta e oito reais e sessenta e seis centavos), a seguir especificados:

01.00 Câmara Municipal de Vereadores

01.01 Câmara Municipal de Vereadores

010310001.2.001000 Manutenção das atividades do Poder Legislativo

67 0100 4.4.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 25.000,00

02.00 Gabinete do Prefeito Municipal

02.01 Administração Superior do Município

041220006.2.002000 Manutenção das atividades de Administração Superior do Município

81 0100 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 8.129,22

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico

03.01 Depto de Administração

041220009.2.003000 Manutenção das atividades do Depto de Administração

149 0100 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 10.000,00
 04.00 Secretaria de Educação
 04.01 Depto de Educação
 123060018.2.014000 Merenda escolar para ensino fundamental
 245 0100 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 11.827,83

04.00 Secretaria de Educação
 04.01 Depto de Educação
 123060018.2.015000 Merenda escolar educação infantil
 251 0100 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 2.194,09

04.00 Secretaria de Educação
 04.01 Depto de Educação
 123610018.2.008000 Manutenção das atividades da Secretaria de Educação
 259 0100 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 1.367,08

04.00 Secretaria de Educação
 04.01 Depto de Educação
 123610018.2.012000 Manutenção do Transporte Escolar
 289 0100 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 362,66

04.00 Secretaria de Educação
 04.01 Depto de Educação
 123650018.2.013000 Manutenção de Creche
 320 0100 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 3.345,62

04.00 Secretaria de Educação
 04.02 FUNDEB
 123650018.2.010000 Manutenção das atividades de Ensino Fundamental - FUNDEB
 338 0119 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 5.322,40

04.00 Secretaria de Educação
 04.02 FUNDEB
 123650018.2.011000 Manutenção do Transporte Escolar - FUNDEB
 362 0119 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 5,21

04.00 Secretaria de Educação
 04.02 FUNDEB
 123650018.2.009000 Manutenção das atividades de Educação Infantil
 377 0100 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 2.127,21

04.00 Secretaria de Educação
 04.02 FUNDEB
 123650018.2.009000 Manutenção das atividades de Educação Infantil
 386 0119 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 11.529,06

06.00 Secretaria de Infraestrutura
 06.01 Depto de Obras
 267820040.2.032000 Manutenção das atividades de estradas de rodagem
 400 0100 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 8.991,19

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico
 03.02 Depto de Fazenda
 041230009.2.004000 Manutenção das Atividades do Depto de Fazenda
 228 0100 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 7.289,02
 09.00 Fundo Municipal de Saúde
 09.01 Fundo Municipal de Saúde
 103010025.2.025004 Farmácia Básica
 500 0100 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 32.200,92

09.00 Fundo Municipal de Saúde
 09.01 Fundo Municipal de Saúde

103010025.2.025006 Rede Básica de Saúde
 515 0100 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 7.129,16

10.00 Fundo Municipal de Assistência Social
 10.01 Fundo Municipal de Assistência Social
 082430028.2.030000 Manutenção das atividades do PETI
 607 0100 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 119,90

10.00 Fundo Municipal de Assistência Social
 10.01 Fundo Municipal de Assistência Social
 082440028.2.028002 Índice de Gestão Descentralizada - IGD
 716 0152 4.4.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 4.180,00

10.00 Fundo Municipal de Assistência Social
 10.01 Fundo Municipal de Assistência Social
 082440028.2.028003 Assistência Social
 721 0100 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 5.557,30

10.00 Fundo Municipal de Assistência Social
 10.01 Fundo Municipal de Assistência Social
 082440028.2.028003 Assistência Social
 747 0152 4.4.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 2.858,00

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária
 12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária
 205110048.2.041000 Implantação e Manutenção de rede de distribuição de água nas comunidades do interior
 756 0100 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 198,00

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária
 12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária
 206060048.2.038000 Manutenção das atividades do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária
 770 0100 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 7.104,79

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,
 em 09 de Dezembro de 2013.
 JACOB GILMAR JUNGES
 Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI
 Secretário de Gestão e Des. Econômico.
 Matrícula nº 1157/6

Lei Municipal 1168/2013

LEI Nº 1168 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1093, de 12 de dezembro de 2012 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1093, de 12 de dezembro de 2012, por conta dos recursos de excesso arrecadação da Receita do FUNDEB, no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).
 2000.00.00.00.00 Receitas de Capital

2400.00.00.00.00 Transferências de Capital
1724.00.00.00.00 Transferências de Convênios
1724.01.00.00.00 Transferências de Recursos do FUNDEB
1724.01.01.00.00 Transferências de Recursos do FUNDEB
0118 - Transferências do FUNDEB - Magistério

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1093, de 12 de dezembro de 2012, até o valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

04.00 Secretaria de Educação

04.01 FUNDEB

123610018.2.010000 Manutenção das atividades de Ensino Fundamental - FUNDEB

332 0118 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 24.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 09 de Dezembro de 2013.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI

Secretário de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 1157/6

Lei Municipal 1169/2013

LEI Nº 1169 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1093, de 12 de Dezembro de 2012 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1093, de 12 de Dezembro de 2012, por conta dos recursos de alienação de bens no valor de R\$ 2.852,68 (dois mil oitocentos e cinquenta e dois reais e sessenta e oito centavos).

2000.00.00.00.00 Receitas de Capital

2200.00.00.00.00 Alienação de Bens

2210.00.00.00.00 Alienação de Bens Móveis

0189 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1093, de 12 de Dezembro de 2012, até o valor de R\$ 2.852,68 (dois mil oitocentos e cinquenta e dois reais e sessenta e oito centavos) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária

12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária

206060048.1.020000 Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários

974 0189 4.4.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 2.852,68

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 09 de Dezembro de 2013.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI

Secretário de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 1157/6

Lei Municipal 1170/2013

LEI Nº 1170 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito suplementar, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1093, de 12 de Dezembro de 2012 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1093, de 12 de Dezembro de 2012, por conta dos recursos de alienação de bens no valor de R\$ 2.852,68 (dois mil oitocentos e cinquenta e dois reais e sessenta e oito centavos).

2000.00.00.00.00 Receitas de Capital

2200.00.00.00.00 Alienação de Bens

2210.00.00.00.00 Alienação de Bens Móveis

0189 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1093, de 12 de Dezembro de 2012, até o valor de R\$ 2.852,68 (dois mil oitocentos e cinquenta e dois reais e sessenta e oito centavos) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

10.00 Fundo Municipal de Assistência Social

10.01 Fundo Municipal de Assistência Social

082440028.2.028003 Assistência Social

1016 0189 4.4.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 2.852,68

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 09 de Dezembro de 2013.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI

Secretário de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 1157/6

Lei Municipal 1171/2013

LEI Nº 1171 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1093, de 12 de

Dezembro de 2012 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1093, de 12 de Dezembro de 2012, por conta dos recursos de alienação de bens no valor de R\$ 17.067,07 (dezesete mil sessenta e sete reais e sete centavos).

2000.00.00.00.00 Receitas de Capital
2500.00.00.00.00 Outras Receitas de Capital
2590.00.00.00.00 Outras Receitas
0100 - Recursos Próprios

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1093, de 12 de Dezembro de 2012, até o valor de R\$ 17.067,07 (dezesete mil sessenta e sete reais e sete centavos) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

11.00 Fundo Municipal da Infância e Adolescência
11.01 Fundo Municipal da Infância e Adolescência
082430028.2.049000 Manutenção das atividades do FIA
0100 4.4.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 17.067,07

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 09 de Dezembro de 2013.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI
Secretário de Gestão e Des. Econômico.
Matricula nº 1157/6

Lei Municipal 1172/2013

LEI Nº 1172 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1093, de 12 de Dezembro de 2012 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1093, de 12 de Dezembro de 2012, por conta dos recursos de alienação de bens no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais).

2000.00.00.00.00 Receitas de Capital
2200.00.00.00.00 Alienação de Bens
2210.00.00.00.00 Alienação de Bens Móveis
0189 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a

abrir crédito adicional especial, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1093, de 12 de Dezembro de 2012, até o valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

11.00 Fundo Municipal da Infância e Adolescência
11.00 Fundo Municipal da Infância e Adolescência
082430028.2.049000 Manutenção das atividades do FIA
0189 4.4.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 11.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 09 de Dezembro de 2013.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI
Secretário de Gestão e Des. Econômico.
Matricula nº 1157/6

Lei Municipal 1173/2013

LEI Nº 1173 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1093, de 12 de dezembro de 2012 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1093, de 12 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico
03.01 Depto de Administração
041220009.2.003000 Manutenção das Atividades do Depto de Administração
145 0100 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 500,00

04.00 Secretaria de Educação
04.02 Fundeb
123610018.2.011000 Manutenção do Transporte Escolar - FUNDEB
348 0100 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 1.000,00

10.00 Fundo Municipal de Assistência Social
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social
082440028.2.028001 Centro de Referência Social - CRAS
662 0100 3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 500,00

10.00 Fundo Municipal de Assistência Social
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social
082430028.2.048000 Manutenção das atividades do Conselho Tutelar
653 0152 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 1.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º desta Lei, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 1093, de 12 de dezembro de 2012, no

valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), a seguir especificados:

10.00 Fundo Municipal de Assistência Social
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social
082440028.2.028003 Assistência Social
721 0100 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 3.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,
em 09 de Dezembro de 2013.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI
Secretário de Gestão e Des. Econômico.
Matricula nº 1157/6

Lei Municipal 1174/2013

LEI Nº 1174 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013.

Cria a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COM-PDEC, do Município de Santa Terezinha do Progresso e dá outras providências

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente LEI:

Art. 1º. - Fica criada a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC do Município de Santa Terezinha do Progresso, estado de Santa Catarina, diretamente subordinada ao Prefeito ou ao seu eventual substituto, com a finalidade de coordenar, em nível municipal, todas as ações de defesa civil, nos períodos de normalidade e anormalidade.

Art. 2º - Para as finalidades desta Lei denomina-se:

I. Defesa Civil: o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistencial e reconstrutivas, destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social.

II. Desastre: o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais;

III. Situação de Emergência: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando danos superáveis pela comunidade afetada.

IV. Estado de Calamidade Pública: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.

Art. 3º - A COMPDEC manterá com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais estreito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à defesa civil.

Art. 4º - A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC constitui órgão integrante do Sistema Nacional de Defesa Civil.

Art. 5º - A COMPDEC compor-se-á de:

- I. Coordenador
- II. Conselho Municipal
- III. Secretaria

IV. Setor Técnico

V. Setor Operativo

Art. 6º - O Coordenador da COMPDEC será indicado pelo Chefe do Executivo Municipal e compete ao mesmo organizar as atividades de defesa civil no município.

Art. 7º - Poderão constar dos currículos escolares nos estabelecimentos municipais de ensino, noções gerais sobre procedimentos de Defesa Civil.

Art. 8º - O Conselho Municipal será composto pelo Presidente e demais representações descritas a seguir:

a)- do Poder Público:

- Representante da Secretaria Municipal de Agricultura;
- Representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- Representante da Epagri;
- Representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura;
- Representante da Corpo de Bombeiros
- Representante da Câmara Municipal de Vereadores;

b) - da Sociedade Civil:

- Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
- Representante de Associações Comunitárias;
- Representante de Clubes de Serviços;

Art. 9º - Os servidores públicos designados para colaborar nas ações emergenciais exercerão essas atividades sem prejuízos das funções que ocupam, e não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

Parágrafo Único - A colaboração referida neste artigo será considerada prestação de serviço relevante e constará dos assentamentos dos respectivos servidores.

Art. 10 - A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo Municipal, no prazo de 60 (sessenta) dias a partir de sua publicação.

Art. 11 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário especialmente a Lei 1142/2013 de 26 de Setembro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,
em 09 de Dezembro de 2013.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI
Secretário de Gestão e Des. Econômico.
Matricula nº 1157/6

Lei Municipal 1175/2013

LEI Nº 1175 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013.

CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO - FUNMDEC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente LEI:

Art. 1º Fica criado o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município de Santa Terezinha do Progresso - FUNMDEC, vinculado ao Gabinete do Prefeito o qual será administrado por um Conselho Gestor.

Art. 2º Fica instituído o Conselho Gestor, que será composto por 05 membros, sendo o presidente indicado pelo Chefe do Poder Executivo e os demais escolhidos dentre os membros que compõem a Comissão Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC.
Parágrafo Único - Os membros do Conselho Gestor não serão remunerados a qualquer título, sendo, entretanto, as atividades desenvolvidas consideradas como serviços públicos relevantes.

Art. 3º O FUNMDEC tem por finalidade captar, controlar e aplicar recursos financeiros, de modo a garantir a execução de ações preventivas, de socorro e de assistência emergencial às populações atingidas por desastres.

Art. 4º Compete ao órgão gestor do FUNMDEC:

- I - administrar recursos financeiros;
- II - cumprir as instruções e executar as diretrizes estabelecidas pela COMPDEC;
- III - prestar contas da gestão financeira;
- IV - desenvolver outras atividades atribuídas pelo Chefe do Executivo e que sejam compatíveis com os objetivos do FUNMDEC.

Art. 5º Constitui receita do FUNMDEC:

- I - as dotações orçamentárias consignadas anualmente no Orçamento Geral do Município, e os créditos adicionais que lhe forem atribuídos;
- II - os recursos transferidos da União, Estado ou Município;
- III - os auxílios, doações, subvenções e contribuições de entidades públicas ou privadas, nacional ou estrangeiras, destinados a prevenção de desastres, socorro, assistencial e reconstrução;
- IV - os recursos provenientes de dotação e contribuições de pessoas físicas e jurídicas;
- V - a remuneração decorrente de aplicação no mercado financeiro;
- VI - os saldos dos créditos extraordinários e especiais, aberto em decorrência de calamidade pública, não aplicados e ainda disponíveis;
- VII - outros recursos que lhe forem atribuídos.

Parágrafo Único - Os recursos do FUNMDEC serão movimentados em conta corrente específica aberta junto a Banco oficial, sediado no Município de Santa Terezinha do Progresso.

Art. 6º Compete a COMPDEC, além de supervisionar e fiscalizar os recursos empregados pelo FUNMDEC:

- I - fixar as diretrizes operacionais do FUNMDEC;
- II - ditar normas e instruções complementares disciplinadoras da aplicação dos recursos financeiros disponíveis;
- III - sugerir o plano de aplicação para o exercício seguinte;
- IV - disciplinar e fiscalizar o ingresso de receitas;
- V - decidir sobre a aplicação dos recursos;
- VI - analisar e aprovar mensalmente as contas do FUNMDEC;
- VII - promover o desenvolvimento do FUNMDEC e exercer ações para que seus objetivos sejam alcançados;
- VIII - apresentar, anualmente, relatório de suas atividades;
- IX - definir critérios para aplicação de recursos nas ações preventivas.

Art. 7º O FUNMDEC será implementado em 2014 e suas dotações orçamentárias consignadas anualmente no orçamento geral do Município.

Art. 8º O Poder Executivo no prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta Lei, regulamentará por Decreto o funcionamento do FUNMDEC.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 09 de Dezembro de 2013.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI

Secretário de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 1157/6

Lei Municipal 1176/2013

LEI Nº 1176 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente, do Fundo Municipal de Saúde constante da Lei n. 1093, de 12 de Dezembro de 2012 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, de que trata a Lei n. 1093, de 12 de Dezembro de 2012, por conta dos recursos do Programa de Requalificação da UBS - Construção, no valor de R\$ 59.840,00 (cinquenta e nove mil oitocentos e quarenta reais).

2000.00.00.00.00 Receitas de Capital

2400.00.00.00.00 Transferências de Capital

2470.00.00.00.00 Transferências de Convênios

2471.00.00.00.00 Transferências de Convênios da União

2471.01.00.00.00 Transferência de Convênio da União para o Sistema Único de Saúde - SUS

0171 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, de que trata a Lei n. 1093, de 12 de Dezembro de 2012, até o valor de R\$ 59.840,00 (cinquenta e nove mil oitocentos e quarenta reais) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

09.00 Fundo Municipal de Saúde

09.01 Fundo Municipal de Saúde

103010025.2.027000 Ampliação, reforma e melhoria da unidade de saúde

0171 4.4.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 59.840,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 09 de Dezembro de 2013.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI

Secretário de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 1157/6

Lei Municipal 1177/2013

LEI Nº 1177 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial, por superávit financeiro do exercício anterior, no orçamento vigente, do Fundo Municipal de Saúde constante da Lei n. 1093,

de 12 de Dezembro de 2012 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial, por conta dos recursos do superávit financeiro do exercício de 2012 por fonte de recursos, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1093, de 12 de dezembro de 2012, no valor de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

09.00 Fundo Municipal de Saúde
09.01 Fundo Municipal de Saúde
103010025.2.027000 Ampliação, reforma e melhoria da unidade de saúde
0171 4.4.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 15.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional especial no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) de que trata o artigo 1º desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos do superávit financeiro, por fonte de recursos, verificado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2012.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 09 de Dezembro de 2013.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI
Secretário de Gestão e Des. Econômico.
Matricula nº 1157/6

Lei Municipal 1178/2013

LEI Nº 1178 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente, do Fundo Municipal de Saúde, constante da Lei n. 1093, de 12 de Dezembro de 2012 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, de que trata a Lei n. 1093, de 12 de Dezembro de 2012, por conta dos recursos de alienação de bens no valor de R\$ 8.082,26 (oito mil oitenta e dois reais e vinte e seis centavos).

2000.00.00.00.00 Receitas de Capital
2200.00.00.00.00 Alienação de Bens
2210.00.00.00.00 Alienação de Bens Móveis
0189 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, de que trata a Lei n. 1093, de 12 de Dezembro de 2012, até o valor

de R\$ 8.082,26 (oito mil e oitenta e dois reais e vinte e seis centavos) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

09.00 Fundo Municipal de Saúde
09.01 Fundo Municipal de Saúde
103010025.2.027000 Ampliação, reforma e melhoria da unidade de saúde
0189 4.4.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 8.082,26

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 09 de Dezembro de 2013.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI
Secretário de Gestão e Des. Econômico.
Matricula nº 1157/6

São Bento do Sul

PREFEITURA

Decreto Nº 385/2013

DECRETO Nº 385, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013

ALTERA DECRETO Nº 306 DE 30 DE SETEMBRO DE 2013 QUE DISPÕE SOBRE A LIMITAÇÃO DE DESPESA DO ORÇAMENTO MUNICIPAL 2013, CONSTANTES DA LEI MUNICIPAL Nº 3.106, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI, DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o art. 1º do Decreto nº 306 de 30 de setembro de 2013 na forma que segue:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de São Bento do Sul

Órgão: 12 Encargos Gerais Municipais

Unidade: 01 Encargos Gerais do Município

Atividade: 0.050

Contribuição ao PASEP

(411) 33.90.47 Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 60.000,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul/SC, 10 de dezembro de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Editais de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1776/2013 e 1777/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1776/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AIH2256	54591816E	6920/0	09/09/2013	R\$ 127,69	233
APA1344	54591835E	6920/0	12/09/2013	R\$ 127,69	233
BZC2875	54591813E	6920/0	09/09/2013	R\$ 127,69	233
CXJ7339	54591814E	6920/0	09/09/2013	R\$ 127,69	233
LYQ2387	54593359E	6599/2	02/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYQ2387	54593360E	5010/0	02/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
LYQ2387	54593361E	5118/0	02/08/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LYQ2387	54593362E	6726/1	02/08/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
LYQ2387	54593363E	6556/1	02/08/2013	R\$ 191,53	230 * I
LYQ2387	54593364E	6556/4	02/08/2013	R\$ 191,53	230 * I
LYQ2387	54593365E	6963/0	02/08/2013	R\$ 127,69	237
MAR8584	54592589E	6599/2	17/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAR8584	54592592E	5045/0	17/09/2013	R\$ 191,53	162 * V
MAR8584	54592593E	5142/0	17/09/2013	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
MBK2210	54593288E	5118/0	23/08/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MEN5130	54593303E	6920/0	02/08/2013	R\$ 127,69	233
MLC1819	54593002E	6920/0	23/08/2013	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 9 DE DEZEMBRO DE 2013

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO REGIONAL



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1777/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CBW7496	55513255D	5185/1	17/09/2013	R\$ 127,69	167
CBW7496	55513256D	6130/0	17/09/2013	R\$ 191,53	214 * II
DCK9740	55513069D	5568/0	09/09/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
HLE8350	55513274D	5541/2	04/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
HWP0916	55724549D	7366/2	11/09/2013	R\$ 85,12	252 * VI
IAZ9913	55512801D	5568/0	10/08/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MAP2243	55513266D	5452/1	21/09/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MDN3050	55512820D	5746/1	24/08/2013	R\$ 85,12	187 * I
MER6750	55513205D	5746/1	13/09/2013	R\$ 85,12	187 * I
MGP7651	55513262D	5541/1	20/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHD0808	55512194D	5207/0	06/08/2013	R\$ 53,20	169
MHH8104	55512988D	5541/2	06/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIA1885	55724548D	5185/1	11/09/2013	R\$ 127,69	167
MIU7402	55513208D	5541/4	04/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 9 DE DEZEMBRO DE 2013

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

Editais de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1774/2013 e 1775/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 124 1774/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHE8473	54592470E	6599/2	29/10/2013	230 * V
AHE8473	54592471E	5045/0	29/10/2013	162 * V
AHE8473	54592472E	6912/0	29/10/2013	232
AJR9278	54597726E	6920/0	11/11/2013	233
ANR5325	54592451E	6912/0	23/10/2013	232
MJX3836	54857235C	6599/2	19/10/2013	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 9 DE DEZEMBRO DE 2013

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO REGIONAL



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 124 1775/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CSP9313	54597515E	5185/1	11/11/2013	167
MBH0395	55723242D	5738/0	25/10/2013	186 * II
MCE6486	55513605D	5541/2	01/11/2013	181 * XVII
MEN9690	55513245D	5541/4	19/10/2013	181 * XVII
MHF4688	55512770D	5541/2	31/10/2013	181 * XVII
MJA1750	55513183D	5568/0	25/10/2013	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 9 DE DEZEMBRO DE 2013

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 492 849/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 492 849/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADG1923	8492054297	7455/0	28/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
AER7087	8492055221	7455/0	31/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
AIP7992	8492055513	5673/2	05/09/2013	R\$ 85,12	183
AKZ2561	8492056153	7455/0	30/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
AMU4160	8492055538	6050/3	10/09/2013	R\$ 191,53	208
AMX3118	8492055560	7455/0	05/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
ANM1921	8492055539	5673/2	06/09/2013	R\$ 85,12	183
ARD9890	8492055393	7471/0	30/08/2013	R\$ 574,61	218 * III
ATT9300	8492055439	5673/2	07/09/2013	R\$ 85,12	183
BBX1011	8492054209	7455/0	26/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
BLS1700	8492054183	7455/0	26/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
CJX2857	8492055535	6050/3	07/09/2013	R\$ 191,53	208
CLD8229	8492055506	7455/0	07/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
CNW3476	8492055436	7455/0	07/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
CTJ7058	8492055477	7455/0	07/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
DEV0432	8492054172	7463/0	27/07/2013	R\$ 127,69	218 * II
ERM0241	8492055447	7455/0	08/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
IMH9674	8492055555	7455/0	08/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
IMT5445	8492055562	7455/0	06/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXU7960	8492055504	6050/3	07/09/2013	R\$ 191,53	208
LYC4848	8492055587	7455/0	08/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYL7777	8492055655	7455/0	07/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYZ4098	8492054876	7463/0	18/08/2013	R\$ 127,69	218 * II
LZD6951	8492055647	7455/0	08/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
LZS1793	8492055545	7455/0	08/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCB7420	8492055618	7455/0	08/09/2013	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDA1256	8492055597	7455/0	07/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDG4480	8492055470	7455/0	08/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDI9195	8492056164	5673/2	29/09/2013	R\$ 85,12	183
MDJ2155	8492055855	7455/0	14/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDO9337	8492054837	5673/2	18/08/2013	R\$ 85,12	183
MFP3398	8492055649	7455/0	09/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGF3911	8492055185	7455/0	26/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHY4112	8492055483	7455/0	04/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIB0843	8492055432	5673/2	05/09/2013	R\$ 85,12	183
MIN6258	8492055607	7455/0	05/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIX9997	8492055438	5673/2	07/09/2013	R\$ 85,12	183
MJB8169	8492055628	7455/0	06/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJW7476	8492053924	6050/3	18/07/2013	R\$ 191,53	208
MKD6902	8492056177	7455/0	26/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MMA8963	8492055466	7455/0	10/09/2013	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 9 DE DEZEMBRO DE 2013

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 492 848/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 492 848/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHH0371	8492057410	6050/3	11/11/2013	208
AJY5869	8492057485	7455/0	09/11/2013	218 * I
AKM9840	8492056866	7455/0	17/10/2013	218 * I
ANU5732	8492056947	7455/0	20/10/2013	218 * I
BGU4474	8492056941	7455/0	18/10/2013	218 * I
DST9195	8492057146	6050/3	02/11/2013	208
LXL1762	8492057490	7455/0	09/11/2013	218 * I
LYB9528	8492056959	6050/3	24/10/2013	208
LZH7188	8492056909	7455/0	22/10/2013	218 * I
LZL5183	8492057366	6050/3	12/11/2013	208
MBU5660	8492057494	7455/0	11/11/2013	218 * I
MCI2473	8492057480	7455/0	10/11/2013	218 * I
MCN5484	8492057463	7455/0	11/11/2013	218 * I
MCP1008	8492057419	7455/0	10/11/2013	218 * I
MCZ2103	8492056818	7455/0	19/10/2013	218 * I
MDK5459	8492057469	7455/0	10/11/2013	218 * I
MEH6581	8492057571	7455/0	14/11/2013	218 * I
MEN4979	8492056781	7455/0	19/10/2013	218 * I
MEN4979	8492056841	5673/2	21/10/2013	183
MGK1563	8492057493	7455/0	10/11/2013	218 * I
MGP7306	8492057472	7455/0	11/11/2013	218 * I
MHB8322	8492056876	7463/0	17/10/2013	218 * II
MIW9838	8492057484	7455/0	09/11/2013	218 * I
MIX0611	8492057345	7455/0	10/11/2013	218 * I
MJO7659	8492057367	7455/0	12/11/2013	218 * I
MKC7489	8492056945	7455/0	17/10/2013	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKD6598	8492056915	7455/0	22/10/2013	218 * I
MKK2022	8492057515	7463/0	11/11/2013	218 * II
MKN5786	8492056896	7455/0	19/10/2013	218 * I
MKV6117	8492056940	7455/0	18/10/2013	218 * I
MMH0523	8492056779	6050/3	18/10/2013	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 9 DE DEZEMBRO DE 2013

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

São Domingos

PREFEITURA

Dados e Texto de Convênio/Termo de Doação:

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2013

NÚMERO: PREFE 017/2013, de 06 de dezembro de 2013 (Termo de Doação com encargos)

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 06/11/2013

DESCRIÇÃO: O presente Convênio/Termo de Doação com encargos PAC 2 MDA, tem por objeto a Doação com encargos de 01 (uma) máquina tipo Motoniveladora para a utilização em obras de interesse social para a promoção da agricultura familiar e reforma agrária, em especial a recuperação de estradas vicinais e em obras de captação e armazenamento de água garantindo o abastecimento à população, no município de São Domingos, nos Termos da Portaria MDA nº 43, de 15 de junho de 2012 e Portaria SECEX MDA nº 44, de 03 de junho de 2013.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: VINICIUS AUGUSTO ANDRIOLI OAB/SC N. 29.784-B

CONCEDENTE: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA

CNPJ: 01.612.452.0001-97

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08

Portaria Nº 1527, de 04 de Dezembro de 2013.

Designa servidora pública municipal, como responsável para elaborar e assinar os PPPs (Perfis Profissiográficos Previdenciários).

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica do Município; e:

Considerando que o Município deverá elaborar o PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário), das atividades de todos os cargos, com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho. Considerando que a servidora Odila Giroto Elger é responsável pelo setor de Pessoal do Município de São Domingos, designada através da portaria nº 654 de 22/04/2009;

Considerando os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência, bem como o interesse público envolvido;

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada a servidora pública municipal Odila Giroto Elger, ocupante do cargo público de Assistente Financeiro, como responsável pela elaboração e assinatura dos PPPs (Perfis Profissiográficos Previdenciários) do Município de São Domingos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 04 de dezembro de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Dados e Texto de Convênio

MÊS/ANO: Novembro/2013

NÚMERO DO CONVÊNIO: Prefe 016/2013 de 25/11/2013 (Convênio Nº 788173/2013)

DATA VIGÊNCIA DO CONVÊNIO: 25/11/2013

VALOR R\$. 100.000,00

DESCRIÇÃO: Este convênio tem por objetivo a estruturação da Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas pra mulheres e implantação do Programa de Formação de Promotoras Legais Populares - PLPs em São Domingos (SC).

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC N. 29.784-B

CONCEDENTE: Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres CNPJ: 05.510.958/0001-46

CONVENIENTE: Município de São Domingos - SC

CNPJ: 83.009.894/0001-08

DATA VENCIMENTO: 21/05/2015

São João do Sul

PREFEITURA

Lei Nº 1.708 de 11 de Dezembro de 2013.

LEI Nº 1.708 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ADERIR AO PROGRAMA MAIS MÉDICOS, A CONCESSÃO DE AUXÍLIO MORADIA E ALIMENTAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Esta Lei autoriza o Poder Executivo a aderir ao Programa Mais Médicos, instituído pela Medida Provisória nº 621, de 08 de julho de 2013, convertida na Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo municipal, autorizado a conceder auxílio moradia e auxílio alimentação aos médicos participantes do Programa Mais Médicos, estendido a este Município pela presente lei.

§ 1º- O auxílio moradia e o auxílio alimentação serão pagos em pecúnia a cada médico participante do Programa Mais Médicos, e atuante neste Município, nos seguintes valores mensais:

I - Auxílio moradia, no valor mensal de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais); e

II - Auxílio alimentação, no valor mensal de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

§ 2º- Os valores previstos no § 1º deste artigo serão automaticamente revistos anualmente na mesma data e índice da revisão geral dos servidores municipais, não podendo ultrapassar o valor máximo estabelecido na Portaria Interministerial nº 1.369, de 8 de julho de 2013 e pelo manual orientador do Distrito Federal e dos municípios do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

Art. 3º - O auxílio moradia e o auxílio alimentação de que trata esta Lei, terá caráter indenizatório e não será:

I - incorporado ao vencimento, remuneração ou vantagens recebidas pelo profissional;

II - configurado como rendimento tributável e nem sofrerá incidência de contribuição para a Previdência Social; e

III - caracterizado como salário-utilidade ou prestação salarial in natura.

Art. 4º - Cabe a Secretaria Municipal de Saúde a análise para a concessão ou revogação do auxílio moradia e o auxílio alimentação de que trata a presente LEI.

Art. 5º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, em 11 de dezembro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração

Lei Nº 1.709 de 11 de Dezembro de 2013

LEI Nº 1.709 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Institui o Programa de Estágio Supervisionado no âmbito da administração direta e indireta do Município de São João do Sul e dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Estágio Supervisionado, objetivando a concessão de estágio curricular aos estudantes, com idade igual ou superior a 16 (dezesesseis) anos e que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos, entendendo-se como estágio o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa a preparação para o trabalho produtivo do estudante.

Art. 2º - O Estágio Supervisionado não caracteriza vínculo empregatício de qualquer natureza, não sendo devidos encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, observados os seguintes requisitos: I - matrícula e frequência regular do estagiário em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;

II - celebração de Termo de Compromisso entre o estagiário, devidamente assistido nos casos previstos em Lei, o Município e a instituição de ensino;

Art. 3º - Para a contratação do estágio o aluno deverá estar devidamente matriculado e em frequência regular, e apresentar no ato da celebração do Termo de Compromisso, declaração da instituição de ensino competente, cópia do RG, CPF e comprovante de residência.

Parágrafo Único: Compete à Prefeitura Municipal de São João do Sul:

I - celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;

II - ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

III - indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

IV - contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso;

V - por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

VI - manter a disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

VII - enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 06 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

Art. 4º - A contratação do estagiário deverá seguir os procedimentos legais contidos no Termo de Compromisso de Estágio, firmado entre o educando e seu assistente legal, o Município de São João do Sul, a Instituição de Ensino e, opcionalmente o Agente de Integração.

Art. 5º - O município poderá contratar o número de estagiários em até 20% (vinte por cento) sobre o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal, acrescido do pessoal terceirizado, quando houver.

Art. 6º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar convênio com agentes de integração públicos ou privados para auxiliar no processo de contratação e aperfeiçoamento do estagiário, mediante condições acordados em instrumento jurídico apropriado.

§1º - O Agente de Integração será obrigatoriamente entidade de assistência social, sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública estadual e federal e, localizar-se com escritório filial na região, com estrutura para atendimento presencial quando necessário.

§2º - No caso de contratação de agentes de integração, este atuará como auxiliar no processo de aperfeiçoamento do estagiário, identificando junto com a administração pública as oportunidades, ajustando suas condições de realização, fazendo o acompanhamento administrativo, encaminhando negociação de seguros contra acidentes pessoais e cadastrando os estudantes interessados na realização dos estágios.

Art. 7º - O prazo de duração do estágio será de até no máximo (dois) anos, para o mesmo concedente, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Art. 8º - O estagiário receberá a título de remuneração uma bolsa-estágio, pelo período de concessão do estágio não obrigatório.

Art. 9º - A jornada de atividades de estágio será definida de comum acordo entre as partes envolvidas e deverá constar do termo de compromisso e ser compatível com as atividades escolares, com as seguintes limitações e a ser paga mensalmente até o 5º dia útil de cada mês, com os valores definidos a seguir:

I - O valor da Bolsa-estágio a estudantes de Ensino Superior corresponderá ao valor do menor piso de vencimento do Município, por 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais; II - O valor da Bolsa-estágio a estudantes de Ensino Superior corresponderá a 80% (oitenta por cento) do valor do menor piso de vencimento do Município, por 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais;

III - O valor da Bolsa-estágio a estudantes de Ensino Pós-Médio/ Profissionalizante corresponderá a 80% (oitenta por cento) do valor do menor piso de vencimento do Município, por 6 (quatro) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais;

IV - O valor da Bolsa-estágio a estudantes de Ensino Pós-Médio/ Profissionalizante corresponderá a 60% (sessenta por cento) do valor do menor piso de vencimento do Município por 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

§1º - A remuneração da bolsa-estágio pressupõe o cumprimento das atividades previstas no Termo de Compromisso do Estágio, sendo que as ausências não justificadas serão descontadas, podendo gerar, inclusive, a rescisão antecipada do Termo de Compromisso.

Art.10 - A jornada de atividades de estágio será definida de comum acordo entre as partes envolvidas e deverá constar do Termo de Compromisso e ser compatível com as atividades escolares, com as seguintes limitações:

I - 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, para estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental na modalidade profissional da educação de jovens e adultos;

II - 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

Art. 11 - É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 01 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

§ 1º - Os dias de recesso previstos no caput deste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de estágio com duração inferior a 01 (um) ano.

Art. 12 - O Termo de Compromisso de estágio poderá ser rescindido antecipadamente da seguinte forma:

a) Por parte do Município a qualquer tempo e sem nenhum ônus, devendo, contudo, notificar o estagiário acerca da rescisão com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, sob pena de indenização correspondente a 01 (uma) da remuneração da bolsa-estágio;

b) Por parte do Estagiário a qualquer tempo, devendo notificar o Município acerca da rescisão com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias, sob pena de indenização correspondente a 1 (uma) da remuneração da bolsa-estágio;

Art. 13 - Aplicam-se ao Programa de Estágio Supervisionado as demais disposições da Lei Federal n.º 11.788/2008.

Art. 14 - A presente Lei poderá ser regulamentada por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 15 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei Municipal nº. 1.575, de 03 de fevereiro de 2011.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, em 11 de dezembro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração

Lei Nº 1.711 de 11 de Dezembro de 2013

LEI Nº 1.711 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Autoriza abertura de crédito suplementar ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de São João do Sul, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), com as seguintes classificações:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

01 - SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

12.361.0116.1005 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DA REDE FÍSICA DO ENSINO FUNDAMENTAL

4.4.90.00.00.00.00.00.0098 - Aplicações Diretas R\$ 53.036,19

4.4.90.00.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas R\$ 76.104,05

12.361.0116.2022 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.00.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas R\$ 20.859,76

TOTAL R\$ 150.000,00

Art. 2º - Para cobertura das dotações do artigo primeiro serão anuladas parcialmente as seguintes dotações orçamentárias:

0201 - Gabinete do Prefeito

04.122.0102.2002 - MANUTENÇÃO DO Gabinete do Prefeito

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

0301 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0103.2003 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS

02 - DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO E SERVIÇOS

26.782.0114.2040 - MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 38.139,40

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

01 - SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

12.361.0116.2022 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.1.90.00.00.00.00.00.0096 - Aplicações Diretas R\$ 31.032,90

12.361.0116.2027 - MANUTENÇÃO DO ENSINO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

3.1.90.00.00.00.00.00.0096 - Aplicações Diretas R\$ 22.003,29

10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

01 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E TURISMO

20.606.0113.2039 - ASSISTÊNCIA A PESCA E AO PRODUTOR RURAL

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 23.824,41

TOTAL R\$ 150.000,00 Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, 11 de dezembro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração

Lei Nº 1.712 de 11 de Dezembro de 2013

LEI Nº 1.712 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Autoriza abertura de crédito especial ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sul, no valor de R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais), com a seguinte classificação:

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0107.2019 - ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA

3.3.93.00.00.00.00.00.0085 - Aplicação Direta Consórcio Público do qual o Ente

Participe R\$ 52.000,00 TOTAL R\$ 52.000,00

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro será anulada parcialmente a seguinte dotação orçamentária:

0101 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.031.0101.2001 - MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 52.000,00
TOTAL R\$ 52.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, 11 de dezembro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração

Lei Nº. 1.707 de 11 de Dezembro de 2013

LEI Nº. 1.707 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar Convênio, através do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sul, com a Associação Hospitalar Nossa Senhora de Fátima, do Município de Praia Grande - SC, e dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar Convênios de repasses de recursos financeiros, através do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sul, com a Associação Hospitalar Nossa Senhora de Fátima, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.420.153/0001-37, com sede à Rua Frei Protásio, s/n, Bairro Centro, do Município de Praia Grande - SC, objetivando a manutenção desta Entidade para atendimento a população do Município de São João do Sul.

Art. 2º - Os valores serão definidos anualmente mediante celebração de convênios e limitados a previsão orçamentária do exercício.

Art. 3º - O prazo para a realização dos Convênios de que trata o caput do artigo anterior, será no máximo de 12(doze) meses, não podendo ultrapassar o exercício financeiro.

Art. 4º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações do Orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, em 11 de dezembro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração

Lei Nº. 1.705 de 11 de Dezembro de 2013

LEI Nº. 1.705 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar Convênio, através do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sul, com a Associação Educadora São Carlos - AESC, do Município de Torres - RS, e dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do

Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênios de repasses de recursos financeiros, através do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sul, com a Associação Educadora São Carlos - AESC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 88.625.686/0035-04, com sede à Rua Manoel José de Matos Pereira, nº. 260, Bairro Centro, Município de Torres - RS, objetivando a manutenção desta Entidade para o atendimento a população do Município de São João do Sul.

Art. 2º - Os valores serão definidos anualmente mediante celebração de convênios e limitados a previsão orçamentária do exercício.

Art. 3º - O prazo para a realização dos Convênios de que trata o caput do artigo anterior, será no máximo de 12(doze) meses, não podendo ultrapassar o exercício financeiro.

Art. 4º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações do Orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, em 11 de dezembro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração

Lei Nº. 1.706 de 11 de Dezembro de 2013

LEI Nº. 1.706 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar Convênio, através da Prefeitura Municipal, com a Associação Irmã Carmen, de Araranguá - SC, e dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar Convênios de repasses de recursos financeiros, através da Prefeitura Municipal de São João do Sul, com a Associação Irmã Carmen, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.900.930/0001-00, com sede à Rua Júlio de Souza, nº. 361, Bairro Polícia Rodoviária, Município de Araranguá - SC, objetivando a cooperação financeira para manutenção das atividades de abrigo de crianças menores abandonadas ou em situação de risco social.

Art. 2º - Os valores serão definidos anualmente mediante celebração de convênios e limitados a previsão orçamentária do exercício.

Art. 3º - O prazo para a realização dos Convênios de que trata o caput do artigo anterior, será no máximo de 12 (doze) meses, não podendo ultrapassar o exercício financeiro.

Art. 4º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações do Orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, em 11 de dezembro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração

Lei Nº. 1.710 de 11 de Dezembro de 2013

LEI Nº. 1.710 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Altera dispositivo da Lei nº. 1.695 de 29 de outubro de 2013, que autoriza a aquisição por desapropriação, amigável ou judicial, de terreno necessário à ampliação de área escolar no Distrito de Vila Santa Catarina, neste Município e, dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - O art. 1º da Lei 1.695 de 29 de outubro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir um imóvel urbano, por desapropriação amigável ou judicial, de propriedade de José Souza Pereira e Terezinha de Souza Pereira, situado na Rodovia SC 450, no distrito de Vila Santa Catarina, Município de São João do Sul - SC, com a área de 5.063,50m², (cinco mil e sessenta e três metros e cinquenta décimos quadrados), que faz parte integrante do lote nº onze (11) da quadra nº quatorze (14), com as seguintes medidas e confrontações: partindo do ponto P18; deste com ângulo interno de 113°47'07" e distancia de 13,12m no sentido Sul confrontando com Rodovia SC 450 chega-se ao P09; deste com ângulo interno de 66°12'53" e distancia de 86,80m no sentido Oeste confrontando com a Prefeitura Municipal de São João do Sul chega-se ao P10, deste com ângulo externo de 89°08'17" e distancia de 90,00m no sentido Sul confrontando com a Prefeitura Municipal de São João do Sul chega-se ao P11, deste com ângulo interno de 89°11'48" e distancia de 50,94m no sentido Oeste confrontando com herdeiros de Leonir Learcino Maciel chega-se ao P16, deste com ângulo interno de 78°23'40" e distancia de 104,15m no sentido Norte confrontando com Lote 10, chega-se ao P17, deste com ângulo interno de 101°33'03" e distancia de 110,05m no sentido Leste confrontando com Lote 10, chega-se ao P18, fechando o perímetro do imóvel a ser desapropriado.

”

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, em 11 de dezembro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração

Decreto Nº. 165 de 11 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº. 165 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Abre crédito suplementar ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 1.711 de 11 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de São João do Sul, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), com as seguintes classificações:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

01 - SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

12.361.0116.1005 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DA REDE FÍSICA DO ENSINO FUNDAMENTAL

4.4.90.00.00.00.00.00.0098 - Aplicações Diretas R\$ 53.036,19

4.4.90.00.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas R\$ 76.104,05

12.361.0116.2022 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.00.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas R\$ 20.859,76

TOTAL R\$ 150.000,00

Art. 2º - Para cobertura das dotações do artigo primeiro serão anuladas parcialmente as seguintes dotações orçamentárias:

0201 - Gabinete do Prefeito

04.122.0102.2002 - MANUTENÇÃO DO Gabinete do Prefeito

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

0301 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0103.2003 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS

02 - DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO E SERVIÇOS

26.782.0114.2040 - MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 38.139,40

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

01 - SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

12.361.0116.2022 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.1.90.00.00.00.00.00.0096 - Aplicações Diretas R\$ 31.032,90

12.361.0116.2027 - MANUTENÇÃO DO ENSINO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

3.1.90.00.00.00.00.00.0096 - Aplicações Diretas R\$ 22.003,29

10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

01 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E TURISMO

20.606.0113.2039 - ASSISTÊNCIA A PESCA E AO PRODUTOR RURAL

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 23.824,41

TOTAL R\$ 150.000,00 Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, 11 de dezembro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração

Decreto Nº. 166 de 11 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº. 166 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Abre crédito especial ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 1.712 de 11 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito especial ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sul, no valor de R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais), com a seguinte classificação:

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0107.2019 - ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA

3.3.93.00.00.00.00.00.0085 - Aplicação Direta Consórcio Público do qual o Ente

Participe R\$ 52.000,00 TOTAL R\$ 52.000,00

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro será anulada parcialmente a seguinte dotação orçamentária:

0101 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.031.0101.2001 - MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 52.000,00

TOTAL R\$ 52.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, 11 de dezembro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração

Licitação Nº 095/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LICITAÇÃO Nº 095/2013

Modalidade - Tomada de Preços nº 006/2013

Objeto: CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE ESCOLAR NO DISTRITO DE VILA SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL, COM ÁREA TOTAL DE 853,20M².

Os envelopes de Habilitação e Propostas: Poderão ser entregues até as 08h:00 do dia 31/12/2013, com abertura dos envelopes prevista para as 08:30 minutos do dia 31/12/2013.

A entrega do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de São João do Sul, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às quintas feiras das 13h:00 as 19h:00 e nas sextas feiras das 07h:00 as 13h:00.

São João do Sul - SC, em 12 de Dezembro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 060/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 060/2013

OBJETO: CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE NO CENTRO DE SÃO JOÃO DO SUL, NUM TOTAL DE 302,63M² DE ÁREA A SER CONSTRUÍDA.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: BF CONSTRUÇÕES LTDA EPP

VIGÊNCIA: 05/12/2013 à 02/08/2014

VALOR: R\$ 438.549,49 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Licitação Nº 031/2013 - Modalidade: Tomada de Preços Nº 001/2013 de 16/10/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0601 - 10.301.0107.1003

- 4.4.90.51.98.00.00.00.0085; 0601 - 10.301.0107.1003 -

4.4.90.51.98.00.00.00.0071.

São João do Sul, 05 de Dezembro de 2013.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

Extrato dos Contratos Administrativos de Serviço Temporário do Mês de Maio 2013

EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO DO MÊS DE MAIO 2013

CONTRATO Nº 148/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: BENEVAL GONÇALVES DA ROCHA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais II na Secretaria Municipal de Obras e Serviços, neste município com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 02/05/2013 a 20/12/2013

VALOR MENSAL: R\$ 695,85

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 1616/2011 e Lei Municipal nº.006/2012

CONTRATO Nº 149/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: MICHELE RAMOS MATOS CARDOSO

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais I na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, neste município com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 02/05/2013 a 20/12/2013

VALOR MENSAL: R\$ 695,85

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 1616/2011 e Lei nº.05 de 23 de dezembro de 2009

CONTRATO Nº 150/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: ALINE SCANDOLARA BIANCHINI

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, neste município com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 06/05/2013 a 20/12/2013

VALOR MENSAL: R\$ 846,54

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 1616/2011 e Lei Municipal nº.005/2009

CONTRATO Nº 151/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: JOSÉ LUIZ DE MATOS

OBJETO: Prestação de serviços na função de Operador de Equipamentos na Secretaria Municipal de Obras e Serviços, neste município com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 17/05/2013 a 20/12/2013

VALOR MENSAL: R\$ 936,26

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 1616/2011 e Lei Municipal nº.006/2012

CONTRATO Nº 152/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: MARLENE DE VARGAS ALVES

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais I na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, neste município com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 17/05/2013 a 08/06/2013

VALOR MENSAL: R\$ 695,85

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 1616/2011 e Lei Municipal nº.005/2009

CONTRATO Nº 153/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: NEUZA MARIZETE CARDOSO

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais I na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, neste município com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 28/05/2013 a 20/12/2013

VALOR MENSAL: R\$ 695,85

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 1616/2011 e Lei Municipal nº.005/2009

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br

Revogação**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO SUL**

CNPJ: 82.547.274/0001-60
AVENIDA NEREU RAMOS, Nº. 50
C.E.P.: 88970-000 - São João do Sul - SC

**TOMADA DE PREÇO
Nr.: 4/2013 - TP**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 87/2013
Data do Processo: 21/11/2013

Objeto: REF: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM, ARMAZENAMENTO E TRANSBORDO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DOMICILIARES SÓLIDOS ORGÂNICOS E INORGÂNICOS PRODUZIDOS NA ZONA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

NOTA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 3 / 2013

Motivo: Considerando a ausência de empresas interessadas no fornecimento do objeto licitado; considerando o interesse da administração na aquisição do referido objeto; considerando que a opção por uma das alternativas apresentadas, é ato discricionário da Administração e que ambas estão adequadas ao ordenamento jurídico; com fundamento no Parecer Jurídico, emitido pela Assessoria Jurídica, especialmente, o § 3º do art. 22, da lei 8.666/93, determino a imediata revogação do presente processo.

São João do Sul, 6 de Dezembro de 2013

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL

São José

PREFEITURA

Decreto Nº 1.750/2013

DECRETO Nº 1750/2013
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora, KETY TERESINHA DA SILVA TRIERVEILER, do cargo de Supervisora de Modernização Qualidade- CCM6, com lotação na Secretaria da Administração.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 09 de dezembro de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 1.751/2013

DECRETO Nº 1751/2013
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Conceder à servidora, KETY TERESINHA DA SILVA TRIERVEILER, matrícula N.º 32.474, a função gratificada de Membro da Comissão Permanente de Licitação, nível FG-MCL.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 09 de dezembro de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 1.752/2013

DECRETO Nº 1752/2013
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, JOSÉ PULCENO para o cargo em comissão de Supervisor de Modernização Qualidade- CCM6, com lotação na Secretaria da Administração, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 09 de dezembro de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Ata da Segunda Sessão (Cotejo) - Concorrência Nº 005/2013

ATA DA SEGUNDA SESSÃO (COTEJO) - CONCORRÊNCIA Nº 005/2013 - Processo nº 253/2013. Objeto: Contratação de empresas especializadas em prestação de serviços de publicidade e propaganda.

Às 14h30min do dia 10 de dezembro de 2013, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de São José, para a realização da segunda sessão pública para apuração do resultado geral das propostas técnicas.

EMPRESAS CLASSIFICADAS (NOTA): 1ª NEOVOX Comunicação LTDA (198,90); 2ª TATTICAS Publicidade e Propaganda LTDA (171,50); 3ª ONEWG Multicomunicação LTDA (160,70); CRIAÇÃO Propaganda e Publicidade LTDA (156,20).

EMPRESA DESCLASSIFICADA: GIUSTI PROPAGANDA, desclassificada devido ao não atendimento ao item 3.1.2.7 do edital.

Contando-se, a partir desta data, prazo legal para manifestação dos licitantes. Em não havendo recursos, a terceira sessão ocorrerá dia 20 de dezembro de 2013, às 14h e 30min no Centro Administrativo da PMSJ. Maiores Informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100.

CARLOS ALFREDO SCHMIDT,
Presidente/CPL.

Resultado da Dispensa de Licitação Nº 072/2013

RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 072/2013 - Processo nº 315/2013. Objeto: Dispensa de licitação para contratação da empresa EDUSOFT Tecnologia na Educação para fornecimento de software de gestão acadêmica via web para Fundação USJ. Contratado: BETHA Sistemas LTDA. Valor: R\$ 568.001,52 (quinhentos e sessenta e oito mil, um real e cinquenta e dois centavos).

CARLOS ALFREDO SCHMIDT
Presidente da CPL

Resultado do Pregão Eletrônico 030/2013

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO 030/2013 - Processo nº 228/2013: Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de materiais de construção, hidráulicos e elétricos, destinados à manutenção predial, preventiva e corretiva da sede da Fundação de Esporte, dos Ginásios de Esportes, Campos de Futebol e Quadra de Areia pertencentes à Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José/SC. Contratado: HBJ Comércio de Materiais de Construção LTDA - ME. Valor Total: R\$ 166.443,34 (cento e sessenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e três reais e trinta e quatro centavos).

VERA SUELY DE ANDRADE
Diretora de Compras.

PEGASO
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

www.ciga.sc.gov.br

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 023 1741/2013 EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1741/2013



ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
 DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1741/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHV5812	54446483E	5010/0	07/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
AHV5812	54446484E	6599/2	07/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
AJM1646	54448096E	6726/1	30/08/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
AKF5500	54447620E	6726/1	14/08/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
AKF5500	54447634E	5037/1	14/08/2013	R\$ 574,61	162 * III
APU0485	54448353E	6700/0	05/09/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
ERO0153	54767696E	6912/0	10/09/2013	R\$ 53,20	232
IFL4143	54768591E	6920/0	20/09/2013	R\$ 127,69	233
JHT1997	54768893E	6912/0	04/10/2013	R\$ 53,20	232
JZP4893	54444055E	6602/0	29/08/2013	R\$ 191,53	230 * VI
KMH8381	55918550D	6610/2	05/09/2013	R\$ 127,69	230 * VII
LCS8677	54448207E	6920/0	25/09/2013	R\$ 127,69	233
LRS0611	54448297E	6920/0	03/09/2013	R\$ 127,69	233
LXC7646	54769357E	5010/0	04/10/2013	R\$ 574,61	162 * I
LXL6178	54448278E	6920/0	28/08/2013	R\$ 127,69	233
LXN8363	54767807E	6599/2	09/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
LXS8883	54445222E	6769/2	07/09/2013	R\$ 85,12	230 * XXII
LXV7277	54768075E	6416/0	12/09/2013	R\$ 85,12	221 § Único
LYF4491	54767700E	6912/0	10/09/2013	R\$ 53,20	232
LYU8452	54447130E	6920/0	05/08/2013	R\$ 127,69	233
LYY0548	54768305E	6602/0	19/09/2013	R\$ 191,53	230 * VI
LZA3273	54447157E	6599/2	31/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
LZG7630	54767663E	5045/0	06/09/2013	R\$ 191,53	162 * V
MAJ0121	54767768E	6599/2	11/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAQ3084	55913118D	5169/1	07/09/2013	R\$ 1.915,38	165
MAW8767	54768946E	6599/2	01/10/2013	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBF8439	54446909E	5010/0	11/09/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBG0441	54767550E	6726/1	06/09/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
MBQ4785	54447773E	6599/2	21/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBS0662	54446839E	6726/1	01/08/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
MBS9255	55913325D	6599/2	03/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBZ5104	54448257E	6920/0	28/08/2013	R\$ 127,69	233
MCG5435	54767713E	6912/0	10/09/2013	R\$ 53,20	232
MCG5435	54767714E	6599/2	10/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCG9829	54768931E	6726/1	01/10/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
MCG9829	54768932E	6700/0	01/10/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
MCQ4516	54445889E	6912/0	09/07/2013	R\$ 53,20	232
MCS8708	54767702E	6416/0	06/09/2013	R\$ 85,12	221 § Único
MCZ2431	55920475D	6599/2	29/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDD2656	54767817E	6599/2	09/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEL4636	54446467E	6599/2	05/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEN3808	54447780E	5045/0	23/08/2013	R\$ 191,53	162 * V
MEP0606	54448365E	6599/2	05/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEQ2421	54767512E	6599/2	04/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFC8758	54768179E	5010/0	14/09/2013	R\$ 574,61	162 * I
MFE1733	54446084E	7340/0	06/09/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MFL2227	54446855E	6556/1	20/07/2013	R\$ 191,53	230 * I
MFO2623	54767804E	6610/2	09/09/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MFT6173	54448211E	6920/0	25/09/2013	R\$ 127,69	233
MFT7984	54768058E	6599/2	12/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGE6252	54448463E	6556/1	23/09/2013	R\$ 191,53	230 * I
MGE6252	54448464E	6700/0	23/09/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
MGE6252	54448467E	6637/2	23/09/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MGE6252	54448468E	6637/1	23/09/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MGZ0569	54446701E	6912/0	10/09/2013	R\$ 53,20	232
MHG7315	54569324C	5029/2	28/09/2013	R\$ 957,69	162 * II
MHG7315	54569325C	6599/2	28/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHI8686	54767769E	6599/2	11/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHI8686	54767770E	6726/1	11/09/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
MIS8797	54768650E	6912/0	01/10/2013	R\$ 53,20	232
MIV4300	54768742E	6920/0	08/10/2013	R\$ 127,69	233
MJE0589	54768861E	5010/0	01/10/2013	R\$ 574,61	162 * I
MJK1462	54768884E	6599/2	04/10/2013	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJL4141	54446459E	6610/2	01/08/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MJW4041	54768443E	5045/0	02/10/2013	R\$ 191,53	162 * V
MJX6227	54769365E	6912/0	04/10/2013	R\$ 53,20	232
MLN7993	55917550D	5274/1	19/08/2013	R\$ 191,53	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 9 DE DEZEMBRO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 023 1742/2013
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1742/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1742/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AOV5849	54767533E	5452/1	04/09/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
DEW6653	54446362E	5460/0	25/07/2013	R\$ 85,12	181 * IX
HIC0117	54444979E	6041/2	05/08/2013	R\$ 127,69	207
JJS4860	54768218E	5185/1	12/09/2013	R\$ 127,69	167
KMI7795	54767722E	5185/1	12/09/2013	R\$ 127,69	167
LZA3273	54447156E	5738/0	31/07/2013	R\$ 191,53	186 * II
MDN0714	54768602E	5185/1	04/10/2013	R\$ 127,69	167
MEF4188	55910429D	5452/1	28/07/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MES7365	54446882E	5550/0	18/09/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MGE6252	54448454E	5835/0	23/09/2013	R\$ 127,69	195
MGE6252	54448459E	5185/1	23/09/2013	R\$ 127,69	167
MGE6252	54448462E	5720/0	23/09/2013	R\$ 127,69	186 * I
MGE6252	54448465E	5185/2	23/09/2013	R\$ 127,69	167
MGE6252	54448466E	5215/2	23/09/2013	R\$ 191,53	170
MHH3940	54444686E	5541/1	10/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJF6544	54767549E	5452/1	06/09/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MJJ8412	54447525E	5525/0	31/07/2013	R\$ 85,12	181 * XV
MJW2693	54768609E	5185/1	04/10/2013	R\$ 127,69	167
MLN7993	55917547D	5835/0	19/08/2013	R\$ 127,69	195
MLN7993	55917548D	7048/1	19/08/2013	R\$ 191,53	244 * II
MLN7993	55917549D	5215/2	19/08/2013	R\$ 191,53	170

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 714 1268/2013
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1268/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1268/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABS3603	55662076C	6599/2	09/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
ABS3603	55662078C	6637/1	09/09/2013	R\$ 127,69	230 * IX
IMB1829	55660397C	6700/0	25/09/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
LYR5604	55662650C	6599/2	25/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAR3654	55663060C	6599/2	25/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFA2468	55662745C	5010/0	29/09/2013	R\$ 574,61	162 * I
MHX1356	55660395C	6912/0	25/09/2013	R\$ 53,20	232
MHZ3938	55658004C	6599/2	25/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHZ3938	55658005C	5045/0	25/09/2013	R\$ 191,53	162 * V
MIA8763	55660173C	6637/1	26/09/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MJY9417	55658130C	5010/0	31/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
MJY9417	55660955C	5010/0	04/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
MJY9417	55660956C	6653/2	04/08/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MJY9417	55660957C	6637/2	04/08/2013	R\$ 127,69	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 9 DE DEZEMBRO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 714 1269/2013
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1269/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1269/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABM9977	55663119C	5185/1	25/09/2013	R\$ 127,69	167
AEU8726	55655387C	6041/2	28/07/2013	R\$ 127,69	207
ALC1409	55661625C	5185/1	10/09/2013	R\$ 127,69	167
ALP7744	55663308C	5568/0	25/09/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
ALY0897	55661993C	5541/6	11/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
AQH9803	55662047C	5452/1	20/09/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
ARL8358	55663232C	5541/1	10/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
ARQ0358	55662462C	5380/0	20/09/2013	R\$ 85,12	181 * I
BUV3532	55663136C	5185/1	25/09/2013	R\$ 127,69	167
CRG8060	55661389C	5185/1	20/08/2013	R\$ 127,69	167
DRE9133	55660973C	5525/0	04/08/2013	R\$ 85,12	181 * XV
EDK4928	55663133C	5185/1	25/09/2013	R\$ 127,69	167
FAG5093	55659984C	5452/2	03/08/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
IMU6362	55661985C	5819/6	10/09/2013	R\$ 574,61	193
IUL2799	55654982C	7366/2	04/09/2013	R\$ 85,12	252 * VI
KLO1753	55662915C	5541/1	24/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
KYJ4431	55661682C	5541/1	12/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LXM9250	55662201C	5185/1	05/09/2013	R\$ 127,69	167
LXX5537	55661623C	5550/0	10/09/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
LYH9046	55627037C	5541/1	22/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LZL0435	55662565C	5185/1	13/09/2013	R\$ 127,69	167
MAM7071	55661683C	5541/1	12/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MAR4849	55662808C	5541/4	23/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MAY0863	55661567C	5452/1	24/08/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MAY0896	55655033C	5541/1	11/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MBE7481	55662250C	7366/2	09/09/2013	R\$ 85,12	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBV3316	55660826C	7366/2	20/08/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MBV4561	55663070C	5452/1	27/09/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MBW2892	55659524C	5550/0	07/08/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MCH5254	55655038C	5541/1	19/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MDP3503	55659818C	5550/0	12/08/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MEB9966	55661619C	7366/2	09/09/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MEC3185	55659587C	5541/4	07/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MEI2710	55663216C	5550/0	28/09/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MFA2468	55662744C	6041/2	29/09/2013	R\$ 127,69	207
MFD2199	55663365C	5541/1	02/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MFI6331	55661553C	6122/0	20/08/2013	R\$ 191,53	214 * I
MGD8639	55662746C	5541/4	03/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGE6867	55660762C	7366/2	29/07/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MGL2431	55660386C	5738/0	18/09/2013	R\$ 191,53	186 * II
MGO5659	55643674C	5550/0	05/09/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MGO9838	55660960C	5525/0	04/08/2013	R\$ 85,12	181 * XV
MHE2246	55662415C	5185/1	09/09/2013	R\$ 127,69	167
MHL6957	55657733C	5568/0	03/08/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MHM3163	55662637C	7366/2	24/09/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MHR6993	55659993C	5487/0	15/08/2013	R\$ 127,69	181 * XI
MHU3965	55658599C	7366/2	28/07/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MHU5992	55661620C	5550/0	09/09/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MHV1562	55661700C	5541/1	19/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHY1857	55660632C	7366/2	27/07/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MIA7351	55662636C	5568/0	24/09/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MJB6997	55660656C	7366/2	03/08/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MJC9230	55663062C	5541/1	25/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJD9545	55662157C	5568/0	13/09/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MJJ0718	55662640C	5487/0	24/09/2013	R\$ 127,69	181 * XI
MJJ5664	55662233C	7366/2	09/09/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MJJ8589	55662034C	5452/1	16/09/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MJN9269	55659648C	5541/1	22/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJS5465	55634246C	5550/0	17/08/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MJT2024	55661645C	7366/2	16/09/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MJZ0713	55662275C	5541/6	02/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MKE3354	55660505C	6050/2	31/07/2013	R\$ 191,53	208
MKO3829	55654943C	5460/0	05/09/2013	R\$ 85,12	181 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MLV0016	55662403C	5509/0	09/09/2013	R\$ 85,12	181 * XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 023 1739/2013
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1739/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1739/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
APS5617	54768756E	5010/0	19/10/2013	162 * I
BEG1725	54929924E	6599/2	14/11/2013	230 * V
BEG1725	54929925E	6726/1	14/11/2013	230 * XVIII
BGI1011	55154588C	6912/0	07/10/2013	232
EKB0055	54770384E	6700/0	25/10/2013	230 * XVI
IOA4149	54929756E	6920/0	25/10/2013	233
LOU3009	54930457E	6912/0	13/11/2013	232
LYJ1642	54445906E	6602/0	19/10/2013	230 * VI
LYW0212	54929910E	5010/0	12/11/2013	162 * I
MBI3726	54929907E	6408/0	12/11/2013	221
MBI3726	54929908E	6610/2	12/11/2013	230 * VII
MBI3726	54930260E	5010/0	12/11/2013	162 * I
MBI3726	54930261E	6912/0	12/11/2013	232
MCT0485	54769191E	5045/0	10/10/2013	162 * V
MDD5739	54769638E	6912/0	23/10/2013	232
MDE5317	54770036E	6599/2	28/10/2013	230 * V
MEN9047	55920892D	6599/2	21/10/2013	230 * V
MEN9047	55920893D	5010/0	21/10/2013	162 * I
MES2190	54930396E	6599/2	13/11/2013	230 * V
MES2190	54930397E	5045/0	13/11/2013	162 * V
MFH7732	54767912E	6599/2	08/10/2013	230 * V
MFV3539	54448487E	6653/1	10/11/2013	230 * XI
MGH8387	55058072D	5045/0	12/11/2013	162 * V
MHD4775	55917568D	6912/0	05/11/2013	232
MHO0618	54448478E	6602/0	21/10/2013	230 * VI
MHV9293	54769885E	5029/2	18/10/2013	162 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHV9293	54769886E	5169/1	18/10/2013	165
MIG6900	54769205E	6599/2	10/10/2013	230 * V
MIG8972	54929757E	6920/0	25/10/2013	233
MIO4745	54930308E	6599/2	14/11/2013	230 * V
MIO4745	54930309E	5045/0	14/11/2013	162 * V
MIO4745	54930310E	6726/1	14/11/2013	230 * XVIII
MJZ7287	54770054E	5010/0	28/10/2013	162 * I
MJZ7287	54770055E	6599/2	28/10/2013	230 * V
MKI1732	54930365E	5010/0	13/11/2013	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 9 DE DEZEMBRO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 023 1740/2013
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1740/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1740/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
HOU9527	55910446D	5452/1	11/11/2013	181 * VIII
LYJ1642	54445905E	5541/1	19/10/2013	181 * XVII
MEX1955	54768681E	7366/2	25/10/2013	252 * VI
MIX5986	54767967E	5452/1	22/10/2013	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 714 1266/2013
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1266/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 1266/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAY2674	55663589C	5010/0	13/11/2013	162 * I
MBW6185	55665055C	6599/2	11/11/2013	230 * V
MEW6185	55665056C	5010/0	11/11/2013	162 * I
MEW6185	55665057C	6912/0	11/11/2013	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 9 DE DEZEMBRO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 714 1267/2013
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1267/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 1267/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DPA7023	55665184C	6050/1	08/11/2013	208
IGB7496	55664309C	5819/6	29/10/2013	193
IHC3702	55664728C	5185/1	04/11/2013	167
IHE1602	55665163C	5185/1	08/11/2013	167
IIW2042	55665160C	6122/0	08/11/2013	214 * I
IJQ1256	55664930C	5550/0	11/11/2013	181 * XVIII
LBE5844	55663569C	5550/0	20/10/2013	181 * XVIII
LXU0064	55663976C	5452/1	15/10/2013	181 * VIII
LZC9442	55663517C	5452/1	01/11/2013	181 * VIII
LZF1970	55665280C	5185/1	12/11/2013	167
MAL0474	55655828C	5819/1	04/11/2013	193
MBN9566	55662800C	5541/1	13/11/2013	181 * XVII
MBQ3474	55660581C	5550/0	08/11/2013	181 * XVIII
MBT2858	55664994C	6050/1	08/11/2013	208
MCL1022	55664324C	5568/0	10/11/2013	181 * XIX
MDT2075	55664580C	5541/4	12/11/2013	181 * XVII
MEF7885	55663623C	6050/1	03/10/2013	208
MET5072	55664955C	7366/2	06/11/2013	252 * VI
MFQ5006	55663989C	5185/1	15/10/2013	167
MGE2603	55664359C	7366/2	11/11/2013	252 * VI
MGV4544	55662799C	5541/1	08/11/2013	181 * XVII
MGW9074	55665267C	5967/0	12/11/2013	203 * V
MHB4947	55663891C	7366/2	11/11/2013	252 * VI
MHC7412	55664980C	7366/2	08/11/2013	252 * VI
MHH8587	55663837C	5541/1	11/11/2013	181 * XVII
MHW8200	55663966C	5452/1	11/10/2013	181 * VIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIQ1758	55664361C	7366/2	11/11/2013	252 * VI
MIU8769	55664023C	5541/4	08/11/2013	181 * XVII
MJF5765	55664954C	7366/2	06/11/2013	252 * VI
MJN7789	55663831C	5541/1	11/11/2013	181 * XVII
MJO9765	55663590C	7030/1	13/11/2013	244 * I
MJO9765	55663591C	5835/0	13/11/2013	195
MJO9765	55663592C	5215/1	13/11/2013	170
MJO9765	55663593C	5720/0	13/11/2013	186 * I
MJR5057	55662795C	5207/0	05/11/2013	169
MJW1817	55664991C	6050/1	08/11/2013	208
MKK2174	55663958C	5568/0	15/10/2013	181 * XIX
MKN2482	55663959C	5452/1	15/10/2013	181 * VIII
MKS6499	55664967C	5185/1	08/11/2013	167
MLR2466	55665256C	6050/1	12/11/2013	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

CÂMARA MUNICIPAL**Portaria Nº 177/2013**

PORTARIA Nº 177/2013

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

I - NOMEAR -O Senhor DIOCELES JOÃO VIEIRA, para exercer o cargo em Comissão de ASSESSOR PARLAMENTAR I, lotado no gabinete do Vereador Orvino Coelho de Ávila, conforme lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 02 de dezembro de 2013.
SANDERSON ALEMECI DE JESUS
PRESIDENTE

Registrada em 02/12/13

Publicada em 10/12/13

São Lourenço do Oeste**PREFEITURA****Decreto Nº 4.776, de 11 de Dezembro de 2013.**

DECRETO Nº 4.776, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar -por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2013, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 2.062, de 22 de janeiro de 2013 e no inciso II, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

08.00	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME		
08.01	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME		
08.01.12.361.4505.2.014.4.4		Aplicação	
.90.00.00.00.00.00.0.1.0001	36	Direta	R\$ 15.000,00
08.00	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME		
08.01	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME		
08.01.12.365.4505.2.015.3.3		Aplicação	
.90.00.00.00.00.00.0.1.0001	51	Direta	R\$ 60.000,00
08.01.12.365.4505.2.015.4.4		Aplicação	
.90.00.00.00.00.00.0.1.0001	56	Direta	R\$ 50.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.062 de 22 de janeiro de 2013 e no inciso II, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de dezembro de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.777, de 11 de Dezembro de 2013.

DECRETO Nº 4.777, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2013, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.062, de 22 de janeiro de 2013, e de acordo com o inciso III, do § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, por anulação de dotações, adicionando-se o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

08.00	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME		
08.00	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME		
08.01.12.365.4505.2.015		Aplicação	
3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0001	51	Direta	R\$ 15.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e Lei Municipal nº 2.062, de 22 de janeiro de 2013, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

08.00	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME		
08.00	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME		
08.01.12.365.4505.2.015		Aplicação	
3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000	53	Direta	R\$ 15.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de dezembro de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

PEGAS
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

www.ciga.sc.gov.br

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - 10/12/2013**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO LOURENCO DO OESTE**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 10/12/2013 até 10/12/2013

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		914.199,89
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	1.007.350,76
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Rec. da União	933.949,83
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	933.949,83
4.1.7.2.1.01.02.01.00	Cota Parte do FPM 60%	560.369,89
4.1.7.2.1.01.02.02.00	Cota Parte do FPM 25%	233.487,46
4.1.7.2.1.01.02.03.00	Cota Parte do FPM 15%	140.092,48
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	73.400,93
4.1.7.2.1.33.10.00.00	MAC - Ambulatorial e Hospitalar	73.400,93
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução de Receita	-93.150,87
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-93.150,87
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-93.150,87

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 11/12/2013

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

LAURI ALBERTO CENTENARO
SECRETARIO ADMINISTRAÇÃO

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Lei Nº 802, de 02 de Dezembro de 2013

LEI Nº 802, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013

"Autoriza a Permuta de Veículos do Patrimônio do Município e dá outras providências."

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1.º- Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a permutar por veículos novos, através de procedimento licitatório adequado, na forma da Lei 8.666/1993, os seguintes veículos:

I- CAMINHÃO com Caçamba Basculante instalado marca FORD, modelo CARGO 1317 E, ano/modelo 2009/2010, de cor branca, placas MHL0893, movido a óleo Diesel, Chassi 9BDFXCE2U3A-BB47832, RENAVAL: 194795730.

II- 01 CAMINHÃO com Caçamba Basculante instalado marca FORD, modelo CARGO 1317 E, ano/modelo 2009/2010, de cor branca, placas MHL0903, movido a óleo Diesel, Chassi: 9BFX-CE2UXABB47833, RENAVAL: 194796892.

Art. 2.º- Para fins de alienação, será considerado o valor mínimo de alienação o qual deverá atender o relatório da Comissão de Avaliação especialmente designada.

Art. 3.º- As despesas desta Lei correrão por conta das dotações do orçamento vigente.

Art. 4.º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 10 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Lei Nº 803, de 09 de Dezembro de 2013

LEI Nº 803, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013

"Autoriza a Permuta de Veículos do Patrimônio do Município e dá outras providências."

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1.º- Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a permutar por veículos ou equipamentos novos, através de procedimento licitatório adequado, na forma da Lei 8.666/1993, os seguintes veículos:

I- RETROESCAVADEIRAA MARCA CATERPILLAR - Modelo 416-C Chassi 5YNO399, ano 1998.

II- RETROESCAVADEIRA MARCA JCB - Modelo JCB 1001619JCB, Chassi 9B9214CBDT4619 ANO DE 2006.

Art. 2.º- Para fins de alienação, será considerado o valor mínimo de alienação o qual deverá atender o relatório da Comissão de Avaliação especialmente designada.

Art. 3.º- As despesas desta Lei correrão por conta das dotações do orçamento vigente.

Art. 4.º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 10 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Lei Nº 804, de 09 de Dezembro de 2013

LEI Nº 804, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013

"Abre Crédito Especial no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara."

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Especial no total de R\$ 34.000,00 (Trinta e quatro mil reais) na dotação abaixo identificada:

08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

08.01.26.782.22.1.071 - Construção de Pontes R\$ 34.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 34.000,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º desta Lei fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular R\$ 34.000,00 (Trinta e quatro mil reais) na dotação abaixo identificada:

10 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

10.01.18.541.10.1.041 - Aquisição de Caminhão do Lixo R\$ 34.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 34.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 10 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Lei Nº 805, de 09 de Dezembro de 2013

LEI Nº 805, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013

"Altera o Anexo do PPA do programa OBRA da Lei nº541/2009, que Dispõe Sobre o PPA 2010/2013."

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a alterar o Anexo do PPA do Programa OBRA da Lei nº 541/2009, acrescentando a AÇÃO - Construção de Pontes no valor de R\$ 34.000,00 (Trinta e quatro mil reais) conforme Plano Plurianual - Programas de Governo.

Parágrafo Único - O quadro do Programa OBRA com as Alterações propostas segue anexado, como parte integrante desta LEI.

Art 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 10 de dezembro de 2013.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Lei Nº 806, de 09 de Dezembro de 2013

LEI Nº 806, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013

"Altera a Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais do Programa da OBRA da LDO Lei nº711/2012."

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a alterar a Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais do Programa OBRA da Lei 711/2012 acrescentando a Ação - Construção de Pontes no valor de R\$ 34.000,00 (Trinta e quatro mil reais).

Parágrafo Único - A Planilha de Identificação dos projetos, Atividades e Operações Especiais com as Alterações descritas no caput segue anexada a esta LEI.

Art 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 10 de dezembro de 2013.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Lei Nº 807, de 09 de Dezembro de 2013

LEI Nº 807, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013

"Anula e Suplementa Verbas no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara."

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 50.500,00 (Cinquenta mil e quinhentos reais) na dotação abaixo identificada:

08- SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
08.01.26.782.22.1.012- Pavimentação de Ruas R\$ 50.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1.0.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 50.500,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º desta Lei fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 50.500,00 (Cinquenta mil reais e quinhentos reais) na dotação abaixo identificada:

03 - GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO
03.01.4.122.2.2.002 - Func. e Manutenção do Gabinete do Prefeito E do Vice-Prefeito R\$ 5.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.1.0.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
03.02.5.182.2.2.060 - Func. e Manutenção da Defesa Civil R\$ 3.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1.0.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
05.01.12.365.4.2.0008- Func. e Manutenção da Educação Infantil R\$ 15.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.1.081.0 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

06 - SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
06.02.8.241.9.2.012 - Apoio ao Idoso R\$ 4.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1.0.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.1.0.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

06.02.8.243.9.2.011 - Func. e Manutenção da Assistência Social R\$ 5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1.0.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1.0.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

07 - SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA
07.01.13.392.6.2.014- Func. e Manutenção da Cultura R\$ 3.230,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1.0.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 3.230,00

08 - SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
08.01.6.182.22.2.019 - Segurança no Trânsito R\$ 4.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1.0.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

10 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
10.01.18.541.10.2.025 - Funcionamento e Manutenção do Meio Ambiente R\$ 5.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.1.0.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

10.10.20.606.16.2.023 - Func. e Manutenção do Fundo Agro-Pecuario R\$ 3.600,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1.0.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 3.600,00

10.10.20.606.16.2.024 - Realização de Eventos Promocionais R\$ 2.670,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1.0.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 2.670,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 10 de dezembro de 2013.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Lei Nº 808, de 09 de Dezembro de 2013

LEI Nº 808, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013

"Anula e Suplementa Verbas no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde e da Prefeitura Municipal."

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais) na dotação abaixo identificada:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
11.01.10.301.12.2.054 - Funcionamento e Manutenção do PSF R\$ 12.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.1.0002 - Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

11.01.10.301.12.2.051 - Funcionamento e Manutenção da Coordenadoria da Saúde R\$ 28.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1.002 - Aplicações Diretas R\$ 28.000,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º desta Lei fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais) na dotação abaixo identificada:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
11.01.10.301.12.2.050 - Programa de Qualidade da Água R\$ 30.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00.1.0.0002 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

11.01.10.301.12.2.042 - Manutenção de Programas - Bioinseticida Rodenticida R\$ 2.675,00

3.3.90.00.00.00.00.00.1.0.0002 - Aplicações Diretas R\$ 2.675,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

05.01.12.361.4.2.005 - Func. e Manutenção do Transporte Escolar R\$ 4.325,00

3.1.90.00.00.00.00.00.1.0081 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.1.0081 - Aplicações Diretas R\$ 2.325,00

05.01.12.361.4.2.006 - Func. e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 1.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.1.0081 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

05.01.12.365.4.2.008 - Func. e Manutenção da Educação Infantil R\$ 2.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.1.0081 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 10 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Lei Nº 809, de 09 de Dezembro de 2013

LEI Nº 809, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013

"Ratifica o Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Grande Florianópolis - CIS/GRANFOPOLIS e dá outras providências."

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica ratificado o Protocolo de Intenções com o objetivo de constituir o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Grande Florianópolis - CIS/GRANFOPOLIS, formalizado pelos Chefes do Poder Executivo dos Municípios integrantes da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, em 11 de março de 2011, na cidade de Alfredo Wagner/SC:

I - com personalidade jurídica de direito público;

II - sob a forma de associação pública; e

III - intuito de otimizar os recursos públicos disponíveis e reforçar o papel do Município na consecução do direito fundamental de todos os cidadãos de receberem atendimento de saúde digno e eficaz.

Art. 2º Fica ainda autorizado o Município de São Pedro de Alcântara a firmar o correspondente CONTRATO DE RATEIO e o CONTRATO DE PROGRAMA.

Art. 3º Obriga-se o Município a, anualmente, incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e na Lei Orçamentária Anual - LOA recursos suficientes para satisfazer as despesas com o CIS/GRANFOPOLIS.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Pedro de Alcântara, 10 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Lei Nº 810, de 09 de Dezembro de 2013

LEI Nº 810, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013

"Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de São Pedro de Alcântara para o Exercício de 2014."

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de São Pedro de Alcântara, abrangendo a administração direta, seus fundos, órgãos e autarquias para o exercício de 2014 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 15.259.742,00 (Quinze milhões duzentos e cinquenta e nove mil setecentos e quarenta e dois reais).

DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art 2º - O Orçamento do Poder Executivo para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 13.371.038,00 (Treze milhões trezentos e setenta e hum mil e trinta e oito reais) e a despesa do Poder Legislativo em R\$ 550.000,00 (Quinhentos e cinquenta mil reais) e R\$ 12.821.038,00 (Doze milhões oitocentos e vinte e um mil e trinta e oito reais) para o Poder Executivo.

1 - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1 - RECEITAS CORRENTES	12.276.714,40
1.1 - Receita Tributária	899.543,00
1.2 - Receita de Contribuições	193.500,00
1.3 - Receita Patrimonial	79.450,00
1.4 - Receita de Serviços	7.528,00
1.5 - Transferências Correntes	10.179.210,00
1.6 - Outras Receitas Correntes	917.483,40
2 - RECEITAS DE CAPITAL	2.820.000,00
2.1 - Alienação de Bens	20.000,00
2.2 - Operações de Crédito	200.000,00
2.3 - Transferências de Capital	2.600.000,00
3 - DECUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	1.725.676,40
TOTAL DA ADM. DIRETA	13.371.038,00

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Receitas Correntes	707.544,00
Receita Tributária	6.825,00
Receita de Contribuições	0,00
Receita Patrimonial	10.050,00
Transferência Corrente	690.669,00
Receita de Capital	0,00
Transferência de Capital	0,00
Total da Adm. Indireta	707.544,00

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA/INSPA

Receitas Correntes	1.181.160,00
Receita Tributária	10.000,00
Receita de Contribuições	347.262,00
Receita Patronal Intra-Orçamentária	488.370,00

Receita Patrimonial	254.000,00
Outras receitas correntes	3.000,00
Outras receitas correntes Intra-Orçamentária	78.528,00
Receita de Capital	0,00
Transferência de Capital	0,00
Total da Adm. Indireta	1.181.160,00
TOTAL GERAL	15.259.742,00

2 – A Despesa dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I – CLASSIFICAÇÃO POR ÓRGÃO

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01 – CÂMARA MUNICIPAL	550.000,00
02 – GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO	460.000,00
03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO.	1.314.072,52
04 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	2.846.259,00
05 – SECRETARIA DA SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	357.700,00
06 – SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO	450.000,00
07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	5.039.869,00
08 – ENCARGOS GERAIS	223.000,00
09 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00
10 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	457.750,00
TOTAL	11.798.650,52

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2.279.931,48
12 – INSPA	1.128.160,00
09 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	53.000,00
TOTAL DA ADM. INDIRETA	3.461.091,48
TOTAL GERAL	15.259.742,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
	550.000,00
01 – LEGISLATIVA	
04 – ADMINISTRAÇÃO	1.774.072,52
06 – SEGURANÇA PÚBLICA	18.500,00
08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL	357.700,00
12 – EDUCAÇÃO	2.573.509,00
13 – CULTURA	347.500,00
15 – URBANISMO	2.701.369,00
18 – GESTÃO AMBIENTAL	133.750,00
20 – AGRICULTURA	324.000,00
23 – COMÉRCIO E SERVIÇOS	102.500,00
26 – TRANSPORTES	2.320.000,00
27 – DESPORTO E LAZER	272.750,00

28 – ENCARGOS ESPECIAIS	223.000,00
99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00
TOTAL DA ADM. DIRETA	11.798.650,52

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
09 – PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.128.160,00
10 – SAÚDE	2.249.931,48
17 – SANEAMENTO	30.000,00
99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	53.000,00
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	3.461.091,48
TOTAL GERAL	15.259.742,00

IV – CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONÔMICA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
DESPESAS CORRENTES	6.830.150,52
DESPESAS DE CAPITAL	4.868.500,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	11.798.650,52

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
DESPESAS CORRENTES	3.153.091,48
DESPESAS DE CAPITAL	255.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	53.000,00
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	3.461.091,48
TOTAL GERAL	15.259.742,00

Art. 3º – Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de riscos fiscais representados por passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1 – PASSIVOS CONTINGENTES	103.000,00
2 – OUTROS RISCOS FISCAIS	50.000,00
TOTAL GERAL	153.000,00

1º – A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

2º – Não se efetivando até o dia 10/12/2014 os riscos fiscais relacionados aos eventos: Intempéries; Passivos Contingentes, e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento para 2014 tenha reservado recursos para riscos fiscais.

3 – Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao evento “Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor” serão utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art.4º - Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art.5º - O Executivo está autorizado nos termos do Art.7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 20 da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fonte de recursos, desde que não comprometidos:

I – o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II – o superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único – Se exclui desse limite, os créditos adicionais suplementares autorizados por Leis Municipais específicas e aprovadas no exercício.

Art. 6º - Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta Lei com recursos vinculados a fontes oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

1 – A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada fonte de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

2 – O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF.

Art. 7º - Os recursos oriundos de convênios não previstos no Orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais de projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 8º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 9º – A presente Lei vigorará durante o exercício de 2014 a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 10 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Planilha da Lei Nº 810/2013

Estado de Santa Catarina

Pág.1/1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

LRF Art.12,§3º da Lei Complementar nº 101/2000

Especificação	Previsão
RECEITAS CORRENTES(I)	13.588.520,40
Receita Tributária	906.368,00
Receita de Contribuição	540.762,00
Receita Patrimonial	343.500,00
Receita de Serviços	7.528,00
Transferências Correntes	10.869.879,00
Outras receitas correntes	920.483,40
DEDUÇÕES(II)	2.072.938,40
Contribuição de Servidor Ativo Civil	345.136,00
Contribuição de Servidor Inativo Civil	2.126,00
Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB	1.725.676,40
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	11.515.582,00



Programa de
Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Planilha da Lei Nº 805/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Programas de Governo

PLANO PLURIANUAL 2010/2013

PROGRAMA

22- OBRA

OBJETIVOS

MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS, VIAS PUBLICAS OS SERVIÇOS PÚBLICOS DE FORMA GERAL.

AÇÕES	PRODUTO (um Medida)	META		RECURSOS
		Física	Financeira	
1010 - Construção de Abrigos de Passageiro de ônibus	ANO (UN)	4.000	20.000,00 20.000,00 0,00	0.1.0000 0.1.0020 0.2.0061
1.011 – Construção de Praças e Parques	ANO (UN)	4.000	150.000,00 100.000,00 50.000,00	0.1.0000 0.1.0053 0.2.0061
1.012 – Pavimentação de Ruas	ANO (UN)	4.000	1.400.000,00 0,00 0,00 0,00 4.200.000,00 0,00 1.150.000,00 0,00 0,00	0.1.0000 0.1.0010 0.1.0015 0.1.0019 0.1.0053 0.2.0054 0.2.0061 0.3.0032 0.3.0033
1.013 – Construção de uma Garagem	ANO (UN)	1.000	100.000,00	0.1.0000
1.014 – construção de Casa Mortuária	ANO (UN)	1.000	120.000,00	0.1.0000
1.015 – Construção de Passeios e Calçadas	ANO (UN)	1.000	50.000,00	0.1.0000
			350.000,00	0.2.0061
1.016 – Aquisição de Veiculo – Obras	ANO (UN)	1.000	50.000,00	0.1.0000
			0,00	0.1.0010
1.038 – Construção de um Muro de Arrimo	ANO (UN)	4.000	0,00	0.1.0000
			0,00	0.1.0000
1.040 – Aquisição de Equipamentos - Agricultura	ANO (UN)	2.000	0,00	0.1.0022
			330.000,00	0.1.0000
			40.000,00	0.1.0022
1.044 – Aquisição de Equipamentos – Obras	ANO (UN)	1.000	0,00	0.1.0082
			750.000,00	0.1.0010
1.045 – Aquisição de um Reboque	ANO (UN)	1.000	0,00	0.2.0061
1.046 – Reforma de Equipamentos	ANO (UN)	1.000	0,00	0.1.0000
			30.000,00	0.1.0000
1.052 – Aquisição de um Terreno	ANO (UN)	4.000	1.844.000,00	0.1.0000
2.016 – Func. e Manut. da Coordenadoria de Obras			112.994,00	0.1.0000
			0,00	0.1.0009
			0,00	0.1.0053
			0,00	0.1.0080
			0,00	0.3.0032
	ANO (UN)	4.000	1.272.000,00	0.3.0033
2.017 – Func. e manut. da Coord. de Serviços Públicos			0,00	0.1.0000
			0,00	0.1.0043
	ANO (UN)	4.000	600.000,00	0.1.0033
			0,00	0.1.0000
2.018 – Manutenção da Iluminação Pública			0,00	0.1.0043
	ANO (UN)	4.000	40.000,00	0.3.0033
			27.100,00	0.1.0000
2.019 – Segurança no Trânsito				0.2.0061
	ANO (UN)			
		1.000	108.322,50	0.1.0000
1.067 – Construção de um Muro de Contenção no Cemitério Municipal				
	ANO (UN)		149.203,00	0.1.0000
		1.000		
1.069 – Construção de Pontes	ANO (UN)	3.00	34.000,00	0.1.0000
TOTAL:				13.097.619,50



Planilha da Lei Nº 806/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS 2013

Planilha de Identificação dos Projetos, atividades e Operações Especiais.

I - Classificação		
Orgão:	SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS	08.00
Unidade:	SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS	08.01
Função:	Transporte	26
Subfunção:	Tranporte Rodoviário	782
Programa:	OBRA	22

Objetivo do Programa:

Construção de Pontes no Município.

Justificativa do Programa:

Este Projeto têm por objetivo a construção de pontes no Município .

Ação:	Local	Tipo	Título	Produto (UN)		
1.071	1	P	Construção de Pontes	UN	3,000	34.000,00

II- Descrição das Ações

Construção de Pontes

III- Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinário	Vinculado	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0000.000000	34.000,00	0,00	34.000,00
Totais:			34.000,00	0,00	34.000,00

Planilha da Lei Nº 809/2013**PROTOCOLO DE INTENÇÕES**

Os municípios listados no Anexo I, por meio de seus respectivos Chefes do Poder Executivo, reunidos no município de Alfredo Wagner (Assembleia Geral Ordinária da GRANFPOLIS), em 11 de março de 2011, resolvem formalizar este Protocolo de Intenções com o objetivo de constituir consórcio público de saúde, com personalidade jurídica de direito público, sob a forma de associação pública, no intuito de otimizar os recursos públicos disponíveis e reforçar o papel do município na consecução do direito fundamental de todos os cidadãos a receberem atendimento de saúde digno e eficaz.

PREÂMBULO

Considerando que na Assembleia Geral Ordinária da Associação dos Municípios da Grande Florianópolis realizada aos trinta e um dias do mês de julho do ano de 2009, em São Bonifácio, foi criado pelos prefeitos que compõem esta associação, o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Grande Florianópolis - CIS-GRANFPOLIS e delegou a Assessoria de Saúde da Associação da GRANFPOLIS a responsabilidade pelos próximos passos para a efetivação da decisão em plenário.

Considerando o planejamento realizado para o ano de 2011 pelo Colegiado de Gestão Regional de Saúde (CGR), baseado nas necessidades prementes dos vinte e dois municípios que compõem a região da grande Florianópolis;

Considerando a constituição de uma comissão para atuar na busca de soluções para as dificuldades encontradas na gestão da saúde, em especial a contratação de serviços e profissionais para a realização de procedimentos de média e alta complexidade ambulatoriais e hospitalares, a logística e gestão de aquisição de equipamentos, medicamentos, e materiais em geral;

Considerando a constante busca de informações, dados, conhecimentos, subsídios e experiências foram criados pela Assessoria de Saúde da Associação uma Câmara técnica composta por membros do Colegiado de Secretários Municipais de Saúde, representados pelos municípios de Biguaçu e São João Batista que participaram de Oficinas sobre Consórcios Públicos de Saúde, no XXVI Congresso Nacional de Secretários de Saúde realizado em maio de 2010 em Gramado-RS; participação no I Congresso Nacional sobre Consórcio Público em Saúde em Belo Horizonte em junho/julho de 2010 e palestra realizada pelo Coordenador Técnico e Administrativo do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Associação dos municípios do Nordeste de Santa Catarina - AMONESC, Sr. Dario Salles realizado na Assembleia Geral Ordinária dos Prefeitos da GRANFPOLIS;

TÍTULO I**DA DENOMINAÇÃO, CONSTITUIÇÃO, SEDE, ÁREA DE ATUAÇÃO, DURAÇÃO E FINALIDADE****CAPÍTULO I****DA DENOMINAÇÃO E CONSTITUIÇÃO**

Art. 1º O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Grande Florianópolis (CIS-GRANFPOLIS) constitui-se sob a forma de associação pública de direito público, integrando a administração indireta de todos os entes consorciados, devendo reger-se pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Federal nº 11.107/05, Decreto Federal nº 6.017/07, da Lei Federal nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), da Lei Federal nº 8.142/90 e demais normas pertinentes, pelo presente Protocolo de Intenções e pela regulamentação que vier a ser adotada pelos seus órgãos competentes.

Parágrafo Único. O CIS-GRANFPOLIS adquirirá personalidade jurídica mediante a vigência das leis de ratificação de no mínimo cinco municípios subscritores do Protocolo de Intenções.

Art. 2º O CIS-GRANFPOLIS é constituído pelos municípios subscritores deste Protocolo de Intenções, nos termos do Anexo I.

§ 1º Somente será considerado consorciado o Município subscritor do Protocolo de Intenções que o ratificar por meio de lei no prazo de dois anos, contados a partir da data de publicação do Protocolo de Intenções.

§ 2º A ratificação realizada após dois anos da subscrição somente será válida após homologação da Assembleia Geral do consórcio.

§ 3º É vedada a ratificação com reserva que implique em consorciamento parcial do ente.

§ 4º A representação do Município no CIS-GRANFPOLIS dar-se-á pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

CAPÍTULO II**DA SEDE, ÁREA DE ATUAÇÃO E DURAÇÃO**

Art. 3º O CIS-GRANFPOLIS terá sede na Rua General Bittencourt, nº 587, Centro, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo Único. A Assembleia Geral poderá deliberar pela mudança da sede, desde que venha a se estabelecer dentro da área de atuação do consórcio.

Art. 4º A área de atuação do consórcio será formada pelos territórios dos municípios que o integram, constituindo-se numa unidade territorial sem limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe.

Art. 5º O CIS-GRANFPOLIS terá duração indeterminada.

CAPÍTULO III**DAS FINALIDADES**

Art. 6º São finalidades do CIS-GRANFPOLIS:

I - representar o conjunto dos municípios que o integram, em assuntos de saúde de interesse comum, perante outras esferas de governo e quaisquer entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

II - assegurar a prestação de serviços de saúde em caráter suplementar e complementar aos cidadãos dos municípios consorciados, em conformidade com as diretrizes do SUS, de maneira eficiente e eficaz.

III - fomentar o estabelecimento de novas especialidades de saúde nos municípios consorciados e a manutenção das existentes;

IV - estimular a integração das diversas instituições públicas e privadas para melhor operacionalização das atividades de saúde;

V - criar instrumentos de controle, acompanhamento, avaliação e regulação dos serviços de saúde prestados à população;

VI - planejar e coordenar programas e medidas destinados à promoção da saúde dos habitantes dos municípios consorciados, em especial apoiar serviços e campanhas do Ministério da Saúde e Secretaria de Estado da Saúde;

VII - desenvolver e executar serviços e atividades de interesse dos municípios consorciados de acordo com os projetos e programas de trabalho aprovados pelo CIS-GRANFPOLIS;

X - realizar compras compartilhadas de equipamentos, materiais, medicamentos e outros insumos da área da saúde;

XI - incentivar e apoiar a estruturação dos serviços básicos de saúde nos municípios consorciados, objetivando a uniformidade de atendimento médico e a utilização adequada dos serviços oferecidos por meio do consórcio;

XII - prestar assessoria na implantação de programas e medidas destinadas à promoção da saúde da população dos municípios consorciados;

XIII - estabelecer relações de parceria com outros consórcios públicos de saúde que, por sua localização no âmbito macro-regional, possibilite o desenvolvimento de ações conjuntas;

Parágrafo Único. Para cumprir as suas finalidades o CIS-GRANFPOLIS poderá:

I - adquirir ou receber em doação ou cessão de uso bens e direitos relevantes ao exercício de suas atribuições;

II - firmar convênios, contratos, acordos, e receber doações, auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos governamentais ou da iniciativa privada;

III - prestar a seus consorciados os serviços de saúde, em especial os procedimentos de média e alta complexidade ambulatoriais e hospitalares exemplificados no Anexo II, bem como a logística e a gestão da aquisição de equipamentos, serviços de tecnologia da informação, medicamentos, e materiais em geral.

IV - realizar licitações em nome dos municípios consorciados das quais decorrerão contratos firmados por cada um deles;

V - efetuar licitação pública para contratação de serviços e bens a serem empregados na prestação de serviços aos municípios consorciados;

VI - contratar e ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes consorciados, dispensada a licitação nos termos do art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93;

VII - prestar serviços a instituições privadas, mediante cobrança de preços públicos, desde que, comprovadamente, a prestação de tais serviços não afete a execução das atividades principais do consórcio.

TÍTULO II

DA GESTÃO ASSOCIADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

CAPÍTULO I

DA GESTÃO ASSOCIADA

Art. 7º Os entes consorciados autorizam a gestão associada de serviços públicos de saúde de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, podendo delegar parcial ou integralmente a prestação de serviços de saúde prevista no artigo 6º, nos termos do Contrato de Programa.

TÍTULO III

DOS CONTRATOS DE PROGRAMA, DE RATEIO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CAPÍTULO I

DO CONTRATO DE PROGRAMA

Art. 8º Os contratos de programa, tendo por objeto a totalidade ou parcela dos serviços dispostos no artigo 6º, serão firmados por cada ente consorciado com o consórcio.

Parágrafo único. O contrato de programa deverá:

I - atender à legislação de concessões e permissões de serviços públicos;

II - promover procedimentos que garantam a transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares;

III - regular as condições e limites da gestão associada de serviços públicos de saúde.

CAPÍTULO II

DO CONTRATO DE RATEIO

Art. 9º Os contratos de rateio serão firmados por cada ente consorciado com o consórcio, e disciplinarão a transferência de recursos para custear as despesas de manutenção deste.

§ 1º O contrato de rateio será formalizado em cada exercício e o prazo de vigência será o da respectiva dotação orçamentária, exceto os contratos de rateio que tenham por objeto projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual.

§ 2º É vedada a aplicação de recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.

§ 3º Os entes consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o consórcio, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

§ 4º O rateio das despesas de manutenção do consórcio entre os consorciados será realizado em razão do número de habitantes publicado anualmente pelo IBGE.

§ 5º O saldo financeiro apurado ao final do exercício poderá ser utilizado para abatimento no contrato de rateio do exercício seguinte.

CAPÍTULO III

DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Art. 10. O consórcio poderá ser contratado por ente consorciado, ou por entidade que integre a administração indireta deste último, sendo dispensada a licitação nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 11.107/05.

Parágrafo Único. Preferencialmente, deverá ser celebrado contrato de prestação de serviços sempre que o consórcio fornecer bens ou prestar serviços para um determinado ente consorciado, de forma a impedir que sejam eles custeados pelos demais.

TÍTULO IV

DA ESTRUTURA E COMPETÊNCIAS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11. O consórcio será organizado por Contrato de Consórcio Público, decorrente da ratificação, por lei, deste Protocolo de Intenções.

§ 1º A celebração do Contrato de Consórcio Público dar-se-á na primeira Assembleia Geral, sendo dispensada sua alteração quando do ingresso de novos municípios homologado pela Assembleia Geral.

§ 2º O consórcio regulamentará em Regimento Interno as demais situações não previstas no Contrato de Consórcio Público.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA

Art. 12. O CIS-GRANFpolis terá a seguinte estrutura:

I - Assembleia Geral;

II - Diretoria;

III - Conselho Fiscal;

IV - Conselho de Saúde;

V - Diretoria Executiva.

Seção I

Assembleia Geral

Art. 13. A Assembleia Geral, instância máxima do consórcio, é órgão colegiado composto pelos chefes do Poder Executivo de todos os municípios consorciados.

§ 1º Os Vice-Prefeitos poderão participar de todas as reuniões da Assembleia Geral, com direito a voz.

§ 2º Na ausência do Chefe do Poder Executivo, o Vice-Prefeito assumirá a representação na Assembleia Geral, inclusive com direito a voto, facultando-se a representação por agente público municipal, desde que devidamente formalizada.

§ 3º É vedada a representação de mais de um consorciado pelo mesmo agente público.

§ 4º A Assembleia Geral será presidida pelo representante legal do consórcio, ou pelo Vice-Presidente na sua falta.

Art. 14. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente duas vezes por ano, para deliberar sobre as normas orçamentárias, prestação de contas, planos de trabalho e eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal, e extraordinariamente quando convocado pelo Presidente do consórcio, por um quinto de seus membros ou pelo Conselho Fiscal, para outras finalidades.

§ 1º A Assembleia Geral reunir-se-á:

I - em primeira convocação, presentes a maioria dos entes consorciados;

II - em segunda convocação, quinze minutos após o horário estabelecido para a primeira convocação, com qualquer número de entes consorciados.

§ 2º As convocações serão realizadas por meio de publicação no órgão oficial de publicações do consórcio, com antecedência mínima de cinco dias úteis.

Art. 15. Cada município consorciado terá direito a um voto na Assembleia Geral.

Parágrafo Único. O voto será público e nominal, admitindo-se o voto secreto somente nos casos de julgamento em que se suscite a aplicação de penalidade aos servidores do consórcio ou ao ente consorciado.

Art. 16. Compete à Assembleia Geral:

I - eleger os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;

II - homologar o ingresso no consórcio de município que tenha ratificado o Protocolo de Intenções após dois anos de sua subscrição;

III - aprovar as alterações do Contrato de Consórcio Público;

IV - aplicar penalidades aos entes consorciados;

V - aprovar o Regimento Interno e suas alterações;

VI - deliberar sobre a transferência de recursos financeiros a ser definida em contrato de rateio, bem como sobre as cotas de serviços a serem contratadas por cada consorciado;

VII - aprovar:

a) o orçamento anual do consórcio, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de eventuais contratos de rateio;

- b) as diretrizes orçamentárias, política patrimonial e financeira e os programas de investimento do consórcio;
 - c) o plano de trabalho;
 - d) o relatório anual de atividades;
 - e) a prestação de contas, após a análise do Conselho Fiscal;
 - f) a realização de operações de crédito;
 - g) a mudança da sede.
 - h) a alienação e a oneração de bens imóveis do consórcio;
- VIII - nomear e exonerar o Diretor Executivo do consórcio;
- IX - autorizar o provimento dos empregos públicos previstos no anexo III deste protocolo de intenções;
- X - contratar serviços de auditoria externa;
- XI - aprovar a extinção do consórcio;
- XII - homologar a revisão geral anual dos empregados públicos do consórcio;
- XIII - aprovar o aumento real da remuneração dos empregados públicos;
- XIV - deliberar sobre assuntos gerais do consórcio.

Art. 17. O quorum de deliberação da Assembleia Geral será de:

- I - unanimidade de votos de todos os consorciados para as competências dispostas nos incisos III e XI do artigo anterior;
- II - maioria simples dos consorciados presentes para as demais deliberações.

§ 1º Compete ao Presidente, além do voto normal, o voto de minerva.

§ 2º Havendo consenso entre seus membros, às votações poderão ser efetivadas através de aclamação.

Seção II

Diretoria Executiva

Art. 18. A Diretoria é órgão de direção do consórcio, assim constituído:

- I - Presidente;
- II - Vice-Presidente;
- III - Secretário;
- IV - Segundo Secretário.

§ 1º Os membros da Diretoria serão escolhidos em Assembleia Geral para o mandato de dois anos, podendo seus membros ser reeleitos por mais um período.

§ 2º Nenhum dos membros da Diretoria perceberá remuneração ou quaisquer espécies de verbas indenizatórias.

§ 3º Os membros da Diretoria não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas em nome do consórcio, mas assumirão as responsabilidades pela prática de atos ilegais ou contrários às disposições contidas nos estatutos do consórcio.

§ 4º Poderão concorrer à eleição para a Diretoria apenas os chefes do Poder Executivo dos municípios regulares com as obrigações contratuais.

Art. 19. Compete ao Presidente do consórcio:

- I - representar o CIS-GRANFPOLIS ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo firmar contratos ou convênios bem como constituir procuradores ad negotia e ad iudicia;
 - II - presidir a Assembleia Geral e manifestar o voto de minerva;
 - III - dar posse aos membros do Conselho Fiscal;
 - IV - celebrar convênios e acordos congêneres;
 - V - prestar contas ao órgão concessor dos auxílios e subvenções que o consórcio venha a receber;
 - VI - ordenar as despesas do consórcio e responsabilizar-se por sua prestação de contas;
 - VII - movimentar em conjunto com o Diretor Executivo as contas bancárias e os recursos do consórcio;
 - VIII - aceitar a cessão de servidores do ente consorciado ao consórcio;
 - IX - convocar as reuniões da Assembleia Geral, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;
 - X - zelar pelos interesses do consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo de Intenções ou pelos estatutos a outro órgão do consórcio.
- Parágrafo Único. As competências arroladas neste artigo poderão ser delegadas ao Diretor Executivo.

Seção III

Conselho Fiscal

Art. 20. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização do consórcio, será composto por três membros, eleitos pela Assembleia Geral, para mandato de dois anos, admitida uma reeleição.

§ 1º O mandato dos membros do Conselho Fiscal deve coincidir com o da Diretoria.

§ 2º O Conselho Fiscal será presidido por um dos seus membros, escolhido entre seus pares.

§ 3º Nenhum dos membros do Conselho Fiscal perceberá remuneração ou quaisquer espécies de verbas indenizatórias.

Art. 21. Compete ao Conselho Fiscal:

- I - fiscalizar mensalmente a contabilidade do consórcio;
- II - acompanhar e fiscalizar sempre que considerar oportuno e conveniente, quaisquer operações econômicas ou financeiras do consórcio e propor à Assembleia Geral a contratação de auditorias;
- III - emitir parecer sobre a proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geral a serem submetidas à Assembleia Geral;
- IV - eleger entre seus pares um Presidente.

Art. 22. O Conselho Fiscal poderá convocar os membros da Diretoria e Diretoria Executiva para prestar esclarecimentos ou tomar providências quando houver indícios de irregularidades na escrituração contábil, nos atos de gestão financeira ou ainda inobservância de normas legais, estatutárias ou regimentais.

Seção V

Conselho De Saúde

Art. 23. O Conselho de Saúde é órgão consultivo, integrado pelos Secretários Municipais de Saúde dos municípios consorciados, cabendo:

- I - propor o plano de trabalho e as metas a serem alcançadas pelo consórcio;
- II - sugerir as atividades a serem exercidas pelo consórcio de acordo com as demandas apuradas nos municípios;
- III - fomentar a transferência da execução de serviços de saúde de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar da administração direta dos municípios ao consórcio, nos casos em que este prestar tais serviços;
- IV - promover a interação entre as atividades de saúde prestadas no âmbito dos municípios e no consórcio.

§ 1º O Conselho de Saúde será presidido por um dos seus membros, escolhido entre seus pares.

§ 2º O mandato do presidente do Conselho de Saúde deve coincidir com o da Diretoria.

§ 3º Nenhum dos membros do Conselho de Saúde perceberá remuneração ou quaisquer espécies de verbas indenizatórias.

Art. 24. O Conselho de Saúde reunir-se-á, preferencialmente, a cada três meses, para discutir sobre as tarefas de sua competência.

Seção VI

Diretoria Executiva

Art. 25. A Diretoria Executiva é o órgão executivo do consórcio e será constituída por Diretor Executivo, Gerente Administrativo, Assessor Jurídico e pelos empregados públicos permanentes do consórcio, nos termos do Anexo III deste Protocolo de Intenções.

Art. 26. Compete ao Diretor Executivo:

- I - promover a execução das atividades do consórcio;
- II - colher e avaliar as sugestões apontadas pelo Conselho de Saúde e promover sua execução no âmbito do consórcio
- III - realizar concursos públicos e promover a contratação, demissão e aplicação de sanções aos empregados, bem como praticar todos os atos relativos ao pessoal administrativo;
- IV - elaborar o plano de trabalho e a proposta orçamentária anual;
- V - elaborar o relatório anual de atividades;
- VI - elaborar os balancetes mensais para ciência do Conselho Fiscal e da Assembleia Geral;
- VII - elaborar as prestações de contas dos auxílios e subvenções concedidas ao consórcio para ser apresentada pela Assembleia Geral ao Órgão Concessor;

VIII - promover os atos de transparência do consórcio;
IX - movimentar em conjunto com o Presidente do consórcio, as contas bancárias e os recursos financeiros;
X - autorizar a abertura de licitações públicas e a celebração de contratos dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembleia Geral;
XI - designar seu substituto, em caso de impedimento ou ausência para responder pelo expediente;
XII - providenciar as convocações, agendas e locais para as reuniões da Assembleia Geral;
XIII - providenciar todas as diligências solicitadas pela Assembleia Geral, pela Diretoria ou pelo Conselho Fiscal;
XIV - propor à Assembleia Geral a requisição de servidores públicos municipais para serem cedidos ao consórcio.

Art. 27. Compete ao Gerente Administrativo organizar e executar a gestão administrativa do consórcio, em especial a relativa à assessoria jurídica, aos recursos humanos, aos processos burocráticos, aos processos de licitação pública e de contratos administrativos, à gestão do patrimônio, à execução financeira e orçamentária, à contabilidade pública e ao controle interno, além de administrar os projetos e atividades relacionadas aos objetivos do consórcio, bem como auxiliar o Diretor Executivo em suas atribuições.

TÍTULO V

DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO I

DOS EMPREGADOS PÚBLICOS

Seção I

Regime Jurídico

Art. 28. O Regime Jurídico de Trabalho dos empregados do consórcio é o da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social e regidos, subsidiariamente, pelo que estabelece este Protocolo de Intenções.

§ 1º O os empregos públicos de Diretor Executivo, de Gerente Administrativo e Assessor Jurídico são de livre admissão e demissão.

§ 2º O provimento dos empregos públicos permanentes dar-se-á mediante prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 3º Os empregados do consórcio não poderão ser cedidos, inclusive para os entes consorciados.

§ 4º Os empregados públicos incumbidos da gestão de consórcio não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio, salvo pelos atos cometidos em desacordo com a lei ou com as disposições do estatuto do consórcio.

Seção II

Quadro de Empregados

Art. 29. O quadro de pessoal do consórcio é composto por três empregados públicos de livre admissão e demissão e por até cinquenta empregados permanentes, na conformidade do Anexo III deste Protocolo de Intenções.

§ 1º O emprego público de Diretor Executivo do consórcio deverá ser ocupado por profissional com formação de nível superior, bem como comprovada experiência em gestão de serviços de saúde e em administração pública.

§ 2º O emprego público de Gerente Administrativo do consórcio deverá ser ocupado por profissional com comprovada experiência em administração pública, com formação de nível superior.

§ 3º A qualificação, denominação, referência salarial inicial, número de vagas, carga horária semanal e atribuições dos empregos públicos é a definida no Anexo III deste Protocolo de Intenções.

§ 4º As atribuições dos empregos públicos, sempre que necessário e de interesse do consórcio, poderão ser alteradas ou adequadas, após aprovação pela Assembleia Geral.

§ 5º A jornada de trabalho de cada emprego público poderá ser reduzida administrativamente, com a redução proporcional da remuneração.

§ 6º Os empregados públicos não têm direito à estabilidade no serviço público.

Art. 30. É facultado ao consórcio público conceder estágio a aluno matriculado em curso regular de ensino mantido pelo poder

público ou pela iniciativa privada, com funcionamento autorizado ou reconhecido pelos órgãos competentes, respeitada a legislação federal acerca do tema e as condições a serem disciplinadas em Regimento Interno.

Seção III

Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público

Art. 31. Fica autorizada a contratação temporária de empregados públicos, para fins de necessidade temporária de excepcional interesse público, nos seguintes casos:

I - assistência a situações de calamidade pública ou de estado de emergência;

II - a vacância do emprego permanente, até a admissão de novo empregado aprovado em concurso público;

III - nos casos de licença ou afastamento do exercício do emprego permanente, desde que reste comprovada a necessidade de substituição do empregado licenciado ou afastado.

Parágrafo Único. A duração do contrato temporário será limitada há um ano, permitida apenas uma prorrogação por igual período.

Art. 32. A seleção de empregado a ser contratado temporariamente será feita mediante processo seletivo simplificado, divulgado por meio de edital.

Parágrafo Único. A contratação de empregado temporário prescindirá do processo seletivo nos casos em que não for possível aguardar sua realização, mediante justificativa.

Art. 33. A remuneração do empregado temporário será fixada em importância equivalente à referência salarial inicial para o respectivo emprego.

Seção IV

Remuneração

Art. 34. Os valores iniciais dos salários dos empregos são os constantes no Anexo III deste Protocolo de Intenções, assegurada à revisão geral anual.

Art. 35. Fica assegurada a revisão geral anual de salários, sempre no mês de maio de cada ano, nos termos da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou, na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

§ 1º A aplicação da revisão geral anual de salários dar-se-á mediante Resolução aprovada pelo Presidente do consórcio, devendo ser submetida à homologação da Assembleia Geral.

§ 2º A revisão geral anual incidirá, uniformemente, em todas as referências constantes da Tabela de Referências Salariais.

Art. 36. A Assembleia Geral poderá conceder aumento real da remuneração dos empregados do consórcio, única e exclusivamente com o objetivo de revisar os valores para adequá-los à realidade do mercado, mediante justificativa.

§ 1º Entende-se por realidade de mercado, a média salarial paga aos empregados que exerçam atividades semelhantes às do consórcio, considerando-se a área de abrangência da região do município em que estiver sediado.

§ 2º O aumento real da remuneração poderá ser concedido em percentuais diferenciados para cada categoria de empregados públicos.

Art. 37. Conceder-se-á promoção funcional dos empregados públicos permanentes em função do tempo de serviço e em função de nova titulação ou capacitação, consubstanciada em progressão vertical na tabela de referências salariais.

§ 1º A progressão vertical por tempo de serviço será concedida à razão de 01 (uma) referência salarial a cada 2 (dois) anos de efetivo exercício do emprego permanente, contados da data de admissão.

§ 2º A progressão vertical por nova titulação ou capacitação decorre da contínua atualização, especialização e aperfeiçoamento do empregado para o aprimoramento do desempenho de suas atividades, com observância dos seguintes critérios:

I - progressão de 03 (três) referências salariais no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de Nível Superior, desde que tal curso seja superior à escolaridade exigida para o emprego

que ocupa;

II - progressão de 02 (duas) referências salariais no emprego, por ter concluído curso de Pós-Graduação, em nível de especialização, correlato com o emprego que ocupa;

III - progressão de 05 (cinco) referências salariais no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de Pós-Graduação, em nível de mestrado, correlato com o emprego que ocupa;

IV - progressão de 07 (sete) referências salariais no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de Pós-Graduação, em nível de doutorado, correlato com o emprego que ocupa; e

V - progressão de capacitação.

§ 3º Somente serão considerados os títulos reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC), não sendo considerados títulos àqueles constantes como requisitos para a admissão no emprego público.

§ 4º O direito ao aumento da referência salarial é devido a partir do mês seguinte ao protocolo da solicitação da progressão por nova titulação, mediante comprovação por meio da expedição do respectivo título, pelo empregado público, da nova titulação auferida.

§ 5º É vedada a progressão por nova titulação do empregado durante os 03 (três) primeiros anos de exercício, considerados como de avaliação na função.

§ 6º Não serão considerados os títulos obtidos antes do ingresso no emprego público.

§ 7º O empregado aprovado em concurso público para novo emprego do quadro de pessoal perceberá a remuneração estabelecida para a referência salarial inicial do novo emprego, mantidas as referências salariais adquiridas por promoção funcional devida em função de tempo de serviço.

Art. 38. Conceder-se-ão as seguintes indenizações aos empregados do consórcio:

I - a título de hospedagem e alimentação, denominada diária, ao empregado que realizar despesas para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do emprego, sempre que for necessário pernoitar em cidade distinta da do local de trabalho, paga em razão do número de pernoites, de acordo com o Anexo IV.

II - a título de descolamento, ao empregado que deslocar-se a serviço do consórcio utilizando-se de veículo próprio, totalmente segurado, nos termos do Anexo V, mediante comprovação da viagem.

§ 1º Poderá ser instituído regime de adiantamento de despesas, nos termos de resolução específica, consistente na entrega de numerário ao empregado responsável pela realização da despesa, devendo ser prestado contas da totalidade dos recursos recebidos.

§ 2º A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devida pela metade quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede, ou quando o consórcio público custear, por meio diverso, as despesas extraordinárias cobertas por diárias.

§ 3º Não fará jus a diárias o empregado que se deslocar dentro da mesma região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião, constituídas por municípios limítrofes e regularmente instituídas.

Art. 39. Será concedido vale transporte, na forma da legislação federal, ao empregado que o requerer para deslocamento da residência ao local de trabalho e vice-versa.

Art. 40. Será concedido ao empregado com carga horária semanal superior a 20 horas, o auxílio refeição, na forma do Anexo VI.

Art. 41. A Assembleia Geral poderá aprovar a concessão aos empregados, com a participação financeira destes, de auxílio para o custeio de plano de saúde.

Art. 42. Ao empregado público permanente a que tenha sido delegada função de direção, chefia, assessoramento, ou atribuição específica de emprego público diverso, respeitada a qualificação mínima, é devida gratificação pelo seu exercício, no percentual de 30% (trinta por cento) do salário do emprego público originariamente ocupado.

§ 1º Cessada a função de direção, chefia, assessoramento, ou

atribuição específica de outro emprego público, extingue-se automaticamente a referida gratificação, sem qualquer incorporação ou direito adquirido.

§ 2º É vedada a acumulação de gratificação prevista neste artigo. Seção V

Avaliação Periódica de Desempenho

Art. 43. A Avaliação Periódica de Desempenho, a ser regulamentada em Regimento Interno, será realizada através de comissão permanente instituída para tal finalidade, para todos os empregados permanentes, observando-se os critérios de eficiência, responsabilidade, assiduidade, pontualidade, relacionamento pessoal, e penalidades disciplinares.

CAPÍTULO II

DAS CONTRATAÇÕES

Art. 44. As contratações de bens, obras e serviços realizadas pelo consórcio observarão as normas de licitações públicas e contratos administrativos.

Art. 45. Os editais de licitações e os extratos de contratos celebrados pelo consórcio deverão ser publicados no órgão oficial de publicação do consórcio.

TÍTULO VI

DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 46. O consórcio obedecerá, relativamente à execução das receitas e das despesas, ao disposto na Constituição da República, às normas gerais de direito financeiro e ao disposto neste Protocolo de Intenções, devendo programar suas atividades financeiras por meio de orçamento anual, aprovado em Assembleia Geral e expedido por meio de resolução, abrangendo:

I - orçamento anual, fixando as despesas e estimando as receitas, efetivas e potenciais;

II - as diretrizes orçamentárias, política patrimonial e financeira e os programas de investimento do consórcio;

III - as orientações a serem repassadas aos municípios consorciados para fazer constar em seus respectivos orçamentos a transferência de recursos financeiros mediante contrato de rateio e contrato de prestação de serviços.

Art. 47. Constituem patrimônio do consórcio os bens materiais e imateriais.

§ 1º Os bens materiais do consórcio são indisponíveis, imprescritíveis, impenhoráveis e inalienáveis, salvo, neste último caso, os bens objeto de desafetação.

§ 2º Os bens imateriais do consórcio são protegidos por lei, mediante registro nos órgãos competentes.

Art. 48. Constituem recursos financeiros do consórcio:

I - a entrega mensal de recursos financeiros, de acordo com o contrato de rateio;

II - a remuneração dos serviços prestados aos consorciados, de acordo com os contratos de prestação de serviços;

III - as receitas e ressarcimentos pagos no âmbito do Sistema Único de Saúde;

IV - a receita da cobrança de preços públicos pela prestação de serviços a terceiros;

V - os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;

VI - o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos a qualquer título.

VII - os saldos do exercício;

VIII - as doações e legados;

IX - o produto de alienação de seus bens livres;

X - o produto de operações de crédito;

XI - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira.

Art. 49. A contabilidade do consórcio será realizada de acordo com as normas de contabilidade pública, em especial a Lei Federal nº 4.320/64 e a Lei Complementar Federal nº 101/00.

TÍTULO VII

CAPÍTULO V**DO USO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS**

Art. 50. Os entes consorciados terão acesso aos bens adquiridos pelos consórcios e aos serviços prestados nos termos definidos em contrato de programa, mediante entrega de recursos disciplinada no contrato de rateio.

Art. 51. Respeitadas as respectivas legislações municipais, cada consorciado poderá colocar à disposição do consórcio os bens e serviços de sua própria administração para uso comum, nos termos definidos em contrato de programa e no contrato de rateio.

TÍTULO V**DA RETIRADA, EXCLUSÃO E ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO****CAPÍTULO I****DA RETIRADA**

Art. 52. Cada consorciado poderá se retirar do CIS-GRANFPOLIS a qualquer tempo, desde que denuncie sua contratação num prazo nunca inferior a sessenta dias, sem prejuízo das obrigações e direitos até sua efetiva retirada.

CAPÍTULO II**DA EXCLUSÃO**

Art. 53. Serão excluídos do consórcio os entes consorciados que:

I - tenham deixado de incluir em suas leis orçamentárias as dotações devidas ao consórcio assumidas em contrato de rateio.

II - incorram em situação de inadimplência com suas obrigações assumidas em contrato de rateio ou em contrato de prestação de serviços.

III - deixem de ratificar as possíveis alterações ao Contrato de Consórcio Público aprovadas em Assembleia Geral.

§ 1º A exclusão somente ocorrerá após prévia suspensão pelo prazo de sessenta dias, período em que o consorciado poderá se reabilitar.

§ 2º A exclusão prevista neste artigo não exime o consorciado do pagamento de débitos decorrentes do tempo em que permaneceu inadimplente.

CAPÍTULO III**DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO**

Art. 54. A alteração e a extinção de Contrato de Consórcio Público dependerão de instrumento aprovado pela Assembleia Geral.

§ 1º Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos reverterão aos consorciados proporcionalmente aos investimentos feitos ao consórcio.

§ 2º Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão subsidiariamente pelas obrigações remanescentes, garantidos o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 3º Com a extinção, os servidores públicos cedidos ao consórcio público retornarão aos seus órgãos de origem.

§ 4º A destinação do patrimônio do consórcio, em caso de extinção, será decidida em Assembleia Geral.

§ 5º A retirada ou a extinção do consórcio não prejudicará as obrigações já constituídas, inclusive os contratos de programa, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas.

TÍTULO VI**ATOS NORMATIVOS**

Art. 55. Serão expedidas por meio de Resolução do Presidente, sem prejuízo das demais atribuições previstas no Protocolo de Intenções:

I - as deliberações da Assembleia Geral, da Diretoria e do Conselho Fiscal;

II - as normas específicas de regulamentação do consórcio em que se tenha delegado a competência ao Presidente.

Art. 56. As decisões de competência do Diretor Executivo serão expedidas por meio de Portaria.

Art. 57. É condição de validade dos atos normativos expedidos por qualquer órgão ou agente do consórcio a respectiva publicação no órgão oficial de publicação.

TÍTULO VI**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS****CAPÍTULO I****DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 58. Provisoriamente, as funções administrativas do consórcio poderão ser delegadas à Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis - GRANFPOLIS.

Art. 59. O exercício fiscal coincidirá com o ano civil, para efeitos de execução do orçamento e prestação de contas.

Art. 60. Excepcionalmente, o mandato inicial da Diretoria, do Conselho Fiscal e do Conselho de Saúde vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Art. 61. A interpretação do disposto neste Protocolo de Intenções deverá ser compatível com o exposto em seu Preâmbulo e, bem como, aos seguintes princípios:

I - respeito à autonomia dos entes federativos consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do consórcio depende apenas da vontade de cada ente federativo;

II - solidariedade, em razão da qual os entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a execução dos objetivos do consórcio;

III - transparência, pelo que não se poderá negar ao Poder Executivo ou Legislativo de ente consorciado o acesso a qualquer reunião ou documento do consórcio;

IV - eficiência, assentada na qualidade dos serviços prestados, agilidade e custo reduzido.

V - respeito aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

VI - respeito aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde.

Art. 62. Os casos omissos ao presente Protocolo de Intenções serão resolvidos pela Assembleia Geral e pelas normas aplicáveis aos consórcios públicos.

Art. 63. As normas do presente Protocolo de Intenções entrarão em vigor a partir da data da sua publicação na imprensa oficial.

Art. 64. Fica estabelecido o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina para dirimir quaisquer demandas envolvendo o consórcio CIS-GRANFPOLIS.

Florianópolis, 11 de março de 2011

ANEXO I

Municípios subscritores do Protocolo de Intenções

- | | |
|---------------------------|------------------------------|
| - Águas Mornas; | - Major Gercino; |
| - Alfredo Wagner; | - Nova Trento; |
| - Angelina; | - Palhoça; |
| - Anitápolis; | - Paulo Lopes; |
| - Antonio Carlos; | - Rancho Queimado; |
| - Biguaçu; | - Santo Amaro da Imperatriz; |
| - Canelinha; | - São Bonifácio; |
| - Florianópolis; | - São João Batista; |
| - Garopaba; | - São José; |
| - Governador Celso Ramos; | - São Pedro de Alcântara; |
| - Leoberto Leal; | - Tijucas. |

ANEXO II

Ações
Aquisições
Equipamentos
Material De Expediente
Material Permanente
Material De Limpeza
Materiais De Consumo (Enfermagem, Médico E Hospitalar)
Medicamentos
Produtos Médicos De Uso Único
Software
Veículos
Cadastros
Cadastro De Estabelecimentos Sujeitos A Vigilância Sanitária
Cadastro De Usuários Do Sus – Cadsus
Coleta De Material
Biópsias Gerais
Punções Gerais
Diagnóstico Em Laboratório Clínico (Exames Laboratoriais)
Exames Bioquímicos
Exames Hematológicos E Hemostasia
Exames Sorológicos E Imunológicos
Exames Coprológicos
Exames Huroanálise
Exames Hormonais
Exames Toxiológicos Ou De Monitoração Terapêutica
Exames Microbiológicos
Exames De Genética
Exames Para Triagem Neonatal
Exames Himunohematológicos
Diagnóstico Por Anatomia Patológica E Citopatologia
Exames Citopatológicos
Exames Anotomopatológicos
Diagnóstico Por Radiologia

Exames Radiológicos De Cabeça E Do Pescoço
Exames Radiológicos Da Coluna Vertebral
Exames Radiológicos Do Torax E Mediastina
Exames Radiológicos Da Cintura Escapular E Dos Membros Superiores
Exames Radiológicos Do Abdomen E Pelve
Exames Radiológicos Da Cintura Pélvica E Dos Membros Inferiores
Diagnósticos Por Ultra-Sonografia
Ultra-Sonografias Do Sistema Circulatório (Qualquer Região Anatômica)
Ultra-Sonografia Dos Demais Sistemas
Diagnósticos Por Tomografia
Tomografia Da Cabeça, Pescoço E Coluna Vertebral
Tomografia Do Torax E Membros Superiores
Tomografia Do Abdomen, Pelve E Membros Inferiores
Diagnósticos Por Ressonância Magnética
Rm Da Cabeça, Pescoço E Coluna Vertebral
Rm Do Torax E Membros Superiores
Rm Do Abdomen, Pelve E Membros Inferiores
Diagnóstico Por Medicina Nuclear In Vivo
Aparelho Cardiovascular
Aparelho Digestivo
Aparelho Endócrino
Aparelho Geniturinário
Aparelho Esquelético
Aparelho Nervoso
Aparelho Respiratório
Aparelho Hematológico
Outros Métodos De Diagnóstico Em Medicina Nuclear In Vivo
Diagnóstico Por Endoscopia
Aparelho Digestivo
Aparelho Urinário
Aparelho Ginecológico
Aparelho Respiratório
Diagnóstico Por Radiologia Intervencionista
Exames Radiológicos De Vasos Sanguíneos E Linfáticos
Vias Biliares
Métodos Diagnósticos Em Especialidade
Diagnóstico Em Angiologia

Diagnóstico Em Cardiologia
Diagnóstico Cinético Funcional
Diagnóstico Em Ginecologia – Obstétrica
Diagnóstico Em Neurologia
Diagnóstico Em Oftalmologia
Diagnóstico Em Otorrinolaringologia/Fonoaudiologia
Diagnóstico Em Pneumologia
Diagnóstico Em Urologia
Diagnóstico Em Psicologia/Psiquiatria
Diagnóstico E Procedimentos Especiais em Hemoterapia
Diagnóstico Por Teste Rápido (Realizado Fora Da Estrutura De Laboratório)
Atendimentos/Acompanhamentos
Sessões De Fisioterapia
Sessões De Acupuntura
Tratamentos Odontológicos
Dentística
Endodontia
Periodontia Clínica
Moldagem/Manutenção

Procedimentos Cirúrgicos Eletivos

Procedimento
Adenoidectomia
Amidalectomia
Amidalectomia Com Ou Sem Adenoidectomia
Artrodese De Médias / Grandes Articulações De Membro Inferior
Artroplastia De Ressecção De Média / Grande Articulação
Capsulotomia Yag-Laser
Colecistectomia
Colecistectomia Videolaparoscópica
Coledocotomia Com Ou Sem Colecistectomia
Colpoperineoplastia Anterior E Posterior
Colpoperineoplastia Anterior E Posterior Com Amputação De Colo

Conização
Correção De Hipospadia (Primeiro Tempo)
Correção De Hipospadia (Segundo Tempo)
Curetagem Semiótica Com Ou Sem Dilatação Do Colo Uterino
Excisão De Lesão / Tumor Anºretal
Excisão E Sutura De Lesão Da Boca
Exerese De Cisto Sacro-Coccígeo
Exerese De Glândula De Bartholin / Skene
Exerese De Nódulo De Mama
Exploração Articular Com Ou Sem Sinovectomia De Médias / Grandes Articulações
Fasciectomia
Facectomia Com Implante De Lente Intra-Ocular
Facoemulsificação Com Implante De Lente Intra-Ocular Rígida
Facoemulsificação Com Implante De Lente Intra-Ocular Dobrável
Fistulectomia Ou Fistulotomia Anal
Fotocoagulação A Laser
Fototrabeculoplastia A Laser
Hemorroidectomia
Herniorrafia Umbilical
Herniorrafia Epigástrica
Herniorrafia Incisional
Herniorrafia Recidivante
Hernioplastia Inguinal/Crural (Bilateral)
Hernioplastia Inguinal/Crural (Unilateral)
Histerectomia Total
Histerectomia (Por Via Vaginal)
Histerectomia Com Anexectomia Uni Ou Bilateral
Histeroscopia Cirúrgica Com Ressectoscópio
Implante De Prótese Anti-Glaucomatosa
Iridotomia A Laser
Laqueadura Tubária
Mastectomia Simples
Mastoidectomia Subtotal

Miomectomia
Miomectomia Videolaparoscópica
Ooforectomia/Ooforoplastia
Orquiectomia Bilateral
Orquidopexia Unilateral
Osteotomia De Ossos Longos Exceto Da Mão E Do Pé
Pan-Fotocoagulação Retiniana A Laser
Plástica Mamária Feminina Nao Estética
Postectomia
Prostatectomia Suprapúbica
Reparação Outras Hérnias (Inclui Herniorrafia Muscular)
Ressecção Endoscópica De Próstata
Retirada De Tracão Trans-Esquelética
Retração Cicatricial Dos Dedos Com Comprometimento Tendinoso (Por Dedo)
Segmentectomia De Mama
Septoplastia Para Correção De Desvio
Tenólise
Ten ^o miorrafia
Tenoplastia Ou Enxerto De Tendão Único
Termoterapia Transpupilar
Timpanoplastia (Unilateral/Bilateral)
Tiroidectomia Parcial
Tratamento Cirúrgico De Varizes (Bilateral)
Tratamento Cirúrgico De Varizes (Unilateral)
Tratamento Cirúrgico Da Incontinência Urinária Por Via Vaginal
Tratamento Cirúrgico De Infecção Pós-Artroplastia (Grandes Articulações)
Tratamento Cirúrgico Da Hidrocele
Tratamento Cirúrgico Da Incontinência Urinária Via Abdominal
Tratamento Cirúrgico Da Rotura De Menisco - Meniscectomia Parcial Ou Total
Tratamento Cirúrgico Da Varicocele
Tratamento Cirúrgico De Dedo Em Martelo / Em Garra (Mão E Pé)
Tratamento Cirúrgico De Fratura Viciosamente Consolidada Dos Ossos Longos Exceto Da Mão E Do Pé
Tratamento Cirúrgico De Retração Muscular

Tratamento Cirúrgico Do Glaucoma Congênito
Tratamento Cirúrgico Do Halux Valgus Sem Osteotomia Do Primeiro Osso Metatársico
Tratamento Cirúrgico Do Pé Torto Congênito
Tratamento Cirúrgico Da Síndrome Compressiva Em Túnel Ósteo-Fibroso Ao Nível Do Carpo
Turbinectomia
Vasectomia Parcial Ou Completa
Videoscopia Para Diagnóstico, Drenagem, Toaleta Ou Biópsia Ou Remoção De Lesões
Videoscopia Para Síntese, Reconstrução Ou Transplante De Estruturas
Vitrectomia Posterior
Vitrectomia Posterior Com Infusão De Óleo De Silicone E Endolaser
Vitrectomia Posterior Com Infusão De Perfluorcarbono E Endolaser

Tratamentos Ambulatoriais

Tratamentos De Doenças Do Aparelho De Visão
Acompanhamento E Avaliação De Glaucoma Por Fundoscopia E Tonometria
Exercícios Ortopticos (Por Pressão)
Tratamento Oftalmológico De Paciente Com Glaucoma
Tratamento De Doenças Do Aparelho Digestivo
Dilatação De Esôfago C/ Oligos Sob Visão Endoscópica (Por Sessão)
Remoção Manual De Fecaloma
Retirada De Corpo Estranho Do Esôfago
Retirada De Corpo Estranho Do Estômago / Duodeno
Tratamentos De Doenças Da Pele E Do Tecido Subcutâneo
Fototerapia Com Fotossensibilização (Por Sessão)
Cauterização Química De Pequenas Lesões
Desbastamento De Calosidade E/Ou Mal Perfurante (Desbastamento)
Esfoliação Química
Fototerapia (Por Sessão)
Tratamento De Doenças Do Sistema Osteomuscular E Do Tecido Conjuntivo
Artrocentese De Grandes Articulações

Infiltração De Substancias Em Cavidade Sinuvial (Articulação, Bainha Tendinosa)
Revisão C/ Aparelho Gessado Em Membro Inferior
Revisão C/ Imobilização Não Gessada Em Lesão Da Coluna Vertebral
Revisão C/ Troca De Aparelho Gessado Em Membro Superior
Revisão C/ Troca De Aprelho Gessado Em Lesão Da Coluna Vertebral
Tratamento Cinservador De Fratura Na Cintura Escapular (C/ Imobilização)
Tratamento Conservador De Fratura De Costelas
Tratamento Conservador De Fratura De Punho Com Luva Gessada
Tratamento Conservador De Fratura De Osso Metacarpico
Tratamento Conservador De Fratura Do Esterno
Tratamento Conservador De Fratura Em Membro Inferior C/ Imobilização
Tratamento Conservador De Lesão Da Coluna Cervical C/ Imobilização
Tratamento Conservador De Fratura Em Membro Superior C/ Imobilização
Tratamento Conservador De Lesão Da Coluna Toraco-Lombo-Sacra C/ Ortese
Tratamento Conservador De Lesão De Coluna Toraco-Lombo-Sacra C/ Imobilização
Tratamento Conservador De Lesão De Mecanismo Extensor Dos Dedos
Tratamento Conservador De Lesão Ligamentar Em Membro C/ Imobilização
Tratamentos Por Medicina Nuclear In Vivo
Tratamento De Dor Ossea C/ Samario (Por Paciente)
Tratamento De Hipertireoidismo (Plummer - Até 30 Mci)
Tratamento De Hipertireoidismo Graves
Tratamento De Doenças Do Ouvido/Apófise Mastóide E Vias Aéreas
Lavagem Nasal Pelo Metodo De Proetz (Por Sessão)
Tratamento De Outras Doenças Da Pleura

Consultas
Consultas (Tipos)
Consulta Em Acupuntura
Consulta Em Alergia E Imunologia
Consulta Em Angiologia
Consulta Em Broncaesofalogia
Consulta Em Cardiologia
Consulta Em Cancerologia

Consulta Em Cirurgia Da Cabeça E Pescoço
Consulta Em Cirurgia Geral
Consulta Em Cirurgia Pediátrica
Consulta Em Cirurgia Plástica
Consulta Em Cirurgia Torácica
Consulta Em Cirurgia Vascular
Consulta Em Dermatologia
Consulta Em Endócrino E Metabolologia
Consulta Em Fisioterapia
Consulta Em Fonoaudiologia
Consulta Em Gastroenterologia
Consulta Em Genética Clínica
Consulta Em Geriatria
Consulta Em Ginecologia E Obstetrícia
Consulta Em Hanseníase
Consulta Em Homeopatia
Consulta Em Infectologia
Consulta Em Mastologia
Consulta Em Neurocirurgia
Consulta Em Neurologia
Consulta Em Nutrição
Consulta Em Oftalmologia
Consulta Em Oncologia
Consulta Em Ortopedia E Traumatologia
Consulta Em Otorrinolaringologia
Consulta Em Pediatria
Consulta Em Medicina Do Trabalho
Consulta Em Perícia Médica
Consulta Em Pneumologia
Consulta Em Proctologia
Consulta Em Psicologia
Consulta Em Psiquiatria
Consulta Em Radioterapia

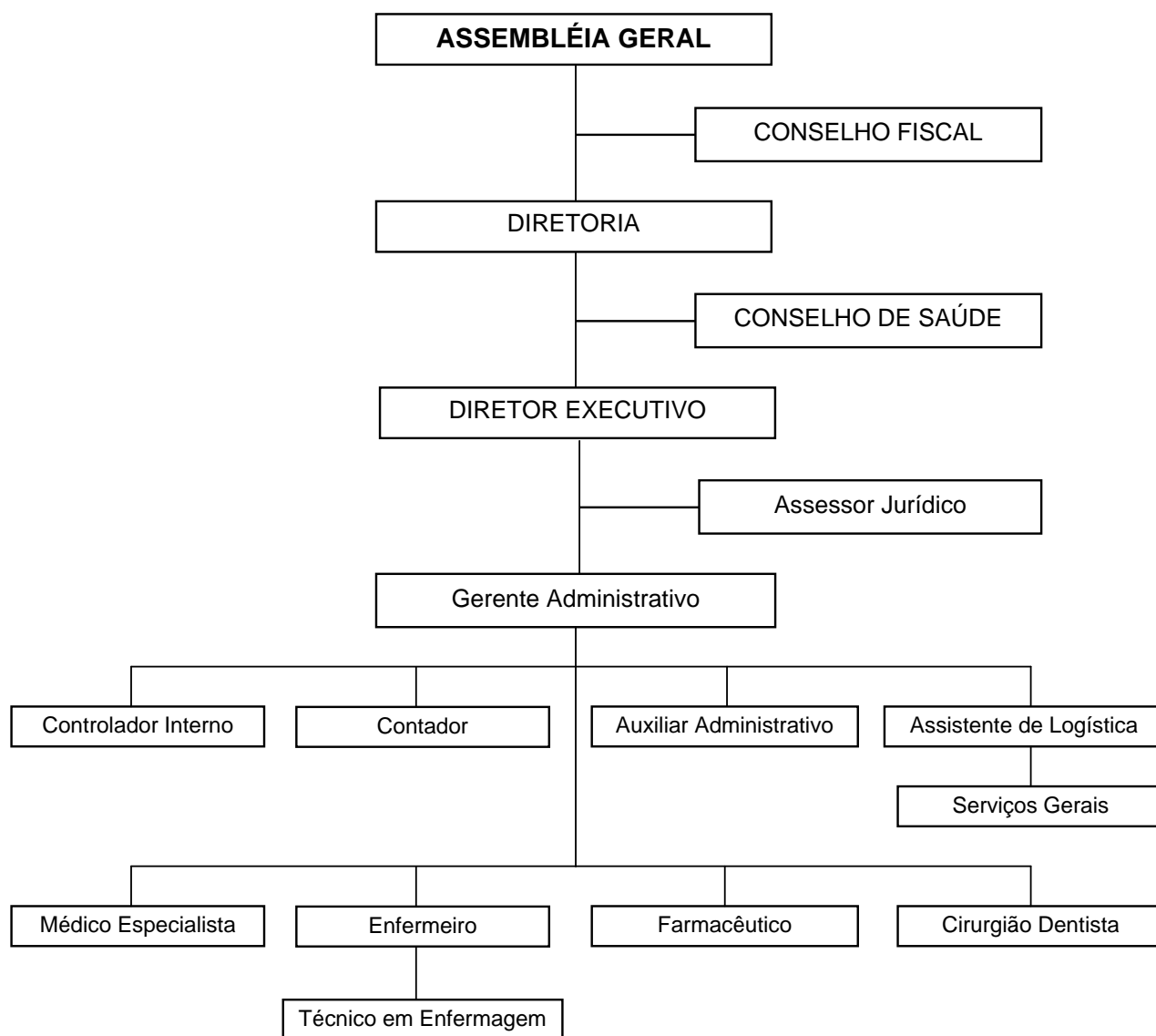
Consulta Em Reumatologia
Consulta Em Tisiologia
Consulta Em Urologia

ANEXO III

Empregos Públicos Do CIS-GRANFPOLIS

Denominação, vagas, referência salarial inicial e carga horária semanal

Denominação	Número de Vagas	Tipo	Referência salarial inicial	Salário	Carga horária semanal
Diretor Executivo	1	Em comissão	106	7.020,00	40h
Gerente Administrativo	1	Em comissão	64	3.540,00	40h
Assessoria Jurídica	1	Em comissão	46	2.500,00	20h
Contador	1	Permanente	46	2.500,00	20h
Controlador Interno	1	Permanente	46	2.500,00	20h
Assistente de Logística	3	Permanente	31	1.750,00	40h
Auxiliar Administrativo	7	Permanente	31	1.750,00	40h
Médico Especialista	20	Permanente	46	2.500,00	20h
Cirurgião Dentista	2	Permanente	51	2.500,00	40h
Enfermeiro	5	Permanente	44	2.400,00	40h
Farmacêutico	3	Permanente	44	2.400,00	40h
Técnico em Enfermagem	5	Permanente	31	1.750,00	40h
Auxiliar de Serviços Gerais	3	Permanente	5	700,00	40h

EMPREGOS PÚBLICOS DO CIS-GRANFOLIS**ORGANOGRAMA**

QUALIFICAÇÃO MÍNIMA DOS EMPREGOS PÚBLICOS

Emprego Público	Escolaridade Mínima	Qualificação especial
Diretor Executivo	Ensino Superior Completo	Registro no órgão de classe competente
Gerente Administrativo	Superior Completo	Registro no órgão de classe competente
Advogado	Bacharel em Direito	Registro no órgão de classe competente
Contador	Bacharel em Contabilidade	Registro no órgão de classe competente
Controlador Interno	Ensino Superior Completo	
Médico Especialista	Bacharel em Medicina / Especialista	Registro no órgão de classe competente
Cirurgião Dentista	Bacharel em Odontologia	Registro no órgão de classe competente
Enfermeiro	Bacharel em Enfermagem	Registro no órgão de classe competente
Farmacêutico	Bacharel em Farmácia	Registro no órgão de classe competente
Técnico em Enfermagem	Ensino Técnico em Enfermagem	Registro no órgão de classe competente
Técnico em Enfermagem	Ensino Técnico em Enfermagem	Registro no órgão de classe competente
Assistente de Logística	Ensino Médio Completo	
Auxiliar Administrativo	Ensino Médio Completo	
Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino Fundamental Completo	

Atribuições dos empregos públicos

Diretor Executivo: promover a execução das atividades e a gestão do consórcio, realizar concursos públicos e promover a contratação, demissão e aplicação de sanções aos empregados públicos, bem como praticar todos os atos relativos à gestão dos recursos humanos, elaborar as normas orçamentárias e realizar o planejamento das atividades do consórcio a serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral; responsabilizar-se pela prestação de contas e pelo relatório de atividades a serem submetidos ao Presidente do consórcio, ao Conselho Fiscal e à Assembleia Geral; elaborar as prestações de contas dos auxílios e subvenções concedidas ao consórcio para ser apresentada pelo Presidente ao órgão concedente; movimentar, quando a este delegado, as contas bancárias e os recursos financeiros do consórcio; executar a gestão administrativa e financeira do consórcio dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembleia Geral, observada a legislação em vigor, em especial as normas da administração pública; designar seu substituto, em caso de impedimento ou ausência para responder pelo expediente e pelas atividades do consórcio; providenciar as convocações, agendas e locais para as reuniões da Assembleia Geral, Conselho Executivo e Conselho Fiscal; providenciar e solucionar todas as diligências solicitadas pelo Conselho Fiscal; autorizar as compras e elaborar os processos de licitação para contratação de bens e serviços; propor ao Conselho Executivo a requisição de servidores públicos para servir ao consórcio.

Assessor Jurídico: elaborar projetos de documentos normativos do consórcio, realizar avaliação jurídica sobre licitações públicas, contratos administrativos e concursos públicos, subsidiando seus órgãos e dirigentes, bem como atuar, judicialmente e extrajudicialmente, na defesa dos interesses do consórcio.

Gerente Administrativo: organizar e executar a gestão administrativa do consórcio, em especial a relativa à assessoria jurídica, aos recursos humanos, aos processos burocráticos, aos processos de licitação pública e de contratos administrativos, à gestão do patrimônio, à execução financeira e orçamentária, à contabilidade pública e ao controle interno, bem como auxiliar o Diretor Executivo em suas atribuições.

Contador: Supervisionar, coordenar e orientar e realizar a escrituração dos atos ou fatos contáveis; examinar e elaborar processos de prestação de contas; auxiliar na elaboração da proposta orçamentária; examinar e realizar empenhos de despesas, verificando sua classificação e a existência de saldo nas dotações orçamentárias; informar, através de relatórios sobre a situação financeira e patrimonial do consórcio, elaborar e publicar os balanços, balancetes e demais relatórios patrimoniais, orçamentários e financeiros; executar outras tarefas afins.

Controlador Interno: Realizar a fiscalização e auditoria dos atos do consórcio, elaborar relatórios de controle interno, prestar orientações e apontar sugestões às atividades administrativas e de gestão do consórcio, instaurar processos administrativos para apuração de indícios de descumprimento de normas aplicáveis aos consórcios, e demais serviços inerentes à atividade de controladoria interna.

Assistente de Logística: Auxiliar os Gerentes do consórcio e o Diretor Executivo em suas atribuições responsabilizar-se pelo almoxarifado, patrimônio, arquivo morto, correspondências, secretaria geral do consórcio, participar nos processos de licitação, auxiliar no controle de documentos de pessoal do consórcio, auxiliar na manutenção da rede lógica de computadores e sistemas operacionais, executar atividades administrativas diversas.

Auxiliar Administrativo: Executar os serviços de suporte operacional nas áreas de recursos humanos, administração, contabilidade, serviços de saúde, devendo, para tanto, elaborar relatórios, planilhas e demais ações de expediente, bem como executar as ações requeridas pelos superiores hierárquicos.

Médico Especialista: Prestar atendimentos médicos agendados, de urgência ou de emergência, ambulatorial e cirúrgica, priorizando a gravidade do caso. Orientar pacientes, familiares, profissionais da área de saúde. Realizar procedimentos de diagnósticos e tratamentos, cirúrgicos utilizando recursos de medicina preventiva e terapêutica de perícias e elaborar documentos médicos, tais como laudos, pareceres e diagnósticos. Zelar pelo uso correto dos materiais utilizados. Obriga-se ainda às determinações das normas legais pertencentes ao exercício da medicina e do Conselho Regional de Medicina e os regulamentos do serviço.

Cirurgião Dentista: Responsável pelo planejamento, execução, acompanhamento, avaliação e controle das atividades relacionadas à prática odontológica de média e alta complexidade, realizando exames e procedimentos, implementando programas e atividades de educação da saúde bucal, cirurgias bucomaxilofaciais, respeitadas a formação, legislação profissional e os regulamentos do serviço.

Enfermeiro: Responsável pelo planejamento, execução, acompanhamento, avaliação e controle dos aspectos administrativos e técnicos voltados à efetividade das ações de saúde na área de enfermagem, respeitadas a formação, legislação profissional e os regulamentos do serviço.

Farmacêutico: Responsável pelos serviços de coordenação e gerência em farmácia, dispensação de medicamentos e correlatos, implementando programas e atividades de educação da assistência farmacêutica de acordo com as normas de assistência e atenção farmacêutica.

Técnico em Enfermagem: Responsável por atividades de nível intermediário, relacionados à execução de atividades técnicas de enfermagem em hospitais e outros estabelecimentos de assistência médica e domicílios. Prestar assistência ao paciente, atuando sob supervisão de enfermeiro. Desempenhar tarefas de instrumentação cirúrgica. Organizar ambiente de trabalho e dar continuidade aos plantões. Realizar registros e elaborar relatórios técnicos. Executar outras tarefas afins.

Auxiliar de Serviços Gerais: Executar serviços de limpeza e higiene, serviços de copa, cozinha, executar outros serviços gerais que forem determinados pelos superiores hierárquicos dentro da estrutura do consórcio.

Tabela de Referências Salariais

Referência Salarial	Salário (R\$)	Referência Salarial	Salário (R\$)	Referência Salarial	Salário (R\$)
1	540,00	38	2.100,00	75	4.300,00
2	580,00	39	2.150,00	76	4.380,00
3	620,00	40	2.200,00	77	4.460,00
4	660,00	41	2.250,00	78	4.540,00
5	700,00	42	2.300,00	79	4.620,00
6	740,00	43	2.350,00	80	4.700,00
7	780,00	44	2.400,00	81	4.780,00
8	820,00	45	2.450,00	82	4.860,00
9	860,00	46	2.500,00	83	4.940,00
10	900,00	47	2.550,00	84	5.020,00
11	940,00	48	2.600,00	85	5.100,00
12	980,00	49	2.650,00	86	5.180,00
13	1.020,00	50	2.700,00	87	5.260,00
14	1.060,00	51	2.760,00	88	5.340,00
15	1.100,00	52	2.820,00	89	5.420,00
16	1.140,00	53	2.880,00	90	5.500,00
17	1.180,00	54	2.940,00	91	5.590,00
18	1.220,00	55	3.000,00	92	5.680,00
19	1.260,00	56	3.060,00	93	5.770,00
20	1.300,00	57	3.120,00	94	5.860,00
21	1.340,00	58	3.180,00	95	5.950,00
22	1.380,00	59	3.240,00	96	6.040,00
23	1.420,00	60	3.300,00	97	6.130,00
24	1.460,00	61	3.360,00	98	6.220,00
25	1.500,00	62	3.420,00	99	6.310,00
26	1.540,00	63	3.480,00	100	6.400,00
27	1.580,00	64	3.540,00	101	6.500,00
28	1.620,00	65	3.600,00	102	6.600,00
29	1.660,00	66	3.670,00	103	6.700,00
30	1.700,00	67	3.740,00	104	6.800,00
31	1.750,00	68	3.810,00	105	6.900,00
32	1.800,00	69	3.880,00	106	7.020,00
33	1.850,00	70	3.950,00	107	7.140,00
34	1.900,00	71	4.020,00	108	7.260,00
35	1.950,00	72	4.090,00	109	7.380,00
36	2.000,00	73	4.160,00	110	7.500,00
37	2.050,00	74	4.230,00		

Anexo IV**Indenização de despesas com hospedagem e alimentação (diária)**

Empregado	Destino	Valor da diária (R\$)
Diretor Executivo, Gerente Administrativo	Cidades de Santa Catarina	220,00
	Cidades de outros estados	320,00
	Capital Federal e capitais de outros estados	360,00
Demais empregados	Cidades de Santa Catarina	160,00
	Cidades de outros estados	200,00
	Capital Federal e capitais de outros estados	225,00

Anexo V**Indenização de despesas de deslocamento com veículo particular**

Item	Valor por Km (R\$)
Descolamento com veículo particular	0,60

Anexo VI**Tabela de valores do auxílio refeição**

Auxílio	Valor unitário (R\$)	Quantidade mensal	Valor Total (R\$)
Refeição (somente para empregados com carga horária semanal superior a 20 horas)	15,00	22	330,00

Planilha da Lei Nº 810/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – 2014

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL (PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO)

**PREVISÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL
DOTAÇÃO**

DESPEZA BRUTA COM PESSOAL(I)	
Pessoal Ativo	5.187.291,95
Pessoal Inativos e Pensionistas	
Outras despesas de pessoal decorrentes de Contratos de terceirização (art. 18,§1º da LRF)	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS(art. 19,§1º da LRF) (II)	75.000,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	
Decorrente de Decisão judicial	
Despesas de Exercícios Anteriores	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	
Convocação Extraordinária (inciso II do § 6º do art. 57 da CF)	75.000,00
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO	
DO LIMITE – TDP(III) = (I-II)	5.112.291,95
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL(IV)	11.515.582,00
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE – TDP sobre a RCL (V) = (III/IV) * 100	44,39
LIMITE MÁXIMO (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) 60%	6.909.349,00
LIMITE PRUDENCIAL(§único, art. 22 da LRF) – 57%	6.563.881,00

Planilha da Lei Nº 810/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

CONTROLE DA ORIGEM E DOS INVESTIMENTOS COM ENSINO
PROJEÇÃO LOA PARA 2014.**1- BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS**

Receitas Oriundas de Impostos	Projetado para 2014
1.1- IPTU	265.213,00
1.2- ITBI	53.950,00
1.3- ISS	419.300,00
1.4- FPM	5.684.780,00
1.5- IRRF	113.208,00
1.6- ITR	16.382,00
1.7- ICMS EXPORTAÇÃO	12.000,00
1.8- ICMS	2.550.000,00
1.9- IPVA	326.000,00
1.10- IPI EXPORTAÇÃO	39.220,00
1.11- Dívida Ativa de Impostos	282.022,15
1.12 – Multas e Juros de Mora	538.641,25

TOTAL:	10.300.716,40
2- ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A EDUCAÇÃO	
Especificação	Acumulado até o mês
2.1- 25 %das Receitas Oriundas de Impostos	2.575.179,10
2.2- Cota Parte do FUNDEF	1.084.988,00
2.3- Convênios	312.594,00
2.5 – Rendimento de Aplicação Financeira	3.550,00
TOTAL:	3.976.311,10

3- APLICAÇÃO

Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1- Contribuição ao Fundef	1.725.676,40	1.725.676,40	0,00
3.2- Professor em Efet. Exerc.	650.992,80	650.992,80	0,00
3.3- Ensino Fundamental	1.283.497,90	1.490.712,20	207.214,30
3.4 - Convênio	316.144,00	316.144,00	0,00
TOTAL	3.976.311,10	4.183.525,40	207.214,30

OBS: 1- Este formulário deverá ser publicado bimestralmente Art. 72 da Lei de diretrizes e Bases.

2- O atendimento aos percentuais mínimos exigidos, deverão ser apurados trimestralmente;

Art.69 da lei de Diretrizes e Bases.

27,0 % A APLICAR,



Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br

Planilha da Lei Nº 810/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA PARA 2014
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS
PRÓPRIAS COM SAÚDE

RECEITAS	PREVISÃO		
	2014	2015	2016
RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (I)			
Impostos	10.300.716,40	10.681.761,00	11.237.198,00
	1.672.334,40	1.551.236,00	1.5732.642,00
Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	265.213,00	283.778,00	303.642,00
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	419.300,00	444.458,00	472.000,00
Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens e Direitos sobre Imóveis – ITBI	53.950,00	55.000,00	57.000,00
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IRRF	113.208,00	115.000,00	117.000,00
Multas, Juros de Mora e outros encargos dos Impostos	2.000,00	3.000,00	4.000,00
Divida Ativa dos Impostos	282.022,15	250.000,00	230.000,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e outros encargos da Divida Ativa de Impostos	536.641,25	400.000,00	390.000,00
Receitas de Transferências Constitucionais Legais			
Da União	5.713.162,00	6.055.952,00	6.419.309,00
Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios – FPM	5.684.780,00	6.025.867,00	6.387.419,00
Cota Parte do Imposto sobre Propriedade Territorial Rural – ITR	16.382,00	17.365,00	18.407,00
Transferência Financeira aos Municípios – Lei Complementar nº 87/1996	12.000,00	12.720,00	13.483,00
Do Estado	2.915.220,00	3.074.573,00	3.244.247,00
Cota Parte do ICMS	2.550.000,00	2.703.000,00	2.865.180,00
Cota Parte do IPI-Exportação	39.220,00	41.573,00	44.067,00
Cota Parte do IPVA	326.000,00	330.000,00	335.000,00
TOTAL DAS DESPESAS COM IMPOSTOS	10.300.716,40	10.681.761,00	11.237.198,00
PRIORIDADES E DESPESAS COM SAÚDE	PRIORIDADES		
Por grupo de natureza de despesa	2014	2015	2016

DESPESAS CORRENTES	1.579.358,75	1.674.120,00	1.774.567,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.579.358,75	1.674.120,00	1.774.567,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	465.572,73	470.000,00	595.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	235.000,00	215.000,00	200.000,00
INVESTIMENTOS	235.000,00	215.000,00	200.000,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00
TOTA(IV)	2.279.931,48	2.359.120,00	2.569.567,00
PRIORIDADES DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS EM SAÚDE	PRIORIDADES		
	2014	2015	2016
PRIORIDADES DAS DESPESAS COM SAÚDE – RECURSOS PRÓPRIOS	1.549.212,48	1.609.082,00	1.797.952,00
(-) PRIORIDADES DAS DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00
(-) PRIORIDADES DAS DESPESAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS A SAÚDE	30.000,00	40.000,00	50.000,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde –SUS	700.719,00	710.038,00	721.615,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outros recursos	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS EM SAÚDE PRÓPRIOS (V)	1.549.212,48	1.609.082,00	1.797.952,00
PERCENTUAL DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (V/I)	15,04	15,06	16,00
	2014	2015	2016
PRIORIDADES DAS DESPESAS COM SAÚDE (POR SUBFUNÇÃO)	2.279.931,48	2.359.120,00	2.569.567,00
ATENÇÃO BÁSICA	2.279.931,48	2.359.120,00	2.569.567,00
TOTAL	2.279.931,48	2.359.120,00	2.569.567,00

Decreto N.º 157/2013

DECRETO n.º 157/2013

DISPÕE SOBRE RECESSO DE FINAL DE ANO NA PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Complementar 94/2013.

Considerando os feriados nacionais dos dias 25 de dezembro de 2013(Natal) e 1º de janeiro de 2014(Confraternização Universal); Considerando a necessidade de cumprimento às normas contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal;

Considerando que o recesso mencionado proporciona redução do custeio da Administração Pública Municipal a necessidade de contenção de despesas em todos os órgãos da Administração, tendo em vista a queda na arrecadação de receitas, principalmente no FPM;

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido o RECESSO DE FINAL DE ANO na Prefeitura de São Pedro de Alcântara, no período de 23/12/2013 a 05/01/2014, exceto servidores da Secretaria de Educação e Secretaria de Saúde.

Parágrafo Único: O período do recesso será descontado posteriormente quando o servidor gozar férias.

Art. 2º - As atividades referentes aos serviços públicos essenciais não serão paralisadas, sendo organizadas e executadas em conformidade com as atribuições e competências de cada Secretaria Municipal.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 10 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2013.

Decreto N.º 161/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000

- Fone: 48-32770122 - R.222 www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@

pmspa.sc.gov.br

DECRETO n.º 161/2013

HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº. 001/2013.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 45, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo, objeto do Edital de Processo Seletivo nº. 001/2013, conforme relação de candidatos aprovados em anexo.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2013.

Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.

Benefícios:

- Suporte e atualização do REGIN Municipal;
- Consulta às bases de notas fiscais eletrônicas conjugadas (NFe-C) emitidas junto à SEFAZ/SC;
- Gestão das declarações dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- Integração de prefeituras e cartórios na geração de guia do pagamento do ITBI;
- Agilidade no processo de arrecadação do ITBI;
- Ampliação da arrecadação pela eficiência na fiscalização dos tributos municipais.

As ferramentas de gestão tributária ofertadas pelo CIGA foram desenvolvidas a partir das necessidades dos municípios, apresentadas pelos secretários membros do Colegiado de Secretários de Fazenda Municipais de Santa Catarina (CONFAZ-M/SC).

Os contratantes do PGT, além de acessarem os aplicativos, poderão participar de grupos de estudos relativos ao planejamento tributário municipal, à padronização de legislações tributárias e à personalização e proposição de novos aplicativos.



Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESAO AO PGT - Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN - Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL - Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI - Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

www.ciga.sc.gov.br

Classificação do Processo Seletivo 001/2013**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA**

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Fone/ Fax: (048)3277-0122

São Pedro de Alcântara – SC

**CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO
EDITAL nº 001/2013**

O Prefeito de São Pedro de Alcântara/SC homologa e torna público o **Resultado Final** do Processo Seletivo - Edital nº 001/2013.

01 - TRABALHADOR BRAÇAL - CR

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA
1	TEREZINHA KUHN HAMES	9,5
2	JAISON SOARES DA SILVA	9
3	ALDO ERHARDT	7,5
4	ANTONIO CARLOS ELIAS	6

02 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - CR

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA
1	ELAINE CRISTINA ALVES	5,2
2	ALINE APARECIDA DOS SANTOS	5,2
3	FABIANNE ISRAEL WILLAIM FRANCISCO	4,8
4	RENATA PORTES	REPROVADO*
5	MARIA GENI VELHO	REPROVADO*

03 - MOTORISTA II - CR

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA
1	JOSÉ LINO NAU	10
2	ANDERSON DA SILVA LAURINDO	10
3	VALCIR JOSE KRETZER JUNIOR	10
4	JOSIAS DE OLIVEIRA MACHADO	10
5	VALÉRIO LUIZ PAULI	8
6	GLORIA MARIA DAS GRAÇAS DE SOUZA DOLBERTH	8
7	JOSE MARIO DE CASTRO	8
8	FERNANDO LUIZ SCHMITT	8
9	JOVANE PIRES	REPROVADO**
10	TOMAZ LUIZ VIEIRA NETO	REPROVADO**

04 - OPERADOR DE MAQUINA II - CR

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA
1	VALMIR GARCIA COELHO	REPROVADO**
2	JOSE FRANCISCO COELHO	REPROVADO**

05 - OPERADOR DE MAQUINA III - CR

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA
1	RICARDO KRETZER	9

06 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF - CR

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA
1	EDITE HACK - OPÇÃO 1	6
2	JULIA MARIA SILVEIRA - OPÇÃO 1	4,8
3	MARIA DA GRAÇA RAICHE - OPÇÃO 1	4,4
4	TAINARA PITZ - OPÇÃO 2	INDEFERIDO

07- TELEFONISTA - CR

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA
1	BRUNA LOHN DA ROCHA	4,8
2	AMANDA MELO VIEIRA	4
3	DANIELA DA GAMA	REPROVADO*
4	FRANCIANE MARIA SCHMITZ	REPROVADO*

08 - FISCAL DE TRIBUTOS - CR

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA
1	ANDERSON DENIS PERIN	6
2	CAROLINA SARDA ESTUQUI	4,8
3	CASSIANO SCHMITZ	4
4	RONALDO ALVES DA SILVA	REPROVADO*

09- AGENTE ADMINISTRATIVO - CR

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA
1	BRUNA SCARLETT ALVES	6,4
2	LILIANA DO AMARAL	6
3	MAYKON JOSE STAHELIN	5,6
4	KAREN MANOELLE CARNEIRO DA SILVA	5,2
5	GABRIELLA SILVESTRE QUARESZESMIN	4,4
6	SAMANTA MOREIRA	REPROVADO*
7	NELSON VICENTE DE SOUZA NETO	REPROVADO*
8	MERCIA SIMONE RACHADEL	REPROVADO*
9	EDILSON CRISTOVÃO MATIAS	REPROVADO*
10	JOSIANE SCHMITZ	REPROVADO*

10 - TECNICO EM EDIFICAÇÕES - CR

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA
1	GIANE DA SILVA	6,4

12 - AUXILIAR DE ENFERMAGEM ESF - CR

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA
1	FLÁVIO AUGUSTO VIEIRA CARDOSO	6,8

13 - TECNICO EM ENFERMAGEM - CR

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA
1	JESSICA GUERRILHA SUENSON	6,8
2	PATRICIA SUELI MANOEL MARIANO	6
3	VERA LUCIA KUHNEN	6
4	TIAGO LOHN	5,2
5	ASEULI SEIDLER	4,8

14 - POFESSOR I - AUXILIAR DE SALA - CR

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA	TITULOS	MÉDIA FINAL
1	AMELIA GUETTEN LOHN	5,44	2	7,44
2	LUCIANA MATOS CORDEIRO	5,12	2	7,12
3	BRUNA HOFFAMANN VENTURA	5,12	2	7,12
4	ADRIANA LEIA JUNCKES	5,44	1,4	6,84
5	ANA CAROLINA JUNCKES	4,8	2	6,8
6	ADRIANA KARLA SCHUTZ DA SILVA	4,48	2	6,48
7	ANGELICA DEYSE DA SILVA	4,16	2	6,16
8	SCHEILA DUTRA	5,12	0,4	5,52
9	GISELE MATIAS JUNKES	5,12	0	5,12
10	MAYARA MAFRA BONDAVALLE	5,12	0	5,12
11	MARINA KOERICH	4,8	0	4,8
12	BRUNA DE SOUZA	4,16	0	4,16
13	SEZIANE TURATTO	REPROVADO*	2	2
14	FRANCIELLE SCHUTZ	REPROVADO*	2	2

15 - PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL - CR

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA	TITULOS	MÉDIA FINAL
1	DIÉLI HOFFMANN	5,44	2	7,44
2	DANIELA DA ROCHA THEISIES	5,12	2	7,12
3	NATHALIA REITZ FRANCENER	5,76	0	5,76
4	IVETE FATIMA JACOBOSKI BADALOTTI	4,8	0	4,8
5	KARINA SILVANO	REPROVADO*	2	2

16 - PROFESSOR II - ANOS/SÉRIES INICIAIS - CR

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA	TITULOS	MÉDIA FINAL
1	RAQUEL PETRY LOHN LOHN	5,76	2	7,76
2	FERNANDA BENTA NUNES GAMA	5,44	2	7,44
3	SÍLVIA MARIA MENDES BARNABÉ	4,16	2	6,16

17 - PROFESSOR II - EDUCAÇÃO ESPECIAL - CR

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA	TITULOS	MÉDIA FINAL
1	CRISTIANE HOFFMANN	4,16	2	6,16
2	DEIZE REGINA NASCIMENTO	REPROVADO*	0	0

18- PROFESSOR HORISTA HABILITADO - PORTUGUÊS - CR

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA	TITULOS	MÉDIA FINAL
1	PEDRO HENRIQUE LOHN	4,48	2	6,48
2	PAULO HENRIQUE LOHN	4,48	0	4,48
3	NELIZE DE ROCCO PAIVA	REPROVADO*	2	2

22 - PROFESSOR HORISTA HABILITADO - CIÊNCIAS - CR

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA	TITULOS	MÉDIA FINAL
1	SCHEILA MAGALI SEGALIN NASCIMENTO	4,16	0,48	4,64
2	GISELLE MARQUES GOES	REPROVADO*	0	0
3	CAROLINA MANGEA MARCONDES DE MOURA	REPROVADO*	0	0

23 - PROFESSOR HORISTA HABILITADO EDUCAÇÃO FISICA - CR

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA	TITULOS	MÉDIA FINAL
1	THIAGO RODRIGUES	6,08	1,04	7,12
2	LUIS FERNANDO DO NASCIMENTO	5,12	0	5,12
3	CARLOS JORGE ARNAUT SICILIANO	REPROVADO*	2	2

33 - PROFESSOR HORISTA NÃO HABILITADO EDUCAÇÃO FISICA - CR

CLASSIFICAÇÃO	NOME CANDIDATO	NOTA	TITULOS	MÉDIA FINAL
1	FILIPPE LOHN	5,76	0	5,76
2	THUANY STAHELIN KUHN	5,44	0	5,44
3	EVANDRO NANDI	5,12	0	5,12

38 - ENFERMEIRO ESF- CR

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA
1	ANDRE DE SOUZA HILARIO	7,6
2	HUIANA CRISTINE LUCCA	7,2
3	DANIELA MEURER	6,4
4	FABIANE MENDES DE MELO	6,4
5	NICOLLE SOARES BRASIL	6,4
6	FRANCINE TEREZINHA DE SOUZA	6,4
7	DUANI SANTOS	4
8	MARILEIA ESPINDOLA	REPROVADO*
9	MARISA ANDREIA REINSTEIN	REPROVADO*
10	SANDRA REGINA PORTES	REPROVADO*

39- MÉDICO CLINICO GERAL ESF - 2 VAGAS + CR

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA
1	OTAVIO CAMPOS	REPROVADO*

41 - MÉDICO PEDIATRA - CR

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA
1	CHRISTIANE MARRERO CATALÃO	7,6

* Item 8.2 do Edital nº 001/2013

** Item 8.1 do Edital nº 001/2013

JUCELIO KREMER
PREFEITO MUNICIPAL

Schroeder

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 142/2013

LEI COMPLEMENTAR Nº142/2013

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR N.º062/2008, QUE ESTRUTURA A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 10, I e III, da Lei Complementar n.º 062/2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. Na execução das atribuições definidas no título anterior, os Órgãos integrantes da Administração Central contarão com a seguinte estrutura administrativa:

I – Gabinete do Prefeito Municipal:

a) Chefia de Gabinete:

a.1) Secretaria Executiva;

b) Controladoria Municipal:

b.1) Agente de Controle Interno;

c) Procuradoria Municipal:

c.1) Procuradoria Municipal Adjunta (PROCON);

d) Diretoria Municipal de Defesa do Consumidor (PROCON).

e) Diretoria Municipal de Defesa Civil.

f) Diretoria de Convênios.”

III – Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social:

a) Coordenação da Atenção Básica;

b) Diretoria de Assistência Social;

c) Diretoria Administrativa;

d) Setor de Saúde Pública.

Art. 2º Mantém-se inalterados os demais incisos do art. 10, da Lei Complementar n.º 062/2008.

Art. 3º O Anexo I e II da Lei Complementar n.º 062/2008 passa a ser o constante da presente Lei Complementar.

Art. 4º Ficam criados os cargos comissionados e funções gratificadas conforme Anexo II da presente Lei Complementar, que substitui aquele constante na Lei Complementar n.º 062/2008.

Art. 5º A descrição dos cargos de Diretor de Convênios e Coordenador da Atenção Básica será feita pelo Executivo Municipal, mediante Decreto.

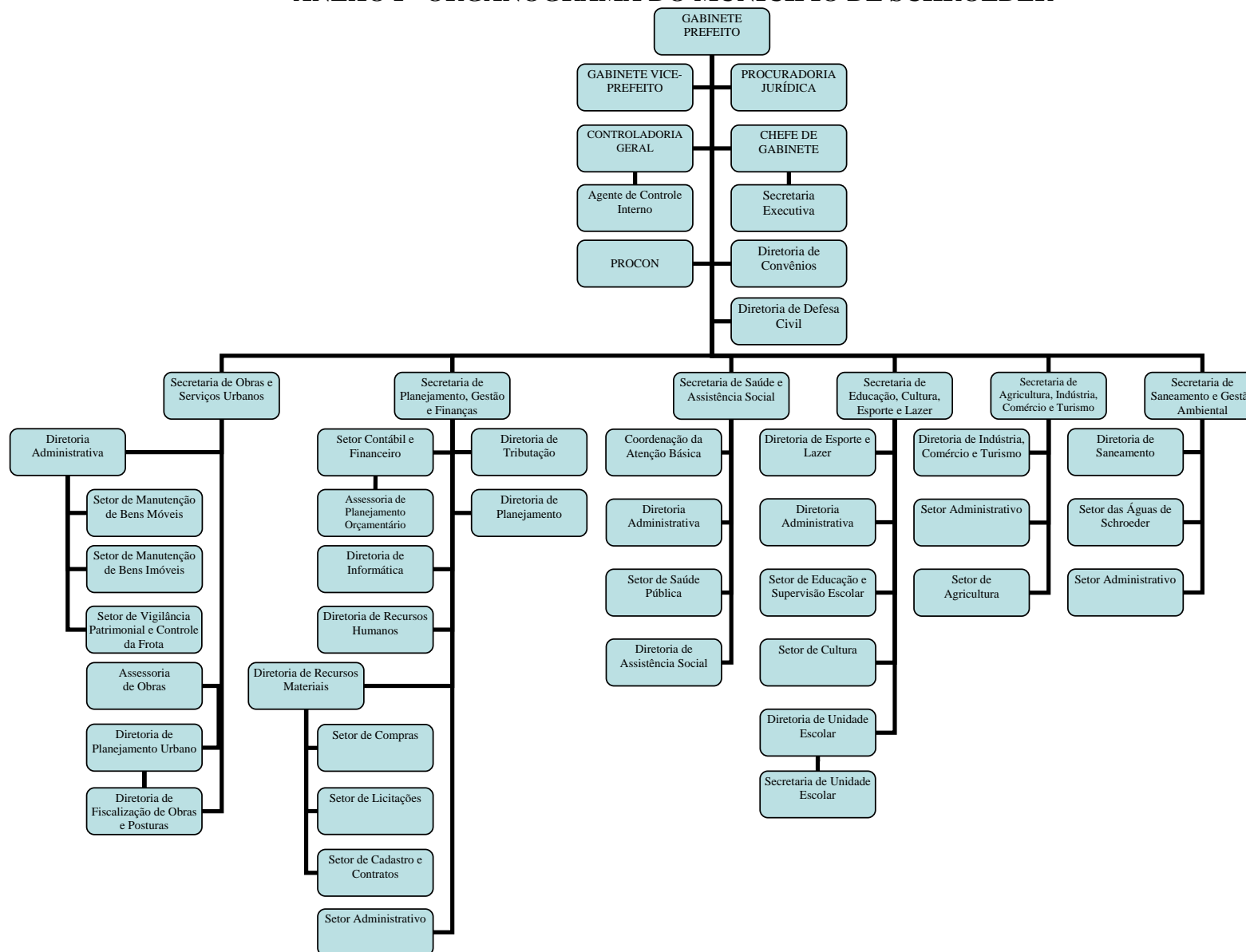
Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.
Schroeder, 11 de dezembro de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

ANEXO I - ORGANOGRAMA DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER



LEI COMPLEMENTAR Nº. 142/2013**ANEXO II****REMUNERAÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS E DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS**

FG-1	A	R\$ 220,68
	B	R\$ 441,06
	C	R\$ 662,06

FG-2	A	R\$ 331,02
	B	R\$ 662,05
	C	R\$ 993,08

FG-3	A	R\$ 441,36
	B	R\$ 882,73
	C	R\$ 1.324,10

FG-4	A	R\$ 624,58
	B	R\$ 1.249,16
	C	R\$ 1.873,74

NÍVEIS ESPECÍFICOS PARA OS COMISSIONADOS

NÍVEL	BASE (R\$)
1	R\$ 1.324,10
2	R\$ 1.655,14
3	R\$ 2.714,41
4	R\$ 3.122,92

GABINETE DO PREFEITO			
Cargo	Vagas	Nível	Função
Procurador Municipal	01	4	FG-4
Controlador Municipal	01	3	FG-3
Chefe de Gabinete	01	2	FG-2
Secretário Executivo	01	2	FG-2
Agente de Controle Interno (Obrigatoriamente Servidor Efetivo)	01	-	FG-3
Diretor de Convênios	01	2	FG-2
Diretor do PROCON	01	2	FG-2
Secretário do PROCON	01	1	FG-1
Assessor Jurídico	01	3	FG-3
Diretor Municipal de Defesa Civil	01	2	FG-2
Secretário Executivo de Defesa Civil	01	1	FG-1

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS			
Cargo	Vagas	Nível	Função
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças	01	Lei Específica	
Diretor de Informática	01	02	FG-2
Diretor de Planejamento	01	02	FG-2
Diretor de Recursos Humanos	01	02	FG-2
Diretor de Recursos Materiais	01	02	FG-2
Diretor de Tributação	01	02	FG-2
Secretário de Gabinete	01	01	FG-1
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças	14	01	FG-1

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
Cargo	Vagas	Nível	Função
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer	01	Lei Específica	
Coordenador Administrativo	01	02	FG-2
Diretor Administrativo	01	02	FG-2
Diretor de Esporte e Lazer	01	02	FG-2
Diretor de Unidade de Ensino	12	02	FG-2
Orientador Escolar	06	02	FG-2
Supervisor Escolar	03	02	FG-2
Assessor de Cultura	04	01	FG-1
Assessor de Educação	08	01	FG-1
Assessor de Esporte e Lazer	04	01	FG-1
Secretário de Unidade de Ensino	06	01	FG-1

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Cargo	Vagas	Nível	Função
Secretário de Saúde e Assistência Social	01	Lei Específica	
Coordenador da Atenção Básica	01	02	FG-2
Diretor Administrativo	01	02	FG-2
Diretor de Assistência Social	01	02	FG-2
Assessor de Assistência Social	04	01	FG-1
Assessor de Saúde	10	01	FG-1

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
Cargo	Vagas	Nível	Função
Secretário de Obras e Serviços Urbanos	01	Lei Específica	
Diretor Administrativo	01	02	FG-2
Diretor de Fiscalização de Obras e Posturas	01	02	FG-2
Diretor de Planejamento Urbano	01	02	FG-2
Assessor de Obras e Serviços Urbanos	06	01	FG-1

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO			
Cargo	Vagas	Nível	Função
Secretário de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo	01	Lei Específica	
Diretor de Indústria, Comércio e Turismo	01	02	FG-2
Assessor de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo	05	01	FG-1

SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL			
Cargo	Vagas	Nível	Função
Secretário de Águas, Saneamento e Gestão Ambiental	01	Lei Específica	
Diretor de Saneamento	01	02	FG-2
Assessor de Saneamento e Gestão Ambiental	03	01	FG-1

Lei Complementar Nº 143/2013

LEI COMPLEMENTAR Nº 143/2013

CRIA A DIRETORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - DIMPDEC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

CAPÍTULO I**DA DIRETORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

Art. 1º Fica criada a Diretoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - DIMPDEC, do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, com a finalidade de gerir, em nível municipal, todas as ações de proteção e defesa civil, nos períodos de normalidade e anormalidade, tendo como objetivos:

I - planejar e promover a defesa permanente contra desastres;

II - prevenir ou minimizar danos, socorrer e assistir populações atingidas por desastres e recuperar áreas por eles deterioradas.

Art. 2º Para as finalidades desta Lei denomina-se:

I - proteção e defesa civil: o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e reconstrutivas, destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar a moral da população e restabelecer a normalidade social;

II - desastre: o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais;

III - situação de emergência: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando danos suportáveis à comunidade afetada;

IV - estado de calamidade pública: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.

Art. 3º A Diretoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - DIMPDEC manterá com os demais órgãos congêneres de nível municipal, estadual e federal estreito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à proteção e defesa civil.

Art. 4º A Diretoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - DIMPDEC constitui órgão integrante do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Art. 5º A Diretoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - DIMPDEC compor-se-á de:

I - Diretor;

II - Setor Operacional (Agente de Defesa Civil);

III - Conselho Municipal.

§ 1º A Diretoria será exercida por um Diretor nomeado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 2º O Setor Operacional da DIMPDEC será composto por até 04 (quatro) Agentes de Defesa Civil, designados para a função e

alocados para a DIMPDEC pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º À Diretoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - DIMPDEC compete:

I - executar a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC em âmbito local;

II - coordenar as ações do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC no âmbito local, em articulação com a União e os Estados;

III - incorporar as ações de proteção e defesa civil no planejamento municipal;

IV - identificar e mapear as áreas de risco de desastres;

V - promover a fiscalização das áreas de risco de desastre e vedar novas ocupações nessas áreas;

VI - declarar situação de emergência e estado de calamidade pública;

VII - vistoriar edificações e áreas de risco e promover, quando for o caso, a intervenção preventiva e a evacuação da população das áreas de alto risco ou das edificações vulneráveis;

VIII - organizar e administrar abrigos provisórios para assistência à população em situação de desastre, em condições adequadas de higiene e segurança;

IX - manter a população informada sobre áreas de risco e ocorrência de eventos extremos, bem como sobre protocolos de prevenção e alerta e sobre as ações emergenciais em circunstâncias de desastres;

X - mobilizar e capacitar os radioamadores para atuação na ocorrência de desastre;

XI - realizar regularmente exercícios simulados, conforme Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil;

XII - promover a coleta, a distribuição e o controle de suprimentos em situações de desastre;

XIII - proceder à avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas por desastres;

XIV - manter a União e o Estado informados sobre a ocorrência de desastres e as atividades de proteção civil no Município;

XV - estimular a participação de entidades privadas, associações de voluntários, clubes de serviços, organizações não governamentais e associações de classe e comunitárias nas ações do SINPDEC e promover o treinamento de associações de voluntários para atuação conjunta com as comunidades apoiadas; e

XVI - prover solução de moradia temporária às famílias atingidas por desastres;

XVII - Sugerir o plano de aplicação para o exercício seguinte;

XVII - Disciplinar e fiscalizar o ingresso de receitas;

XVIII - Gerir e decidir sobre a aplicação dos recursos;

XIX - Analisar e aprovar mensalmente as contas do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil - FUMPDEC;

XX - Promover o desenvolvimento do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil - FUMPDEC e exercer ações para que seus objetivos sejam alcançados;

XXI - Apresentar, anualmente, relatório de suas atividades;

XXII - Definir critérios para a aplicação de recursos nas ações preventivas;

XXIII - Supervisionar e fiscalizar os recursos empregados pelo Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil - FUMPDEC.

Art. 7º O Diretor da Diretoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - DIMPDEC será indicado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, competindo-lhe organizar as atividades de Proteção e Defesa no Município de Schroeder.

Art. 8º O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil - CONMPDEC será composto pelo Diretor de Proteção e Defesa Civil do Município, seu Presidente nato, e por um representante dos seguintes órgãos e/ou entidades:

I - Representantes de Entidades Governamentais:

- a) 01 (um) representante de cada Secretaria;
- b) 01(um) representante da Polícia Militar de Santa Catarina;
- c) 01 (um) representante da Polícia Civil;
- d) 01 (um) representante da EPAGRI;
- e) 01 (um) representante da CELESC;
- f) 01(um) representante da Vigilância Sanitária.

II - Representantes de Entidades Não Governamentais:

- a) 01 (um) representante da Associação Empresarial de Schroeder;
- b) 01 (um) representante do Corpo de Bombeiros Voluntários;
- c) 01 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção;
- d) 01 (um) representante do Jeep Clube (Amigos da Trilha);
- e) 01 (um) representante dos Núcleos Comunitários de Defesa Civil - NUDEC;
- f) 01 (um) representante das Associações de Moradores do Município.

Parágrafo Único. A cada membro titular corresponderá um suplente a ser indicado pelo mesmo órgão ou entidade.

Art. 9º Ao Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil - CONMPDEC compete:

I - aprovar normas e procedimentos para articulação das ações no Município, bem como cooperação de entidades privadas, tendo em vista a atuação coordenada das atividades de Proteção e Defesa Civil;

II - aprovar as políticas e as diretrizes de ação governamental de Proteção e Defesa Civil, estabelecendo as suas prioridades;

III - recomendar aos diversos órgãos da Diretoria Municipal de

Proteção e Defesa Civil - DIMPDEC ações prioritárias, que possam minimizar os desastres naturais ou provocados pelo homem;

IV - aprovar os critérios para a declaração e homologação de situação de emergência ou estado de calamidade pública;

V - aprovar os plano e programas globais e setoriais elaborados pela Diretoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - DIMPDEC;

VI - deliberar sobre as ações de cooperação Estadual ou Federal de interesse da DIMPDEC, observada a legislação vigente;

VII - aprovar a criação de comissões técnicas interinstitucionais para a realização de estudos, pesquisas e trabalhos especializados de interesse da DIMPDEC;

VIII - aprovar critérios técnicos para análise e aprovação de obras e serviços executados pelo Município, destinados a prevenir riscos, minimizar danos e recuperar áreas deterioradas por desastres.

IX - elaborar e submeter à aprovação do Chefe do Poder Executivo o seu Regimento Interno.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na da publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 11 de dezembro de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Lei Nº 1.979/2013

LEI Nº 1.979/2013

AUTORIZA O PODER PÚBLICO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES II E TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DE SANTA CATARINA S/A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC Cidades II.

Art. 2º A adesão ao Programa BADESC Cidades II propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de construção de Sala Advanced 01 com total de 54m2 que comportará 32 alunos mais um professor, 32 computadores Dual Core, 1 computador Core i3, sistema de som, lousa 83", webcam, 2 software da lousa mais um software de gerenciamento, conteúdo educacional visual class, instalação, capacitação dos professores, capacitação técnica e climatização.

Parágrafo único. A quantidade dos objetos indicados neste "caput" serão adquiridos posteriormente pela Administração mediante a aprovação oficial do montante a ser liberado pelo BADESC.

Art. 3º Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no art. 2º, fica o Poder executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa BADESC Cidades II até o montante de R\$220.935,00 (duzentos e vinte mil e novecentos e trinta e cinco reais).

Parágrafo único. Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor financiado.

Art. 4º Para dar continuidade ao Programa BADESC Cidades II, o Poder Executivo consignará nos projetos de leis orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias à formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta lei, o Município pagará encargos máximos de 5% (cinco por cento) ao ano acrescido da taxa de juros de longo prazo - TJLP ou no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 11 de dezembro de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Lei Nº 1.980/2013

LEI Nº 1.980/2013

AUTORIZA O PODER PÚBLICO MUNICIPAL A REALIZAR A COBRANÇA DE INGRESSOS E PAGAMENTO DE PRÊMIOS NO 21º TORNEIO DE VERÃO ABERTO DE FUTSAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições estatuídas na Constituição da República Federativa do Brasil, bem como na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente lei:

Art. 1º Fica o Poder Público Municipal autorizado a realizar a cobrança de ingressos para as semifinais e finais do 21º Torneio de Verão Aberto de Futsal, conceder premiação em dinheiro aos vencedores, bem como cobrar taxa de inscrição das equipes participantes. O evento será realizado no município de Schroeder, com início no dia 14 de fevereiro e término em março de 2014.

I - Os valores dos ingressos a serem cobrados serão os seguintes:

a) R\$5,00 (cinco reais) para a entrada aos jogos das semifinais;

b) R\$5,00 (cinco reais) para a entrada aos jogos das finais.

Parágrafo único. Os ingressos serão cobrados pela entrada no período de competição, e permitirão com que o torcedor assista a todos os jogos que ocorram naquele período de ingresso.

II - O Poder Público Municipal providenciará as formas de cobrança, de modo que, ao final, todo o valor arrecadado seja depositado nos cofres da Municipalidade, a título de "Receitas Diversas".

III - Fica assegurada, nos termos da Lei Estadual nº12.570/03, a todos os jovens com idade até o limite máximo de dezoito anos, e/ou aos estudantes, independentemente da idade, regularmente matriculados em estabelecimentos de ensino público ou particular,

oficialmente reconhecidos, de nível fundamental, médio e superior, e técnico profissionalizante, devidamente identificado, cinquenta por cento de abatimento sobre o preço efetivamente cobrado na entrada do evento.

Art. 2º Fica da mesma forma autorizado o Poder Público Municipal a oferecer premiação em dinheiro aos vencedores do 21º Torneio de Verão Aberto de Futsal, na seguinte ordem:

a) R\$5.000,00 (cinco mil reais) para a equipe classificada em 1º lugar;

b) R\$3.000,00 (três mil reais) para a equipe classificada em 2º lugar;

c) R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para a equipe classificada em 3º lugar;

d) R\$ 1.000,00 (um mil reais) para a equipe classificada em 4º lugar.

Parágrafo único. Os recursos destinados à premiação serão oriundos da receita auferida por meio das inscrições das equipes, vendas dos ingressos dos jogos, patrocínios captados, bem como das dotações específicas do Setor de Esportes, caso não haja saldo suficiente naquela rubrica.

Art. 3º A taxa de inscrição das equipes para participação no respectivo torneio será de R\$600,00 (seiscentos reais), a serem recolhidos aos cofres da Municipalidade a título de "Receitas Diversas".

Art. 4º Fica autorizado o Poder Público Municipal a buscar apoio e patrocínio junto à sociedade civil para a consecução dos objetivos deste evento esportivo, podendo tal apoio ser objeto de divulgação durante o transcurso do evento e ainda serem utilizados para custear as premiações contempladas nesta LEI.

Art. 5º O Poder Público Municipal prestará contas dos eventos qualificados nesta Lei, diretamente à Câmara Municipal de Vereadores, no prazo de 60 (sessenta dias) a contar do término do mesmo, incluindo nesta prestação todo o apoio recebido.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 11 de dezembro de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 2.825/2013 de 6 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº 2.825/2013 de 6 de dezembro de 2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.909/2012 de 27 de novembro de 2012, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 6.790,00 (seis mil setecentos e noventa reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER



05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR
 05.04.12.365.0005.2.017 - MANUTENÇÃO DOS PRÉ-ESCOLARES MUNICIPAIS
 3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Material de Consumo R\$ 6.790,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
 05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR
 05.04.12.365.0005.2.017 - MANUTENÇÃO DOS PRÉ-ESCOLARES MUNICIPAIS
 3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 2.000,00
 3.3.90.34.01.00.00.00 - 00.01.0001 - Substituição de Mão-de-Obra (LRF, art. 18, §1º) R\$ 990,00
 4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 1.900,00
 3.3.90.18.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Auxílio Financeiro a Estudantes R\$ 1.000,00
 4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Obras e Instalações R\$ 900,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 06 de dezembro de 2013.
 OSVALDO JURCK
 Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA
 Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por
 TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
 Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 2.826/2013, de 10 de Dezembro de 2013. DECRETO Nº 2.826/2013, de 10 de dezembro de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o disposto nos artigos 27 e 28, da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010, que trata da Progressão por Capacitação Profissional;

Considerando a avaliação realizada pelo Conselho Municipal de Educação (COMED), em 10 de dezembro de 2013;
 DECRETA:

Art. 1º Fica determinado o acesso de uma classe do cargo de professor para outra, do funcionário abaixo relacionado, conforme disposto no art. 27 do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Schroeder - LC nº. 096/2010, de 14/12/2010, e suas alterações:

Nome	Nível Anterior	Nível Atual
Claudia Thomazelli D. Hang	A-3	A-3-I
Elisa Andreia da Silva de Assis	C-7-II	C-7-III
Jaci Patrocinio da Silva	B-1	B-1-I
Jacqueline Wanderley Marasca	B-1	B-1-I
Jessica Jacobi	B-1	B-1-I
Joscemara Pasqualli Gesser	C-3	C-3-I
Kleberson Wendt	B-1	B-1-I
Merilin Aline Raasch Steffens	C-1	C-1-I

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 10 de dezembro de 2013.
 OSVALDO JURCK
 Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
 Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
 Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Cancelamento de Item

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
 Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro,
 CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC
 Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-1191
 e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Contrato nº. 85/2013 - FMS
 Processo de licitação nº. 49/2013-FMS
 Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 14/2013-FMS

CANCELAMENTO DE ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados o CANCELAMENTO DE ITEM 22 - HIDROCORTISONA, SUCCINATO SÓDICO I.M/E.V/ 500MG PÓ LIPOLFILO FRASCO/AMPOLA, referente ao contrato nº 85/2013-FMS, Pregão Presencial Registro de Preço nº. 14/2013-FMS, Processo nº. 49/2013-FMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para atender à Farmácia Básica e Especial da Unidade de Saúde da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, conforma deliberação 164/CIB/10 de 23 de abril de 2010 e Processos Judiciais, ao longo de 12 (doze) meses, vencido pela empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.802.002/0001-02, sendo então convocada a segunda colocada a empresa PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 81.706.251/0001-98 a qual alega não ter condições de entregar com o valor proposto na licitação, alegando ainda que conseguiria entregar pelo valor de R\$ 6,90 (seis reais e noventa centavos), o qual ultrapassa o valor de referência na licitação, e a terceira colocada a empresa COMERCIAL CIRÚRGICA RIO CLARENSE LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 67.729.178/0004-91, a qual alega que não terem condições de atender pois o medicamento está em falta no estoque da empresa, a qual esclarece que por não ter ganho o item na licitação, não garantiu a compra com o fabricante.

Schroeder, 11 de dezembro de 2013.
 OSVALDO JURCK
 Prefeito Municipal

Termo de Homologação e Adjudicação Licitação Modalidade Tomada de Preços Nº. 04/2013-FIA

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
 TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº. 04/2013-FIA

O Prefeito Municipal, Osvaldo Jurck, no uso de suas atribuições

que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da Tomada de Preços nº. 04/2013-FIA, Processo de licitação nº. 04/2013-FIA, adjudicando em favor do senhor abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço item, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: contratação de prestação de Serviço do Profissional Psicólogo, a fim de atender o Projeto Oficina de Skate 2014 da Secretaria de Saúde e Assistência Social, Projeto do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social do Setor de Assistência Social, do Município de Schroeder/SC.

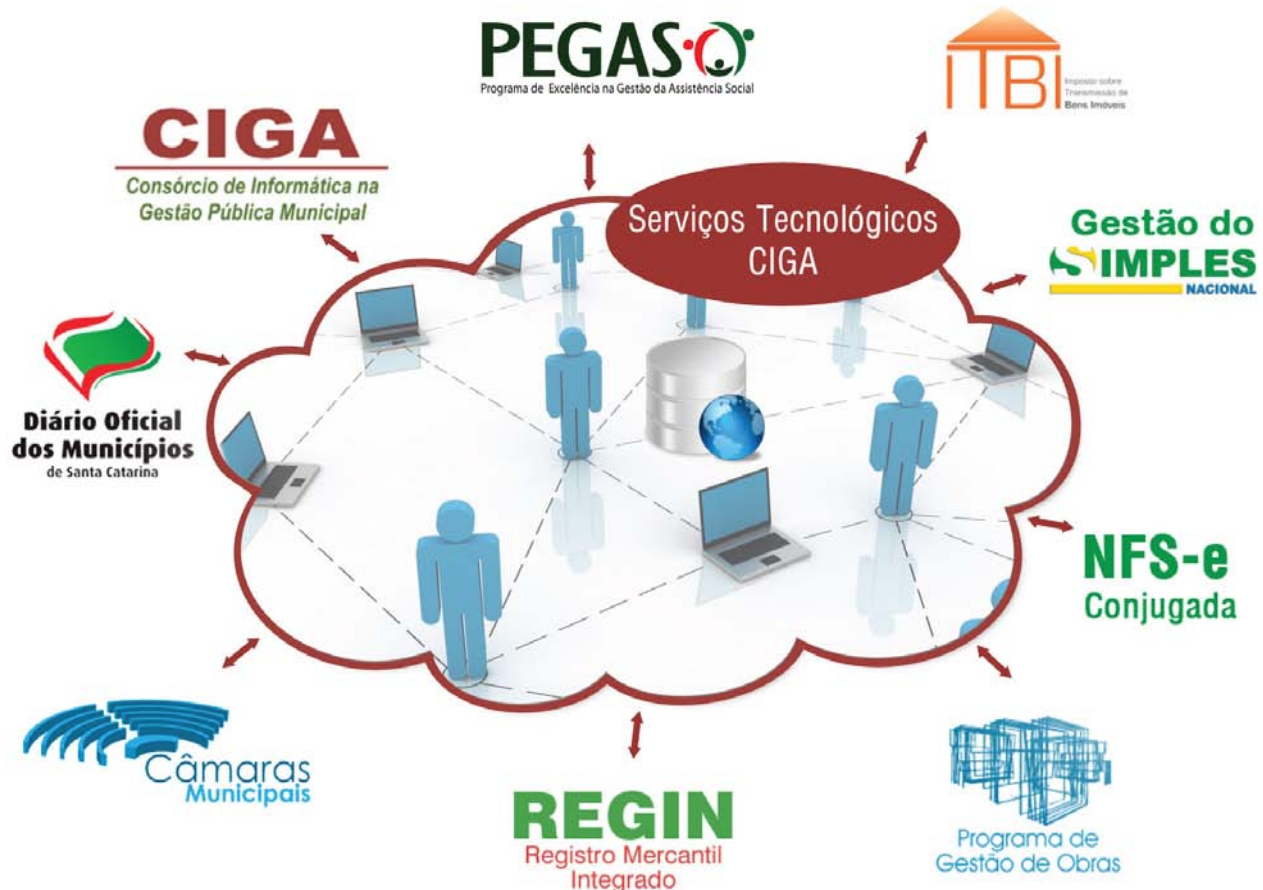
Vencedor: GISELI FÁTIMA ZOZ, inscrita no CPF sob o nº 000.512.819-74.

Valor da proposta vencedora: Sendo 880 horas no valor de R\$ 23,50 (vinte e três reais e cinquenta centavos) a hora, totalizando o valor de R\$ 20.680,00 (vinte mil seiscentos e oitenta reais).

Schroeder, 11 de dezembro de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal



www.ciga.sc.gov.br

Extrato de Contrato Nº. 145/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato de Contrato nº. 145/2013-FMS

Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 33/2013-FMS - Processo Licitatório nº. 100/2013-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

CONTRATADA: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.802.002/0001-02, estabelecida na Estrada Boa Esperança nº. 2320, Bairro Fundo Canoas, no Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.160-000.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de aparelhos odontológico e hospitalar para os consultórios dos postos de Saúde para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
03	<p>Cadeira odontológica (Aquisição e Instalação) com estrutura em aço, com tratamento anti corrosivo e proteção em PVC, articulação central entre assento e encosto, com pontos de ligação nas laterais da cadeira, apoio de braço curto fixo e outro escamoteavel, facilitando sua entrada e saída. Encosto da cadeira em chapa de aço, sem parafusos aparentes, apoio de cabeça articulada com regulagem de altura. Base em chapa de aço fosfatizado, com isolamento em PVC e tratamento anti corrosivo, evitando futuros sinais de oxidação e sem necessidade de fixação no piso, com movimentos silenciosos e sincronizados através de moto redutores elétricos totalmente isentos de óleo, evitando assim riscos com vazamentos e movimentos involuntários. Pintura lisa eletrostática a pó epóxi, estofamento ergonômico, macio injetado em PVC flexível e sem costura, com apoio lombar. Caixa de distribuição integrada a base da cadeira. Cadeira contendo (8) oito movimentos sendo, (4) quatro individuais e (4) quatro automáticos, sendo 3 programáveis pelo CD (volta à zero, Posição de trabalho 1 e PT2) e Last Posicion (última posição programada). Acionamento dos movimentos da cadeira feitos através de comando de pé independente móvel, com todas as funções da cadeira e peças de mão integradas. Equipo Cart com mesa (NÃO ACOPLADO) dotada de três terminais sendo: uma seringa tríplice, uma mangueira para baixa rotação, alta rotação, lisas, de fácil limpeza e desinfecção, com conexão borden dois furos, dispondo de sistema de regulagem do spray tipo anelar, bloco de acionamento dos instrumentos com regulagem de vazão, regulagem do spray (ar/água) localiza na parte inferior da mesa feita pelo próprio profissional, mesa com suporte para até quatro pontas e com angulação de 45º, facilitando o acesso do profissional aos instrumentos, de fácil limpeza, suporte das mangueiras integrada a mesa do equipo (peça única), escalonado evitando a queda involuntária dos instrumentos, causando danos aos mesmos. Pedal progressivo móvel para acionamento dos instrumentos. Mesa com puxadores bilaterais com linhas arredondadas, estrutura da mesa fabricada em material ABS de alta resistência, injetado com proteção UV e 30% de cristal.</p> <p>Unidade Auxiliar Acolada à cadeira, rebatível com angulação 45º graus, com tubulação toda embutida, sem mangueira corrugada exposta, estrutura fabricada em ABS de alta resistência, injetado com proteção UV e 30% cristal, suporte das mangueiras integrado (peça única), suporte para água no copo, cuba fabricada em porcelana, removível e de fácil limpeza com porta detritos sólidos, sistema de água para enxágue da cuspeira regulado através de registro. Um sugador com diâmetro 6,3mm aproximadamente, tipo venturi.</p> <p>Refletor Odontológico dotado de lâmpada halogena de fácil troca, com cor de iluminação de 5000º k (iluminação a luz do dia), luz fria com intensidade regressiva de 25.000 a 6.000 lux, controle de iluminação acionados no comando de pé. Pega mão duplo de fácil manuseio, todos os movimentos de giro possuem batente para evitar rompimento dos cabos elétricos, cabeçote injetado em ABS, com proteção UV, cabeçote totalmente fechado, com proteção frontal em acrílico, proporcionando maior segurança ao paciente, braço multiarticulado e comprido que permite a iluminação durante o procedimento, acionamento liga/desliga no pé. Acionamento automático do refletor ao executar as funções da cadeira.</p> <p>Mocho Odontológico fácil regulagem da altura do encosto por alavanca independente, que permite ajuste anatômico, estofamento com espuma espessa, revestida em laminado de PVC, garantindo maior resistência e rigidez, sem costura e de fácil assepsia, sistema a gás para regulagem de altura do assento, base com cinco rodízio.</p>	2	Unidade	6.933,00	13.866,00
VALOR R\$					13.866,00

Valor do contrato: R\$ 13.866,00 (treze mil oitocentos e sessenta e seis reais).

Data da Assinatura: 11/12/2013 – Vigência: 11/12/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº. 04/2013 - FIA

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 04/2013 - FIA

Processo de licitação nº. 04/2013 - FIA - Modalidade Tomada de Preço nº. 04/2013 - FIA

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: GISELI FÁTIMA ZOZ, inscrita no CPF sob o nº. 005.127.819-74 e portadora da carteira de identidade nº. 4.099.678-SSP-SC, residente e domiciliada na Rua Ricardo Gori, nº 437, Schroeder III, neste Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: contratação de prestação de Serviço do Profissional Psicólogo, a fim de atender o Projeto Oficina de Skate 2014 da Secretaria de Saúde e Assistência Social, Projeto do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social do Setor de Assistência Social, do Município de Schroeder/SC.

Valor do contrato: Sendo 880 horas no valor de R\$ 23,50 (vinte e três reais e cinquenta centavos) a hora, totalizando o valor de R\$ 20.680,00 (vinte mil seiscentos e oitenta reais).

Data da Assinatura: 11/12/2013 - Vigência: 31/12/2014

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preços Nº. 279/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preços nº. 279/2013 - PMS

Processo Licitatório nº. 210/2013-PMS

Pregão Presencial Registro de Preço nº. 95/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: EXPRESSÃO COMÉRCIO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.314.098/0001-38, estabelecida na Avenida Procópio Gomes, nº. 1510, Bairro Bucarein, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89202-300.

Objeto: Constitui objeto deste contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material esportivo e implementos para uso nas atividades esportivas, dos eventos do calendário e funcionalidade nos locais de competição da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência, que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
26	Par de Redes de Futsal/ Handebol, medidas oficiais, 100% seda poliéster, malha 10, fio 6 ou 8mm.	2	Unidade	114,50	229,00
28	Par de Redes de Futebol Suíço, tamanho oficial (trave 5m x 2.20m), 100% seda poliéster, malha 16, fio 4ou 6mm.	2	Unidade	160,00	320,00
TOTAL R\$					549,00

Valor do contrato: R\$ 549,00 (Quinhentos e quarenta e nove reais).

Data da Assinatura: 10/12/2013 – Vigência: 10/12/2014

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preços Nº. 280/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preços nº. 280/2013 - PMS

Processo Licitatório nº. 210/2013-PMS

Pregão Presencial Registro de Preço nº. 95/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 14.034.833/0001-88, estabelecida na Rua Elzira Bley Maia, nº 70, Centro I baixada, na cidade de Mafra, no Estado de Santa Catarina, CEP: 89.300-000.

Objeto: Constitui objeto deste contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material esportivo e implementos para uso nas atividades esportivas, dos eventos do calendário e funcionalidade nos locais de competição da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência, que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Bola de Futsal, Max 1000, categoria adulto, Termotec, confeccionada com o material PU Ultra 100%, com 8 gomos, Câmara Airbility, Miolo Slip Sytem removível e lubrificado. Matéria-prima NeoGel. Peso: 410 a 440 g. Circunferência: 61 a 64 cm. Em acordo com Resolução nº. 03/2009 da Fundação Catarinense de Esporte – Fesporte e bola usada nas competições da Federação Catarinense de Futsal – FCFS, conforme Art. 57º do regulamento geral e técnico/ 2013. Selo de Aprovação da Fifa.	30	Unidade	142,80	4.284,00
03	Bola de Futsal, Max 200, categoria Sub 13, confeccionada no sistema termotec, em PU, com 8 gomos, Câmara Airbility, Miolo Slip Sytem removível e lubrificado. Peso: 350 a 380 g. Circunferência: 55 a 59 cm. Em acordo com Resolução nº. 03/2009 da Fundação Catarinense de Esporte - Fesporte e bola usada nas competições da Federação Catarinense de Futsal e Bola Oficial utilizada na Federação Catarinense de Futsal – FCFS, conforme Art. 57º do regulamento geral e técnico/ 2013.	30	Unidade	92,20	2.766,00
06	Bola Voleibol de quadra, modelo Pro 7.0, matrizada, com 16 gomos, confeccionada em microfibra. Câmara Airbility, Miolo Slip Sytem removível e lubrificado. Peso: 260 a 280 g. Circunferência: 65 a 67 cm. Bola usada nas competições da Fundação Catarinense de Esporte – Fesporte e Federação Catarinense de Voleibol – FCV. Aprovada na Federação Internacional de Voleibol- FIVB.	20	Unidade	182,60	3.652,00
07	Bola Voleibol de quadra, modelo Pro 6.0, matrizada, com 18 gomos, confeccionada em microfibra. Câmara Airbility, Miolo Slip Sytem removível e lubrificado. Peso: 260 a 280 g. Circunferência: 65 a 67 cm. Em acordo com Resolução nº. 03/2009 da Fundação Catarinense de Esporte – Fesporte e bola usada nas competições da Federação Catarinense de Voleibol – FCV. Aprovada na Federação Internacional de Voleibol- FIVB.	10	Unidade	142,00	1.420,00
08	Bola de Futebol de Campo Oficial 8 S11 Pró, Termotec com 8 gomos, categoria adulta confeccionada PU Ultra 100%, Câmara Airbility, Miolo Slip Sytem removível e lubrificado. Peso: 420 a 445 g. Circunferência: 68 a 70 cm. Bola Oficial utilizada no Campeonato Estadual de Futebol 2013 de Santa Catarina e nas Competições de rendimento da Fundação Catarinense de Esporte – Fesporte. Selo de Aprovação da Fifa.	10	Unidade	256,50	2.565,00
10	Bola de Futebol de Campo Brasil 70 Pró, costurada com 32 gomos, categoria adulta confeccionada com microfibra. Câmara Airbility, Miolo Slip Sytem removível e lubrificado. Peso: 410 a 450 g. Circunferência: 68 a 70 cm.	10	Unidade	116,80	1.168,00
13	Bola de Handebol modelo Suécia H1L, costurada, confeccionada PU Ultra Grip. Câmara Airbility, Miolo Slip Sytem removível. Peso: 230 a 270 g. Circunferência: 49 a 51 cm. Bola oficial da Confederação Brasileira de Handebol (CBHB) e aprovada pela Federação Internacional de Handebol (IHF).	5	Unidade	116,50	582,50
14	Bola de Basquete, modelo Basquete 7.5, matrizada, Microfibra, Câmara Airbility, Miolo Slip Sytem removível e lubrificado. Peso: 600 a 650g. Circunferência: 75 a 78cm. Bola aprovada pela Federação Internacional de Basquete (FIBA). Bola com selo da Confederação Brasileira de Basketball (CBB).	2	Unidade	167,80	335,60
15	Bola de Basquete, modelo Basquete 6.5, matrizada, Microfibra, Câmara Airbility, Miolo Slip Sytem removível e lubrificado. Peso: 510 a 565g. Circunferência: 72 a 74 cm. Bola aprovada pela Federação Internacional de Basquete (FIBA). Bola com selo da Confederação Brasileira de Basketball (CBB).	2	Unidade	160,40	320,80
17	Cronômetro Digital: Cronômetro temporizado com display digital com contadores divididos em horas, minutos e segundos. Formato de 12/24h. Data. Cronógrafo. Alarme sonoro. Função contador, de iniciar contagem, parar contagem, zerar contagem e leitura de tempo parcial. Precisão de 1/1000 seg. Resistente a água. Alimentação por bateria. Cordão para evitar quedas.	2	Unidade	79,70	159,40
18	Bomba de ar, para inflar bolas, de dupla ação, infla nos dois sentidos, com agulha sobressalente na manopla, em plástico com ligação entre bomba e agulha feita através de mangueira flexível revestida.	5	Unidade	22,20	111,00
19	Bico de Rosca/Agulha para bomba de inflar bolas	20	Unidade	1,75	35,00
22	Rede de Tênis de Mesa oficial, altura 15cm, em tecido de algodão lavável, grampo em cor fosca com mola de alta pressão e borda reforçada, aprovada pela CBTM/ITTF. Modelo luxo.	2	Unidade	57,10	114,20
23	Raquete de Tênis de Mesa fabricada em laminado de madeira, revestida de borracha lisa dos dois lados, com revestimento lateral. Para jogadores de nível intermediário e avançado. Borracha aprovada pela federação Internacional de Tênis de Mesa (ITTF) com gravação do selo na borracha, espessura 6mm, 5 camadas. Esponja de 1,8mm	10	Unidade	20,10	201,00
24	Cones de Borracha Pequenos; com altura mínima de 20cm e no máximo 30cm	30	Unidade	4,55	136,50
25	Pratos para circuito, de plástico, tamanho M.	30	Unidade	3,55	106,50
27	Par de Redes de Futebol de Campo, tamanho oficial, 100% seda poliéster, malha 16, fio 4ou 6mm.	1	Unidade	219,50	219,50
29	Placar oficial para utilização na Mesa de Jogo, sendo o tamanho médio/grande, que possibilite visualizar sua numeração a uma distancia mínima de 15 metros	3	Unidade	168,30	504,90
31	Rede de Voleibol Oficial Completa sendo: Rede em fio 2mm preto torcido 100% polietano (PE) na cor preta, comprimento 9,5 à 10 metros (com 25 a 50 cm adicionais além das faixas), malha 10x10, altura de 1,00mts. Faixa superior com 7cm e na parte inferior 5cm, que consiste em uma lona branca de algodão reforçada, dobrada ao meio, costurada ao longo de toda a extensão Suporte para Antena em lona de algodão reforçada com fixação em velcro com 5cm de largura e 1metro de altura. Par de Antenas padrão oficial, em fibra de vidro maciço ou material similar, comprimento 1,80m, largura de 1,0cm, pintada com faixas de 10cm nas cores vermelha e branca.	2	Unidade	198,30	396,60

33	Kit de Badminton. 04 raquetes em fibra e alumínio (variam de 85 à 110 gramas em peso). 03 petecas em nylon (4.74 e 5.50 gramas). Suporte com rede, sendo, 01 rede de 6,10 metros de comprimento e 75 centímetros de altura e esta fica presa nas extremidades por dois postes de metal que medem 1,55 metros.	1	Unidade	138,50	138,50
34	Bolsa de Massagem e Medicamentos. Tamanho Médio – Fechada com Zíper, revestimento interno térmico para uma melhor organização e com bolsos externos para maior praticidade. Alça para transporte. Material Poliéster estilo nylon com dimensões aproximadas de 37 x 21 x 25 (L x A x C)	2	Unidade	63,80	127,60
35	Bolsa Para Material Esportivo/Uniformes – Tamanho Grande. Material Poliéster estilo nylon com dimensões aproximadas acima de 70 x 40 x 35 (L x A x C). Alça para transporte. Zíper para fechamento	3	Unidade	43,80	131,40
VALOR R\$ TOTAL					19.476,00

Valor do contrato: R\$ 19.476,00 (dezenove mil, quatrocentos e setenta e seis reais).

Data da Assinatura: 10/12/2013 – Vigência: 10/12/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preços Nº. 281/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preços nº. 281/2013 - PMS

Processo Licitatório nº. 210/2013-PMS

Pregão Presencial Registro de Preço nº. 95/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: pelo Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, no uso da atribuição que lhe confere poderes, e do outro lado, a empresa PATRICA M. MULLER- ME, inscrita no CNPJ sob o nº 17.766.803/0001-54, estabelecida na Rua João Fridolino Benemann, nº 639, sala 01, Centro, na cidade de Feliz, Estado do Rio Grande Sul, CEP: 95.770-000.

Objeto: Constitui objeto deste contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material esportivo e implementos para uso nas atividades esportivas, dos eventos do calendário e funcionalidade nos locais de competição da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referencia, que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
09	Bola de Futebol de Campo Oficial 8 S11 R1, Termotec com 8 gomos, categoria adulta confeccionada PU, Câmara Airbility, Miolo Slip Sytem removível e lubrificado. Peso: 410 a 450 g. Circunferência: 68 a 70 cm. Em acordo com Resolução nº. 03/2009 da Fundação Catarinense de Esporte – Fesporte e Bola Oficial utilizada no Campeonato Estadual de Futebol 2011 de Santa Catarina.	10	Unidade	99,50	995,00
16	Bola de Basquete, modelo Basquete 5.7, tamanho mirim, matrizada, Microfibra, Câmara Airbility, Miolo Slip Sytem removível e lubrificado. Peso: 450 a 500 g. Circunferência: 72 a 74 cm. Bola com selo da Confederação Brasileira de Basketball (CBB).	20	Unidade	152,75	3.055,00
20	Apito Oficial de Arbitragem, de plástico, com som clássico, que seja assinalado em local fechado, com barulho e com a presença de público e / ou torcedores. Embocadura anatômica para impedir que o apito escape da boca. Emite som acima de 100 Decibéis. Peso aproximado entre 15g a 20g e nas medidas aproximadas de: 5 x 2 x 2,5cm.	5	Unidade	12,50	62,50
32	Jogo de Xadrez Completo. Tabuleiro de 44 X 44 cm, confeccionado em Napa resistente, letras e números 5 cm. As peças devem ser de poliestireno e chumbadas com feltro. Cada peça deve possuir as seguintes medidas. Rei: com 10 cm de altura com 3,8 cm de base. Rainha: com 7,6 cm de altura com 3,8 cm de base. Bispo: com 6,4 cm de altura com 3,0 cm de base. Cavalo: com 5,5 cm de altura com 3,2 cm de base. Torre: com 5,1 cm de altura com 3,2 cm de base. Peão: com 4,5 cm de altura com 2,7 cm de base, cores bege e preto	20	Unidade	77,75	1.555,00
TOTAL R\$					5.667,50

Valor do contrato: R\$ 5.667,50 (Cinco mil, seiscentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos).

Data da Assinatura: 10/12/2013 – Vigência: 10/12/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preços Nº. 282/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preços nº. 282/2013 - PMS

Processo Licitatório nº. 210/2013-PMS

Pregão Presencial Registro de Preço nº. 95/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 79.912.788/0001-62, estabelecida na Rua Escoteiros, nº 30, Chico de Paula, na cidade de Jaragua do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89254-730.

Objeto: Constitui objeto deste contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material esportivo e implementos para uso nas atividades esportivas, dos eventos do calendário e funcionalidade nos locais de competição da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referencia, que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
02	Bola de Futsal, Max 500, categoria: Sub 15 Fem. a Adulto, Termotec, confeccionada com o material PU, com 12 gomos Câmara Airbility, Miolo Slip Sytem removível e lubrificado. Peso: 410 a 440 g. Circunferência: 61 a 64 cm. Em acordo com Resolução nº. 03/2009 da Fundação Catarinense de Esporte - Fesporte e bola usada nas competições da Federação Catarinense de Futsal e Bola Oficial utilizada na Federação Catarinense de Futsal – FCFS, conforme Art. 57º do regulamento geral e técnico/ 2013.	30	Unidade	113,40	3.402,00
04	Bola de Futsal, Max 100, categoria Sub 09 e Sub 11 confeccionada no sistema termotec, em PU, com 8 gomos, Câmara Airbility, Miolo Slip Sytem removível e lubrificado. Peso: 300 a 350 g. Circunferência: 50 a 55 cm. Bola usada nas competições da Federação Catarinense de Futsal e Bola Oficial utilizada na Federação Catarinense de Futsal – FCFS, conforme Art. 57º do regulamento geral e técnico/ 2013.	30	Unidade	85,00	5.550,00
05	Bola de Futsal, Max 50, categoria Sub 07, confeccionada no sistema termotec, em PU, com 8 gomos, Câmara Airbility, Miolo Slip Sytem removível e lubrificado. Peso: 250 a 280 g. Circunferência: 50 a 53 cm. Bola usada nas competições da Federação Catarinense de Futsal e Bola Oficial utilizada na Federação Catarinense de Futsal – FCFS, conforme Art. 57º do regulamento geral e técnico/ 2013.	10	Unidade	85,40	854,00
11	Bola de Handebol modelo Suécia H3L, costurada com 32 gomos, confeccionada PU. Câmara Butil, miolo removível. Peso: 425 a 475 g. Circunferência: 58 a 60 cm. Bola oficial da Confederação Brasileira de Handebol (CBHB) e aprovada pela Federação Internacional de Handebol (IHF).	1	Unidade	130,00	130,00
12	Bola de Handebol modelo Suécia H2L, costurada, confeccionada PU. Câmara Butil, Miolo removível e lubrificado. Peso: 325 a 400 g. Circunferência: 54 a 56 cm. Bola oficial da Confederação Brasileira de Handebol (CBHB) e aprovada pela Federação Internacional de Handebol (IHF).	5	Unidade	124,05	620,25
21	Bola para Tênis de Mesa Similar a oficial, de uso escolar e pré-desportivo, na cor laranja, 3 estrelas. Deve ser feita de nitrocelulose e ter diâmetro de 40 mm. Seu peso ideal é 2,74 g e sua cor deve ser laranja fosca.	50	Unidade	1,50	75,00
30	Relógio de Xadrez Oficial utilizado pela CBX, recomendado pela FIDE específico e utilizado em competições, possui entrada para conexão com o DGT Board, possibilitando as transmissões de partidas ao vivo pela Internet	2	Unidade	298,89	597,78
TOTAL R\$					8.229,03

Valor do contrato: R\$ 8.229,03 (Oito mil, duzentos e vinte e nove mil e três centavos).

Data da Assinatura: 10/12/2013 – Vigência: 10/12/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº. A65/2013 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A65/2013 – PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 39/2013 – PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 61.074.175/0001-38 e inscrição Estadual nº. 108.244.683.111, estabelecida na Avenida das Nações Unidas, nº. 11711, Bairro Brooklin, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04.578-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Ivan Krug, inscrito no CPF sob o nº 836.081.509-78, portador da Carteira de Identidade nº 33334421.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 39/2013-PMS, celebrado em 09 de abril de 2013, proveniente Processo Licitatório nº. 16/2013 -PMS, Pregão Presencial nº. 07/2013-PMS, visando a contratação de prestadora de seguros para veículos e predial para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Lazer, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Gabinete do Prefeito, do Município de Schroeder/SC, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Enquadra-se nos termos do artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Saúde e Assistência Social de aditivo de prazo para o período 01 de janeiro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira (do objeto do contrato, e descrição), para o novo período de 01 de janeiro de 2014 até 31 de dezembro de 2014, no valor total de R\$ 954,71 (novecentos e cinquenta e quatro reais e setenta e um centavos), referente ao abaixo descrito:

LOTE VI - SEGURO PREDIAL			
ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
47	TERRENO CONTENDO 01 (UM) POSTO DE SAÚDE EM ALVENARIA COM METRAGEM TOTAL DE 1.095,40m², CONTENDO VIGILÂNCIA ELETRÔNICA, LOCALIZADO RUA PAULO JAHN Nº 147 - CENTRO – SCHROEDER/SC.	954,71	954,71

COBERTURAS LOTE VI - SEGURO PREDIAL

Incêndio		R\$ 350.000,00
Recomposição de Documentos		R\$ 4.000,00
Impacto de Veículos/Queda de Aeronaves		R\$ 35.000,00
Danos Elétricos		R\$ 10.000,00
Vendaval		R\$ 20.000,00
Roubo/Furto de Bens		R\$ 10.000,00
Responsabilidade Civil Operações		R\$ 10.000,00
Responsabilidade Civil Danos Morais		R\$ 10.000,00
Assistência Empresarial		Contratar

Cláusula 2ª – Fica a partir deste a Cláusula Quarta “do valor do contrato” no item 4.1, aditivado o valor de R\$ 954,71 (novecentos e cinquenta e quatro reais e setenta e um centavos), alterando o valor total do contrato para R\$ 1.681,64 (um mil seiscentos e oitenta e um reais e sessenta e quatro centavos).

Cláusula 3ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 39/2013-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 10 de dezembro de 2013.

CONTRATADA:

MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

IVAN KRUG

CPF nº 836.081.509-78

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª Nome: Orlando Tecilla

CPF nº. 311.753.079-34

2ª Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18



Programa de
Gestão Tributária



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Ata da Tomada de Preços Nº 3/2013-FMS Sequencia 02

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 3/2013 - TP
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 94/2013 Data do Processo: 07/11/2013

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 55/2013 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada para execução de edificação de Unidade de Básica de Saúde (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), sendo 302,63m² de área, na Rua Cristiane Zerbini, Bairro Rio Hern no Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório

A comissão reuniu-se conforme estabelecido anteriormente em ata, após transcorrido prazo recursal da habilitação. Apenas esta presente o representante da empresa OMVS CONTRUTORA LTDA. Sendo abertos os envelopes de propostas comerciais das empresas habilitadas CONSTRUTORA E INCORPORADORA JARAGUÁ LTDA e OMVS CONTRUTORA LTDA. Constatou-se que a empresa CONSTRUTORA E INCORPORADORA JARAGUÁ LTDA apresentou proposta comercial no valor total de R\$ 423.122,83, sendo que a mesma não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte e a empresa OMVS CONTRUTORA LTDA apresentou proposta comercial no valor total de R\$ 436.322,43, sendo que a mesma é microempresa. Conforme edital traz no item 11.5 "Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada" e no item 11.6 "Em caso de empate serão adotadas as providências indicadas no artigo 45 da Lei Complementar nº 123/06, conferindo o prazo de dois dias úteis para apresentação da proposta", item 11.6.1. "Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame" e item 11.6.2. "O disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº. 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte". Diante do exposto será concedido o prazo de dois dias úteis para apresentação de nova proposta pela empresa OMVS CONTRUTORA LTDA, caso contrário o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da ata as empresas participantes.

Schroeder, 10 de Dezembro de 2013

COMISSÃO:

ORLANDO TECILLA	- - Presidente da Comissão de Licitação
Daniela Samulescki	- - Membro
Gelson Stein	- - Membro
Nádia Cristiane Hefter Tambosi	- - Membro
Ivandra de Souza	- - Secretária
Suzana Pereira Lopes	- - Membro Suplente
Cheila Adriane Klitzke	- - Membro Suplente

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

Osmair Rogerio Marquez - - Representante Legal

Ata de Registro de Preços Pregão Presencial N] 95/2013-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 1/7

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 77/2013**Número do Registro de Preços: 77/2013****Data do Registro: 10/12/2013****Válido até: 10/12/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material esportivo e implementos para uso nas atividades esportivas, dos eventos do calendário e funcionalidade nos locais de competição da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Bola de Futsal, Max 1000, categoria adulto, Termotec, confeccionada com o material PU Ultra 100%, com 8 gomos, Câmara Airbilty, Miolo Slip Sytem removível e lubrificado. Matéria-prima NeoGel Peso: 410 a 440 g. Circunferência: 61 a 64 cm. Em acordo com Resolução nº. 03/2009 da Fundação Catarinense de Esporte - Fesporte e bola usada nas competições da Federação Catarinense de Futsal - FCFS, conforme Art. 57º do regulamento geral e técnico/ 2013. Selo de Aprovação da Fifa.	UN	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO ME (12384)		0	142,8000	1
			REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME (7082)		0	143,0500	2
2	Bola de Futsal, Max 500, categoria: Sub 15 Fem. a Adulto, Termotec, confeccionada com o material PU, com 12 gomos Câmara Airbilty, Miolo Slip Sytem removível e lubrificado. Peso: 410 a 440 g. Circunferência: 61 a 64 cm. Em acordo com Resolução nº. 03/2009 da Fundação Catarinense de Esporte - Fesporte e bola usada nas competições da Federação Catarinense de Futsal e Bola Oficial utilizada na Federação Catarinense de Futsal - FCFS, conforme Art. 57º do regulamento geral e técnico/ 2013.	UN	REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME (7082)		0	113,4000	1
3	Bola de Futsal, Max 200, categoria Sub 13, confeccionada no sistema termotec, em PU, com 8 gomos, Câmara Airbilty, Miolo Slip Sytem removível e lubrificado. Peso: 350 a 380 g. Circunferência: 55 a 59 cm. Em acordo com Resolução nº. 03/2009 da Fundação Catarinense de Esporte - Fesporte e bola usada nas competições da Federação Catarinense de Futsal e Bola Oficial utilizada na Federação Catarinense de Futsal - FCFS, conforme Art. 57º do regulamento geral e técnico/ 2013.	UN	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO ME (12384)		0	92,2000	1
			REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME (7082)		0	92,2500	2
4	Bola de Futsal, Max 100, categoria Sub 09 e Sub 11 confeccionada no sistema termotec, em PU, com 8 gomos, Câmara Airbilty, Miolo Slip Sytem removível e lubrificado. Peso: 300 a 350 g. Circunferência: 50 a 55 cm. Bola usada nas competições da Federação Catarinense de Futsal e Bola Oficial utilizada na Federação Catarinense de Futsal - FCFS, conforme Art. 57º do regulamento geral e técnico/ 2013.	UN	REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME (7082)		0	85,0000	1
5	Bola de Futsal, Max 50, categoria Sub 07, confeccionada no sistema termotec, em PU, com 8 gomos, Câmara Airbilty, Miolo Slip Sytem removível e lubrificado. Peso: 250 a 280 g. Circunferência: 50 a 53 cm. Bola usada nas competições da Federação Catarinense de Futsal e Bola Oficial utilizada na Federação Catarinense de Futsal - FCFS, conforme Art. 57º do regulamento geral e técnico/ 2013.	UN	REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME (7082)		0	85,4000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 2/7

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 77/2013

Número do Registro de Preços: 77/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material esportivo e implementos para uso nas atividades esportivas, dos eventos do calendário e funcionalidade nos locais de competição da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Bola Voleibol de quadra, modelo Pro 7.0, matrizada, com 16 gomos, confeccionada em microfibra. Câmara Airbility, Miolo Slip Sytem removível e lubrificado. Peso: 260 a 280 g. Circunferência: 65 a 67 cm. Bola usada nas competições da Fundação Catarinense de Esporte - Fesporte e Federação Catarinense de Voleibol - FCV. Aprovada na Federação Internacional de Voleibol- FIVB.	UN	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO ME (12384)		0	182,6000	1
			REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME (7082)		0	182,7000	2
7	Bola Voleibol de quadra, modelo Pro 6.0, matrizada, com 18 gomos, confeccionada em microfibra. Câmara Airbility, Miolo Slip Sytem removível e lubrificado. Peso: 260 a 280 g. Circunferência: 65 a 67 cm. Em acordo com Resolução nº. 03/2009 da Fundação Catarinense de Esporte - Fesporte e bola usada nas competições da Federação Catarinense de Voleibol - FCV. Aprovada na Federação Internacional de Voleibol- FIVB.	UN	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO ME (12384)		0	142,0000	1
			REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME (7082)		0	142,0500	2
8	Bola de Futebol de Campo Oficial 8 S11 Pró, Termotec com 8 gomos, categoria adulta confeccionada PU Ultra 100%, Câmara Airbility, Miolo Slip Sytem removível e lubrificado. Peso: 420 a 445 g. Circunferência: 68 a 70 cm. Bola Oficial utilizada no Campeonato Estadual de Futebol 2013 de Santa Catarina e nas Competições de rendimento da Fundação Catarinense de Esporte - Fesporte. Selo de Aprovação da Fifa.	UN	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO ME (12384)		0	256,5000	1
			REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME (7082)		0	257,0000	2
9	Bola de Futebol de Campo Oficial 8 S11 R1, Termotec com 8 gomos, categoria adulta confeccionada PU, Câmara Airbility, Miolo Slip Sytem removível e lubrificado. Peso: 410 a 450 g. Circunferência: 68 a 70 cm. Em acordo com Resolução nº. 03/2009 da Fundação Catarinense de Esporte - Fesporte e Bola Oficial utilizada no Campeonato Estadual de Futebol 2011 de Santa Catarina.	UN	PATRICIA M. MULLER - ME (12746)		0	99,5000	1
			REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME (7082)		0	99,8000	2
10	Bola de Futebol de Campo Brasil 70 Pró, costurada com 32 gomos, categoria adulta confeccionada com microfibra. Câmara Airbility, Miolo Slip Sytem removível e lubrificado. Peso: 410 a 450 g. Circunferência: 68 a 70 cm.	UN	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO ME (12384)		0	116,8000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 3/7

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 77/2013**Número do Registro de Preços: 77/2013****Data do Registro: 10/12/2013****Válido até: 10/12/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material esportivo e implementos para uso nas atividades esportivas, dos eventos do calendário e funcionalidade nos locais de competição da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
11	Bola de Handebol modelo Suécia H3L, costurada com 32 gomos, confeccionada PU. Câmara Butil, miolo removível. Peso: 425 a 475 g. Circunferência: 58 a 60 cm. Bola oficial da Confederação Brasileira de Handebol (CBHB) e aprovada pela Federação Internacional de Handebol (IHF).	UN	REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME (7082)		0	130,0000	1
12	Bola de Handebol modelo Suécia H2L, costurada, confeccionada PU. Câmara Butil, Miolo removível e lubrificado. Peso: 325 a 400 g. Circunferência: 54 a 56 cm. Bola oficial da Confederação Brasileira de Handebol (CBHB) e aprovada pela Federação Internacional de Handebol (IHF).	UN	REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME (7082)		0	124,0500	1
13	Bola de Handebol modelo Suécia H1L, costurada, confeccionada PU Ultra Grip. Câmara Airbilty, Miolo Slip Sytem removível. Peso: 230 a 270 g. Circunferência: 49 a 51 cm. Bola oficial da Confederação Brasileira de Handebol (CBHB) e aprovada pela Federação Internacional de Handebol (IHF).	UN	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO ME (12384)		0	116,5000	1
14	Bola de Basquete, modelo Basquete 7.5, matrizada, Microfibra, Câmara Airbilty, Miolo Slip Sytem removível e lubrificado. Peso: 600 a 650g. Circunferência: 75 a 78cm. Bola aprovada pela Federação Internacional de Basquete (FIBA). Bola com selo da Confederação Brasileira de Basketball (CBB).	UN	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO ME (12384)		0	167,8000	1
15	Bola de Basquete, modelo Basquete 6.5, matrizada, Microfibra, Câmara Airbilty, Miolo Slip Sytem removível e lubrificado. Peso: 510 a 565g. Circunferência: 72 a 74 cm. Bola aprovada pela Federação Internacional de Basquete (FIBA). Bola com selo da Confederação Brasileira de Basketball (CBB).	UN	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO ME (12384)		0	160,4000	1
16	Bola de Basquete, modelo Basquete 5.7, tamanho mirim, matrizada, Microfibra, Câmara Airbilty, Miolo Slip Sytem removível e lubrificado. Peso: 450 a 500 g. Circunferência: 72 a 74 cm. Bola com selo da Confederação Brasileira de Basketball (CBB).	UN	PATRICIA M. MULLER - ME (12746)		0	152,7500	1
17	Cronômetro Digital: Cronômetro temporizado com display digital com contadores divididos em horas, minutos e segundos. Formato de 12/24h. Data. Cronôgrafo. Alarme sonoro. Função contador, de iniciar contagem, parar contagem, zerar contagem e leitura de tempo parcial. Precisão de 1/1000 seg. Resistente a água. Alimentação por bateria. Cordão para evitar quedas.	UN	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO ME (12384)		0	79,7000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 4/7

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 77/2013**Número do Registro de Preços: 77/2013****Data do Registro: 10/12/2013****Válido até: 10/12/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material esportivo e implementos para uso nas atividades esportivas, dos eventos do calendário e funcionalidade nos locais de competição da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
18	Bomba de ar, para inflar bolas, de dupla ação, infla nos dois sentidos, com agulha sobressalente na manopla, em plástico com ligação entre bomba e agulha feita através de mangueira flexível revestida.	UN	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO ME (12384)		0	22,2000	1
19	Bico de Rosca/Agulha para bomba de inflar bolas	UN	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO ME (12384)		0	1,7500	1
20	Apito Oficial de Arbitragem, de plástico, com som clássico, que seja assimilado em local fechado, com barulho e com a presença de público e / ou torcedores. Embocadura anatômica para impedir que o apito escape da boca. Emite som acima de 100 Decibéis. Peso aproximado entre 15g a 20g e nas medidas aproximadas de: 5 x 2 x 2,5cm.	UN	PATRICIA M. MULLER - ME (12746)		0	12,5000	1
21	Bola para Tênis de Mesa Similar a oficial, de uso escolar e pré-desportivo, na cor laranja, 3 estrelas. Deve ser feita de nitrocelulose e ter diâmetro de 40 mm. Seu peso ideal é 2,74 g e sua cor deve ser laranja fosca.	UN	REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME (7082)		0	1,5000	1
22	Rede de Tênis de Mesa oficial, altura 15cm, em tecido de algodão lavável, grampo em cor fosca com mola de alta pressão e borda reforçada, aprovada pela CBTM/ITTF. Modelo luxo.	UN	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO ME (12384)		0	57,1000	1
23	Raquete de Tênis de Mesa fabricada em laminado de madeira, revestida de borracha lisa dos dois lados, com revestimento lateral. Para jogadores de nível intermediário e avançado. Borracha aprovada pela federação Internacional de Tênis de Mesa (ITTF) com gravação do selo na borracha, espessura 6mm, 5 camadas. Esponja de 1,8mm	UN	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO ME (12384)		0	20,1000	1
24	Cones de Borracha Pequenos; com altura mínima de 20cm e no máximo 30cm	UN	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO ME (12384)		0	4,5500	1
25	Pratos para circuito, de plástico, tamanho M. .	UN	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO ME (12384)		0	3,5500	1
26	Par de Redes de Futsal/Handebol, medidas oficiais, 100% seda poliéster, malha 10, fio 6 ou 8mm.	UN	EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	114,5000	1
27	Par de Redes de Futebol de Campo, tamanho oficial, 100% seda poliéster, malha 16, fio 4ou 6mm.	UN	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO ME (12384)		0	219,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 5/7

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 77/2013

Número do Registro de Preços: 77/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material esportivo e implementos para uso nas atividades esportivas, dos eventos do calendário e funcionalidade nos locais de competição da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
28	Par de Redes de Futebol Suíço, tamanho oficial (trave 5m x 2.20m), 100% seda poliéster, malha 16, fio 4ou 6mm.	UN	EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	160,0000	1
29	Placar oficial para utilização na Mesa de Jogo, sendo o tamanho médio/grande, que possibilite visualizar sua numeração a uma distancia mínima de 15 metros	UN	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO ME (12384)		0	168,3000	1
30	Relógio de Xadrez Oficial utilizado pela CBX, recomendado pela FIDE específico e utilizado em competições, possui entrada para conexão com o DGT Board, possibilitando as transmissões de partidas ao vivo pela Internet	UN	REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME (7082)		0	298,8900	1
31	Rede de Voleibol Oficial Completa sendo: Rede em fio 2mm preto torcido 100% polietano (PE) na cor preta, comprimento 9,5 à 10 metros (com 25 a 50 cm adicionais além das faixas), malha 10x10, altura de 1,00mts. Faixa superior com 7cm e na parte inferior 5cm, que consiste em uma lona branca de algodão reforçada, dobrada ao meio, costurada ao longo de toda a extensão Suporte para Antena em lona de algodão reforçada com fixação em velcro com 5cm de largura e 1metro de altura. Par de Antenas padrão oficial, em fibra de vidro maciço ou material similar, comprimento 1,80m, largura de 1,0cm, pintada com faixas de 10cm nas cores vermelha e branca.	UN	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO ME (12384)		0	198,3000	1
32	Jogo de Xadrez Completo. Tabuleiro de 44 X 44 cm, confeccionado em Napa resistente, letras e números 5 cm. As peças devem ser de poliestireno e chumbadas com feltro. Cada peça deve possuir as seguintes medidas. Rei: com 10 cm de altura com 3,8 cm de base. Rainha: com 7,6 cm de altura com 3,8 cm de base. Bispo: com 6,4 cm de altura com 3,0 cm de base. Cavalo: com 5,5 cm de altura com 3,2 cm de base. Torre: com 5,1 cm de altura com 3,2 cm de base. Peão: com 4,5 cm de altura com 2,7 cm de base, cores bege e preto	UN	PATRICIA M. MULLER - ME (12746)		0	77,7500	1
33	Kit de Badminton. 04 raquetes em fibra e alumínio (variam de 85 à 110 gramas em peso). 03 petecas em nylon(4.74 e 5.50 gramas). Suporte com rede, sendo, 01 rede de 6,10 metros de comprimento e 75 centímetros de altura e esta fica presa nas extremidades por dois postes de metal que medem 1,55 metros.	UN	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO ME (12384)		0	138,5000	1
34	Bolsa de Massagem e Medicamentos. Tamanho Médio - Fechada com zíper, revestimento interno térmico para uma melhor organização e com bolsos externos para maior praticidade. Alça para transporte. Material Poliéster estilo nylon com dimensões aproximadas de 37 x 21 x 25 (L x A x C)	UN	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO ME (12384)		0	63,8000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 6/7

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 77/2013**Número do Registro de Preços: 77/2013****Data do Registro: 10/12/2013****Válido até: 10/12/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material esportivo e implementos para uso nas atividades esportivas, dos eventos do calendário e funcionalidade nos locais de competição da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
35	Bolsa Para Material Esportivo/Uniformes - Tamanho Grande. Material Poliéster estilo nylon com dimensões aproximadas acima de 70 x 40 x 35 (L x A x C). Alça para transporte. Zíper para fechamento	UN	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO ME (12384)		0	43,8000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 7/7

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 77/2013**Número do Registro de Preços: 77/2013****Data do Registro: 10/12/2013****Válido até: 10/12/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material esportivo e implementos para uso nas atividades esportivas, dos eventos do calendário e funcionalidade nos locais de competição da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 77/2013****PROCESSO Nº 210/2013**

(7082) - REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME

(10763) - EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA

(12384) - GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO ME

(12746) - PATRICIA M. MULLER - ME

Schroeder, 10 de Dezembro de 2013.

Ata de Registro de Preços Pregão Presencial Nº 102/2013-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 1/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013**Número do Registro de Preços: 80/2013****Data do Registro: 10/12/2013****Válido até: 10/12/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	AÇÚCAR MASCAVO - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: caldo de cana-de-açúcar. Embalagem plástica, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Puxa da Boa	0	7,3600	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	COLONIA	0	7,3800	2
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	7,3900	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	DA COLONIA	0	7,5700	4
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	colonia	0	7,5800	5
2	AÇÚCAR BRANCO REFINADO ESPECIAL - EMBALAGEM COM 1 KG. Deverá apresentar grânulos extremamente finos e coloração nitidamente branca. Embalagem plástica, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	PARANÁ	0	2,3500	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Doce Sucar	0	2,3600	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	CARAVELAS	0	2,3900	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	caravelas	0	2,4500	4
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	CARAVELAS	0	2,4500	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 2/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	AÇÚCAR BRANCO REFINADO ESPECIAL - EMBALAGEM COM 5 KG. Deverá apresentar grânulos extremamente finos e coloração nitidamente branca. Embalagem plástica, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	PARANÁ	0	12,3900	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Doce Sucar	0	12,4000	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	CARAVELAS	0	12,4300	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	caravelas	0	12,5000	4
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	CARAVELAS	0	12,5000	5
4	AMIDO DE MILHO - EMBALAGEM COM 200 G. Próprio para alimentos. Produto amiláceo extraído do milho. Sob a forma de pó apresenta a coloração branca. Embalagem limpa e não violada, plástica ou caixa de papel espesso envolvendo uma embalagem plástica interna. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	1,9900	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Apti	0	2,0500	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	NEILAR	0	2,7800	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	MAIS CERTA	0	2,7800	4
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	mais certa	0	2,7900	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 3/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	ARROZ BRANCO - EMBALAGEM COM 5 KG. Tipo 1, subgrupo polido, classe longo, fino. Deve apresentar coloração branca, grãos íntegros e soltos após o cozimento. Embalagem plástica resistente, transparente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	KIKA	0	11,7800	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Cooper Buriti	0	11,8000	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	MACARINI	0	11,8400	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	kika	0	11,9000	4
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	URBANO	0	11,9000	5
6	ARROZ INTEGRAL - EMBALAGEM COM 1 KG. Tipo 1, classe longo fino, integral. Embalagem plástica resistente, transparente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	KIARROZ	0	3,2800	1
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	KIARROZ FUM	0	3,3000	2
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Urbano	0	3,3100	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	fumasence	0	3,3350	4
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	URBANO	0	3,3500	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 4/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	ARROZ PARBOILIZADO - EMBALAGEM COM 1 KG. Tipo 1, classe longo fino, subgrupo parboilizado polido. Deve apresentar coloração amarelada, grãos íntegros e soltos após o cozimento. Embalagem plástica resistente, transparente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	KIKA	0	2,8000	1
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	MINUTINHO	0	2,8300	2
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Ki Beleza	0	2,8600	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	kika	0	2,8900	4
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	DA VO	0	2,9000	5
8	ARROZ PARBOILIZADO - EMBALAGEM COM 5 KG. Tipo 1, classe longo fino, subgrupo parboilizado polido. Deve apresentar coloração amarelada, grãos íntegros e soltos após o cozimento. Embalagem plástica resistente, transparente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	KIKA	0	12,6000	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Ki Beleza	0	12,6200	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	MINUTINHO	0	12,7000	3
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	CHINES	0	12,7100	4
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	kika	0	12,7400	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 5/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
9	AVEIA EM FLOCOS FINOS - EMBALAGEM COM 200 a 250 G. Feito com cereal integral. Deve apresentar coloração clara e sem sinais de umidade. Embalagem resistente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Nestle	0	2,7900	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	2,8000	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	APTY	0	2,9700	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	APTI	0	2,9700	4
10	BEBIDA DE SOJA SEM SABOR - EMBALAGEM COM 1 LITRO. Ingredientes: extrato de soja, água, açúcar, sal, óleo vegetal de soja, aromatizante, estabilizante, vitamina A, vitamina D, e emulsificante. NÃO CONTÉM LACTOSE E NÃO CONTÉM GLÚTEN. Isento de grumos ou de odor e sabor azedo. Embalagem íntegra, tipo Tetra-Pak, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Purity	0	6,9000	1
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	ADES	0	6,9700	2
11	BEBIDA DE SOJA SABOR PÊSSEGO - EMBALAGEM COM 1 LITRO. Ingredientes: suco concentrado de pêssego, extrato de soja, água, açúcar, sal, óleo vegetal de soja, aromatizante, acidulante ácido cítrico, estabilizante, vitamina A, vitamina D, e emulsificante. NÃO CONTÉM LACTOSE E NÃO CONTÉM GLÚTEN. Isento de grumos ou de odor e sabor azedo. Embalagem íntegra, tipo Tetra-Pak, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Purity	0	5,9000	1
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	ADES	0	6,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 6/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	BISCOITO DOCE SABOR LEITE, EMBALAGEM COM 370 A 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal (podendo ser hidrogenada), açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes lecitina de soja, aromatizante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado de leite. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	PRODASA	0	3,7000	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	NINFA	0	3,7200	2
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Prodasa	0	3,7400	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	PRODASA	0	3,7800	4
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	prodasa	0	3,7900	5
13	BISCOITO DOCE SABOR MAISENA - EMBALAGEM COM 370 A 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes lecitina de soja, aromatizante e anti-oxidante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado de maisena. SEM LACTOSE. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	RENATA	0	3,6800	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	DIANA	0	3,6900	2
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Ninfa	0	3,7400	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 7/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	PRODASA	0	3,7800	4
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	prodasa	0	3,7900	5
14	BISCOITO DOCE SEM GLÚTEN - EMBALAGEM COM 200 G. Ingredientes: farinha de arroz e/ou amido de milho, açúcar, ovos, coco ralado, margarina, sal, aromatizante e bicarbonato de amônia. Deve apresentar consistência crocante e sabor moderadamente doce. PRODUTO SEM GLÚTEN. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Jasmine	0	5,9700	1
15	BISCOITO DOCE TIPO MARIA, EMBALAGEM COM 370 A 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes lecitina de soja, aromatizante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	PRODASA	0	3,7500	1
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	PRODASA	0	3,7800	2
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Prodasa	0	3,7800	3
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	DIANA	0	3,7800	4
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	prodasa	0	3,7900	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 8/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
16	BISCOITO SALGADO CRACKER COM GERGELIM, EMBALAGEM COM 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal hidrogenada, gergelim, açúcar invertido, sal, extrato de malte, emulsificante lecitina desoja, fermento químico bicarbonato de sódio, melhoradores de farinha. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor moderadamente salgado. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Isabella	0	4,5200	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	ORQUIDEA	0	4,5300	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	ISABELA	0	4,5700	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	prodasa	0	4,6000	4
17	BISCOITO SALGADO ÁGUA E SAL (SEM LACTOSE) - EMBALAGEM COM 370 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal hidrogenada, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizante (lecitina de soja), amido. NÃO DEVE APRESENTAR ENTRE OS INGREDIENTES: leite ou soro de leite, além de acidulante ácido láctico e emulsificante esteroil-2-lactil lactato de sódio. Biscoito de primeira linha, de espessura fina e consistência crocante e sabor moderadamente salgado. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	PRODASA	0	4,4800	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Ninfa	0	4,4900	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	NINFA	0	4,5200	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	PRODASA	0	4,5700	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 9/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	prodasa	0	4,6000	5
18	CACAU EM PÓ - EMBALAGEM COM 200 G. Produto alimentício contendo APENAS CACAU EM PÓ SOLÚVEL. Sem adição de açúcar, amido, leite e derivados de leite. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Apti	0	4,9500	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	NEILAR	0	4,9800	2
19	CAFÉ TRADICIONAL TORRADO E MOÍDO - EMBALAGEM COM 500 G. Produto de 1ª qualidade, grãos torrados e moídos. Embalagem aluminizada à vácuo, com caixa de papelão protetora. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	JURERE ECO	0	6,9700	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	ITAMARATY	0	6,9800	2
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	ODEBRECHT	0	7,9900	3
20	CALDO PARA TEMPERO SABOR CARNE - EMBALAGEM COM 57 G. Ingredientes: sal, gordura vegetal, amido, açúcar, alho, cebola, extrato de carne (carne bovina), salsa, louro, pimenta vermelha, gengibre, cúrcuma, corantes e aromatizantes. Embalagem contendo 6 cubos. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Arisco	0	1,2500	1
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	ETTI	0	1,2700	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 10/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
21	CALDO PARA TEMPERO SABOR GALINHA - EMBALAGEM COM 57 G. Ingredientes: sal, gordura vegetal, amido, açúcar, carne de galinha, cúrcuma, cebola, alho, salsa, pimenta-do-reino branca, corantes e aromatizantes. Embalagem contendo 6 cubos. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Arisco	0	1,2300	1
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	ETTI	0	1,2700	2
22	CALDO PARA TEMPERO SABOR LEGUMES - EMBALAGEM COM 57 G. Ingredientes: sal, gordura vegetal, amido, açúcar, cebola, espinafre, alho, cenoura, cúrcuma, alho poró, salsa, repolho, tomate, pimentão vermelho, aipo, abóbora, pimenta do reino branca, corantes e aromatizantes. Embalagem contendo 6 cubos. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Knorr	0	1,2300	1
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	ETTI	0	1,2700	2
23	CANELA EM PÓ - EMBALAGEM COM 30G. Produto alimentício em pó. Deve apresentar coloração marrom e odor característico de canela. Frasco plástico íntegro, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Makri	0	1,2000	1
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	JP	0	1,2300	2
24	CEREAL DE ARROZ - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Para alimentação infantil. Ingredientes: farinha de arroz, açúcar, amido, sais minerais, vitaminas e probióticos. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (12741)	MUCILON ARI	0	6,5000	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Mucilon	0	11,4500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 11/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	NESTLÉ	0	11,4700	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	MUCILON	0	11,4700	4
25	CEREAL DE ARROZ E AVEIA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Para alimentação infantil. Ingredientes: farinha de arroz, açúcar, farinha de aveia, extrato de malte, sais minerais, vitaminas e probióticos. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (12741)	MUCILON AR.	0	6,5000	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Mucilon	0	11,4500	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	NESTLÉ	0	11,4700	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	MUCILON	0	11,4700	4
26	CEREAL DE MILHO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Para alimentação infantil. Ingredientes: farinha de milho enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, sais minerais, vitaminas e probióticos. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (12741)	MUCILON MIL	0	6,5000	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Mucilon	0	11,5500	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	NESTLÉ	0	11,5800	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	MUCILON	0	11,5800	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 12/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
27	CEREAL TIPO FLOCOS DE MILHO (SUCRILHO) AÇUCARADO - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: milho, açúcar, sal, extrato de malte, vitaminas e minerais. Contém glúten. Deve apresentar textura crocante. Ausência de umidade. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Granomel	0	6,7700	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	CIA CASEIRO	0	6,7800	2
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	6,8000	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	GOLD FLAKE	0	6,8400	4
28	CEREAL TIPO FLOCOS DE MILHO (SUCRILHO) SEM COBERTURA DE AÇÚCAR - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: milho, açúcar, sal, extrato de malte, vitaminas e minerais. Contém glúten. Deve apresentar textura crocante. Ausência de umidade. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Granomel	0	6,5000	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	CIA CASEIRO	0	6,7500	2
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	6,7900	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	GOLD FLAKE	0	6,8400	4
29	CHÁ DE CAMOMILA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	2,6000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 13/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	LEÃO	0	2,6400	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	CHILENO	0	3,1700	3
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Chines	0	3,1800	4
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	PRENDA	0	3,1900	5
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	barão	0	3,2000	6
30	CHÁ DE CAPIM CIDREIRA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Chines	0	2,2500	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	2,3800	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	CHILENO	0	3,1700	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	LEÃO	0	3,1700	4
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	LEÃO	0	3,1900	5
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	barão	0	3,2000	6

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 14/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
31	CHÁ DE ERVA DOCE - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total MÍNIMO de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Chines	0	2,0500	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	2,1900	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	CHILENO	0	3,1700	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	LEÃO	0	3,1700	4
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	LEÃO	0	3,1900	5
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	barão	0	3,2000	6
32	CHÁ DE HORTELÃ - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Chines	0	1,8500	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	1,9900	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	CHILENO	0	3,1700	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	LEÃO	0	3,1700	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 15/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	LEÃO	0	3,1900	5
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	barão	0	3,2000	6
33	CHÁ DE MAÇA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total MÍNIMO de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	2,8500	1
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	barão	0	3,2000	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	CHILENO	0	3,2200	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	LEÃO	0	3,2300	4
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Chines	0	3,2400	5
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	LEÃO	0	3,2500	6
34	CHÁ DE MELISSA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Chines	0	2,5000	1
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	PRENDA	0	2,8800	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 16/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	2,9000	3
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	CHILENO	0	3,1700	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	LEÃO	0	3,1800	5
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	barão	0	3,2000	6
35	CHÁ DE MORANGO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total MÍNIMO de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	CHILENO	0	2,8000	1
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	LEÃO	0	2,8800	2
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	2,9000	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	LEÃO	0	3,1700	4
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Chines	0	3,1800	5
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	barão	0	3,2000	6

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 17/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
36	CHÁ DE PÊSSEGO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total MÍNIMO de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Chileno	0	3,0000	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	CHILENO	0	3,2700	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	LEÃO	0	3,2700	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	barão	0	3,3000	4
37	CHOCOLATE EM PÓ - EMBALAGEM COM 500 G. Produto alimentício com no mínimo 30% de cacau, contendo os ingredientes: cacau em pó solúvel e açúcar. Deve apresentar coloração marrom escura e sabor intenso de chocolate (não deve ser exageradamente adocicado). Não deve conter leite ou derivados de leite entre os ingredientes. Produto sem lactose e sem glúten. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	BRETZKE	0	11,8900	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Bretzke	0	11,9000	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	NEILAR	0	11,9800	3
38	COLORAU - EMBALAGEM COM 500 G. Colorífico contendo semolina de milho, extrato oleoso de urucum e sal. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	SINHÁ	0	3,1000	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	3,1500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 18/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Sinha	0	3,3000	3
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	NM	0	3,3300	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	JP	0	3,3300	5
39	CREME DE ARROZ - EMBALAGEM COM 200 G. Ingredientes: amido de arroz, vitaminas e minerais. Não contém glúten. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Yoki	0	2,7000	1
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	CREMOGEMA	0	2,7400	2
40	CREME CREME VEGETAL SEM LEITE E SEM SAL - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: óleos vegetais líquidos, água, vitamina A, estabilizantes, conservadores, acidulante, corantes naturais (urucum e cúrcuma), aromatizante e anti-oxidantes. Os óleos vegetais líquidos devem ser interesterificados e não hydrogenados. NÃO DEVE APRESENTAR LEITE E DERIVADOS (Leitelho, soro de leite) entre os ingredientes. NÃO DEVE APRESENTAR A INDICAÇÃO: NÃO RECOMENDADA PARA USO CULINÁRIO. Deve apresentar consistência cremosa, coloração amarelada. Isenta de sinais de ranço. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. SEM LEITE E SEM SAL - EMBALAGEM COM 500 G. Ing	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Becel	0	5,9500	1
41	DOCE DE FRUTA SABOR BANANA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Ingredientes: polpa de banana, açúcar. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	NECTAR	0	2,8400	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	2,8500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 19/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Pampinha	0	3,0000	3
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	LUIZ ALVENSI	0	3,0200	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	LUIZ ALVENSI	0	3,2700	5
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	luis alvense	0	3,3000	6
42	DOCE DE FRUTA SABOR MORANGO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Ingredientes: polpa de morango, açúcar. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	NÉCTAR	0	2,7000	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	2,7900	2
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Pampinha	0	2,8000	3
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	LUIZ ALVENSI	0	2,8500	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	LUIZ ALVENSI	0	3,2700	5
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	luis alvense	0	3,3000	6

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 20/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
43	EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 340 G. Deve apresentar entre os ingredientes: tomate, açúcar e sal. Sem conservantes, isento de sujidades e fermentação. Embalagem tipo LATA COM TAMPABRE FÁCIL, íntegra, sem pontos danificados, sem amassados ou pontos enferrujados. Sem estufamentos, sem vazamentos e sem corrosão interna. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Elefante	0	2,8800	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	QUERO	0	2,8900	2
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	ARISCO	0	2,9300	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	ELEFANTE	0	3,2700	4
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	elefante	0	3,3000	5
44	FARINHA DE ARROZ - EMBALAGEM COM 1 KG. Resultado da trituração dos grãos de arroz. Farinha fina indicada para o preparo de bolos. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Urbano	0	3,5500	1
45	FARINHA DE MANDIOCA BRANCA - EMBALAGEM COM 1 KG. Grupo seca, tipo 1, classe fina, 1ª qualidade. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Tapoan	0	4,2700	1
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	SUPER10	0	4,2800	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 21/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	4,2900	3
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	SUPER 10	0	4,3700	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	SUPER 10	0	4,3700	5
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	telles	0	4,3800	6
46	FARINHA DE MILHO (FUBÁ) PARA POLENTA - EMBALAGEM COM 500 G. Farinha média ou grossa de milho. Enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	SINHÁ	0	2,3000	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Zaeli	0	2,3900	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	SINHÁ	0	2,4400	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	KIMILHO	0	2,4400	4
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	realta	0	2,4500	5
47	FARINHA DE TRIGO TRADICIONAL OU ESPECIAL - EMBALAGEM COM 1 KG. Farinha de trigo tipo 1, enriquecida com ferro e ácido fólico. Deve apresentar coloração branca. Os grânulos devem ser finos e soltos. Após ser submetida ao calor não deve apresentar coloração escurecida. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	SUDOESTE	0	2,7400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 22/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Auriverde	0	2,7600	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	SUDOESTE	0	2,7700	3
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	ROSA BRANC	0	2,7900	4
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	dona benta	0	2,8000	5
48	FARINHA DE TRIGO TRADICIONAL OU ESPECIAL - EMBALAGEM COM 5 KG. Farinha de trigo tipo 1, enriquecida com ferro e ácido fólico. Deve apresentar coloração branca. Os grânulos devem ser finos e soltos. Após ser submetida ao calor não deve apresentar coloração escurecida. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	SUDOESTE	0	11,9000	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Auriverde	0	11,9300	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	SUDOESTE	0	11,9700	3
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	ROSA BRANC	0	11,9900	4
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	dona benta	0	12,0000	5
49	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL INTEGRAL - EMBALAGEM COM 1 KG. Obtida pela moagem dos grãos inteiros do trigo. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	ORQUIDEA	0	3,9800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 23/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	3,9900	2
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Nordetes	0	4,5500	3
50	FARINHA DE TRIGO PARA QUIBE - EMBALAGEM COM 500 G. Própria para alimentos. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Jureia	0	3,7500	1
51	FARINHA LÁCTEA - EMBALAGEM COM 210 A 230 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, leite em pó integral, vitaminas e minerais, sal e aromatizante. Contém glúten. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Nutrimental	0	5,4300	1
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	NUTRIMENTA	0	5,4600	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	ALLNUTRI	0	5,4700	3
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	NESTLE	0	5,4900	4
52	FEIJÃO CARIOCA - EMBALAGEM COM 1 KG. Feijão grupo I, comum, classe cores, tipo 1. Sem matéria terrosa e sujidades (pedras, pregos). Embalagem plástica transparente, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente (Ministério da Agricultura).	UN	COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	RIO BELO	0	6,5200	1
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	JARAGUA	0	6,5500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 24/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	TIO KID	0	6,5600	3
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Urbano	0	6,5700	4
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	jaragua	0	6,6000	5
53	FEIJÃO PRETO - EMBALAGEM COM 1 KG. Feijão grupo I, comum, classe preto, tipo 1. Sem matéria terrosa e sujidades (pedras, pregos). Embalagem plástica transparente, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente (Ministério da Agricultura).	UN	COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	RIO BELO	0	4,2500	1
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	RIO BELO	0	4,2700	2
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Urbano	0	4,3000	3
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	CHINES	0	4,3200	4
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	jaragua	0	4,4000	5
54	FEIJÃO VERMELHO - EMBALAGEM COM 1 KG. Feijão grupo I, comum, classe cores, tipo 1. Sem matéria terrosa e sujidades (pedras, pregos). Embalagem plástica transparente, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente (Ministério da Agricultura).	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Urbano	0	7,6600	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	RIO BELO	0	7,6800	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	JARAGUA	0	7,9700	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 25/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	URBANO	0	7,9900	4
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	jaragua	0	8,0000	5
55	FERMENTO BIOLÓGICO SECO PARA PÃO - EMBALAGEM COM 125 G. Instantâneo. Embalagem à vácuo, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Nordeste	0	4,2000	1
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	DONA BENTA	0	4,2500	2
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	4,2600	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	FERMIX	0	4,2700	4
56	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO PARA BOLO - EMBALAGEM COM 100 G. Ingredientes: amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio. Não deve conter entre os ingredientes ácido fumárico em substituição ao fosfato monocalcico. Embalagem plástica ou em lata, resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Nordeste	0	1,8500	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	1,9600	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	NEILAR	0	1,9700	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	ROYAL	0	1,9700	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 26/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	D.NITA	0	1,9900	5
57	FIBRA DE TRIGO - EMBALAGEM COM 500 G. Fibras de trigo moída. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Granomel	0	5,2500	1
58	FLOCOS DE CEREAIS - EMBALAGEM COM 210 A 240 G. Produto alimentício infantil contendo entre os ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, cevada, aveia, açúcar, sais minerais, vitaminas e sal. Pode ser composto por 3 cereais (aveia, cevada e farinha de trigo) ou por 5 cereais (aveia, cevada, farinha de trigo, arroz e milho). Pode conter farinha de trigo integral. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	ALLNUTRI	0	3,1500	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Nurimental	0	3,1700	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	NUTRY	0	3,1800	3
59	FÓRMULA INFANTIL COM FERRO PARA LACTENTES - LATA COM 400 G. Desde o nascimento até os 6 meses. Ingredientes: leite de vaca semi-desnatado ou desnatado, óleos vegetais, vitamina C, taurina, sulfato de ferro e zinco, vitamina A, niacina, gluconato de cobre ou sulfato de cobre, pantotenato de cálcio, vitaminas B1, B2 e B6, ácido fólico, iodato de potássio, vitamina K, vitamina D e biotina. Não contém glúten. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (12741)	NESTOGENO	0	9,6500	1
			NUTRIPORT COMERCIAL LTDA. (12740)	MILUPA 1	0	9,6600	2
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Aptamil	0	22,8500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 27/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
60	FÓRMULA INFANTIL À BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA PARA LACTENTES - LATA COM 400 G. Desde o nascimento até os 6 meses. Fórmula adequada para lactentes com intolerância à lactose ou em situações nas quais foi indicado retirar o leite de vaca da dieta. Deve conter entre os ingredientes: proteína isolada de soja, sais minerais, vitaminas e regulador de acidez. NÃO CONTÉM GLÚTEN E LACTOSE. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA. (12740)	APTAMIL SOJ	0	12,9600	1
			MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (12741)	NAN SOY/NE	0	13,6600	2
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Aptamil Soja 1	0	30,6500	3
61	FÓRMULA INFANTIL À BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA PARA LACTENTES - LATA COM 400 G. Dos 6 aos 12 meses. Fórmula adequada para lactentes com intolerância à lactose ou em situações nas quais foi indicado retirar o leite de vaca da dieta. Deve conter entre os ingredientes: proteína isolada de soja, sais minerais, vitaminas e regulador de acidez. NÃO CONTÉM GLÚTEN E LACTOSE. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA. (12740)	APTAMIL SOJ	0	13,6600	1
			MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (12741)	NAN SOY/NE	0	14,3900	2
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Aptamil Soja 2	0	32,3000	3
62	GELATINA EM PÓ SABORES DIVERSOS - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 30 G. Devem constar entre os ingredientes: açúcar, gelatina em pó, aroma artificial e corante artificial. Não deve conter EDULCORANTES entre os ingredientes. Disponibilizar nos sabores: ABACAXI, CEREJA, MORANGO, LIMÃO, PÊSSEGO e UVA. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Apti	0	0,8400	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	0,8900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 28/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	APTI	0	1,1700	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	apti	0	1,2000	4
63	GELATINA EM PÓ SABOR ABACAXI - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: açúcar, gelatina em pó, aroma artificial e corante artificial. Não deve conter EDULCORANTES entre os ingredientes. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Apti	0	7,4000	1
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	APTI	0	7,4600	2
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	apiti	0	7,5000	3
64	GELATINA EM PÓ SABOR MORANGO - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: açúcar, gelatina em pó, aroma artificial e corante artificial. Não deve conter EDULCORANTES entre os ingredientes. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Apti	0	7,3500	1
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	APTI	0	7,4700	2
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	apiti	0	7,5000	3
65	GELATINA EM PÓ SABOR LIMÃO - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: açúcar, gelatina em pó, aroma artificial e corante artificial. Não deve conter EDULCORANTES entre os ingredientes. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Apti	0	7,3500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 29/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	APTI	0	7,4700	2
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	apiti	0	7,5000	3
66	GELATINA EM PÓ SABOR UVA - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: açúcar, gelatina em pó, aroma artificial e corante artificial. Não deve conter EDULCORANTES entre os ingredientes. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Apti	0	7,3500	1
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	APTI	0	7,4700	2
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	apiti	0	7,5000	3
67	GELATINA EM PÓ DIET SABORES DIVERSOS - EMBALAGEM COM 12 G. Devem constar entre os ingredientes: gelatina em pó, regulador de acidez, edulcorantes artificiais, aromatizantes e corantes. NÃO DEVE CONTER AÇÚCAR entre os ingredientes. Disponibilizar nos sabores: ABACAXI, CEREJA, MÓRANGO, LIMÃO, PÊSSEGO e UVA. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Bretzke	0	2,2500	1
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	APTI ZERO	0	2,2700	2
68	LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO - EMBALAGEM COM 400 G. Devem constar dentre os ingredientes: leite integral, vitaminas A e D e emulsificante lícitina de soja. Não contém glúten. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente (Ministério da Agricultura).	UN	COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	AUROLAT	0	9,5200	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Aurora	0	9,5600	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 30/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	ITAMBÉ	0	9,6300	3
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	AURORA	0	9,6400	4
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	itambé	0	9,8000	5
69	LEITE LONGA VIDA INTEGRAL - EMBALAGEM COM 1 LITRO. Deve apresentar coloração branca, consistência líquida (alimento homogeneizado), isento de grumos ou de odor e sabor azedo. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada, tipo Tetra pack ou plástica. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente (Serviço de Inspeção Estadual ou Federal - Ministério da Agricultura).	UN	L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	LANGUIRU	0	2,9000	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Piracanjuba	0	2,9200	2
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	2,9600	3
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	LANGUIRU	0	3,0400	4
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	AURORA	0	3,0600	5
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	languiru	0	3,2000	6
70	LEITE INTEGRAL COM BAIXO TEOR DE LACTOSE (MENOS DE 90% DE LACTOSE) - EMBALAGEM COM 1 LITRO. Deve conter entre os ingredientes: leite integral, enzima lactase e estabilizante. Deve apresentar coloração branca, consistência líquida (alimento homogeneizado), isento de grumos ou de odor e sabor azedo. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada, tipo Tetra pack ou plástica. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente (Serviço de Inspeção Estadual ou Federal - Ministério da Agricultura).	UN	L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	TIROL	0	3,9100	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 31/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Elege	0	3,9200	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	TIROL	0	3,9700	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	tirol	0	4,0000	4
71	LENTILHA - EMBALAGEM COM 500 G. Tipo 1, classe misturada. Sem matéria terrosa e sujidades (pedras, pregos). Embalagem plástica, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos.	UN	EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	JOINVILLE	0	4,7000	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	pinduca	0	4,7400	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	KERI	0	4,7700	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	jurema	0	4,8000	4
72	MACARRÃO DE ARROZ COM OVOS TIPO PARAFUSO - EMBALAGEM COM 500 G. Deve conter entre os ingredientes: farinha de arroz, ovos, corantes naturais (cúrcuma e urucum) e emulsificante. SEM GLÚTEN. Deve apresentar coloração clara e ficar solto após o cozimento. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Urbano	0	2,3800	1
73	MACARRÃO TIPO ALETRIA COM OVOS - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico ou farinha de trigo especial enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corante natural. Deve apresentar coloração clara e ficar solto após o cozimento. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	ORQUIDEA	0	2,9200	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 32/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013**Número do Registro de Preços: 80/2013****Data do Registro: 10/12/2013****Válido até: 10/12/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	GALLO	0	2,3500	2
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Orquidea	0	2,9400	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	FILLER	0	3,1100	4
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	renata	0	3,1500	5
74	MACARRÃO TIPO CARACOL COM OVOS - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico ou farinha de trigo especial enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corante natural. Deve apresentar coloração clara e ficar solto após o cozimento. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	BORTOLINI	0	2,3900	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Petibom	0	2,4100	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	RENATA	0	2,4700	3
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	GALLO	0	2,4900	4
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	renata	0	2,5000	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 33/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
75	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE COM OVOS - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico ou farinha de trigo especial enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corante natural. Deve apresentar coloração clara e ficar solto após o cozimento. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	BORTOLINI	0	2,2000	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Ogliari	0	2,2400	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	BORTOLINI	0	2,2500	3
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	BORTOLINI	0	2,2600	4
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	orquidia	0	2,3000	5
76	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE INTEGRAL - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: sêmola de trigo durum (grano duro integral) e farelo de trigo. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	SELMi	0	4,7900	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Orquidea	0	4,8000	2
77	MACARRÃO TIPO PARAFUSO COM OVOS - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico ou farinha de trigo especial enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corante natural. Deve apresentar coloração clara e ficar solto após o cozimento. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	BORTOLINI	0	2,3000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 34/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Ogliari	0	2,3400	2
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	GALLO	0	2,3500	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	BORTOLINI	0	2,3700	4
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	orquidia	0	2,4000	5
78	MARGARINA SEM SAL - EMBALAGEM COM 500 G. Deve conter entre os ingredientes: óleos vegetais líquidos, água, vitamina A, estabilizantes, conservadores, acidulante, corantes naturais (urucum e cúrcuma), aromatizante e anti-oxidantes. Os óleos vegetais líquidos devem ser interesterificados e não hidrogenados. Não deve apresentar na indicação: não recomendada para uso culinário. Deve apresentar percentual lipídico entre 65 e 85%. Deve apresentar consistência cremosa, coloração amarelada. Isenta de sinais de ranço. Embalagem plástica, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Delicia	0	5,1500	1
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	DELICIA	0	5,1900	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	DELICIA	0	5,2700	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	DELICIA	0	5,2700	4
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	delicia	0	5,3000	5
79	MELADO DE CANA-DE-AÇÚCAR - EMBALAGEM COM 250 G. Sem adição de corantes artificiais. Embalagem plástica tipo bisnaga, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Guimaraes	0	4,8000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 35/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	4,8400	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	BUSS	0	4,8900	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	LUIZ ALVENS	0	4,9700	4
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	COLONIAL	0	4,9900	5
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	luis alvense	0	5,0000	6
80	MILHO EM CONSERVA - EMBALAGEM COM PESO DRENADO DE 200 G. Ingredientes: milho, água, sal e/ou açúcar. Embalagem tipo LATA, íntegra, sem pontos danificados, sem amassados ou pontos enferrujados. Sem estufamentos, sem vazamentos e sem corrosão interna. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Quero	0	1,5500	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	1,6300	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	GOIAS	0	1,8700	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	GOIAS VERDE	0	1,8700	4
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	PREDILECTA	0	1,8900	5
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	lar	0	2,0000	6

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 36/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
81	ÓLEO DE GIRASSOL - EMBALAGEM COM 900 ML. Óleo de girassol refinado, tipo 1, aspecto oleoso, transparente e cor própria. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Sinha	0	6,4000	1
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	SINHÁ	0	6,4500	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	SINHÁ	0	6,4600	3
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	SINHÁ	0	6,5500	4
82	PÃO DE MEL - EMBALAGEM COM 400 G. Deve conter entre os ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, amido de milho e aroma de mel. SEM COBERTURA DE CHOCOLATE. Embalagem plástica, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	BOLAMEL	0	9,7400	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Krone	0	9,7500	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	NINFA	0	9,9700	3
83	PÃO INTEGRAL - UNIDADE DE 50 G. Pão preparado com farinha de trigo integral, farinha de trigo especial, centeio e sementes ou grãos (linhaça, gergelim, aveia). NÃO deve conter LEITE entre os ingredientes da receita (isento de lactose). Deve apresentar massa fresca e macia. Embalagem plástica, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Com registro no órgão competente.	UN	L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	AMORE DIPAI	0	0,7700	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	BEIRA MAR	0	0,7800	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 37/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Belpão	0	0,8000	3
84	PÃO MASSINHA DE LEITE - UNIDADE DE 50 G. Deve apresentar massa fresca e macia, de coloração clara. Embalagem plástica, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Com registro no órgão competente.	UN	L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	AMORE DIPAI	0	0,6700	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	BEIRA MAR	0	0,6800	2
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Belpão	0	0,7000	3
85	PÓ PARA PREPARO DE BEBIDA SABOR MORANGO - EMBALAGEM COM 400 G. Produto alimentício em pó para ser adicionado no leite ou derivado. Deve apresentar entre os ingredientes: açúcar, maltodextrina, aromatizante e corante. Pode conter leite em pó ou soro de leite. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMÁTICA E SERV. LTDA (10763)	PROMIX	0	8,8500	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Mukky	0	8,9200	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	APTI	0	8,9700	3
86	PÓ PARA PUDIM SABORES DIVERSOS - EMBALAGEM COM 85 GRAMAS. Deve constar entre os ingredientes: amido de milho, açúcar, sal, aroma artificial e corantes. Sabores: BAUNILHA, CHOCOLATE e MORANGO. Após o preparo, deve ser de cor atraente e consistência cremosa, sem grumos ou partes endurecidas. Não deve ser exageradamente doce. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Apti	0	1,6500	1
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	APTI	0	1,6700	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 38/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	apti	0	1,7000	3
87	PÓ PARA PUDIM SABOR BAUNILHA - EMBALAGEM COM 1 KG. Deve constar entre os ingredientes: amido de milho, açúcar, sal, aroma artificial e corantes. Após o preparo, deve ser de cor atraente e consistência cremosa, sem grumos ou partes endurecidas. Não deve ser exageradamente doce. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Apti	0	7,7000	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	NEILAR	0	7,7700	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	APTI	0	7,7700	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	apti	0	8,0000	4
88	PÓ PARA PUDIM SABOR CHOCOLATE - EMBALAGEM COM 1 KG. Deve constar entre os ingredientes: amido de milho, açúcar, sal, aroma artificial e corantes. Após o preparo, deve ser de cor atraente e consistência cremosa, sem grumos ou partes endurecidas. Não deve ser exageradamente doce. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Apti	0	7,7000	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	NEILAR	0	7,7700	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	APTI	0	7,7700	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	apti	0	8,0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 39/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
89	PÓ PARA PUDIM SABOR MORANGO - EMBALAGEM COM 1 KG. Deve constar entre os ingredientes: amido de milho, açúcar, sal, aroma artificial e corantes. Após o preparo, deve ser de cor atraente e consistência cremosa, sem grumos ou partes endurecidas. Não deve ser exageradamente doce. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Apti	0	7,7000	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	NEILAR	0	7,7700	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	APTI	0	7,7700	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	apti	0	8,0000	4
90	PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA NATURAL MÉDIA - EMBALAGEM COM 500 G. Granulada, contendo grãos de soja texturizadas natural. Própria para alimentos. Embalagem plástica, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Granomel	0	6,5000	1
91	SAGU - EMBALAGEM COM 500 G. Sagu tipo 1, classe pérola, derivado de raízes de mandioca. Sem sabor. Embalagem plástica, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Pinduca	0	3,9000	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	NEILAR	0	3,9700	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	NEVE	0	3,9700	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	telles	0	4,0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 40/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
92	SAL REFINADO IODADO - EMBALAGEM COM 1 KG. Ingredientes: sal refinado (cloreto de sódio), iodato de potássio e anti-umectante. Embalagem plástica, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	MARFIM	0	1,3500	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Cruzeiro	0	1,3800	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	ZIZO	0	1,3900	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	zizo	0	1,4800	4
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	DIANA	0	1,5000	5
93	VINAGRE DE ÁLCOOL - EMBALAGEM COM 900 ML. Vinagre de simples fermentação acética natural de álcool hidratado, água potável, acidez de 4 a 4,2%, conservante. Líquido transparente. Embalagem plástica, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	HEINING	0	1,9500	1
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	CHEMIM	0	1,9700	2
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	heinig	0	1,9800	3
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Chemim	0	19,9600	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 41/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
94	ALMÔNDEGA DE CARNE BOVINA - EMBALAGEM COM 1 KG. Ingredientes: carne bovina, água, especiarias, proteína texturizada de soja, farinha de rosca, sal refinado, tripolifosfato de sódio (estabilizante), corante caramelo (corante), eritorbato de sódio (antioxidante). Contém Glúten. Peso médio entre 15 e 25 g por unidade. Deverá estar congelada em embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente. A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Novilho nobre	0	16,8000	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	NOVA IMAGEI	0	16,8900	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	NOVA IMAGEI	0	16,9900	3
95	CALDO DE PEIXE TILÁPIA CONGELADO - EMBALAGEM COM 1 KG. Ingredientes: carne de peixe (tilápia), água, sal, cebola, tomate, batata, extrato de tomate, óleo de soja, tempero verde e condimentos. Deve ser CONGELADO e TRITURADO. Não deve conter espinhas nem partes rígidas. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente. A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Rancho bom	0	8,8500	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	9,3500	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	RANCHO BOM	0	13,9700	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	RANCHO BOM	0	13,9900	4

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 42/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013**Número do Registro de Preços: 80/2013****Data do Registro: 10/12/2013****Válido até: 10/12/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
96	CARNE BOVINA MOÍDA CONGELADA DE 1ª QUALIDADE - EMBALAGEM COM 1 KG. Tipo paleta ou acém dianteiros. Congelada, isenta de gorduras, ossos, cartilagens, nervos, peles, couros, demais aparas ou pêlos. Coloração vermelha intensa e odor característico de carne fresca (agradável). Livre de excessivos pontos brancos, indicativos de elevada quantidade de gordura. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Codel	0	11,0000	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	NOVA IMAGEI	0	11,0800	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	NOVA IMAGEI	0	11,1400	3
97	CARNE SUÍNA PALETA CONGELADA DE 1ª QUALIDADE - EMBALAGEM COM 1 KG. Tipo paleta, cortada em cubos, congelada, isenta de gorduras, ossos, cartilagens, nervos, peles, couros, demais aparas ou pêlos. Coloração rosada e odor característico de carne fresca (agradável). Livre de elevada quantidade de gordura. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Luchetmberg	0	9,9500	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	PAMPLONA	0	9,9700	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	NOVA IMAGEI	0	9,9900	3
98	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO CONGELADA DE 1ª QUALIDADE - EMBALAGEM COM 1 KG. Não deve apresentar outros cortes além da coxa e sobrecoxa. Congelada, compacta e conservada em equipamento adequado. A quantidade de gelo no interior da embalagem deve respeitar os limites máximos estipulados na legislação vigente. Não deve estar amolecida, nem pegajosa, nem apresentar manchas esverdeadas. Coloração característica (rosada). Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência/produto, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Lar	0	6,5500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 43/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	COPACOL	0	6,6000	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	C.VALE	0	6,6300	3
99	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO SEM OSSO CONGELADA DE 1ª QUALIDADE - EMBALAGEM COM 1 KG. Não deve apresentar outros cortes além da coxa e sobrecoxa. Congelada, compacta e conservada em equipamento adequado. A quantidade de gelo no interior da embalagem deve respeitar os limites máximos estipulados na legislação vigente. Não deve estar amolecida, nem pegajosa, nem apresentar manchas esverdeadas. Coloração característica (rosada). Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência/produto, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Lar	0	7,3000	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	MORGANA	0	7,3500	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	C. VALE	0	7,3700	3
100	FÍGADO DE FRANGO DE 1 QUALIDADE CONGELADO - EMBALAGEM COM 1 KG. Congelado, conservado em equipamento adequado. A quantidade de gelo no interior da embalagem deve respeitar os limites máximos estipulados na legislação vigente. Não deve estar amolecido, nem pegajoso, nem apresentar manchas esverdeadas. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência/produto, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Aurora	0	5,4000	1
101	FILÉ DE PEIXE TIPO PESCADA SEM PELE E SEM ESPINHOS, CONGELADO - EMBALAGEM COM 1 KG. Deve ser CONGELADO. Não deve conter espinhas nem partes rígidas. Coloração e odor característicos. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Leradini	0	13,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 44/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	AROMA DO M	0	13,5600	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	PEIXE VIVO	0	13,5900	3
102	IOGURTE COM POLPA DE FRUTAS, PARCIALMENTE DESNATADO - EMBALAGEM COM 1 LITRO. Produto alimentício derivado do leite. Possui polpa de frutas e açúcar entre os ingredientes. Sabores variados (morango, côco, pêssego e abacaxi). Não deve ser substituído por bebida láctea. Deve apresentar consistência líquida/cremosa. Isento de pontos escuros e odor ou sabor azedo. Embalagem plástica, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente. A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Tirol	0	3,7200	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	PIÁ	0	3,7700	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	LACTOPLASA	0	3,7900	3
103	IOGURTE DE SOJA SABOR FRUTAS - BANDEJA COM 400 G. Alimento com soja sabor iogurte - frutas. Ingredientes: água, açúcar pedaços de frutas, extrato de soja, amido, fosfato tricálcico, fermentos, aromatizantes, corante natural e conservante. NÃO CONTÉM LACTOSE e não contém glúten. Deve apresentar consistência líquida/cremosa. Isento de pontos escuros e de odor ou sabor azedo. Embalado em bandeja plástica contendo 4 unidades de 100 g (peso total da bandeja de 400 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente. A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	batavo	0	3,9900	1
104	PALETA BOVINA CONGELADA CUBOS MÉDIOS DE 1ª QUALIDADE - EMBALAGEM COM 1 KG. Tipo paleta, congelada, isenta de gorduras, ossos, cartilagens, nervos, peles, couros, demais aparas ou pêlos. Coloração vermelha intensa e odor característico de carne fresca (agradável). Livre de quantidade elevada de gordura. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Codel	0	13,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 45/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	NOVA IMAGEI	0	13,9700	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	NOVA IMAGEI	0	13,9900	3
105	PEITO DE FRANGO FILÉ TIPO SASSAMI CONGELADO DE 1ª QUALIDADE - EMBALAGEM COM 1 KG. Isenta de gorduras, cartilagens e ossos. Congelada, compacta e conservada em equipamento adequado. A quantidade de gelo no interior da embalagem deve respeitar os limites máximos estipulados na legislação vigente. Não deve estar amolecida, nem pegajosa, nem apresentar manchas esverdeadas. Coloração característica (rosada). Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência/produto, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Agroveneto	0	8,9500	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	BIG FRANGO	0	8,9800	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	C.VALE	0	9,0000	3
106	QUEIJO MUSSARELA FATIADO - EMBALAGEM COM 300 G. Produto alimentício derivado do leite. Espessura fina, de 1 qualidade. Deve apresentar coloração amarelo claro, sabor e odor característicos de queijo fresco. Pacotes lacrados, provenientes das indústrias de laticínios. O queijo não deve ser fatiado e subdividido no estabelecimento comercial do fornecedor. Embalagem plástica íntegra, transparente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Lactovale	0	7,7500	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	HASI	0	7,7700	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	LACTOFRIOS	0	7,7900	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 46/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
107	ABACATE - KG. Fruta com cor característica (verde) isenta de doenças. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	6,6000	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	6,6900	2
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	6,7500	3
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	6,7600	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	6,7900	5
108	ABACAXI TIPO PÉROLA - PEÇA. Fruta de cor característica (casca amarela e coroa verde). Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Peso aproximado por unidade/peça = 1 kg. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	3,8000	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	3,9400	2
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	3,9500	3
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	3,9700	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	3,9900	5
109	ABOBRINHA VERDE - KG. Frutos firmes, com a casca de cor brilhante, sem partes escuras ou amolecidas. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	2,3500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 47/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	2,3900	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	2,5800	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	2,5800	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	2,6000	5
110	AGRIÃO - MAÇO. Vegetal verde escuro, isento de doenças e folhas murchas. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	1,5000	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	1,6900	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	2,4700	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	2,4800	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	2,4900	5
111	AIPIM CRU DESCASCADO, CONGELADO - KG. Isento de doenças. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Cooper Vale	0	1,9600	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	1,9700	2
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	schmidt	0	1,9900	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 48/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	1,9900	4
112	ALFACE TIPO CRESPA - PEÇA. Verde, consistência firme e sem pontos de apodrecimento. Produto fresco e com grau de maturação intermediário. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	0,9400	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	0,9500	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	1,8600	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	1,8900	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	1,8900	5
113	ALHO INTEIRO - KG. Produto in natura com cabeças integras. Livre de doenças, brotos e partes amolecidas. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	15,0000	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	15,9900	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	17,4700	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	nobre	0	17,4800	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	SÃO FRANCIS	0	17,4900	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 49/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
114	BANANA CATURRA - KG. Grau de maturação intermediário, bem desenvolvida, coloração característica (amarela), consistência firme e sem pontos de apodrecimento. Livre de insetos, fungos, sujidades e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	1,5000	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	1,5900	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	2,3700	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	2,3800	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	2,3900	5
115	BATATA DOCE - KG. Tubérculo com boa aparência, sem doenças ou danos físicos. Ausência de brotos ou partes moles, ou unidades estragadas. Não deve apresentar aspecto avançado de maturação, nem matéria terrosa. Livre de insetos, fungos e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.Q	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	1,7500	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	1,7900	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	1,8700	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	1,8800	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	1,8900	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 50/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
116	BATATA INGLESA SUJA - KG. Tamanho uniforme, sem doenças, danos físicos ou estágio avançado de maturação. Ausência de brotos e partes moles ou unidades estragadas. Deve estar em boas condições de apresentação, livre de insetos e fungos. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	3,0000	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	3,1500	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	3,4200	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	3,4400	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	3,4500	5
117	BETERRABA - KG. Tubérculo com boa aparência, sem doenças ou danos físicos. Ausência de brotos ou partes moles, ou unidades estragadas. Não deve apresentar aspecto avançado de maturação, nem matéria terrosa. Livre de insetos, fungos e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	2,3000	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	2,3200	2
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	2,3400	3
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	2,3500	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	2,3500	5
118	BRÓCOLIS - PEÇA. Produto fresco, cor verde, consistência firme sem pontos de apodrecimento, em perfeita maturação e conservação. Tamaho médio a grande. Livre de insetos, fungos e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	2,7200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 51/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	2,7300	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	2,9600	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	2,9900	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	2,9900	5
119	CAQUI TIPO FUYU - KG. Fruta de cor característica (casca alaranjada). Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	5,0000	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	5,2900	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	5,4700	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	5,4800	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	5,4900	5
120	CEBOLA DE CABEÇA - KG. Branca, classe média, de 1ª qualidade e tamanho uniforme. Superfície lisa, isenta de doenças ou brotos. Sem partes moles, enrugadas ou unidades muito amadurecidas. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	2,6500	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	2,7900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 52/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	3,6200	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	3,6300	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	3,6400	5
121	CEBOLINHA TIPO TEMPERO - MAÇO. Tempero verde, isento de insetos, em perfeita maturação e conservação. Peso mínimo de 300 g por maço. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	1,5000	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	1,7700	2
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	1,7900	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	1,7900	4
122	CENOURA - KG. De 1ª qualidade, cor característica (alaranjada), tamanho uniforme, superfície lisa, isenta de doenças ou brotos. Não deve apresentar partes que permaneçam rígidas e secas após a cocção. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	1,6800	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	1,6900	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	1,7700	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	1,7800	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 53/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	1,7900	5
123	CHUCHU - KG. Deve apresentar boa aparência, aspecto firme e coloração característica (verde) . Livre de doenças e danos mecânicos, sem partes moles ou unidades muito amadurecidas. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	1,7500	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	1,7700	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	1,7800	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	1,7900	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	1,8000	5
124	COUVE-FLOR - PEÇA. Produto fresco, consistência firme sem pontos de apodrecimento (escuros), em perfeita maturação e conservação, cor branca. Tamanho médio a grande. Livre de insetos, fungos e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	2,6900	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	2,7000	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	2,7800	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	2,8000	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	2,8000	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 54/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
125	COUVE FOLHA - MAÇO. Vegetal verde escuro, isento de doenças e folhas murchas. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	1,5000	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	1,9900	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	2,1600	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	2,1900	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	2,1900	5
126	ESPINAFRE - MAÇO. Vegetal verde escuro, isento de doenças e folhas murchas. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	2,4000	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	2,4700	2
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	2,4900	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	2,4900	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	2,4900	5
127	LARANJA LIMA - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	3,3000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 55/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	3,5200	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	3,5300	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	3,5500	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	3,5600	5
128	LARANJA PÊRA - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	1,9000	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	2,0400	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	2,4200	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	2,4400	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	2,4500	5
129	LIMÃO TAITI - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	3,9000	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	4,1500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 56/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	4,1800	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	4,2000	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	4,2000	5
130	MAÇÃ TIPO ARGENTINA - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Cor característica (vermelha). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	7,0000	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	7,4900	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	7,7700	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	7,7800	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	7,7900	5
131	MAÇÃ TIPO GALA - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Cor característica (vermelha). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	2,7500	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	2,7700	2
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	2,8000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 57/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	2,8000	4
132	MAMÃO TIPO FORMOSA - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Cor característica (alaranjada). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	2,1000	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	2,2000	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	2,2200	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	2,2500	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	2,2500	5
133	MANGA TIPO TOMI - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles ou muito amadurecidas. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Cor característica (alaranjada). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	2,1700	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	2,1800	2
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	2,2000	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	2,2000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 58/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
134	MELANCIA - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles ou muito amadurecidas. Isenta de doenças. Em perfeito estado de maturação. Cor característica (casca verde e miolo vermelho). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	1,2000	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	1,3000	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	1,3200	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	1,3500	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	1,3500	5
135	MELÃO TIPO ESPANHOL - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles ou muito amadurecidas. Isenta de doenças. Em perfeito estado de maturação. Cor característica (amarela). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	2,3000	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	2,3300	2
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	2,3500	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	2,3500	4
136	MORANGA (ABÓBORA) - KG. Vegetal com cor característica (alaranjada). Superfície lisa, sem partes moles. Isenta de doenças, partes moles ou enrugadas. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	2,8000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 59/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	2,8700	2
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	2,8900	3
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	2,8900	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	2,8900	5
137	OVO DE GALINHA TIPO GRANDE VERMELHO - DÚZIA. Ovos selecionados, com cascas limpas, sem trincas ou rachaduras. Devem estar isentos de fezes animais. Embalagem própria para o acondicionamento de ovos (caixa para dúzia). Peso mínimo de 720 g. Rótulo com indicação do fabricante, tipo de produto, quantidade, data de envase, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	3,7500	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	3,9800	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	4,1800	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	kasulke	0	4,2000	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	LINDSAY	0	4,2000	5
138	PEPINO TIPO SALADA - KG. De 1ª qualidade, cor característica (casca verde e miolo branco), tamanho uniforme (de médio a grande), superfície lisa, isenta de doenças ou podridões. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	2,8500	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	2,8700	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 60/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	2,8800	3
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	2,8900	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	2,8900	5
139	PÊRA TIPO WILLIAMS - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Cor característica (verde claro ou amarelo claro). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	7,3000	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	7,3400	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	8,7700	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	8,7900	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	8,7900	5
140	PIMENTÃO VERDE - KG. De 1ª qualidade, cor característica (verde), tamanho uniforme, superfície lisa, isenta de doenças ou podridões. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	6,5000	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	6,9900	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	7,8700	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 61/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	7,8900	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	7,8900	5
141	REPOLHO BRANCO - PEÇA. Produto fresco, consistência firme sem pontos de apodrecimento, em perfeita maturação e conservação, cor branca. Tamanho médio a grande. Livre de insetos, fungos e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	2,4000	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	2,4500	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	2,4800	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	2,4900	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	2,5000	5
142	REPOLHO ROXO - PEÇA. Produto fresco, consistência firme sem pontos de apodrecimento, em perfeita maturação e conservação, cor roxa. Tamanho médio a grande. Livre de insetos, fungos e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	2,6500	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	2,6600	2
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	2,6600	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	2,6800	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 62/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	2,6900	5
143	RÚCULA - MAÇO. Vegetal verde escuro, isento de doenças e folhas murchas. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	1,9900	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	2,0000	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	2,4700	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	2,4900	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	2,4900	5
144	SALSINHA TIPO TEMPERO - MAÇO. Tempero verde, isento de insetos, em perfeita maturação e conservação. Peso mínimo de 300 g por maço. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	1,9600	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	1,9700	2
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	1,9900	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	1,9900	4
145	TANGERINA TIPO PONKAN - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	4,3000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 63/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	4,3900	2
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	4,4500	3
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	4,4700	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	4,4900	5
146	TOMATE - KG. Fruto com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles ou muito amadurecidas. Isenta de doenças. Em perfeito estado de maturação. Cor característica (avermelhada). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	3,2500	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	3,2800	2
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	3,9700	3
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	3,9700	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	3,9900	5
147	VAGEM - KG. De 1ª qualidade, cor característica (verde claro), tamanho uniforme, superfície lisa, isenta de doenças ou podridões. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	5,0000	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	5,1500	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 64/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013**Número do Registro de Preços: 80/2013****Data do Registro: 10/12/2013****Válido até: 10/12/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	5,1800	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	5,1900	4

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 65/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013**Número do Registro de Preços: 80/2013****Data do Registro: 10/12/2013****Válido até: 10/12/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	5,2000	5

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 66/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013**Número do Registro de Preços: 80/2013****Data do Registro: 10/12/2013****Válido até: 10/12/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 80/2013****PROCESSO Nº 221/2013**

- (10763) - EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA
- (12273) - SUPERMERCADO FRONTAL LTDA
- (12686) - NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA
- (12740) - NUTRIPORT COMERCIAL LTDA.
- (12741) - MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
- (12754) - COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP
- (12755) - MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME
- (12756) - L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP

Schroeder, 10 de Dezembro de 2013.

Ata de Registro de Preços Pregão Presencial Nº 102/2013-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 1/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013**Número do Registro de Preços: 80/2013****Data do Registro: 10/12/2013****Válido até: 10/12/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	AÇÚCAR MASCAVO - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: caldo de cana-de-açúcar. Embalagem plástica, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Puxa da Boa	0	7,3600	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	COLONIA	0	7,3800	2
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	7,3900	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	DA COLONIA	0	7,5700	4
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	colonia	0	7,5800	5
2	AÇÚCAR BRANCO REFINADO ESPECIAL - EMBALAGEM COM 1 KG. Deverá apresentar grânulos extremamente finos e coloração nitidamente branca. Embalagem plástica, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	PARANÁ	0	2,3500	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Doce Sucar	0	2,3600	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	CARAVELAS	0	2,3900	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	caravelas	0	2,4500	4
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	CARAVELAS	0	2,4500	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 2/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	AÇÚCAR BRANCO REFINADO ESPECIAL - EMBALAGEM COM 5 KG. Deverá apresentar grânulos extremamente finos e coloração nitidamente branca. Embalagem plástica, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	PARANÁ	0	12,3900	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Doce Sucar	0	12,4000	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	CARAVELAS	0	12,4300	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	caravelas	0	12,5000	4
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	CARAVELAS	0	12,5000	5
4	AMIDO DE MILHO - EMBALAGEM COM 200 G. Próprio para alimentos. Produto amiláceo extraído do milho. Sob a forma de pó apresenta a coloração branca. Embalagem limpa e não violada, plástica ou caixa de papel espesso envolvendo uma embalagem plástica interna. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	1,9900	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Apti	0	2,0500	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	NEILAR	0	2,7800	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	MAIS CERTA	0	2,7800	4
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	mais certa	0	2,7900	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 3/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	ARROZ BRANCO - EMBALAGEM COM 5 KG. Tipo 1, subgrupo polido, classe longo, fino. Deve apresentar coloração branca, grãos íntegros e soltos após o cozimento. Embalagem plástica resistente, transparente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	KIKA	0	11,7800	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Cooper Buriti	0	11,8000	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	MACARINI	0	11,8400	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	kika	0	11,9000	4
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	URBANO	0	11,9000	5
6	ARROZ INTEGRAL - EMBALAGEM COM 1 KG. Tipo 1, classe longo fino, integral. Embalagem plástica resistente, transparente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	KIARROZ	0	3,2800	1
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	KIARROZ FUM	0	3,3000	2
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Urbano	0	3,3100	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	fumasence	0	3,3350	4
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	URBANO	0	3,3500	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 4/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	ARROZ PARBOILIZADO - EMBALAGEM COM 1 KG. Tipo 1, classe longo fino, subgrupo parboilizado polido. Deve apresentar coloração amarelada, grãos íntegros e soltos após o cozimento. Embalagem plástica resistente, transparente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	KIKA	0	2,8000	1
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	MINUTINHO	0	2,8300	2
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Ki Beleza	0	2,8600	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	kika	0	2,8900	4
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	DA VO	0	2,9000	5
8	ARROZ PARBOILIZADO - EMBALAGEM COM 5 KG. Tipo 1, classe longo fino, subgrupo parboilizado polido. Deve apresentar coloração amarelada, grãos íntegros e soltos após o cozimento. Embalagem plástica resistente, transparente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	KIKA	0	12,6000	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Ki Beleza	0	12,6200	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	MINUTINHO	0	12,7000	3
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	CHINES	0	12,7100	4
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	kika	0	12,7400	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 5/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
9	AVEIA EM FLOCOS FINOS - EMBALAGEM COM 200 a 250 G. Feito com cereal integral. Deve apresentar coloração clara e sem sinais de umidade. Embalagem resistente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Nestle	0	2,7900	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	2,8000	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	APTY	0	2,9700	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	APTI	0	2,9700	4
10	BEBIDA DE SOJA SEM SABOR - EMBALAGEM COM 1 LITRO. Ingredientes: extrato de soja, água, açúcar, sal, óleo vegetal de soja, aromatizante, estabilizante, vitamina A, vitamina D, e emulsificante. NÃO CONTÉM LACTOSE E NÃO CONTÉM GLÚTEN. Isento de grumos ou de odor e sabor azedo. Embalagem íntegra, tipo Tetra-Pak, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Purity	0	6,9000	1
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	ADES	0	6,9700	2
11	BEBIDA DE SOJA SABOR PÊSSEGO - EMBALAGEM COM 1 LITRO. Ingredientes: suco concentrado de pêssego, extrato de soja, água, açúcar, sal, óleo vegetal de soja, aromatizante, acidulante ácido cítrico, estabilizante, vitamina A, vitamina D, e emulsificante. NÃO CONTÉM LACTOSE E NÃO CONTÉM GLÚTEN. Isento de grumos ou de odor e sabor azedo. Embalagem íntegra, tipo Tetra-Pak, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Purity	0	5,9000	1
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	ADES	0	6,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 6/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	BISCOITO DOCE SABOR LEITE, EMBALAGEM COM 370 A 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal (podendo ser hidrogenada), açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes lecitina de soja, aromatizante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado de leite. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	PRODASA	0	3,7000	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	NINFA	0	3,7200	2
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Prodasa	0	3,7400	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	PRODASA	0	3,7800	4
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	prodasa	0	3,7900	5
13	BISCOITO DOCE SABOR MAISENA - EMBALAGEM COM 370 A 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes lecitina de soja, aromatizante e anti-oxidante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado de maisena. SEM LACTOSE. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	RENATA	0	3,6800	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	DIANA	0	3,6900	2
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Ninfa	0	3,7400	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 7/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	PRODASA	0	3,7800	4
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	prodasa	0	3,7900	5
14	BISCOITO DOCE SEM GLÚTEN - EMBALAGEM COM 200 G. Ingredientes: farinha de arroz e/ou amido de milho, açúcar, ovos, coco ralado, margarina, sal, aromatizante e bicarbonato de amônia. Deve apresentar consistência crocante e sabor moderadamente doce. PRODUTO SEM GLÚTEN. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Jasmine	0	5,9700	1
15	BISCOITO DOCE TIPO MARIA, EMBALAGEM COM 370 A 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes lecitina de soja, aromatizante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	PRODASA	0	3,7500	1
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	PRODASA	0	3,7800	2
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Prodasa	0	3,7800	3
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	DIANA	0	3,7800	4
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	prodasa	0	3,7900	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 8/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
16	BISCOITO SALGADO CRACKER COM GERGELIM, EMBALAGEM COM 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal hidrogenada, gergelim, açúcar invertido, sal, extrato de malte, emulsificante lecitina desoja, fermento químico bicarbonato de sódio, melhoradores de farinha. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor moderadamente salgado. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Isabella	0	4,5200	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	ORQUIDEA	0	4,5300	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	ISABELA	0	4,5700	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	prodasa	0	4,6000	4
17	BISCOITO SALGADO ÁGUA E SAL (SEM LACTOSE) - EMBALAGEM COM 370 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal hidrogenada, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizante (lecitina de soja), amido. NÃO DEVE APRESENTAR ENTRE OS INGREDIENTES: leite ou soro de leite, além de acidulante ácido láctico e emulsificante esteroil-2-lactil lactato de sódio. Biscoito de primeira linha, de espessura fina e consistência crocante e sabor moderadamente salgado. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	PRODASA	0	4,4800	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Ninfa	0	4,4900	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	NINFA	0	4,5200	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	PRODASA	0	4,5700	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 9/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	prodasa	0	4,6000	5
18	CACAU EM PÓ - EMBALAGEM COM 200 G. Produto alimentício contendo APENAS CACAU EM PÓ SOLÚVEL. Sem adição de açúcar, amido, leite e derivados de leite. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Apti	0	4,9500	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	NEILAR	0	4,9800	2
19	CAFÉ TRADICIONAL TORRADO E MOÍDO - EMBALAGEM COM 500 G. Produto de 1ª qualidade, grãos torrados e moídos. Embalagem aluminizada à vácuo, com caixa de papelão protetora. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	JURERE ECO	0	6,9700	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	ITAMARATY	0	6,9800	2
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	ODEBRECHT	0	7,9900	3
20	CALDO PARA TEMPERO SABOR CARNE - EMBALAGEM COM 57 G. Ingredientes: sal, gordura vegetal, amido, açúcar, alho, cebola, extrato de carne (carne bovina), salsa, louro, pimenta vermelha, gengibre, cúrcuma, corantes e aromatizantes. Embalagem contendo 6 cubos. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Arisco	0	1,2500	1
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	ETTI	0	1,2700	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 10/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
21	CALDO PARA TEMPERO SABOR GALINHA - EMBALAGEM COM 57 G. Ingredientes: sal, gordura vegetal, amido, açúcar, carne de galinha, cúrcuma, cebola, alho, salsa, pimenta-do-reino branca, corantes e aromatizantes. Embalagem contendo 6 cubos. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Arisco	0	1,2300	1
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	ETTI	0	1,2700	2
22	CALDO PARA TEMPERO SABOR LEGUMES - EMBALAGEM COM 57 G. Ingredientes: sal, gordura vegetal, amido, açúcar, cebola, espinafre, alho, cenoura, cúrcuma, alho poró, salsa, repolho, tomate, pimentão vermelho, alho, abóbora, pimenta do reino branca, corantes e aromatizantes. Embalagem contendo 6 cubos. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Knorr	0	1,2300	1
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	ETTI	0	1,2700	2
23	CANELA EM PÓ - EMBALAGEM COM 30G. Produto alimentício em pó. Deve apresentar coloração marrom e odor característico de canela. Frasco plástico íntegro, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Makri	0	1,2000	1
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	JP	0	1,2300	2
24	CEREAL DE ARROZ - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Para alimentação infantil. Ingredientes: farinha de arroz, açúcar, amido, sais minerais, vitaminas e probióticos. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (12741)	MUCILON ARI	0	6,5000	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Mucilon	0	11,4500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 11/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	NESTLÉ	0	11,4700	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	MUCILON	0	11,4700	4
25	CEREAL DE ARROZ E AVEIA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Para alimentação infantil. Ingredientes: farinha de arroz, açúcar, farinha de aveia, extrato de malte, sais minerais, vitaminas e probióticos. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (12741)	MUCILON AR.	0	6,5000	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Mucilon	0	11,4500	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	NESTLÉ	0	11,4700	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	MUCILON	0	11,4700	4
26	CEREAL DE MILHO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Para alimentação infantil. Ingredientes: farinha de milho enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, sais minerais, vitaminas e probióticos. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (12741)	MUCILON MIL	0	6,5000	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Mucilon	0	11,5500	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	NESTLÉ	0	11,5800	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	MUCILON	0	11,5800	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 12/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
27	CEREAL TIPO FLOCOS DE MILHO (SUCRILHO) AÇUCARADO - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: milho, açúcar, sal, extrato de malte, vitaminas e minerais. Contém glúten. Deve apresentar textura crocante. Ausência de umidade. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Granomel	0	6,7700	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	CIA CASEIRO	0	6,7800	2
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	6,8000	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	GOLD FLAKE	0	6,8400	4
28	CEREAL TIPO FLOCOS DE MILHO (SUCRILHO) SEM COBERTURA DE AÇÚCAR - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: milho, açúcar, sal, extrato de malte, vitaminas e minerais. Contém glúten. Deve apresentar textura crocante. Ausência de umidade. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Granomel	0	6,5000	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	CIA CASEIRO	0	6,7500	2
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	6,7900	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	GOLD FLAKE	0	6,8400	4
29	CHÁ DE CAMOMILA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	2,6000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 13/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	LEÃO	0	2,6400	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	CHILENO	0	3,1700	3
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Chines	0	3,1800	4
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	PRENDA	0	3,1900	5
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	barão	0	3,2000	6
30	CHÁ DE CAPIM CIDREIRA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinho de chá (conteúdo total de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Chines	0	2,2500	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	2,3800	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	CHILENO	0	3,1700	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	LEÃO	0	3,1700	4
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	LEÃO	0	3,1900	5
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	barão	0	3,2000	6

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 14/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
31	CHÁ DE ERVA DOCE - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total MÍNIMO de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Chines	0	2,0500	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	2,1900	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	CHILENO	0	3,1700	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	LEÃO	0	3,1700	4
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	LEÃO	0	3,1900	5
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	barão	0	3,2000	6
32	CHÁ DE HORTELÃ - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Chines	0	1,8500	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	1,9900	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	CHILENO	0	3,1700	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	LEÃO	0	3,1700	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 15/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	LEÃO	0	3,1900	5
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	barão	0	3,2000	6
33	CHÁ DE MAÇA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total MÍNIMO de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	2,8500	1
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	barão	0	3,2000	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	CHILENO	0	3,2200	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	LEÃO	0	3,2300	4
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Chines	0	3,2400	5
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	LEÃO	0	3,2500	6
34	CHÁ DE MELISSA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Chines	0	2,5000	1
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	PRENDA	0	2,8800	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 16/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	2,9000	3
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	CHILENO	0	3,1700	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	LEÃO	0	3,1800	5
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	barão	0	3,2000	6
35	CHÁ DE MORANGO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total MÍNIMO de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	CHILENO	0	2,8000	1
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	LEÃO	0	2,8800	2
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	2,9000	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	LEÃO	0	3,1700	4
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Chines	0	3,1800	5
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	barão	0	3,2000	6

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 17/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
36	CHÁ DE PÊSSEGO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total MÍNIMO de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Chileno	0	3,0000	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	CHILENO	0	3,2700	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	LEÃO	0	3,2700	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	barão	0	3,3000	4
37	CHOCOLATE EM PÓ - EMBALAGEM COM 500 G. Produto alimentício com no mínimo 30% de cacau, contendo os ingredientes: cacau em pó solúvel e açúcar. Deve apresentar coloração marrom escura e sabor intenso de chocolate (não deve ser exageradamente adocicado). Não deve conter leite ou derivados de leite entre os ingredientes. Produto sem lactose e sem glúten. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	BRETZKE	0	11,8900	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Bretzke	0	11,9000	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	NEILAR	0	11,9800	3
38	COLORAU - EMBALAGEM COM 500 G. Colorífico contendo semolina de milho, extrato oleoso de urucum e sal. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	SINHÁ	0	3,1000	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	3,1500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 18/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Sinha	0	3,3000	3
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	NM	0	3,3300	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	JP	0	3,3300	5
39	CREME DE ARROZ - EMBALAGEM COM 200 G. Ingredientes: amido de arroz, vitaminas e minerais. Não contém glúten. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Yoki	0	2,7000	1
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	CREMOGEMA	0	2,7400	2
40	CREME CREME VEGETAL SEM LEITE E SEM SAL - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: óleos vegetais líquidos, água, vitamina A, estabilizantes, conservadores, acidulante, corantes naturais (urucum e cúrcuma), aromatizante e anti-oxidantes. Os óleos vegetais líquidos devem ser interesterificados e não hydrogenados. NÃO DEVE APRESENTAR LEITE E DERIVADOS (Leitelho, soro de leite) entre os ingredientes. NÃO DEVE APRESENTAR A INDICAÇÃO: NÃO RECOMENDADA PARA USO CULINÁRIO. Deve apresentar consistência cremosa, coloração amarelada. Isenta de sinais de ranço. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. SEM LEITE E SEM SAL - EMBALAGEM COM 500 G. Ing	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Becel	0	5,9500	1
41	DOCE DE FRUTA SABOR BANANA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Ingredientes: polpa de banana, açúcar. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	NECTAR	0	2,8400	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	2,8500	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 19/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013**Número do Registro de Preços: 80/2013****Data do Registro: 10/12/2013****Válido até: 10/12/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Pampinha	0	3,0000	3
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	LUIZ ALVENSI	0	3,0200	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	LUIZ ALVENSI	0	3,2700	5
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	luis alvense	0	3,3000	6
42	DOCE DE FRUTA SABOR MORANGO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Ingredientes: polpa de morango, açúcar. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	NÉCTAR	0	2,7000	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	2,7900	2
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Pampinha	0	2,8000	3
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	LUIZ ALVENSI	0	2,8500	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	LUIZ ALVENSI	0	3,2700	5
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	luis alvense	0	3,3000	6

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 20/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
43	EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 340 G. Deve apresentar entre os ingredientes: tomate, açúcar e sal. Sem conservantes, isento de sujidades e fermentação. Embalagem tipo LATA COM TAMPABRE FÁCIL, íntegra, sem pontos danificados, sem amassados ou pontos enferrujados. Sem estufamentos, sem vazamentos e sem corrosão interna. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Elefante	0	2,8800	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	QUERO	0	2,8900	2
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	ARISCO	0	2,9300	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	ELEFANTE	0	3,2700	4
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	elefante	0	3,3000	5
44	FARINHA DE ARROZ - EMBALAGEM COM 1 KG. Resultado da trituração dos grãos de arroz. Farinha fina indicada para o preparo de bolos. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Urbano	0	3,5500	1
45	FARINHA DE MANDIOCA BRANCA - EMBALAGEM COM 1 KG. Grupo seca, tipo 1, classe fina, 1ª qualidade. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Tapoan	0	4,2700	1
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	SUPER10	0	4,2800	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 21/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	4,2900	3
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	SUPER 10	0	4,3700	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	SUPER 10	0	4,3700	5
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	telles	0	4,3800	6
46	FARINHA DE MILHO (FUBÁ) PARA POLENTA - EMBALAGEM COM 500 G. Farinha média ou grossa de milho. Enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	SINHÁ	0	2,3000	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Zaeli	0	2,3900	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	SINHÁ	0	2,4400	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	KIMILHO	0	2,4400	4
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	realta	0	2,4500	5
47	FARINHA DE TRIGO TRADICIONAL OU ESPECIAL - EMBALAGEM COM 1 KG. Farinha de trigo tipo 1, enriquecida com ferro e ácido fólico. Deve apresentar coloração branca. Os grânulos devem ser finos e soltos. Após ser submetida ao calor não deve apresentar coloração escurecida. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	SUDOESTE	0	2,7400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 22/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Auriverde	0	2,7600	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	SUDOESTE	0	2,7700	3
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	ROSA BRANC	0	2,7900	4
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	dona benta	0	2,8000	5
48	FARINHA DE TRIGO TRADICIONAL OU ESPECIAL - EMBALAGEM COM 5 KG. Farinha de trigo tipo 1, enriquecida com ferro e ácido fólico. Deve apresentar coloração branca. Os grânulos devem ser finos e soltos. Após ser submetida ao calor não deve apresentar coloração escurecida. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	SUDOESTE	0	11,9000	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Auriverde	0	11,9300	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	SUDOESTE	0	11,9700	3
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	ROSA BRANC	0	11,9900	4
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	dona benta	0	12,0000	5
49	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL INTEGRAL - EMBALAGEM COM 1 KG. Obtida pela moagem dos grãos inteiros do trigo. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	ORQUIDEA	0	3,9800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 23/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	3,9900	2
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Nordetes	0	4,5500	3
50	FARINHA DE TRIGO PARA QUIBE - EMBALAGEM COM 500 G. Própria para alimentos. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Jureia	0	3,7500	1
51	FARINHA LÁCTEA - EMBALAGEM COM 210 A 230 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, leite em pó integral, vitaminas e minerais, sal e aromatizante. Contém glúten. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Nutrimental	0	5,4300	1
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	NUTRIMENTA	0	5,4600	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	ALLNUTRI	0	5,4700	3
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	NESTLE	0	5,4900	4
52	FEIJÃO CARIOCA - EMBALAGEM COM 1 KG. Feijão grupo I, comum, classe cores, tipo 1. Sem matéria terrosa e sujidades (pedras, pregos). Embalagem plástica transparente, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente (Ministério da Agricultura).	UN	COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	RIO BELO	0	6,5200	1
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	JARAGUA	0	6,5500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 24/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	TIO KID	0	6,5600	3
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Urbano	0	6,5700	4
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	jaragua	0	6,6000	5
53	FEIJÃO PRETO - EMBALAGEM COM 1 KG. Feijão grupo I, comum, classe preto, tipo 1. Sem matéria terrosa e sujidades (pedras, pregos). Embalagem plástica transparente, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente (Ministério da Agricultura).	UN	COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	RIO BELO	0	4,2500	1
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	RIO BELO	0	4,2700	2
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Urbano	0	4,3000	3
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	CHINES	0	4,3200	4
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	jaragua	0	4,4000	5
54	FEIJÃO VERMELHO - EMBALAGEM COM 1 KG. Feijão grupo I, comum, classe cores, tipo 1. Sem matéria terrosa e sujidades (pedras, pregos). Embalagem plástica transparente, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente (Ministério da Agricultura).	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Urbano	0	7,6600	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	RIO BELO	0	7,6800	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	JARAGUA	0	7,9700	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 25/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	URBANO	0	7,9900	4
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	jaragua	0	8,0000	5
55	FERMENTO BIOLÓGICO SECO PARA PÃO - EMBALAGEM COM 125 G. Instantâneo. Embalagem à vácuo, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Nordeste	0	4,2000	1
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	DONA BENTA	0	4,2500	2
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	4,2600	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	FERMIX	0	4,2700	4
56	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO PARA BOLO - EMBALAGEM COM 100 G. Ingredientes: amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio. Não deve conter entre os ingredientes ácido fumárico em substituição ao fosfato monocalcico. Embalagem plástica ou em lata, resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Nordeste	0	1,8500	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	1,9600	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	NEILAR	0	1,9700	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	ROYAL	0	1,9700	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 26/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	D.NITA	0	1,9900	5
57	FIBRA DE TRIGO - EMBALAGEM COM 500 G. Fibras de trigo moída. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Granomel	0	5,2500	1
58	FLOCOS DE CEREAIS - EMBALAGEM COM 210 A 240 G. Produto alimentício infantil contendo entre os ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, cevada, aveia, açúcar, sais minerais, vitaminas e sal. Pode ser composto por 3 cereais (aveia, cevada e farinha de trigo) ou por 5 cereais (aveia, cevada, farinha de trigo, arroz e milho). Pode conter farinha de trigo integral. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	ALLNUTRI	0	3,1500	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Nurimental	0	3,1700	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	NUTRY	0	3,1800	3
59	FÓRMULA INFANTIL COM FERRO PARA LACTENTES - LATA COM 400 G. Desde o nascimento até os 6 meses. Ingredientes: leite de vaca semi-desnatado ou desnatado, óleos vegetais, vitamina C, taurina, sulfato de ferro e zinco, vitamina A, niacina, gluconato de cobre ou sulfato de cobre, pantotenato de cálcio, vitaminas B1, B2 e B6, ácido fólico, iodato de potássio, vitamina K, vitamina D e biotina. Não contém glúten. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (12741)	NESTOGENO	0	9,6500	1
			NUTRIPORT COMERCIAL LTDA. (12740)	MILUPA 1	0	9,6600	2
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Aptamil	0	22,8500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 27/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
60	FÓRMULA INFANTIL À BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA PARA LACTENTES - LATA COM 400 G. Desde o nascimento até os 6 meses. Fórmula adequada para lactentes com intolerância à lactose ou em situações nas quais foi indicado retirar o leite de vaca da dieta. Deve conter entre os ingredientes: proteína isolada de soja, sais minerais, vitaminas e regulador de acidez. NÃO CONTÉM GLÚTEN E LACTOSE. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA. (12740)	APTAMIL SOJ	0	12,9600	1
			MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (12741)	NAN SOY/NE	0	13,6600	2
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Aptamil Soja 1	0	30,6500	3
61	FÓRMULA INFANTIL À BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA PARA LACTENTES - LATA COM 400 G. Dos 6 aos 12 meses. Fórmula adequada para lactentes com intolerância à lactose ou em situações nas quais foi indicado retirar o leite de vaca da dieta. Deve conter entre os ingredientes: proteína isolada de soja, sais minerais, vitaminas e regulador de acidez. NÃO CONTÉM GLÚTEN E LACTOSE. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA. (12740)	APTAMIL SOJ	0	13,6600	1
			MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (12741)	NAN SOY/NE	0	14,3900	2
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Aptamil Soja 2	0	32,3000	3
62	GELATINA EM PÓ SABORES DIVERSOS - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 30 G. Devem constar entre os ingredientes: açúcar, gelatina em pó, aroma artificial e corante artificial. Não deve conter EDULCORANTES entre os ingredientes. Disponibilizar nos sabores: ABACAXI, CEREJA, MORANGO, LIMÃO, PÊSSEGO e UVA. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Apti	0	0,8400	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	0,8900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 28/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	APTI	0	1,1700	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	apti	0	1,2000	4
63	GELATINA EM PÓ SABOR ABACAXI - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: açúcar, gelatina em pó, aroma artificial e corante artificial. Não deve conter EDULCORANTES entre os ingredientes. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Apti	0	7,4000	1
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	APTI	0	7,4600	2
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	apiti	0	7,5000	3
64	GELATINA EM PÓ SABOR MORANGO - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: açúcar, gelatina em pó, aroma artificial e corante artificial. Não deve conter EDULCORANTES entre os ingredientes. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Apti	0	7,3500	1
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	APTI	0	7,4700	2
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	apiti	0	7,5000	3
65	GELATINA EM PÓ SABOR LIMÃO - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: açúcar, gelatina em pó, aroma artificial e corante artificial. Não deve conter EDULCORANTES entre os ingredientes. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Apti	0	7,3500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 29/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	APTI	0	7,4700	2
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	apiti	0	7,5000	3
66	GELATINA EM PÓ SABOR UVA - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: açúcar, gelatina em pó, aroma artificial e corante artificial. Não deve conter EDULCORANTES entre os ingredientes. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Apti	0	7,3500	1
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	APTI	0	7,4700	2
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	apiti	0	7,5000	3
67	GELATINA EM PÓ DIET SABORES DIVERSOS - EMBALAGEM COM 12 G. Devem constar entre os ingredientes: gelatina em pó, regulador de acidez, edulcorantes artificiais, aromatizantes e corantes. NÃO DEVE CONTER AÇÚCAR entre os ingredientes. Disponibilizar nos sabores: ABACAXI, CEREJA, MÓRANGO, LIMÃO, PÊSSEGO e UVA. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Bretzke	0	2,2500	1
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	APTI ZERO	0	2,2700	2
68	LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO - EMBALAGEM COM 400 G. Devem constar dentre os ingredientes: leite integral, vitaminas A e D e emulsificante lícitina de soja. Não contém glúten. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente (Ministério da Agricultura).	UN	COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	AUROLAT	0	9,5200	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Aurora	0	9,5600	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 30/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	ITAMBÉ	0	9,6300	3
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	AURORA	0	9,6400	4
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	itambé	0	9,8000	5
69	LEITE LONGA VIDA INTEGRAL - EMBALAGEM COM 1 LITRO. Deve apresentar coloração branca, consistência líquida (alimento homogeneizado), isento de grumos ou de odor e sabor azedo. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada, tipo Tetra pack ou plástica. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente (Serviço de Inspeção Estadual ou Federal - Ministério da Agricultura).	UN	L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	LANGUIRU	0	2,9000	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Piracanjuba	0	2,9200	2
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	2,9600	3
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	LANGUIRU	0	3,0400	4
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	AURORA	0	3,0600	5
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	languiru	0	3,2000	6
70	LEITE INTEGRAL COM BAIXO TEOR DE LACTOSE (MENOS DE 90% DE LACTOSE) - EMBALAGEM COM 1 LITRO. Deve conter entre os ingredientes: leite integral, enzima lactase e estabilizante. Deve apresentar coloração branca, consistência líquida (alimento homogeneizado), isento de grumos ou de odor e sabor azedo. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada, tipo Tetra pack ou plástica. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente (Serviço de Inspeção Estadual ou Federal - Ministério da Agricultura).	UN	L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	TIROL	0	3,9100	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 31/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Elege	0	3,9200	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	TIROL	0	3,9700	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	tirol	0	4,0000	4
71	LENTILHA - EMBALAGEM COM 500 G. Tipo 1, classe misturada. Sem matéria terrosa e sujidades (pedras, pregos). Embalagem plástica, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos.	UN	EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	JOINVILLE	0	4,7000	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	pinduca	0	4,7400	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	KERI	0	4,7700	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	jurema	0	4,8000	4
72	MACARRÃO DE ARROZ COM OVOS TIPO PARAFUSO - EMBALAGEM COM 500 G. Deve conter entre os ingredientes: farinha de arroz, ovos, corantes naturais (cúrcuma e urucum) e emulsificante. SEM GLÚTEN. Deve apresentar coloração clara e ficar solto após o cozimento. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Urbano	0	2,3800	1
73	MACARRÃO TIPO ALETRIA COM OVOS - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico ou farinha de trigo especial enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corante natural. Deve apresentar coloração clara e ficar solto após o cozimento. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	ORQUIDEA	0	2,9200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 32/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	GALLO	0	2,3500	2
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Orquidea	0	2,9400	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	FILLER	0	3,1100	4
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	renata	0	3,1500	5
74	MACARRÃO TIPO CARACOL COM OVOS - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico ou farinha de trigo especial enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corante natural. Deve apresentar coloração clara e ficar solto após o cozimento. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	BORTOLINI	0	2,3900	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Petibom	0	2,4100	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	RENATA	0	2,4700	3
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	GALLO	0	2,4900	4
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	renata	0	2,5000	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 33/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
75	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE COM OVOS - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico ou farinha de trigo especial enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corante natural. Deve apresentar coloração clara e ficar solto após o cozimento. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	BORTOLINI	0	2,2000	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Ogliari	0	2,2400	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	BORTOLINI	0	2,2500	3
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	BORTOLINI	0	2,2600	4
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	orquidia	0	2,3000	5
76	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE INTEGRAL - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: sêmola de trigo durum (grano duro integral) e farelo de trigo. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	SELMI	0	4,7900	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Orquidea	0	4,8000	2
77	MACARRÃO TIPO PARAFUSO COM OVOS - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico ou farinha de trigo especial enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corante natural. Deve apresentar coloração clara e ficar solto após o cozimento. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	BORTOLINI	0	2,3000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 34/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Ogliari	0	2,3400	2
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	GALLO	0	2,3500	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	BORTOLINI	0	2,3700	4
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	orquidia	0	2,4000	5
78	MARGARINA SEM SAL - EMBALAGEM COM 500 G. Deve conter entre os ingredientes: óleos vegetais líquidos, água, vitamina A, estabilizantes, conservadores, acidulante, corantes naturais (urucum e cúrcuma), aromatizante e anti-oxidantes. Os óleos vegetais líquidos devem ser interesterificados e não hidrogenados. Não deve apresentar na indicação: não recomendada para uso culinário. Deve apresentar percentual lipídico entre 65 e 85%. Deve apresentar consistência cremosa, coloração amarelada. Isenta de sinais de ranço. Embalagem plástica, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Delicia	0	5,1500	1
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	DELICIA	0	5,1900	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	DELICIA	0	5,2700	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	DELICIA	0	5,2700	4
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	delicia	0	5,3000	5
79	MELADO DE CANA-DE-AÇÚCAR - EMBALAGEM COM 250 G. Sem adição de corantes artificiais. Embalagem plástica tipo bisnaga, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Guimaraes	0	4,8000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 35/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	4,8400	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	BUSS	0	4,8900	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	LUIZ ALVENSI	0	4,9700	4
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	COLONIAL	0	4,9900	5
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	luis alvense	0	5,0000	6
80	MILHO EM CONSERVA - EMBALAGEM COM PESO DRENADO DE 200 G. Ingredientes: milho, água, sal e/ou açúcar. Embalagem tipo LATA, íntegra, sem pontos danificados, sem amassados ou pontos enferrujados. Sem estufamentos, sem vazamentos e sem corrosão interna. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Quero	0	1,5500	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	1,6300	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	GOIAS	0	1,8700	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	GOIAS VERDE	0	1,8700	4
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	PREDILECTA	0	1,8900	5
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	lar	0	2,0000	6

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 36/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
81	ÓLEO DE GIRASSOL - EMBALAGEM COM 900 ML. Óleo de girasol refinado, tipo 1, aspecto oleoso, transparente e cor própria. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Sinha	0	6,4000	1
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	SINHÁ	0	6,4500	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	SINHÁ	0	6,4600	3
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	SINHÁ	0	6,5500	4
82	PÃO DE MEL - EMBALAGEM COM 400 G. Deve conter entre os ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, amido de milho e aroma de mel. SEM COBERTURA DE CHOCOLATE. Embalagem plástica, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	BOLAMEL	0	9,7400	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Krone	0	9,7500	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	NINFA	0	9,9700	3
83	PÃO INTEGRAL - UNIDADE DE 50 G. Pão preparado com farinha de trigo integral, farinha de trigo especial, centeio e sementes ou grãos (linhaça, gergelim, aveia). NÃO deve conter LEITE entre os ingredientes da receita (isento de lactose). Deve apresentar massa fresca e macia. Embalagem plástica, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Com registro no órgão competente.	UN	L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	AMORE DIPAI	0	0,7700	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	BEIRA MAR	0	0,7800	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 37/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Belpão	0	0,8000	3
84	PÃO MASSINHA DE LEITE - UNIDADE DE 50 G. Deve apresentar massa fresca e macia, de coloração clara. Embalagem plástica, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Com registro no órgão competente.	UN	L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	AMORE DIPAI	0	0,6700	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	BEIRA MAR	0	0,6800	2
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Belpão	0	0,7000	3
85	PÓ PARA PREPARO DE BEBIDA SABOR MORANGO - EMBALAGEM COM 400 G. Produto alimentício em pó para ser adicionado no leite ou derivado. Deve apresentar entre os ingredientes: açúcar, maltodextrina, aromatizante e corante. Pode conter leite em pó ou soro de leite. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMÁTICA E SERV. LTDA (10763)	PROMIX	0	8,8500	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Mukky	0	8,9200	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	APTI	0	8,9700	3
86	PÓ PARA PUDIM SABORES DIVERSOS - EMBALAGEM COM 85 GRAMAS. Deve constar entre os ingredientes: amido de milho, açúcar, sal, aroma artificial e corantes. Sabores: BAUNILHA, CHOCOLATE e MORANGO. Após o preparo, deve ser de cor atraente e consistência cremosa, sem grumos ou partes endurecidas. Não deve ser exageradamente doce. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Apti	0	1,6500	1
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	APTI	0	1,6700	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 38/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	apti	0	1,7000	3
87	PÓ PARA PUDIM SABOR BAUNILHA - EMBALAGEM COM 1 KG. Deve constar entre os ingredientes: amido de milho, açúcar, sal, aroma artificial e corantes. Após o preparo, deve ser de cor atraente e consistência cremosa, sem grumos ou partes endurecidas. Não deve ser exageradamente doce. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Apti	0	7,7000	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	NEILAR	0	7,7700	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	APTI	0	7,7700	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	apti	0	8,0000	4
88	PÓ PARA PUDIM SABOR CHOCOLATE - EMBALAGEM COM 1 KG. Deve constar entre os ingredientes: amido de milho, açúcar, sal, aroma artificial e corantes. Após o preparo, deve ser de cor atraente e consistência cremosa, sem grumos ou partes endurecidas. Não deve ser exageradamente doce. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Apti	0	7,7000	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	NEILAR	0	7,7700	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	APTI	0	7,7700	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	apti	0	8,0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 39/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
89	PÓ PARA PUDIM SABOR MORANGO - EMBALAGEM COM 1 KG. Deve constar entre os ingredientes: amido de milho, açúcar, sal, aroma artificial e corantes. Após o preparo, deve ser de cor atraente e consistência cremosa, sem grumos ou partes endurecidas. Não deve ser exageradamente doce. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Apti	0	7,7000	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	NEILAR	0	7,7700	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	APTI	0	7,7700	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	apti	0	8,0000	4
90	PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA NATURAL MÉDIA - EMBALAGEM COM 500 G. Granulada, contendo grãos de soja texturizadas natural. Própria para alimentos. Embalagem plástica, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Granomel	0	6,5000	1
91	SAGU - EMBALAGEM COM 500 G. Sagu tipo 1, classe pérola, derivado de raízes de mandioca. Sem sabor. Embalagem plástica, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Pinduca	0	3,9000	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	NEILAR	0	3,9700	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	NEVE	0	3,9700	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	telles	0	4,0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 40/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
92	SAL REFINADO IODADO - EMBALAGEM COM 1 KG. Ingredientes: sal refinado (cloreto de sódio), iodato de potássio e anti-umectante. Embalagem plástica, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	MARFIM	0	1,3500	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Cruzeiro	0	1,3800	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	ZIZO	0	1,3900	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	zizo	0	1,4800	4
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	DIANA	0	1,5000	5
93	VINAGRE DE ÁLCOOL - EMBALAGEM COM 900 ML. Vinagre de simples fermentação acética natural de álcool hidratado, água potável, acidez de 4 a 4,2%, conservante. Líquido transparente. Embalagem plástica, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	HEINING	0	1,9500	1
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	CHEMIM	0	1,9700	2
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	heinig	0	1,9800	3
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Chemim	0	19,9600	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 41/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
94	ALMÔNDEGA DE CARNE BOVINA - EMBALAGEM COM 1 KG. Ingredientes: carne bovina, água, especiarias, proteína texturizada de soja, farinha de rosca, sal refinado, tripolifosfato de sódio (estabilizante), corante caramelo (corante), eritorbato de sódio (antioxidante). Contém Glúten. Peso médio entre 15 e 25 g por unidade. Deverá estar congelada em embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente. A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Novilho nobre	0	16,8000	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	NOVA IMAGEI	0	16,8900	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	NOVA IMAGEI	0	16,9900	3
95	CALDO DE PEIXE TILÁPIA CONGELADO - EMBALAGEM COM 1 KG. Ingredientes: carne de peixe (tilápia), água, sal, cebola, tomate, batata, extrato de tomate, óleo de soja, tempero verde e condimentos. Deve ser CONGELADO e TRITURADO. Não deve conter espinhas nem partes rígidas. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente. A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Rancho bom	0	8,8500	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	9,3500	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	RANCHO BOM	0	13,9700	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	RANCHO BOM	0	13,9900	4

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 42/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013**Número do Registro de Preços: 80/2013****Data do Registro: 10/12/2013****Válido até: 10/12/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
96	CARNE BOVINA MOÍDA CONGELADA DE 1ª QUALIDADE - EMBALAGEM COM 1 KG. Tipo paleta ou acém dianteiros. Congelada, isenta de gorduras, ossos, cartilagens, nervos, peles, couros, demais aparas ou pêlos. Coloração vermelha intensa e odor característico de carne fresca (agradável). Livre de excessivos pontos brancos, indicativos de elevada quantidade de gordura. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Codel	0	11,0000	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	NOVA IMAGEI	0	11,0800	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	NOVA IMAGEI	0	11,1400	3
97	CARNE SUÍNA PALETA CONGELADA DE 1ª QUALIDADE - EMBALAGEM COM 1 KG. Tipo paleta, cortada em cubos, congelada, isenta de gorduras, ossos, cartilagens, nervos, peles, couros, demais aparas ou pêlos. Coloração rosada e odor característico de carne fresca (agradável). Livre de elevada quantidade de gordura. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Luchetmberg	0	9,9500	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	PAMPLONA	0	9,9700	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	NOVA IMAGEI	0	9,9900	3
98	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO CONGELADA DE 1ª QUALIDADE - EMBALAGEM COM 1 KG. Não deve apresentar outros cortes além da coxa e sobrecoxa. Congelada, compacta e conservada em equipamento adequado. A quantidade de gelo no interior da embalagem deve respeitar os limites máximos estipulados na legislação vigente. Não deve estar amolecida, nem pegajosa, nem apresentar manchas esverdeadas. Coloração característica (rosada). Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência/produto, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Lar	0	6,5500	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 43/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013**Número do Registro de Preços: 80/2013****Data do Registro: 10/12/2013****Válido até: 10/12/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	COPACOL	0	6,6000	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	C.VALE	0	6,6300	3
99	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO SEM OSSO CONGELADA DE 1ª QUALIDADE - EMBALAGEM COM 1 KG. Não deve apresentar outros cortes além da coxa e sobrecoxa. Congelada, compacta e conservada em equipamento adequado. A quantidade de gelo no interior da embalagem deve respeitar os limites máximos estipulados na legislação vigente. Não deve estar amolecida, nem pegajosa, nem apresentar manchas esverdeadas. Coloração característica (rosada). Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência/produto, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Lar	0	7,3000	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	MORGANA	0	7,3500	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	C. VALE	0	7,3700	3
100	FÍGADO DE FRANGO DE 1 QUALIDADE CONGELADO - EMBALAGEM COM 1 KG. Congelado, conservado em equipamento adequado. A quantidade de gelo no interior da embalagem deve respeitar os limites máximos estipulados na legislação vigente. Não deve estar amolecido, nem pegajoso, nem apresentar manchas esverdeadas. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência/produto, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Aurora	0	5,4000	1
101	FILÉ DE PEIXE TIPO PESCADA SEM PELE E SEM ESPINHOS, CONGELADO - EMBALAGEM COM 1 KG. Deve ser CONGELADO. Não deve conter espinhas nem partes rígidas. Coloração e odor característicos. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Leradini	0	13,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 44/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	AROMA DO M	0	13,5600	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	PEIXE VIVO	0	13,5900	3
102	IOGURTE COM POLPA DE FRUTAS, PARCIALMENTE DESNATADO - EMBALAGEM COM 1 LITRO. Produto alimentício derivado do leite. Possui polpa de frutas e açúcar entre os ingredientes. Sabores variados (morango, côco, pêssego e abacaxi). Não deve ser substituído por bebida láctea. Deve apresentar consistência líquida/cremosa. Isento de pontos escuros e odor ou sabor azedo. Embalagem plástica, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente. A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Tirol	0	3,7200	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	PIÁ	0	3,7700	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	LACTOPLASA	0	3,7900	3
103	IOGURTE DE SOJA SABOR FRUTAS - BANDEJA COM 400 G. Alimento com soja sabor iogurte - frutas. Ingredientes: água, açúcar pedaços de frutas, extrato de soja, amido, fosfato tricálcico, fermentos, aromatizantes, corante natural e conservante. NÃO CONTÉM LACTOSE e não contém glúten. Deve apresentar consistência líquida/cremosa. Isento de pontos escuros e de odor ou sabor azedo. Embalado em bandeja plástica contendo 4 unidades de 100 g (peso total da bandeja de 400 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente. A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	batavo	0	3,9900	1
104	PALETA BOVINA CONGELADA CUBOS MÉDIOS DE 1ª QUALIDADE - EMBALAGEM COM 1 KG. Tipo paleta, congelada, isenta de gorduras, ossos, cartilagens, nervos, peles, couros, demais aparas ou pêlos. Coloração vermelha intensa e odor característico de carne fresca (agradável). Livre de quantidade elevada de gordura. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Codel	0	13,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 45/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	NOVA IMAGEI	0	13,9700	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	NOVA IMAGEI	0	13,9900	3
105	PEITO DE FRANGO FILÉ TIPO SASSAMI CONGELADO DE 1ª QUALIDADE - EMBALAGEM COM 1 KG. Isenta de gorduras, cartilagens e ossos. Congelada, compacta e conservada em equipamento adequado. A quantidade de gelo no interior da embalagem deve respeitar os limites máximos estipulados na legislação vigente. Não deve estar amolecida, nem pegajosa, nem apresentar manchas esverdeadas. Coloração característica (rosada). Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência/produto, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Agroveneto	0	8,9500	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	BIG FRANGO	0	8,9800	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	C.VALE	0	9,0000	3
106	QUEIJO MUSSARELA FATIADO - EMBALAGEM COM 300 G. Produto alimentício derivado do leite. Espessura fina, de 1 qualidade. Deve apresentar coloração amarelo claro, sabor e odor característicos de queijo fresco. Pacotes lacrados, provenientes das indústrias de laticínios. O queijo não deve ser fatiado e subdividido no estabelecimento comercial do fornecedor. Embalagem plástica íntegra, transparente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Lactovale	0	7,7500	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	HASI	0	7,7700	2
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	LACTOFRIOS	0	7,7900	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 46/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
107	ABACATE - KG. Fruta com cor característica (verde) isenta de doenças. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	6,6000	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	6,6900	2
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	6,7500	3
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	6,7600	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	6,7900	5
108	ABACAXI TIPO PÉROLA - PEÇA. Fruta de cor característica (casca amarela e coroa verde). Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Peso aproximado por unidade/peça = 1 kg. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	3,8000	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	3,9400	2
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	3,9500	3
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	3,9700	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	3,9900	5
109	ABOBRINHA VERDE - KG. Frutos firmes, com a casca de cor brilhante, sem partes escuras ou amolecidas. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	2,3500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 47/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	2,3900	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	2,5800	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	2,5800	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	2,6000	5
110	AGRIÃO - MAÇO. Vegetal verde escuro, isento de doenças e folhas murchas. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	1,5000	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	1,6900	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	2,4700	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	2,4800	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	2,4900	5
111	AIPIM CRU DESCASCADO, CONGELADO - KG. Isento de doenças. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Cooper Vale	0	1,9600	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	1,9700	2
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	schmidt	0	1,9900	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 48/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	1,9900	4
112	ALFACE TIPO CRESPA - PEÇA. Verde, consistência firme e sem pontos de apodrecimento. Produto fresco e com grau de maturação intermediário. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	0,9400	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	0,9500	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	1,8600	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	1,8900	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	1,8900	5
113	ALHO INTEIRO - KG. Produto in natura com cabeças integras. Livre de doenças, brotos e partes amolecidas. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	15,0000	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	15,9900	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	17,4700	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	nobre	0	17,4800	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	SÃO FRANCIS	0	17,4900	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 49/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
114	BANANA CATURRA - KG. Grau de maturação intermediário, bem desenvolvida, coloração característica (amarela), consistência firme e sem pontos de apodrecimento. Livre de insetos, fungos, sujidades e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	1,5000	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	1,5900	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	2,3700	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	2,3800	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	2,3900	5
115	BATATA DOCE - KG. Tubérculo com boa aparência, sem doenças ou danos físicos. Ausência de brotos ou partes moles, ou unidades estragadas. Não deve apresentar aspecto avançado de maturação, nem matéria terrosa. Livre de insetos, fungos e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.Q	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	1,7500	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	1,7900	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	1,8700	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	1,8800	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	1,8900	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 50/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
116	BATATA INGLESA SUJA - KG. Tamanho uniforme, sem doenças, danos físicos ou estágio avançado de maturação. Ausência de brotos e partes moles ou unidades estragadas. Deve estar em boas condições de apresentação, livre de insetos e fungos. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	3,0000	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	3,1500	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	3,4200	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	3,4400	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	3,4500	5
117	BETERRABA - KG. Tubérculo com boa aparência, sem doenças ou danos físicos. Ausência de brotos ou partes moles, ou unidades estragadas. Não deve apresentar aspecto avançado de maturação, nem matéria terrosa. Livre de insetos, fungos e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	2,3000	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	2,3200	2
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	2,3400	3
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	2,3500	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	2,3500	5
118	BRÓCOLIS - PEÇA. Produto fresco, cor verde, consistência firme sem pontos de apodrecimento, em perfeita maturação e conservação. Tamaho médio a grande. Livre de insetos, fungos e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	2,7200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 51/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	2,7300	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	2,9600	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	2,9900	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	2,9900	5
119	CAQUI TIPO FUYU - KG. Fruta de cor característica (casca alaranjada). Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	5,0000	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	5,2900	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	5,4700	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	5,4800	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	5,4900	5
120	CEBOLA DE CABEÇA - KG. Branca, classe média, de 1ª qualidade e tamanho uniforme. Superfície lisa, isenta de doenças ou brotos. Sem partes moles, enrugadas ou unidades muito amadurecidas. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	2,6500	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	2,7900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 52/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	3,6200	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	3,6300	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	3,6400	5
121	CEBOLINHA TIPO TEMPERO - MAÇO. Tempero verde, isento de insetos, em perfeita maturação e conservação. Peso mínimo de 300 g por maço. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	1,5000	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	1,7700	2
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	1,7900	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	1,7900	4
122	CENOURA - KG. De 1ª qualidade, cor característica (alaranjada), tamanho uniforme, superfície lisa, isenta de doenças ou brotos. Não deve apresentar partes que permaneçam rígidas e secas após a cocção. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	1,6800	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	1,6900	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	1,7700	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	1,7800	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 53/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	1,7900	5
123	CHUCHU - KG. Deve apresentar boa aparência, aspecto firme e coloração característica (verde) . Livre de doenças e danos mecânicos, sem partes moles ou unidades muito amadurecidas. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	1,7500	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	1,7700	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	1,7800	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	1,7900	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	1,8000	5
124	COUVE-FLOR - PEÇA. Produto fresco, consistência firme sem pontos de apodrecimento (escuros), em perfeita maturação e conservação, cor branca. Tamanho médio a grande. Livre de insetos, fungos e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	2,6900	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	2,7000	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	2,7800	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	2,8000	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	2,8000	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 54/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
125	COUVE FOLHA - MAÇO. Vegetal verde escuro, isento de doenças e folhas murchas. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	1,5000	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	1,9900	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	2,1600	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	2,1900	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	2,1900	5
126	ESPINAFRE - MAÇO. Vegetal verde escuro, isento de doenças e folhas murchas. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	2,4000	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	2,4700	2
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	2,4900	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	2,4900	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	2,4900	5
127	LARANJA LIMA - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	3,3000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 55/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	3,5200	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	3,5300	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	3,5500	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	3,5600	5
128	LARANJA PÊRA - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	1,9000	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	2,0400	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	2,4200	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	2,4400	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	2,4500	5
129	LIMÃO TAITI - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	3,9000	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	4,1500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 56/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	4,1800	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	4,2000	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	4,2000	5
130	MAÇÃ TIPO ARGENTINA - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Cor característica (vermelha). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	7,0000	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	7,4900	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	7,7700	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	7,7800	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	7,7900	5
131	MAÇÃ TIPO GALA - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Cor característica (vermelha). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	2,7500	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	2,7700	2
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	2,8000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 57/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	2,8000	4
132	MAMÃO TIPO FORMOSA - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Cor característica (alaranjada). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	2,1000	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	2,2000	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	2,2200	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	2,2500	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	2,2500	5
133	MANGA TIPO TOMI - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles ou muito amadurecidas. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Cor característica (alaranjada). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	2,1700	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	2,1800	2
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	2,2000	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	2,2000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 58/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
134	MELANCIA - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles ou muito amadurecidas. Isenta de doenças. Em perfeito estado de maturação. Cor característica (casca verde e miolo vermelho). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	1,2000	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	1,3000	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	1,3200	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	1,3500	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	1,3500	5
135	MELÃO TIPO ESPANHOL - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles ou muito amadurecidas. Isenta de doenças. Em perfeito estado de maturação. Cor característica (amarela). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	2,3000	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	2,3300	2
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	2,3500	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	2,3500	4
136	MORANGA (ABÓBORA) - KG. Vegetal com cor característica (alaranjada). Superfície lisa, sem partes moles. Isenta de doenças, partes moles ou enrugadas. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	2,8000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 59/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	2,8700	2
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	2,8900	3
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	2,8900	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	2,8900	5
137	OVO DE GALINHA TIPO GRANDE VERMELHO - DÚZIA. Ovos selecionados, com cascas limpas, sem trincas ou rachaduras. Devem estar isentos de fezes animais. Embalagem própria para o acondicionamento de ovos (caixa para dúzia). Peso mínimo de 720 g. Rótulo com indicação do fabricante, tipo de produto, quantidade, data de envase, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	3,7500	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	3,9800	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	4,1800	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	kasulke	0	4,2000	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	LINDSAY	0	4,2000	5
138	PEPINO TIPO SALADA - KG. De 1ª qualidade, cor característica (casca verde e miolo branco), tamanho uniforme (de médio a grande), superfície lisa, isenta de doenças ou podridões. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	2,8500	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	2,8700	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 60/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	2,8800	3
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	2,8900	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	2,8900	5
139	PÊRA TIPO WILLIAMS - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Cor característica (verde claro ou amarelo claro). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	7,3000	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	7,3400	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	8,7700	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	8,7900	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	8,7900	5
140	PIMENTÃO VERDE - KG. De 1ª qualidade, cor característica (verde), tamanho uniforme, superfície lisa, isenta de doenças ou podridões. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	6,5000	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	6,9900	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	7,8700	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 61/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	7,8900	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	7,8900	5
141	REPOLHO BRANCO - PEÇA. Produto fresco, consistência firme sem pontos de apodrecimento, em perfeita maturação e conservação, cor branca. Tamanho médio a grande. Livre de insetos, fungos e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	2,4000	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	2,4500	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	2,4800	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	2,4900	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	2,5000	5
142	REPOLHO ROXO - PEÇA. Produto fresco, consistência firme sem pontos de apodrecimento, em perfeita maturação e conservação, cor roxa. Tamanho médio a grande. Livre de insetos, fungos e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	2,6500	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	2,6600	2
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	2,6600	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	2,6800	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 62/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	2,6900	5
143	RÚCULA - MAÇO. Vegetal verde escuro, isento de doenças e folhas murchas. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	1,9900	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	2,0000	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	2,4700	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	2,4900	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	2,4900	5
144	SALSINHA TIPO TEMPERO - MAÇO. Tempero verde, isento de insetos, em perfeita maturação e conservação. Peso mínimo de 300 g por maço. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	1,9600	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	1,9700	2
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	1,9900	3
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	1,9900	4
145	TANGERINA TIPO PONKAN - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	4,3000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 63/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013

Número do Registro de Preços: 80/2013

Data do Registro: 10/12/2013

Válido até: 10/12/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	4,3900	2
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	4,4500	3
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	4,4700	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	4,4900	5
146	TOMATE - KG. Fruto com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles ou muito amadurecidas. Isenta de doenças. Em perfeito estado de maturação. Cor característica (avermelhada). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	3,2500	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	3,2800	2
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	3,9700	3
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	3,9700	4
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	3,9900	5
147	VAGEM - KG. De 1ª qualidade, cor característica (verde claro), tamanho uniforme, superfície lisa, isenta de doenças ou podridões. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	In natura	0	5,0000	1
			MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME (12755)		0	5,1500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 64/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013**Número do Registro de Preços: 80/2013****Data do Registro: 10/12/2013****Válido até: 10/12/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (12754)	IN NATURA	0	5,1800	3
			NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (12686)	in natura	0	5,1900	4

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 65/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013**Número do Registro de Preços: 80/2013****Data do Registro: 10/12/2013****Válido até: 10/12/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)	IN NATURA	0	5,2000	5

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 66/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2013**Número do Registro de Preços: 80/2013****Data do Registro: 10/12/2013****Válido até: 10/12/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 80/2013****PROCESSO Nº 221/2013**

- (10763) - EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA
- (12273) - SUPERMERCADO FRONTAL LTDA
- (12686) - NEW WAY COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA
- (12740) - NUTRIPORT COMERCIAL LTDA.
- (12741) - MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
- (12754) - COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP
- (12755) - MJK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME
- (12756) - L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP

Schroeder, 10 de Dezembro de 2013.

Serra Alta

PREFEITURA

Extrato Contratual Nº 117/2013

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2013
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 117/2013
Contratante MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Contratada MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.

Objeto A CONTRATADA obriga-se a fornecer o TRATOR DE ESTEIRAS, NOVO, conforme sua proposta comercial e especificações do Anexo "E" do edital supramencionado.

Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão nº 054/2013, juntamente com seus anexos.

Valor : Pelo fornecimento do bem previsto na Cláusula Primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 570.000,00 (Quinhentos e setenta mil reais).

Vigência 10/12/2013 á 30/01/2014.

Dotação As despesas decorrentes do fornecimento de bens, objeto deste edital, correrá(ão) a cargo da(s) dotação(ões): Projeto Atividade: 1.904 - Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos e 2.110 - Manutenção da Secretaria dos Transportes - 44.90.00 DR 0044 e DR 0001 - prevista(s) na Lei Orçamentária do Exercício de 2013.

SERRA ALTA, 10 de dezembro de 2013.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal

Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.

Benefícios:

- Suporte e atualização do REGIN Municipal;
- Consulta às bases de notas fiscais eletrônicas conjugadas (NFe-C) emitidas junto à SEFAZ/SC;
- Gestão das declarações dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- Integração de prefeituras e cartórios na geração de guia do pagamento do ITBI;
- Agilidade no processo de arrecadação do ITBI;
- Ampliação da arrecadação pela eficiência na fiscalização dos tributos municipais.

As ferramentas de gestão tributária ofertadas pelo CIGA foram desenvolvidas a partir das necessidades dos municípios, apresentadas pelos secretários membros do Colegiado de Secretários de Fazenda Municipais de Santa Catarina (CONFAZ-M/SC).

Os contratantes do PGT, além de acessarem os aplicativos, poderão participar de grupos de estudos relativos ao planejamento tributário municipal, à padronização de legislações tributárias e à personalização e proposição de novos aplicativos.



Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESAO AO PGT - Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN - Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL - Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI - Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

www.ciga.sc.gov.br

Relação de Compras Mês de Novembro / Município de Serra Alta

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Página: 1/4

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ATUAL INFORMÁTICA E ASSIST.TEC.	MICROCOMPUTADOR COM NO MÍNIMO AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: PROCESSADOR DE 3.2 GHZ, CACHE L2 DE 6MB-BOX- SOQUETE 1155- 4 NÚCLEOS- LITOGRAFIA 22NM (3 ANOS DE GARANTIA) PLACA MÃE CHIP 61, SUPORTA MEMÓRIA DE 1333 Mhz, seq. 1555, 8 PORTAS USB NO MÍNIMO 2 FRONTAIS, REDE 10/100/1000, 01 CONECTOR PARALELO E 01 SERIAL NO MÍNIMO 3 ANOS DE GARANTIA, COM 4GB MEMÓRIA. DDR3 1333 Mhz, COM 02 ANOS DE GARANTIA, H.D. 500 GB SATA DE 7.200 RPM COM 02 ANOS DE GARANTIA, DVD RW (GRAVADOR DE DVD) SATA, GABINETE ATX 4 BAIAS COM FONTE 24 PINOS DE 350W REAL, CAIXAS DE SOM 6W RMS, ALIMENTAÇÃO USB, MOUSE ÓPTICO COM SCROLL 800 DPI - USB, TECLADO MULTIMÍDIA USB TECLAS BAIXAS, MONITOR LED 18,5, RESOLUÇÃO 1360X768, TELA ANTI-REFLEXIVA E ANTI ESTATICA, PIXEL PITCH 0,30MM X 30MM.	2311	3,000	1.510,0000	4.530,00
BETHA SISTEMAS LTDA	ASSISTÊNCIA TÉCNICA, APÓS IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS, QUANDO SOLICITADO. (Valor da Hora a ser cobrada)		1,000	60,0000	60,00
BETHA SISTEMAS LTDA	DESLOCAMENTO NOS SERVIÇOS DE SUPORTE, QUANDO EXIGIDA A PRESENCIA DO TÉCNICO IN LOCO. (Valor do Km rodado a ser cobrado)		1,000	0,6000	0,60
BETHA SISTEMAS LTDA	ESTADA E ALIMENTAÇÃO NOS SERVIÇOS DE SUPORTE, QUANDO EXIGIDA A PRESENCIA DO TÉCNICO IN LOCO. (Valor por diária a ser cobrada)		1,000	110,0000	110,00
BETHA SISTEMAS LTDA	LOCAÇÃO DO SISTEMA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - FUNDO DE SAÚDE (ACESSO 01 USUÁRIO)		48,000	73,0000	3.504,00
BETHA SISTEMAS LTDA	LOCAÇÃO DO SISTEMA DE COMPRAS E LICITAÇÕES PM (ACESSO 02 USUÁRIOS)		48,000	330,0000	15.840,00
BETHA SISTEMAS LTDA	LOCAÇÃO DO SISTEMA DE CONTABILIDADE PÚBLICA - FUNDO DE SAÚDE (ACESSO 02 USUÁRIOS)		48,000	218,0000	10.464,00
BETHA SISTEMAS LTDA	LOCAÇÃO DO SISTEMA DE CONTABILIDADE PÚBLICA PM (ACESSO 03 USUÁRIOS)		48,000	633,0000	30.384,00
BETHA SISTEMAS LTDA	LOCAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DE NOTAS FISCAIS ELETRÔNICAS VIA INTERNET PM (ACESSO INDETERMINADO DE USUÁRIOS)		48,000	450,0000	21.600,00
BETHA SISTEMAS LTDA	LOCAÇÃO DO SISTEMA DE FOLHA DE PAGAMENTO PM (ACESSO 01 USUÁRIO)		48,000	381,0000	18.288,00
BETHA SISTEMAS LTDA	LOCAÇÃO DO SISTEMA DE PATRIMÔNIO PM (ACESSO 01 USUÁRIO)		48,000	175,0000	8.400,00
BETHA SISTEMAS LTDA	LOCAÇÃO DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO PM (ACESSO 01 USUÁRIO)		48,000	210,0000	10.080,00
BETHA SISTEMAS LTDA	LOCAÇÃO DO SISTEMA DE TRIBUTOS PM (ACESSO 01 USUÁRIO)		48,000	400,0000	19.200,00
BETHA SISTEMAS LTDA	LOCAÇÃO DO SISTEMA FATURAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO PM (ACESSO 01 USUÁRIO)		48,000	270,0000	12.960,00
BETHA SISTEMAS LTDA	LOCAÇÃO DO SISTEMA FROTAS PM (ACESSO 01 USUÁRIO)		48,000	175,0000	8.400,00
BETHA SISTEMAS LTDA	LOCAÇÃO DO SISTEMA PORTAL DA TRANSPARÊNCIA (ACESSO INDETERMINADO DE USUÁRIOS)		48,000	185,0000	8.880,00
BETHA SISTEMAS LTDA	SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS, CONVERSÃO DOS DADOS E TREINAMENTO PARA OS USUÁRIOS.		1,000	1.867,0000	1.867,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Página: 2/4

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
COMERCIO DE ARTIGOS DE INFORMÁTICA IRACEM	APARELHO DE AR CONDICIONADO 30.000 BTUS - MODELOS SPLIT HIGH WALL, AR QUENTE E FRIO, 220V, COM KIT INSTALAÇÃO.	2314	1,000	3.300,0000	3.300,00
MB CATARINENSE LTDA ME	APARELHO DE AR CONDICIONADO 12.000 BTUS - MODELOS SPLIT HIGH WALL, AR QUENTE E FRIO, 220V, COM KIT INSTALAÇÃO.	2310	2,000	1.350,0000	2.700,00
MB CATARINENSE LTDA ME	ARMÁRIO 3 PORTAS CONFECCIONADO EM MDP DUPLA FACE DE 15MM, CONTENDO NO MÍNIMO AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES: medindo 1,60m altura x 1,40 cm comprimento x 0,42cm profundidade. Contendo 2 reforços verticais 9 prateleiras internas. Tampo e laterais com acabamento das portas e das prateleiras em PVC de ,45 mm colado com cola quente. Tampo fixado através de parafuso mini-fix de metal 32mm e o rodapé com parafusos auto atarraxantes 7x50mm, todos com tapa cabeça na mesma cor da madeira. Prateleiras fixadas com cavilhas de 8mm. As portas são fixadas com 9 dobradiças tipo copo de 35mm, possui 3 chaves portas e tres puxadores em PVC de 96mm na mesma cor do perfil. Fundo do armário em eucaplaç da mesma cor da madeira; sapatas 15x20 em polipropileno para a sustentação do móvel.		2,000	360,0000	720,00
MB CATARINENSE LTDA ME	CONJUNTO MESA EM L STANDART, CONFECCIONADA EM MDP DE 15MM COM NO MÍNIMO AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES: dupla face na cor cinza acabamento em PVC post-fornic com as seguintes medidas: 01 MESA de 1500x680x750 com teclado retrátil. Pés duplos com tubo oblongo 29x58 vertical e 30x50 horizontal, tubo na parede 0,90 na cor cinza, sapatas tipo bota 30x50 em polipropileno com pés niveladores 5/16 x1. UMA ESCRIVANINHA de 1100x680x750 com gaveteiro fixo de 03 gavetas nas medidas de 315x470x375 com gavetas internas em MDP 15mm puxadores em PVC de 96mm, pés duplos em tubo 29x58 chapa 0,90 na vertical e 30x50 na horizontal com sapatas tipo bota 30x50 com pés niveladores 5/16x1. UM CANTO MEIA LUA 680x680x750 com pé de apoio oblongo 29x58mm parede 0,90mm com pé nivelador 5/16x1; 4 chapinhas para fixar o canto às mesas. Todos os metais recebem tratamento por imersão anti-ferrugem e pintura epóxi pó na cor cinza.		4,000	390,0000	1.560,00
PIRÂMIDE COMÉRCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS	MEDALHAS DE PARTICIPAÇÃO- redonda fundida em liga metálica de zamak, com o tamanho de 45 mm de diâmetro e centro liso com 25 mm de diâmetro. Medalha vazada e com a figura de um ramo em alto relevo no lado esquerdo. Espessura de 3mm. Metalizada na cor dourada. Suporte para fita com 1,5 cm de largura. A medalha pode vir acompanhada de fita de cetim nas cores azul, vermelha, branca ou verde com 1,5 cm de largura. Na parte da frente da Medalha deverá ser colocado adesivo com brasão do Município de Serra Alta. No verso deverá ser feito a gravação em baixo relevo no metal da medalha, com a descrição da categoria e modalidade.	2366	80,000	2,3000	184,00
PIRÂMIDE COMÉRCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS	MEDALHAS PARA O 1º LUGAR - redonda fundida em liga metálica de zamak, com o tamanho de 65 mm de diâmetro e centro liso com 25 mm de diâmetro. Com quatro arcos vazados e polidos que suportam o centro liso e textura na borda da medalha. Espessura de 3mm. Metalizada na cor dourada. Suporte para fita com 2,5 cm de largura. A medalha pode vir acompanhada de fita de cetim nas cores azul, vermelha, branca ou verde com 2,5 cm de largura ou fita de gorgorão nas cores azul, azul-branco-vermelha ou verde-amarela com 2,5 cm de largura. Na parte da frente da Medalha deverá ser colocado adesivo com brasão do Município de Serra Alta. No verso deverá ser feito a gravação em baixo relevo no metal da medalha, com a descrição da categoria, classificação e modalidade.	2366	230,000	4,2500	977,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Página: 3/4

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
PIRÂMIDE COMÉRCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS	MEDALHAS PARA O 2º LUGAR - redonda fundida em liga metálica de zamak, com o tamanho de 65 mm de diâmetro e centro liso com 35 mm de diâmetro. Com quatro arcos vazados e polidos que suportam o centro liso e textura na borda da medalha. Espessura de 3mm. Metalizada na cor prata. Suporte para fita com 2,5 cm de largura. A medalha pode vir acompanhada de fita de cetim nas cores azul, vermelha, branca ou verde com 2,5 cm de largura ou fita de gorgorão nas cores azul, azul-branco-vermelha ou verde-amarela com 2,5 cm de largura. Na parte da frente da Medalha deverá ser colocado adesivo com brasão do Município de Serra Alta. No verso deverá ser feito a gravação em baixo relevo no metal da medalha, com a descrição da categoria, classificação e modalidade.	2366	230,000	4,2500	977,50
PIRÂMIDE COMÉRCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS	MEDALHAS PARA O 3º LUGAR - redonda fundida em liga metálica de zamak, com o tamanho de 65 mm de diâmetro e centro liso com 35 mm de diâmetro. Com quatro arcos vazados e polidos que suportam o centro liso e textura na borda da medalha. Espessura de 3mm. Metalizada na cor bronze. Suporte para fita com 2,5 cm de largura. A medalha pode vir acompanhada de fita de cetim nas cores azul, vermelha, branca ou verde com 2,5 cm de largura ou fita de gorgorão nas cores azul, azul-branco-vermelha ou verde-amarela com 2,5 cm de largura. Na parte da frente da Medalha deverá ser colocado adesivo com brasão do Município de Serra Alta. No verso deverá ser feito a gravação em baixo relevo no metal da medalha, com a descrição da categoria, classificação e modalidade.	2366	230,000	4,2500	977,50
PIRÂMIDE COMÉRCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS	TROFÉU PARA PREMIAÇÃO DO 3º LUGAR Troféu com 60 cm de altura, com base redonda com 21 cm de largura em polímero na cor preta, uma coluna em cano na cor prata fosco com suporte metalizado na cor dourada. Acima um suporte metalizado na cor dourada e uma taça com 21 cm de largura a partir das alças. Esta taça é composta por cesta metalizada na cor dourada e copa na cor prata fosca com tampa metalizada na cor dourada. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta em latão para gravação em baixo relevo no metal, com a descrição da categoria, classificação e modalidade. Demais componentes metalizados na cor dourada.	2366	32,000	104,0000	3.328,00
RONEI DALL AGNOL - ME	TROFÉU DE PREMIAÇÃO GOLEIRO MENOS VASADO, TROFEU PARA ARTILHEIRO, DISCIPLINA E GOLEADOR - Troféu com 31 cm de altura, com base quadrada com 13 cm de largura em polímero na cor preta. Na parte superior desta base um suporte metalizado na cor dourada. Estatueta intercambiável. Plaqueta em latão para gravação em baixo relevo no metal.	2367	36,000	30,0000	1.080,00
RONEI DALL AGNOL - ME	TROFÉU PARA PREMIAÇÃO DO 1º LUGAR com 80 cm de altura, com base redonda com 21 cm de largura em polímero na cor preta, uma coluna em cano na cor prata fosco com suporte metalizado na cor dourada. Acima um suporte metalizado na cor dourada e uma taça com 21 cm de largura a partir das alças. Esta taça é composta por cesta metalizada na cor dourada e copa na cor prata fosca com tampa metalizada na cor dourada. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta em latão para gravação em baixo relevo no metal, com a descrição da categoria, classificação e modalidade. Demais componentes metalizados na cor dourada.	2368	32,000	135,0000	4.320,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Página: 4/4

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
RONEI DALL AGNOL - ME	TROFÉU PARA PREMIAÇÃO DO 2º LUGAR - Troféu com 67 cm de altura, com base redonda com 21 cm de largura em polímero na cor preta, uma coluna em cano na cor prata fosco com suporte metalizado na cor dourada. Acima um suporte metalizado na cor dourada e uma taça com 21 cm de largura a partir das alças. Esta taça é composta por cesta metalizada na cor dourada e copa na cor prata fosca com tampa metalizada na cor dourada. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta em latão para gravação em baixo relevo no metal, com a descrição da categoria, classificação e modalidade. Demais componentes metalizados na cor dourada.	2367	32,000	115,0000	3.680,00
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	SMART TV 32" FULL HD 1080p CONVERSOR DIGITAL COM NO MÍNIMO 2 HDML, MÍNIMO 2 USB SD-CARD DLNA	2312	1,000	1.420,7700	1.420,77
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	SMART TV 32" FULL HD 1080p CONVERSOR DIGITAL COM NO MÍNIMO 2 HDML, MÍNIMO 2 USB SD-CARD DLNA	2313	7,000	1.420,7700	9.945,39
Total Geral do Mês -->					209.738,26

Sombrio

PREFEITURA

Decreto 222/13

DECRETO Nº 222, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e Lei nº. 2042, de 05 de dezembro de 2012, (Lei Orçamentária).

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

05.04 - DIRETORIA DE ASSIST. TÉCNICA E ADMINISTRATIVA

2.032 - Manaut. Do Ensino Infantil

3.3.50.00.00.00.00.0088 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º. A abertura de crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação da fonte 88 (Fundeb 40%)

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 04 de dezembro de 2013.

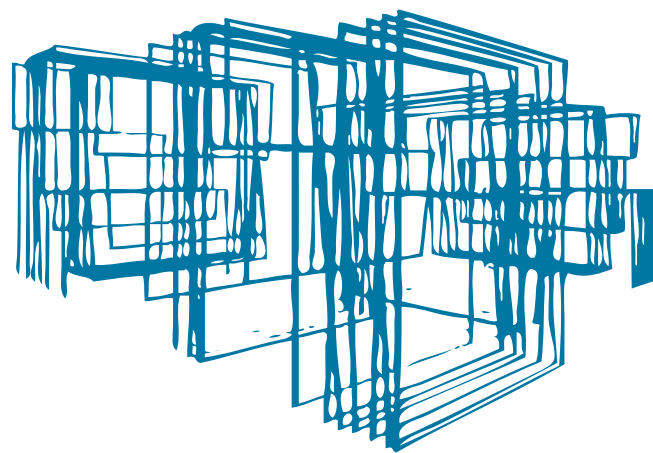
ZÊNIO CARDOSO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

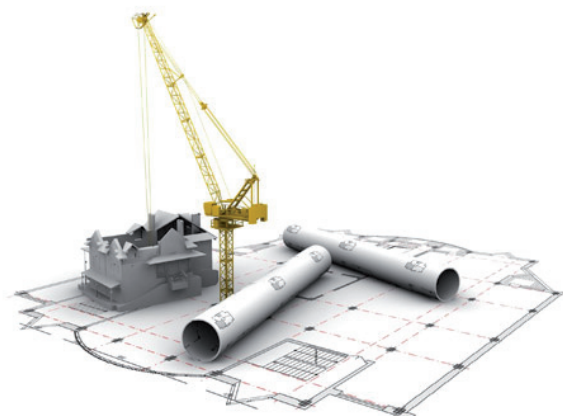
JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento



Programa de Gestão de Obras

Análise de projetos e obras em alto nível:
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Timbó**PREFEITURA****Lei Nº 2687, de 12 de Dezembro de 2013****LEI Nº 2687, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013**

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Timbó, para o exercício financeiro de 2014.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Orçamento Consolidado do Município de Timbó, compreendendo os Poderes Legislativo e Executivo, órgãos da Administração Direta e Indireta e a Seguridade Social, para o exercício de 2014, discriminado nos anexos integrantes desta lei, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 163.979.000,00 (*cento e sessenta e três milhões e noventa e sete mil reais*).

Art. 2º A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas, transferências e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	R\$ 113.118.000,00
Receitas Tributárias	R\$ 19.263.000,00
Receitas de Contribuições	R\$ 4.687.000,00
Receitas Patrimoniais	R\$ 4.615.570,00
Receitas Industriais	R\$ 220.000,00
Receitas de Serviços	R\$ 5.705.000,00
Transferências Correntes	R\$ 73.812.750,00
Outras Receitas Correntes	R\$ 4.814.680,00
RECEITA INTRA ORÇAMENTARIAS	R\$ 5.510.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 45.351.000,00
Alienação de Bens	R\$ 50.000,00
Amortização de Empréstimos	R\$ 5.000,00
Operações de Crédito	R\$ 13.000.000,00
Transferências de Capital	R\$ 31.996.000,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	(R\$ 10.811.000,00)
TOTAL	R\$ 153.168.000,00

§ 1º As Receitas do Município de Timbó serão realizadas, na forma da lei, conforme o desdobramento previsto nos Anexos, integrando a consolidação geral das Contas Públicas Municipais.

§ 2º As Receitas do Regime Próprio de Previdência e de Assistência à Saúde do Servidor serão realizadas, na forma da lei, conforme o desdobramento previsto no Anexo I, integrando a consolidação geral das Contas Públicas Municipais.

Art. 3º A despesa fixada consolidada será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídos da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	
02 – Secretaria da Articulação Política e Institucional	2.200.000,00
03 – Secretaria da Fazenda e Administração Municipal	10.528.000,00
04 – Secretaria de Educação	24.415.000,00
06 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico	3.035.000,00
07 – Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente	2.751.000,00
08 – Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	33.856.000,00
09 – Procuradoria Geral do Município	676.750,00
10 - Fundo de Habitação de Timbó	7.000,00
99 – Reserva de Contingência	300.000,00
TOTAL DA DESPESA (PMT)	77.768.750,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	26.809.250,00
TOTAL GERAL (PMT)	104.578.000,00
01- Câmara de Vereadores	2.795.000,00
12- Fundo Municipal de Emergência de Defesa Civil de Timbó	60.000,00
13- Fundo Municipal do Meio Ambiente de Timbó - FMMA	310.000,00
14- Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos de Timbó - FMDDD	70.000,00
15 - Fundo Municipal de Saúde - FMS	22.843.250,00
16 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS	1.985.000,00
17 - TimbóPrev	11.000.000,00
18 - Fundo Municipal de Assistência à Saúde - FASS	1.100.000,00
19 - Fundação Municipal de Esportes - FME	2.060.000,00
20 - Fundo Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente - FIA	160.000,00
21 - Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR	406.000,00
22 - Fundação Cultural de Timbó - FCT	6.170.000,00
23 - Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros e de Melhoria da Polícia Militar - FUNREBOMPOM	565.000,00
24 - Fundo Municipal de Trânsito - FUMTRAN	2.193.000,00
25 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE	23.760.000,00
TOTAL DA DESPESA (CONSOLIDADO)	153.168.000,00
TOTAL DA DESPESA (EXECUTIVO)	150.373.000,00
TOTAL DA DESPESA (LEGISLATIVO)	2.795.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO	
01 - Legislativa	2.795.000,00
04 - Administração	9.762.750,00
06 - Segurança Pública	814.000,00
08 - Assistência Social	2.135.000,00
09 - Previdência Social	7.493.000,00
10 - Saúde	22.749.250,00
11 - Trabalho	63.000,00
12 - Educação	24.415.000,00
13 - Cultura	6.149.000,00
14 - Direitos da Cidadania	22.749.250,00
15 - Urbanismo	18.547.000,00
16 - Habitação	7.000,00
17 - Saneamento	23.635.000,00
18 – Gestão Ambiental	307.500,00
20 - Agricultura	1.602.000,00
22 – Indústria	1.370.000,00
23 – Comércio e Serviços	402.500,00
26 - Transporte	19.955.000,00
27 – Desporto e Lazer	2.042.000,00
28 – Encargos Especiais	3.911.500,00
99 – Reserva de Contingência	5.012.500,00
TOTAL	153.168.000,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

0.001	PROCESSO LEGISLATIVO	2.795.000,00
0.005	OPERAÇÕES ESPECIAIS COM DÍVIDA E PRECATÓRIOS	2.611.000,00
0.007	ENCARGOS DO MUNICÍPIO COM O PASEP	1.100.000,00
0.010	GESTÃO DA ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	1.124.000,00
0.012	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO MUNICIPAL	1.076.000,00
0.013	DEFESA CIVIL	60.000,00
0.015	ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE MUNICIPAL	6.817.000,00
0.020	EDUCAÇÃO INFANTIL DE QUALIDADE	13.155.000,00
0.022	EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL DE QUALIDADE	11.260.000,00
0.025	GESTÃO DA ASSISTÊNCIA A SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL	1.093.000,00
0.027	GESTÃO DA PREVIDENCIA SOCIAL – REGIME PRÓPRIO	6.400.000,00
0.030	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO COM GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	1.370.000,00
0.032	PROFISSIONALIZANTE - QUALIFICAÇÃO DE MÃO DE OBRA	63.000,00
0.034	APOIO INCENTIVO AO AGRICULTOR	1.602.000,00
0.036	TURISMO COM PRODUTOS, ATRATIVOS E DIVULGAÇÃO	402.500,00
0.040	PLANEJAMENTO TERRITORIAL	2.751.000,00
0.044	GESTÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	307.500,00
0.046	SISTEMA VIÁRIO E MOBILIDADE	2.095.000,00
0.048	GESTÕES DO FUMREBOMPOM	554.000,00
0.050	REESTRUTURAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	7.911.000,00
0.052	OBRAS PÚBLICAS	25.945.000,00
0.060	GESTÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	676.750,00
0.061	GESTÃO DO FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS	69.000,00
0.062	ATENÇÃO INTEGRAL A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	158.000,00
0.066	HABITAÇÃO POPULAR DE TIMBÓ - FHT	7.000,00
0.070	GESTÃO DA ATENÇÃO BÁSICA	11.306.250,00
0.072	GESTÃO DA ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	8.975.000,00
0.074	GESTÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE	908.000,00
0.076	ASSISTENCIA FARMACEUTICA E SUPORTE PROFILÁTICO	600.000,00
0.078	GESTÃO DO SUS	960.000,00
0.086	APRIMORAMENTO DA GESTÃO E MANUTENÇÃO DO DEP. E EQUIP. SOCIAIS	1.202.300,00
0.087	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	335.300,00
0.088	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	439.400,00
0.090	MANUTENÇÃO DO ESPORTE AMADOR, COMUNITÁRIO E DE RENDIMENTO	1.152.000,00
0.091	APOIO AS ENTIDADES ESPORTIVAS DO MUNICÍPIO	890.000,00
0.094	INCENTIVO A MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE	2.644.000,00
0.096	PRESERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E DIVULGAÇÃO CULTURAL	3.505.000,00
0.100	ÁGUA POTÁVEL PARA TODOS	5.140.000,00
0.102	ESGOTAMENTO SANITARIO – VIVA CIDADE SUSTENTÁVEL	15.100.000,00
0.104	GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	2.770.000,00
9.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	5.012.500,00
	TOTAL DOS PROGRAMAS	153.168.000,00

IV- CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA		
DESPESAS CORRENTES	56,35%	R\$ 92.397.680,00
310000.00 – Pessoal e Encargos Sociais	31,68%	R\$ 51.952.350,00
320000.00 – Juros e Encargos da Dívida	0,22%	R\$ 358.000,00
330000.00 – Outras Despesas Correntes	24,45%	R\$ 40.087.330,00
DESPESAS DE CAPITAL	38,49%	R\$ 55.739.820,00
440000.00 – Investimentos	37,24%	R\$ 53.686.820,00
460000.00 – Amortização da Dívida	1,25%	R\$ 2.053.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3,06%	R\$ 5.012.500,00
DESPESA LÍQUIDA	93,41%	R\$ 153.168.000,00
DEDUÇÕES DO FUNDEB	6,59%	R\$ 10.811.000,00
TOTAL DESPESA	100,00%	R\$ 163.979.000,00

V – DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA DE RENUNCIA DE RECEITAS DE NATUREZA TRIBUTÁRIA.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA 2014

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)						R\$ 1,00
TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2014	2015	2016	
IPTU	Isenção		268.410,49	276.462,81	284.756,69	
IPTU e taxas	Descontos		712.581,42	782.889,94	859.280,91	
ISS e taxas	Descontos		218.213,08	250.945,04	288.586,80	
ISS	Isenção		198.599,67	158.879,74	127.103,79	
Dívida Ativa	Remissão de Débitos		111.585,19	114.931,71	118.379,66	
TOTAL			1.509.388,86	1.584.109,24	1.678.107,86	

FONTE: Divisão de Tributação - Agosto 2013

VI – DEMONSTRATIVO DA COMPATIBILIZAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO DO ORÇAMENTO COM A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

0.001	PROCESSO LEGISLATIVO	2.795.000,00
0.005	OPERAÇÕES ESPECIAIS COM DÍVIDA E PRECATÓRIOS	2.611.000,00
0.007	ENCARGOS DO MUNICÍPIO COM O PASEP	1.100.000,00
0.010	GESTÃO DA ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	1.124.000,00
0.012	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO MUNICIPAL	1.076.000,00
0.013	DEFESA CIVIL	60.000,00
0.015	ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE MUNICIPAL	6.817.000,00

0.020	EDUCAÇÃO INFANTIL DE QUALIDADE	13.155.000,00
0.022	EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL DE QUALIDADE	11.260.000,00
0.025	GESTÃO DA ASSISTÊNCIA A SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL	1.093.000,00
0.027	GESTÃO DA PREVIDENCIA SOCIAL – REGIME PRÓPRIO	6.400.000,00
0.030	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO COM GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	1.370.000,00
0.032	PROFISSIONALIZANTE - QUALIFICAÇÃO DE MÃO DE OBRA	63.000,00
0.034	APOIO INCENTIVO AO AGRICULTOR	1.602.000,00
0.036	TURISMO COM PRODUTOS, ATRATIVOS E DIVULGAÇÃO	402.500,00
0.040	PLANEJAMENTO TERRITORIAL	2.751.000,00
0.044	GESTÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	307.500,00
0.046	SISTEMA VIÁRIO E MOBILIDADE	2.095.000,00
0.048	GESTÕES DO FUMREBOMPOM	554.000,00
0.050	REESTRUTURAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	7.911.000,00
0.052	OBRAS PÚBLICAS	25.945.000,00
0.060	GESTÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	676.750,00
0.061	GESTÃO DO FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS	69.000,00
0.062	ATENÇÃO INTEGRAL A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	158.000,00
0.066	HABITAÇÃO POPULAR DE TIMBÓ - FHT	7.000,00
0.070	GESTÃO DA ATENÇÃO BÁSICA	11.306.250,00
0.072	GESTÃO DA ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	8.975.000,00
0.074	GESTÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE	908.000,00
0.076	ASSISTENCIA FARMACEUTICA E SUPORTE PROFILÁTICO	600.000,00
0.078	GESTÃO DO SUS	960.000,00
0.086	APRIMORAMENTO DA GESTÃO E MANUTENÇÃO DO DEP. E EQUIP. SOCIAIS	1.202.300,00
0.087	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	335.300,00
0.088	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	439.400,00
0.090	MANUTENÇÃO DO ESPORTE AMADOR, COMUNITÁRIO E DE RENDIMENTO	1.152.000,00
0.091	APOIO AS ENTIDADES ESPORTIVAS DO MUNICÍPIO	890.000,00
0.094	INCENTIVO A MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE	2.644.000,00
0.096	PRESERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E DIVULGAÇÃO CULTURAL	3.505.000,00
0.100	ÁGUA POTÁVEL PARA TODOS	5.140.000,00
0.102	ESGOTAMENTO SANITARIO – VIVA CIDADE SUSTENTÁVEL	15.100.000,00
0.104	GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	2.770.000,00
9.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	5.012.500,00
	TOTAL DOS PROGRAMAS	153.168.000,00

Art. 4º - Os recursos da Reserva de Contingência consolidada são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme segue:

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS – LDO 2014
(ART. 4ª, PARAGRAFO 3º, DA LRF)

ARF (LRF, art 4º, § 3º)		R\$ 1,00	
PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Reserva Matemática	91,91%	Atender as demandas do TIMBOPREV e FAS	4.607.000,00
Demandas Judiciais			
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes	8,09%	Atender as demandas conf. Necessidade.	405.500,00
SUBTOTAL	100,00%	SUBTOTAL	5.012.500,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	0,00%	Atender as demandas conf. Necessidade.	0,00
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais	0,0%	Atender as demandas conf. Necessidade.	0,00
SUBTOTAL	0,0%	SUBTOTAL	0,00
TOTAL	100,00%	TOTAL	5.012.500,00

Art. 5º - O orçamento da Seguridade Social do Município de Timbó apresenta-se consolidado ao Orçamento fiscal e pode ser demonstrado da seguinte forma:

I – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÓ - FMS

FMS

Demonstrativo de Receitas/Despesas
Período de Referência: Orçamento 2014

RECEITAS/DESPESAS	R\$
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	
Receitas Correntes	5.020.000,00
Receitas Tributárias	190.000,00
Receitas Patrimoniais	149.250,00
Transferências Correntes	4.606.750,00
Outras Receitas Correntes	74.000,00
Receitas de Capital	1.361.000,00
Total das Receitas	6.381.000,00
TRANSFERENCIA FINANCEIRA	16.462.250,00
TOTAL	22.843.250,00
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
Despesas Correntes	20.897.250,00
Pessoal e Encargos	13.275.000,00
Outras Despesas Correntes	7.622.250,00
Despesas de Capital	1.909.000,00
Investimentos	1.909.000,00
Reserva de Contingência	37.000,00
TOTAL	22.843.250,00

II – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TIMBÓ - FMAS**FMAS**

Demonstrativo de Receitas/Despesas
Período de Referência: Orçamento 2014

RECEITAS/DESPESAS	R\$
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	
Receitas Correntes	285.000,00
Receitas Patrimoniais	36.000,00
Transferências Correntes	230.000,00
Outras Receitas Correntes	19.000,00
Receitas de Capital	0,00
Total das Receitas	285.000,00
TRANSFERENCIA FINANCEIRA	1.700.000,00
TOTAL	1.985.000,00
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
Despesas Correntes	1.867.000,00
Pessoal e Encargos	908.600,00
Outras Despesas Correntes	958.400,00
Despesas de Capital	115.000,00
Investimentos	115.000,00
Reserva de Contingência	3.000,00
TOTAL	1.985.000,00

III - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE TIMBÓ - FASS**FASS**

Demonstrativo de Receitas/Despesas
Período de Referência: Orçamento 2014

RECEITAS/DESPESAS	R\$
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	
Receitas Correntes	490.000,00
Receitas de Contribuições	377.000,00
Receitas Patrimoniais	13.000,00
Outras Receitas Correntes	100.000,00
Receita Intra-Orçamentária	610.000,00
Total das Receitas	1.100.000,00
TOTAL	1.100.000,00
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
Despesas Correntes	1.093.000,00
Outras Despesas Correntes	1.093.000,00
Reserva de Contingência	7.000,00
TOTAL	1.100.000,00

IV – INSTITUTO PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBÓ**TIMBOPREV**

Demonstrativo de Receitas/Despesas
Período de Referência: Orçamento 2014

RECEITAS/DESPESAS	R\$
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	
Receitas Correntes	6.200.000,00
Receitas de Contribuições	2.710.000,00
Receitas Patrimoniais	3.380.000,00
Outras Receitas Correntes	110.000,00
Receita Intra-Orçamentária	4.800.000,00
Total das Receitas	17.200.000,00
TOTAL	17.200.000,00
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
Despesas Correntes	6.300.000,00
Pessoal e Encargos	300.000,00
Outras Despesas Correntes	6.000.000,00
Reserva de Contingência	4.600.000,00
TOTAL	17.200.000,00

Art. 6º O orçamento para 2014 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias, Fundações e seus Fundos (Artigos 1º, §§ 1º e 4º, I, “a”, e 48 da LRF). Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de uma Modalidade de Aplicação para outra, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, inclusive de uma Unidade Administrativa/Orçamentária para outra, bem como, desvincular as receitas e despesas para melhor aproveitamento dos recursos do município na captação de Convênios.

Parágrafo único. Aplica-se, ainda, o disposto no "caput" deste artigo, relativamente às dotações do Orçamento Consolidado do Executivo e Legislativo.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2014 autoriza o Executivo e o Legislativo Municipal a remanejar por Decreto, dentro de cada categoria de programação o saldo das dotações que o compõem.

§ 1º - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos dentro de uma categoria de programação será feita por Decreto do Executivo ou do Legislativo, conforme o caso.

§ 2º - A adequação das destinações de recursos, na receita, e as fontes de recursos, na despesa, serão adequadas conforme a realização da execução orçamentária, que poderá ser feita por Decreto do Executivo ou do Legislativo, conforme o caso.

§ 3º - No caso de excesso da arrecadação proveniente das receitas de impostos, o Poder Executivo deverá através de decreto executivo suplementar inicialmente as dotações e

transferências financeiras destinadas à saúde e educação a fim de atingir os índices constitucionais (15% e 25%).

Art. 8º O Poder Executivo fica autorizado a tomar as medidas necessárias para ajustar o fluxo dos dispêndios ao efetivo comportamento da arrecadação, ao longo do exercício financeiro. Os Fundos, Fundações, Autarquias Municipais e Câmara de Vereadores, de forma consolidada, terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e essas, por sua vez, vinculadas a Despesas.

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal e Secretários Municipais, em que estiverem vinculados, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a outro servidor municipal, respeitando Lei específica de cada Fundo.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos, Fundações e Autarquias Municipais deverão ser demonstradas, também, em balancetes apartados da Unidade Gestora Central.

§ 3º A transferência de recursos monetários da Unidade Gestora Central aos Fundos, Fundações, Autarquias Municipais e Câmara de Vereadores deverão ser efetivadas por Transferência Financeira e a adequação da suplementação orçamentária efetuada por Decreto do Poder Executivo.

Art. 9º Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a:

I - designar órgãos centrais para movimentar dotações atribuídas às Unidades Orçamentárias e promover os ajustamentos orçamentários, financeiros e contábeis, decorrentes de reorganização administrativa;

II – suplementar, por conta do excesso de arrecadação por vínculo e fonte de recursos, as Modalidades de Aplicação de despesa e as Transferências Financeiras destinadas a atender dispêndios, apurados pela diferença entre o valor previsto e o valor recebido;

III - abrir créditos suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) do total da despesa fixada em lei, à conta dos recursos de que trata o § 1º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de Março de 1964;

IV - apresentar déficit de execução orçamentária resultante da utilização do superávit financeiro do exercício anterior;

V - realizar operações de crédito, ainda que por antecipação da receita, limitado o valor das primeiras ao disposto no art. 167, III, da Constituição Federal.

Parágrafo único. No Orçamento-Programa das Fundações, da Autarquia e dos Fundos Municipais, o Poder Executivo fica autorizado a abrir créditos suplementares, à conta do excesso de arrecadação, sem prejuízo do disposto nos incisos II, III e IV do "caput" deste artigo, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total da despesa fixada em lei.

Art. 10. O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a contribuir para o custeio de despesas de competência de outros órgãos da Federação, sem prejuízo de suas próprias atividades, mediante convênio, acordo, ajuste ou congênere.

Art. 11. Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Poder Executivo estabelecerá, por ato próprio, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, bem como destacará o órgão ou unidade responsável pelo controle e fiscalização do cumprimento das metas estabelecidas, conforme artigos 10 e 15 da **LDO Lei nº 2.680 de 28 de outubro de 2013**.

Parágrafo único. Fica vedada a ocorrência de déficit de execução orçamentária, excetuando-se quando o déficit for resultante da utilização do superávit financeiro do exercício anterior, não implicando no comprometimento da execução orçamentária do exercício subsequente.

Art. 12. De acordo com o artigo 10 da **LDO Lei nº 2.680 de 28 de outubro de 2013**, nas hipóteses previstas no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/2000, o Presidente da Câmara Municipal e o Prefeito Municipal, no âmbito dos respectivos poderes, promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, com centralização do ordenamento de despesas e autorização de pagamentos, observando-se o seguinte:

I – a limitação de empenho deverá atingir, inicialmente, pela ordem:

- a) as dotações destinadas à aquisição de imóveis, obras e instalações, e aquisição de equipamentos e materiais;
- b) projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias não recebidas;
- c) dotação para combustível destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;
- d) dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades;

II – durante o prazo de limitação de empenho, fica vedado o pagamento de sessões extraordinárias, abono de férias e adicional de hora extra;

III – a limitação de empenho não poderá inviabilizar a manutenção dos serviços considerados essenciais (saúde, educação, fornecimento de água, coleta de lixo e irrigação de ruas) ou o atendimento de situações de emergência ou de calamidades;

IV – o ato expedido deverá indicar expressamente o órgão, entidade ou unidade administrativa que centralizará o ordenamento de novas despesas, bem como seu responsável, e estabelecerá o cronograma de pagamento das despesas empenhadas até aquela data.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Art. 13. O Poder Executivo e Legislativo emitirão semestralmente os relatórios de gestão fiscal e os demonstrativos que acompanham os relatórios resumidos da execução orçamentária, em conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000.

Art. 14. Esta lei entra em vigor no dia 1º de Janeiro de 2014.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de dezembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

ANEXOS

(arts. 2º, 3º e 5º da **LOA/2014** Lei Orçamentária Anual e art. 5º e 6º da Lei nº 2.680 de 28 de outubro de 2.013, Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014).

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 468/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AEK2439	8756034388	7455/0	22/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
AER1368	8756033963	7455/0	15/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
AQR5719	8756031908	7463/0	29/04/2013	R\$ 127,69	218 * II
AUI6496	8756034340	7455/0	22/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
DLK4557	8756035249	7455/0	20/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXN8052	8756034875	7455/0	04/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXR8676	8756035822	7455/0	08/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCD0144	8756034852	7455/0	10/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCN6760	8756035198	7455/0	11/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCR4007	8756035246	6050/3	24/08/2013	R\$ 191,53	208
MDK2829	8756033702	7463/0	03/07/2013	R\$ 127,69	218 * II
MDL0956	8756035850	7455/0	02/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDW9567	8756035116	6050/3	13/08/2013	R\$ 191,53	208
MEF2304	8756035742	7455/0	07/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEH9131	8756034519	7455/0	26/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEO5700	8756034451	7455/0	18/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEU2559	8756034127	7455/0	27/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGB2804	8756035806	7455/0	05/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGE0529	8756034413	7455/0	24/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGU9425	8756034179	7471/0	25/07/2013	R\$ 574,61	218 * III
MGV3785	8756034956	7455/0	05/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHB1838	8756034664	7455/0	03/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIR5162	8756035195	7455/0	11/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIT3042	8756034687	7455/0	01/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJC4981	8756036581	7455/0	29/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKA4723	8756034175	7455/0	24/07/2013	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKB4855	8756035773	6050/3	06/09/2013	R\$ 191,53	208
MKR2601	8756034245	7463/0	23/07/2013	R\$ 127,69	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1597/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZI3122	54544347E	6599/2	25/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
LZI3122	54544348E	6912/0	25/07/2013	R\$ 53,20	232
MDK6928	54544393E	6599/2	24/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDK6928	54544394E	6637/1	24/07/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MEE2374	55371462D	6912/0	25/07/2013	R\$ 53,20	232
MEE2374	55371463D	6769/2	25/07/2013	R\$ 85,12	230 * XXII
MFS5227	54571274E	6920/0	16/09/2013	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2013

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLÍCIA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 756 467/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAW0801	8756036931	7455/0	12/10/2013	218 * I
ABM0771	8756036903	5673/2	07/10/2013	183
AHD3918	8756037336	6050/3	19/10/2013	208
AHN9349	8756038211	6050/3	09/11/2013	208
ANW6289	8756038144	7455/0	09/11/2013	218 * I
ARA6330	8756036371	7455/0	26/09/2013	218 * I
ARU3133	8756037415	7455/0	21/10/2013	218 * I
ATE6905	8756037994	7455/0	05/11/2013	218 * I
BAD8090	8756036841	7455/0	08/10/2013	218 * I
BPI2894	8756038121	7455/0	07/11/2013	218 * I
CAC9359	8756038008	7463/0	05/11/2013	218 * II
CFC7560	8756038181	7455/0	09/11/2013	218 * I
CIM6045	8756037989	7455/0	05/11/2013	218 * I
CPR3625	8756038180	7463/0	08/11/2013	218 * II
DJY1942	8756037264	7455/0	19/10/2013	218 * I
DLK4557	8756037706	7455/0	30/10/2013	218 * I
DME7916	8756037967	7455/0	04/11/2013	218 * I
DMZ7557	8756038074	7463/0	07/11/2013	218 * II
DNE6182	8756037251	7455/0	18/10/2013	218 * I
HRM2520	8756038220	7455/0	06/11/2013	218 * I
IKS8992	8756038152	7455/0	08/11/2013	218 * I
JKS6900	8756038182	7455/0	09/11/2013	218 * I
JRW2353	8756038066	7463/0	07/11/2013	218 * II
JYO1714	8756037923	7455/0	28/10/2013	218 * I
LXP9706	8756037269	7455/0	20/10/2013	218 * I
LXX5707	8756037130	7455/0	14/10/2013	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXY3136	8756038224	7455/0	07/11/2013	218 * I
LYC8851	8756038292	7455/0	07/11/2013	218 * I
LYD0420	8756038071	7455/0	07/11/2013	218 * I
LYJ1252	8756038223	7455/0	07/11/2013	218 * I
LYK7096	8756037965	7455/0	04/11/2013	218 * I
LYL3467	8756037385	7455/0	20/10/2013	218 * I
LYN3586	8756038260	7455/0	07/11/2013	218 * I
LYO0325	8756038241	6050/3	07/11/2013	208
LZK9092	8756037973	7455/0	04/11/2013	218 * I
LZQ5384	8756038309	7455/0	09/11/2013	218 * I
LZS7521	8756036932	7455/0	12/10/2013	218 * I
LZZ0209	8756038080	7455/0	07/11/2013	218 * I
MAA4030	8756037101	7455/0	10/10/2013	218 * I
MAP3347	8756038040	7455/0	07/11/2013	218 * I
MAR1743	8756038116	7455/0	04/11/2013	218 * I
MAU5075	8756038254	6050/3	05/11/2013	208
MBC3109	8756038054	7455/0	07/11/2013	218 * I
MBG8808	8756037960	7455/0	04/11/2013	218 * I
MBH8830	8756038140	5673/2	09/11/2013	183
MBL3270	8756038017	7455/0	05/11/2013	218 * I
MCC3871	8756038056	7463/0	07/11/2013	218 * II
MCI8325	8756037652	7463/0	29/10/2013	218 * II
MCT9182	8756037249	7455/0	17/10/2013	218 * I
MDF0778	8756038185	7455/0	09/11/2013	218 * I
MDP3116	8756038251	7463/0	05/11/2013	218 * II
MDW0108	8756037951	7455/0	04/11/2013	218 * I
MDW3901	8756037990	7463/0	05/11/2013	218 * II
MEQ3442	8756037966	7455/0	04/11/2013	218 * I
MET8227	8756038143	7455/0	08/11/2013	218 * I
MET8227	8756038208	7455/0	08/11/2013	218 * I
MET8227	8756038317	7455/0	07/11/2013	218 * I
MET8227	8756038319	7463/0	08/11/2013	218 * II
MET8227	8756038323	7455/0	07/11/2013	218 * I
MEY0722	8756038108	5673/2	05/11/2013	183
MFE2524	8756038304	7463/0	09/11/2013	218 * II
MFE2524	8756038305	7463/0	10/11/2013	218 * II
MFG3158	8756038059	7463/0	07/11/2013	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFG9161	8756038057	7455/0	07/11/2013	218 * I
MFK4714	8756037223	6050/3	14/10/2013	208
MFW9828	8756037346	7455/0	14/10/2013	218 * I
MGD9116	8756038112	5673/2	07/11/2013	183
MGM2064	8756038293	7455/0	07/11/2013	218 * I
MGQ6463	8756038039	7463/0	07/11/2013	218 * II
MGX7634	8756037991	7455/0	05/11/2013	218 * I
MGZ9536	8756038127	6050/3	08/11/2013	208
MHI4280	8756038084	7455/0	07/11/2013	218 * I
MHN1480	8756037285	7463/0	20/10/2013	218 * II
MHN8882	8756037207	5673/2	19/10/2013	183
MHT9865	8756036801	7455/0	03/10/2013	218 * I
MHU1208	8756038092	7463/0	07/11/2013	218 * II
MHU8466	8756037298	7455/0	18/10/2013	218 * I
MHV3197	8756037209	7455/0	15/10/2013	218 * I
MIB6907	8756037323	7455/0	17/10/2013	218 * I
MIJ0153	8756037334	7455/0	19/10/2013	218 * I
MIK0826	8756037370	7455/0	19/10/2013	218 * I
MIT3042	8756037345	7471/0	14/10/2013	218 * III
MIU1918	8756037031	7455/0	13/10/2013	218 * I
MJF6346	8756038263	7455/0	07/11/2013	218 * I
MJG4631	8756038272	6050/3	08/11/2013	208
MJL6131	8756038286	7455/0	05/11/2013	218 * I
MJQ7944	8756037162	7455/0	15/10/2013	218 * I
MJR1217	8756037148	7455/0	15/10/2013	218 * I
MJV1104	8756038043	7455/0	07/11/2013	218 * I
MKN3176	8756038149	7455/0	05/11/2013	218 * I
MKQ3293	8756037291	7455/0	16/10/2013	218 * I
MKS8095	8756037984	7455/0	05/11/2013	218 * I
MKW0210	8756036896	5673/2	10/10/2013	183
MLB3195	8756038213	7455/0	04/11/2013	218 * I
MLV8649	8756038195	7455/0	04/11/2013	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 098 1596/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
JTG7045	54571751E	6920/0	16/10/2013	233
LXX3655	54722072E	6548/0	29/10/2013	229
LYP5951	54571766E	6920/0	16/10/2013	233
MAK8858	54571763E	6920/0	16/10/2013	233
MBG5284	55371144D	6599/2	27/10/2013	230 * V
MBS6413	55371474D	5045/0	09/11/2013	162 * V
MJD6023	54571764E	6920/0	16/10/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2013

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA

SAMAE**Portaria No SAMAE-128 de 09 de Dezembro de 2013**

PORTARIA No SAMAE-128 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013

Concede Exoneração ao Servidor Público Municipal Moacir Bittelbrum, contratado temporariamente para o cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo a contar de 31 de dezembro do corrente.

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e pelo art. 9º, inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO ao Servidor Público Municipal MOACIR BITTELBRUM, contratado temporariamente para o cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo, do Quadro de Pessoal da Autarquia Municipal, pela Portaria nº SAMAE-041, de 26 de março de 2013, a contar de 31 de dezembro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em09 de dezembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Portaria No SAMAE-129 de 09 de Dezembro de 2013

PORTARIA No SAMAE-129 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013

Concede Exoneração ao Servidor Público Municipal Vanderlei de Jesus, contratado temporariamente para o cargo de Agente de Manutenção a contar de 31 de dezembro do corrente.

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e pelo art. 9º, inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO ao Servidor Público Municipal VANDERLEI DE JESUS, contratado temporariamente para o cargo de Agente de Manutenção, do Quadro de Pessoal da Autarquia Municipal, pela Portaria nº SAMAE-02, de 02 de fevereiro de 2013, a contar de 31 de dezembro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em09 de dezembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Portaria No SAMAE-130 de 09 de Dezembro de 2013

PORTARIA No SAMAE-130 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013

Concede Exoneração ao Servidor Público Municipal Fabio Steuck, contratado temporariamente para o cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo a contar de 31 de dezembro do corrente.

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e pelo art. 9º, inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO ao Servidor Público Municipal FABIO STEUCK, contratado temporariamente para o cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo, do Quadro de Pessoal da Autarquia Municipal, pela Portaria nº SAMAE-456, de 03 de janeiro de 2013, a contar de 31 de dezembro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em09 de dezembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Tunápolis**PREFEITURA****Sexto Termo Aditivo ao Contrato 03/2013.**

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 03/2013.

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 03/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE E A EMPRESA ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS TUNÁPOLIS LTDA- ME.

Pelo presente Termo, de um lado o Fundo Municipal da Saúde, inscrita no CNPJ sob o nº 12.273.240/0001-49, neste ato representado pelo Gestor do Fundo, o Senhor Bruno José Heberle, e de outro lado a empresa Abastecedora de Combustíveis Tunápolis Ltda -ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida á Rua Santa Maria, 157, na cidade de Tunápolis/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 08.473.148/0001-55, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 03/2013.

Considerando o contrato Administrativo nº 03/2013-Fundo Municipal da Saúde, celebrado em 02 de janeiro 2013, proveniente do Processo Licitatório nº 27/2012 e Pregão Presencial nº 21/2012, em que consta como objeto o fornecimento de óleo Diesel e Gasolina Comum, destinados à manutenção dos veículos pertencentes ao Fundo Municipais da Saúde.

Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta da aquisição dos combustíveis fornecidos pelo contrato celebrado com a ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS TUNÁPOLIS LTDA-ME, empresa esta denominada como CONTRATADA, têm as partes entre si justo e acordado os termos seguintes:

Cláusula Primeira- DO VALOR

Ao presente contrato nº 03/2013 fica acrescido o valor de R\$ 0,02 (dois centavos) na gasolina, considerando que houve aumento conforme documentos fiscais anexos comprovando o aumento.

Descrição valor R\$

Atual Valor R\$

Especificação do objeto	Valor Atual R\$	Valor Reajustado R\$
Gasolina comun	3,069	3,089

Cláusula Segunda - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas e assinatura dos responsáveis abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis/SC, 25 de novembro de 2013

BRUNO J. HEBERLE

Gestor do Fundo

ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS TUNÁPOLIS LTDA ME
Contratada

Testemunhas:

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
CPF: 918.368.409-34

SHEILA INÊS BIEGER EIDT
CPF: 020.226.259-60

Processo de Licitação Nº 125/2013 Edital de Pregão Presencial Nº 94/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 125/2013

Edital de Pregão Presencial nº 94/2013

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da

Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a Contratação de empresa do ramo de Comunicação e afins, para execução dos serviços com: desenvolvimento de vídeos, elaboração da marca, logotipo e demais serviços de comunicação para o atendimento da divulgação e promoção da 11ª Feira EFACITUS.

Entrega das propostas até às 15h do dia 27/12/2013.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 11 de dezembro de 2013.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Quarto Termo Aditivo ao Contrato 03/2013.

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 03/2013.

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 03/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS TUNÁPOLIS LTDA – ME.

Pelo presente Termo, de um lado a Prefeitura Municipal de Tunápolis, inscrita no CNPJ sob o nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Enoi Scherer, e de outro lado a empresa Abastecedora de Combustíveis Tunápolis Ltda-ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida à Rua Santa Maria, 157, na cidade de Tunápolis/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 78.486.198.0001-52, resolvem entre si e na melhor forma de

direito, aditar o contrato de nº 03/2013.

Considerando o contrato Administrativo nº 03/2013-Prefeitura Municipal de Tunápolis, celebrado em 02 de janeiro 2013, proveniente do Processo Licitatório nº 95/2012 e Pregão Presencial nº 71/2012, em que consta como objeto a aquisição de óleo diesel e gasolina comum, destinados ao abastecimento dos veículos, máquinas e demais equipamentos desta municipalidade, ao longo de 12 (doze) meses.

Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta da aquisição dos combustíveis fornecidos pelo contrato celebrado com a ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS TUNÁPOLIS LTDA-ME, empresa esta denominada como CONTRATADA, têm as partes entre si justo e acordado os termos seguintes:

Cláusula Primeira- DO VALOR

Ao presente contrato nº 03/2013 fica acrescido o valor abaixo relacionado na tabela de acordo com os documentos fiscais anexos comprovando o aumento.

Descrição valor R\$

Atual Valor R\$

Especificação do objeto	Valor Atual R\$	Valor Reajustado R\$
Gasolina Comum	3,069	3,089

Cláusula Segunda - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas e assinatura dos responsáveis abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis/SC, 25 de novembro de 2013.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Abast. de Combustíveis Tunápolis Ltda ME
Contratada

Testemunhas:

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
CPF: 918.368.409-34

SHEILA INÊS BIEGER EIDT
CPF: 020.226.259-60

Quinto Termo Aditivo ao Contrato 03/2013.

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 03/2013.

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 03/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS TUNÁPOLIS LTDA – ME.

Pelo presente Termo, de um lado a Prefeitura Municipal de Tunápolis, inscrita no CNPJ sob o nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Enoi Scherer, e de outro lado a empresa Abastecedora de Combustíveis Tunápolis Ltda-ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida à Rua Santa Maria, 157, na cidade de Tunápolis/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 78.486.198.0001-52, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 03/2013.

Considerando o contrato Administrativo nº 03/2013-Prefeitura Municipal de Tunápolis, celebrado em 02 de janeiro 2013, proveniente do Processo Licitatório nº 95/2012 e Pregão Presencial nº 71/2012, em que consta como objeto a aquisição de óleo diesel e gasolina comum, destinados ao abastecimento dos veículos, máquinas e demais equipamentos desta municipalidade, ao longo de 12 (doze) meses.

Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta da aquisição dos combustíveis fornecidos pelo contrato celebrado com a ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS TUNÁPOLIS LTDA-ME, empresa esta denominada como CONTRATADA, têm as partes entre si justo e acordado os termos seguintes:

Cláusula Primeira- DO VALOR

Ao presente contrato nº 03/2013 fica acrescido o valor abaixo relacionado na tabela de acordo com os documentos fiscais anexos comprovando o aumento.

Descrição valor R\$
Atual Valor R\$

Especificação do objeto	Valor Atual R\$	Valor Reajustado R\$
Gasolina Comum	3,089	3,14

Cláusula Segunda - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas e assinatura dos responsáveis abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis/SC, 03 de Dezembro de 2013.
ENOI SCHERER
Prefeito Municipal

Abast. de Combustíveis Tunápolis Ltda ME
Contratada

Testemunhas:
CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF SHEILA INÊS BIEGER EIDT
CPF: 918.368.409-34 CPF: 020.226.259-60

Sétimo Termo Aditivo ao Contrato 03/2013. SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 03/2013.

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 03/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE E A EMPRESA ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS TUNÁPOLIS LTDA- ME.

Pelo presente Termo, de um lado o Fundo Municipal da Saúde, inscrita no CNPJ sob o nº 12.273.240/0001-49, neste ato representado pelo Gestor do Fundo, o Senhor Bruno José Heberle, e de outro lado a empresa Abastecedora de Combustíveis Tunápolis Ltda -ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida á Rua Santa Maria, 157, na cidade de Tunápolis/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 08.473.148/0001-55, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 03/2013.

Considerando o contrato Administrativo nº 03/2013-Fundo Municipal da Saúde, celebrado em 02 de janeiro 2013, proveniente do Processo Licitatório nº 27/2012 e Pregão Presencial nº 21/2012,

em que consta como objeto o fornecimento de óleo Diesel e Gasolina Comum, destinados à manutenção dos veículos pertencentes ao Fundo Municipais da Saúde.

Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta da aquisição dos combustíveis fornecidos pelo contrato celebrado com a ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS TUNÁPOLIS LTDA-ME, empresa esta denominada como CONTRATADA, têm as partes entre si justo e acordado os termos seguintes:

Cláusula Primeira- DO VALOR

Ao presente contrato nº 03/2013 fica acrescido os valores da tabela abaixo na gasolina comum e no óleo diesel, considerando que houve aumento conforme documentos fiscais anexos comprovando o aumento.

Descrição valor R\$
Atual Valor R\$

Especificação do objeto	Valor Atual R\$	Valor Reajustado R\$
Gasolina comum	3,089	3,14
Óleo diesel	2,30	2,409

Cláusula Segunda - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas e assinatura dos responsáveis abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis/SC, 03 de dezembro de 2013
BRUNO J.HEBERLE
Gestor do Fundo

Abastecedora de Combustíveis Tunápolis Ltda ME
Contratada

Testemunhas:
CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF SHEILA INÊS BIEGER EIDT
CPF: 918.368.409-34 CPF: 020.226.259-60

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato 02/2013. TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2013.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 02/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA AUTO POSTO CANARINHO LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado a Prefeitura Municipal de Tunápolis, inscrita no CNPJ sob o nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Enoi Scherer, e de outro lado a empresa Auto Posto Canarinho Ltda, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 83.523.407/0001-20, estabelecida na Rua Caaro, 110 – Centro, no Município de Tunápolis - SC, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 02/2013.

Considerando o contrato Administrativo nº 02/2013-Prefeitura Municipal de Tunápolis, celebrado em 02 de janeiro 2013,

proveniente do Processo Licitatório nº 95/2012 e Pregão Presencial nº 71/2012, em que consta como objeto a aquisição de óleo diesel e gasolina comum, destinados ao abastecimento dos veículos, máquinas e demais equipamentos desta municipalidade, ao longo de 12 (doze) meses.

Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta da aquisição dos combustíveis fornecidos pelo contrato celebrado com a empresa AUTO POSTO CANARINHO LTDA, empresa esta denominada como CONTRATADA, têm as partes entre si justo e acordado os termos seguintes:

Cláusula Primeira- DO VALOR

Ao presente contrato nº 03/2013 fica acrescido o valor de R\$ 0,13 (treze centavos) no óleo diesel considerando que houve aumento conforme documentos fiscais anexos comprovando o aumento.

Descrição valor R\$
Atual Valor R\$

Especificação do objeto	Valor Atual R\$	Valor Reajustado R\$
óleo diesel comum	2,30	2,43

Cláusula Segunda - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas e assinatura dos responsáveis abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis/SC, 03 de dezembro 2013

ENOI SCHERER AUTO POSTO CANARINHO LTDA
Prefeito Municipal Contratada

Testemunhas:

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF SHEILA INÊS BIEGER EIDT
CPF: 918.368.409-34 CPF: 020.226.259-60

Vargem Bonita

PREFEITURA

Portaria N 164/2013

PORTARIA N 164/2013

"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORES QUE ESPECIFICA"

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENECHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais infra relacionados para serem gozadas no mês de Outubro de 2013, como segue:

Cód.	Nome	Período Aquisitivo	Período de Gozo
1090	Gleice Aparecida dos Santos Basilio	17/08/12 a 16/08/13	01/10/13 a 30/10/13
1409	Ivar Antônio Rossi	01/06/12 a 31/05/13	01/10/13 a 30/10/13
1160	Lucimara Ap. do Prado Barbosa Zuqui	03/09/12 a 02/09/13	04/10/13 a 02/11/13
386	Vivaldino Rodrigues dos Santos	01/09/12 a 31/08/13	01/10/13 a 30/10/13

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 01 de Outubro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Portaria N 178/2013

PORTARIA N 178/2013

"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORES QUE ESPECIFICA"

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENECHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais infra relacionados para serem gozadas no mês de Novembro de 2013, como segue:

Cód.	Nome	Período Aquisitivo	Período de Gozo
292	Adair Spader	02/04/12 a 01/04/13	01/11/13 a 30/11/13
767	Adriana Célia Bortolon	17/03/11 a 16/03/12	01/11/13 a 30/11/13
1167	Andréia Costa Moreira Mozer	03/01/12 a 02/01/13	01/11/13 a 30/11/13
782	Catia Regina Haeberle	01/07/10 a 30/06/11	01/11/13 a 30/11/13
1056	Daniela Aparecida Moraes	03/07/10 a 01/07/11	01/11/13 a 30/11/13
1037	Dirlene dos Santos Alves de Lima	02/05/12 a 01/05/13	01/11/13 a 30/11/13
1183	Lorena de Fatima Alves Colação	15/02/12 a 14/02/13	01/11/13 a 30/11/13
1364	Oldir Zonta	10/08/12 a 09/08/13	01/11/13 a 30/11/13

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 01 de Novembro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Portaria N. 165/2013

PORTARIA N. 165/2013

"DESIGNA AGENTE POLÍTICA QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar "LENIR RADAPELLI", brasileira, casada, residente neste município, nascida em 19/04/1957, inscrita no CPF n. 028.724.059-25, carteira de identidade n. 11/R 3.153.089, título eleitoral n. 007839290949, agente política ocupante do cargo comissionado de "SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL", nível CC-8, anexo I, para responder como "GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS".

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 01 de Outubro de 2013

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

Portaria N. 166/2013

PORTARIA N. 166/2013

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora "SIMARA APARECIDA GAZZONI", brasileira, solteira, residente neste município, nascida em 26/12/1964, inscrita no CPF n. 677.799.059-34, carteira de identidade n. 1.306.172, título eleitoral n. 7844510949, ocupante do cargo de "AGENTE EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS", nível 07, "LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES" e sem remuneração, pelo período de 02(dois) anos consecutivos, a partir de 01 de Outubro de 2013 à 30 de Setembro de 2015, conforme faculta o art. 135, capítulo IX do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Vargem Bonita.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 01 de Outubro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Portaria N. 167/2013

PORTARIA N. 167/2013

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora "LUCIANE MANFÉ CHAVES", brasileira, casada, residente neste município, nascida em 21/03/1983, portadora do CPF n. 040.083.719-66, carteira de identidade n. 11/R 4.373.643, título eleitoral n. 036981910957, ocupante do cargo efetivo de "PROFESSOR", "LICENÇA PRÊMIO" pelo período de 86 (oitenta e seis) dias consecutivos, a contar de 01 de Outubro a 25 de Dezembro de 2013, conforme facultam os artigos 137 e 139 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Vargem Bonita.

Art. 2º - A Licença Prêmio ora concedida refere-se aos seguintes períodos aquisitivos:

1º) De 08/03/2005 a 12/05/2005 = 02 meses e 05 dias,

2º) De 16/05/2005 a 31/07/2005 = 02 meses e 16 dias,

3º) De 01/08/2006 a 20/12/2006 = 04 meses e 20 dias,

4º) De 26/02/2007 a 20/07/2007 = 04 meses e 25 dias,

5º) De 06/08/2007 a 20/12/2007 = 04 meses e 15 dias e

6º) De 07/02/2008 a 15/07/2011 = 03 anos, 05 meses e 09 dias = 05 anos.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 01 de Outubro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Portaria N. 168/2013

PORTARIA N. 168/2013

"PRORROGA PRAZO DE VALIDADE DE PORTARIA QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

Considerando a concessão de Licença Prêmio a servidora "LUCIANE MANFÉ CHAVES" a partir de 01 de Outubro de 2013, e

Considerando a necessidade de dar continuidade aos serviços na área da educação,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar o prazo de validade da portaria n. 109/2013 de 05 de Junho de 2013, que contratou em caráter temporário "NEIVA SALETE CARDOSO BUSSAQUERA", brasileira, casada, residente neste município, nascida em 18/12/1974, inscrita no CPF n. 014.525.399-60, carteira de identidade n. 11/R 3.156.437, título eleitoral n. 030600330922 para exercer o cargo de "PROFESSOR" - 20 horas, nível III, classe referência "A", em substituição a titular "LUCIANE MANFÉ CHAVES" que se encontra em gozo de Licença Prêmio, conforme Portaria n. 166/2013 de 01 de Outubro de 2013.

Art. 2º - O prazo de prorrogação da presente portaria passa a ser de 01 de Outubro de 2013 a 20 de Dezembro de 2013.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 01 de Outubro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Portaria N. 169/2013

PORTARIA N. 169/2013

"ALTERA CARGO DE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar o cargo da servidora "SIMONE ANGELICA PIRAN", brasileira, convivente, residente neste município, nascida em 29/11/1987, inscrita no CPF n. 063.868.589-30, carteira de identidade n. 11/R 5.341.564, título eleitoral n. 047399670981, nomeada através da portaria n. 133/2013 de 01 de Julho de 2013 para exercer o cargo de "COORDENADOR" no setor de Frotas, nível CC-3, passando a exercer o cargo de "SUPERVISOR" no setor de Tributos - nível CC-4, anexo I, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 01 de Outubro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Portaria N. 170/2013

PORTARIA N. 170/2013

"EXONERA AGENTE POLITICO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o Agente Político "IVAN ROBERTO GALVAN", brasileiro, solteiro, residente neste município, nascido em 30/09/1968, inscrito no CPF n. 594.635.709-34, carteira de identidade n. 11/C 1.709.439, título eleitoral n. 023124700990, nomeado para exercer o cargo de "SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, SUPERVISÃO E CONTROLE", nível CC-8, anexo I, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo através

da portaria n. 001/2013 de 02 de Janeiro de 2013, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 07 de Outubro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

Portaria N. 171/2013

PORTARIA N. 171/2013

"NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO COMISSIONADO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear "IVAN ROBERTO GALVAN", brasileiro, solteiro, residente neste município, nascido em 30/09/1968, inscrito no CPF n. 594.635.709-34, carteira de identidade n. 11/C 1.709.439, título eleitoral n. 023124700990, para exercer o cargo de "DIRETOR" DE EDUCAÇÃO nível CC-6, anexo I, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 08 de Outubro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Portaria N. 172/2013

PORTARIA N. 172/2013

"EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar "MARLI TEREZINHA SARTORI", brasileira, divorciada, residente neste município, nascida em 16/10/1971, inscrita no CPF n. 023.803.489-52, carteira de identidade n. 11/R 2.822.309, título eleitoral n. 029848080930, contratada em caráter temporário para exercer o cargo de "AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE-ESF" - 40 horas, nível 01, classe/referência "A", através da portaria 661/2012 de 10 de Outubro de 2012 a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 09 de Outubro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Portaria N. 173/2013

PORTARIA N. 173/2013

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COORDENADOR DA ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA DA SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL QUE ESPECIFICA”

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO os princípios e as diretrizes do SUS, que a atenção básica, caracteriza-se por um conjunto de ações de saúde que abrangem a promoção, prevenção, diagnóstico, assistência e reabilitação.

CONSIDERANDO que a conjunção de esforços é fundamental à garantia da atenção integral em saúde e o trabalho interdisciplinar e em equipe como coordenador do cuidado na rede de serviços;
RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Enfermeira “SIMARA INES GAZZONI BITTENCOURT”, matrícula nº 770, coordenadora à Coordenação da Atenção Básica, visando o fortalecimento das diferentes estratégias de atenção à saúde oferecida nas unidades das redes básicas e de especialidades.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 09 de Outubro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

LENIR RADAPELLI
Secretária Municipal de Saúde e Bem Estar Social

Portaria N. 174/2013

PORTARIA N. 174/2013

“INSTITUI NÚCLEO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE QUE ESPECIFICA”

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a Portaria nº 399/GM, de 23 de fevereiro de 2006, que divulga o Pacto pela Saúde, no qual é definido o Sistema de Planejamento do Sistema Único de Saúde (SUS), seus objetivos e pontos prioritários de pactuação;

CONSIDERANDO a responsabilidade constitucional do Sistema Único de Saúde de ordenar a formação de recursos humanos para a área de saúde e de incrementar, em sua área de atuação, o

desenvolvimento científico e tecnológico;

CONSIDERANDO a Portaria nº 1996/GM, de 20 de agosto de 2007 que dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) voltada para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores do SUS e compreendida como uma proposta de ação formativa, de práticas pedagógicas e de organização dos serviços e representa um recurso estratégico para a gestão do trabalho, identificação de problemas e a construção de soluções;

CONSIDERANDO a Portaria/SS/GAB/Nº 283, de 06 de agosto de 2007, que define a Política Municipal de Atenção à Saúde e estabelece diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica baseada na Estratégia de Saúde da Família;

CONSIDERANDO as necessidades de formação e desenvolvimento para o trabalho em saúde; e

CONSIDERANDO a elaboração da Programação Anual de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social de Vargem Bonita,

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir o Núcleo de Educação Permanente com a finalidade de estabelecer diretrizes e estratégias para a implementação da Política de Educação Permanente em Saúde no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social.

Art. 2º - O Núcleo de Educação Permanente será constituído pelos servidores:

- ALESSANDRA RADAPELLI ROMAN - Odontólogo, matrícula nº 1415;
- CINTIA DAL BERTO - Psicólogo, matrícula nº 1416;
- MANUELA CORREA DE QUADROS - Auxiliar de Enfermagem, matrícula nº 1100;
- JUCERLEI FATIMA DA CRUZ MENDA DA SILVA - Auxiliar de Enfermagem, matrícula nº 1159;
- VELCI DE SOUZA CHINATO - Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 768;
- LUCIANE DE FATIMA OTTONELLI DE MORAIS, Agente Comunitário de Saúde(ESF), matrícula nº 1070.

Parágrafo único: A coordenação do Núcleo de Educação Permanente será definida pelos integrantes do mesmo em sua primeira reunião ordinária.

Art. 3º - São atribuições do Núcleo de Educação Permanente:

I - construir coletivamente a Política de Educação Permanente da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, contemplando estudos do perfil e da capacidade de trabalho no município, as necessidades de formação e desenvolvimento dos trabalhadores da saúde;

II - contribuir com a elaboração anual do cronograma de educação continuada para os servidores da Secretaria Municipal da Saúde e Bem Estar Social de todos os níveis de atenção, incluindo as áreas administrativas;

III - promover a qualificação profissional inter e intra-institucional fortalecendo as parcerias e cooperações técnicas existentes, projetando novos cenários de atuação profissional e discente;

IV - acompanhar, monitorar e avaliar as ações e estratégias de educação em saúde implementadas no município e macro região de saúde;

V - apoiar as Equipes de Saúde em seus processos de trabalho

assistencial no monitoramento e avaliação das ações de saúde e de educação permanente;

VI - elaborar projetos a partir das necessidades do serviço e do planejamento participativo, promovendo espaços de discussão e de qualificação profissional contribuindo para alcance das metas institucionais.

VII - apoiar os gestores na discussão sobre Educação Permanente em Saúde, na proposição de intervenções, no planejamento e desenvolvimento de ações.

Art. 4º - Os integrantes do Núcleo de Educação Permanente terão 4 (quatro) horas semanais de atividades específicas relacionadas às atribuições definidas no art. 2º desta portaria.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 09 de Outubro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

LENIR RADAELLI
Secretária Municipal de Saúde e Bem Estar Social

Portaria N. 175/2013

PORTARIA N. 175/2013

"REVOGA PORTARIA N. 082/2013 DE 01 DE ABRIL DE 2013 QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a portaria n. 082/2013 de 1º de abril de 2013, que designa o Agente Político "IVAN ROBERTO GALVAN", brasileiro, solteiro, residente neste município, nascido em 30/09/1968, inscrito no CPF n. 594.635.709-34, carteira de identidade n. 1.709.439, título eleitoral n. 023124700990, ocupante do cargo comissionado de "SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, SUPERVISÃO E CONTROLE", para ser o representante deste município de Vargem Bonita, estado de Santa Catarina junto a SDH - Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 09 de Outubro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

Portaria N. 176/2013

PORTARIA N. 176/2013

"DESIGNA SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de

Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, I e VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR "IVAN ROBERTO GALVAN", brasileiro, solteiro, residente neste município, nascido em 30/09/1968, inscrito no CPF n. 594.635.709-34, carteira de identidade n. 1.709.439, título eleitoral n. 023124700990, ocupante do cargo comissionado de "DIRETOR DE EDUCAÇÃO" para ser o representante deste município de Vargem Bonita, estado de Santa Catarina junto a SDH - Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 09 de Outubro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Portaria N. 177/2013

PORTARIA N. 177/2013

"NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO COMISSIONADO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear "VANDERLEIA SALETE DA ROSA", brasileira, convivente, residente neste município, nascida em 21/12/1992, inscrita no CPF n. 077.362.219-52, carteira de identidade n. 5.641.900, título eleitoral n. 054130240973, para exercer o cargo de "COORDENADOR" do Projeto Multimídia, nível CC-3, anexo I, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo, vinculada a Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 21 de Outubro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Portaria N. 179/2013

PORTARIA N. 179/2013

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EFETIVO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei

Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Pedido "IVAR ANTONIO ROSSI", brasileiro, casado, residente neste município, nascido em 18/09/1976, inscrito no CPF n. 018.484.049-05, carteira de identidade n. 3.149.073, título eleitoral n. 033135640990, ocupante do cargo efetivo de "MOTORISTA", nível 13, classe/referência "A", anexo 3, nomeado através da portaria n. 595/2012 de 01 de Junho de 2012, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 01 de Novembro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Contrato Administrativo Nº128/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 128/2013

Contratante: Município de Vargem Bonita - Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: Irani Construtora e Pré Moldados Ltda ME.

Origem: Processo Licitatório Nº 015/2013 - Tomada de Preços Nº 001/2013.

Objeto do Contrato: Construção em regime de empreitada global da UBS - Unidade Básica de Saúde de Campina da Alegria.
Recursos: Portaria 3.854 de 08/12/2010 Ministério da Saúde.

Valor do Contrato: R\$ 387.500,00 (Trezentos e oitenta e sete mil e quinhentos reais).

Vargem Bonita, 11 de Dezembro de 2013.
MELÂNIA A. ROMAN MENEGHIN
Contratante

LENIR RADAVELLI
Gestora FMS

ALBERTO BORTOLIN FABRICIO
Contratado

Contrato Administrativo Nº128/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 128/2013

Contratante: Município de Vargem Bonita - Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: Irani Construtora e Pré Moldados Ltda ME.

Origem: Processo Licitatório Nº 015/2013 - Tomada de Preços Nº 001/2013.

Objeto do Contrato: Construção em regime de empreitada global da UBS - Unidade Básica de Saúde de Campina da Alegria.

Recursos: Portaria 3.854 de 08/12/2010 Ministério da Saúde.

Valor do Contrato: R\$ 387.500,00 (Trezentos e oitenta e sete mil e quinhentos reais).

Vargem Bonita, 11 de Dezembro de 2013.

MELÂNIA A. ROMAN MENEGHIN

Contratante

LENIR RADAVELLI

Gestora FMS

ALBERTO BORTOLIN FABRICIO

Contratado

Vidal Ramos

PREFEITURA

Decreto Nº. 2.219/2013, de 09 de Dezembro de 2013.

DECRETO Nº. 2.219/2013, de 09 de Dezembro de 2013.

Prorroga o Decreto nº. 2.183, de 23 de Setembro de 2013, que Declarou em situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência a área do Município afetada por Enxurradas 1.2.2.0.0.

O Senhor LAÉRCIO DA CRUZ, Prefeito do município de Vidal Ramos, localizado no estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo inciso VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO QUE:

I - Que a ocorrência de enxurrada, acompanhado de chuva intensa e concentrada, nos dias 20 a 22 de setembro de 2013, atingindo todo o município.

II- Que em decorrência dos seguintes danos: cerca de 300 pessoas afetadas, 08 pontes destruídas, sistema de transporte parte danificado e parte destruído.

V - Que o parecer da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de Vidal Ramos, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à prorrogação da decretação de Situação de Emergência.

DECRETA:

Art.1º. Fica prorrogado o Decreto nº. 2.183, de 23 de Setembro de 2013, que declarou em situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência no Município de Vidal Ramos devido a Enxurradas 1.2.2.0.0.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor a contar de 20 de Dezembro de 2013, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Vidal Ramos - SC, 09 de dezembro de 2013.

LAÉRCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

Decreto Nº 10.674/13

DECRETO Nº 10.674/13, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013.
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.832/12, de 12 de dezembro de 2012.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores, crédito adicional no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

20 - Câmara Municipal de Vereadores
01 - Câmara Municipal de Vereadores
2001 - Manutenção da Câmara de Vereadores
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas 7.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 7.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

20 - Câmara Municipal de Vereadores
01 - Câmara Municipal de Vereadores
2001 - Manutenção da Câmara de Vereadores
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas 7.000,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES 7.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 02 de dezembro de 2013.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de dezembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 10.678/13

DECRETO Nº 10.678/13, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013.
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.033/13, de 04 de dezembro de 2013.

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 1.170.000,00 (um milhão, cento e setenta mil reais), no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Videira, com a seguinte dotação orçamentária:

07 - Secretaria Municipal de Educação
02 - Departamento de Ensino Fundamental
2.033 - Manutenção do FUNDEB - Ensino Fundamental
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0010.0 Aplicações Diretas 550.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0011.0 Aplicações Diretas 250.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0010.0 Aplicações Diretas 35.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0011.0 Aplicações Diretas 15.000,00

07 - Secretaria Municipal de Educação

03 - Departamento de Ensino Infantil

2.037 - Manutenção do FUNDEB - Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0010.0 Aplicações Diretas 250.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0010.0 Aplicações Diretas 70.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 1.170.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

07 - Secretaria Municipal de Educação

03 - Departamento de Ensino Infantil

2.037 - Manutenção do FUNDEB - Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0011.0 Aplicações Diretas 1.050.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0011.0 Aplicações Diretas 120.000,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES 1.170.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 04 de dezembro de 2013.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de dezembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 10.685/13

DECRETO Nº 10.685/13, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2013.

Designa empregado público para responder tecnicamente pelo Programa Saúde Mental.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Designar o empregado público JEFERSON RODRIGUES, ocupante do emprego público de Médico - ESF, para responder tecnicamente pelo Programa Saúde Mental.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de dezembro de 2013.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de dezembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 10.686/13

DECRETO Nº 10.686/13, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.832/12, de 12 de dezembro de 2012.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais):

21 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID

01 - Instituto de Previdência de Videira - Inprevid

2.078 - MANUTENÇÃO DO INPREVID

3.1.9.1.00.00.00.00.00.03.0400 - Aplicações Diretas 4.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 4.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro do exercício de 2012.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 09 de dezembro de 2013.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de dezembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0813/13

PORTARIA Nº 0813/13

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00060/13-7, nos assentos funcionais da servidora LEONI APARECIDA PEREIRA FERREIRA, detentora da matrícula funcional nº 2306, e do cargo de provimento efetivo de Zeladora, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL INTERINO DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 17.870/13,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação, nos assentamentos funcionais da servidora LEONI APARECIDA PEREIRA FERREIRA, detentora da matrícula nº 2306 e do cargo de provimento efetivo de Zelador, da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00060/13-7, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 25 de novembro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração

aos 25 dias do mês de novembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0826/13

PORTARIA nº 0826/13

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 18.791/2013,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a LEONIDES MARIA BALESTIERI, Auxiliar de Serviços Gerais, de 13 de janeiro de 2014 até 13 de abril de 2014, referente ao quinquênio de 19 de março de 2008 até 05 de julho de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 13 de janeiro de 2014.

Videira, 05 de dezembro de 2013.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de dezembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0827/13

PORTARIA nº 0827/13

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 18.877/2013,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a ROSANGELA OSMARIN, Auxiliar de Serviços Gerais, de 03 de fevereiro de 2014 até 03 de maio de 2014, referente ao quinquênio de 1º de dezembro de 2006 até 30 de novembro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 03 de fevereiro de 2014.

Videira, 05 de dezembro de 2013.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de dezembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0828/13

PORTARIA nº 0828/13

Interrompe gozo de licença para tratar de interesses particulares de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no §4º, do art. 194, da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 17780/2013,

RESOLVE

Interromper, a pedido, a partir de 02 de dezembro de 2013, o gozo da licença para tratar de interesses particulares, da servidora NILVA TEREZINHA BRANCALIONE, concedida por meio da Portaria nº 727/13.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0824/13.

Videira, 06 de dezembro de 2013.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de dezembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0829/13

PORTARIA nº 0829/13

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 8º, I, da Lei nº 2369/10,

RESOLVE

Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias à servidora ANA PAULA LAMONATTO, Professora, a partir do dia 04 de janeiro de 2014 até 03 de maio de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 04 de janeiro de 2013.

Videira, 06 de dezembro de 2013.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de dezembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Pregão Presencial Nº 160/2013 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 160/2013-PMV

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o

Pregão Presencial nº 160/2013 - PMV. 1. OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE CONDICIONADORES DE AR COM A DEVIDA INSTALAÇÃO PARA AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO, TURISMO E CULTURA, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E AMBIENTAL. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 15:00 horas do dia 08/01/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 15:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 09 de dezembro de 2013.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 161/2013 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 161/2013-PMV

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 161/2013 - PMV. 1. OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS E OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 02/01/2013. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 10 de dezembro de 2013.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato N. 0711/2013

Extrato do Contrato n. 0711/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARIANGELA RITTER RICCIARDI

CPF: 050.952.459-14

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 01 de novembro de 2013 a 31 de janeiro de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR OPERACIONAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 833,33 (oitocentos e trinta e três reais e trinta e três centavos)

Extrato do Contrato N. 0714/2013

Extrato do Contrato n. 0714/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: MARCELO DA SILVA

CPF: 037.533.139-55

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 11 de novembro de 2013 a 31 de março de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR OPERACIONAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0717/2013

Extrato do Contrato n. 0717/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: RAFAELA BUENO DE OLIVEIRA
CPF: 058.799.729-99

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 11 de novembro de 2013 a 01 de fevereiro de 2014
FUNÇÃO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 1.133,73 (um mil, cento e trinta e três reais e setenta e três centavos)

Extrato do Termo Aditivo N. 0006/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0006/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: LUCIMAR DE FÁTIMA ALEXANDRE
CPF: 762.967.509-78
VIGÊNCIA: de 11 de janeiro de 2013 até 31 de janeiro de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Extrato do Termo Aditivo N. 0007/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0007/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: TEREZINHA FLÁVIA FEITEN KLEIN
CPF: 518.240.519-72
VIGÊNCIA: de 11 de janeiro de 2013 até 31 de março de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Extrato do Termo Aditivo N. 0082/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0082/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DÉBORA HONORATO FERREIRA
CPF: 066.846.739-89
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 até 31 de janeiro de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0088/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0088/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ADRIANA BRESCIANI
CPF: 023.329.109-13
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 até 31 de janeiro de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0117/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0117/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: LUCIANA DALVES BEVILAQUA
CPF: 005.457.769-10
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 até 31 de janeiro de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0138/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0138/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CRISTIANE BRANCALEONI
CPF: 048.765.029-86
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 até 31 de janeiro de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0280/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0280/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: LEIDI CRISTINA KNECHT
CPF: 060.740.519-84
VIGÊNCIA: de 14 de fevereiro de 2013 até 20 de dezembro de 2013
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0280/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0280/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: LEIDI CRISTINA KNECHT
CPF: 060.740.519-84
VIGÊNCIA: de 14 de fevereiro de 2013 até 20 de dezembro de 2013
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0316/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0316/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: GISELE PONTES BOEIRA
CPF: 063.504.339-47
VIGÊNCIA: de 14 de fevereiro de 2013 até 20 de dezembro de 2013
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0394/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0394/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: FLÁVIO ROSA DOS SANTOS
CPF: 005.261.419-05
VIGÊNCIA: de 07 de março de 2013 até 31 de janeiro de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Extrato do Termo Aditivo N. 0463/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0463/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ANGELA DIAS DOS SANTOS
CPF: 956.862.820-72

OBJETO: Alteração da justificativa de "em substituição à servidora OLÍVIA BENCKER, em gozo de férias no mês de dezembro de 2013" para "em substituição à servidora OLÍVIA BENCKER, em gozo de licença prêmio, conforme portaria n. 0810/13"
VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2013 até 02 de abril de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

Extrato do Termo Aditivo N. 0493/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0493/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MIRIAM MAGALDI CARDOSO
CPF: 049.602.239-36
VIGÊNCIA: de 04 de abril de 2013 até 20 de dezembro de 2013
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0507/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0507/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: DILTON ALEXANDRE DA SILVA
CPF: 807.838.309-63
VIGÊNCIA: de 11 de junho de 2012 até 04 de fevereiro de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Extrato do Termo Aditivo N. 0520/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0520/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: VANESSA RIBEIRO SILVEIRA
CPF: 061.104.929-57
VIGÊNCIA: de 19 de junho de 2012 até 13 de fevereiro de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Extrato do Termo Aditivo N. 0546/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0546/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: CLAUDEMIR JOSÉ CASAGRANDE
CPF: 590.319.059-68
VIGÊNCIA: de 01 de julho de 2012 até 31 de março de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Extrato do Termo Aditivo N. 0552/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0552/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MIRIAN LUIZA PELLIN BERTUOL
CPF: 008.623.349-18

OBJETO: Alteração da justificativa de "em substituição a servidora DULCIMAR SCAPINELLO FERNANDES RIBEIRO, em gozo de licença prêmio, conforme portaria n. 0126/13" para "em substituição à servidora DULCIMAR SCAPINELLO FERNANDES RIBEIRO, em licença para tratamento de saúde, conforme perícia médica"
VIGÊNCIA: de 03 de junho de 2013 até 20 de dezembro de 2013
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0559/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0559/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARIA CARMEN CORDEIRO DOS SANTOS
CPF: 736.101.279-53
VIGÊNCIA: de 04 de junho de 2013 até 31 de janeiro de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0561/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0561/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: ANDERSON BENEDETTI
CPF: 006.346.349-09
VIGÊNCIA: de 05 de junho de 2013 até 20 de dezembro de 2013
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0706/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0706/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: PATRICIA DA SILVA ANTONOVICZ
CPF: 009.707.769-00

OBJETO: Alteração da justificativa de "em razão à vacância do cargo ocupado pela servidora MARIA LUIZA ILDEBRANDO SOARES, aposentada, conforme Decreto n. 10.068/12" para "tendo em vista parecer jurídico n. 0195/2013, fica assegurada à estabilidade da funcionária da funcionária que está grávida, até a data prevista da licença maternidade."
VIGÊNCIA: de 22 de outubro de 2013 até 30 de junho de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Vitor Meireles**PREFEITURA****Decreto N.º 065/2013**

DECRETO DE N.º 065/2013
ATUALIZA A UNIDADE FISCAL MUNICIPAL E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidas pelo Inciso VI, do artigo 79, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o parágrafo primeiro do artigo 401, da Lei Complementar nº 032, de 28 de dezembro de 2007 que Institui o Código Tributário Municipal, que tem por limite a atualização da Unidade Fiscal Municipal - UFM, usando como referencia o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA, fica reajustado em 5,77% (cinco vírgula setenta e sete por cento) o valor da UFM, passando de R\$ 2,61 (dois reais e sessenta e um centavos) para R\$ 2,76 (dois reais e setenta e seis centavos).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor em 01 de janeiro de 2014, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES, EM 9 DE DEZEMBRO DE 2012.

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Decreto N.º 066/2013

DECRETO 066/2013

Suplementa Dotações Orçamentárias por provável excesso de arrecadação e Estabelece Outras Providências.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0835, de 21/12/2012.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, pelo provável excesso de arrecadação:

0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.122.005.2005 - Contribuição a Entidades Municipalistas
33000000.00 - Outras Despesas Correntes
33500000.00 - Transf. a Instituições S/ Fins Lucrativos
0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 4.000,00

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
12.361.010.2022 - Manutenção do Ensino Fundamental
31000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais
31900000.00 - Aplicações Diretas
0.1.0100 - Receita de Impostos e de Transf. de Imp. - Educação
R\$ 30.000.00

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
12.361.010.2023 - Manutenção do Transporte Escolar
31000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais
31900000.00 - Aplicações Diretas
0.1.1900 - Transferências do FUNDEB (Outras Aplicações) R\$ 17.500.00

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
12.365.010.2025 - Manutenção da Educação Infantil
31000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais
31900000.00 - Aplicações Diretas
0.1.1800 - Transferências do FUNDEB (Aplic. Profissionais) R\$ 32.500.00

1101 - SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO
27.812.011.2028 - Apoio ao Esporte Amador
31000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais
31900000.00 - Aplicações Diretas
0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 11.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 11 de Dezembro de 2013.

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ___/___/_____.
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br

Portaria Nº 227/2013

P O R T A R I A Nº 227/2013

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve
CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, férias aos servidores abaixo relacionados, conforme cronograma estipulado:

Nome Funcionário	Período Aquisitivo			Período Concedido		
Aurélia Soethe	18/01/2013	a	30/11/2013	19/12/2013	a	12/01/2014
Analú Moser	01/12/2012	a	30/11/2013	19/12/2013	a	17/01/2014
Edilene Sadlovski Francisco	01/12/2012	a	30/11/2013	19/12/2013	a	17/01/2014
Eduardo Decarli	01/12/2012	a	30/11/2013	19/12/2013	a	17/01/2014
Elacir Eickenberg Prange	01/12/2012	a	30/11/2013	19/12/2013	a	17/01/2014
Elizabeth Winter	01/12/2012	a	30/11/2013	23/12/2013	a	21/01/2014
Iliani Ferreira de Souza	31/12/2012	a	30/12/2013	19/12/2013	a	17/01/2014
Iliani Ferreira de Souza	01/12/2012	a	30/11/2013	19/12/2013	a	17/01/2014

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 10 DE DEZEMBRO DE 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria Nº 228/2013

P O R T A R I A Nº 228/2013

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve
CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, férias aos servidores abaixo relacionados, conforme cronograma estipulado:

Nome Funcionário	Período Aquisitivo			Período Concedido		
Ilma Watras	01/12/2013	a	30/11/2013	19/12/2013	a	17/01/2014
Janete Schmidt Mafra	01/12/2012	a	30/11/2013	19/12/2013	a	17/01/2014
João Vendrami	01/12/2012	a	30/11/2013	19/12/2013	a	17/01/2014
Josiane Berkenbrock Masote	01/12/2012	a	30/11/2013	23/12/2013	a	21/01/2014
Leonirce Rinaldi Fausto	01/12/2012	a	30/11/2013	19/12/2013	a	17/01/2014
Maria Bieleski	01/12/2012	a	30/11/2013	19/12/2013	a	17/01/2014
Maria Cechelero da Silva	17/02/2012	a	16/02/2013	19/12/2013	a	17/01/2014

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 10 DE DEZEMBRO DE 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria Nº 229/2013

P O R T A R I A Nº 229/2013

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve
CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, férias aos servidores abaixo relacionados, conforme cronograma estipulado:

Nome Funcionário	Período Aquisitivo			Período Concedido		
Maria de Lurdes Lanznaster	01/02/2012	a	31/01/2013	19/12/2013	a	17/01/2014
Marileusa Schmitt	01/12/2012	a	30/11/2013	19/12/2013	a	17/01/2014
Marlene Montibeller Decarli	17/02/2012	a	16/02/2013	19/12/2013	a	17/01/2014
Morgana de Sena André	01/12/2012	a	30/11/2013	19/12/2013	a	17/01/2014
Noeli Sepka	01/12/2012	a	30/11/2013	19/12/2013	a	17/01/2014
Olandina Borguesan	01/12/2012	a	30/11/2013	19/12/2013	a	17/01/2014
Osmar Hobold	01/12/2012	a	30/11/2013	19/12/2013	a	17/01/2014
Osmar Hobold	01/12/2012	a	30/11/2013	19/12/2013	a	17/01/2014

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 10 DE DEZEMBRO DE 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria Nº 230/2013

P O R T A R I A Nº 230/2013

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve
CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, férias aos servidores abaixo relacionados, conforme cronograma estipulado:

Nome Funcionário	Período Aquisitivo			Período Concedido		
Paulo Roberto de Freitas	01/12/2012	a	30/11/2013	23/12/2013	a	21/01/2014
Vera Lucia Lutke	17/02/2012	a	16/02/2013	19/12/2013	a	17/01/2014
Vera Lucia Tibes de Mello	01/12/2012	a	30/11/2013	19/12/2013	a	17/01/2014
Zenita Ignaczuk	02/09/2012	a	01/09/2013	19/12/2013	a	17/01/2014

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 10 DE DEZEMBRO DE 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria Nº 231/2013

P O R T A R I A Nº 231/2013

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, férias aos servidores abaixo relacionados, conforme cronograma estipulado:

Nome Funcionário	Período Aquisitivo			Período Concedido		
Altair Sabel	01/12/2012	a	30/11/2013	19/12/2013	a	17/01/2014
Arin Lutke	01/12/2012	a	30/11/2013	19/12/2013	a	17/01/2014
Célio Melo de Jesus	01/12/2012	a	30/11/2013	19/12/2013	a	17/01/2014
Edson Steuck	01/12/2012	a	30/11/2013	19/12/2013	a	17/01/2014
Francisco Decarli	01/12/2012	a	30/11/2013	19/12/2013	a	17/01/2014
Hercilio Fossa	14/06/2012	a	13/06/2013	19/12/2013	a	17/01/2014
Marcelino Alberton	01/12/2012	a	30/11/2013	19/12/2013	a	17/01/2014
Marcio Salvador	01/12/2012	a	30/11/2013	19/12/2013	a	17/01/2014

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 10 DE DEZEMBRO DE 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria Nº 232/2013

P O R T A R I A Nº 232/2013

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, férias aos servidores abaixo relacionados, conforme cronograma estipulado:

Nome Funcionário	Período Aquisitivo			Período Concedido		
Roberta Schmitt	21/12/2012	a	30/11/2013	19/12/2013	a	15/01/2014
Salésio Boing	08/01/2013	a	30/11/2013	19/12/2013	a	15/01/2014
Cláudia Meneghelli Fusinato	01/12/2012	a	30/11/2013	23/12/2013	a	21/01/2014

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 10 DE DEZEMBRO DE 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Quarto Termo Aditivo ao Contrato Nº 019/2011

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 019/2011

Contrato que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES, entidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 79.372.520/0001-85, estabelecida à Rua Santa Catarina, 1122, na cidade de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal Lourival Lunelli, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Leandro Meneghelli, nº 12, Bairro Sabugueiro, nesta cidade de Vitor Meireles, doravante simplesmente denominada CONTRATANTE e de outro lado a J C CONSTRUCOES E PAVIMENTACOES LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 05.898.011/0001-54 estabelecida a Rua Princesa Isabel, nº 884, Bairro Bela Vista, Cidade de Ibirama - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, em decorrência do Processo Licitatório nº 43/2011, da TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, homologado em 01/11/2011, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei n.º 8666 de 21/06/1993 e legislação pertinente ao Edital antes citado, cujo contrato fica alterado as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA SEXTA - Da Vigência

O prazo do contrato de prestação de serviços será prorrogado por (150) cento e cinquenta dias, tendo em vista que a mesma não pode ser concluída na data prevista, diante da situação da análise da documentação referente a área de intervenção, o prazo começara contar no dia 21 de dezembro de 2013 com vigencia até dia 20 de maio de 2014, as demais cláusulas do Termo de Contrato 19/2011, permanecem inalteradas.

E por estarem as partes de pleno acordo com as cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que possam surtir efeitos jurídicos e legais.

Vitor Meireles/SC, 09 de dezembro de 2013.
LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

J C CONSTRUCOES E PAVIMENTACOES LTDA - EPP
Empresa

Testemunhas:
SANDRO LUNELLI
Cpf: 064.162.869-20

CLAUDINEI FELICIANO
Cpf: 042.800.449-02

Xavantina

PREFEITURA

Termo de Compromisso PP 62/2013 - 01

TERMO DE COMPROMISSO Nº 01/2013
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 88/2013 PMXV
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2013 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Jose Dal Bosco, e a empresa VANELLI AGROPECUÁRIA LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 05.166.501/0001-66, nesta Ata representada pelo seu(ua) ADMINISTRADOR, Sr(a). FRANCISCO NESTOR VANELLI, portador(a) do CPF nº 298.965.179-91 nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93,

das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 62/2013, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do Objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para possível aquisição de material genético e materiais diversos para inseminação artificial em bovinos.

Item	Quantidade	Unid.	Preço Unitário Máximo	Especificação
1	3.000,00	DS	17,95	Sêmen bovino da raça Holandesa, conforme descrição constante no item 10 do edital.
3	200,00	DS	9,25	Sêmen bovino da raça Gir Leiteiro, conforme descrição constante no item 10 do edital.

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 62/2013 - PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC 06 de dezembro de 2013.
VANELLI AGROPECUÁRIA LTDA ME
Francisco Nestor Vanelli
298.965.179-91

JOSE DAL BOSCO,
Prefeito Municipal em Exercício.

Termo de Compromisso PP 62/2013 - 02

TERMO DE COMPROMISSO Nº 02/2013

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 88/2013 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2013 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Jose Dal Bosco, e a empresa CLINICA VETERINÁRIA CAMPESTRE LTDA, inscrita no CNPJ nº 06.310.472/0001-27, nesta Ata representada pelo seu(ua) ADMINISTRADOR, Sr(a). JOSINO RODRIGUES PAIM FILHO, portador(a) do CPF nº 311.242.590-15 nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 62/2013, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do Objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para possível aquisição de material genético e materiais diversos para inseminação artificial em bovinos.

Item	Quantidade	Unid.	Preço Unitário Máximo	Especificação
11	40,00	CX	29,00	Luva de latex para procedimento tamanhos M e G. Caixa com 100 unidades.

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 62/2013 - PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC 06 de dezembro de 2013.
CLINICA VETERINÁRIA CAMPESTRE LTDA
JOSINO RODRIGUES PAIM FILHO
311.242.590-15

JOSE DAL BOSCO,
Prefeito Municipal em Exercício.

Termo de Compromisso PP 62/2013 - 03

TERMO DE COMPROMISSO Nº 03/2013

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 88/2013 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2013 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Jose Dal Bosco, e a empresa EMBRIO-SEMEN EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 02.319.237/0001-65, nesta Ata representada pelo seu(ua) ADMINISTRADOR, Sr(a). SANDRO HILARIO PAVAN, portador(a) do CPF nº 560.205.031-00 nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 62/2013, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do Objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para possível aquisição de material genético e materiais diversos para inseminação artificial em bovinos.

Item	Quantidade	Unid.	Preço Unitário Máximo	Especificação
6	500,00	UN	12,00	Sêmen bovino, da raça Brahman, conforme descrição constante no item 10 do edital.

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 62/2013 - PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC 06 de dezembro de 2013.

EMBRIOSEMEN EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA
SANDRO HILARIO PAVAN
560.205.031-00

JOSE DAL BOSCO,
Prefeito Municipal em Exercício.

Termo de Compromisso PP 62/2013 - 04

TERMO DE COMPROMISSO Nº 04/2013
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 88/2013 PMXV
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2013 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Jose Dal Bosco, e a empresa NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 85.093.524/0001-27, nesta Ata representada pelo seu(ua) ADMINISTRADOR, Sr(a). SANDRO HENRIQUE BORELLA, portador(a) do CPF nº 164.023.768-25 nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 62/2013, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do Objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para possível aquisição de material genético e materiais diversos para inseminação artificial em bovinos.

Item	Quantidade	Unid.	Preço Unitário Máximo	Especificação
10	6.000,00	LT	1,49	Nitrogênio líquido para conservação de sêmen bovino.
12	3,00	UN	1.690,00	Botijão para conservação de sêmen bovino com capacidade para 20 litros de nitrogênio.
13	2,00	UN	1.790,00	Botijão para conservação de sêmen bovino com capacidade para 10 litros de nitrogênio.

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 62/2013 - PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC 06 de dezembro de 2013.

NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA EPP
SANDRO HENRIQUE BORELLA
164.023.768-25

JOSE DAL BOSCO,
Prefeito Municipal em Exercício.

Termo de Compromisso PP 62/2013 - 05

TERMO DE COMPROMISSO Nº 05/2013
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 88/2013 PMXV
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2013 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Jose Dal Bosco, e a empresa GENERATIONS BRASIL COMÉRCIO DE SÊMEN LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.817.465/0001-89, nesta Ata representada pelo seu(ua) ADMINISTRADOR, Sr(a). GIANI MARSAL ZAN, portador(a) do CPF nº 726.971.729-04 nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 62/2013, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do Objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para possível aquisição de material genético e materiais diversos para inseminação artificial em bovinos.

Item	Quantidade	Unid.	Preço Unitário Máximo	Especificação
2	2.500,00	DS	15,00	Sêmen bovino da raça Jersey conforme descrição constante no item 10 do edital.

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 62/2013 - PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC 06 de dezembro de 2013.
GENERATIONS BRASIL COMÉRCIO DE SÊMEN LTDA
GIANI MARSAL ZAN
726.971.729-04

JOSE DAL BOSCO,
Prefeito Municipal em Exercício.

Termo de Compromisso PP 62/2013 - 06

TERMO DE COMPROMISSO Nº 06/2013
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 88/2013 PMXV
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2013 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Jose Dal Bosco, e a empresa NITROGEN EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 18.030.457/0001-04, nesta Ata representada pelo seu(ua) ADMINISTRADOR, Sr(a). VOLNEI LOPES PIMENTEL, portador(a) do CPF nº 024.973.169-02 nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da

classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 62/2013, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do Objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para possível aquisição de material genético e materiais diversos para inseminação artificial em bovinos.

Item	Quantidade	Unid.	Preço Unitário Máximo	Especificação
8	150,00	PCT	10,80	Bainha, tipo francesa, descartável para uso em inseminação artificial. Pacotes com 50 unidades.
9	90,00	CX	31,90	Luva plástica descartável, com 5 dedos, para inseminação artificial com 90cm de comprimento. Caixas com 100 unidades.

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 62/2013 - PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC 06 de dezembro de 2013.
NITROGEN EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA
VOLNEI LOPES PIMENTEL
024.973.169-02

JOSE DAL BOSCO,
Prefeito Municipal em Exercício.

Termo de Compromisso PP 62/2013 - 07

TERMO DE COMPROMISSO Nº 07/2013
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 88/2013 PMXV
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2013 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Jose Dal Bosco, e a empresa SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.593.476/0001-83, nesta Ata representada pelo seu(ua) ADMINISTRADOR, Sr(a). CARLOS VICTOR SILVEIRA DE ARAGON, portador(a) do CPF nº 096.786.668-55 nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 62/2013, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do Objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para possível aquisição de material genético e materiais diversos para inseminação artificial em bovinos.

Item	Quantidade	Unid.	Preço Unitário Máximo	Especificação
4	2.000,00	UN	11,00	Sêmen bovino, da raça Red Angus, conforme descrição constante no item 10 do edital.
5	2.000,00	UN	11,00	Sêmen bovino, da raça Aberdeen Angus, conforme descrição constante no item 10 do edital.
7	70,00	UN	9,80	Sêmen bovino da raça Nelore, conforme descrição constante no item 10 do edital.

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em

igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 62/2013 - PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC 06 de dezembro de 2013.
SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
CARLOS VICTOR SILVEIRA DE ARAGON
096.786.668-55

JOSE DAL BOSCO,
Prefeito Municipal em Exercício.

PEGAS

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Associações

AMERIOS

Edital de Chamada Publica 01/2013

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 01/2013

AMERIOS - Associação dos Municípios Entre Rios, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 00.961.206/0001-88, com sede na Avenida Euclides da Cunha, nº 160, Centro, na cidade de Maravilha, neste Estado de Santa Catarina, ora representada pelo seu Presidente, o Prefeito do Município de Palmitos, Sr. Norberto Paulo Gonzatti, torna público para o conhecimento dos interessados, que está procedendo o presente chamada para a cotação de preço para escolha de empresa para a ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOS MUNICÍPIOS DE BOM JESUS DO OESTE, CAIBI, CAMPO ERE, CUNHA PORÃ, CUNHATAÍ, FLOR DO SERTÃO, IRACEMINHA, MARAVILHA, MODELO, PALMITOS, RIQUEZA, ROMELÂNDIA, SALTINHO, SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, SAUDADES e TIGRINHOS, conforme Termo de Referência (anexo III), que integra o presente Edital.

1. DO OBJETO

1.1 - O presente Edital tem por objeto tornar público que a AMERIOS - Associação dos Municípios Entre Rios, escolherá a proposta mais vantajosa com menor preço para a ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOS MUNICÍPIOS DE BOM JESUS DO OESTE, CAIBI, CAMPO ERE, CUNHA PORÃ, CUNHATAÍ, FLOR DO SERTÃO, IRACEMINHA, MARAVILHA, MODELO, PALMITOS, RIQUEZA, ROMELÂNDIA, SALTINHO, SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, SAUDADES e TIGRINHOS, conforme Termo de Referência (anexo III), que integra o presente Edital.

1.2 - O presente Edital não é um processo licitatório na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, pois a AMERIOS é uma entidade privada sem fins lucrativos e, portanto, dispensada dos requisitos do direito administrativo no que tange ao processo licitatório.

1.3 - A realização da presente chamada pública de propostas considera entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina que "A entidade recebedora de recursos públicos não integrante da Administração Pública não se submete à Lei n. 8.666/93 para execução do objeto conveniado (Prejulgado n.1241)" e ainda que "Para aquisição de bens e contratação de serviços com recursos de órgãos ou entidades da Administração Pública estadual ou municipal, poderão as entidades privadas sem fins lucrativos realizar cotação prévia de preços ou adotar o sistema de registro de preços do Estado (prejulgado 2105)."

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 - As empresas interessadas deverão apresentar até o dia 20 de dezembro de 2013, de segunda à sexta, no horário às 09:00, junto a sede da AMERIOS, a seguinte documentação:

- a) Ofício/Carta Proposta redigida em papel timbrado ou carimbado com identificação da empresa, assinada pelo representante legal da empresa apresentando o valor para a realização dos trabalhos não podendo exceder ao valor máximo fixado em R\$ 319.827,52 (trezentos e dezenove mil e oitocentos e vinte e sete reais e cinquenta e dois centavos);
- b) Comprovante de Inscrição no CNPJ;
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativa a Tributos e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União;
- d) Certidão Negativa de Débito de Tributos Estaduais;
- e) Certidão Negativa de Débito de Tributos Municipais da sede da empresa;
- f) Certidão Negativa de Débito do INSS (CND);
- g) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);
- h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, de acordo com a Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.
- i) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- j) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- k) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- l) Registro ou inscrição do estabelecimento em que exerce a atividade;
- m) Apresentar no mínimo um atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica (empresa pública ou privada) comprovando a elaboração de Plano Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos, mesmo que esteja em elaboração;
- n) Relação dos técnicos responsáveis pela empresa juntamente com a comprovação de formação superior completa reconhecida pelo MEC e registro profissional junto a sua categoria, juntamente com a relação nominal dos profissionais que compõe a equipe técnica de trabalho, anexando cópia dos comprovantes das especialidades e cópia dos registros profissionais nos respectivos conselhos;
- o) Apresentar no mínimo um atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica (empresa pública ou privada) comprovando a elaboração e realização de Projeto de Mobilização Social - PMS, anexando o referido PMS já executado ao atestado, como forma de assegurar que a empresa que realizará o PMGIRS garanta à sociedade no PMS o amplo acesso às informações, representação técnica e participação no processo da formulação do planejamento e do acompanhamento da gestão de resíduos sólidos;
- p) Declaração conforme Anexo I assinado pelo representante legal da empresa concordando com as disposições constantes neste Edital, bem como especificando que está apta a realizar todos os trabalhos necessários e exigíveis para a execução do objeto aqui previsto;

2.2 - Os documentos apresentados deverão estar em nome da empresa responsável com o número do CNPJ e endereço respectivo;

2.3 - Os participantes do presente Edital deverão obedecer ao que determina a legislação específica da sede da empresa, concernente à



prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Federal;

2.4 - Os documentos poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada;

2.5 - O valor da proposta não terá reajuste ou revisão ao longo da contratualidade;

2.6 - Serão aceitas propostas encaminhadas via Correios somente com AR (aviso de recebimento) desde que estas sejam recebidas pela AMERIOS (Secretaria Executiva e Assessoria Jurídica) até o prazo limite estabelecido no item 2.1 deste Edital (efetivamente entregue pelos Correios até o dia 20 de dezembro até as 09:00, junto a sede da AMERIOS);

2.7 - Os documentos exigidos deverão ser acondicionados e apresentados em um único envelope devidamente fechado e inviolado, timbrado e/ou identificado com carimbo padronizado do (CNPJ/MF) da empresa participante, contendo em sua parte frontal os seguintes dizeres mínimos:

"PARA A AMERIOS EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 01/2013"

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 - Atender na íntegra todas as exigências previstas no Termo de Referência (Anexo III) para a elaboração dos PLANOS DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOS MUNICÍPIOS DE BOM JESUS DO OESTE, CAIBI, CAMPO ERE, CUNHA PORÃ, CUNHATAÍ, FLOR DO SERTÃO, IRACEMINHA, MARAVILHA, MODELO, PALMITOS, RIQUEZA, ROMELÂNDIA, SALTINHO, SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, SAUDADES e TIGRINHOS;

3.2 - Preencher planilhas de acompanhamento e de execução, a qual deve identificar os procedimentos e trabalhos realizados mês a mês, bem como demais encaminhamentos realizados;

3.3 - Entrega de nota fiscal na sede da AMERIOS, até o 5º dia útil do mês subsequente a execução dos serviços, devendo conter em anexo relatório detalhado da realização dos respectivos serviços, identificando o valor de cada município envolvido na etapa;

3.4 - Todo mês até o dia 20 deverá ser apresentado cópias de guias de recolhimento de FGTS e INSS da folha de pagamento do pessoal contratado pelo regime celetista que porventura prestem serviços a empresa, bem como, o comprovante de pagamento de seus prestadores de serviços e das respectivas retenções tributárias;

3.5 - Comprovar o recolhimento do ISS (Imposto Sobre Serviços) incidente o qual deverá ser recolhido de forma proporcional para os oito Municípios onde serão desenvolvidos os Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS;

3.6 - O contratado, em hipótese alguma poderá cobrar qualquer complementação de valores dos serviços prestados, sendo responsável pela entrega final do objeto contratado;

3.7 - É de responsabilidade exclusiva e integral do contratado a utilização de pessoal para a execução do objeto contratado, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a AMERIOS;

3.8 - A AMERIOS somente liberará o pagamento dos valores tendo o aceite dos serviços executados pelo contratado pelo Comitê Diretor Local, criado para trabalhar os planos municipais.

4. OBRIGAÇÕES DA AMERIOS

4.1 - Pagar ao CONTRATADO os valores contratados, até cinco dias úteis após a aprovação e liberação dos recursos pelo Governo do Estado de Santa Catarina, sem que haja incidência de juros ou correção monetária, mediante a apresentação dos documentos mencionados no item 3.3 do presente Edital;

4.2 - Indicar por Resolução a Coordenação dos trabalhos que será composta por pessoas indicadas pela AMERIOS em conjunto com o Comitê Diretor Local de cada um dos municípios que participarão da elaboração dos Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

5. DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 - Os serviços contratados serão prestados através dos profissionais indicados na documentação, sendo aceito a substituição de profissionais durante a execução do trabalho, mediante solicitação expressa, devendo o nome do novo profissional ser aprovado pela AMERIOS;

5.2 - Os demais direitos e obrigações das partes serão objeto de contrato de prestação de serviço, na forma da minuta de contrato que faz parte deste Edital;

5.3 - A AMERIOS não se obriga a contratar todos os serviços constantes da proposta, mas sim, a quantidade que lhe interessar para atender a demanda;

5.4 - Fica reservado a AMERIOS, a faculdade de cancelar, no todo ou em parte, adiar, revogar, de acordo com seus interesses, ou anular o presente Edital, sem direito, às empresas ou pessoas, a qualquer reclamação, indenização, reembolso ou compensação;

5.5 - Para a seleção da proposta e que atenda aos requisitos mínimos solicitados e tenha o menor preço será efetuada ato público, no dia 20 de dezembro de 2013 as 10 horas na sede da AMERIOS e será coordenada pela Comissão de Licitação da AMERIOS;

5.5.1 - O resultado do julgamento com a proposta vencedora será afixado no sítio eletrônico da AMERIOS (www.amerios.org.br), para conhecimento;

5.5.2 - Da decisão da comissão que apontar a proposta VENCEDORA será lavrada Ata da qual caberá recurso administrativo em até 2 (dois dias) úteis a o Presidente da AMERIOS;

5.6 - Outras informações poderão ser obtidas junto à sede da AMERIOS ou pelo e-mail: amerios@amerios.org.br

5.7 - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha/SC, SC, 09 de DEZEMBRO de 2013.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Presidente da AMERIOS

Prefeito Municipal de Palmitos

ANEXO I – TERMO DE DECLARAÇÃO

AMERIOS – Associação dos Municípios Entre Rios

Ref.: Edital de Chamada Pública nº 01/2013

_____, (qualificação), propõe a essa ASSOCIAÇÃO que sendo sua proposta vencedora e contratada para **ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOS MUNICÍPIOS DE BOM JESUS DO OESTE, CAIBI, CAMPO ERE, CUNHA PORÃ, CUNHATAÍ, FLOR DO SERTÃO, IRACEMINHA, MARAVILHA, MODELO, PALMITOS, RIQUEZA, ROMELÂNDIA, SALTINHO, SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, SAUDADES e TIGRINHOS**, que atenda ao Termo de Referência Anexo III do Edital de Chamada Pública 01/2013 e as exigências previstas na Lei Federal nº 12.305/2010, e seu Decreto Regulamentador nº 7.404/2010,

DECLARA QUE:

I) nos serviços oferecidos estão incluídas todas as despesas com material de consumo, instrumentais, encargos sociais, seguros, taxas, tributos e contribuições de qualquer natureza ou espécie, salários e quaisquer outros encargos necessários à perfeita execução do objeto;

II) que os preços contratados são justos e certos, não podendo sofrer reajuste;

III) que realizará os serviços nas hipóteses e condições previstas no instrumento contratual, cuja minuta conhecemos, bem como, observando o Termo de Referência do objeto deste Edital;

IV) examinamos cuidadosamente o Edital de Chamada Pública e seus anexos e nos inteiramos de todos os seus detalhes e com eles concordamos, bem como todas as dúvidas e/ou questionamentos formulados foram devidamente esclarecidos. Estamos cientes e aceitamos todas as condições do Edital e a elas desde já nos submetemos;

V) que todas as cópias de documentos apresentados são fiéis aos originais.

_____ de _____ de 2013.

Assinatura e nome legível

ANEXO II

MINUTA DO CONTRATO

AMERIOS – Associação dos Municípios Entre Rios, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ – 00.961.206/0001-88, com sede na Avenida Euclides da Cunha, nº 160, Centro, na cidade de Maravilha, neste Estado de Santa Catarina, ora representada pelo seu Presidente, o Prefeito do Município de Palmitos, Sr. Norberto Paulo Gonzatti, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado: [.....] doravante denominada simplesmente de **CONTRATADO (A)**, ajustam e contratam a prestação de serviços, nos moldes do Edital de Chamada Pública nº01/2013.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOS MUNICÍPIOS DE BOM JESUS DO OESTE, CAIBI, CAMPO ERE, CUNHA PORÃ, CUNHATAÍ, FLOR DO SERTÃO, IRACEMINHA, MARAVILHA, MODELO, PALMITOS, RIQUEZA, ROMELÂNDIA, SALTINHO, SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, SAUDADES e TIGRINHOS, que atenda ao Termo de Referência Anexo III do Edital de Chamada Pública 01/2013 como se aqui estivesse transcrito, e as exigências previstas na Lei Federal nº 12.305/2010, e seu Decreto Regulamentador nº 7.404/2010.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

Os serviços objeto do presente contrato serão prestados no prazo máximo de 30/11/2014 conforme cronograma proposta constante do Edital de Chamada Pública 01/2013.

Parágrafo único: É facultado ao **CONTRATADO** utilizar o espaço físico (salas) da **AMERIOS** – Associação dos Municípios Entre Rios, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ – 00.961.206/0001-88, com sede na Avenida Euclides da Cunha, nº 160, Centro, na cidade de Maravilha, para realizar atividades específicas de apoio e suporte durante a realização do objeto do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado conforme liberação dos recursos pelo Governo do Estado de Santa Catarina e de acordo com a realização dos trabalhos, conforme relatório de atividades, sendo que uma vez estando os recursos liberados se dará até o final da primeira quinzena do mês subsequente da realização dos serviços, mediante a apresentação do documento fiscal correspondente.

§ 1º - O documento fiscal deverá ser entregue na sede da **AMERIOS**, até o 5º dia útil do mês subsequente à execução dos serviços, devendo conter em anexo relatório da realização dos respectivos serviços.

§ 2º - O contratado não poderá cobrar da **AMERIOS** ou de qualquer município membro qualquer complementação de valores aos serviços prestados.

CLÁUSULA QUARTA - DAS PENALIDADES

A inexecução contratual, parcial ou total, submeterá o responsável às penalidades de multa de até 10% (dez por cento) do valor contratado.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e ainda pelos seguintes motivos:

- I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- III - a lentidão do seu cumprimento, levando a Associação a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- IV - o atraso injustificado no início do serviço ou fornecimento;
- V - a paralisação do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à AMERIOS;
- VI - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação;
- VII - o desatendimento das determinações regulares da pessoa designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- VIII - o cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- IX - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- X - a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- XI - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- XII - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

§ 1º - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º - A rescisão do contrato poderá ser:

- I - determinada por ato unilateral e escrito da AMERIOS;
- II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo;
- III - judicial, nos termos da legislação;

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

O presente contrato terá vigência a partir da sua assinatura, e término previsto para 30 de novembro de 2014, podendo ser aditivado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE fiscalizará a execução do contrato, sempre que julgar necessário através de pessoa indicada para tal fim.

CLÁUSULA OITAVA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal para a execução do objeto contratado, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a ASSOCIAÇÃO.

CLÁUSULA NONA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA

O presente instrumento encontra-se vinculado ao Edital de Chamada Pública nº 01/2013 da AMERIOS, sendo que o disposto naquele faz parte integrante do presente, como se aqui transcrito estivesse.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o Foro da comarca de Maravilha - SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 02 (duas) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Maravilha, SC, xx de xxxxx de 2013.

CONTRATANTE - AMERIOS

CONTRATADO - EMPRESA

Testemunhas:

- 1)
- 2)

ANEXO III

TERMO DE REFERÊNCIA

ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS

- 1.Projeto de Mobilização Social;
- 2.Diagnóstico de Resíduos Sólidos;
- 3.Análise de Possibilidade de Gestão
Associada;
- 4.Planejamento das Ações PMGIRS;
- 5.Processo de Implantação PMGIRS.

Fazem parte do presente 45 páginas

TERMO DE REFERENCIA

ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS

1. PROJETO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL
2. DIAGNÓSTICO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS
3. ANÁLISE DE POSSIBILIDADES DE GESTÃO ASSOCIADA
4. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DO PMGIRS
5. PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PMGIRS

INTRODUÇÃO

Este Termo de Referência visa, através da contratação de empresa de consultoria, a elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS, ficando a consultora, responsável pela elaboração dos itens descritos neste documento, nos termos previstos na Lei nº 12.305/2010 e no seu Decreto Regulamentador nº 7404/2010.

O PMGIRS é parte de um processo que objetiva provocar uma gradual mudança de atitudes e hábitos na sociedade catarinense cujo foco vai desde a geração até a destinação final dos resíduos. Portanto, o Plano vai além da finalização de um documento, pois corresponde a todo um processo que parte da elaboração, implementação, acompanhamento e vai até a sua revisão.

As peculiaridades locais e regionais e, principalmente, a capacidade de articulação dos agentes e gestores envolvidos definirão a abrangência do plano de gestão - se regional ou municipal.

O Estudo de Regionalização da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Estado de Santa Catarina, disponível na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável / Diretoria de Saneamento e Meio Ambiente, deverá ser utilizado para auxiliar na elaboração da Meta 2 – Diagnóstico dos Resíduos Sólidos e da Meta 3 – Análise de Possibilidades de Gestão Associada, sendo que este estudo apresenta informações que complementarão o diagnóstico e auxiliará na gestão associada, para a formação de consórcios públicos na respectiva região proposta.

ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO PARTICIPATIVO

O processo de elaboração do PMGIRS deve basear-se na participação social e organização institucional do processo participativo, e à caracterização dos resíduos sólidos. Quanto ao processo participativo, ressalta-se a criação do **Comitê Diretor Local**, formado por representantes dos principais órgãos municipais, e do **Grupo de Sustentação**, organismo político de participação social composto por representantes do setor público e da sociedade organizada, para atuar no processo de discussão, formulação, implementação e avaliação das políticas públicas relacionadas aos resíduos sólidos.

Comitê Diretor Local: A prefeitura deverá nomear no mínimo 5 (cinco) representantes (gestores ou técnicos) dos principais órgãos municipais envolvidos no tema (secretarias de meio ambiente, agricultura, obras, saúde, financeira e outras). O Comitê deverá: Acompanhar e cooperar no processo de mobilização social; deliberar sobre estratégias e mecanismos que assegurem a implantação do plano; propor e garantir locais para realização das reuniões técnicas e audiências públicas; sugerir alternativas sobre o ponto de vista local;

validar os conteúdos técnicos que serão apresentados nas audiências públicas; participar das audiências públicas.

Grupo de Sustentação: O Grupo de Sustentação será o fórum responsável por garantir o debate e o engajamento de todos os segmentos relacionados com a gestão de resíduos sólidos ao longo do processo participativo nas audiências públicas, e por ajudar na consolidação do PMGIRS.

A consultora contratada deverá formar, com auxílio do Comitê Diretor Local, o Grupo de Sustentação, sendo este o organismo político de participação nas audiências públicas, indicando e listando representantes do setor público, setor privado e da sociedade organizada; instituições de âmbito estadual, regional e local. Deverão ser considerados todos os que estão envolvidos de alguma forma com o tema (exemplos: representantes dos Conselhos de Meio Ambiente, de Saúde, de Saneamento Básico e de Desenvolvimento Urbano; representantes de organizações da sociedade civil como entidades profissionais, sindicais, empresariais, movimentos sociais e ONGs, comunidade acadêmica e convidados de modo geral). Na listagem dos integrantes do Grupo de Sustentação deverão constar seus respectivos contatos (nome completo, entidade, município, e-mail e telefone).

Reuniões de Trabalho

Serão realizadas reuniões periódicas, devendo ser a primeira na mesma data da assinatura do contrato, entre a consultora contratada e o Comitê Diretor Local. Esta reunião inicial servirá para dar encaminhamento do estudo proposto, apresentação do plano de trabalho e conhecimento das equipes.

As demais reuniões entre a consultora contratada e Comitê Diretor Local serão realizadas conforme a demanda apresentada e/ou solicitada pelo Comitê.

Oficinas

Deverão ocorrer Oficinas com o Comitê Diretor Local antecedendo as audiências públicas, para apresentação e discussão de propostas, apresentação de dados obtidos na fase de diagnóstico, discussão sobre alternativas estudadas, avaliação e definição do modelo de gestão e manejo de resíduos sólidos, validação dos produtos, apresentação da proposta final consolidada, entre outras ações. Após a realização de cada Oficina deverá ser elaborado pela consultora relatório descrevendo a metodologia adotada, registro por meio de ata, lista de presença, lista de contribuições dos participantes com as respectivas análises e considerações, e identificação dos coordenadores das Oficinas.

Segue tabela demonstrando as Oficinas previstas:

Meta	Etapas	Descrição da Oficina
1	1.2.	Oficina sobre o Projeto de Mobilização Social e Legislação
2	2.16.	Oficina de Apresentação do Diagnóstico

3	3.2.	Oficina da Análise de Possibilidades de Gestão Associada
4	4.4.	Oficina do PMGIRS
5	5.3.	Oficina sobre Implementação e Divulgação do PMGIRS

Audiências Públicas

O conteúdo técnico das audiências públicas deverão ser apresentados para o Comitê Diretor Local, com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência da data da audiência.

A divulgação, os convites, a estruturação, a organização, a condução, a logística, a apresentação e defesa dos conteúdos técnicos, a sistematização e elaboração de relatórios e funcionamento dos eventos serão de inteira responsabilidade da consultora.

As audiências previstas deverão ser estruturadas com no mínimo os seguintes itens:

- Apresentação do conteúdo técnico;
- Divulgação e envio de convites com mínimo 10 (dez) dias de antecedência;
- Carga horária mínima de 4 horas;
- Local com capacidade mínima para 50 participantes;
- Material: microcomputador; projetor multimídia; equipamento de áudio completo (microfones e alto-falantes quando necessário);
- Lista de presença (nome, instituição, telefone e e-mail);
- Recurso humano: dois técnicos da consultora, aptos a apresentarem os conteúdos técnicos, instalarem e operarem os equipamentos previstos e organizar o local.

Segue tabela demonstrando as Audiências Públicas previstas:

Meta	Etap a	Produt o	Descrição da Audiência
2	2.17	4	Validação do Diagnóstico
3	3.3	6	Validação da Análise de Possibilidades de Gestão Associada
4	4.5	8	Validação PMGIRS

Relatórios Técnicos das Audiências – RT Audiências

Após a realização de cada audiência deverá ser elaborado pela consultora relatório descrevendo a metodologia adotada, os pontos fracos e fortes de cada evento, registro por meio de ata, lista de presença, memorial fotográfico, lista de contribuições dos participantes com as respectivas análises e considerações, e identificação dos coordenadores das audiências.

META 1 - MOBILIZAÇÃO SOCIAL / CONSTRUÇÃO DE PORTAL WEB

1.1. Construção de Portal Web

A Consultora deverá construir Portal Web para atender o desenvolvimento dos PMGIRS de todos os municípios participantes, com a finalidade de servir como um dos meios para a mobilização social dos envolvidos na elaboração do Plano.

Assim, o Portal deverá ser o principal meio de divulgação do andamento dos Planos e de seus eventos, bem como instrumento para disponibilização

dos conteúdos produzidos durante a elaboração dos mesmos, cumprindo a função de difusão das informações para a sociedade e para os técnicos envolvidos nesta área.

Como requisito fundamental, deverá atender a publicação dinâmica do conteúdo, que deverá ser organizado em categorias que também poderão ser criadas dinamicamente. Para isto, o sistema deverá ser composto pelo Portal, que apresentará o conteúdo aos internautas, e pelo Gerenciador de Conteúdo, módulo restrito e também disponibilizado na Web que possibilitará ao administrador do portal efetuar todos os cadastros e configurações necessárias para carga do conteúdo dinâmico.

A área administrativa deverá ser de fácil operação, de modo que os administradores possam atualizar o conteúdo de forma rápida e prática.

1.1.1 Descrição das funcionalidades a serem implementadas

Neste item, estão descritas as funções que precisam ser integralmente criadas no sistema:

Notícias

- A Página Inicial do Portal deverá apresentar uma seção para apresentação das 5 (cinco) notícias mais recentes, apresentando o Título, a parte inicial do Texto da Notícia, a miniatura da Imagem principal da notícia e o link para visualização integral da Notícia.
- Deve constar no Menu Principal um link para acesso a listagem de todas as Notícias já publicadas.
- O Gerenciador de Conteúdo deve possibilitar a inclusão, edição e remoção (integral) da notícia, através de um editor HTML, de forma a possibilitar a formatação do texto a ser exibido.

Fórum de Discussão

- O portal deverá conter uma área destinada ao Fórum de Discussão dos PMGIRS, onde visitantes bem como colaboradores do Plano poderão incluir tópicos contendo Assunto e Texto, que só serão efetivamente publicados caso aprovados pelo moderador do Portal.
- Em cada tópico, poderá ser incluso vários comentários (respostas) por qualquer visitante do portal, que só serão efetivamente publicados caso aprovados pelo administrador do Portal.

Biblioteca

- O Gerenciador de Conteúdo deverá permitir a inclusão de documentos, onde o administrador do site informará uma descrição, uma categoria e escolherá um arquivo no diretório de seu computador para Upload.
- O portal deverá possuir uma área destinada a listagem dos documentos existentes na Biblioteca, separados e organizados por categorias. Apenas os documentos no formato Portable Document Format (PDF) serão apresentados imediatamente no navegador web. Os outros tipos de documentos devem ser acessados através de Download.

Informações de Contato

- O portal deverá conter uma área destinada a exibir o endereço, telefone

e e-mail para contato com as equipes responsáveis pela execução dos PMGIRS.

- Junto com as informações de contato deverá conter um formulário contendo os campos Assunto, Texto e e-mail. As mensagens submetidas pelos visitantes através deste formulário deverão ser encaminhadas a um endereço de e-mail configurado pelo administrador do Portal no Gerenciador de Conteúdo.

1.1.2 Requisitos não funcionais

Tecnologias

O portal deverá ser concebido para disponibilização através de um servidor web de código aberto, a citar:

- Apache Web Server
- Nignx
- Servidores Ruby/Rails (Thin, Mongrel, Puma)
- Servidores Java (TomCat, Jetty)

Todas as funcionalidades a serem desenvolvidas deverão ser compatíveis com os padrões abertos de desenvolvimento de software para web, a citar:

- HTML;
- Java;
- JSP;
- Javascript;
- CSS;
- PostgreSQL;
- PHP;
- RUBY;
- Mysql;

É imprescindível também que todas as funções do Portal funcionem perfeitamente nas versões mais recentes dos navegadores Internet Explorer, Google Chrome, Mozilla Firefox e Safari.

Será permitida a utilização de Frameworks ou Sistemas CMS (Content Management Systems) de terceiros, desde que os mesmos sejam disponibilizados sobre licenças de código aberto que não incidam em custo adicional de licenciamento de software.

Disponibilização do ambiente de Homologação

A consultora será responsável em prover um ambiente de internet para a homologação do Portal, composto pelo provedor que hospedará o software e um domínio criado especificamente para o Portal do PMGIRS.

A contratada deverá garantir a operabilidade do ambiente de homologação durante o período de 24 (vinte e quatro) meses a partir da entrega do Produto 2 (item 5). Devendo custear a hospedagem nestes 24 (vinte e quatro) meses.

1.1.3 Etapas da execução

Arquitetura e Protótipos

Definir a infra-estrutura tecnológica envolvida no sistema, sua interação com o mundo externo e a forma como o sistema deve ser construído. Para esta etapa deverá ser elaborado:

- Documento de arquitetura inicial;
- Protótipo não funcional das telas do Portal;

Implementação

Desenvolver o código do sistema, conforme documentos gerados nas etapas anteriores. Para esta etapa deverá ser elaborado:

- Código fonte do sistema;
- Versão final do sistema disponibilizada em ambiente Web para homologação.

1.2. Projeto de Mobilização Social - PMS

O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS requer a elaboração de um modelo de planejamento participativo, sendo que a colaboração dos representantes dos setores envolvidos com o tema e da sociedade em geral deve ocorrer ao longo de todo o período de elaboração do Plano.

A consultora deverá elaborar Projeto de Mobilização Social – PMS definindo a metodologia, mecanismos e procedimentos que permitam sensibilizar o maior número de representantes dos setores envolvidos para o trabalho, mobilizando-os para contribuir e se corresponsabilizar com o processo.

O conhecimento pleno das informações é uma das condições principais para proporcionar a participação social. Para tanto, a consultora deverá prever mecanismos de disponibilização, repasse e facilitação do acesso e entendimento das informações para que a sociedade possa contribuir e fazer suas escolhas durante a elaboração do PMGIRS.

A participação da população não se limita, entretanto, à obtenção de informações. É parte do exercício da cidadania, um dos fundamentos do estado democrático de direito, permitir o posicionamento da sociedade sobre as políticas públicas, a socialização de experiências e o debate de ideias. Nesse sentido, o PMS deverá garantir à sociedade acesso às informações, representação técnica e participação no processo da formulação do planejamento e do acompanhamento da gestão de resíduos sólidos.

Para a concretização destes requisitos o PMS a ser elaborado pela consultora deverá conter os seguintes objetivos:

- Divulgar amplamente o processo, as formas e canais de participação e informar os objetivos e desafios do PMGIRS;
- Disponibilizar as informações necessárias à participação qualificada da sociedade nas fases decisórias do Plano;
- Estimular os segmentos sociais a participarem do processo de planejamento, acompanhamento e fiscalização das ações previstas.

O PMS deverá conter a programação detalhada e o cronograma das principais atividades, tais como:

- identificação de atores sociais envolvidos no processo de elaboração do PMGIRS, listando-os com seus respectivos contatos;
- divulgação da elaboração do PMGIRS junto à comunidade;
- definição da estratégia de divulgação, disponibilização dos conteúdos e demais informações pertinentes e respectivos meios de comunicação local;
- capacitação dos atores interessados;
- realização dos eventos visando a identificação e discussão da realidade atual dos resíduos sólidos no município;
- definição da metodologia das plenárias, utilizando dinâmica e instrumentos didáticos com linguagem apropriada.

O PMS parte da identificação da existência de interesses múltiplos e de áreas conflitantes e se inicia com a identificação de atores ou segmentos sociais estratégicos atuantes na área de Resíduos Sólidos que poderão auxiliar na implementação dos programas, projetos e ações do PMGIRS.

A efetiva participação social pressupõe o envolvimento dos vários atores sociais e segmentos intervenientes, buscando a convergência dos múltiplos anseios em torno de consensos no interesse da sociedade: sociedade civil organizada, escolas, gestores públicos, universidades, centros de pesquisa e escolas técnicas, movimentos sociais, parlamentares, técnicos, agentes comunitários, setor privado, entre outros.

A participação social no processo de elaboração do Plano ocorre a partir da mobilização social e inclui divulgação de estudos e propostas e a discussão de problemas, alternativas e soluções relativas à gestão de resíduos sólidos, além da capacitação para a participação em todas as etapas do processo.

O PMS deverá apresentar os objetivos, metas, cronogramas, e detalhamento das atividades a serem desenvolvidas nas seguintes etapas:

- Divulgação da elaboração do Plano;
- Diagnóstico do Plano;
- Apresentação e validação da possibilidade da gestão associada;
- Apresentação das proposições e validação do PMGIRS;
- Divulgação do PMGIRS.

1.2.1 Operação e atualização de Portal Web

Para auxiliar em todo o processo de mobilização social e divulgação, deverá ser atualizada e alimentada pela consultora contratada, um Portal Web (web site) criado para os Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS. Devendo ser inserido gradativamente no Portal as informações gerais sobre o processo de elaboração dos Planos, conteúdos técnicos, calendários para divulgação dos eventos, entre outros, devendo acompanhar todas as etapas de elaboração dos PMGIRS.

O Portal Web deverá ser operado e atualizado pela consultora contratada até o final dos estudos previstos neste Termo de Referência, e contará com Layout que permitirá a inserção de notícias e documentos. Terá também um Fórum para comunicação direta com a sociedade.

Fica a consultora contratada inteiramente responsável também pelos itens a seguir:

- Fornecer a mão de obra necessária, responsabilizando-se pela confecção de todos os materiais para a atualização da página eletrônica, devendo inserir também conteúdos que o Comitê Diretor Local vier a solicitar.
- Operar e manter o Portal Web, atualizando-o na finalização de cada meta dos PMGIRS ou quando solicitado pelo Comitê Diretor Local.
- Quaisquer danos causados a terceiros e provenientes da execução do trabalho, agindo dolosa ou culposamente, serão de inteira responsabilidade da consultora contratada.

META 2 - DIAGNÓSTICO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Deverão ser indicadas todas as fontes de informações apresentadas, classificando-as em primárias (coleta de dados in loco, questionários, entre outros) ou secundárias.

Para elaboração do diagnóstico, a Consultoria deverá considerar, quando existente, o diagnóstico do Setor de Resíduos Sólidos constante no Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB, e as informações constantes no Estudo de Regionalização da Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos do Estado de Santa Catarina.

Excetuando-se as leis maiores (Lei 12.305 e Lei 11.445) que consolidam disciplinas para vários resíduos, existem legislações específicas e normas brasileiras, aplicáveis aos resíduos que serão diagnosticados, e que precisam ser analisadas, para que o planejamento das ações seja desenvolvido de forma adequada.

2.1. Aspectos Socioeconômicos

Caracterizar a população do município considerando a evolução do número de habitantes e das taxas de crescimento populacional, bem como a densidade demográfica. Para esses dados pode-se traçar séries históricas a partir dos registros de 1991, 1996, 2000, 2007 e 2010.

Distinguir a população urbana da rural a partir de dados censitários. O IBGE disponibiliza as informações para os municípios por setores censitários, o que permite obter um conjunto significativo de dados desagregados por bairros: população, número de domicílios, densidade demográfica, existência de favelas ou habitações precárias, etc.

A inexistência de dados precisos não deve inibir o lançamento de informações qualitativas como, por exemplo: bairros com densidade demográfica baixa, média e alta.

Quanto às informações econômicas, deve-se considerar o Produto Interno Bruto (PIB) municipal, o PIB per capita e as atividades econômicas dominantes, tanto no município como na região. Na caracterização econômica dos municípios deve-se buscar informações sobre a mobilidade social local decorrente das recentes mudanças no perfil de renda e consumo da população. A página do IBGECidades poderá ser consultada, assim como os

dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho, que consolida informações obrigatórias das indústrias locais (estatísticas do trabalho e do mercado de trabalho), o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o cadastro dos beneficiários do Programa Bolsa Família.

Por força das exigências do Estatuto das Cidades (BRASIL, 2001), muitos municípios já desenvolveram seu Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. Nesse caso, deve-se elaborar um mapa com a síntese das informações, principalmente em relação ao ordenamento territorial, e ao que foi estabelecido como diretriz para a gestão dos resíduos.

2.2. Saneamento Básico

A consultora deverá traçar um quadro geral (tabela) da situação do saneamento no município, considerando-se todas as modalidades definidas na Lei Federal de Saneamento Básico abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo das águas pluviais, e situação dos resíduos sólidos, que será analisada à parte. Quando não existirem dados locais, ou forem precários, deve-se buscar informação na Pesquisa Nacional de Saneamento Básico - PNSB do IBGE e no SNIS.

Na análise da situação do abastecimento de água e esgotamento sanitário deve-se apresentar em **tabela** o número de domicílios, a extensão das redes, os índices de cobertura, a solução de tratamento prévio para a água, a existência de tratamento para o esgoto coletado e as fragilidades mais relevantes. Em relação à drenagem e manejo de águas pluviais, não havendo informações locais sistematizadas, deve-se qualificar a intensidade com que os problemas (inundações, alagamentos) ocorrem: pequena, média ou grande intensidade. É importante indicar em que bairros estão concentradas as ocorrências e o relacionamento, se houver, com a má gestão de resíduos sólidos. Devem ser registrados também os órgãos responsáveis pelo saneamento básico: concessionária estadual, serviço autônomo local, consórcio público regional, órgão da administração direta dos municípios, ou outro.

Na ausência de informações específicas para os municípios, mesmo nas publicações da PNSB e SNIS, podem ser considerados como referências, indicadores de municípios próximos, de porte semelhante, ou indicadores gerais, que podem ser extraídos dos dados das publicações citadas.

2.3. Resíduos Sólidos com maior relevância

A consultora deverá registrar a situação dos resíduos sólidos no município traçando um quadro geral, focado nos problemas mais frequentes e identificando os resíduos com presença mais significativa (em volume), conforme as especificidades local.

Em municípios ou regiões com informações precárias, esse quadro geral, pode ser qualitativo, registrando-se a ocorrência ou não dos problemas, e dos resíduos, e o grau dos problemas existentes em fraco, médio e alto.

A consultora deverá ainda buscar informações sobre a existência de: práticas de coleta seletiva de embalagens e outros resíduos secos, iniciativas de compostagem de orgânicos e manejo dos resíduos da construção. No tocante às alternativas de destinação e disposição final, os dados mais importantes para cada município são: existência de lixão, de bota foras de

RCC, de instalações adequadas como aterros sanitários, de galpões de triagem e outros.

Segue tabela a ser apresentada sobre resíduos e problemas mais frequentes.

Tabela 1 – Resíduos e problemas com maior relevância

Resíduos Sólidos									
Municípios	Popul. (2010)	Resíduos com maior presença (em volume)				Problemas mais frequentes no sistema de limpeza urbana			
		domiciliares secos	domiciliares úmidos	de construção e demolição	outros	lixo na rua	lixo nos cursos d'água	poluição em águas subterrâneas e superficiais	Incômodos em torno da disposição final

2.4. Informações sobre catadores

A consultora deverá realizar levantamento de informações sobre catadores, suas organizações, a presença de ONGs dedicadas à temática da coleta seletiva de resíduos secos e iniciativas do poder público local.

Segue tabela a ser apresentada sobre catadores e cooperativas.

Tabela 2 – Catadores

Catadores						
Municípios	População (2010)	nº de catadores existentes	nº de cooperativas ou associações	nº de catadores participantes	nº de ONGs existentes	Ações do poder público

2.5. Legislação local em vigor

A legislação local relacionada à gestão dos resíduos precisa ser inserida no diagnóstico geral. A elaboração do PMGIRS demandará, ao final, a realização de ajustes na legislação existente. Para cada município devem ser registradas as leis em vigor e aquelas em processo de elaboração ou em tramitação: Plano Diretor, Código de Posturas, Regulamento de Limpeza Urbana ou leis específicas, a data da sanção, sua ementa e a carência ou não de regulamentação por decreto.

É igualmente importante, a identificação das leis de âmbito estadual que interferem ou possam vir a interferir, na gestão dos resíduos como, por exemplo, a Política Estadual de Resíduos Sólidos, dentre outros.

Segue tabela a ser apresentada sobre legislação.

Tabela 3 – Legislação

Legislação local em vigor			
Município	Data da sanção	Ementa	Situação da

			regulamentação
Lei A (título, número)			
Lei B (título, número)			

2.6. Estrutura operacional, fiscalizatória e gerencial

Deve ser apresentado pela consultora uma análise qualitativa e um registro quantitativo dos recursos humanos e equipamentos disponibilizados para o gerenciamento dos resíduos sólidos, por órgão responsável: de limpeza urbana, fiscalização, serviços públicos, meio ambiente e outros.

O registro dessas informações permitirá identificar as fragilidades e pontos fortes da estrutura operacional e gerencial dos municípios, abrindo espaço para a discussão de soluções consorciadas e estáveis para a gestão dos resíduos.

Segue tabelas a serem apresentadas para levantamento de dados sobre capacidade operacional e gerencial.

Tabela 4 – Capacidade operacional

Estrutura operacional, fiscalizatória e gerencial													
Municípios	Pop. (2010)	Órgão	Capacidade Operacional										
			Recursos Humanos					Equipamentos					
			qualitativas		quantitativa			qualitativa		quantitativa			
			poucos	suficientes	nível médio	operacionais	fiscais exclusivos	poucos	suficientes	veículos pesados	veículos leves	eqptpos de carga	outros
Município		Órgão 1 nome											
		Órgão 2 nome											
		Órgão 3 nome											

Tabela 5 – Capacidade gerencial (recursos humanos)

Estrutura operacional, fiscalizatória e gerencial							
Municípios	População (2010)	Órgão	Capacidade Gerencial (recursos humanos)				
			qualitativa		quantitativa		
			poucos	suficientes	nível superior	nível médio	outros
Município		Órgão 1 nome					
		Órgão 2 nome					
		Órgão 3 nome					

2.7. Educação ambiental

A consultora deverá listar as iniciativas de educação ambiental em curso, caracterizando-as da melhor forma possível, e identificadas as instâncias de governo que podem ter papel importante neste tema. Importa registrar também a forma como os municípios vêm abordando a interface entre Saúde e Saneamento, conexão cada vez mais necessária de ser feita.

Para auxiliar o planejamento de ações nesta direção, o diagnóstico deve fazer um levantamento do número de equipes e agentes que estão atuando em Programas de Saúde da Família e Programas de Agentes Comunitários de Saúde, além dos que estão envolvidos em controle de endemias, vigilância sanitária, etc. Em grande parte, esses dados podem ser recuperados junto ao DATASUS.

Segue tabela para apresentação do levantamento de informações sobre programas de saúde, saneamento e educação ambiental.

Tabela 6 – Programas de saúde, saneamento e educação ambiental

Educação Ambiental				
Municípios	Programa de Saúde da Família		Programa de agentes comunitários da Saúde	
	equipes	agentes	equipes	agentes

2.8. Situação dos tipos resíduos sólidos

O diagnóstico deverá promover uma análise detalhada da situação de todos os tipos de resíduos que ocorrem localmente, sendo assim deverá ser apresentada uma tabela para demonstrar estes dados.

A prioridade deve ser dada, sempre, aos dados localmente existentes, mas a ausência destes, ou sua imprecisão, não deve inibir o lançamento de informações construídas com base em indicadores gerais, regionais ou nacionais. Pode ser útil, na inexistência de informação local, o uso de indicador extraído de informação prestada por município próximo, assemelhado, que seja partícipe do SNIS.

Segue tabela a ser apresentada para os diversos tipos de resíduos.

Tabela 7 – Tipos de resíduos e abordagens

Situação dos Resíduos Sólidos Municipais									
Tipos de resíduos e abordagens sugeridas	Dados gerais e caracterização	Geração	Coleta e Transporte	Destinação e Disposição Final	Custos	Competências e responsabilidades	Carências e Deficiências	Iniciativas Relevantes	Legislação e normas brasileiras aplicáveis
domiciliares RSD - coleta convencional									
domiciliares RSD - secos									
domiciliares RSD - úmidos									
limpeza pública									
construção e demolição - RCC									
volumosos									
verdes									
serviços de saúde									
equipamentos eletroeletrônicos									
pilhas e baterias									

lâmpadas									
pneus									
óleos lubrificantes e embalagens									
agrotóxicos									
sólidos cemiteriais									
serviços públicos de saneamento básico									
óleos comestíveis									
industriais									
serviços de transportes									
agrosilvopastoris									
mineração									

2.9. Caracterização dos resíduos sólidos urbanos

A consultora contratada deverá realizar estudo de caracterização qualitativa e quantitativa (%), dos resíduos sólidos urbanos gerados no município, informando a metodologia (frequência, escolha da amostra e divisão das categorias) usadas, consagradas pela técnica acadêmica e profissional. Segue tabela a ser apresentada com o mínimo de elementos abordados.

Tabela 8 – Caracterização dos resíduos sólidos

Caracterização dos resíduos sólidos urbanos											
Município	Metal total	Alumínio	Aço	Papel, papelão e tetrapak	Plástico total	Plástico filme	Plástico rígido	Vidro	Orgânico	Outros	Fontes

2.10. Classificação, geração, coleta e transporte

A consultora deverá relacionar e classificar todos os resíduos existentes nas localidades, as condições de geração e as formas de coleta e transporte adotadas, apresentando estas informações em tabela.

As informações sobre a coleta e o transporte dos diversos tipos de resíduos deverão servir tanto para a confirmação das quantidades geradas, quanto para o reconhecimento dos fluxos origem-destino, permitindo ainda a identificação dos agentes com os quais deverá ser estabelecido um esforço maior de aproximação de modo a induzi-los a participar do processo de discussão do PMGIRS. Deverá ser registrado, para todos os tipos de resíduos, a ocorrência ou não de pesagem.

Deverá ser descrito o índice de cobertura que a coleta atinge e os tipos de veículos utilizados.

Sobre estes dados deve ser desenvolvida uma análise qualitativa com base nas seguintes questões:

- A cobertura atual é significativa?
- Está muito distante o propósito de universalização da coleta destes resíduos?

- O número de veículos é adequado? O estado de conservação é adequado?
- A frequência com que a coleta é realizada é suficiente?
- Como são atendidas vilas, distritos e áreas de habitação precária?
- Há limite de volume para o serviço público de coleta?
- Existe pesquisa de satisfação dos usuários com o serviço?
- Os geradores obedecem o horário para a disponibilização dos resíduos para coleta?
- Qual o percentual destes resíduos que são coletados fora do sistema porta a porta?

2.11. Destinação e disposição final

A consultora deverá apresentar informações sobre a existência ou não de instalações no município e o número de unidades.

Segue tabela a ser apresentada sobre unidades de processamento de resíduos.

Tabela 9 – Unidades de processamento de resíduos

Destinação e Disposição Final				
Tipos de Unidade de processamento	Município A	Município B	Município C	...
Lixão				
Aterro controlado				
Aterro sanitário				
Unidade de transbordo				
Unidade de triagem (galpão ou usina)				
Unidade de compostagem (pátio ou usina)				
Unidade de manejo de galhadas e podas				
Unidade tratamento por microondas ou autoclave				
Unidade de tratamento por incineração				
Vala específica de resíduos de serviços de saúde				
Aterro industrial				
Área de transbordo e triagem de RCC e volumosos (ATT)				
Aterro de resíduos de construção e demolição (antigo aterro de inertes)				
Área de reciclagem RCC (antiga un. reciclagem de entulho)				
Queima em forno de qualquer tipo				
Bota fora de entulhos				
Instalações de sucateiros (ferro velho)				
Centrais de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos				
Unidade biodigestora (rural ou urbana)				
Unidade de captação de pneus usados				
Outro tipo de unidade				

Total por município				
Total Regional				

Além dessas unidades de processamento, deverá ser identificadas aquelas voltadas para a captação de resíduos como entulhos, volumosos e outros, tais como: Pontos de Entrega Voluntária (PEVs), Ecopontos, Unidades de Recebimento de Pequenos Volumes, pontos de captação de pilhas, eletrônicos, etc. É importante verificar a existência de indústrias de reciclagem dos diferentes tipos de resíduos, no município e na região, bem como as características de comercialização e de transporte.

2.12. Custos de despesas gerais

O diagnóstico dos custos deverá ser detalhado. É preciso investigar as diversas despesas que incidem sobre o conjunto de resíduos abordados. É necessário organizar os dados sobre custos diretos de operações de coleta e transporte, de destinação e disposição, inclusive os custos de limpeza corretiva em pontos viciados de deposição irregular; as informações sobre custos indiretos, tais como os de fiscalização, combate a vetores, administrativos, os relativos à amortização e depreciação de investimentos e outros. Tendo as despesas todas compiladas apresentadas em tabela, bem como o valor a ser definido de um indicador que relacione as “despesas com manejo dos resíduos sólidos urbanos” e as “despesas correntes municipais”.

2.13. Competências e responsabilidades

Para melhor visualizar as competências e responsabilidades pelo manejo de cada um dos resíduos constantes neste Termo de Referência, a consultora deverá elaborar tabela síntese, destacando: os agentes com responsabilidade pelo serviço público a ser prestado (limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos domiciliares), com responsabilidade pública enquanto gerador público e responsabilidades privadas, quanto à geração, transporte e recepção de resíduos. Devem também ser destacados os responsáveis pela estruturação e implantação de sistemas de logística reversa, e as responsabilidades pela elaboração e implementação de Planos de Gerenciamento de Resíduos, como definidos na Lei 12.305/2010.

A tabela síntese também será útil na identificação dos interlocutores para a discussão e elaboração do PMGIRS.

Segue tabela síntese sobre competências e responsabilidades.

Tabela 10 – Competências e responsabilidades

Competências e Responsabilidades					
Tipos de resíduos e responsabilidades estabelecidas	Responsabilidades públicas		Responsabilidades privadas		
	principal	complementar	gerador	transportador	receptor
domiciliares RSD - coleta convencional					
domiciliares RSD - secos					
domiciliares RSD - úmidos					
limpeza pública					
construção civil - RCC					
volumosos					

verdes					
serviços de saúde					
equipamentos eletroeletrônicos					
pilhas e baterias					
lâmpadas					
pneus					
óleos lubrificantes e embalagens					
agrotóxicos					
sólidos cemiteriais					
serviços públicos de saneamento básico					
óleos comestíveis					
industriais					
serviços de transportes					
agrosilvopastoris					
mineração					

Esse quadro deverá ser estendido e contemplar as responsabilidades pelas instalações de processamento anteriormente citadas.

O PMGIRS deverá definir discussões acerca das responsabilidades, decorrentes da Política Nacional de Resíduos Sólidos, deixando claro que a não observância de suas diretrizes que sujeitarão os infratores a sanções legais, em especial as fixadas na Lei Federal 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) e seu Decreto Regulamentador 6.514/2008.

2.14. Carências e deficiências

A consultora deverá identificar as principais carências e deficiências de gestão, registrando fatos como:

- o não atingimento da universalidade na prestação do serviço público;
- a ausência da coleta continuada de resíduos em aglomerados precários tanto na área urbana como rurais e em distritos distantes;
- a ocorrência de pontos viciados com deposição irregular de resíduos diversos;
- a inexistência de controle da ação de agentes privados: geradores de RSS, transportadores e receptores de RCC, sucateiros/ ferro velho;
- as dificuldades gerenciais com destaque para as questões relacionadas a recursos humanos;
- as fragilidades de sustentação econômica, dentre outras.

2.15. Iniciativas relevantes

Deverá ser registrado fatos relevantes que ocorrem no município e/ou região de influência considerada a gestão integrada de resíduos sólidos: empresas com políticas socioambientais estruturadas e com ações no município; escolas e associações de bairro que desenvolvem projetos com a população; cooperativas ou associações de catadores; ONGs com projetos implantadas na região, etc.

META 3 – ASPECTOS GERAIS DO PLANEJAMENTO DAS AÇÕES

3.1 Análise do Arranjo Regional e Proposta de Gestão Associada Intermunicipal

A consultora deverá avaliar as alternativas de gestão associada com ações compartilhadas entre municípios, visando à elaboração de Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, caracterizando futura constituição de um Consórcio Público para a gestão dos resíduos sólidos, não

se limitando a, por exemplo, apenas compartilhar um novo aterro sanitário. As possibilidades criadas pela Lei nº 11.107/2005 de Consórcios Públicos e Lei nº 11.445/2010 da Política Federal de Saneamento, que estabelece as diretrizes para a prestação dos serviços públicos de saneamento, deverão ser aproveitadas ao máximo: somar capacidades, racionalizar investimentos e custos com ganhos de escala; prover capacidade gerencial para todos os municípios associados, baseada na atuação regionalizada de uma única equipe capacitada; compartilhar instalações e concentrar resíduos quando a logística for conveniente. Até a inevitável discussão de que os custos terão que ser recuperados e taxas terão que ser introduzidas, fica mais amena quando apresentada como decisão conjunta e regional, repercutindo decisão de lei federal para validade dos contratos.

A consultora deverá apresentar para o Comitê Diretor Local, em oficina e em audiência pública, Proposta de Gestão Associada para os municípios indicados no Estudo de Regionalização da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Estado de Santa Catarina, mostrando as vantagens e desvantagens, pontos críticos na proposta assim como na elaboração de Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

Caso seja necessário remanejamento do arranjo proposto no Estudo de Regionalização deverão ser considerados os seguintes critérios cabíveis:

- Área de abrangência (distância máxima entre municípios);
- Contiguidade territorial;
- Bacia Hidrográfica (sub-bacia, microbacia);
- Condições de acesso (infraestrutura de transporte entre os municípios);
- Similaridade quanto às características ambientais e socioculturais;
- Existência de fluxos econômicos entre municípios;
- Arranjos regionais pré-existentes (compartilhamento de unidades);
- Experiências comuns no manejo de resíduos;
- Dificuldades em localizar áreas adequadas para manejo em alguns municípios;
- Existência de municípios polo com liderança regional;
- Existência de pequenos municípios que não podem ser segregados do arranjo regional;
- Número de municípios envolvidos;
- População total a ser atendida (rateio de custos);
- Volume total de resíduos gerados nos municípios.

A definição da elaboração de Plano Intermunicipal de Resíduos Sólidos (gestão associada) ou de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (gestão individualizada) será resultado de escolha das propostas apresentadas pela consultora, em Oficina com o Comitê Diretor Local e posteriormente em Audiência Pública, a partir da qual a consultora utilizará as prerrogativas definidas para a elaboração do Plano a ser trabalhado.

Observar os seguintes artigos da Lei 12.305/2010: Art. 16, § 1º; Art. 18, § 1º, I; Art. 18, § 1º, II.

3.2 – Definição das responsabilidades públicas e privadas

Para definição das diretrizes e estratégias, e a programação das ações, deverá ser considerado os diferentes agentes envolvidos e suas respectivas responsabilidades. Basicamente, e sem prejuízo da responsabilidade compartilhada, estas responsabilidades são as seguintes:

- Serviços públicos de limpeza urbana e manejo dos resíduos domiciliares – órgão público competente (autarquia intermunicipal na forma de Consórcio Público ou órgão municipal, isoladamente);
- Resíduos gerados em próprios públicos – gestor específico (RSS gerado em hospitais públicos, RCC gerado em obras públicas, resíduos de prédios administrativos, etc.);
- Resíduos gerados em ambientes privados – gerador privado (atividades em geral);
- Resíduos definidos como de logística reversa – fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes;
- Resíduos com Plano de Gerenciamento obrigatório:
 - gerador privado (instalações de saneamento, indústrias, serviços de saúde, mineradoras, construtores, terminais de transporte e outros);
- Acondicionamento adequado e diferenciado, e pela disponibilização adequada para coleta ou devolução – consumidor/gerador domiciliar (municípios em geral).

O PMGIRS deve estabelecer o limite entre **pequenos geradores**, atendidos pelos serviços públicos de manejo de resíduos, e os **grandes geradores**, responsáveis diretos pelo gerenciamento, e possivelmente, pela elaboração e implementação de plano específico.

É de fundamental importância identificar os diversos fluxos de resíduos que serão objeto de ações específicas direcionando maior atenção nos que apresentam volumes mais significativos: resíduos secos, orgânicos, rejeitos e resíduos da construção, ou outros.

Para estes resíduos deverão ser elaborados programas prioritários.

PNRS Lei 12.305/2010: O Art. 35 afirma que, sempre que estabelecido sistema de coleta seletiva ou de logística reversa, o consumidor deve:

- I - acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos gerados;
- II – disponibilizar adequadamente os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis para coleta ou devolução.

Decreto 7.404/2010: O Art. 84 prevê que os consumidores que descumpram suas obrigações estarão sujeitos à advertência e, em reincidência, multas de R\$ 50 a R\$ 500, que poderá ser convertida em prestação de serviços.

META 4 - PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DO PMGIRS

Aspectos Gerais

O PMGIRS é o planejamento de todas as ações que devem ser implementadas para que se possa atingir os resultados almejados no prazo estipulado para cada uma delas.

Para a elaboração do Plano deverão ser consideradas todas as informações coletadas, sistematizadas e analisadas no diagnóstico geral, e a partir dos resultados obtidos, identificadas as principais tendências (evolução demográfica, consumo e renda per capita, evolução da situação de emprego, desempenho das atividades econômicas locais e regionais; alterações físicas provenientes de obras de infraestrutura ou mudanças no ambiente, entre outros aspectos) e, avaliados os impactos das tendências consideradas mais importantes, na geração e gestão dos resíduos sólidos. Por exemplo: se haverá incremento na geração de resíduos, e quais deles ocasionarão dificuldades mais significativas.

As diretrizes e estratégias que deverão ser adotadas no PMGIRS devem ser definidas no início do processo de elaboração do Plano de Ação e compatíveis com as exigências da Lei 12.305/2010 e Lei 11.445/2007, com especial ênfase na sustentabilidade econômica e ambiental do PMGIRS, e na inclusão social dos catadores de materiais recicláveis. Deverão ser identificadas as ações compartilhadas com outras instâncias de governo, tendo em vista a redução de emissões de Gases de Efeito Estufa - GEEs oriundos da decomposição de resíduos orgânicos.

4.1 Análise de cenários futuros

A consultora deverá construir **cenários futuros** que descrevam hipóteses de situações possíveis, imagináveis ou desejáveis. Estes cenários, tal como tratados no Plano Nacional de Resíduos Sólidos, permitem uma reflexão sobre as alternativas de futuro. Estes cenários servirão de referencial para o planejamento no horizonte temporal adotado, refletindo as expectativas favoráveis e desfavoráveis para aspectos como: crescimento populacional; intensidade de geração de resíduos; mudança no perfil dos resíduos; incorporação de novos procedimentos; novas capacidades gerenciais, etc.

A consultora deverá construir no mínimo 3 (três) cenários, sendo o primeiro a projeção do diagnóstico sem alteração da gestão existente, mostrando como ficaria a situação futura no horizonte de planejamento previsto. As discussões dos demais cenários devem levar à escolha do cenário de referência, o qual subsidiará a elaboração de diretrizes, estratégias, metas, programas, projetos e ações, para os próximos 20 (vinte) anos.

As informações obtidas devem ser colocadas em quadro de referência, contemplando: a formulação dos cenários, a avaliação dos cenários identificados e a viabilidade de implementação do(s) cenário(s) selecionado(s).

O lançamento das informações neste quadro de referência deve ser feito pela consultora.

Enquanto órgão colegiado de representação é importante que o Grupo de Sustentação faça o acompanhamento sistemático deste processo.

4.2. Diretrizes, Estratégias, Programas, Ações e Metas para o Manejo Diferenciado dos Resíduos Sólidos

O manejo diferenciado dos resíduos é a essência do conceito de coleta seletiva e se aplica, além da típica coleta seletiva de papel, plásticos, vidros e metais, a todos os resíduos, reconhecidos como bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda. A consultora deverá planejar o manejo diferenciado de cada resíduo devendo contemplar as diretrizes, estratégias, metas, de programas e ações específicas, que garantam fluxos adequados.

As diretrizes são as linhas norteadoras, e as estratégias os meios para implementação, que definirão as ações e os programas para que as metas sejam atingidas.

O planejamento das ações poderá seguir uma lógica investigativa, conforme segue abaixo:

» Diretrizes (O QUÊ?) – quais são as diretrizes específicas que deverão ser atendidas pelo plano?

» Estratégias (COMO?) – quais são as estratégias de implementação (legais; instalações; equipamentos, mecanismos de monitoramento e controle) necessárias para o cumprimento do plano?

» Metas (QUANTO e QUANDO?) – quais são os resultados e prazos a serem perseguidos pelas ações concebidas?

» Programas e ações (COM QUEM?) – quais são os agentes públicos e privados envolvidos e quais as ações necessárias para efetivação da política de gestão?

Na definição das metas, a consultora deverá observar os prazos legais já definidos na legislação e os rebatimentos locais das metas definidas no Plano Nacional e no Plano Estadual de Resíduos Sólidos. Na Lei já está definida a data limite para encerramento dos lixões e, portanto, para a instalação dos aterros sanitários, e para a estruturação das coletas seletivas, já que os aterros só poderão receber rejeitos.

O planejamento das ações deverá gerar assim, uma tabela base onde estarão incluídas as propostas para todos os tipos de resíduos identificados no município ou na região.

O processo de preenchimento da tabela deverá revelar os resíduos para os quais será necessário um planejamento mais detalhado, gerando os programas prioritários.

Segue tabela a ser apresentada.

Tabela 11 - Diretrizes, Estratégias, Programas, Ações e Metas para o Manejo Diferenciado dos Resíduos Sólidos

DIRETRIZES, ESTRATÉGIAS, PROGRAMAS, AÇÕES E METAS PARA O MANEJO DIFERENCIADO DOS RESÍDUOS				
Tipos de resíduos e abordagens sugeridas	O QUÊ?	COMO?	QUANTO? QUANDO?	COM QUEM?
	Diretrizes	Estratégias	Metas Quantitativas	Programas e ações
domiciliares RSD - coleta convencional				

domiciliares RSD - secos				
domiciliares RSD - úmidos				
limpeza pública				
construção civil - RCC				
volumosos				
verdes				
serviços de saúde				
equipamentos eletroeletrônicos				
pilhas e baterias				
lâmpadas				
pneus				
óleos lubrificantes e embalagens				
agrotóxicos				
sólidos cemiteriais				
serviços públicos de saneamento básico				
óleos comestíveis				
industriais				
serviços de transportes				
agrosilvopastoris				
mineração				

4.2.1. Diretrizes específicas

A legislação federal estabelece que sejam feitos esforços para: a não geração e redução dos resíduos; otimização da reutilização e reciclagem; adoção de tratamentos quando necessários e, disposição adequada dos rejeitos. Os atalhos tecnológicos que avançam diretamente para tratamento de resíduos, sem diferenciação, devem ser evitados porque eliminam a logística reversa e a responsabilidade compartilhada pela gestão, peças centrais da PNRS.

4.2.2. Estratégias de implementação e redes de áreas de manejo local ou regional

O Ministério do Meio Ambiente incentiva a implantação de um Modelo Tecnológico que privilegia: o manejo diferenciado; a gestão integrada dos resíduos sólidos, com inclusão social; a formalização do papel dos catadores de materiais recicláveis e o compartilhamento de responsabilidades com os diversos agentes. Esse modelo pressupõe um planejamento preciso do território, com a definição do uso compartilhado das redes de instalações para o manejo de diversos resíduos, e com a definição de uma logística de transporte adequada, para que baixos custos sejam obtidos. A consulta ao Plano Diretor pode auxiliar na escolha da melhor localização das áreas de manejo local e/ou regional. (mais informações sobre o Modelo Tecnológico podem ser encontradas posteriormente, no item 4.3.13 deste Termo de Referência).

Segue exemplos de instalações para o manejo diferenciado e integrado, regulado, normatizado.

- PEVs – Pontos de Entrega Voluntária (Ecopontos) para acumulação temporária de resíduos da construção e demolição, de resíduos volumosos, da coleta seletiva e resíduos com logística reversa (NBR 15.112).
- LEVs – Locais de Entrega Voluntária de Resíduos Recicláveis – contêineres, sacos ou outros dispositivos instalados em espaços públicos ou privados monitorados, para recebimento de recicláveis.
- Galpões de triagem de recicláveis secos, com normas operacionais definidas em regulamento.
- Unidades de compostagem/biodigestão de orgânicos.
- ATTs – Áreas de Triagem e Transbordo de resíduos da construção e demolição, resíduos volumosos e resíduos com logística reversa (NBR 15.112).
- Áreas de Reciclagem de resíduos da construção (NBR 15.114).
- Aterros Sanitários (NBR 13.896).
- ASPP - Aterros Sanitários de Pequeno Porte com licenciamento simplificado pela Resolução CONAMA 404 e projeto orientado pela nova norma (NBR 15.849).
- Aterros de Resíduos da Construção Classe A (NBR 15.113).

Essas instalações são, na prática, a oferta de endereços físicos para a atração e concentração de diversos tipos de resíduos. Os PEVs (Ecopontos) são os pontos iniciais das redes que precisam ser definidas. Alocados nos bairros, com base em vários critérios, permitem transformar resíduos difusos em resíduos concentrados, propiciando a definição da logística de transporte, com equipamentos adequados e custos suportáveis.

O Modelo Tecnológico incentivado pelo MMA propõe a adequação da rede de instalações ao porte dos municípios, definindo o número de PEVs e Áreas de Triagem e Transbordo (ATTs) em função da população e, em municípios menores, agregando as duas funções em uma única instalação (PEV Central) conforme pode ser visto na tabela abaixo.

Tabela 12 – Estratégias de implementação e redes de áreas de manejo local ou regional

Estratégias de implementação e redes de áreas de manejo local ou regional				
População da Sede Municipal	PEVs	ATT	PEV Central	Aterro RCD coligado
até 25 mil			1	1
de 25 a 50 mil			2	1
de 50 a 75 mil	3	1		1
de 75 a 100 mil	4	1		1

A consultora deverá planejar e situar a rede de instalações. O PMGIRS deverá propor uma setorização dos espaços urbanos, formando bacias de captação de resíduos para cada PEV. Estas bacias devem coincidir, tanto quanto possível, com os setores censitários do IBGE, de forma que todo o conjunto de informações do Censo esteja disponibilizado para o planejamento. Os setores e a rede de instalações devem ser georeferenciados.

Os setores devem, também, aproximar-se dos limites das regiões de saúde organizadas para a atuação dos agentes dos Programas de Saúde da Família e de Agentes Comunitários de Saúde. São conhecidos os ganhos em saúde decorrentes das melhorias em saneamento. Esses agentes são numerosos nos municípios brasileiros e têm uma compreensão muito clara do território onde trabalham.

A estratégia de coleta seletiva de resíduos domiciliares secos, reconhecidamente mais eficiente, se realizada porta a porta, pode ser feita pelos catadores ou por funcionários na ausência destes, através de pequenos veículos que permitam a concentração das cargas para a entrada em cena dos veículos de maior porte. Os municípios que apresentam os melhores resultados para este tipo de coleta seletiva, estruturaram suas intervenções a partir desta lógica, conseguindo custos de coleta semelhantes aos da coleta convencional.

A disposição dos resíduos ricos em matéria orgânica nos aterros operados com maior escala, deverá gerar volumes expressivos de GEEs. Em função disso, deverá ser prevista solução para a captura integral desses gases, e seu aproveitamento, por meio da biodigestão, de forma a atender as prescrições da Política Nacional de Mudanças Climáticas.

Na definição das estratégias, no caso de Consórcios Públicos, deve-se considerar a possibilidade de atuação complementar, ou seja, a prestação de serviços além dos serviços públicos tais como: o manejo do RCC e sua reciclagem, a reciclagem de madeira por trituração, o tratamento do RSS, a geração de energia, vapor e gás a partir do tratamento de RSD úmido. Esta é uma forma de constituir “receita própria”, legalmente permitida sem comprometer os objetivos principais do consórcio.

4.2.3. Metas quantitativas e prazos

A consultora deverá fixar as metas quantitativas por período, harmonizando a exigência legal (prevendo revisão a cada 4 anos, prioritariamente, no mesmo período de elaboração dos planos plurianuais), a capacidade de investimento e a capacidade gerencial, entre outros fatores. As metas devem considerar as peculiaridades locais, as possibilidades de utilização de tecnologias para o tratamento dos resíduos, e as perspectivas reais de abertura ou ampliação de negócios com os resíduos recuperados.

Veja abaixo sugestão de tabela de metas e prazos:

Tabela 13 - Metas e prazos

Metas quantitativas e prazos					
Metas	período 1 (ano - ano)	período 2 (ano - ano)	período 3 (ano - ano)	período 4 (ano - ano)	período 5 (ano - ano)
Descrição da ação					

4.2.4. Programas e ações

Deverão ser previstas ações que se refletirão na gestão de todos os resíduos:

- disciplinar as atividades de geradores, transportadores e receptores de resíduos, exigindo os Planos de Gerenciamento quando cabível;

- modernizar os instrumentos de controle e fiscalização, agregando tecnologia da informação (rastreamento eletrônico de veículos, fiscalização por análise de imagens aéreas);
- formalizar a presença dos catadores organizados no processo de coleta de resíduos, promovendo sua inclusão, a remuneração do seu trabalho público e a sua capacitação;
- formalizar a presença das ONGs envolvidas na prestação de serviços públicos;
- tornar obrigatória a adesão aos compromissos da A3P (Agenda Ambiental na Administração Pública), incluído o processo de compras sustentáveis, para todos os órgãos da administração pública local;
- valorizar a educação ambiental como ação prioritária;
- incentivar a implantação de econegócios por meio de cooperativas, indústrias ou atividades processadoras de resíduos.

Algumas das possibilidades de ações, relacionadas aos resíduos a serem geridos, são sugeridas adiante:

Resíduos Sólidos Domiciliares – RSD Coleta Convencional

- Buscar redução significativa da presença de resíduos orgânicos da coleta convencional nos aterros, para redução da emissão de gases, por meio da biodigestão e compostagem quando possível.
- Implantar coleta containerizada, inicialmente em condomínios e similares.

Resíduos Sólidos Domiciliares – RSD Secos

- Desenvolver Programa Prioritário com metas para avanço por bacia de captação, apoiada nos PEVs e logística de transporte com pequenos veículos para concentração de cargas.
- Priorizar a inclusão social dos catadores organizados para a prestação do serviço público e quando necessário, complementar a ação com funcionários atuando sob a mesma logística.
- Implementar o manejo de resíduos secos em programas “Escola Lixo Zero”.
- Implementar o manejo de resíduos secos em programas “Feira Limpa”.

Resíduos Sólidos Domiciliares – RSD Úmidos

- Desenvolver Programa Prioritário, estabelecendo coleta seletiva de RSD úmidos em ambientes com geração homogênea (feiras, sacolões, indústrias, restaurantes e outros) e promover a compostagem.
- Implementar o manejo de resíduos úmidos em programas “Escola Lixo Zero”.
- Implementar o manejo de resíduos úmidos em programas “Feira Limpa”.

Resíduos de Limpeza Pública

- Implementar a triagem obrigatória de resíduos no próprio processo de limpeza corretiva e o fluxo ordenado dos materiais até as Áreas de Triagem e Transbordo e outras áreas de destinação.
- Definir cronograma especial de varrição para áreas críticas (loais com probabilidade de acúmulo de águas pluviais) vinculado aos períodos que precedam as chuvas.
- Definir custo de varrição e preço público para eventos com grande público.

Resíduos da Construção Civil - RCC

- Desenvolver Programa Prioritário com metas para implementação das bacias de captação e seus PEVs (Ecopontos) e metas para os processos de triagem e reutilização dos resíduos classe A.
- Incentivar a presença de operadores privados com RCC, para atendimento da geração privada.
- Desenvolver esforços para a adesão das instituições de outras esferas de governo às responsabilidades definidas no PMGIRS.

Resíduos Volumosos

- Promover a discussão da responsabilidade compartilhada com fabricantes e comerciantes de móveis, e com a população consumidora.
- Promover o incentivo ao reaproveitamento dos resíduos como iniciativa de geração de renda.
- Incentivar a identificação de talentos entre catadores e sensibilizar para atuação na atividade de reciclagem e reaproveitamento, com capacitação em marcenaria, tapeçaria etc., visando a emancipação funcional e econômica.
- Promover parceria com o Sistema "S" (SENAC, SENAI) para oferta de cursos de transformação, reaproveitamento e design.

Resíduos Verdes

- Elaborar "Plano de Manutenção e Poda" regular para parques, jardins e arborização urbana, atendendo os períodos adequados para cada espécie.
- Estabelecer contratos de manutenção e conservação de parques, jardins e arborização urbana em parceria com a iniciativa privada.
- Envolver os Núcleos de Atenção Psicossocial - NAPS, a fim de constituir equipes com pacientes desses núcleos para atender demandas de manutenção de áreas verdes, agregados às parcerias de agentes privados (atividade terapêutica e remunerada das equipes com coordenação psicológica e agrônoma).
- Incentivar a implantação de iniciativas como as "Serrarias Ecológicas" para produção de peças de madeira aparelhadas a partir de troncos removidos na área urbana.

Resíduos dos Serviços de Saúde

- Registrar os Planos de Gerenciamento de Resíduos das instituições públicas e privadas no sistema local de informações sobre resíduos.
- Criar cadastro de transportadores e processadores, referenciado no sistema local de informações sobre resíduos.

Resíduos Eletroeletrônicos

- Criar "Programa de Inclusão Digital" local que aceite doações de computadores para serem recuperados e distribuídos a instituições que os destinem ao uso de comunidades carentes.

Resíduos dos Serviços Públicos de Saneamento Básico

- Estabelecer cronograma de limpeza da micro e macro drenagem, de acordo com a ocorrência de chuvas, visando reduzir os impactos econômicos e ambientais por ocorrência de enchentes;
- Reduzir volume de resíduos de limpeza de drenagens levados a aterro de resíduos perigosos, por meio de ensaios de caracterização;
- Identificar e responsabilizar os potenciais agentes poluidores reconhecidos nos lodos dos processos de dragagem ou desassoreamento de corpos d'água.

Resíduos Sólidos Cemiteriais

- Garantir que os equipamentos públicos tenham um cenário de excelência em limpeza e manutenção, com padrão receptivo apropriado para a finalidade a que se destinam.

Resíduos Agrosilvopastoris

- Promover o incentivo ao processamento dos resíduos orgânicos por biodigestão, com geração de energia.

4.3. Diretrizes, Estratégias, Programas, Ações e Metas para outros Aspectos do Plano

Deverão ser elaboradas diretrizes, estratégias, metas, programas e ações específicas para outros quesitos além dos resíduos propriamente ditos, atendendo ao conteúdo mínimo previsto na legislação federal, e às necessidades impostas pelas peculiaridades e capacidades locais.

4.3.1. Definição de áreas para disposição final

O PMGIRS deverá, ao lado das definições relativas ao encerramento de lixões (quando houver) e bota foras, apresentar as diretrizes para as áreas adequadas para disposição final. É importante, nesta questão, a decisão sobre a adesão dos municípios à gestão associada.

O encerramento de lixões e bota foras, deverá ocorrer paralelamente às discussões para a solução dos eventuais problemas sociais relacionados tanto à presença de moradores nesses locais, como de trabalhadores que vivem da catação de recicláveis. Nesses casos, deve-se buscar a inclusão social dos catadores conforme previsto na PNRS. O PMGIRS deverá apontar solução para a regularização de situações como o uso de aterros privados sem respaldo em contrato oriundo de processo licitatório. Essa situação é proibida pela Lei Federal de Saneamento Básico.

Estudos contratados pelo MMA revelaram ser extremamente diferenciados os custos de implantação e de operação de aterros sanitários convencionais (NBR 13896:1997) em municípios de pequeno e grande porte. O ganho de escala em unidades de maior porte é importante, mas também as considerações sobre distâncias de transporte, e as emissões de GEE.

Considera-se no geral, que o transporte através de veículos coletores deve ser limitado a distâncias de 30 km do aterro. Quando as distâncias são maiores deve-se considerar a conveniência da inclusão, em pontos regionais estratégicos, de áreas de transbordo de rejeitos, para veículos de maior capacidade de carga, e menor custo unitário ton/km (VELLOSO, 2011). Na medida em que a motivação primordial para a adoção do Consórcio Público é a gestão associada de todo o processo e não exclusivamente a administração de

aterros únicos, a solução de Aterros Sanitários de Pequeno Porte – ASPP (NBR 15849:2010), limitados à recepção de 20 toneladas diárias deve ser considerada.

O PMGIRS também deverá apontar soluções ambientalmente adequadas para a disposição final de outros rejeitos, como os da construção civil e os rejeitos de resíduos perigosos. No caso dos resíduos da construção civil, a Resolução CONAMA 307/2002 prevê a disposição final de rejeitos dos resíduos classe A em aterros que possibilitem o uso do espaço aterrado para alguma função urbana após o encerramento, e os aterros de reservação para os resíduos classe A, triturável, onde são acondicionados temporariamente à espera de um aproveitamento futuro (NBR 15113:2004).

Segue sugestão de tabela a ser apresentada.

Tabela 14 - Disposição final

	Diretrizes	Estratégias	Metas quantitativas	Programas e ações
encerramento de lixões				
disposição final adequada de rejeitos de resíduos urbanos				
encerramento de bota foras				
disposição final adequada de rejeitos da construção				
reservação de resíduos da construção para uso futuro – classe A				
disposição final adequada de rejeitos de resíduos industriais perigosos				

A escolha das áreas de disposição final deverá ser realizada com base em estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental e análise do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (e seu Zoneamento Urbano e Ambiental) e do Zoneamento Ambiental do Estado de modo a compatibilizar todas as informações, evitando problemas futuros. A implantação de Aterro de Resíduos da Construção classe A, visando à reservação dos resíduos para seu resgate futuro, deverá considerar o aproveitamento de áreas ociosas pelo esgotamento de atividades mineradoras. Muitas dessas áreas estão mapeadas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e referem-se a materiais como argila, areia, cascalho, granito e outras. Um instrumento eficaz para identificar a disponibilidade dessas áreas na região é a realização de “Chamamento Público”, feito para que proprietários desses sítios esgotados explicitem interesse na sua conversão em áreas de reservação de RCC.

Ver site do DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral: <http://sigmine.dnpm.gov.br/webmap/>

O PMGIRS deverá também apresentar avaliação da conveniência de implantação de “Centrais de Tratamento de Resíduos” – integrando resíduos sólidos diversos, inertes e não inertes, secos e úmidos, inclusive absorvendo resíduos de estações de tratamento de esgotos. Estudos técnicos podem levar

à definição de centrais com boa eficiência energética, onde os resíduos processados por biodigestão geram energia que pode ser utilizada na Central.

4.3.2. Planos de gerenciamento obrigatórios

O PMGIRS deve indicar, no âmbito local ou regional, o órgão público que será a referência para entrega do plano de gerenciamento, de forma a garantir a sistemática anual de atualização, visando o controle e a fiscalização. Deverão ser orientados quanto a estes procedimentos, e quanto às penalidades aplicáveis pelo seu não cumprimento, os responsáveis por: atividades industriais; agrosilvopastoris; estabelecimentos de serviços de saúde; serviços públicos de saneamento básico; empresas e terminais de transporte; mineradoras; construtoras, e os grandes estabelecimentos comerciais e de prestação de serviço. Verificar o Art. 56 do **Decreto 7.404/2010** e o Art. 21, § 2º da **Lei 12.305/2010**.

O PMGIRS deverá fixar o prazo para a primeira apresentação dos Planos de Gerenciamento aos órgãos receptores locais, iniciando assim a rotina anual de renovação da informação, prevista na legislação (Sistema Declaratório). Em consequência, precisam ser previstas também, as condições de infraestrutura (recursos humanos e de informática, entre outros) para o estabelecimento dos fluxos de informação entre geradores – órgão público – SINIR.

4.3.3. Ações relativas aos resíduos com logística reversa

A responsabilidade pela estruturação e implementação dos sistemas de logística reversa de alguns resíduos está bem definida na Lei 12.305 como sendo dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes. Aos consumidores caberá a responsabilidade de acondicionar adequadamente e disponibilizar os resíduos para coleta ou devolução. No planejamento das ações, deverão ser determinadas pela consultora, primeiramente para os seis resíduos com logística reversa já estabelecida, as diretrizes e estratégias, as metas e ações, para cada um deles, tendo como referência os acordos setoriais estabelecidos ou em processo de discussão.

Considerar abaixo sugestão de tabela sobre logística reversa.

Tabela 15 – Logística reversa

Resíduos com logística reversa	Diretrizes	Estratégias	Metas quantitativas	Programas e ações
Produtos eletroeletrônicos				
Pilhas e baterias				
Lâmpadas fluorescentes				
Pneus				
Agrotóxicos e embalagens				
Óleos lubrificantes e embalagens				

É importante ressaltar que a Lei prevê a remuneração do serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos, quando este exerce alguma atividade do sistema de logística reversa, como por exemplo, a captação e concentração

de resíduos. É importante que esteja previsto no PMGIRS a elaboração de acordo, termo de compromisso ou, quando for o caso, contrato com o setor empresarial (Lei 12.305, Art. 33, § 7º), de forma que os serviços prestados pelo município sejam remunerados (por exemplo, a captação destes resíduos na rede de PEVs ou Ecopontos).

As redes de estabelecimentos que comercializam produtos da logística reversa poderão reservar áreas para concentração desses resíduos e definir os fluxos de retorno aos respectivos sistemas produtivos. Os acordos setoriais definirão os procedimentos. Os responsáveis por estes resíduos deverão informar continuamente ao órgão municipal competente, e outras autoridades, as ações de logística reversa a seu cargo, de modo a permitir o cadastramento das instalações locais, urbanas ou rurais, inseridas nos sistemas de logística reversa adotados.

Complementariamente, os planos de logística reversa, deverão contemplar as ações públicas de divulgação sobre as obrigações do consumidor quanto à segregação e destinação adequada dos resíduos e as penalidades previstas.

4.3.4. Indicadores de desempenho para os serviços públicos

O PMGIRS deverá considerar como critérios estratégicos para avaliação dos serviços:

- a universalidade: os serviços devem atender toda a população, sem exceção;
- a integralidade do atendimento: devem ser previstos programas e ações para todos os resíduos gerados;
- a eficiência e a sustentabilidade econômica;
- a articulação com as políticas de inclusão social, de desenvolvimento urbano e regional e outras de interesse relevante;
- a adoção de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários, a adoção de soluções graduais e progressivas e adequação à preservação da saúde pública e do meio ambiente;
- o grau de satisfação do usuário.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) publicou dois documentos que podem auxiliar na definição de indicadores para a medição do desempenho dos serviços públicos, e demais ações relacionadas no PMGIRS. São eles: “Guia referencial para Medição de Desempenho e Manual para Construção de Indicadores” (MPOG, 2009). Outra referência é o SNIS, que há sete anos vem levantando dados sobre o manejo de resíduos sólidos em municípios brasileiros, e tem produzido indicadores que permitem análises entre municípios de mesmo porte e/ou da mesma região, dentre outras possibilidades.

A consultora deverá definir os indicadores do PMGIRS tendo como referência aqueles eleitos pelo SNIS, permitindo assim, que desde o primeiro monitoramento, os municípios possam analisar sua situação à luz de uma série histórica já existente.

Como sugestão, foram selecionados os seguintes **indicadores gerais**:

- Incidência das despesas com o manejo de resíduos sólidos nas despesas correntes da prefeitura (SNIS 001);
- Despesa *per capita* com manejo de resíduos sólidos em relação à população (SNIS 006);

- Receita arrecadada *per capita*;
- Auto-suficiência financeira da prefeitura com o manejo de resíduos sólidos (SNIS 005);
- Taxa de empregados em relação à população urbana (SNIS 001);
- Incidência de empregados próprios no total de empregados no manejo de resíduos sólidos (SNIS 007);
- Incidência de empregados gerenciais e administrativos no total de empregados no manejo de resíduos sólidos (SNIS 010).

Interessam também **indicadores sobre resíduos urbanos** como:

- Cobertura do serviço de coleta em relação à população total atendida (declarada) (SNIS 015);
- Taxa de cobertura do serviço de coleta de resíduos domiciliares em relação à população urbana (SNIS 016);
- Massa recuperada *per capita* de materiais recicláveis secos (exceto matéria orgânica e rejeitos) em relação à população urbana (SNIS 032);
- Taxa de material recolhido pela coleta seletiva de secos (exceto matéria orgânica) em relação à quantidade total coletada de resíduos sólidos domésticos (SNIS 053);
- Taxa de recuperação de materiais recicláveis secos (exceto matéria orgânica e rejeitos) em relação à quantidade total (SNIS 031);
- Massa recuperada *per capita* de matéria orgânica em relação à população urbana;
- Taxa de material recolhido pela coleta seletiva de matéria orgânica em relação à quantidade total coletada de resíduos sólidos domiciliares;
- Taxa de recuperação de matéria orgânica em relação à quantidade total;
- Massa de matéria orgânica estabilizada por biodigestão em relação à massa total de matéria orgânica.

Podem também ser incluídos **indicadores sobre resíduos de serviços de saúde e resíduos da construção civil**:

- Massa de resíduos dos serviços de saúde (RSS) coletada *per capita* (apenas por coletores públicos) em relação à população urbana (SNIS 036);
- Massa de resíduos da construção civil (RCC) coletada *per capita* (apenas por coletores públicos) em relação à população urbana.

Deve-se ainda desenvolver indicadores para detectar e mapear as situações recorrentes como os **locais onde se repetem as deposições irregulares** de resíduos (entulhos, resíduos volumosos e domiciliares, principalmente). Sugere-se, portanto:

- Número de deposições irregulares por mil habitantes;
- Taxa de resíduos recuperados em relação ao volume total removido na limpeza corretiva de deposições irregulares.

Deverão ser construídos indicadores para resíduos que se mostrem localmente significativos, como os de serviços de transporte, minerários, agrosilvopastoris, ou ainda, de varrição ou logística reversa. É importante a construção de indicadores para o acompanhamento dos resultados das políticas de inclusão social, formalização do papel dos catadores de materiais recicláveis e participação social nos programas de coleta seletiva, tais como:

- Número de catadores organizados em relação ao número total de catadores (autônomos e organizados);
- Número de catadores remunerados pelo serviço público de coleta em relação ao número total de catadores;
- Número de domicílios participantes dos programas de coleta em relação ao número total de domicílios.

Para a construção desse último conjunto de indicadores é essencial a integração de ações com o trabalho das equipes de agentes comunitários de saúde.

4.3.5. Ações específicas nos órgãos da administração pública

A Consultora, com auxílio do Comitê Diretor Local, deve preparar uma listagem dos órgãos administrativos existentes na região, da esfera de governo municipal, estadual ou federal, para os quais devem ser organizados programas específicos em sua lógica gerencial, como a aplicação da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P). É importante que as instituições públicas se destaquem no cumprimento das responsabilidades definidas em lei para todos, e assumam postura de exemplo no processo de gestão de resíduos sólidos e meio ambiente no município.

Ver sugestão de tabela sobre instituições públicas.

Tabela 16 - Instituições públicas

Ações específicas nos órgãos da administração pública				
Instituições Públicas	Diretrizes	Estratégias	Metas Quantitativas	Programas e ações
Órgãos gestores de resíduos				
Órgãos gestores do meio ambiente				
Órgãos gestores das compras públicas				
Órgãos gestores da tecnologia da informação				
Órgãos gestores da Iluminação pública				
Órgãos responsáveis por manutenção de veículos				
Órgãos de apoio às atividades agrosilvopastoris				
Demais órgãos da administração				
Órgãos da administração, Federal – aplicação do federal – aplicação do Decreto Federal 5.940/06 e Instrução Normativa MPOG 01/2010				

A A3P prevê ações de sustentabilidade para o poder público mais amplas que a gestão dos resíduos de suas atividades. Deverão ser previstas ações em relação, por exemplo, ao consumo racional de energia e água, e minimização da geração de resíduos sólidos.

Cabe ressaltar a adoção de sistema de compras (de bens e serviços) que possibilitem introduzir materiais de consumo e práticas sustentáveis na rotina de trabalho, na execução de obras e construções de prédios públicos, etc.

Essas ações devem refletir-se nas especificações para contratos com terceiros, de qualquer tipo, estendendo a eles as mesmas imposições, por força do poder de compra público. Deve ser ressaltado:

- o cumprimento das exigências da Lei Federal 12.305, em nome do contratante público;
- a documentação de todos os fluxos de resíduos e da origem dos materiais;
- o uso de agregados reciclados provenientes de resíduos da construção em obras e serviços públicos, entre outras determinações.

4.3.6. Iniciativas para a educação ambiental e comunicação

A consultora deve preparar o registro das propostas e decisões sobre estes temas após debate com o Comitê Diretor Local, contendo as indicações que irão definir as estratégias de abordagem, estabelecer metas que atendam ao regulamento da política; aos hábitos, comportamentos e peculiaridades locais.

Ver sugestão de tabela síntese sobre atividades de educação ambiental e comunicação.

Tabela 17 – Iniciativas de educação ambiental

Iniciativas para educação ambiental e comunicação			
Temas e abordagens	Diretrizes	Estratégias	Programas e ações
Educação ambiental na ação dos órgãos públicos			
Educação ambiental na ação das entidades privadas			
Agenda de eventos			

Nas iniciativas para a comunicação, o PMGIRS deve buscar uma agenda de eventos para curto, médio e longo prazos considerando:

1. pautar o assunto “resíduos sólidos” no dia a dia da comunidade, com campanhas, seminários, entrevistas em rádio e mídias impressas, etc;
2. motivar a comunidade no processo de construção coletiva do PMGIRS;
3. divulgar a agenda de implementação do plano nos meios de comunicação, incentivando o interesse pela temática nos diversos ambientes: trabalho, lazer, escola, família, vizinhança, etc.

4.3.7. Definição de nova estrutura gerencial

As exigências da legislação federal impõem um salto de qualidade na capacidade gerencial municipal e/ou regional sem o qual dificilmente serão atingidos os objetivos determinados.

A consultora deverá definir no Plano as diretrizes, estratégias, metas e ações para a construção de uma capacidade efetiva de gestão e esta efetividade será atingida de forma mais rápida e estável com a adesão à prestação regionalizada dos serviços públicos por meio de consórcio público. Uma equipe estabilizada e tecnicamente capacitada, na dimensão requerida

pelas peculiaridades locais é condição imprescindível para o sucesso das missões colocadas para o ente da administração pública responsável pelos resíduos: prestar o serviço público em sua plenitude e exercer a função pública sobre os processos privados, com a extensão prevista na lei.

Para definir a estrutura gerencial necessária às tarefas estabelecidas pelo PMGIRS, pode-se ter como referência o documento do MMA que mostra as instâncias gerenciais e a estimativa do número básico de profissionais requeridos.

Ver tabela de referência.

Tabela 18 – Estrutura gerencial

Definição de nova estrutura gerencial			
Instâncias	Planejamento		Estimativa do MMA para consórcio público com 12 municípios e 340 mil hab.
	Nº de funcionários na equipe	Qualificação necessária	Nº de funcionários na equipe incorporação gradual
Presidência			2
Superintendência			3
Ouvidoria			1
Assessoria Jurídica			3
Planejamento			5
Tecnologia da Informação			4
Comunicação Mobilização e Educação Ambiental			6
Controle Interno			2
Apoio técnico, Capacitação, Assistência técnica, Licenciamento			4
Financeiro, Finanças e contabilidade, Tesouraria e Cobrança			5
Administrativo, Gestão de pessoas, Licitação e patrimônio			8
Câmara de Regulação, Coordenação, Setor Administrativo e financeiro, Setor Técnico, Fiscalização			45

A equipe gerencial para um consórcio público, apesar de aparentemente ser numerosa, provavelmente significará uma taxa de funcionários por município menor do que a observada no diagnóstico. E tem a vantagem de, na gestão associada, não haver uma repetição de equipes insuficientes, mas sim a agregação de competências diversas. **Os municípios, mesmo os de menor porte, podem dividir o esforço para a construção da instituição que assuma a gestão em uma escala mais adequada.**

Algumas novas funções precisam ser previstas:

- a Ouvidoria, enquanto uma central de diálogo entre o Poder Público e a população; é o setor que permite identificar as demandas da população e as possíveis falhas nos procedimentos dos serviços públicos;
- a instância que responda pela capacitação técnica permanente dos funcionários, aprofundando os temas que integram a rotina de trabalho;
- a instância que assuma a comunicação, além das imprescindíveis tarefas de educação ambiental e mobilização, inclusive em prol da inclusão social dos catadores.

A estrutura apontada não inclui instâncias responsáveis por trabalho operacional, mas pode ser prescindível a presença da Câmara de Regulação e seus funcionários se as tarefas de regulação exigidas pela Lei 11.445/2007 forem exercidas por um ente externo ao Consórcio Público.

No caso da definição de uma estrutura adequada à gestão isolada, por um único município, a estrutura é basicamente a mesma que a sugerida, ajustando-a a esta situação peculiar.

4.3.8. Sistema de cálculo dos custos operacionais e investimentos

A consultora deverá definir, com validação do Comitê Diretor Local, o sistema de cálculo dos custos da prestação dos serviços públicos, e a forma de cobrança desses serviços. Este sistema deve estar em conformidade com as diretrizes da Lei Federal de Saneamento Básico, que determina a recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, bem como a geração dos recursos necessários à realização dos investimentos previstos para a execução das metas.

A consultora deverá organizar as informações para que, com transparência, estes custos possam ser divulgados. Também quanto a este item, há vantagem na adoção da gestão associada – o ganho de escala com a concentração de operações permite diluição dos custos.

Na abordagem do tema no PMGIRS deverão receber especial atenção:

- os investimentos necessários para que os objetivos possam ser atingidos, entre eles a universalidade e a integralidade na oferta dos serviços, contemplando aspectos como investimentos em infraestrutura física, equipamentos de manejo, capacidade administrativa, entre outros;
- o planejamento destes investimentos no tempo, sua depreciação e amortização, segundo o crescimento presumido da geração;
- os custos divisíveis (como os da coleta e manejo dos resíduos domiciliares) e dos custos indivisíveis (varrição e capina, por exemplo);
- a ocorrência de custos por oferta de serviços não considerados enquanto serviços públicos, como a coleta e tratamento de RSS de geradores privados, ou a captação e transporte de resíduos com logística reversa obrigatória (pneus, lâmpadas e outros).

O plano deverá fixar as diretrizes, estratégias e metas para estas questões, possibilitando o desenvolvimento de um trabalho detalhado para sua implementação.

A Lei Federal de Saneamento Básico determina que os serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos sejam remunerados pela cobrança de taxas, tarifas ou preços públicos. E que estes, tais como a Taxa de Manejo de Resíduos Sólidos Domiciliares, referente a serviços divisíveis,

sejam contemplados com uma sistemática de reajuste e revisão, que permita a manutenção dos serviços. No tocante a isso, cumprirá papel fundamental o ente regulador, quer seja ele a Câmara de Regulação estabelecida em um Consórcio Público, quer seja uma agência reguladora externa, contratada pelo consórcio ou pelo município isolado, para este papel.

Alguns exercícios para estabelecimento da sistemática de cálculo têm considerado fatores, tais como:

- localização dos domicílios atendidos: bairros populares, de renda média ou renda alta;
- as indústrias atendidas se caracterizarem por baixa, média ou elevada geração de resíduos assemelhados aos domiciliares (na faixa limite estabelecida como atendimento enquanto serviço público);
- os estabelecimentos não industriais atendidos se caracterizarem por baixa, média ou elevada geração de resíduos assemelhados aos domiciliares (na faixa limite estabelecida como atendimento enquanto serviço público);
- a presença de terrenos vazios, de pequeno, médio ou grande porte, aos quais os serviços são oferecidos, mesmo que não seja usufruído;

A consideração desses fatores permite, inclusive, a definição de uma política de subsídios para a remuneração dos serviços, definida como obrigatória pela nova legislação.

4.3.9. Forma de cobrança dos custos dos serviços públicos

A ampla maioria dos municípios brasileiros inclui os custos com os serviços de manejo dos resíduos nas alíquotas do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Entretanto, diferentes estudos revelam que, independentemente da qualidade dos serviços ofertados, as receitas auferidas não cobrem os custos.

Pela lei federal a cobrança tem que ser feita pelo lançamento de taxa, tarifa ou preço público. É nessa direção (Lei 11.445/2010, Art. 29) que o PMGIRS deve buscar soluções.

Será necessário estabelecer a diretriz de transparência na demonstração da lógica de cálculo empregada na composição de custos, as proporções entre níveis de geração e outras considerações.

4.3.10. Iniciativas para controle social

O processo de elaboração do PMGIRS deverá garantir a introdução dos mecanismos de controle social previstos em lei no documento final. A temática precisa estar pautada nas audiências e conferências, para conferir maior legitimidade à discussão da cobrança pela prestação dos serviços.

A validação das etapas do PMGIRS junto às instâncias de participação social locais ou regionais (Conselhos Locais de Meio Ambiente, Saúde e outros), precisa introduzir a discussão da institucionalização do controle, como prevista no Decreto 7.217/2010. Em seu Art. 34 são descritos os mecanismos que poderão ser adotados para instituir o controle social dos serviços de saneamento e, logicamente, dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos:

- debates e audiências públicas;
- consultas públicas;
- conferências das cidades; e
- participação de órgãos colegiados de caráter consultivo.

Para os órgãos colegiados é assegurada a participação dos seguintes representantes: dos titulares dos serviços; dos órgãos governamentais relacionados ao setor; dos prestadores de serviços públicos; dos usuários dos serviços; e das entidades técnicas, organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor.

Prevendo que as funções e competências dos órgãos colegiados poderão ser exercidas por outro órgão colegiado já existente, com as devidas adaptações da legislação, o Decreto determina que a partir do exercício financeiro de 2014, será vedado o acesso aos recursos federais destinados a saneamento básico, aos titulares desses serviços públicos que não instituírem o controle social realizado por órgão colegiado, por meio de legislação específica. O PMGIRS deverá traçar a diretriz e meta para a definição desta legislação específica.

4.3.11. Sistemática de organização das informações locais ou regionais

A recepção e encaminhamento de informações é responsabilidade do titular dos serviços públicos. Os municípios, ou o consórcio intermunicipal, são obrigados a disponibilizar o PMGIRS no SINIR (Prever também a inserção no Sistema Estadual de Informações sobre Resíduos Sólidos) além de, anualmente, disponibilizar informações sobre os resíduos sob sua esfera de competência. O relacionamento do município ou consórcio público se dará tanto com o SINIR como com o SINISA, Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico, que constituirão banco de dados e procedimentos integrados.

O PMGIRS definirá a compatibilização da disposição legal com as peculiaridades, necessidades e capacidades locais, adotando as estratégias e metas necessárias.

A abordagem dada à questão no Plano de Gestão pode ser de avanço gradual e progressivo, prevendo-se os investimentos no tempo para a construção desta capacidade gerencial específica.

Em um primeiro momento, para cumprimento estrito da previsão legal, deve-se prever:

- encaminhamento do PMGIRS ao SINIR (em implantação pelo MMA);
- recepção e análise dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos-PGRS e de suas atualizações, rotina anual de renovação da informação (Sistema Declaratório) a cargo dos grandes geradores, quando for o município a executar o licenciamento dessas atividades que geram o PGRS.

Em um segundo momento, um banco de dados informatizado pode ser implantado, agregando, além das informações já citadas:

- sistematização e registro das informações coletadas no período da construção do diagnóstico para o Plano de Gestão;
- inclusão dos dados referentes aos programas e ações implementados a partir da aprovação do plano (sobre recursos humanos, equipamentos, infraestrutura, custos, resultados, etc.).

Ao final, em um processo mais sofisticado, pode-se prever, além dos itens anteriormente citados, e de sua análise conjunta, a integração do banco de dados relativo aos resíduos sólidos, com bancos de dados de outras áreas

da administração municipal ou do conjunto de municípios compromissados com um consórcio público:

- informações sobre finanças (contribuintes, atividades econômicas, receitas e despesas, entre outras);
- informações sobre habitação e obras (tipologia, eventos construtivos, geração de resíduos);
- informações sobre o setor saúde (instalações, nível de ocupação, geração de resíduos);
- informações sobre planejamento urbano (demandas para ampliação de serviços e outros aspectos).

A integração entre os diversos bancos de dados existentes pode ser atingida com maior facilidade pela estrutura única estabelecida em um Consórcio Público. Constituir um Sistema de Informações Integrado é uma iniciativa estratégica para implementação progressiva de um serviço público eficiente.

4.3.12. Ajustes na legislação geral e específica

As diretrizes definidas no PMGIRS para adequação das práticas locais aos conceitos da PNRS poderá demandar o encaminhamento pelo Comitê Diretor Local de propostas de alteração de dispositivos legais existentes, incompatíveis com as novas orientações.

As alterações necessárias podem configurar-se como um Código de Resíduos Sólidos (nos moldes do Código de Obras, Código de Posturas, Código Sanitário, etc.), de abrangência local ou regional. Podem ser citados como aspectos a serem disciplinados por legislação local:

- posturas relativas às matérias de higiene, limpeza, segurança e outros procedimentos públicos relacionados aos resíduos sólidos, bem como os relativos à sua segregação, acondicionamento, disposição para coleta, transporte e destinação, disciplinando aspectos da responsabilidade compartilhada, e dos sistemas de logística reversa;
- os limites de volume que caracterizam pequenos geradores e serviços públicos de manejo de resíduos;
- a operação de transportadores e receptores de resíduos privados (transportadores de entulhos, resíduos de saúde, resíduos industriais, sucateiros e ferros-velhos, outros);
- procedimentos relativos aos Planos de Gerenciamento que precisam ser recepcionados e analisados no âmbito local;
- os procedimentos para a mobilização e trânsito de cargas perigosas no município ou na região;
- os instrumentos e normas de incentivo para o surgimento de novos negócios com resíduos;
- os mecanismos de recuperação dos custos pelos serviços prestados por órgãos públicos (taxas, tarifas e preços públicos);
- os programas específicos previstos no PMGIRS;
- o órgão colegiado, as representações e a competência para participação no controle social dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos.

A decisão de editar ou não o PMGIRS como uma legislação específica não é definida explicitamente na PNRS e dependerá das decisões locais.

4.3.13. Programas especiais para as questões e resíduos mais relevantes

Os resíduos de presença mais significativa (em volume), causadores dos problemas mais impactantes devem ser tratados com estratégias diferenciadas. Assim, programas prioritários focados permitirão a estruturação dos processos, a conquista dos primeiros resultados e a consolidação da participação ampla dos diversos agentes. A existência de programas prioritários não deve inibir o preparo de programas para outros resíduos especialmente impactantes, como os resíduos dos serviços de saúde.

Considerando que na maioria dos municípios, os resíduos urbanos, secos e úmidos, e os resíduos da construção civil são os mais relevantes, para os quais deverão ser desenvolvidos programas prioritários e, havendo necessidade, organizadas equipes específicas que devem preservar as boas práticas locais existentes.

O Modelo Tecnológico que vem sendo incentivado pelo MMA integra as ações para os três resíduos citados, traduzindo ações em um conjunto de áreas para a captação e destinação de resíduos que estabeleçam fluxos diretos para resíduos da construção e resíduos domiciliares secos, criando as condições para o manejo segregado dos resíduos domiciliares úmidos. Por esta estratégia, as áreas, funcionando em rede, maior ou menor conforme a dimensão do município, constituirão os 'endereço' para os quais os resíduos serão conduzidos, evitando-se as atuais deposições irregulares em pontos viciados. O planejamento destas redes está descrito no item 4.2.2 Termo de Referência.

As áreas para captação de resíduos integrarão as ações para os resíduos prioritários, mas também permitirão ações voltadas a outros resíduos:

- resíduos da construção civil gerados em pequenas quantidades;
- resíduos volumosos (móveis, podas e inservíveis);
- resíduos domiciliares secos de entrega voluntária ou captados por meio de pequenos veículos;
- resíduos com logística reversa (pneus, lâmpadas, eletroeletrônicos, pilhas e baterias).

Consideradas as condições impostas pelas peculiaridades locais, a consultora deverá elaborar e indicar seus Programas Prioritários, segue exemplos:

- Programa prioritário para o gerenciamento de resíduos de construção e demolição;
- Programa prioritário para o gerenciamento de resíduos domiciliares secos;
- Programa prioritário para o gerenciamento de resíduos domiciliares úmidos.

4.3.14. Ações para a mitigação das emissões dos gases de efeito estufa

A consultora deverá analisar cuidadosamente as soluções de transporte de resíduos em geral (reduzindo a emissão de CO₂ nesse quesito) e as soluções de destinação dos resíduos com forte carga orgânica, como os resíduos urbanos úmidos e os agrosilvopastoris (reduzindo a emissão de metano). Deverão ser definidas diretrizes, estratégias e metas para a redução e o controle dos gases de efeito estufa (GEE) atendendo às diretrizes da PNMC.

Algumas novas tecnologias podem ser consideradas para a destinação dos resíduos, respeitando-se as prioridades definidas na PNRS em seu Art. 9º, em uma ordem de precedência que deixou de ser voluntária e passou a ser obrigatória. A biodigestão é uma tecnologia limpa, e já vem sendo utilizada, no

Brasil, no tratamento do esgoto urbano e de resíduos sólidos de criadouros intensivos, principalmente de suínos e bovinos.

É uma alternativa para a destinação de resíduos sólidos e redução de suas emissões prejudiciais. O Decreto 7.404, regulamentador da PNRS estabelece que, para esta nova tecnologia, não será necessário aguardar regulamentação específica dos ministérios envolvidos.

Para a mitigação de GEE, deverão ser consideradas no planejamento ações para:

- diminuição do transporte mecanizado de todos os tipos de resíduos, visando a redução de emissões;
- captação dos gases resultantes da decomposição dos resíduos úmidos, nos aterros sanitários existentes (prazo de geração de gases estimado entre 16 e 50 anos);
- captação dos gases provenientes da decomposição acelerada dos resíduos úmidos urbanos e rurais, por meio de biodigestores (prazo de geração de gases estimado em algumas semanas);
- disposição de resíduos da coleta convencional em aterro sanitário exclusivamente quando já estabilizados por meio da biodigestão;
- maximização dos processos de compostagem, antecedendo-os de biodigestão sempre que possível;
- aproveitamento energético (geração de energia elétrica, vapor, etc.) dos gases produzidos na biodigestão de resíduos úmidos urbanos e rurais.

As ações para mitigação das emissões de gases são extremamente necessárias para a minimização dos impactos no clima, que já são bastante detectáveis. Os municípios, desta forma, compartilharão com a União os esforços para a efetivação dos compromissos internacionais já assumidos.

META 5 - AGENDAS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PMGIRS E MONITORAMENTO

5.1 Agendas setoriais de implementação do PMGIRS

A finalização do processo de planejamento e a validação do PMGIRS estabelece o início do processo de sua implementação. É responsabilidade do poder público, do Comitê Diretor e do Grupo de Sustentação, não permitir que existam espaços vazios entre a formalização do plano e sua efetiva implantação.

Para isso a consultora deverá formular agendas de continuidade, envolvendo todos os agentes nas ações que, já decididas, precisam ser implementadas. Em todas as agendas é importante que sejam consideradas as ações de educação ambiental e capacitação dos agentes para melhoria progressiva do seu desempenho e dos resultados.

Essas agendas são uma das formas de possibilitar a continuidade da participação social no processo de gestão dos resíduos, dando efetividade à responsabilidade compartilhada que é essencial na PNRS.

Seguem exemplos de Agendas de implementação que podem ser estabelecidas:

- Agenda da Construção Civil – construtores e suas instituições representativas, caçambeiros e outros transportadores, fabricantes, manejadores de resíduos, distribuidores de materiais e órgãos públicos envolvidos, entre outros.

- Agenda dos Catadores – organizações de catadores de materiais recicláveis e reaproveitáveis e os grandes geradores de resíduos secos.
- Agenda A3P – gestores responsáveis pela Agenda Ambiental da Administração Pública nos vários setores da administração.
- Agenda dos Resíduos Úmidos – feirantes e suas instituições representativas, setor de hotéis, bares e restaurantes, sitiantes, criadores de animais e órgãos públicos envolvidos, entre outros.
- Agenda da Logística Reversa – comerciantes, distribuidores, fabricantes, órgãos públicos envolvidos e outros.
- Agenda dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – setor industrial, de serviços de saúde, mineradores, grandes geradores, entre outros.

5.2. Monitoramento e verificação de resultados

A Lei Federal estabelece que o PMGIRS seja revisto, no mínimo a cada quatro anos. O monitoramento e verificação de resultados, para que, nas revisões, sejam aplicadas as correções necessárias, deve ser realizado com apoio, sobretudo nos indicadores de desempenho definidos no plano. Além deles, são elementos importantes de monitoramento:

- implantação de Ouvidoria – órgão para recebimento de reclamações, avaliações e denúncias – ou utilização de órgão ou serviço já existente;
- estabelecimento de rotinas para avaliação dos indicadores, tal como a produção de relatórios periódicos que incluam a análise dos registros feitos pela Ouvidoria;
- reuniões do ÓRGÃO COLEGIADO com competência estabelecida sobre a gestão dos resíduos.

O ÓRGÃO COLEGIADO a ser estabelecido, em atendimento ao artigo 34 do Decreto 7217/2010, deverá ser o grande instrumento de monitoramento e verificação de resultados, pela possibilidade que oferece de convivência entre os diversos agentes envolvidos.

PRODUTOS PREVISTOS

Produto 1 - Construção de Portal Web

Produto 2 - Projeto de Mobilização Social;

Produto 3 - Relatório Técnico (RT) da Oficina sobre Projeto de Mobilização e Legislação;

Produto 4 - Diagnóstico dos Resíduos Sólidos;

Produto 5 - Relatório Técnico (RT) de Audiência de Validação do Diagnóstico Municipal dos Resíduos Sólidos;

Produto 6 - Aspectos Gerais do Planejamento das Ações;

Produto 7 - Relatório Técnico (RT) da Audiência de Validação dos Aspectos Gerais do Planejamento das Ações;

Produto 8 - Planejamento das Ações do PMGIRS;

Produto 9 - Relatório Técnico (RT) da Audiência de Validação do PMGIRS;

Produto 10 – Agendas Setoriais de Implementação do PMGIRS e Monitoramento;

Produto 11 - Relatório Técnico (RT) da Oficina de Implementação e Divulgação do PMGIRS.

PROCEDIMENTOS DE ENTREGA E AVALIAÇÃO DOS PRODUTOS

Todos os produtos deverão ser conferidos e formatados antes de serem entregues e assinados pelo Coordenador Geral do Plano e pela Equipe Técnica responsável. Para cada uma das 05 (cinco) Metas deverão ser apresentadas as Anotações de Responsabilidades Técnicas (ARTs) emitidas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou atestado emitido pelo Conselho correspondente, dos profissionais envolvidos/responsáveis. Para os demais profissionais deverá ser apresentada a Declaração de Prestação de Serviço assinado pelo responsável pelo respectivo trabalho.

Qualquer falha, erro e omissão detectados nos serviços serão de inteira responsabilidade da consultora contratada, assim como o custo financeiro gerado pelos mesmos. Após a conclusão dos trabalhos, eventuais revisões poderão vir a ser solicitadas pelo Comitê Diretor Local, devendo ser atendidas pela consultoria contratada.

Os produtos deverão ser entregues ao Comitê Diretor Local, para análise e apreciação prévia, em uma via impressa, incluindo o material cartográfico quando necessário, e um CD ou DVD contendo o respectivo arquivo. Caso sejam necessárias eventuais modificações, os produtos deverão ser novamente apresentados na mesma quantidade, para fins de aprovação.

A não aprovação de um produto impedirá o recebimento dos demais. Qualquer atraso na entrega dos produtos, conforme cronograma proposto implicará em inadimplência da consultora contratada. A não aprovação das alterações realizadas pela contratada após solicitação do Comitê Diretor Local também acarreta inadimplência.

A versão final do PMGIRS aprovado e consolidado deverá ser entregue devidamente formatado, em via impressa e meio digital (CD ou DVD).

A liberação das parcelas está condicionada à entrega e aprovação dos produtos. Sendo o produto aprovado, a consultora contratada emitirá Nota Fiscal que será paga conforme cronograma.

A consultora contratada é vedado dar conhecimento, transmitir ou ceder a terceiros, qualquer dado ou documento preparado ou recebido para a execução dos serviços, salvo com prévia autorização do Comitê Diretor Local.

DESEMBOLSO

Os pagamentos serão realizados de acordo com os percentuais atribuídos a cada Produto deste Termo de Referência, conforme cronograma físico financeiro. A nota fiscal correspondente ao valor de cada Produto, somente poderá ser emitida após a aprovação formal do mesmo pelo Comitê Diretor Local.

EQUIPE TÉCNICA

A equipe técnica que desenvolverá os trabalhos deverá ser constituída por profissionais legalmente habilitados e com comprovada experiência nas diversas áreas que envolvem a elaboração de planos de gestão e manejo de resíduos sólidos.

A empresa de consultoria deverá compor uma equipe multidisciplinar prevendo, obrigatoriamente, em sua proposta os seguintes profissionais para a realização das atividades objeto do presente Termo de Referência:

- a) Um Coordenador Geral do Plano: Profissional de nível superior, com experiência comprovada na coordenação e/ou participação na elaboração de Planos de Resíduos Sólidos ou Planos de Saneamento Básico.
- b) Um Profissional de Resíduos Sólidos: Engenheiro com experiência comprovada de participação na elaboração de Planos de Resíduos Sólidos ou Planos de Saneamento Básico.
- c) Um Profissional de Mobilização Social: Profissional de nível superior com experiência comprovada na área socioambiental com ênfase em comunicação, mobilização e sensibilização de diferentes setores sociais na elaboração e/ou implantação de planos ou projetos.
- d) Um Profissional de Direito: Profissional de nível superior, formado em Direito, com experiência em direito administrativo ou área de delegação e/ou prestação de serviço público.
- e) Um Profissional de Avaliação Econômica e Financeira: Profissional com formação em Economia, Ciências Econômicas ou Administração, com experiência comprovada na avaliação econômica e financeira de planos ou projetos.

O Coordenador geral deverá centralizar o conteúdo técnico e estar presente nas reuniões com o Comitê Diretor Local.

Todos os profissionais devem comprovar inscrição nos respectivos Conselhos Regionais. As certidões e/ou atestados apresentados pelos profissionais de engenharia deverão estar também, devidamente certificado pelo CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

Além desses profissionais, a equipe técnica poderá incluir consultores que possam apoiá-los na execução de serviços especializados e, ainda, profissionais (sênior, médio e júnior), técnicos para apoio à execução das diversas atividades previstas, auxiliares administrativos, trabalhadores operacionais (inclusive motoristas) e de estagiários de nível superior e médio. Poderão ser também contratados serviços técnicos e administrativos para atendimento aos objetivos e prazos do projeto.

Para eventuais substituições de membros da equipe técnica, o novo profissional deverá apresentar qualificação igual ou superior, devendo ser previamente aprovado pelo Comitê Diretor Local.

PLANILHA GERAL DO PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS

Produtos	Metas e Etapas	Descrição dos Produtos e Relatórios	Prazos sugeridos	Desembolso previsto (%)
	META 1 - MOBILIZAÇÃO SOCIAL E DIVULGAÇÃO		2 a 4 meses	
1	1.1. Construção de Portal Web	Portal Web		X% (com apresentação e aprovação do Portal Web) Sugestão de percentual - 1%
2	1.2. Projeto de Mobilização	Projeto de Mobilização		X% (com apresentação e aprovação do Projeto de Mobilização Social). Sugestão de percentual - 9%
3	1.3. Oficina sobre Projeto de Mobilização e Legislação	RT da Oficina sobre Projeto de Mobilização e Legislação		X% (com apresentação e aprovação do RT Oficina) Sugestão de percentual - 2%
	META 2 - DIAGNÓSTICO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS		3 a 5 meses	
4	2.1. Aspectos Socioeconômicos	Diagnóstico dos Resíduos Sólidos		X% (com apresentação e aprovação do Diagnóstico Regional RS) Sugestão de percentual - 30%
	2.2. Saneamento básico			
	2.3. Resíduos sólidos com maior relevância			
	2.4. Informações sobre catadores			
	2.5. Legislação local em vigor			
	2.6. Estrutura operacional, fiscalizatória e gerencial			
	2.7. Educação ambiental			
	2.8. Situação dos tipos de resíduos sólidos			
	2.9. Caracterização dos Resíduos sólidos urbanos			
	2.10. Classificação, geração, coleta e transporte			
	2.11. Destinação e disposição final			
	2.12. Custos de despesas gerais			
	2.13. Competências e responsabilidades			
	2.14. Carências e deficiências			
	2.15. Iniciativas relevantes			
	2.16. Oficina de apresentação do Diagnóstico e seu relatório			
5	2.17. Audiência de Validação do Diagnóstico Municipal	RT da Audiência de Validação do Diagnóstico		X% (com apresentação e aprovação do RT da Audiência) Sugestão de percentual - 2%
	META 3 - ASPECTOS GERAIS DO PLANEJAMENTO DAS AÇÕES		2 a 3 meses	
6	3.1. Análise do Arranjo Regional e Proposta de Gestão Associada Intermunicipal	Aspectos Gerais do Planejamento das Ações		X% (com apresentação e aprovação do RT da Análise de Possibilidades de Gestão Associada) Sugestão de percentual - 15%
	3.2. Definição das responsabilidades públicas e privadas			
	3.3. Oficina para análise Aspectos Gerais do Planejamento das Ações			
7	3.4. Audiência de Validação da Análise Aspectos Gerais do Planejamento das Ações	RT da Audiência de Validação da Análise de Aspectos Gerais do Planejamento das Ações	X% (com apresentação e aprovação do RT Audiência) Sugestão de percentual - 2%	
	META 4 - PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DO PMGIRS		3 a 5 meses	
8	4.1. Análise cenários futuros	Planejamento das ações do PMGIRS		X% (com apresentação do PMGIRS) Sugestão de percentual - 25%
	4.2. Diretrizes, estratégias, programas, ações e metas para o manejo diferenciado dos resíduos sólidos			
	4.3. Diretrizes, estratégias, programas, ações e metas para outros aspectos do plano.			
	4.4. Oficina do PMGIRS e seu relatório			
9	4.5. Audiência de Apresentação e validação do PMGIRS	RT da Audiência de Validação PMGIRS	X% (com apresentação e aprovação RT da Audiência de Validação PMGIRS) Sugestão de percentual - 2%	
	META 5 – AGENDAS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PMGIRS E MONITORAMENTO		2 meses	
10	5.1. Agendas setoriais de implementação do PMGIRS	Agendas de implementação do PMGIRS e Monitoramento		X% (com apresentação e aprovação do Processo de Implementação do PMGIRS) Sugestão de percentual - 10%
	5.2. Monitoramento e verificação de resultados			
11	5.3. Oficina sobre implementação e divulgação do PMGIRS	RT da Oficina de Implementação e Divulgação	X% (com apresentação e aprovação do RT da Oficina de implementação e divulgação) Sugestão de percentual - 2%	
PRAZO TOTAL SUGERIDO: 10 A 20 MESES				

REFERÊNCIAS

- 1) BRASIL. Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, nº 147, p. 3, 03 de agosto de 2010.
- 2) BRASIL. Decreto nº 7.404 de 23 de dezembro de 2010. Regulamenta a Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências.
- 3) Silva Filho, C. R. V. Gestão de resíduos sólidos: o que diz a lei / Carlos Roberto Vieira da Silva Filho, Fabricio Dorado Soler – São Paulo: Trevisan Editora Universitária, 2012.
- 4) Ministério do Meio Ambiente; ICLEI – Brasil. Planos de gestão de resíduos sólidos: manual de orientação, Brasília 2012.
- 5) SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável. Estudo de Regionalização da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Estado de Santa Catarina. Plano Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Santa Catarina, 2012

ANEXO IV

1. DADOS CADASTRAIS

Conveniente ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ENTRE RIOS – AMERIOS.				CNPJ 00.961.206/0001-88	
Endereço Avenida Euclides da Cunha, 160				Bairro Centro	
Cidade Maravilha	UF SC	CEP 89874-000	DDD/telefone (49) 3664-0282	Inscrição no CMAS	
Conta Corrente		Banco Brasil	Agência 0858-3	Praça de pagamento	
Nome do Responsável: Norberto Paulo Gonzatti				CPF 657.445.519-72	
CI/ Órgão Exp. 2.232.527- 04/01/2013- SSP/SC		Cargo Presidente	Função Presidente		Matrícula
Endereço Rua Henrique Trennepohl, 36				Bairro Centro	
Cidade Palmitos			CEP 89.887-000	DDD/Telefone 49 3647 9100	

2. OUTROS PARTICIPES

Nome	CNPJ/CPF
Endereço	Bairro
Cidade	CEP

3. DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto Plano Municipal de Resíduos Sólidos da região da AMERIOS (Associação dos Municípios do Entre Rios)	Período de Execução	
	Início Dezembro de 2013	Término Novembro de 2014
Identificação do Objeto Elaborar para os municípios que manifestaram interesse, através de Termo de Adesão de participação do processo de elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS , com conteúdo mínimo previsto no artigo 19 da Lei nº 12.305/2010. Os Planos serão desenvolvidos sob-responsabilidade da Associação dos Municípios do Entre Rios- AMERIOS , nos municípios que concordaram em receber auxílio e participar na elaboração e conclusão do Plano proposto, conforme Termo de Referencia do PMGIRS , elaborado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável – SDS, como parte integrante deste objeto . Os Termos de Adesão seguem anexos a este plano de trabalho, dos seguintes municípios: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Campo Erê, Cunhataí, Cunha Porã, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Saltinho, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista Saudades e Tigrinhos.		

Justificativa da Proposição

A Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, Lei 12.305/2010, no artigo 18 §1º prevê que: Serão priorizados no acesso aos recursos da União os municípios que optarem por soluções consorciadas para a gestão dos resíduos sólidos, incluídas a elaboração e implementação de Plano Intermunicipal de Resíduos Sólidos. Com esta demanda a **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ENTRE RIOS-AMERIOS** pretende através de sua estrutura administrativa e técnica atender às expectativas referente à captação de recursos financeiros para coordenação e elaboração dos PMGIRS referente aos municípios citados.

4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (Meta, Etapa ou Fase)

META/ (PRODUTO)	ETAPA FASE	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO	
			Unidade	Quantidade	INÍCIO	TÉRMINO
1		MOBILIZAÇÃO SOCIAL E DIVULGAÇÃO				
(1)	1.1	Construção de Portal Web	Portal	01	Dezembro 2013	Janeiro 2014
(2)	1.2	Projeto de Mobilização Social	Projeto	01	Janeiro 2014	Fevereiro 2014
(3)	1.3	Oficina Projeto Mobilização e legislação	Relatório Oficina	14	Janeiro 2014	Fevereiro 2014
2		DIAGNÓSTICO DOS RS				
(4)	2.1	Aspectos Socioeconômicos	Relatório	14	Fevereiro 2014	Abril 2014
	2.2	Saneamento básico				
	2.3	Resíduos sólidos com maior relevância				
	2.4	Informações sobre catadores				
	2.5	Legislação local em vigor				
	2.6	Estrutura Operacional				
	2.7	Educação ambiental				
	2.8	Situação dos tipos de resíduos sólidos				
	2.9	Caracterização dos Resíduos sólidos urbanos				
	2.10	Classificação, geração, coleta e transporte				
	2.11	Destinação e disposição final				

	2.12	Custos de despesas gerais				
	2.13	Competências e responsabilidades				
	2.14	Carências e deficiências				
	2.15	Iniciativas relevantes				
	2.16	Oficina de apresentação do Diagnóstico e seu relatório				
(5)	2.17	Audiência de Validação do Diagnóstico Municipal	Relatório Audiência	14	Abril 2014	Maio 2014
3		ASPECTOS GERAIS DO PLANEJAMENTO DAS AÇÕES				
(6)	3.1	Estudo do Arranjo Regional e Proposta da Gestão Associada	Relatório	14	Maio 2014	Junho 2014
	3.2	Responsabilidades Públicas e Privadas				
	3.3	Oficina itens 3.1 e 3.2				
(7)	3.4	Audiência de Validação da Gestão Associada e das Responsabilidades Públicas e Privadas.	Relatório Audiência	14	Junho 2014	Julho 2014
4		PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DO PMGIRS				
(8)	4.1	Análise cenários futuros	Relatório	14	Julho 2014	Agosto 2014
	4.2	Diretrizes, estratégias, programas, ações e metas para o manejo diferenciado dos resíduos sólidos				
	4.3	Diretrizes, estratégias, programas, ações e metas para outros aspectos do plano				
	4.4	Oficina do PMGIRS e seu relatório				

(9)	4.5	Audiência de Apresentação e validação do PMGIRS	Relatório Audiência	14	Agosto 2014	Setembro 2014
5		PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PMGIRS				
(10)	5.1	Agendas setoriais de implementação do PMGIRS	Relatório	14	Setembro 2014	Outubro 2014
	5.2	Monitoramento e verificação de resultados				
(11)	5.3	Oficina sobre implementação e divulgação do PMGIRS	Relatório Oficina e	14	Outubro 2014	Novembro 2014

5. PLANO DE APLICAÇÃO (R\$)

NATUREZA DAS DESPESAS		CONCEDENTE	CONVENIENTE
Código	Especificação		
33.50.41 Contribuições	Produto 1	3.198,28	
	Produto 2	28.784,48	
	Produto 3	6.396,55	
	Produto 4	95.948,25	
	Produto 5	6.396,55	
	Produto 6	47.974,13	
	Produto 7	6.396,55	
	Produto 8	79.956,88	
	Produto 9	6.396,55	
	Produto 10	31.982,75	
	Produto 11	6.396,55	
TOTAL		319.827,52	

6. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$)

CONCEDENTE

	Dezembro 2013	Janeiro 2014	Fevereiro 2014	Março 2014	Abril 2014	Mai 2014
Produto 1	3.198,28					
Produto 2			28.784,48			

Produto 3			6.396,55			
Produto 4					95.948,25	
Produto 5						6.396,55
	Junho 2014	Julho 2014	Agosto 2014	Setembro 2014	Outubro 2014	Novembro 2014
Produto 6	47.974,13					
Produto 7		6.396,55				
Produto 8			79.956,88			
Produto 9				6.396,55		
Produto10					31.982,75	
Produto11						6.396,55

CONVENIENTE (CONTRAPARTIDA)

Meta	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar
Meta	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set

7. DEFERIMENTO SOLICITADO

Na qualidade de representante legal do conveniente, peço deferimento ao que ora é solicitado para fins de desenvolver o Plano de Trabalho apresentado.

Maravilha/SC, 6 de Dezembro de 2013.

Conveniente

8. APROVAÇÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

CDR – nº da ATA	Local e data

9. MANIFESTAÇÃO DO CONCEDENTE

Deferido	<hr/> Concedente
Local e data	

10. TESTEMUNHAS

Nome: _____	Nome: _____
CPF: _____	CPF: _____

AMOSC**Resultado Chamada Pública 01/13 - AMOSC**

RESULTADO DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA AMOSC 01/2013

A Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC), inscrita no CNPJ sob o nº 82.805.961/0001-38, com sede na Av. Getúlio Vargas, nº 571-S, Centro, CEP: 89.812.000, Chapecó-SC, torna público o RESULTADO da chamada para cotação de preço para escolha de empresa para a ELABORACAO DOS PLANOS DE GESTÃO INTEGRADA DE RESIDUOS SÓLIDOS DOS MUNICIPIOS DE CAXAMBU DO SUL, CORDILHEIRA ALTA, GUATAMBU, NOVA ITABERABA, PLANALTO ALEGRE, SÃO CARLOS, SERRA ALTA E SUL BRASIL.

As propostas de preços apresentadas pelas empresas foram a seguinte:

- CERNE AMBIENTAL LTDA - ME apresentado a proposta de valor total de R\$ 68.499,00 (sessenta e oito mil quatrocentos e noventa e nove reais);

- ALTO URUGUAI SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA - ME apresentado a proposta de valor total de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais);

- DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA apresentado a proposta de valor total de R\$ 85.623,75 (oitenta e cinco mil seiscentos e vinte e três reais e setenta e cinco centavos);

- J.A. ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA - ME apresentado a proposta de valor total de R\$ 109.800,00 (cento e nove mil e oitocentos reais);

Diante da documentação apresentada pode se verificar que se tratam de empresas idôneas que atuam na área técnica que envolve o objeto de contratação do presente Edital, e possuem bons retrospectos e acervos. A comissão mais uma vez salientou que o presente ato se refere a uma cotação de preços por chamada pública não vinculando estes atos ao de um processo licitatório, mas sim de cumprimento das razões já aduzidas no item "1" do Edital, em especial o prejulgado 2105 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina que expressa que "Para aquisição de bens e contratação de serviços com recursos de órgãos ou entidades da Administração Pública estadual ou municipal, poderão as entidades privadas sem fins lucrativos realizar cotação prévia de preços". Presente estas considerações, a comissão passou a análise e julgamento da proposta mais vantajosa, e considerou como VENCEDORA a empresa CERNE AMBIENTAL LTDA - ME com o preço de R\$ 68.499,00 (sessenta e oito mil quatrocentos e noventa e nove reais).

Este resultado do julgamento com a proposta vencedora será afixado no sítio eletrônico da AMOSC (www.amosc.org.br) e remetido por fac-símile às empresas participantes, para conhecimento. Da presente decisão caberá recurso administrativo em até 02 (dois dias) úteis para o Presidente da AMOSC.

Chapecó(SC), 10 de dezembro de 2013.

PAULO UTZIG

Secretário Executivo

JORGE CÉSAR DREWS

Engenheiro Civil

VERA BACK SARTORETTO

Advogada

MARCELO CARDOSO DOS SANTOS

Engenheiro Agrimensor

JULIANA SALETE GUARDA

Engenheira Química

EGEM**Edital Nº 84/2012 - Pós Graduação _gestão Ambiental**

EDITAL Nº 84/2013

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

CURSO DE ENSINO A DISTÂNCIA - EAD

"PÓS-GRADUAÇÃO EM NÍVEL DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO AMBIENTAL MUNICIPAL"

1.APRESENTAÇÃO DO CURSO

O Ensino à Distância – EAD, vem se consolidando em Santa Catarina. Surge com a possibilidade de atualização constante dos conteúdos, flexibilidade nos horários de estudo e no deslocamento e interatividade entre os alunos. Nesta metodologia de ensino, a dedicação e comprometimento do aluno ao curso é fator fundamental para se obter resultados de qualidade no aprendizado.

A EGEM em parceria com a Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI e a Fundación Instituto Europeu de Estudos Superiores – FIEES lança o edital da primeira turma do curso EAD de Pós-graduação em nível de Especialização em Gestão Ambiental Municipal. As administrações públicas de Santa Catarina terão a possibilidade de capacitar seus gestores para o planejamento e a gestão ambiental, sem a necessidade de deslocamentos e estadias, reduzindo drasticamente os custos e garantindo atualização profissional e terão em seus quadros técnicos especialistas em Gestão Ambiental.

OBJETIVO GERAL

Capacitar e preparar os alunos para que obtenham capacidades suficientes para dirigir, supervisionar ou avaliar o desempenho das funções de conteúdo ambiental de um município, ou de alguma de suas áreas, implementando métodos e procedimentos de melhoria contínua.

TIPO DO CURSO

(x) Especialização (Res. nº. 001/2007 do CNE/CES)

Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI

COORDENAÇÃO GERAL

Alexandre Alves

Diretor Geral da EGEM

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Denise Schmitt Siqueira Garcia, Dra

Professora da Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI

CARGA HORÁRIA

450h - As disciplinas serão ofertadas na modalidade à distância

NÚMERO DE VAGAS

Máximo de alunos: 50

2.PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÃO

Os candidatos as vagas para cursar a pós-graduação, devem encaminhar os seguintes documentos digitalizados para a Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM:

- Diploma do curso de graduação (autenticado).

- Histórico escolar do curso de graduação (autenticado).

- Currículo Lattes (atualizado e com foto).

- Cópia da Carteira de Identidade e CPF.

- Comprovante do pagamento da matrícula.

Os documentos digitalizados listados acima deverão ser enviados

para: secretaria@egem.org.br.

Após a conferência dos documentos solicitados acima a EGEM enviará o Contrato de Prestação de Serviços Educacionais (modelo disponibilizado no site www.egem.org.br, no hotsite do curso) digital, e este deverá ser impresso em duas vias, e, após assinadas e rubricadas deverão ser encaminhadas pelos correios para:

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Rua Santos Saraiva, 1546

Estreito – Florianópolis - CEP: 88070-101

A/C Secretaria EGEM

3. PÚBLICO-ALVO

Portadores de Diploma de Curso Superior.

4. CALENDÁRIO

Local	Ambiente Virtual
Período das inscrições	12 de dezembro a 31 de março de 2014
Vencimento do boleto de matrícula	Até 5 dias após a matrícula
Vencimento dos demais boletos	Até o dia 10 do mês subsequente
Homologação das inscrições	14 de abril de 2014
Encaminhamento da senha de acesso	22 de abril de 2014
Início do Curso	28 de abril de 2014
Carga horária total	450 horas/aulas
Quantidade de vagas	50

5. MATRÍCULA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

QUADRO 1 - DA MATRÍCULA

Tipo de inscrição	Número de Parcelas	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	01	R\$ 400,00
Demais participantes	01	R\$ 400,00

QUADRO 2 - DAS MENSALIDADES

Tipo de inscrição	Número de Parcelas	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	10	R\$ 320,00
Demais participantes	10	R\$ 350,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com o valor da matrícula, e, após a homologação da inscrição será encaminhado o carnê das demais parcelas, conforme consta no QUADRO 2 – DAS MENSALIDADES.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário, referente a matrícula e encaminhamento da documentação digitalizada.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC – CEP 88070-101 - Telefone: 48

3221- 8800 – Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

6.METODOLOGIA DE TRABALHO

Os participantes do curso terão acesso e facilidades em utilizar os recursos disponíveis na biblioteca da UNIVALI.

Os equipamentos de apoio pedagógico, tais como projetor multimídia, vídeo e TV estão disponíveis no campus para o corpo docente.

O curso será oferecido nos meses de abril de 2014 a janeiro de 2015 com uma carga horária total de 450 horas, distribuídas conforme Item 7 deste edital.

As aulas serão ministradas on line durante toda a semana segundo disponibilidade do aluno, as quais poderão ser ministradas através de vídeos, aulas expositivas em vídeo conferência, debates em foro on line, trabalhos em grupo, podendo o professor desempenhar concomitantemente o desenvolvimento da disciplina e avaliação dos alunos.

Este Curso de Pós-Graduação, em nível de especialização em GESTÃO AMBIENTAL MUNICIPAL, obedece às normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação. O Certificado será expedido em observância à Resolução nº 001/2007 do CNE/CES.

Nenhuma disciplina do curso de graduação poderá ser usada para crédito de especialização.

A dispensa de disciplinas já cursadas pelo aluno em outros cursos de pós-graduação poderá ser concedida mediante:

- Apresentação de requerimento e comprovante.
- Corresponder à carga horária e ter sido aprovado na disciplina já cursada.
- O tempo entre o término da disciplina cursada e o início da pós-graduação não exceder a três anos.

Utilizar-se-á a plataforma Dokeos com os seguintes recursos multimídias: metodologia avançada on line, com vídeos, vídeos conferências, foros, consultas on line e trabalhos de grupo, disponibilizado pela UNIVALI.

7.DISCIPLINAS OFERTADAS COM CARGA HORÁRIA

NOMES DAS DISCIPLINAS POR EXTENSO	Carga horária
Noções de ecologia	25
Gestão e proteção do ambiente	25
Escalas territoriais de proteção	25
O ambiente urbano e a saúde Ambiental	25
Metas em gestão ambiental urbana	25
A gestão dos resíduos urbanos	25
Esgoto	25
Vigilância e impacto ambiental dos projetos	25

A paisagem. Qualidade ambiental.	25
A atmosfera (I) A poluição do ar	25
A atmosfera (II) Poluição acústica e poluição luminosa. Os odores	25
Município e Mudanças Climáticas	25
Biodiversidade. Espaços verdes urbanos	25
Os modelos organizacionais para a gestão ambiental municipal	25
Financiamento. Propostas.	25
A iniciativa municipal no desenvolvimento e adoção de normas ambientais	25
Informação, conscientização, educação e participação.	25
Trabalho final de conclusão de curso	25
	TOTAL 450h

8.CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO NAS DISCIPLINAS

Conforme Art. 21 do Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, o aproveitamento do rendimento do aluno será avaliado por meio de verificações, em cada disciplina, sendo a nota final expressa em conceitos, com as seguintes equivalências:

- A - Excelente = 9,0 a 10 - com direito a crédito.
 B - Bom = 7,0 a 8,9 - com direito a crédito.
 C - Regular = 5,0 a 6,9 - com direito a crédito.
 D - Deficiente = 3,0 a 4,9 - sem direito a crédito.
 E - Insuficiente = 0,0 a 2,9 - sem direito a crédito.
 I - Incompleto = 0,0 - sem direito a crédito.

§ 1º A obtenção de, no mínimo, média global "B", acrescido de frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas ministradas, em cada disciplina, confere ao aluno o direito à aprovação ao número de créditos cursados.

§ 2º Será consignado conceito "I" ao aluno que obtiver na disciplina aproveitamento regular, mas deixar de completar os trabalhos exigidos pelo professor.

§ 3º Para cada conceito "C" obtido na realização de uma disciplina, o discente deverá compensar com um conceito "A" em outra disciplina, para manutenção da média global igual ou superior a "B".

§ 4º A entrega do conceito final para cada disciplina não deverá exceder o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega do trabalho ao professor responsável.

9.SISTEMAS DE AVALIAÇÃO

- Do Discente
- (X) Prova Presencial – a ser agendada pelas instituições envolvidas e comunicada com antecedência aos alunos
- Do Curso - Trabalho de Conclusão do Curso
- (X) Artigo Científico

10.CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO DO TRABALHO FINAL

Conforme Art. 22 do Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, será considerado aprovado o aluno que satisfizer aos seguintes requisitos:

- Obtenção do número mínimo de horas e créditos definidos neste projeto.
- Frequência mínima de 75% em cada disciplina.
- Obter média global igual ou superior a "B".
- Aprovação do trabalho final pelo Professor Orientador de Conteúdo e pelo Coordenador do Curso, com conceito não inferior a "B".

11.TRABALHO DE CONCLUSÃO

Os cursos de especialização requerem a elaboração individual e obrigatória de um Trabalho de Conclusão de Curso, o qual será

avaliado pelo Professor-Orientador e pelo Coordenador Pedagógico do Curso, cujo conceito não poderá ser inferior a "B".

Neste Curso de Pós-graduação o trabalho será na forma de artigo científico.

12.CERTIFICAÇÃO

A certificação será feita pela FIEES e UNIVALI, através da Gerência de Pesquisa e Pós-Graduação. O aluno estará apto a receber o certificado após obter aprovação em todas as disciplinas, incluindo o Trabalho de Conclusão de Curso. As informações referentes ao histórico escolar ficarão registradas no verso do certificado.

13. INFRAESTRUTURA FÍSICA

a) Instituições (salas de aula, laboratórios, etc.)

1 sala de aula com capacidade para 50 alunos, para avaliação final presencial, nas dependências da UNIVALI.

b) Biblioteca (acervo bibliográfico)

Disponível no acervo da Biblioteca Central da UNIVALI, mais a bibliografia específica.

c) Recursos de Informática

Mediante agendamento prévio no Laboratório de Informática da UNIVALI.

14.QUADRO DOS DOCENTES

Nome do Professor	Titulação	Experiência Acadêmica
Gabriel Real Ferrer	Doutor	Professor na Universidade de Alicante
César Bordehore i Fontanet	Mestre	Professor na Universidade de Alicante
Borja Montaña Sanz	Doutor	Professor na Universidade de Alicante
Denise Schmitt Siqueira Garcia	Doutora	Professora da UNIVALI
Guilherme Nazareno Flores	Mestre	Não possui vínculo
Álvaro Borges de Oliveira	Doutor	Docente da UNIVALI
Jorge González	Doutor	Professor na Universidade de Alicante

15.Tutor do Curso

A tutoria deste curso de pós-graduação será realizada pelo corpo docente, acima apresentado.

16.DIREITOS DE IMAGEM

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

DISPOSIÇÕES GERAIS

A Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM, se reserva no direito de não ofertar o curso, caso as 50 vagas não sejam preenchidas.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Fundación Instituto Europeu de Estudos Superiores - FIEES

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

Consórcios

AGIR

Resolução Nº 043/2013 - AGIR

RESOLUÇÃO Nº 043/2013

INSTAURA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO.

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução nº 003/2013 e pelo Artigo 48, Inciso I do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de procedimento administrativo cujo objeto é a apreciação do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato nº 13/2010, firmado entre a empresa Say Muller Serviços Ltda. EPP e o SAMAE de Gaspar, cujo objeto é a execução dos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos e compactáveis domiciliares, comerciais-industriais (com características domiciliares), das repartições públicas e da limpeza de áreas públicas do município de Gaspar, encaminhado pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE.

Art. 2º Proceda-se a numeração do referido procedimento e as demais providências legais pertinentes.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 28 de novembro de 2013.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR

Resolução Nº 044/2013 - AGIR

RESOLUÇÃO Nº 044/2013

INSTAURA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO.

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução nº 003/2013 e pelo Artigo 48, Inciso I do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de procedimento administrativo cujo objeto é a realização de fiscalização preventiva e preliminar na unidade de captação de água (ETA II) do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau - SAMAE, face as notícias veiculadas nos órgãos de imprensa locais.

Art. 2º Proceda-se a numeração do referido procedimento e as demais providências legais pertinentes.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 06 de dezembro de 2013.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR

Resolução Nº 045/2013 - AGIR

RESOLUÇÃO Nº 045/2013

INSTAURA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO.

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução nº 003/2013 e pelo Artigo 48, Inciso I do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de procedimento administrativo cujo objeto é o reajuste para a tabela de preços de serviços públicos prestados pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó - SAMAE.

Art. 2º Proceda-se a numeração do referido procedimento e as demais providências legais pertinentes.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 06 de dezembro de 2013.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR

Ata Nº 015 de 04.11.2013 - Reunião Ordinária do Comitê de Regulação - AGIR

ATA Nº 015/2013, DE 04 DE NOVEMBRO 2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR.

Aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, de acordo com a convocação publicada no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 1.344, página 176 de 11.10.2013, no site e no mural da AGIR, reuniu-se em sua sede, na sala de reuniões do 1º piso da AMMVI, no endereço declinado na convocação, nesta cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, às quatorze horas em primeira convocação, depois de verificada a presença dos conselheiros em número legal. A reunião contou com a presença do senhor Anísio Fantini - Presidente do Comitê de Regulação da AGIR, senhor Heinrich Luiz Pasold - Diretor Geral da AGIR, senhora Vanessa Fernanda Schmitt - Diretora Administrativa da AGIR, Felipe Ruediger - Diretor Técnico da AGIR, Luciano Gabriel Henning - Advogado da AGIR, Ana Claudia Hafemann - Agente Administrativo da AGIR, Caio Barbosa de Carulice, Agente Administrativo da AGIR, Diandra Mendes Medeiros, Ouvidora da AGIR, e dos seguintes Conselheiros Titulares: Maria de Fátima Martins, Douglas Frankenberger, Ricardo Hubner, Gustavo Dunchatt Zettermann, Valdete Korz Marques e Ricardo Alexandre da Silva; e dos seguintes Conselheiros Suplentes: Jonas Luiz de Lima, Sandra A. A. Oliveira e Guilherme Schmidt Pimentel; como consta na lista de presença devidamente assinada e arquivada. Os trabalhos da reunião ordinária do Comitê de Regulação da AGIR foram iniciados pelo senhor Anísio Fantini, que deu as boas-vindas aos presentes e, com a concordância de todo, nomeou o senhor Murilo Geviéski Ouriques - Agente Administrativo da AGIR, para secretariar os trabalhos. Em seguida, foi dada a apresentação e apreciação da Ordem do Dia: 1 - Leitura e aprovação da ata anterior; 2 - Relatório de Ouvidoria; 3 - Relatório de Procedimentos Administrativos; 4 - Prorrogação do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Prestação de Serviço Público de Esgoto Sanitário do Município de Blumenau (Procedimento Administrativo nº 010/2011-AGIR); 5 - Consulta Pública nº 002/2013; 6 - Assuntos Gerais. Em ato seguinte, referente à aprovação da ata da reunião anterior, após sua leitura pela senhora Diandra Mendes Medeiros, fica a mesma aprovada. Referente ao item 2

da pauta - Relatório Ouvidoria, ainda com a palavra a senhora Diandra Mendes Medeiros, leu os doze procedimentos internos abertos pela ouvidoria no ano de 2013, sendo que os procedimentos 001, 002, 004, 006, 009, 010, 011 estão solucionados e os procedimentos 005, 007, 008, 012, 013, 014 estão pendentes de resolução, ou seja, em processo. Fica como parte integrante desta ata a apresentação feita pela senhora Diandra Mendes Medeiros. O senhor Felipe Ruediger - Diretor Técnico da AGIR, menciona que alguns critérios técnicos e de não conformidades, referentes aos processos acima citados, já estão sendo analisados. Em seguida, a senhora Vanessa Fernanda Schmitt explica como é atualmente o processo de ouvidoria; que recebemos muitas ligações diárias de reclamações de usuários que ainda não fizeram suas reclamações primeiramente nos prestadores, lembrando que a AGIR é a instância superior, ou seja, só poderemos atender a reclamação do usuário quando este tenha em mãos o número de protocolo do seu prestador de serviços. A senhora Vanessa Fernanda Schmitt complementa que enquanto estivermos implantando a ouvidoria, não esperamos somente a ligação dos usuários, mas que de forma proativa, abriremos processos por conta própria, como denúncias e reclamações feitas através das mídias sociais, televisão e jornais. Informa, ainda, que a Agir está com um novo layout no site, remodelado com o link da ouvidoria do órgão e que será estruturado internamente todo um procedimento por município. O Presidente do Comitê, o senhor Anísio Fantini, menciona a reclamação dos usuários referente às irregularidades no aterro sanitário de Timbó, quando o senhor Felipe Ruediger comenta a respeito da ida a campo para conhecimento da situação, detalhando os problemas locais existentes e faz menção a uma posterior fiscalização ao local. O senhor Gustavo Dunchatt Zettermann, diz que não há sequer funcionários técnicos no local e o maior problema é de responsabilização, no qual um joga o problema ao outro. Ainda a respeito do aterro sanitário de Timbó, o senhor Jonas Luiz de Lima ressalta que, de fato, a situação está precária, falta gestão e que alguma coisa deve ser feito urgentemente. Neste instante, a senhora Vanessa Fernanda Schmitt propõe marcar mais uma visita ao local e convida algum conselheiro caso há interesse de ir junto para fins de comparecer com mais representatividade, sendo que fica como responsabilidade do senhor Felipe Ruediger agendar visita ao local. O Presidente do Comitê, o senhor Anísio Fantini, assume a palavra e dá continuidade aos itens da pauta, iniciando o item 3 - Relatório de Procedimentos Administrativos, passando a fala a senhora Vanessa Fernanda Schmitt, a qual inicia lembrando que em 2013 (dois mil e treze) a Diretoria Executiva é composta pelo Presidente Moacir Polidoro - Prefeito de Acurra, pelo Vice-Presidente Hartwig Persuhn - Prefeito de Doutor Pedrinho, e pelo tesoureiro Fernando Tomaselli - Prefeito de Rio dos Cedros. Também lembrou da estrutura interna da Agir e de seu organograma; fez menção aos aprovados no Concurso Público nº 001/2013, citando o senhor Caio Barbosa de Carulice, da área técnica, cursando engenharia ambiental e já atuando e desempenhando papel de forma intensa; a senhora Ana Claudia Hafemann, cursando Administração, Agente Administrativa, desempenhando a parte de análise dos procedimentos administrativos e das licitações; e o senhor Murilo Geviéski Ouriques, bacharel em Secretariado Executivo - Inglês e tecnólogo em Comércio Exterior, Agente Administrativo, desempenhando a parte de secretaria/assessoria e compras. Ressaltou que para o próximo ano será aberto mais um concurso para o provimento de vagas para contador, economista e engenheiro e que, com isso, a AGIR espera chegar ao seu quadro completo. A senhora Vanessa Fernanda Schmitt também traz comentários a respeito dos 16 (dezesseis) procedimentos administrativos abertos em 2013, cuja apresentação fica como parte integrante desta ata. Passando ao item 4 da pauta - Prorrogação do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Prestação de Serviço Público de Esgoto Sanitário do Município de Blumenau (Procedimento Administrativo nº 010/2011-AGIR), o senhor Heinrich Luiz Pasold - Diretor Geral da AGIR, expõe que tínhamos um prazo até o final do ano passado e que foram feitos pedidos de

prorrogação, os quais foram concedidos, e que agora o prazo final se encerra neste mês de novembro, dia 17.11.2013. A senhora Vanessa Fernanda Schmitt relembra o desenrolar do processo e que se está aguardando o terceiro termo aditivo entre as partes, quais sejam Samae de Blumenau e Foz de Blumenau S.A.; que fica assim a prorrogação do prazo para até 17.11.2013, aceita pelos conselheiros presentes. O senhor Guilherme Schmidt Pimentel fala um pouco sobre a situação do contrato, citando a receita; que cada vez que é prorrogado um contrato há uma conta a ser paga (é uma situação complicada); que espera-se, de fato, que a situação seja resolvida. O Presidente do Comitê, o senhor Anísio Fantini, inicia o item 5 - Consulta Pública nº 002/2013, e passa a palavra à senhora Vanessa Fernanda Schmitt, que menciona que a mesma foi prorrogada até o dia 14.11.2013, solicitando aos presentes que divulguem em seus municípios sobre esta Consulta Pública. Para tanto, todos receberam cópia do Aviso de Prorrogação da mesma. A fim de concluir a reunião, item 6 - Assuntos Gerais, a senhora Vanessa Fernanda Schmitt afirma que está mantido o calendário para o ano que vem, com reuniões mensais, sempre na última segunda-feira de cada mês, no período vespertino. A senhora Vanessa Fernanda Schmitt também pergunta se alguém tem mais alguma coisa a acrescentar, e o senhor Jonas Luiz de Lima aproveita para mencionar a visita técnica feita nos municípios a respeito dos sistemas de abastecimento de água. Assim, é proposta pela senhora Vanessa Fernanda Schmitt uma visita técnica para reconhecimento e apresentação do escopo das fiscalizações que serão feitas em 2014 (dois mil e catorze). O senhor Heinrich Luiz Pasold diz que, firmado o calendário, comunicar-se-á uma visita na qual serão observadas determinados critérios para fiscalização. O senhor Felipe Ruediger finaliza com a sugestão de começar pelos Samae's. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente do Comitê de Regulação, o senhor Anísio Fantini, agradeceu a presença de todos os conselheiros e demais presentes e deu por encerrado os trabalhos desta reunião ordinária, determinado que eu, Murilo Geviéski Ouriques, secretário "ad hoc", lavrasse a presente ata e que, depois de aprovada pelo Presidente do Comitê de Regulação, será assinada e publicada nos termos estatutários.

ANÍSIO FANTINI

Presidente do Comitê de Regulação

MURILO GEVIÉSKI OURIQUES

Agente Administrativo da AGIR e Secretário "ad hoc".

Ata Nº 028 de 05.09.2013 - Assembleia Geral Ordinária - AGIR

ATA Nº 028/2013 DE 05 DE SETEMBRO DE 2013 DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR.

Aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, de acordo com a convocação publicada no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 1.304, Página 380, de 16.08.2013, ratificado pela convocação publicada, Edição nº 1.318, Página 169, de 05.09.2013, no site e no mural da AGIR, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária os representantes legais do Consórcio Público, no Guarani Esporte Clube, no endereço declinado no edital, nesta cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, às quinze horas e trinta minutos em primeira convocação. Sem número legal para a primeira convocação, a mesma foi aberta às dezesseis horas em segunda convocação, depois de verificada a presença dos consorciados em número legal. A Assembleia foi iniciada sob a presidência do senhor Moacir Polidoro, Presidente da Diretoria Executiva da AGIR e Prefeito do município de Acurra. Sob a concordância de todos os presentes, nomeou-se o senhor Heinrich Luiz Pasold - Diretor Geral da AGIR, para secretariar os trabalhos.

A Assembleia contou ainda com a presença do senhor Hartwig Persuhn, Vice-Presidente da Diretoria Executiva da AGIR e Prefeito do município de Doutor Pedrinho; senhor Laércio D. Schuster Jr., Prefeito do município de Timbó; senhor Sérgio Almir dos Santos, Prefeito do município de Indaial; senhor Pedro Celso Zuchi, Prefeito do município de Gaspar; senhor Nicanor Morro, Prefeito do município de Apiúna; senhor Osnir Floriani, Prefeito em exercício do município de Benedito Novo; senhor José Luiz Colombi, Prefeito do município de Botuverá; senhor Paulo Roberto Eccel, Prefeito do município de Brusque; senhor Matias Kohler, Prefeito do município de Guabiruba; senhor Rolf Nicolodelli, Prefeito do município de Pomerode; e senhor Paulo Roberto Weiss, Prefeito do município de Rodeio; além de outras presenças como consta da lista de presença devidamente assinada e arquivada. Os trabalhos da Assembleia Geral Ordinária da AGIR foram iniciados para a apreciação da seguinte Ordem do Dia: 1 - Leitura e Aprovação da Ata Anterior; 2 - Concurso Público; 3 - Alteração do Protocolo de Intenções e do Estatuto Social; e 4 - Assuntos Gerais. Iniciados os trabalhos, o senhor Moacir Polidoro agradeceu a presença de todos, convidando o senhor Heinrich Luiz Pasold - Diretor Geral da AGIR, para fazer parte da mesa e auxiliá-lo na condução dos trabalhos. Em ato seguinte, referente ao item um da pauta, foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior em razão do envio por e-mail para apreciação dos consorciados no dia 04.09.2013, sendo a mesma aprovada por todos. No seguimento dos trabalhos, para proporcionar ciência aos presentes, o senhor Heinrich Luiz Pasold foi convidado pelo senhor Moacir Polidoro a realizar explicações sobre o Concurso Público nº 001/2013 realizado pela AGIR (item dois), informando que houve onze aprovados para o cargo de Agente Administrativo - Setor Administrativo e três para Agente Administrativo - Setor Técnico, conforme o Edital de Homologação; que inicialmente estava previsto uma vaga para cada cargo mais cadastro reserva, porém, aproveita-se a oportunidade para solicitar autorização para chamar, de imediato, dois Agentes Administrativos - Setor Administrativo (um para a Bússola Regulatória e outro para assumir as rotinas administrativas, visto que a senhorita Diandra, que hoje responde pelas rotinas administrativas e pela ouvidoria, precisa somente se dedicar a esta última, em razão da grande demanda) e um Agente Administrativo - Setor Técnico. Quanto ao assunto em tela, autorização para chamar de imediato 03 (três) aprovados no concurso público, o mesmo foi aprovado pelos consorciados presentes. Tratando-se sobre o item três, Alteração do Protocolo de Intenções e do Estatuto Social, o senhor Heinrich Luiz Pasold explana sobre a situação atual dos projetos de lei dos municípios consorciados, onde informa que a grande maioria dos municípios já aprovou as ratificações, faltando apenas Blumenau, Brusque, Doutor Pedrinho e Rodeio. Em assuntos gerais, item quatro, foi solicitado se algum consorciado deseja fazer o uso da palavra. Nada mais havendo para ser tratado, o senhor Moacir Polidoro agradeceu a presença de todos, encerrando esta Assembleia Geral Ordinária, determinando que eu, Heinrich Luiz Pasold, secretário "ad hoc", lavrasse a presente ata que, depois de aprovada pelo Presidente, será assinada e publicada nos termos estatutários.

MOACIR POLIDORO
Presidente da Diretoria Executiva da AGIR
Prefeito do Município de Ascurra/SC.

HENRICH LUIZ PASOLD
Secretário "ad hoc"
Diretor Geral da AGIR.

Ata Nº 029 de 18.11.2013 - Assembleia Geral Ordinária - AGIR

ATA Nº 029/2013 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013 DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR.

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, de acordo com a convocação publicada no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 1.364, Página 422, de 08.11.2013, no site e no mural da AGIR, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária os representantes legais do Consórcio Público, na Sala Blumenau - SESC Blumenau, no endereço declinado no edital, nesta cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, às dezesseis horas em primeira convocação. Sem número legal para a primeira convocação, a mesma foi aberta às dezesseis horas e trinta minutos em segunda convocação, depois de verificada a presença dos consorciados em número legal. A Assembleia foi iniciada sob a presidência do senhor Hartwig Persuhn, Vice-Presidente da Diretoria Executiva da AGIR e Prefeito do município de Doutor Pedrinho. Sob a concordância de todos os presentes, nomeou-se o senhor Heinrich Luiz Pasold - Diretor Geral da AGIR, para secretariar os trabalhos. A Assembleia contou ainda com a presença do senhor Fernando Tomaselli, Tesoureiro da Diretoria Executiva da AGIR e Prefeito do município de Rio dos Cedros; senhor Laércio D. Schuster Jr., Prefeito do município de Timbó; senhor Sérgio Almir dos Santos, Prefeito do município de Indaial; senhor Pedro Celso Zuchi, Prefeito do município de Gaspar; senhor Marcelo Doutel da Silva, Prefeito em exercício do município de Apiúna; senhor José Luiz Colombi, Prefeito do município de Botuverá; senhor Paulo Roberto Eccel, Prefeito do município de Brusque; senhor Matias Kohler, Prefeito do município de Guabiruba; e senhor Paulo Roberto Weiss, Prefeito do município de Rodeio; além de outras presenças como consta da lista de presença devidamente assinada e arquivada. Os trabalhos da Assembleia Geral Ordinária da AGIR foram iniciados para a apreciação da seguinte Ordem do Dia: 1 - Leitura e Aprovação da Ata Anterior; 2 - Apresentação dos Novos Servidores da AGIR; 3 - Alteração do Estatuto Social e do Protocolo de Intenções; e 4 - Alteração do Regimento Interno da AGIR; 5 - Eleições para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal: Exercício 2014; 6 - Assuntos Gerais. Iniciados os trabalhos, o senhor Hartwig Persuhn agradeceu a presença de todos, convidando o senhor Heinrich Luiz Pasold - Diretor Geral da AGIR, para fazer parte da mesa e auxiliá-lo na condução dos trabalhos. Em ato seguinte, referente ao item um da pauta (Leitura e Aprovação da Ata Anterior), foi dispensada a sua leitura em razão do envio por e-mail para apreciação dos consorciados no dia 12.11.2013, sendo a mesma aprovada por todos. No seguimento dos trabalhos, para proporcionar ciência aos presentes, o senhor Heinrich Luiz Pasold foi convidado pelo senhor Hartwig Persuhn a realizar a apresentação dos novos servidores concursados da AGIR (item dois), apontando Caio Barbosa de Carulice, graduando em Engenharia Ambiental e aprovado para o cargo de Agente Administrativo - Técnico; Ana Claudia Hafemann, graduanda em Administração e aprovada para o cargo de Agente Administrativo - Administrativo e Murilo Geviéski Ouriques, Bacharel em Secretariado Executivo - Inglês e Tecnólogo em Comércio Exterior, aprovado para o cargo de Agente Administrativo - Administrativo. Mais uma vez, o senhor Heinrich Luiz Pasold foi convidado a explicar a respeito da alteração do Estatuto Social e do Protocolo de Intenções (item 3), informando sobre a situação atual dos projetos de lei dos municípios consorciados; onde foram aprovadas as ratificações das leis complementares de doze municípios, exceto as de Blumenau e Brusque, os quais os referidos projetos de lei ainda aguardam aprovação na Câmara de Vereadores. Dando continuidade aos itens da pauta, acerca da Alteração no Regimento Interno da AGIR (item 4), o senhor Heinrich Luiz Pasold afirma que em razão da Alteração do Estatuto Social e do Protocolo de Intenções da AGIR foram feitas as devidas alterações (explanadas pelo senhor Heinrich Luiz Pasold) para adequações

do Regimento Interno da AGIR, o qual será remetido para análise dos Prefeitos, visando a aprovação na próxima Assembleia Geral. O Vice Presidente da AGIR e Prefeito de Doutor Pedrinho, o senhor Hartwig Persuhn, inicia o tema do item 5 da pauta (Eleições para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal para o Exercício de 2014), dirigindo-se ao senhor Heinrich Luiz Pasold, que relembra os integrantes do Mandato de 2013 da Diretoria Executiva da AGIR, presidida pelo Presidente Moacir Polidoro, tendo como Vice-Presidente o senhor Hartwig Persuhn e como Tesoureiro o senhor Fernando Tomaselli. Atendendo ao Estatuto da AGIR, o senhor Heinrich Luiz Pasold informa que as eleições para a Diretoria Executiva e para o Conselho Fiscal para o ano de 2014 serão realizadas na próxima Assembleia Geral. Como último item da pauta (Assuntos Gerais - item 6), foi levantada a aprovação da Resolução nº 041/2013, a qual ratifica a prorrogação do contrato de trabalho da senhorita Diandra Mendes Medeiros, em caráter temporários emergencial. Também, foi mencionada e aprovada a Ratificação do Convênio de Acordo de Cooperação Técnica, Administrativa e Institucional entre a AGIR e a ARESPEC. Para finalizar os trabalhos, foi perguntado pelo senhor Hartwig Persuhn se algum consorciado deseja fazer o uso da palavra. Nada mais havendo para ser tratado, o senhor Hartwig Persuhn agradeceu a presença de todos, encerrando esta Assembleia Geral Ordinária, determinando que eu, Heinrich Luiz Pasold, secretário "ad hoc", lavrasse a presente ata e que, depois de aprovada pelo Vice-Presidente, será assinada e publicada nos termos estatutários.

HARTWIG PERSUHN

Vice-Presidente da Diretoria Executiva da AGIR
Prefeito do Município de Doutor Pedrinho/SC.

HENRICH LUIZ PASOLD

Secretário "ad hoc"
Diretor Geral da AGIR.

CIGA

Extrato Contrato 276 - PGT - Mafra

Extrato de Contrato nº 276/2013

Programa de Gestão Tributária - Mafra

CONTRATANTE: Município de Mafra

CNPJ: 83.102.509/0001-72

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 111/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada), participação da lista de discussão do grupo de usuários, participação na proposição de novos aplicativos, realização de testes com novas ferramentas e recebimento de materiais informativos; e gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 1.155,00 (um mil e cento e cinquenta e cinco reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 31 de outubro de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 277 - Programa - Balneário Rincão

Extrato de Contrato nº 277/2013

Contrato de Programa - Balneário Rincão

CONTRATANTE: Município de Balneário Rincão

CNPJ: 17.243.084/0001-97

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 079/PMBR/2013

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Programa entre o Município de Balneário Rincão e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Balneário Rincão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 13 da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Constitui objeto do CIGA o desenvolvimento, implantação, capacitação, manutenção e suporte de sistemas, voltados para a relação governo-cidadão, que empreguem tecnologias da informação e comunicação aplicadas a um amplo arco das funções de governo, em especial a gestão administrativa e a relação do Poder Público com a sociedade civil, e que promovam o acesso a informações relevantes de governos, que implementem a provisão de serviços públicos pela web (internet e/ou intranet), promovam a inclusão digital, desenvolvam formas de acesso e comunicação com os gestores e induzam a modernização de rotinas e aumento de eficiência e eficácia da gestão pública municipal.

Nesse sentido deu-se a contratação do CIGA pelo Município de Balneário Rincão, a fim de que sejam publicados, por meio das ferramentas criadas pelo consórcio, os atos oficiais do Município.

VALOR: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA serão definidos em Contrato de Rateio.

VIGÊNCIA: O presente contrato entrar em vigor na data de sua publicação, e vigorará enquanto o município for consorciado ao CIGA ou enquanto este existir.

Florianópolis, 14 de novembro de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 278 - Rateio - Balneário Rincão

Extrato de Contrato nº 278/2013

Contrato de Rateio - Balneário Rincão

CONTRATANTE: Município de Balneário Rincão

CNPJ: 17.243.084/0001-97

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 080/PMBR/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Balneário Rincão e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 079/PMBR/2013.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 14 de novembro de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CISAMA**Convocação Assembléia Geral Ordinária CISAMA**

Lages, 06 de dezembro de 2013.

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA - CISAMA

Senhor (a) Prefeito (a),

Com nossas saudações vimos através deste, convocar Vossa Excelência para a Assembléia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense - CISAMA a ser realizada no dia 13 de dezembro de 2013, sexta-feira com início às 10:00 horas na chácara do Prefeito Carlos Moraes, situada no acesso para o Salto Caveiras, Rodovia Municipal Paulo Andrade de Souza, Lages/SC tendo a seguinte pauta:

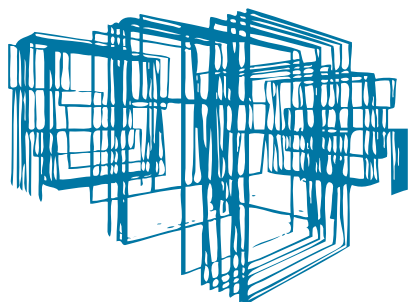
1. Leitura e aprovação da Ata da reunião anterior;
2. Situação dos projetos do CISAMA
3. Eleição do Conselho de Administração e Conselho Fiscal do CISAMA para 2014;
4. Assuntos Gerais;

Atenciosamente

ADEMAR DE BONA SARTOR

Presidente do CISAMA

Análise de projetos e obras em alto nível:
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil



www.ciga.sc.gov.br

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br